

PSICOLOGIA EM FOCO:

FUNDAMENTOS, PRÁTIS E TRANSFORMAÇÕES

3

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
GLAUCIO MARTINS DA SILVA BANDEIRA
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORES



2022

PSICOLOGIA EM FOCO:

FUNDAMENTOS, PRÁXIS E TRANSFORMAÇÕES

3

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
GLAUCIO MARTINS DA SILVA BANDEIRA
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORES



2022

2022 by Editora e-Publicar
Copyright © Editora e-Publicar
Copyright do Texto © 2022 Os autores
Copyright da Edição © 2022 Editora e-Publicar
Direitos para esta edição cedidos à Editora e-Publicar
pelos autores

Editora Chefe

Patrícia Gonçalves de Freitas

Editor

Roger Goulart Mello

Diagramação

Roger Goulart Mello

Projeto gráfico e Edição de Arte

Patrícia Gonçalves de Freitas

Revisão

Os autores

**PSICOLOGIA EM FOCO: FUNDAMENTOS, PRÁXIS E TRANSFORMAÇÕES,
VOLUME 3.**

Todo o conteúdo dos capítulos, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade Federal de Santa Catarina

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense

Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia

Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais

Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina

Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes

Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco

Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Edwaldo Costa – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás

Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará

Glauco Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense

Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz

Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA



2022

João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista
Rodrigo Lema Del Rio Martins - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P974 Psicologia em foco [livro eletrônico] : fundamentos, práxis e transformações: volume 3 / Organizadores Ezequiel Martins Ferreira, Glaucio Martins da Silva Bandeira, Patrícia Gonçalves de Freitas. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5364-050-4

1. Psicologia – Pesquisa – Brasil. I. Ferreira, Ezequiel Martins.
II. Bandeira, Glaucio Martins da Silva. III. Freitas, Patrícia Gonçalves
de.

CDD 150

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora e-Publicar

Rio de Janeiro, Brasil

contato@editorapublicar.com.br

www.editorapublicar.com.br



2022

Apresentação

É com grande satisfação que a Editora e-Publicar vem apresentar a obra intitulada "Psicologia em Foco: Fundamentos, práxis e transformações, Volume 3". Neste livro engajados pesquisadores contribuíram com suas pesquisas. Esta obra é composta por capítulos que abordam múltiplos temas da área.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Editora e-Publicar

Sumário

CAPÍTULO 1	12
REDES NEURAIS ARTIFICIAIS E NEUROPSICOLOGIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	12
	Alessandro Vieira dos Reis
CAPÍTULO 2	32
MITOLOGIA E DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO: CONTRIBUIÇÕES DO MITO PARA O PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA	32
	André Luiz Picolli da Silva
CAPÍTULO 3	51
A VELHA E ORIGINAL DISCUSSÃO DOS RACIOCÍNIOS E DAS EMOÇÕES NA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO MORAL.....	51
	Carolina de Freitas Zanotello Betânia Alves Veiga Dell Agli Luciana Maria Caetano
CAPÍTULO 4	62
A FISSURA NA DEPENDÊNCIA DO CRACK: REPERCUSSÕES NAS ESTRATÉGIAS DE COPING UTILIZADAS PELOS USUÁRIOS.	62
	Sara Bahia Costa Mariane Lima de Souza Jaisa Klaus
CAPÍTULO 5	75
AS EMOÇÕES E OS SENTIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DIANTE DO LUTO EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA.....	75
	Quésia Jémina Azevedo Sheila Maria Pereira Fernandes
CAPÍTULO 6	92
ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA ADOLESCENTES E PANDEMIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	92
	Alyne Guarda Bassanesi Thais Cristina Gutstein Nazar
CAPÍTULO 7	100
PROMOVENDO HABILIDADES PARA A VIDA COM PROFESSORES QUE VIVENCIARAM A PANDEMIA COVID-19: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	100
	Fernanda Pegoraro Gabriela Toassi Brito Thais Cristina Gutstein Nazar

CAPÍTULO 8	110
CAMINHOS ENTRE CLÍNICA E LITERATURA: PALAVRA, ATO E CRIAÇÃO..... 110	
	Liora Souza Geiger Danilo Placeres Caetano Waldenilson Teixeira Ramos
CAPÍTULO 9	119
O RAP COMO MOLDURA DE IDENTIFICAÇÃO E VETOR DE SUBJETIVAÇÃO DOS JOVENS NA PERIFERIA	
DOI:10.47402/ed.ep.c202213779504	Thais Silva Araújo de Sousa Edson Olivari de Castro
CAPÍTULO 10	138
ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI: DA ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DE DANOS AO CONSULTÓRIO NA RUA..... 138	
	Letícia da Costa Nunes Paola Ferreira de Oliveira Pamela Staliano
CAPÍTULO 11	151
PLANTÃO PSICOLÓGICO ON-LINE: EXPERIÊNCIA E PRÁTICA A PARTIR DA ABORDAGEM PSICANALÍTICA	
	Rafaela Alves Tavares Pamela Staliano
CAPÍTULO 12	163
USABILIDADE DE QUESTIONÁRIOS PSICOMÉTRICOS EM APLICATIVOS <i>MOBILE</i> : UM ESTUDO DE CASO	
DOI:10.47402/ed.ep.c2022137812504	Alessandro Vieira dos Reis Dr.a Suzana da Rosa Tolfo Maurício Priori Carlos Toro
CAPÍTULO 13	181
CONEXÕES: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO DE ESTUDOS VIRTUAL DE PSICOLOGIA JURÍDICA	
DOI:10.47402/ed.ep.c2022137913504	Aline Daniele Hoepers Claudia Regina Lopes Caffarena Filizzola Érika Luri Aoki Giovanna Marconcini de Jesus Kélvia Canuto Martins de Albuquerque Larissa Santana Oliveira Luandra Loredó Soares

CAPÍTULO 14	198
A PSICOLOGIA JURÍDICA BRASILEIRA: HISTÓRIA E DEVIRES.....	198
DOI:10.47402/ed.ep.c2022138014504	
	Aline Daniele Hoepers Bárbara Fernanda Postigo Cláudia Quinto Santos de Souza Debora Leite Oliveira Juliana Carvalho Melo Fonseca Márcia Flozina Da Silva Melo Sueli dos Santos Silva Occulati
CAPÍTULO 15	212
VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO PANDÊMICO	212
DOI:10.47402/ed.ep.c2022138115504	
	Aline Daniele Hoepers Andressa Taynara de Faria Mendes Clara Marques Badaró do Carmo Débora Kelly Duarte da Silva Hernando Valério
CAPÍTULO 16	224
REFLEXÕES ACERCA DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO NA PANDEMIA DA COVID-19	224
DOI:10.47402/ed.ep.c2022138216504	
	Aline Daniele Hoepers Alice Joaquim da Conceição Ana Karine Quirino Maciel Anny Elise Braga Gabriela Guimarães Almeida Bulian Gislayny Cristina de Souza Okabayashi Isabela Braga
CAPÍTULO 17	236
ESQUIZOFRENIA: O PREÇO DA EXCLUSÃO.....	236
DOI:10.47402/ed.ep.c2022138317504	
	Ana Gabrielle Mesquita Pereira Amanda Castro
CAPÍTULO 18	249
O PAPEL DO PSICÓLOGO NA HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE NO AMBIENTE HOSPITALAR	249
DOI:10.47402/ed.ep.c2022138418504	
	Aliny Velasco Clerdinice Tolentino Chaves Heyde Pollyanna Alves da Silva
CAPÍTULO 19	262
ATITUDES DE ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE FRENTE À MORTE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	262
DOI:10.47402/ed.ep.c2022138519504	
	Ericarla Verônica Almeida Dias Ismael Ivan Rockenbach Larissa Maria Medeiros de Oliveira Maria Clara de Paiva Gualberto Maria Clara Araújo Alves

CAPÍTULO 20	274
ATITUDES FRENTE À MORTE EM PROFISSIONAIS E ESTUDANTES DA ÁREA DE SAÚDE: UM ESTUDO DE REVISÃO	274
DOI:10.47402/ed.ep.c2022138620504	Ericarla Verônica Almeida Dias Jadna Edna Agostinho Sena Maria Gabriela Ferreira da Silva Marília Gabriela Chagas Tavares Melissa de Souza Francisco Taysa Rebeca de Oliveira Silva
CAPÍTULO 21	285
“PENSAVA QUE DIREITOS HUMANOS ERA COISA DE BANDIDO”: DIÁLOGOS (IM)POSSÍVEIS NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA.....	285
DOI:10.47402/ed.ep.c2022138721504	Patrícia Castro de Oliveira e Silva Hiôrran da Silva Freitas Dalein Thuane Rosa do Carmo Marcia dos Santos Oliveira
CAPÍTULO 22	296
VIOLENÇA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: METASSÍNTESE NAS REVISTAS DE PSICOLOGIA QUALIS A1	296
DOI:10.47402/ed.ep.c2022138822504	Paula Orchiucci Miura Gisele da Luz Freire Silva Maria Carolina Monteiro da Silva Campos Vanessa Agra Cavalcanti
CAPÍTULO 23	311
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA: ESTUDO DE CASO DOS ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES, OESTE DO PARANÁ	311
DOI:10.47402/ed.ep.c2022138923504	Tiago Fernando Hansel Marieli Schuh
CAPÍTULO 24	324
A EXAUSTÃO EMOCIONAL DE MÃES DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).....	324
	Tainá Dauzaker Cespedes Carlos Arturo Valiente Filho
CAPÍTULO 25	331
ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO DE UMA CRIANÇA COM TEA: RELATO DE UMA PRÁTICA.....	331
DOI:10.47402/ed.ep.c2022139025504	Luana Dias Barreiros Mariana de Carvalho Pedro Eliene Nery Santana Enes

CAPÍTULO 26.....346
ABORDAGEM MULTIRREFERENCIAL E OS DESAFIOS DA
MULTIPLICIDADE TEÓRICA NA PSICOLOGIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA
LAMUPsi.....346

DOI:10.47402/ed.ep.c2022139126504

Maria de Fátima Dórea Luciano
Alessandra Barbosa dos Santos
Larissa de Carvalho Cerqueira
Edleusa Nery Garrido

CAPÍTULO 1

REDES NEURAIIS ARTIFICIAIS E NEUROPSICOLOGIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Alessandro Vieira dos Reis

RESUMO

A Inteligência Artificial vem crescendo em aplicações para diagnóstico neuropsicológico, sobretudo para tratamento de dados por algoritmos da abordagem conhecida como Aprendizado de Máquina. Em tal contexto de inovação, este capítulo foca nos algoritmos conhecidos como Redes Neurais Artificiais, inspirados no funcionamento do tecido nervoso, para responder às seguintes questões: “*De que forma as Redes Neurais Artificiais podem ajudar no trabalho de neuropsicólogos?*”, “*Em que áreas da Neuropsicologia esses sistemas se mostram mais promissores?*”. Para cumprir tal objetivo, foi empreendida uma revisão integrativa de literatura nas seguintes bases de dados: Portal de periódicos CAPES, PsycNet da APA e o Portal BVS-Psicologia. A revisão identificou 14 publicações, cuja análise permitiu alcançar os seguintes resultados: a) identificação de tendências de aplicação de Redes Neurais Artificiais para diagnóstico neuropsicológico; b) uma análise bibliométrica das publicações e periódicos; c) considerações a respeito dos métodos e resultados das pesquisas identificadas e das referências adotadas pelos pesquisadores.

PALAVRAS-CHAVE: Neuropsicologia; Machine Learning; Redes Neurais Artificiais; Psicometria.

INTRODUÇÃO

A Inteligência Artificial envolve uma vasta família de técnicas computacionais que buscam imitar aspectos da cognição humana, tais como o raciocínio e a tomada de decisão (OLUMENE, 2017). Historicamente, a Inteligência Artificial se inicia em 1956, no contexto das Ciências Cognitivas: Computação, Linguística, Filosofia, Psicologia, dentre outras, para investigar a cognição humana e, dentre outros objetivos, como reproduzi-la em máquinas (AI MAGAZINE, 2006). Dentre as abordagens de Inteligência Artificial, vem ganhando destaque a partir da segunda metade da década de 2010 a *Machine Learning*, ou “Aprendizado de Máquina” (LEE, 2019), que consiste em um ramo da Inteligência Artificial caracterizado pela capacidade dos algoritmos de se ajustarem a dados disponíveis, “fazer máquinas aprenderem por si mesmas sem serem explicitamente programadas” (MAHESH, 2018, p. 381).

As Redes Neurais Artificiais são uma família de técnicas pertencentes a uma especialização da Aprendizado de Máquina chamada de *Deep Learning*, ou “Aprendizado Profundo”, cuja premissa é a identificação de padrões ocultos em dados, possibilitando assim a

obtenção de ricos *insights* sobre o funcionamento de sistemas (SEJNOWSKI, 2020). Esses algoritmos são inspirados no funcionamento do tecido nervoso, onde nodos decisores de uma rede atuam de forma análoga a neurônios conectados por sinapses, objetivando gerar

“um modelo computacional que emulasse o comportamento do cérebro humano, fazendo um modelo que fosse análogo àquele de sua fisiologia. Para tanto, foram criados neurônios artificiais extremamente similares aos humanos, que foram interligados para formar redes que se mostraram capazes de fazer tarefas de cunho cognitivo e/ou criativo, antes restritas aos cérebros” (KOPILER et al, 2019, p. 28).

Técnicas de Inteligência Artificial vêm sendo empregadas nas áreas da Saúde para fins de diagnóstico psiquiátrico e neurológico, e dentre as áreas que vêm sendo impactadas pelas Redes Neurais Artificiais encontra-se a Neuropsicologia (REIS; LABIAK, 2021). Contudo, a compreensão sobre o funcionamento da Inteligência Artificial em geral ainda é pouco difundida entre psicólogos, tanto em atuação profissional quanto em pesquisa. Em grande parte porque tais técnicas demandam conhecimentos avançados em matemática e habilidades de programação de computadores para serem desenvolvidas. A problemática encontra-se no fato de que a Inteligência Artificial será cada vez mais parte essencial da pesquisa científica no século XXI (LEE, 2019), especialmente em áreas como Neuropsicologia, pautadas por pesquisa quantitativa para avaliação diagnóstica. Para participarem do mundo da pesquisa e da aplicação da Neuropsicologia nos próximos anos, os profissionais de Psicologia deverão entrar cada vez mais em contato com sistemas de Inteligência Artificial.

Diante disso, o objetivo deste capítulo é explorar os usos da Redes Neurais Artificiais no campo da Neuropsicologia ao estipular de que maneiras essa técnica de Inteligência Artificial vem sendo empregada na área, com o intuito de tornar os instrumentos de avaliação e diagnóstico neuropsicológicos mais eficientes. Tal pesquisa justifica-se, portanto, enquanto promotora da inovação em Neuropsicologia, e incentivo para estudantes, profissionais e pesquisadores da disciplina adentrarem no mundo da Inteligência Artificial. Para cumprir esse objetivo, foi realizada uma revisão integrativa de literatura em bases de dados ligadas à área da Saúde (PubMed, PsycNet, CAPES e BVS Psi), em busca de publicações científicas a respeito da Redes Neurais Artificiais na Neuropsicologia. Os resultados foram tratados em termos de identificação de tendências, tópicos de interesse, autores mais citados, análise qualitativa-textual dos artigos e análise bibliométrica de periódicos de publicação.

O capítulo encontra-se organizado da seguinte forma: na seção “O Cérebro e a Inteligência Artificial” são apresentadas as relações entre o estudo do cérebro e a Inteligência Artificial, com ênfase na Neuropsicologia; na seção “Procedimentos Metodológicos” é detalhada a revisão integrativa de literatura que foi empreendida; na seção “Resultados e

Discussão”, os 14 artigos selecionados são analisados e discutidos; o capítulo é encerrado na seção “Considerações Finais”, onde encontram-se comentários críticos sobre a pesquisa, seu alcance, a realização dos objetivos, dentre outros itens. A presente pesquisa se limita a identificar tendências e perspectivas da Inteligência Artificial na Neuropsicologia. Não faz parte do escopo da pesquisa a criação de um programa completo de aprendizado, ou o desenvolvimento de soluções técnicas.

O CÉREBRO E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Aprendizagem de máquina

A primeira abordagem mais difundida de Inteligência Artificial ficou conhecida como Sistemas Especialistas, pela qual cada *software* desenvolvido “fornece uma saída (normalmente uma recomendação ou aviso) a partir de um mecanismo de inferência e uma base de conhecimento técnico (conhecimento especializado)” (TORRES; SCHNITMAN, 2017, p. 1203). Dessa forma, um Sistema Especialista só resolve problemas para os quais foi explicitamente programado para resolver. Outra abordagem de Inteligência Artificial que ganhou popularidade exponencialmente a partir da década de 2010 é o Aprendizado de Máquina. O nome dessa abordagem se deve ao fato de que seus algoritmos procuram “aprender” com dados aos quais são expostos. Ou seja:

“É por meio do Aprendizado de Máquina que o computador está adquirindo novas habilidades. As técnicas de Aprendizado de Máquina permitem que o computador aprenda por exemplos, ou seja, aprenda por meio dos dados. O Aprendizado de Máquina tornou-se chave para colocar conhecimento nos computadores”. (LUDERMIR, 2021, p. 86).

O objetivo da Inteligência Artificial do tipo Aprendizado de Máquina é identificar padrões significativos nos dados de modo a otimizar algoritmos e, assim, obter predições mais eficientes (JOSHI, 2017). Essas predições são, portanto, baseadas em dados do passado, onde parte-se da premissa de que o futuro tenderá, probabilisticamente, a repetir esses padrões. A partir das predições cria-se um suporte às decisões humanas, por exemplo, informando a um neuropsicólogo a probabilidade de um paciente sofrer de determinado transtorno, baseando-se em seus sintomas e em diagnósticos de outros pacientes.

Segundo Lantz (2019), o funcionamento da Aprendizado de Máquina pode ser resumido da seguinte forma:

1) toma-se um banco de dados com em “n” *features* (“características”, expressas nas colunas) e “m” casos (expressos nas linhas);

2) separa-se o banco de dados em duas partições (normalmente de 20% dos dados originais cada):

2.1 - Para treinamento / aprendizado. O algoritmo “aprenderá” com essa partição;

2.2 - Para teste. Com esta partição o algoritmo verificará sua performance preditiva oriundo do aprendizado na partição anterior;

3) Caso a performance preditiva do sistema passe pelo ponto de corte pré-estabelecido pelo operador humano, tem-se o algoritmo de ML desejado. Caso não, são aplicadas técnicas de correção no algoritmo.

Ainda segundo Lantz (2019), a performance preditiva do sistema é medida a partir da **hipótese**, modelo traçado a partir dos dados de treino para explicar os dados disponíveis. Quanto mais previsões acertar, melhor será a performance da hipótese. O sistema trabalha para a otimização da hipótese, isto é, redução de sua **função-custo** (medida de quanto a hipótese está longe dos dados, gerando assim previsões erradas). Essa otimização ocorre por meio do **gradiente descendente**, algoritmo que minimiza a função-custo. Outro critério fundamental para a compreensão de um sistema que envolva Aprendizado de Máquina é a **taxa de aprendizagem**, que mede quão eficiente é a adaptação do algoritmo aos dados aos quais foi exposto. Em síntese, o sistema de Aprendizado de Máquina deve predizer de forma eficiente resultados baseado em um conjunto de dados (operar com uma hipótese de boa performance), e aprender com novos dados (ter uma satisfatória taxa de aprendizagem garantida pela ação do gradiente descendente na função-custo da hipótese).

Segundo Ludermir (2021), as muitas técnicas de Aprendizado de Máquina costumam ser divididas em três grandes categorias:

a) Supervisionadas, nas quais o algoritmo aprende por exemplos pré-rotulados. Ex.: algoritmos de classificação que aprendem o gosto do usuário à medida que este dá notas a produtos;

b) Não-supervisionadas, onde os dados são tratados sem rotulação prévia. Ex.: algoritmos que descobrem padrões de agrupamento (*clustering*) em dados;

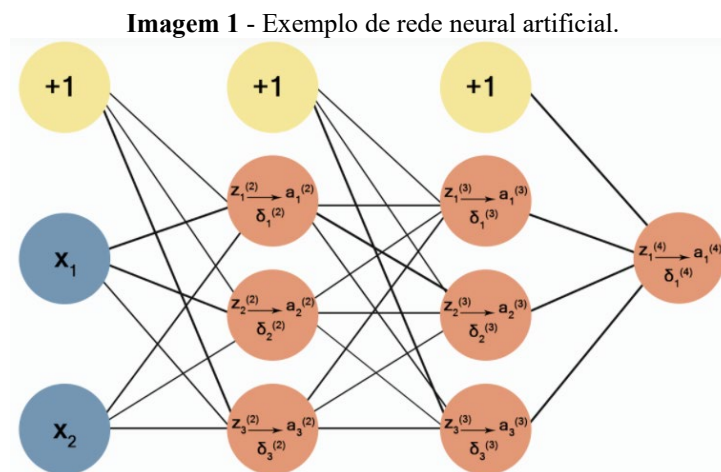
c) Por reforço, isto é, algoritmos que formam hipóteses sobre dados não-rotulados e aprendem por meio de feedbacks (punições e recompensas).

Essas três categorias de Aprendizado de Máquina abarcam todas as abordagens dessa forma de Inteligência Artificial. Dentre elas, o Aprendizado Profundo, foco deste capítulo.

Aprendizado profundo

Deep Learning, ou Aprendizado Profundo, consiste em uma abordagem de Aprendizado de Máquina que emprega Redes Neurais Artificiais: algoritmos inspirados no funcionamento do tecido nervoso, isto é, conexões de neurônios por meios de sinapses onde sinais eletroquímicos circulam (SEJNOWSKI, 2020). O Aprendizado Profundo identifica padrões ocultos em variáveis, proporcionando assim que “conceitos mais abstratos sejam construídos a partir de conceitos menos abstratos” (URBAN; GATES, 2021, p. 28). Em outras palavras, as Redes Neurais Artificiais gera *insights* sobre os dados que dificilmente seriam obtidos a partir da capacidade humana de conceituação deles.

Nas Redes Neurais Artificiais, os neurônios e sinapses são representações visuais de funções algébricas e operações de cálculo, conforme a Imagem 1:



Fonte: CodeDeepAI (2020).

A rede exposta na Imagem 1 é formada por dois “neurônios” de *input*, mais à esquerda, que representam variáveis de um banco de dados; há duas camadas intermediárias de processamento de dados, que contém três “neurônios” cada, cuja função é processar os dados do *input*; e um neurônio como *output* do sistema, mais à direita. No exemplo da Imagem 1, os “neurônios” intermediários e de *output* são afetados por uma constante “+1”, que representa resíduo nos dados.

As Redes Neurais Artificiais aprendem progressivamente quando expostas a exemplos. Seus “neurônios” contam com estados de ativação (tipicamente entre 0 e 1) e as “sinapses” com pesos. O aprendizado da rede consiste na alteração de tais parâmetros mediante a experiência acumulada. A maneira como as conexões ocorrem explica as operações de cálculo em andamento no sistema computacional. No Aprendizado Profundo, a otimização da função custo

(LANTZ, 2019) de uma rede neural se chama “*backpropagation*”, que leva em conta os pesos das “sinapses” mesmo em múltiplas camadas de “neurônios”.

Inteligência artificial aplicada à neuropsicologia

A Neuropsicologia pode ser definida como “uma ciência que se ocupa com a compreensão da organização cerebral dos processos mentais do ser humano, objetivando investigar o papel dos diferentes sistemas cerebrais sob os processos psicológicos complexos”. (MAIA, 2018, p. 763). Os neuropsicólogos costumam ter por foco a investigação de como lesões ou doenças afetam aspectos cognitivos e comportamentais de pacientes, seja por meio de entrevistas clínicas, seja fazendo uso de testes psicométricos e resultados de exames médicos (GLUCK; MERCADO; MYERS, 2016).

No Brasil, a especialidade de neuropsicólogo foi regulamentada em 2004, a partir da seguinte definição:

“Atua no diagnóstico, no acompanhamento, no tratamento e na pesquisa da cognição, das emoções, da personalidade e do comportamento sob o enfoque da relação entre esses aspectos e o funcionamento cerebral. Utiliza-se para isso de conhecimentos teóricos angariados pelas neurociências e pela prática clínica, com metodologia estabelecida experimental ou clinicamente (...) O objetivo teórico da neuropsicologia e da reabilitação Neuropsicológica é ampliar os modelos já conhecidos e criar novas hipóteses sobre as interações cérebro-comportamentais”. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2004)

Sobre os instrumentos de pesquisa e trabalho do neuropsicólogo:

“Na interface entre o trabalho teórico e prático, seja no diagnóstico ou na reabilitação, também desenvolve e cria materiais e instrumentos, tais como testes, jogos, livros e programas de computador que auxiliam na avaliação e reabilitação dos pacientes” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007).

A Neuropsicologia se fundamenta, portanto, em saberes das neurociências. Dentre esses saberes, os da Neurociência Computacional, que tem propósito estabelecer modelos explicativos sobre o que, como e porque o cérebro faz o que faz (KRIEGESKORTE; DOUGLAS, 2019). A Neurociência Computacional, por sua vez, tem apresentado recentes avanços por conta da aplicação de Inteligência Artificial para otimização de seus modelos (ALEXANDRE et al, 2020; KIETZMANN; McCLURE; KRIEGESKORTE, 2020). Em decorrência de tal inovação em Neurociências, a Neuropsicologia também vem sendo afetada pela Inteligência Artificial. Seja para melhor diagnosticar os transtornos de humor, como a depressão (DONG et al, 2020), seja para predizer desdobramentos de casos (MARIÑELARENA-DONDENA et al, 2017).

As aplicações de Inteligência Artificial na Neuropsicologia, sobretudo no Brasil, ainda são escassas (REIS; LABIAK, 2021). Como exemplo, em caráter experimental, destaca-se a

iniciativa ligada à USP de um sistema capaz de diagnosticar transtornos de humor com até 80% de precisão (VEJA, 2021). A Inteligência Artificial na Neuropsicologia conecta-se, sobretudo, aos instrumentos psicométricos usados para avaliação dos pacientes, com a promessa de diagnósticos e prognósticos mais precisos (URBAN; GATES, 2021).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Caracterização da pesquisa

Quanto ao objetivo, a presente pesquisa é exploratória e descritiva, pois visa “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”, girando em torno principalmente de procedimentos de “pesquisa bibliográfica ou estudos de caso” (GIL, 2002, p. 41). A pesquisa é ainda de natureza teórica, uma vez que visa criar conceitos para melhor entender as Redes Neurais Artificiais na Neuropsicologia (BARROS; LEHFELD, 2014); e de tipo qualitativa, isto é, que se fundamenta em “dados coligidos nas interações interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos. O pesquisador participa, compreende e interpreta”. (PITANGA, 2020, p. 193).

O procedimento adotado foi o de revisão integrativa, selecionado por se mostrar o mais adequado para o objetivo: uma compreensão panorâmica das publicações, sem aprofundar no nível de uma revisão sistemática (ERCOLE; MELO; ALCOFORADO, 2014). Os resultados da revisão integrativa passaram por análises qualitativas de texto realizadas por meio do software IRAMUTEQ, sigla de *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ, 2021). O software emprega pacotes da linguagem R para realizar, de maneira facilitada, diversas análises em dados qualitativos de natureza textual (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Etapas da pesquisa

No que diz respeito à revisão integrativa efetuada, a mesma se deu conforme o modelo de Hopia, Latvala e Liimatainen (2016), que compreende quatro etapas:

1) Identificação do problema de pesquisa: Nesta revisão integrativa: “*De que maneira as Redes Neurais Artificiais vêm impactando a Neuropsicologia?*”;

2) Definição dos critérios de inclusão:

- Busca realizada no dia 4 de novembro de 2021;
- Nas bases de dados: Periódicos CAPES, BVS e APA;

- Utilizando o algoritmo de busca: *neuropsychology* + “*artificial neural network*”
- Publicações de 2017 a 2021;
- Em periódicos da área de Psicologia com *peer review*;
- O material disponível *on-line* de forma gratuita.

3) Crítérios de exclusão para análise dos textos selecionados na etapa 2:

- A leitura dos títulos revela desalinhamento com temáticas de Neuropsicologia;
- A leitura dos resumo indica que métodos e técnicas de Inteligência Artificial não foram aplicados na pesquisa. detalhes do método de pesquisa e dos resultados.

4) Análise dos resultados: onde se buscou identificar, a partir das publicações filtradas na etapa 3, tendências em termos de tópicos de interesse; linhas de pesquisa em Inteligência Artificial; autores destacados; etc.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

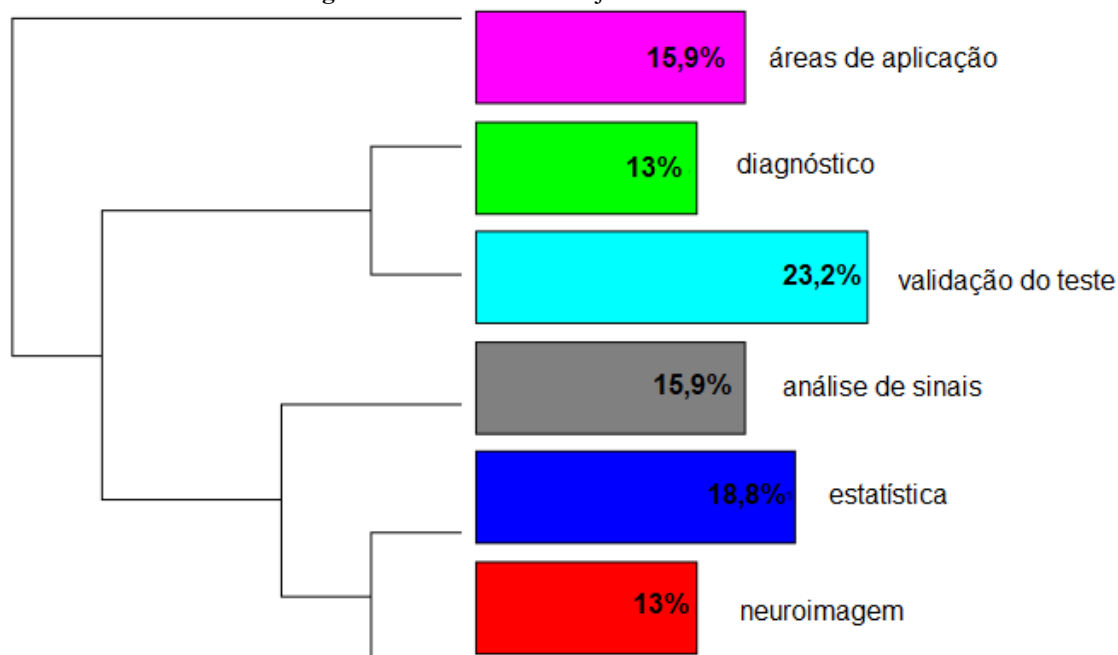
Foram identificadas, na Etapa 2 da pesquisa, um total de 23 publicações. A partir dos filtros da Etapa 3, apenas 14 restaram. A subseções a seguir descrevem e discutem os resultados a partir dessas 14 publicações finais.

Autores e tópicos de interesse

Observou-se, via lexicometria, que não havia nomes de autores repetidos nos 14 artigos selecionados. Isto é, nenhum autor se destacou como pioneiro ou especialmente profícuo, o que sugere que o tema das Redes Neurais Artificiais na Neuropsicologia encontra-se disperso em diversas iniciativas.

Tomando os títulos e resumos das 14 publicações, a Classificação Hierárquica Descendente, realizada no software IRAMUTEQ, revelou 6 agrupamentos de assuntos. A interpretação das palavras mais pertinentes de cada agrupamento permitiu nomear cada um dos 6 agrupamentos, conforme a Imagem 2:

Imagem 2 - Seis assuntos subjacentes nos resultados.

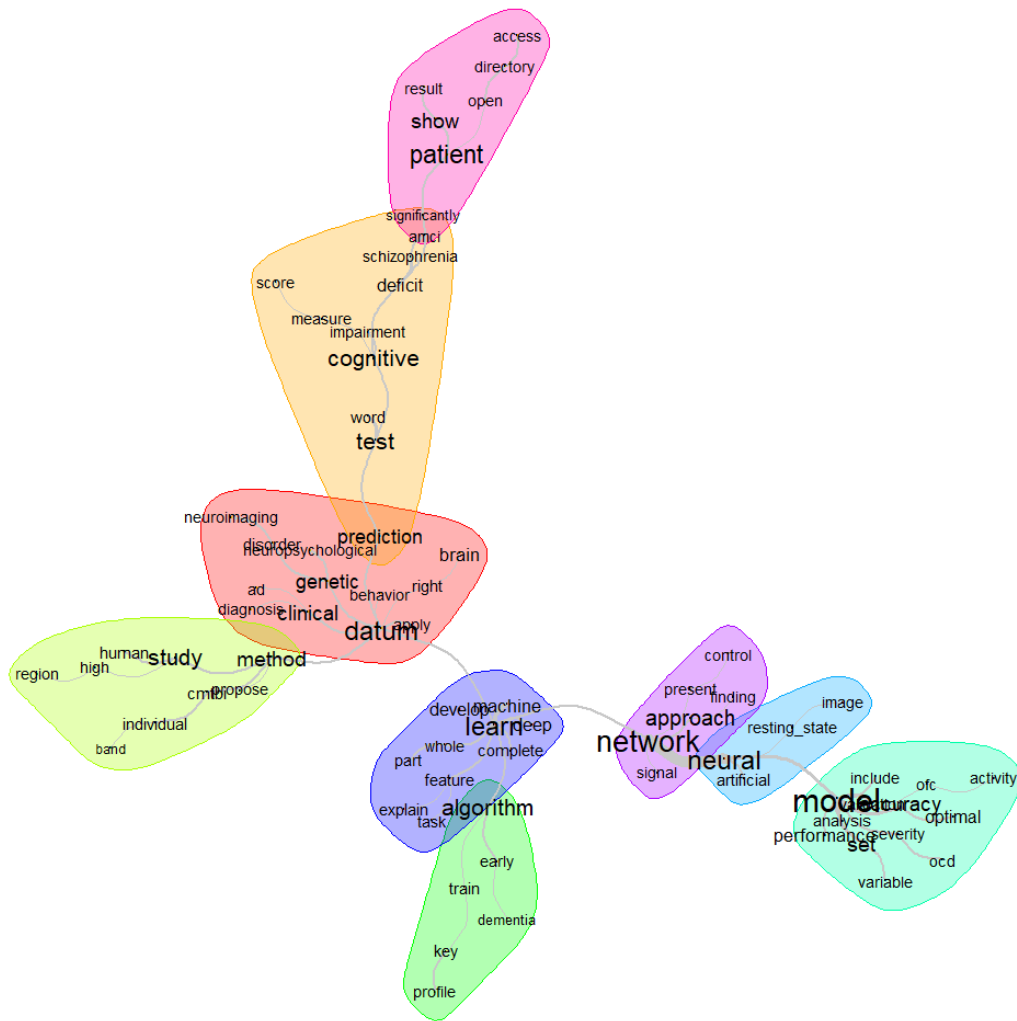


Fonte: o autor.

Conforme a Imagem 2, observa-se que o assunto mais discutido nos artigos foi a validação do sistema de Aprendizado de Máquina desenvolvido (23,2%) para fins de diagnóstico (13%). O dendograma permite ainda observar como a análise estatística de sinais em exames de neuroimagem forma um macro-agrupamento, revelando ser um tópico de interesse em destaque. Por fim, áreas de aplicação, como diagnóstico para transtornos específicos, contam com 15,9% das palavras (em destaque, palavras-chave como Alzheimer, déficit de atenção e amnésia).

Em seguida, os títulos e resumos das 14 publicações foram alvo de uma Análise de Similitude no IRAMUTEQ. O resultado é apresentado na Imagem 3:

Imagem 3 - Palavras dos 14 artigos agrupadas por similitude.



FONTE: o autor.

Observa-se na Imagem 3 um total de 9 agrupamentos gerados por similitude de palavras, agrupados em 4 temas após interpretação dos conjuntos de palavras em cada um. Conforme o Quadro 1:

Quadro 1 - Interpretação da análise de similitude.

Tema	Palavra central no agrupamento
Avaliação cognitiva realizada nos pacientes	Paciente
	Cognitivo
Procedimentos empregados e dados coletados.	Dados
	Método
Funcionamento da Inteligência Artificial	Aprendizado
	Algoritmo

Modelo preditivo resultante para diagnóstico	Rede
	Neural
	Modelo

Fonte: o autor.

A análise lexicométrica expande os resultados expostos no Quadro 1 da seguinte maneira:

- As 5 palavras mais repetidas dizem respeito a aspectos técnicos da Inteligência Artificial: “*data*” (52), “*learning*”(42), “*model*”(42), “*network*”(42) e “*neural*” (42). Outras palavras muito repetidas que dizem respeito a esse aspecto: “*accuracy*” (24), “*test*” (22), “*prediction*”(18), “*algorithm*”(12), “*features*”(14), etc. Interpreta-se a partir desses números que os autores dos artigos estão especialmente interessados em explicar como a Inteligência Artificial funciona, como se baseia em dados e chega a modelos preditivos eficientes;

- As palavras “*can*” (pode) e “*key*” (chave) foram empregadas em 6 dos 14 artigos para designar possibilidades oriundas do uso da Inteligência Artificial para melhor compreender os dados de exames. Ex. “...*can be decoded using multivariate analysis*”, “...*were also found as key predictors*”, etc;

- A segunda categoria de palavras mais frequente diz respeito a possíveis aplicações da Inteligência Artificial na Neuropsicologia: “*using*”(38), “*diagnostic*” (35), “*cognitive*”(34), “*patients*”(36), “*clinical*” (22), etc;

- Como áreas de atuação, despontam nomes de transtornos:
 - “*Schizophrenia*” (21),
 - “*Alzheimer*” (18),
 - “*aMCP*”, isto é, “*Amnesic mild cognitive impairment*, ou “prejuízo cognitivo leve amnésico”, (15);
 - “*OCD*”, isto é, transtorno obsessivo-compulsivo (9);
 - “*deficit*”, referindo-se a déficits cognitivos por lesões cerebrais (8) e déficit de atenção (6).

Periódicos e bibliometria

Os 14 artigos foram publicados em 10 periódicos, conforme o Quadro 2:

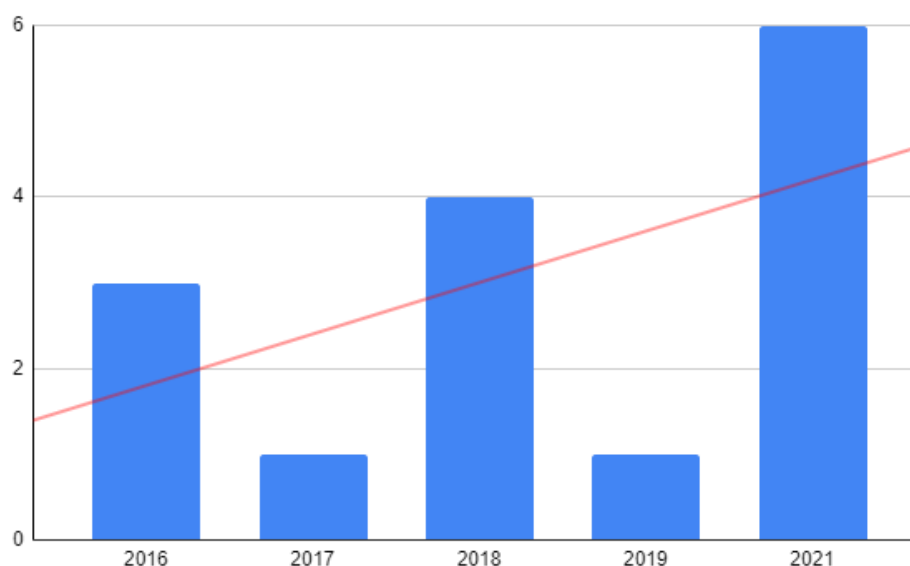
Quadro 2 - Análise bibliométrica dos 10 periódicos.

Periódico	Número de artigos	Impact Factor
<i>Psychological Methods</i>	1	11.302
<i>Journal of Experimental Psychology: General</i>	1	4.913
<i>Human Brain Mapping</i>	1	4.421
<i>Brain Imaging and Behavior</i>	2	3.391
<i>International Journal of Environmental Research and Public Health</i>	1	3.36
<i>Behavioral Neuroscience</i>	2	3.31
<i>Diagnostics</i>	1	3.24
<i>PLOS ONE: accelerating the publication of peer-reviewed science</i>	3	3.04
<i>Canadian Journal of Experimental Psychology</i>	1	1.44
<i>Cognitive Processing</i>	1	0.96

FONTE: o autor.

Conforme o Quadro 2, destaca-se pelo *Impact Factor* o periódico “*Psychological Methods*”, com o artigo “*Deep learning: A primer for psychologists*” (URBAN; GATES, 2021). Já no que diz respeito à cronologia das publicações:

Imagem 4 - Número de artigos publicados em cada ano.



FONTE: O autor

Conforme a Imagem 4, parece haver uma leve tendência de crescimento, mas não há respaldo estatístico suficiente para afirmar tal tendência.

Tomando o número de citações dos artigos, de acordo com o *Semantic Scholar* (2021), e dividindo pela idade dos artigos, foi possível medir a influência dos mesmos. O quadro a seguir mostra esses valores em ordem decrescente:

Quadro 3 - Bibliometria dos artigos.

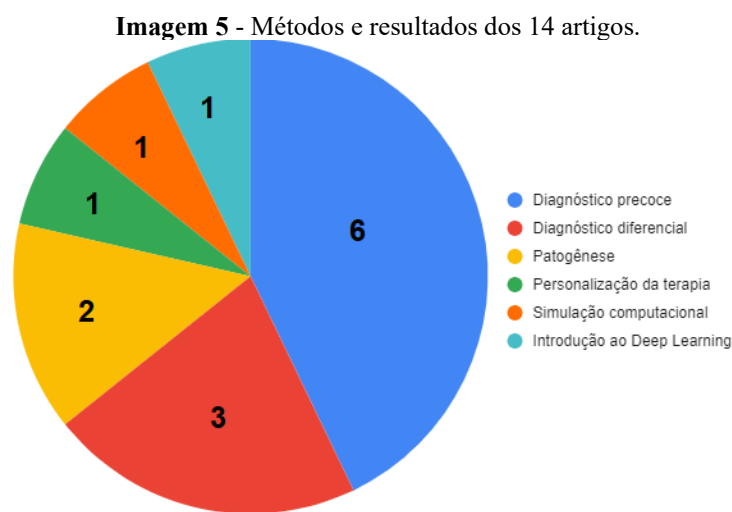
Artigo	Citações / idade
<i>Evaluation of machine learning algorithms performance for the prediction of early multiple sclerosis from resting-state FMRI connectivity data.</i>	7,33
<i>Deep learning: A primer for psychologists.</i>	4
<i>Integrating Genetic, Neuropsychological and Neuroimaging Data to Model Early-Onset Obsessive Compulsive Disorder Severity</i>	3.8
<i>Lateral specialization in unilateral spatial neglect: a cognitive robotics model</i>	3.4
<i>Statistical learning of parts and wholes: A neural network approach.</i>	3
<i>Exploring characteristic features of attention-deficit/hyperactivity disorder: findings from multi-modal MRI and candidate genetic data</i>	2.5
<i>Episodic memory and delayed recall are significantly more impaired in younger patients with deficit schizophrenia than in elderly patients with amnesic mild cognitive impairment</i>	2.33
<i>Resting-state magnetoencephalography source magnitude imaging with deep-learning neural network for classification of symptomatic combat-related mild traumatic brain injury</i>	1
<i>A genetic algorithm to find optimal reading test word subsets for estimating full-scale IQ</i>	0.66
<i>A Deep Neural Network-Based Method for Prediction of Dementia Using Big Data</i>	0
<i>Bridging across functional models: The OFC as a value-making neural network.</i>	0
<i>Heterogeneous value coding in orbitofrontal populations.</i>	0
<i>Artificial Intelligence for Alzheimer's Disease: Promise or Challenge?</i>	0
<i>Key-finding by artificial neural networks that learn about key profiles.</i>	0

FONTE: o autor.

Conforme o Quadro 3, novamente o artigo “*Deep learning: A primer for psychologists*” (URBAN; GATES, 2021) apresenta-se numa posição de destaque. A leitura do artigo revelou que se trata de uma vasta e densa exposição de como funcionam as redes neurais, feita em uma linguagem especialmente pensada para o público da Neuropsicologia.

MÉTODOS E RESULTADOS

A partir da leitura dos resumos dos artigos foram identificados os procedimentos metodológicos empregados nas pesquisas, além dos principais resultados. Observou-se que 12 dos 14 artigos consistiam no desenvolvimento de sistemas de Inteligência Artificial para fins de diagnóstico. Conforme a Imagem 5 :



FONTE: o autor.

Dos 12 artigos envolvidos com desenvolvimento de sistemas de Inteligência Artificial:

- 6 fazem para diagnóstico precoce de transtornos;
- 3 para diagnóstico diferencial;
- 2 para análise de patogênese;

Os 3 artigos restantes consistem em Inteligência Artificial aplicada a decisões sobre: personalização de terapia; o desenvolvimento de uma simulação computacional de tecido nervoso e uma introdução teórica à Inteligência Artificial do tipo Aprendizado Profundo voltada especialmente para o público da Psicologia.

Destaca-se ainda como nos resumos fica expresso como os pesquisadores tratam dados de natureza neuropsicológica juntamente com os de exames genéticos, de neuroimagem, dentre outros. Em outras palavras, é possível inferir como a Inteligência Artificial ajuda na síntese de dados de diversas fontes e naturezas, contribuindo assim para a interdisciplinaridade e integração da Neuropsicologia com outras áreas da Saúde.

Análise das referências

Observou-se, pela técnica de lexicometria, como as citações de periódicos de Psiquiatria foram as mais frequentes, num total de 48; enquanto as citações de periódicos de neurociências ficaram em segundo lugar, com 36 ocorrências. Isso pode ser explicado pela descrição médica psiquiátrica dos transtornos avaliados com Inteligência Artificial (OCD, TDAH, etc). Mas infere-se que também pelo embasamento da Neuropsicologia em saberes psiquiátricos e neurocientíficos.

Dentre as palavras que mais se repetiram nas referências, destacam-se nomes de transtornos:

- Alzheimer: 40;
- Transtorno obsessivo-compulsivo: 31
- TDAH: 26
- Depressão: 7

Em termos metodológicos, duas coisas se destacaram na análise das referências: a preponderância da técnica de neuroimagem: (58), sobre a de exames genéticos (23), e neuropsicológicos (13); e, no que diz respeito à Inteligência Artificial, o algoritmo mais citado foi o de Classificação (20 vezes). Este consiste em determinar, a partir do aprendizado de um conjunto de dados de entrada, em que categoria um novo caso se classifica. Diagnosticar doenças, do ponto de vista computacional, é classificar o paciente, mediante evidências; o que explica a maior ocorrência de algoritmos de Classificação.

Já no que diz respeito a autores e periódicos:

- Os sobrenomes que mais se repetem são de origem chinesa e sul-coreana: Kim (16), Yang (16), Zhang (13), Chen (11), Wang (11), Sun (10), Huang (9). Isso parece explicitar a influência do Oriente no que diz respeito à Inteligência Artificial também na Neuropsicologia, conforme Lee (2019) postula em sua obra;

- O termo “PMID” ocorreu 40 vezes nas referências, consistindo em um código de referência no portal PubMed.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação das Redes Neurais Artificiais na Neuropsicologia envolve, fundamentalmente, a busca de diagnósticos mais precisos e eficientes. Como especialização técnica, trata-se ainda de uma linha de pesquisa nova, que teve início no final da década de

2010. A imagem que aparece como resultado da presente pesquisa é de uma área ainda incipiente, restrita à pesquisa e pouco absorvida por neuropsicólogos. Parece faltar a esses profissionais uma maior compreensão de como funciona a Inteligência Artificial, o Aprendizado de Máquina e as Redes Neurais Artificiais para que possam aplicar os instrumentos analítico-diagnósticos desenvolvidos a partir dessas tecnologias.

Destaca-se ainda como as Redes Neurais Artificiais promovem a multidisciplinaridade na Neuropsicologia. Isso se dá pela integração de dados de múltiplas fontes e naturezas por esses algoritmos; e ainda, pela necessidade de aliar saberes em Psiquiatria, Neurociências, Psicologia e Computação para desenvolver os sistemas de diagnóstico. Os neuropsicólogos precisam estar preparados para esse cenário multidisciplinar e centrado em dados e tecnologia, onde a linguagem da Inteligência Artificial funciona como sedimentadora de equipes.

A presente pesquisa teve seus objetivos realizados, uma vez que apresentou um panorama geral das Redes Neurais Artificiais no campo da Neuropsicologia, explicando de que maneiras essa técnica de Aprendizado de Máquina vem sendo empregada com o intuito de tornar os instrumentos de avaliação e diagnóstico neuropsicológicos mais eficientes. Como auto-crítica metodológica, os autores gostariam de destacar que uma revisão sistemática mais vasta provavelmente teria gerado um panorama mais amplo. Sobretudo se mais bases de dados tivessem sido consultadas. Contudo, para os objetivos da presente pesquisa, a revisão integrativa nas bases de dados selecionadas cumpriu seu papel.

Constam como sugestões para estudos futuros: a) um plano de ensino para pesquisadores em Neuropsicologia aplicarem IA em seus projetos; b) um roteiro de desenvolvimento de algoritmos de Classificação para Neuropsicologia; c) um estudo de validação de teste neuropsicológico a partir dos princípios de Aprendizado Profundo; d) questionamentos e diretrizes em neuroética levando em conta a atuação do neuropsicólogo com Inteligência Artificial.

REFERÊNCIAS:

AI MAGAZINE. A Proposal for the Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence. *AI Magazine*, Volume 27, Number 4, 2006.

ALEXANDRE, Frédéric; DOMINEY, Peter; GAUSSIER, Philippe; *et al.* **When Artificial Intelligence and Computational Neuroscience meet.** [s.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01735123/file/volume-3-chapitre-9.pdf>>. Acesso em: 1 Dec. 2021.

CAMARGO, Vizeu; JUSTO, Brígido ; MARIA, Ana. IRAMUTEQ: a free software for analysis of textual data. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751532016.pdf>>. Acesso em: 29 Nov. 2020.

CODEDEEPAI. **Understanding Artificial Neural Networks – Welcome to CodeDeepAI.com**. CodeDeepAI. Disponível em: <<https://codedeepai.com/understanding-artificial-neural-networks/>>. Acesso em: 1 Dec. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP n.002**. Portal do CFP. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2004_2.pdf>. Acesso em: 1 Dec. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução n.013**. Portal do CFP. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf>. Acesso em: 1 Dec. 2021.

CONTI, Daniela; DI NUOVO, Santo; CANGELOSI, Angelo; *et al.* Lateral specialization in unilateral spatial neglect: a cognitive robotics model. **Cognitive Processing**, v. 17, n. 3, p. 321–328, 2016.

DAWSON, Michael R. W. ; ZIELINSKI, Jasen A. Z. Key-finding by artificial neural networks that learn about key profiles. **Canadian Journal of Experimental Psychology/Revue canadienne de psychologie expérimentale**, v. 72, n. 3, p. 153–170, 2018.

DONDENA, Luciana Mariñelarena-; FERRETTI, Edgardo; MARAGOUDAKIS, Manolis; *et al.* Predicting Depression: a comparative study of machine learning approaches based on language usage. **Cuadernos de Neuropsicología / Panamerican Journal of Neuropsychology**, v. 11, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://www.cnps.cl/index.php/cnps/article/view/297>>. Acesso em: 1 Dec. 2021.

DONG, Jianyu; WEI, Wenqi; WU, Ke; *et al.* The application of machine learning in depression. **Advances in Psychological Science**, v. 28, n. 2, p. 266, 2020.

ENEL, Pierre; PERKINS, Aster Q. ; RICH, Erin L. Heterogeneous value coding in orbitofrontal populations. **Behavioral Neuroscience**, v. 135, n. 2, p. 245–254, 2021. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34060877/#:~:text=Heterogeneous%20value%20coding%20in%20orbitofrontal%20populations%20Value%20signals>>. Acesso em: 1 Dec. 2021.

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de ; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. Integrative review versus systematic review. **Reme: Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, 2014.

FABRIZIO, Carlo; TERMINE, Andrea; CALTAGIRONE, Carlo; *et al.* Artificial Intelligence for Alzheimer’s Disease: Promise or Challenge? **Diagnostics**, v. 11, n. 8, p. 1473, 2021.

GLUCK, Mark A; MERCADO, Eduardo ; MYERS, Catherine E. **Learning and memory from brain to behavior**. [s.l.]: New York Macmillan Education, 2016.

HOPIA, Hanna; LATVALA, Eila ; LIIMATAINEN, Leena. Reviewing the methodology of an integrative review. **Scandinavian Journal of Caring Sciences**, v. 30, n. 4, p. 662–669, 2016.

HUANG, Ming-Xiong; HUANG, Charles W.; HARRINGTON, Deborah L.; *et al.* Resting-state magnetoencephalography source magnitude imaging with deep-learning neural network for classification of symptomatic combat-related mild traumatic brain injury. **Human Brain Mapping**, v. 42, n. 7, p. 1987–2004, 2021. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33449442/>>. Acesso em: 1 Dec. 2021.

MAHESH, B. International Journal of Science and Research (IJSR). Abstract of Machine Learning Algorithms - A Review. **International Journal of Science and Research (IJSR)**, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.ijsr.net/get_abstract.php?paper_id=ART20203995>. Acesso em: 1 Dec. 2021.

IRAMUTEQ. **Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. Un logiciel libre construit avec des logiciels libres.** iramuteq.org. Disponível em: <<http://iramuteq.org/>>. Acesso em: 1 Dec. 2021.

JOSHI, Prateek. **Artificial intelligence with Python : build real-world artificial intelligence applications with Python to intelligently interact with the world around you.** Birmingham, Uk: Packt Publishing Ltd, 2017.

KANCHANATAWAN, Buranee; TANGWONGCHAI, Sookjaroen; SUPASITTHUMRONG, Thitiporn; *et al.* Episodic memory and delayed recall are significantly more impaired in younger patients with deficit schizophrenia than in elderly patients with amnesic mild cognitive impairment. **PLOS ONE**, v. 13, n. 5, p. e0197004, 2018.

KIETZMANN, Tim C; MCCLURE, Patrick ; KRIEGESKORTE, Nikolaus. Deep Neural Networks in Computational Neuroscience. **Oxford Research Encyclopedia of Neuroscience**, v. 1, n. 1, 2017.

KIM, Jungyoon ; LIM, Jihye. A Deep Neural Network-Based Method for Prediction of Dementia Using Big Data. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 10, p. 5386, 2021. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34070100/#:~:text=A%20Deep%20Neural%20Network-Based%20Method%20for%20Prediction%20of>>. Acesso em: 1 Dec. 2021.

KOPIER, Alberto; NAVARRO, Victor; DE OLIVEIRA, Antônio; *et al.* Redes Neurais Artificiais e suas aplicações no setor elétrico. **Revista de Engenharias da Faculdade Salesiana** n. v. 9, n. 9, p. 27–33, 2019. Disponível em: <http://www.fsma.edu.br/RESA/Edicao9/FSMA_RESA_2019_1_04.pdf>.

KRIEGESKORTE, Nikolaus ; DOUGLAS, Pamela K. Cognitive computational neuroscience. **Nature Neuroscience**, v. 21, n. 9, p. 1148–1160, 2018. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41593-018-0210-5>>. Acesso em: 26 Sep. 2020.

LANTZ, Brett. **Machine learning with R : expert techniques for predictive modeling.** Birmingham, Uk: Packt, 2019.

LEE, Kai-fu. **Inteligência artificial.** 2. ed. São Paulo: Globo Livros, 2019.

LUDERMIR, Teresa Bernarda. Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina: estado atual e tendências. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 101, p. 85–94, 2021.

MAIA, Rodrigo da Silva. Revisitando a segunda edição do livro “Neuropsicologia Hoje.” **Psico-USF**, v. 23, n. 4, p. 763–765, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psuf/a/xJknv53BFTXkKtZfzPB4VTf/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 1 Dec. 2021.

MAHESH, B. **International Journal of Science and Research (IJSR)**. Abstract of Machine Learning Algorithms - A Review. *International Journal of Science and Research (IJSR)*, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.ijsr.net/get_abstract.php?paper_id=ART20203995>. Acesso em: 1 Dec. 2021.

MARIÑELARENA-DONDENA, L.; FERRETTI, Edgardo; MARAGOUDAKIS, Manolis; *et al.* Predicting Depression: a comparative study of machine learning approaches based on language usage. **Cuadernos de Neuropsicología / Panamerican Journal of Neuropsychology**, v. 11, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://www.cnps.cl/index.php/cnps/article/view/297>>. Acesso em: 1 Dec. 2021.

MAS, Sergi; GASSÓ, Patricia; MORER, Astrid; *et al.* Integrating Genetic, Neuropsychological and Neuroimaging Data to Model Early-Onset Obsessive Compulsive Disorder Severity. **PloS One**, v. 11, n. 4, p. e0153846, 2016. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27093171/>>. Acesso em: 1 Dec. 2021.

OLUMENE, Luis Roberto. A relevância da Inteligência Artificial na Actualidade: Uma proposta para seu estatuto científico na Computação. **Proceedings CLME2017/VCEM 8º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia / V Congresso de Engenharia de Moçambique**. Maputo, 4-8 Setembro 2017; Ed: J.F. Silva Gomes et al.; Publ: INEGI/FEUP, 2017.

PESSIGLIONE, Mathias ; DAUNIZEAU, Jean. Bridging across functional models: The OFC as a value-making neural network. **Behavioral Neuroscience**, v. 135, n. 2, p. 277–290, 2021. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34060880/#:~:text=Bridging%20across%20functional%20models%3A%20The%20OFC%20as%20a>>. Acesso em: 1 Dec. 2021.

PLAUT, David C. ; VANDE VELDE, Anna K. Statistical learning of parts and wholes: A neural network approach. **Journal of Experimental Psychology: General**, v. 146, n. 3, p. 318–336, 2017.

REIS, Alessandro Vieira dos ; LABIAK, Fernanda Pereira. Apropriação da inteligência artificial por psicólogos e psicólogas: Uma revisão integrativa da literatura. **Psicologia: Reflexões, métodos e processos integrados em sociedade**, v. 1, n. 1, p. 199–219, 2021.

SACCÀ, Valeria; SARICA, Alessia; NOVELLINO, Fabiana; *et al.* Evaluation of machine learning algorithms performance for the prediction of early multiple sclerosis from resting-state FMRI connectivity data. **Brain Imaging and Behavior**, v. 13, n. 4, p. 1103–1114, 2018.

SEJNOWSKI, Terrence. **A Revolução do Aprendizado Profundo**. 1. ed. São Paulo: Starling Alta Editora, 2019.

TORRES, Luis ; SCHNITMAN, Leizer. Uma proposta para utilização de sistemas especialistas no controle de plantas industriais automatizadas. *In: XIII Simpósio Brasileiro de Automa, c̃ao Inteligente*. Porto Alegre: [s.n.], 2017, v. 1.

URBAN, Christopher J. ; GATES, Kathleen M. Deep learning: A primer for psychologists. **Psychological Methods**, v. 1, n. 1, 2021.

VAN DER LINDE, Ian ; BRIGHT, Peter. A genetic algorithm to find optimal reading test word subsets for estimating full-scale IQ. **PLOS ONE**, v. 13, n. 10, p. e0205754, 2018.

VEJA. **USP usa inteligência artificial para apontar risco de transtornos mentais**. VEJA. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/saude/usp-usa-inteligencia-artificial-para-apontar-risco-de-transtornos-mentais/>>. Acesso em: 1 Dec. 2021.

YOO, Jae Hyun; KIM, Johanna Inhyang; KIM, Bung-Nyun; *et al.* Exploring characteristic features of attention-deficit/hyperactivity disorder: findings from multi-modal MRI and candidate genetic data. **Brain Imaging and Behavior**, v. 14, n. 6, p. 2132–2147, 2019.

CAPÍTULO 2

MITOLOGIA E DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO: CONTRIBUIÇÕES DO MITO PARA O PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA

André Luiz Picolli da Silva

RESUMO

O presente trabalho se inicia com um pressuposto fundamental, o de que o mito está na base do desenvolvimento psicológico e, por decorrência, está na base de duas grandes correntes teóricas surgidas no Século XX, a psicanálise e a psicologia analítica. A própria psicanálise só foi possível a partir do desenvolvimento de um tema mitológico, a saber, o edípiano. O uso do mito de Édipo por Freud iluminou algo mais sobre a natureza do que apenas os aspectos sexuais da personalidade humana, de fato, o mito de Édipo foi usado por Freud para inventar a psicanálise. Mas esse fenômeno não ocorreu somente com a psicanálise, a própria psicologia analítica criada por Jung aprofundou as descobertas freudianas e revelou que o mito vai além da mera eclosão de conteúdos psicológicos pessoais. Este é o ponto de partida deste ensaio cujo tema central é a influência do mito para o desenvolvimento psicológico a partir de uma perspectiva junguiana. O método de investigação utilizado foi o de relacionar diferentes teorias sobre o mito por meio de autores com orientações diversas e em muitos aspectos distantes, pelo menos aparentemente. Inicia-se fazendo-se uma demonstração de como Freud utilizou a estrutura do mito para descobrir os aspectos mais obscuros do psiquismo individual. Em seguida descreve-se como Jung ampliou a perspectiva de Freud e elevou o mito para outro patamar, transcendendo a ideia original de que o mito contribuiria apenas para descoberta de conteúdos inconscientes pessoais, de modo que o foco dos processos terapêuticos fosse apenas o de fazer com que o indivíduo se adaptasse melhor ao mundo externo. Nessa perspectiva, demonstra-se como Jung descobriu que os mitos são, sobretudo, um meio para a realização de um processo de desenvolvimento psicológico interno que leva a transcendência do ego, processo esse, chamado pelo pai da psicologia analítica, de individuação. Em seguida, descreve-se as principais características da individuação, ilustrando-se como isso ocorre por meio de exemplos oferecidos pelo próprio Jung quando este realizou seu processo interno de individuação. Por fim, conclui-se o presente trabalho buscando enfatizar como o mito pode (e deve) ser utilizado por qualquer pessoa, em especial, por terapeutas, como instrumento para ampliar o desenvolvimento psicológico, realizar o processo de individuação e garantir a transcendência do indivíduo, de modo a que este possa encontrar um real significado par sua experiência de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Mitologia, Mito, Psicologia Analítica, Psicanálise.

INTRODUÇÃO

No campo específico relativo ao estudo do inconsciente sabe-se que Jung propôs uma abordagem sistemática ao estudo da mitologia transformando-a em uma ferramenta capaz de conhecer e interpretar a personalidade humana. As contribuições oferecidas pelo pai da psicologia analítica encontram aplicação não apenas para a compreensão e tratamento de alguns

transtornos psicóticos, mas também para a definição de importantes traços de personalidade individual em condições não clínicas.

Variando entre a narrativa de situações fantásticas à construção de significados pessoais, o termo mito deriva do grego e significa “narração fabulosa”, uma forma de conto centrada, de modo geral, em personagens divinos ou sobre-humanos. Como nos ensinam Brandão (1986), Bettelheim (2016) e Diel (1991), de fato, os mitos e contos de fadas não estão centrados no ser humano como tal, mas em um disfarce ideal que se reflete nos heróis e divindades, cujos feitos são transmitidos de geração em geração como evidência de uma herança cultural individual e coletiva. Enquanto Freud propunha uma abordagem tradicional da mitologia, que ele identificava como produto de mecanismos mentais de projeção dos conteúdos do inconsciente, Jung teve o mérito de propor uma visão diferente, capaz de abordar a psique humana e a cultura subjacente por meio do estudo dos significados dos contos de fadas transmitidos por várias etnias, mostrando a reconstrução da alma dos homens que os produziram.

O pai da psicologia analítica considera o mito como uma expressão de uma estrutura atemporal da psique humana, algo que não pode ser totalmente explicado de forma puramente racional, mas que precisa ser entendido em seu significado simbólico. De modo mais preciso, Jung usa a mitologia e a narração fantástica como produto da atividade mental e o mito como canal através do qual essa atividade pode se expressar e se manifestar.

A mitologia configura-se, assim, como ferramenta de interpretação de sintomas, dos sonhos e imagens simbólicas das gerações atuais, por meio da análise de arquétipos e imagens arquetípicas. Estes últimos são a base da personalidade individual, localizam-se no inconsciente pessoal e exercem uma função de guia e mediador entre o mundo interno e externo.

Nessa perspectiva, os arquétipos fazem parte do inconsciente coletivo e, portanto, são elementos que escapam à representação mental de forma direta. Sua influência emerge através de imagens arquetípicas na forma de temas universais produzidos pelo inconsciente coletivo, Jung (2011a). Estes encontram expressão através de produtos culturais como mitos, fábulas, religiões e influenciam a dinâmica intrapsíquica e a personalidade individual.

Na base do modelo junguiano está a ideia da existência de uma história universal que contribui para a construção da história de vida de cada um de nós, Fadiman e Frager (1986). Processos psíquicos e eventos pessoais são, portanto, colocados em um contexto que corporifica o mito, juntamente com o inconsciente individual e coletivo que forma o pano de fundo. As imagens míticas possuem o homem e não o contrário, esse é o pensamento que Jung vincula ao

conceito de destino através de contos míticos e eventos relacionados que vão, por exemplo, desde a morte de Sísifo até o retorno de Odisseu a Ítaca.

Dentro desse contexto amplo é que a psicoterapia (mas não apenas ela), como recurso para a realização de processos de individuação, pode ajudar a pessoa a aprender a reconhecer as imagens míticas que a orientam na vida cotidiana. Isso envolve uma consciência que às vezes pode ser conflituosa, principalmente na identificação do mito específico que orienta a sua existência em determinado momento, percebendo a própria liberdade como limitada e, ao menos parcialmente, orientada por elementos que escapam à consciência individual.

Como afirma Brandão (1986), os mitos estão intimamente relacionados com as emoções, comportamentos e sonhos por meio dos quais encontram expressão, sendo que a sua aparência exerce uma forte influência na consciência individual, sendo esta a razão pela qual é importante aprender a reconhecê-los e compreender o seu poder. Não é por acaso que, em muitas vezes, eles surgem na forma de padrões familiares transmitidos de geração em geração, pelos quais cada um de nós sofre inconscientemente.

Sua influência emerge não apenas no funcionamento mental subclínico, mas também na doença mental. Em obras como “Arquétipos e o Inconsciente Coletivo” e “Psicologia do Inconsciente”, por exemplo, Jung (2011a) e (2011b) estendeu seu estudo da mitologia à esquizofrenia. Em particular, o autor destacou o papel de uma consciência com baixa capacidade de diferenciação, demonstrando como, nos delírios esquizofrênicos, de fato, os conteúdos inconscientes ultrapassam o limiar da consciência assumindo um aspecto mitológico que confina o indivíduo a um estado de forte emocionalidade e racionalidade reduzida.

Porém, como o próprio Jung enfatiza, não apenas no caso da psicopatologia e na consequente prática da psicoterapia, mas também em condições não clínicas, a busca pelo autoconhecimento pode ajudar a pessoa aumentando o estado de alerta consciente, elemento fundamental para racionalizar conteúdos inconscientes e permitir um confronto dialético com o ego. Isso permite separar os conteúdos mitológicos do inconsciente coletivo e interpretá-los como elementos psíquicos externos ao mundo individual, ou seja, pode contribuir para o processo de autoconhecimento e evolução psicológica do indivíduo, ou nas palavras de Jung, para o processo de individuação.

FREUD E AS DESCOBERTAS INICIAIS EM TORNO DO MITO

Como é de conhecimento geral a Psicanálise se estrutura a partir da investigação do inconsciente, mas isso se faz, sobretudo, a partir de um mito fundador muito caro à Freud, o

mito de Édipo, que foi pela primeira vez apresentado ao mundo pelo pai da Psicanálise em sua obra “A Interpretação dos Sonhos”, Freud (2001). No capítulo sobre os sonhos típicos, ao tratar dos da morte de entes queridos, ele introduz sua teoria edipiana resumindo o conteúdo do “Édipo Rei” de Sófocles.

De forma resumida, encontramos na obra que Édipo, filho de Laio e Jocasta, reis de Tebas, é abandonado ainda lactante porque um oráculo predisse a seu pai que o filho que estava para nascer seria seu assassino. Édipo é salvo e cresce como filho de um rei em uma corte estrangeira, até que, incerto de sua origem, ele próprio interroga o oráculo e obtém o conselho de ficar longe de sua pátria, pois voltando para lá seria forçado a se tornar o assassino de seu próprio pai e marido de sua própria mãe. Na estrada que o leva para longe de sua suposta pátria, ele encontra o rei Laio e o mata no decorrer de uma briga repentina. Ele então chega em frente a Tebas, onde resolve os enigmas da Esfinge que bloqueia o caminho; como agradecimento os tebanos o elege rei e lhe oferecem a mão de Jocasta como presente. Por muito tempo reinou pacificamente e honrosamente, gerando dois filhos e duas filhas com sua mãe desconhecida, até que uma pestilência estourou na cidade, o que mais uma vez induziu os tebanos a consultar o oráculo (sendo nesse ponto que se inicia a tragédia de Sófocles). Os mensageiros informam que a peste terminará quando o assassino do finado rei Laio for expulso do país. Nesse ponto da história, a ação da tragédia consiste em nada mais que a revelação gradualmente aprofundada e artisticamente retardada de que o próprio Édipo é, não apenas filho e assassino de Laio, mas também esposo da própria mãe, Jocasta. Oprimido pela monstruosidade dos fatos cometidos sem saber, Édipo se cega e deixa sua terra natal. Sendo nesse ponto que, como lembra Freud (2001) que a grandiosidade do mito se revela e a sentença do oráculo se completa.

Encontramos assim uma primeira leitura psicanalítica de Édipo Rei quando Freud destaca que a força dessa tragédia não está tanto na inevitabilidade da vontade humana em relação à vontade dos deuses, mas sim, no fato de que ela possui algum elemento que é inerente a todos nós, Nunes e Nunes (1989). Sófocles, de acordo com Freud, por meio dessa tragédia nos leva a tomar consciência de que possuímos impulsos reprimidos que ainda agem mesmo sem a vontade consciente do indivíduo, como foi o caso de Édipo que ao tomar a decisão de fugir do destino revelado pelo oráculo, na verdade, caminhou diretamente para ele.

Não é à toa que a estrutura edipiana tem sido usada com muita frequência na literatura e nas narrativas míticas para criar enredos ou eventos particularmente dramáticos. Por meio dessa construção os poetas formalizam uma estrutura universal, presente em nossa mente, Nunes e Nunes (1989). O esquema proposto por Freud poderia ser o seguinte: impulsos naturais

do indivíduo, mas inaceitáveis pela sociedade, são desviados para setores aparentemente inofensivos, como os mitos, por exemplo, mas a força desses impulsos não fica limitada neles, pelo contrário, libera um efeito difícil de controlar e que precisam ser canalizados por meios como, por exemplo, os da expressão artística como a fantasia, os processos oníricos, a história épica e todas as outras ferramentas narrativas que usamos para poder expressar elementos inconscientes, contornando a censura do superego sobre os elementos inaceitáveis para a consciência. Caso contrário, daríamos vida à neurose que se estrutura como um conflito entre o princípio do prazer e o princípio da realidade. Como bem nos lembra Freud: “como o neurótico, o artista se retiraria para esse mundo de fantasia, fugindo de uma realidade que não o satisfaz; no entanto, ao contrário do neurótico, ele saberia encontrar o caminho para trazê-lo de volta à terra no mundo real.” Freud (1996a, p. 131).

O elemento que emerge dessa análise freudiana do mito é que ele não pode ser considerado como uma narrativa estática, sedimentada ao longo dos séculos, mas sim, como uma dimensão dinâmica em contínua transformação. Sendo um tema recorrente em toda obra freudiana, o mito edipiano demonstra que o aspecto dramático não se encontra tanto no conteúdo mitológico em si, mas sim naquilo que o mito suscita em cada leitor. O efeito chocante da obra prima de Sófocles remonta, como esclarece Freud, ao processo de redescobrir o que já era conhecido, porém, que ao mesmo tempo, ainda era desconhecido (pela consciência).

Sendo assim, foi justamente a descoberta realizada por Freud, de que o mito revela conteúdos íntimos do indivíduo, mas que são, ao mesmo tempo, completamente desconhecidos para este, que fez com que Jung se voltasse para a concepção de que o desenvolvimento psicológico de uma pessoa é totalmente transpassado pela representação individual de dramas universais. Para Jung, essa é a base do desenvolvimento da personalidade, sendo que qualquer transtorno nesse desenvolvimento (doença mental) seria a decorrência de uma inadequada representação desses dramas, Fadiman e Frager (1986). Consequentemente, é na compreensão desses dramas universais (mitos), que podemos encontrar os mecanismos para a cura de transtornos emocionais e o retorno ao adequado processo de individuação, ou seja, de desenvolvimento psicológico.

UMA NOVA VISÃO SOBRE OS MITOS: O PENSAMENTO DE JUNG

Para compreender a concepção junguiana dos mitos é necessário perguntar sobre qual é a relação entre a sua teoria da personalidade e o estudo dos mitos e arquétipos. Para entender essa relação, devemos primeiro refletir sobre o papel original que Jung desempenhou no

contexto da psicologia contemporânea, colocando-se assim em contraste com seu grande mestre Sigmund Freud.

Jung é lembrado como o mais velho e engenhoso entre os psicanalistas dissidentes de Freud. A contribuição que ele nos deixou é enorme tanto pelo tamanho quanto pela erudição e pela vastidão de suas investigações. Ele viveu entre 1875 e 1961, depois de se formar em medicina na Basileia aprofundou seus estudos em psicanálise, o que, já no início do século XX, trouxe-lhe fama mundial. Sua separação de Freud ocorreu inicialmente em 1913 e com a passagem do tempo tornou-se cada vez mais acentuada. A obra de Jung tinha um caráter interdisciplinar e variado indo desde psicologia e psiquiatria, até o estudo do sentimento religioso e do simbolismo alquímico ocidental e oriental. Desses estudos Jung extraiu a ideia que permaneceu no centro de sua construção teórica: o conceito dos “arquétipos” e do “inconsciente coletivo”.

De acordo com Jung (2011a), de fato, há traços de imagens (arquétipos) no inconsciente herdadas de ancestrais comuns a toda a humanidade (inconsciente coletivo). A importância desses conceitos é primordial não apenas na gênese e na terapia das psiconeuroses, mas também e sobretudo na vida normal e religiosa de cada indivíduo.

Nesse sentido podemos entender como a teoria de Jung foi revolucionária em relação a teoria Freudiana. Em essência, Jung havia substituído o “inconsciente individual” do qual falava Freud pelo “inconsciente coletivo”, ele também deu à sua teoria um viés menos racionalista e, em alguns aspectos, decididamente desfavorável ao método científico da época ao valorizar as exigências religiosas e irracionais da psique. Em outras palavras Jung chegou à conclusão de que o comportamento do homem é o resultado da influência exercida por uma série de símbolos e imagens que herdou em forma de mito de seus ancestrais.

Aqui está uma grande diferença entre a abordagem junguiana e a psicologia tradicional. Jung toma como objeto de sua investigação o mito que tantos pensadores e psicólogos têm menosprezado por considerarem uma forma de pensamento pseudo-conhecimento, uma fantasia, uma pura invenção, não podendo por isso ser objeto de uma investigação racional e científica.

Precisamente essa abordagem junguiana levou muitos psicólogos “racionalistas” a criticar duramente Jung e sua escola que permaneceu isolada de outras correntes de pensamento europeias (devemos lembrar que entre o final de 1800 e o início de 1900 as influências do positivismo ainda eram muito fortes). No entanto, Jung teve o mérito e a coragem de demonstrar

que a psicologia não pode ser considerada uma ciência plena, como a física ou a matemática, pois tem a psique, a alma, como objeto de estudo, e esta escapa das malhas da rede utilizada pelo cientista para estudá-la.

Tendo essa visão mais ampla do objeto de estudo da Psicologia vamos tentar entender melhor o que é o inconsciente para Jung, quais são os arquétipos, os símbolos, qual é a função do mito, sua importância e como ele influenciou o pensamento humano, determinando os diversos "tipos psicológicos" que existem na humanidade.

Sobre o termo arquétipo Jung afirma que este é um modelo de comportamento que o homem e animais herdaram de seus ancestrais, Jung (2011c). Jung é enfático ao afirmar que do mesmo modo que o homem naturalmente tem um padrão de funções orgânicas que ele herda, tais como, as funções do fígado, do coração e de todos os órgãos, o padrão de funcionamento psíquico também funcionará de uma determinada maneira, seguindo seu próprio modelo. Dito em outras palavras, as maneiras pelas quais o homem deve se comportar são expressas por meio de um arquétipo, por isso os povos primitivos possuíam lendas e histórias que passavam de geração para geração, e a partir das quais temos muito a aprender.

Jung explica que foi justamente esse costume típico dos homens primitivos que lhes deram o ponto de partida para estudar os arquétipos, Jung (2011c). O ato dos anciões encenarem histórias para os mais jovens ou mesmo ilustrar modos de comportamento transmitindo padrões morais, fizeram com que ele percebesse que a estrutura do que chamou de “inconsciente coletivo” é, de fato, um conjunto de imagens arquetípicas, cada uma delas dotada de uma qualidade exclusiva. Nesse sentido os arquétipos são dinâmicos, não sendo imagens inventadas pelo intelecto e sempre estando presentes para produzir certos processos no inconsciente, que podem ser comparados com os mitos.

Esta é a origem da mitologia, que nada mais é do que a expressão verbalizada de uma série de imagens, que representam os próprios arquétipos. Não é possível estabelecer quantos são esses arquétipos, porque não é possível conhecê-los ou percebê-los com os nossos sentidos, visto que o arquétipo é completamente inconsciente, apenas seus efeitos podem ser vistos. Esses arquétipos, cuja essência íntima é inacessível à experiência, representam o suprassumo do funcionamento da psique dos nossos ancestrais, ou seja, as experiências da existência orgânica em geral, acumulados através de milhões de repetições e condensados em imagens específicas. Portanto esses arquétipos não são percebidos pelos nossos sentidos, mas os captamos através

de uma “intuição introvertida” presente em nosso inconsciente modificado por eles, justamente por isso Jung compara os arquétipos ao “númeno da imagem” de que fala Kant, Jung (2011c).

Sendo uma “imagem primordial”, o arquétipo sempre apresenta um caráter arcaico com aspectos que vão ao encontro de temas mitológicos conhecidos, portanto, há sempre essa estreita ligação com o mito quando se trata de arquétipos e símbolos. Basicamente o que Jung percebeu foi a estreita relação entre o inconsciente de um ser vivo e as imagens míticas. Mais precisamente a semelhança de motivos nos contos lendários de povos muito distantes revela essa ligação com “imagens primordiais”. A imagem primordial nada mais é do que uma “imagem de origem impessoal”, Jung (2011c). A esse respeito Jung faz o importante esclarecimento de que a imagem pode ser de origem pessoal ou impessoal. Neste último caso é coletiva e caracterizada por personagens mitológicos.

Falando mais especificamente desses personagens mitológicos podemos dizer que o mito sempre acompanhou a história do homem desde as suas origens, mas no Ocidente, é sobretudo o mundo clássico grego e latino e as Sagradas Escrituras que desempenham um papel eminente. A palavra mito deriva do grego e significa, fala, fábula, lenda, é um termo filosófico e religioso que indica a enunciação em formas não racionais, mas fantásticas, de certas verdades morais, histórico-sociais e religiosas. Esse é o uso que fazem dele escritores gregos antigos como Homero, Eurípides e filósofos como Platão e Aristóteles. Em particular, Homero quis personificar certas virtudes nas figuras dos heróis como honra, coragem, sabedoria e apresentá-los como modelos, ou símbolos, com um objetivo pedagógico específico.

Mas como destaca Diel (1991), foi no seio do próprio mundo grego antigo que surgiram os primeiros opositores ao mito. Os sofistas, primeiros opositores ao mito, buscavam uma verdade que pudesse ser racionalmente demonstrada, daí a rejeição de tudo o que fosse irracional. Quem, por outro lado, reavaliou a importância do mito foi Platão. Platão fez grande uso do mito em seus diálogos, pois segundo ele existem verdades que não podem ser explicadas apenas pela razão, pois muitas vezes a razão sozinha não consegue “subir muito alto” e explicar certas coisas que escapam ao conhecimento sensível e então o mito vem em seu auxílio. Para Platão, o mito se identifica com o “logos”, pois o mito também trabalha para o conhecimento. Aristóteles polemiza com a concepção platônica do mito e a identifica com a fábula, que a ciência deve dissipar seguindo um método rigorosamente racional.

Com o cristianismo, o mito volta a ter um papel importante, Diel (1991). O cristianismo conta a história de Cristo, filho de Deus, que veio ao mundo e se fez homem para vencer a morte

e garantir a salvação eterna. Ao longo da Idade Média prevaleceu a interpretação alegórica do mito, como sombra da verdade da fé. Bacon ainda está ligado à interpretação alegórica, enquanto Descartes, profeta de um novo racionalismo, relega o mito às armadilhas poéticas, e durante todo o período do Iluminismo e do racionalismo o mito foi considerado sinônimo de ignorância, de pura fantasia e como tal tinha que ser desgastado, Santos (2008).

Só com Vico e sobretudo com o idealismo romântico encontraremos uma reavaliação filosófica do mito. Para Vico o mito não se opõe à história, mas é a primeira manifestação dela, não é uma simples fábula e nem mesmo uma cobertura poética de uma “sabedoria oculta”, mas uma compreensão fantástica da verdade. Nessa mesma linha Schelling também reavalia o mito, para ele o pensamento puramente lógico deixa escapar o devir e a história concreta, enquanto a mitologia expressa as verdades históricas, os significados fundamentais do desenvolvimento histórico até a revelação cristã. O mito para Schelling não tem valor alegórico, ou seja, não se refere a uma verdade ou a um fato diferente de si mesmo, mas é tautegórico, ou seja, significa apenas a si mesmo, pois expressa um momento de desenvolvimento da consciência humana em a história de seu desvio e de sua progressiva redenção, Santos (2008). Com o positivismo, o mito mais uma vez entrou em crise para ser redescoberto, ainda que tacitamente, no início dos anos 1900 com destaque para os trabalhos de Freud e Jung.

Jung estudou em profundidade não apenas os mitos gregos e latinos, mas também os mitos religiosos como, por exemplo, os estudos sobre Cristo, o Tao, a Missa, Jó e todas as figuras das Sagradas Escrituras. Com isso, Jung queria demonstrar que as representações religiosas seriam imagens arquetípicas do self e não apenas alguma substância metafísica de uma transcendência infinita que, de forma sobrenatural, não teria relação com a vida, Jung (2011d).

O self representa para ele a totalidade de todos os fenômenos psíquicos conscientes e inconscientes e, como temos imagens arquetípicas no inconsciente, a visão do self é uma visão mítica/teológica e, portanto, arquetípica. De acordo com Jung (2011a), o self aparece empiricamente em sonhos, mitos e contos de fadas em uma imagem da personalidade de grau superior, como rei, herói, profeta, salvador, etc.; ou um símbolo de totalidade, como o círculo, o quadrado, a quadratura do círculo, a cruz, etc. Representando um “complexio oppositorum” Jung (2011d), uma síntese de opostos, ele também pode aparecer como uma díade unificada, como o Tao, ou, como um par de irmãos ou no aspecto do herói e seu antagonista. Isso significa que no terreno empírico o self aparece como um jogo de luz e sombra, embora conceitualmente

seja entendido como um todo orgânico e, portanto, como uma unidade na qual os opostos encontram sua síntese, Jung (2011c).

Portanto, o self representa a unidade e a totalidade da personalidade considerada como um todo. A exploração do self como, por exemplo, em processos psicoterápicos, pode realizar uma forma de “retorno” que leva à redescoberta das imagens míticas e religiosas como arquétipos. Naturalmente, este “retorno” ocorre em etapas, ou mais especificamente, em três etapas ou tempos que são: lembrar, contemplar e amar. Parte-se da memória de conceitos arquetípicos para chegar ao aprofundamento e, portanto, à percepção dessas imagens, este é um “caminho para baixo”, uma “escavação” nas profundezas (parecido com o processo da psicanálise freudiana). Mas não basta lembrar e contemplar, é preciso um terceiro momento que Jung define como “Eros”, amor.

A função do Eros junguiano é colocar em movimento a relação do indivíduo consigo próprio, é a experiência da alma que sente a relação entre dois aspectos do self que, de outra forma, só poderiam ser vivenciados como opostos contraditórios. O amor é “coincidentia oppositorum” Jung (2011d), é um elo entre a imagem e a vida. Nesse ponto, foi precisamente o estudo da alquimia que levou Jung a essas conclusões. As imagens da mitologia estavam muito distantes no tempo para poderem servir de ponto de partida, somente quando ele começou a entender a alquimia é que percebeu que ela constituía uma continuidade do mito, ou, em outras palavras, a alquimia oferece às imagens primordiais uma chance de expressar sua semelhança com o conceito que o self tem de si mesmo, por isso Jung considerava a alquimia um “mito poético”.

Mas a poesia é Eros porque “desperta em nós uma semelhança”, logo, o amor torna-se uma ponte que liga as imagens mitológicas à vida real e os conceitos mitológicos podem ser considerados como metáforas do modo autêntico como a alma apreende a vida real. Assim, pelo que foi dito até aqui, fica demonstrado como a partir da perspectiva teórica de Jung há de fato uma relação entre o mito, considerado como imagem arquetípica, e a forma como a pessoa (ou melhor, o self) apreende a vida real e se comporta em relação a isto. Tal configuração constitui a base do processo de individuação, no qual o indivíduo parte de uma situação em que se encontra num coletivo amorfo inconsciente e vai em direção de sua autorealização unificada consciente.

O PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO E A EVOLUÇÃO NECESSÁRIA DO INDIVÍDUO: O EXEMPLO DE JUNG

Jung não acreditava que o único fim do homem e, portanto, o único fim da educação e da análise, fosse a adaptação ao mundo exterior como, de certo modo, considerava Freud. A insistência neste ponto é um traço ligado a um aspecto do próprio caráter psicológico de Jung que ele chamou de "Introversão" e que lhe parecia opor-se, antes de qualquer discordância teórica, ao aspecto predominante do caráter de Freud, que aos olhos de Jung seria a "Extroversão".

A fórmula da saúde mental para Freud era "amar e trabalhar", uma bela síntese que, no entanto, também testemunha a primazia que o mundo exterior tinha para ele. Jung, porém, não concordava com essa perspectiva e achava que a saúde mental não era apenas uma questão de adaptação ao meio externo. Para ele, a plena saúde mental é o resultado de um processo mais amplo, ao qual chamou de "individuação".

Para compreender melhor o que isso significa é útil partirmos da definição de individuação que Jung dá a este conceito, em uma espécie de dicionário sintético encontrado no capítulo final da obra "Tipos Psicológicos": "Individuação é em geral o processo de formação e de particularização de seres singulares, em particular o desenvolvimento do indivíduo psíquico como distinto do ser geral, da psicologia coletiva. Individuação é, portanto, um processo de diferenciação que tem como objetivo o desenvolvimento da personalidade individual". (JUNG, 2011c, p.485).

Jung então sublinha que a individuação é uma espécie de necessidade natural de todo indivíduo. Qualquer impedimento a ela compromete a atividade vital do indivíduo e constitui uma deformação artificial que acaba por repercutir negativamente, não apenas na saúde mental do sujeito, mas também em todo o coletivo. No entendimento de Jung, um grupo social formado por indivíduos deformados não pode ser uma instituição sadia e com vitalidade no longo prazo. É fácil compreender esse entendimento de Jung, pois somente uma sociedade que seja capaz de manter sua coesão interna e seus valores coletivos em condições de máxima liberdade do indivíduo pode esperar uma vitalidade duradoura.

De fato, o destino do processo de individuação e o destino da coletividade caminham juntos. Como o indivíduo não é apenas um ser único, mas pressupõe também uma relação coletiva para sua existência, o processo de individuação não leva ao isolamento, mas a um vínculo coletivo mais intenso e geral com todos que o circundam.

A individuação parece então, em Jung, estar intimamente ligada à emergência do self, como diferente do ego imediato. Na concepção junguiana o self aparece e se anuncia de várias formas como, por exemplo, na “fantasia inconsciente” encontrada na literatura universal com personagens demonstrando uma personalidade superior ou ideal, como foi o caso de Fausto em Goethe ou Zaratustra em Nietzsche. O processo de individuação envolve, portanto, a diferenciação não apenas do coletivo (no início do processo), mas também uma diferenciação do próprio ego (no final do processo).

Jung enfatiza que esse processo só pode ser realizado percorrendo uma estrada muito mais ampla do que a mera realização da psicoterapia de base científica (principalmente se nos remetermos aos moldes da ciência da época). É relativamente fácil compreender isso quando observamos as explicações dadas por Jung em “Tipos Psicológicos” onde ele questiona o que pode significar o adjetivo “científico” aplicado à psicologia. Ele relembra seus primeiros trabalhos experimentais com testes associativos, nos quais eram medidos os diferentes tempos de reação à uma palavra proposta, para destacar o que chamou de “complexos tonais emocionais”. Porém ele demonstra como superou esse método de investigação da psique e argumenta que quem se aprofunda na essência da psicologia requer algo mais do que uma formatação precária, confinada dentro dos limites da metodologia experimental das ciências naturais, para fazer justiça à essência da alma humana.

No entanto, alguém poderia questionar: se deixarmos os “números” e as “medidas” de lado, a que podemos recorrer para descrever adequadamente (cientificamente) os fenômenos psicológicos? Para Jung, podemos fazer isso por meio da busca pela precisão conceitual que pode (e deve) substituir os critérios quantitativos. O problema é que, como todos sabem, é justamente a falta dessa exatidão, a variabilidade e a polissemia dos conceitos psicológicos, que constituem o ponto fraco da psicologia.

Para minimizar essa situação, Jung buscou ao máximo aumentar o grau de precisão dos conceitos que utilizava e para tanto ao longo de suas obras descreveu da forma mais minuciosa possível, o modo como ocorrem, na vida prática, os fenômenos que ele apresenta na teoria sob a forma de conceito, como é o caso da individuação. Assim, para descrever o processo de individuação, cabe destacar um de seus pontos principais, pelo menos para quem está iniciando essa jornada. Jung argumenta que o primeiro passo na direção da individuação é a “culpa trágica” que vai se acumulando nas etapas seguintes do processo até chegar a um ponto de “expição”.

Jung fala que existe uma "expição pela culpa da individuação". Porém, a quem essa expição deve ser direcionada? A resposta simples para essa pergunta é, para toda a humanidade. Ao se isolar, quem se move em busca da individuação opera uma espécie de secessão, ele se "esquiva" do coletivo. Basicamente é como se devido ao fato do indivíduo ter se subtraído do coletivo ele devesse pagar um resgate, ou seja, ele deve produzir valores equivalentes que para compensar sua ausência.

Sem essa produção de valores, sem essa compensação, a individuação definitiva seria imoral, na verdade seria praticamente suicida. Quem não sabe criar valores sacrifica-se conscientemente ao espírito de unanimidade coletiva, acaba permanecendo no inconsciente coletivo, por isso quem decide "pagar o preço" do processo de individuação precisa devolver algo ao coletivo como compensação pela sua saída. Em troca desse ato de coragem, o indivíduo tem a oportunidade de escolher a forma e a comunidade à qual deseja se sacrificar. Nesse ponto é interessante destacar que a semelhança entre esse processo de evolução psicológica pessoal (individuação), apresenta paralelos incontestáveis com as narrativas míticas que descrevem a "jornada do herói", como tão bem nos apresentou Campbell nas suas obras "O poder do mito" e "O herói de mil faces". Campbell (2007) e (2013).

Jung enfatiza que a culpa a expiar é, mais precisamente, a da deserção. É como se a sociedade tivesse não só o direito, mas também o dever de desprezar o indivíduo se ele não criar valores equivalentes à sua ausência para o coletivo. Se ele não criar algo de valioso para entregar como pedágio pela sua saída da sociedade, ele é de fato um desertor, que permite que apenas a sombra de sua personalidade brilhe para o mundo exterior. Se não forem criados valores positivos, o desertor será apenas um parasita cheio de arrogância.

Esse fenômeno é facilmente observado, por exemplo, no mundo das Artes. Grandes artistas são, aos olhos das pessoas comuns, pessoas que vivem uma vida excêntrica e isolada, mas que compensam essa "forma estranha de ser" deixando como legado para a humanidade, obras primas produzidas durante o período de isolamento. O contrário também é verdadeiro, artistas que não presenteiam a humana com grandes obras, não são poupados pelo ostracismo que se auto impuseram e são completamente desprezados. A punição por isso pode vir tanto de fora (pela sociedade), quanto de dentro (do próprio indivíduo), visto que não é raro encontrarmos artistas que sucumbem nesse processo e caem vítimas de um profundo esgotamento nervoso. A História da Arte está recheada de nomes de artistas que enlouqueceram porque durante o seu processo de reclusão criativa (ou poderíamos dizer de individuação) não

suportaram lidar com a sua culpa trágica e sucumbiram ao delírio de acharam que não produziram uma obra boa o suficiente.

O próprio Jung quase foi vítima dos perigos dessa jornada mítica do herói que é a busca por si mesmo, a busca pela individuação. Jung não tinha certeza do que estava fazendo ao realizar o seu próprio processo interno de autoconhecimento, sua autoanálise. Em 1916 já trabalhava há alguns anos na elaboração dos seus exercícios de "imaginação ativa" (Livro Negro e Livro Vermelho), que o mantinham ocupado. Mas o que eram os Livros Negro e Vermelho? Para ele, certamente algo a que dedicou a maior parte de sua energia e, portanto, seria o seu pedágio, aquilo que ele entregaria como pagamento pela sua liberdade ao sair das amarras do coletivo. Mas a dúvida de Jung nesse momento era: será que aquilo teria algum real significado para os outros? Teria algum valor reconhecido a ponto de realmente servir como pagamento pela sua individuação, ou seria algo não utilizável? Como veremos, a questão da culpa é mais radical do que apenas uma dívida a ser paga à sociedade.

Há uma conhecida passagem de sua autobiografia, em “Memórias, Sonhos, Reflexões” Jung (1996), em que Jung se questiona, ou é questionado por uma “voz interna”, sobre o sentido que atribuía ao seu livro “Símbolos da transformação” Jung (2011e), obra que levou ao seu afastamento de Freud. A voz lhe disse que “agora ele tinha uma chave para a mitologia”, pois ele havia acabado de escrever um livro sobre a questão do herói como sendo o tema mítico em que a humanidade vive desde tempos imemoriáveis. Mas a pergunta que a voz fazia a Jung era: qual é o mito em que os homens vivem hoje? A resposta de acordo com Jung (1996), era: o mito cristão. Mas Jung se questionou se ele mesmo vivia esse mito como um mito pessoal, no seu processo pessoal de desenvolvimento psicológico, e a resposta, se fosse dada de um modo honesto, seria não.

Foi então que Jung percebeu que ele só poderia fazer o seu pagamento pela sua individuação para com a coletividade, ou seja, finalizar os Livros Negro e Vermelho, se ele próprio imergisse no mito do herói, mas dentro do universo simbólico onde ele pudesse ter o domínio das armas necessárias para derrotar os monstros que todo herói encontra na sua jornada. Em outras palavras ele só poderia realizar a jornada do herói por meio do mito cristão, na simbologia em que ele, desde o seu nascimento, estava imerso, ou seja, na simbologia cristã. Foi nesse ponto que Jung redescobre a Alquimia e percebe que ela era o seu instrumento simbólico para realizar a jornada mítica do herói, conseguir realizar o seu grande feito (escrever os Livros Negro e Vermelho), pagar o seu pedágio para se libertar da coletividade e finalmente conseguir a sua evolução psicológica por meio da individuação.

Apenas a título de ilustração é interessante vermos como o mito se manifesta auxiliando esse percurso, por meio de um exemplo que o próprio Jung narra sobre uma das várias vezes em que isso ocorreu durante o seu processo pessoal de individuação. Em “Símbolos da transformação” Jung (2011e), tomando como exemplo o ensaio *The Ages of the Sun God*, de Leo Frobenius, Jung havia retracado a história de Hiawatha, um herói indiano, cuja história foi contada pelo poeta americano Longfellow.

É a história de um deus solar que caiu no mar a Oeste, o lugar do pôr-do-sol, e foi engolido por um grande peixe ou um cetáceo dentro do qual fez uma viagem noturna. Ao final da jornada abriu-se uma saída do animal que o havia engolido e o deus pôde retornar à luz no Leste. O mito simboliza a morte e o renascimento do herói, segundo um movimento circular, do pôr-do-sol ao novo nascer, ao renascimento do sol. Jung relata que nesse momento pensava em colocar-se fora de contato com qualquer mito de morte e renascimento, mesmo em sua última versão cristã, representada na morte e ressurreição de Jesus. O mito pessoal do herói, porém, tomou forma em Jung num sonho dramático, precedido por uma imagem que lhe apareceu durante um exercício de imaginação ativa. Jung relata que durante o exercício viu uma espécie de lago onde na água flutuava o cadáver de um jovem loiro, com um ferimento na cabeça. Seis dias depois, em um sonho, a imagem se desenvolveu em uma narrativa, a história do assassinato do herói.

No sonho, o herói assassinado era Siegfried, o herói loiro da mitologia germânica. Os autores do crime eram Jung e um jovem de pele escura. Incongruentemente, comparado ao tempo do mito, os dois estavam armados com rifles e estavam posicionados na curva de um caminho de montanha. Eles sabiam que precisavam matar Siegfried, embora parecessem ignorar o motivo. Tudo se passou como em um boletim de ocorrência policial. Ao amanhecer, anunciado pelo som de sua buzina, Siegfried apareceu, no alto da crista da montanha e desceu pela encosta em uma espécie de carruagem feita de ossos de mortos a uma grande velocidade. Assim que o viram aparecer, os dois atiraram nele. Após a execução, Jung foge, pois estava com medo de que o crime fosse descoberto, mas uma forte tempestade repentina apagou todos os vestígios do assassinato e assim a vida poderia continuar normalmente, porém um sentimento de culpa insuportável permanecia afligindo Jung.

Analisando o sonho é possível perceber que aqui, de diferentes maneiras, reaparece a conexão entre culpa e individuação. Não é apenas culpa da deserção do coletivo, Siegfried representava o coletivo germânico em que Jung estava inserido (a Alemanha da época tendia a se afirmar heroicamente sob sua “força de vontade”). Desertar dessa busca coletiva germânica

de autoafirmação, não era apenas uma “traição do coletivo”, mas também uma traição do próprio "ego ideal", algo profundamente analisado por Freud em sua obra “Sobre o Narcisismo: uma introdução”, Freud (1996b). Jung refere que sentiu um forte sentimento de compaixão, como se ele próprio tivesse sido morto, como uma dor que se sente quando se é forçado a sacrificar seu ideal, sua atitude consciente, e concluiu que era necessário, portanto, pôr fim a essa identificação com o ideal do herói (como ego ideal), pois há coisas superiores à vontade do ego, às quais o indivíduo precisa se submeter.

Curiosamente, o abandono do ego ideal e o abandono do coletivo caminham juntos, como se fosse um único gesto. O simbolismo de Siegfried, como herói coletivo e ego ideal ao mesmo tempo foram, para Jung, uma indicação do quanto o inconsciente individual e o inconsciente coletivo estão entrelaçados.

O despertar desse sonho também foi bastante dramático para Jung que relata que assim que acordou começou a meditar sobre o sonho, mas sem conseguir compreendê-lo. Ele tentou voltar a dormir; mas uma “voz interior” lhe disse que ele deveria entender o sonho e deveria entendê-lo imediatamente! Esse desejo interior ficou cada vez mais forte, até que chegou o terrível momento em que a “voz lhe disse” que se ele não entendesse o sonho, então teria que se matar. Havia um revólver carregado na gaveta do criado-mudo ao lado da cama, e Jung começou a ficar com medo.

Na realidade, a explicação da linguagem concreta utilizada pelo interlocutor imaginário, pela voz interior, é menos dramática do que em seu sentido literal, significava apenas que compreender o sonho era de vital importância, tanto no sentido coletivo quanto no pessoal. Como Jung sabia, o sonho contém a indicação do que algo precisava ser feito, no caso específico, renunciar à identificação com o eu heroico, ou melhor dizendo, com a sua fantasia de ser um herói para a sociedade (lembrando que Jung foi considerado por Freud como o “príncipe herdeiro” da psicanálise). Não compreender isso significaria continuar, de forma suicida, no antigo caminho.

Siegfried era, portanto, um traço da consciência coletiva (alemã), mas, como herói, ele era uma figura, uma imagem arquetípica do inconsciente coletivo. Matá-lo significava desidentificar-se dele, dessa figura que, embora heroica, o ligava a ideais externos coletivos. O mito pessoal do herói elaborado por Jung foi, portanto, significativamente diferente do mito coletivo reconstruído por Frobenius. Não é um mito circular de morte e renascimento. O herói, esse herói (no caso, Siegfried), é morto de uma vez por todas, definitivamente. O que nasce,

vindo à tona pela primeira vez, é o sujeito que se propõe a trilhar o caminho da individuação, no caso, o próprio Jung, transfigurado, renovado, o mesmo, porém diferente.

Assim como aconteceu na história mítica de Cristo que após a ressurreição foi reconhecido por seus discípulos como sendo o mesmo de antes da crucifixão, porém diferente, Jung também continuava sendo o mesmo homem, aos olhos das pessoas, após seu processo de individuação, porém internamente estava diferente. Isso demonstra a dimensão mítica do processo de individuação, um processo que toda pessoa precisa passar se não quiser vivenciar apenas uma existência vazia durante sua breve passagem na Terra. Esse é um processo de desenvolvimento, de evolução psíquica, que invariavelmente todos são convidados a trilhar, sendo que a única diferença que existe é que alguns podem rejeitar o convite enquanto outros podem realiza-lo de modo mais espontâneo pelo contato íntimo com a Arte, Alquimia, Religião, etc, ou de um modo menos espontâneo, que precisa de um certo grau de indução, como é o caso da psicoterapia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de mito vai além da linguagem, portanto, supera a dualidade inerente à dimensão histórica, o mito fala a cada um de nós pessoalmente, fala-nos de fatos que têm um valor íntimo, ele nasce e morre junto com o homem. A palavra grega *mythologia*, em sua etimologia, não remete apenas a "histórias" (*mythoi*), mas também "contar" (*legein*), ou seja, uma história que originalmente não apenas despertava ressonância externa, mas causa ressonância íntima, que desperta a ideia de que a história contada diz respeito tanto ao narrador quanto aos ouvintes.

Essa forma de narrativa, esse discurso, pode ser claramente generalizado para toda a experiência analítica e, em particular, para a rememoração de experiências passadas do indivíduo (o cliente no caso da psicoterapia) que podem ser conectadas à narração-recordação de eventos ou contos míticos. O acontecimento narrado nos mitos não faz parte de uma verdade objetiva extraída de experiências externas, pois o que é narrado não se limita a relembrar apenas eventos (o que aconteceu) mas também o que poderia ter acontecido ou ainda, o que poderá acontecer.

O conto resultante da narrativa pessoal de alguém em um processo terapêutico, no seu sentido mais amplo, é idêntico a narrativa mítica que se baseia mais na probabilidade do que na verdade. A verossimilhança é uma verdade que, além do nível dos fatos, soma-se ao da

possibilidade. Não estamos interessados no que realmente aconteceu, mas na memória do que aconteceu e nas expectativas do que poderá acontecer.

O mito assim está na base de qualquer processo de autoconhecimento, como é o caso do processo psicoterápico, logo, fica evidenciado o quão poderoso ele pode ser, de modo a servir como um instrumento facilitador do processo de individuação. Jung não apenas descobriu ou utilizou isso na sua prática clínica, mas, sobretudo, experimentou esse contato íntimo com o mito e foi a partir desse contato profundo que o pai da Psicologia Analítica pôde realizar o seu próprio processo de auto realização e apontar o caminho para todos aqueles que vieram depois dele. Esse caminho pode (e deve) ser trilhado por qualquer um, quer seja um analisando ou um terapeuta, pois o que aprendemos quando relacionamos a mitologia com o desenvolvimento psíquico é que, na verdade, quando os fatos da vida pessoal de uma pessoa são organizados ao longo de uma linha significativa dada por conteúdos universais, abrem-se portas para uma dimensão da realidade composta de infinitas possibilidades, mas que apenas o indivíduo, com suas próprias pernas, pode cruzar.

REFERÊNCIAS:

- BETTELHEIM, B. **A Psicanálise dos Contos de Fadas**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- BRANDÃO, J. S. **Mitologia Grega**. Vol. I. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CAMPBELL, J. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 2007.
- CAMPBELL, J. **O Herói de Mil Faces**. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 2013.
- DIEL, P. **O Simbolismo na Mitologia Grega**. São Paulo: Attar, 1991.
- FADIMAN, J.; FRAGER, R. **Teorias da Personalidade**. São Paulo: Harbra, 1986.
- FREUD, S. **A Interpretação dos Sonhos**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- FREUD, S. **Escritores Criativos e Devaneio**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.
- FREUD, S. **Sobre o narcisismo: uma introdução**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.
- JUNG, C. G. **Memórias, Sonhos, Reflexões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- JUNG, C. G. **Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo**. In: Obras Completas de C. G. Jung, vol. IX/1. Petrópolis: Vozes, 2011a.

JUNG, C. G. **Psicologia do Inconsciente**. In: Obras Completas de C. G. Jung, vol. VII/1. Petrópolis: Vozes, 2011b.

JUNG, C. G. **Tipos Psicológicos**. In: Obras Completas de C. G. Jung, vol. VI. Petrópolis: Vozes, 2011c.

JUNG, C. G. **Psicologia e Alquimia**. In: Obras Completas de C. G. Jung, vol. XIII. Petrópolis: Vozes, 2011d.

JUNG, C. G. **Símbolos da Transformação: análise dos prelúdios de uma esquizofrenia**. In: Obras Completas de C. G. Jung, vol. V. Petrópolis: Vozes, 2011e.

NUNES, E. P.; NUNES, C. H. P. **Freud e Shakespeare**. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

CAPÍTULO 3

A VELHA E ORIGINAL DISCUSSÃO DOS RACIOCÍNIOS E DAS EMOÇÕES NA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO MORAL

Carolina de Freitas Zanotello
Betânia Alves Veiga Dell Agli
Luciana Maria Caetano

RESUMO

Esse capítulo tem o objetivo de apresentar discussão dos raciocínios e das emoções na psicologia do desenvolvimento moral. Os debates em torno do papel dos raciocínios e das emoções datam, na história ocidental, das primeiras formulações filosóficas na Grécia antiga, passando, posteriormente, as mais diversas áreas de conhecimentos. Em psicologia do desenvolvimento, os estudos de epistemologia de Jean Piaget se configuram o início de uma série de pesquisas focadas em raciocínios, impactando, em especial, as pesquisas de desenvolvimento moral posteriormente continuadas por Lawrence Kohlberg. Atualmente, pesquisadores de outras áreas da psicologia, como Jonathan Haidt e Joshua Greene, têm tecido relevantes críticas à tradição racionalista, ressaltando o papel das intuições e emoções para os julgamentos morais. Diante desse cenário, a Teoria do Domínio Social, epistemologicamente sustentada nos trabalhos de Piaget e Kohlberg, apresenta dados empíricos que sustentam reflexões e evidências que defendem a impossibilidade de manutenção da dicotomia entre raciocínios e emoções no desenvolvimento moral.

PALAVRAS-CHAVE: emoções morais; raciocínios morais; desenvolvimento moral; Teoria do Domínio Social.

INTRODUÇÃO

Historicamente, questões morais se desenvolveram em uma ampla gama de disciplinas. No pensamento ocidental, suas origens podem ser encontradas na história da filosofia antiga, quando os gregos “indagaram sobre como a conduta virtuosa e as virtudes como aspectos do caráter (...) estão relacionadas a esse bem maior”¹ (RAWLS, 2000, p.2). Posteriormente, filósofos modernos, como Immanuel Kant e David Hume², se tornaram algumas das principais referências em filosofia moral, fornecendo as bases para muitas das concepções posteriormente desenvolvidas em outras áreas. Quando as áreas do conhecimento começaram a se modificar, alguns dos debates introduzidos pela filosofia moral puderam ser desenvolvidos a partir de outras perspectivas e outros métodos. Nesse cenário, pesquisadores ligados à área de psicologia,

¹ Todas as traduções de trechos em inglês foram feitas pelas autoras deste capítulo.

² Enquanto a filosofia moral kantiana prevê a existência de um dever moral universal derivado da razão (KANT, 2017), a concepção humeniana propõe que a razão não é senão serva das paixões, e, deste modo, os sentimentos seriam a base fundamental da moralidade humana (HUME, 2009).

uma ciência relativamente jovem, trouxeram novos questionamentos e novas evidências aos estudos de moralidade³.

Por muito tempo, raciocínios e emoções foram tidos como aspectos opostos e excludentes da psicologia humana. Hoje em dia, à luz de inúmeras descobertas científicas, podemos notar que tal dicotomia não se sustenta, e, nos estudos de moralidade, cumpre compreendermos a interação entre essas dimensões. Portanto, esse capítulo será organizado em quatro partes, sendo que a primeira abordará os estudos de Jean Piaget (1932/1994) sobre a moralidade da criança, marcando o início de uma importante tradição que se seguiu, posteriormente, com Lawrence Kohlberg (1981), reconhecido como o pai da psicologia do desenvolvimento moral. Em seguida, veremos duas perspectivas que tratam das intuições e das emoções morais, com pesquisadores (HAIDT, 2012; GREENE, 2013/2018) questionando os modelos racionalistas presentes no pensamento ocidental. Por fim, a terceira parte deste capítulo discutirá a perspectiva da Teoria do Domínio Social, que aborda raciocínios morais sem opô-los às emoções. Finalmente, nas considerações finais, retomamos a questão da dicotomia afeto e cognição para os estudos da moralidade e apresentamos algumas conclusões.

JEAN PIAGET E LAWRENCE KOHLBERG

Nos estudos de desenvolvimento moral, uma das principais referências é o trabalho de Jean Piaget, que, enquanto epistemólogo, preocupou-se fundamentalmente com questões acerca de conhecimento, e, compreendendo-o como uma construção, investigou de que modo ocorre o desenvolvimento cognitivo. Sua formação como biólogo e seus estudos em filosofia o fizeram ser influenciado por áreas distintas do conhecimento: a partir de sua formação, notou que organismos tendem a se adaptar à realidade⁴, propondo que, assim como ocorre no desenvolvimento orgânico, o desenvolvimento cognitivo se constitui como uma passagem de estados a caminho de formas mais evoluídas de equilíbrio – “característica intrínseca e constitutiva da vida orgânica e mental” (PIAGET, 1964/1999, p.88). Piaget defende que crianças não nascem com as estruturas lógicas já formadas, mas que as irão construir ao longo de seu desenvolvimento. Nesse processo, é atribuído ao indivíduo um papel ativo, uma vez que é capaz de exercer ações sobre o meio; na interação entre este sujeito ativo e o meio, aspectos

³ É importante ressaltar que não há, em psicologia moral, um consenso sobre a definição de moralidade, sendo necessário buscarmos em cada pesquisador os critérios utilizados na conceituação.

⁴ Tal adaptação, de acordo com Piaget, parte do equilíbrio dos mecanismos de assimilação e acomodação. Ao assimilar a realidade a seus esquemas já construídos, o indivíduo não se modifica, mas apenas incorpora o meio. Quando, no entanto, o meio impõe desafios que o esquema do indivíduo não é capaz de assimilar, ocorre um desequilíbrio e, em busca de equilíbrio, o organismo acomoda seus esquemas à realidade e às novas informações e situações, modificando-se - ou seja, modificando seus esquemas - nesse processo.

como a maturação, a experiência e o meio social serão fatores fundamentais ao desenvolvimento.

Não obstante o foco de seu trabalho ser desenvolvimento cognitivo, Piaget publicou, em 1932 – quando ainda não havia, portanto, formulado a teoria dos estágios que viria a desenvolver em suas obras posteriores –, um livro inteiramente dedicado ao desenvolvimento moral, *O Juízo Moral na Criança (1932)*, que fez com que viesse a se tornar uma das principais referências na área:

De acordo com **Piaget (1994 [1932])** os indivíduos nascem sem qualquer conhecimento a respeito do mundo normativo (anomia), de forma que as regras começam a ser aprendidas ao longo do seu desenvolvimento e socialização. A grande contribuição do autor para a área consistiu em afirmar a existência de duas morais na criança – heterônoma e autônoma. Segundo **Piaget (1994 [1932])** os tipos de relações vivenciadas pela criança são responsáveis por oportunizar ou não a moral autônoma que, para ele, é uma forma de equilíbrio superior à moral heterônoma. (CAETANO et al., 2019, p. 3)

Nessa obra, a definição que Piaget utiliza de moral nos mostra um pouco de suas influências filosóficas, especialmente da moral deontológica. Assim, temos que “toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por estas regras.” (PIAGET, 1932/1994, p.23). Com isso, Piaget investiga os julgamentos morais de crianças sobre regras de jogos, dando as bases para uma importante tradição de estudos de raciocínios morais⁵. Tal tradição se seguiu, posteriormente, com os estudos dos estágios de desenvolvimento moral de Lawrence Kohlberg⁶, “graças ao qual a psicologia moral consolidou-se como área nobre da psicologia” (LA TAILLE, 2007, p.17). A partir de suas pesquisas, também focadas em raciocínios morais, Kohlberg concluiu que, apesar de haver distintos estágios no desenvolvimento da moralidade humana, nem todas as pessoas chegam ao último estágio, e que, caso cheguem, isso ocorre apenas a partir da adolescência. Para ele, no entanto, o conceito de moralidade não diz respeito a um sistema de regras, como em Piaget, e sim à justiça.

INTUIÇÕES E EMOÇÕES MORAIS

A área de psicologia moral tem se expandido de modo crescente nas últimas décadas, e, com isso, novas perspectivas sobre raciocínios e emoções passaram a ocupar um relevante

⁵ Piaget não se aprofunda na temática da afetividade, uma vez que seu tema de estudo central é a cognição, mas afirma que “existe, com efeito, um paralelo constante entre a vida afetiva e a intelectual (...) Tal constatação só surpreende quando se reparte, de acordo com o senso comum, a vida do espírito em dois compartimentos estanques: o dos sentimentos e o do pensamento. Mas, nada é mais falso e superficial (...) Afetividade e inteligência são, assim, indissociáveis e constituem os dois aspectos complementares de toda conduta humana” (PIAGET, 1964/1999, p.22).

espaço nos debates acadêmicos. Dentre essas novas perspectivas, destacam-se as focadas em intuições (HAIDT, 2012) e emoções (GREENE, 2013) morais, que surgiram tecendo críticas ao que entendem ser uma tradição racionalista ocidental: “A filosofia ocidental tem adorado a razão e desconfiado das paixões por milhares de anos. Há uma linha direta que vai de Platão passando por Immanuel Kant até Lawrence Kohlberg” (HAIDT, 2012, p.34).

A afetividade já era considerada uma dimensão relevante no trabalho de Piaget, mas pesquisadores de intuições morais, como Jonathan Haidt, defendem que é preciso ir mais longe: em contraposição aos modelos racionalistas, afirma que julgamentos morais são causados por rápidas intuições morais, sem que indivíduos estejam cientes dos processos que os fizeram chegar a determinadas conclusões (HAIDT, 2001). Partindo dessa perspectiva, diz ser ineficiente diferenciar entre cognição e emoção, uma vez que “emotions are a kind of information processing” (HAIDT, 2012, p.47). Contudo, afirma ser possível diferenciar entre dois tipos de cognições: as intuições e os raciocínios. Desse modo, considera que o julgamento moral é um processo cognitivo majoritariamente suscitado por intuições, que são pensadas em termos de adaptações psicológicas para a vida social; a partir dos desafios adaptativos enfrentados por nossos ancestrais, teríamos desenvolvido determinadas “fundações morais” inatas e universais:

Cinco desafios adaptativos se destacaram mais claramente: cuidar de crianças vulneráveis, formar parcerias com não-parentes para colher os benefícios da reciprocidade, formar coalizões para competir com outras coalizões, negociar hierarquias de status e manter a si mesmo e seus parentes livres de parasitas e patógenos, que se espalham rapidamente quando pessoas vivem muito próximas umas das outras (...) Se nossos ancestrais enfrentaram esses desafios por centenas de milhares de anos, então a seleção natural favoreceria aqueles cujos módulos cognitivos os ajudaram a acertar as coisas - rápida e intuitivamente - em comparação com aqueles que tiveram que confiar em sua inteligência geral (o cavaleiro) para resolver problemas recorrentes. (HAIDT, 2012, p.110)

Guardadas as devidas diferenças, Joshua Greene propõe algo semelhante: em um de seus estudos, apresenta dilemas morais e não morais para participantes, e então, com a ajuda de um equipamento de ressonância magnética, faz o registro da atividade cerebral. Resultados mostraram que áreas do cérebro associadas com a emoção e cognição social se tornaram mais ativas durante a resolução de dilemas de tipo moral pessoal, enquanto áreas cognitivas do cérebro associadas ao raciocínio abstrato e resolução de problemas se tornaram mais ativas nos dilemas morais impessoais e nos dilemas não morais (GREENE et al., 2004). Posteriormente, Greene propôs a noção de “cérebro de processo dual”: “Para a maioria das coisas que fazemos, nosso cérebro possui configurações automáticas que nos dizem como proceder, mas também podemos usar nosso modo manual para ignorar essas configurações automáticas, desde que

estejamos conscientes da oportunidade de fazer isso e motivados a aproveitá-la.” (GREENE, 2013/2018, p.84).

A TEORIA DO DOMÍNIO SOCIAL

O aparecimento de perspectivas teóricas focadas em intuições e emoções não significa, no entanto, que a tradição de estudo dos raciocínios morais tenha chegado ao fim. A Teoria do Domínio Social (TDS) “differs from recent approaches which have treated reasoning and emotions as dualities, defining morality as largely emotional, nonrational, and based on implicit processes” (SMETANA; JAMBON; BALL, 2014, p.23-24). Essa teoria se baseia nas ideias de Piaget – que não chegou a dar continuidade a seus estudos de moralidade – e de Kohlberg – que recebeu críticas acerca de sua proposta dos estágios de desenvolvimento moral –, assim como em teorizações de filósofos pós-kantianos, em especial John Rawls (1971), Ronald Dworkin (1986), Alan Gewirth (1978/1981) e Martha Nussbaum (1986/2001), concluindo que “a moralidade regula as interações sociais e as relações sociais dos indivíduos dentro das sociedades e pertence à compreensão prescritiva dos indivíduos de como os mesmos devem se comportar uns com os outros.” (SMETANA, 2013, p.833-834).

Essa perspectiva, que hoje em dia se apoia em um número expressivo de pesquisas empíricas em diversos contextos sociais e culturais, surgiu durante os anos 80, quando Elliot Turiel, passou a examinar “os julgamentos sociais de crianças e adolescentes, o curso de desenvolvimento desses julgamentos, as relações de experiência e desenvolvimento social, e as relações de julgamento social e comportamento social.” O modelo escrito por Turiel propõe um enfoque de desenvolvimento como processo construtivo que parte das interações recíprocas entre indivíduo e meio.

Para a Teoria do Domínio Social, moral não é fruto da internalização dos valores a partir da identificação com os pais, como é previsto, por exemplo, pela psicanálise; tampouco adota uma perspectiva comportamental ou de aprendizagem social, que afirmam que a partir de recompensas e punições é que o meio ensina às crianças como devem agir (TURIEL, 1983, SMETANA, 2013). A TDS assume a perspectiva do interacionismo, ou seja, da noção que as relações entre indivíduo e meio são recíprocas, no sentido de dialéticas e interdependentes: ao agir sobre o meio, o indivíduo modifica seu ambiente; quando o ambiente age sobre o sujeito, este também é modificado. Portanto, o sujeito é ativo e, sendo ativo, constrói juízos sobre o mundo social. Esses juízos, no entanto, não formam um sistema unificado, e muito menos

submetido de forma homogênea às construções cognitivas do sujeito (TURIEL, 1983, SMETANA, 2013).

Turiel analisa e estuda lacunas encontradas nos estágios kohlbergianos, propondo uma nova perspectiva teórica: a teoria dos domínios. Ele afirma que o grande problema do que propôs Kohlberg é a assunção de que a estrutura de pensamento do indivíduo forma um sistema coerente, supondo que os diferentes juízos sociais estão vinculados entre si, assim como com o pensamento em domínios não sociais. A hipótese que o autor constrói para explicar as dificuldades encontradas nos estágios de Kohlberg é que existiriam estruturas parciais que organizariam domínios do conhecimento delimitados. Para ele, o conhecimento social não é submetido ao desenvolvimento cognitivo; quando as crianças constroem conhecimento social, constroem distinções e organizam-nas em subsistemas que são distintos dos sistemas de organização lógico-matemáticos. Assim:

As estruturas cognitivas são parciais na medida em que englobam domínios delimitados do conhecimento; o pensamento é organizado dentro dos limites das categorias fundamentais (por exemplo, pensamento lógico-matemático, julgamento moral). O desenvolvimento dentro de um domínio implica reorganizações de pensamento, de modo que sequências de desenvolvimento separadas podem ser identificadas para cada domínio. Uma base para a proposição de que os conceitos são organizados dentro dos domínios baseia-se na ideia de que eles são construídos através das interações do indivíduo com o ambiente. (TURIEL, 1983, p.20)

Portanto, as informações que as crianças tiram do mundo social alimentam estruturas parciais, ou seja, os territórios de conhecimento sobre o mundo social. Portanto, uma das grandes teses defendidas por pesquisadores da TDS é a de que crianças pequenas são capazes de construir conhecimento sobre distintos territórios do domínio social, como o convencional e o moral, abordados por Turiel (1983), e o pessoal, especialmente trabalhado por Nucci (1981).

O domínio moral é compreendido como "a compreensão prescritiva das crianças de atos que têm consequências para o bem-estar, a equidade e os direitos dos outros" (SMETANA; JAMBO; BALL, 2014, p.40) e, regulando as relações entre as pessoas, tem caráter generalizável – ou seja, não se modifica a depender da sociedade em que se está. O Domínio Moral define como deve ser o jeito de tratar o outro, e, portanto, não cumprir com essas regras prescritivas têm consequências diretas na relação interpessoal. Sendo independente do contexto, é também independente do que as autoridades dizem e, portanto, tratam-se de regras inalteráveis. As regras do domínio convencional (ou societal), por sua vez, são normas alteráveis, caso se esteja em outro contexto, e podemos dizer que são arbitrárias, pois podem ser substituídas por outras. A função do domínio societal é manter a ordem social, a organização de grupos sociais e o

sistema social funcionando; ele tem função de descrever normas para os julgamentos, e o certo e errado nessas normas são definidos pela autoridade e pelas regras. Portanto:

As convenções sociais facilitam o funcionamento fácil e eficiente dos sistemas sociais, fornecendo expectativas para um comportamento apropriado. (...) Assim como os conceitos morais, os conceitos sociais são encontrados multiculturalmente, mas sua forma e conteúdo podem variar. Assim, os critérios para convenções incluem julgamentos que os atos são avaliados como contextualmente relativos, acordados, subordinados a regras específicas ou comandos de autoridade, e alteráveis (...) As transgressões convencionais são geralmente vistas como menos graves e menos merecedoras de punição do que as transgressões morais, mas essas diferenças estão correlacionadas com distinções de domínio em vez de critérios formais para distinguir os domínios. Conceitos morais e sociais são ainda mais distintos da compreensão dos indivíduos de si mesmos e dos outros como sistemas psicológicos. (SMETANA; JAMBON; BALL, 2010, p.24-25)

O domínio pessoal (ou psicológico) tem a função de providenciar o entendimento do *self*, de como se é individualmente e como outras pessoas são, do ponto de vista psicológico. Esse domínio também é descritivo, e todas as dimensões psicológicas dizem respeito às escolhas, identidades e entendimento que se tem dos estados mentais de outras pessoas, não sendo possível atribuir a elas juízos de certo e errado (NUCCI, 1981). Neste ponto, cabe citarmos também outro domínio, ainda dentro do domínio psicológico: o domínio prudencial, que diz respeito às preocupações com conforto, saúde e segurança; os critérios, portanto, são de escolha individual (SMETANA, 2013).

Ainda nos anos oitenta, Judith Smetana, uma das principais pesquisadoras dessa teoria, comandou um estudo evidenciando que, já a partir dos três anos, crianças são capazes de diferenciar entre normas morais e normas convencionais (SMETANA, 1981). Desde muito cedo em nosso desenvolvimento, somos capazes de raciocinar sobre diferentes contextos sociais, e, com o passar do tempo, nossa capacidade de fazer juízos, avaliando cada evento com o qual nos deparamos, vai se tornando maior e mais sofisticada (SMETANA, 2013). De fato, pesquisadores da TDS têm fornecido, há décadas, inúmeras evidências desse processo de desenvolvimento do raciocínio moral. O enfoque nos juízos, no entanto, não exclui a relevância do aspecto emocional dos indivíduos, uma vez que essas dimensões não são dicotômicas e, mais do que isso, não são dissociáveis:

A ênfase que coloquei nas crianças, adolescentes e adultos como seres racionais, bem como nas discriminações e coordenação que fazem em suas decisões morais, não deve ser entendida como se as emoções desempenhassem um pequeno papel. Isso significa, no entanto, que a moralidade não é impulsionada principalmente por emoções. Significa também que não são as emoções em si mesmas que guiam a formação de julgamentos sobre o certo e o errado.[...] Além disso, nesta perspectiva, as emoções estão sujeitas a reflexão e avaliação crítica. (TURIEL, 2010, p.6)

Tratando de como emoções e cognição podem ser convergentes⁷, William Arsenio publicou um importante estudo (ARSENIO, 1988) investigando a concepção de crianças pequenas acerca das possíveis consequências emocionais de determinadas situações sociomorais. Posteriormente, junto a Anthony Lover, desenvolveu um modelo sobre as conexões estabelecidas por crianças entre emoções/afetos e eventos sociomorais (ARSENIO; LOVER, 1995). Um dos fenômenos mais curiosos e relevantes dessa linha de pesquisa é o chamado *happy victimizer*, que “mostra que, até os sete anos, crianças pequenas atribuem emoções positivas (como felicidade) a transgressores” (SMETANA, 2013, p.847). A medida em que as crianças crescem – não obstante diferenças individuais no desenvolvimento⁸ –, esse fenômeno vai dando lugar às avaliações mais complexas, uma vez que desenvolvem novas habilidades e adquirem novas capacidades, como a “habilidade para entender emoções conflituosas (...) e ganhos em Teoria da Mente” (SMETANA, 2013, p.851-852). Acreditamos que esse fenômeno ilustre a impossibilidade de separarmos as dimensões afetivas e cognitivas, considerando, portanto, que:

Pensamento e emoções não são peças independentes de um quebra-cabeça. O pensamento e as emoções são partes interdependentes de um todo (Kohlberg, 1969; Piaget, 1981; Turiel, 2006). As emoções não são tão poderosas e o pensar tão fraco que as emoções dominem o raciocínio. As emoções não conduzem o pensamento e o comportamento, e os indivíduos não agem simplesmente de forma não racional ou irracional por causa de reações emocionais inconscientes ou não reflexivas. (TURIEL, 2010, p.557)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão dos raciocínios e das emoções não é nova na psicologia do desenvolvimento moral; ainda assim, permanece latente nos dias atuais, sendo relevante a retomada das contribuições até aqui apresentadas. O capítulo teve o objetivo de apresentar discussão dos

⁷ Uma das mais importantes contribuições à essa discussão foi dada por Antonio Damásio, defendendo que processos cognitivos estão intrinsicamente ligados às emoções: “A ação dos impulsos biológicos, dos estados do corpo e das emoções pode ser uma base indispensável para a racionalidade. Os níveis inferiores do edifício neural da razão são os mesmos que regulam o processamento das emoções e dos sentimentos, juntamente com o das funções globais do corpo, de modo que o organismo consiga sobreviver. Esses níveis inferiores mantêm relações diretas e mútuas com o corpo propriamente dito, integrando-o desse modo na cadeia de operações que permite os mais altos voos em termos da razão e da criatividade. Muito provavelmente, a racionalidade é configurada e modulada por sinais do corpo, mesmo quando executa as distinções mais sublimes e age em conformidade com elas.” (DAMÁSIO, 2012, p.222-223)

⁸ “Embora a prevalência geral de concepções vitimizadoras felizes diminua desde a primeira infância até a adolescência, essas concepções não desaparecem completamente com a idade (veja também, Murgatroyd & Robinson, 1993, 1997); e (b) As diferenças individuais nas expectativas de vitimizadores felizes estão mais estreitamente relacionadas com as diferenças de comportamento em crianças mais velhas do que em crianças mais novas. Esses achados também sublinham uma importante questão não resolvida (Arsenio & Lemerise, 2001), ou seja, como algumas crianças agressivas são capazes de entender a situação emocional das vítimas sem ter esse conhecimento afetando suas próprias respostas emocionais como vitimizadores” (ARSENIO; GOLD; ADAMS, 2006, p.603)

raciocínios e das emoções na psicologia do desenvolvimento moral; pudemos abordar apenas uma pequena parcela dessas contribuições, que são mais extensas do que nosso escopo permite aqui desenvolver.

O modelo das intuições morais apresentado por Haidt (2001, 2012) e do das emoções morais apresentado por Greene (2001, 2013/2018) abriram um importante espaço de discussão com a tradição racionalista já muito bem estabelecida. No entanto, o que a perspectiva da TDS propõe é a possibilidade de que julgamentos rápidos e imediatos existam sem serem guiados unicamente por emoções ou intuições. É o que ocorre, por exemplo, com cálculo e aritmética: "uma vez que esses entendimentos são formados, crianças e adultos podem usá-los de uma forma imediata e rápida, o que não significa que não envolve processos complexos de raciocínio" (TURIEL, 2013, p.11). Além disso, ressaltam a importância do uso de dilemas e eventos hipotéticos pertencentes à vida cotidiana, que envolvam injustiças, danos ao bem-estar de outros e violação de direitos, uma vez que eventos hipotéticos “absurdos”, como, por exemplo, dilemas sobre comer um animal doméstico⁹ e dilemas de *trolley*¹⁰, utilizados pelos autores acima nomeados, podem não informar suficientemente sobre os juízos e comportamentos de indivíduos no dia-a-dia. Não menos importante é a ampla discussão acerca das definições de moralidade, que, se imprecisas e equivocadas, podem comprometer a qualidade dos estudos de desenvolvimento moral (Turiel, 2013)

Com a retomada de tais contribuições, nos parece impossível, hoje em dia, pensar em emoções e raciocínios como partes excludentes entre si dentro de nossos julgamentos morais. Desde Piaget, já é discutida a existência de “um paralelo constante entre a vida afetiva e a intelectual” (PIAGET, 2003, p.22). Diante de um número crescente de pesquisas empíricas dedicadas ao tema, cumpre compreendermos as relações existentes entre essas dimensões, e como ambas estão presentes em nosso desenvolvimento. Parece haver um grande espaço para pesquisas dentro dessa temática, tanto buscando compreender os debates atuais quanto se dedicando à pesquisas empíricas que busquem contribuir com novas evidências.

⁹ O cachorro de uma família foi morto por um carro na frente de sua casa. Eles tinham ouvido dizer que carne de cachorro era deliciosa, então cortaram o corpo do cachorro, cozinharam e comeram no jantar. Ninguém os viu fazer isso. ” (HAIDT, 2012, p.13)

¹⁰ “Um bonde desgovernado vai na direção de cinco ferroviários que serão mortos se o bonde continuar no curso atual. Você está de pé em uma passarela sobre os trilhos, entre o bonde e os cinco ferroviários. Perto de você há um único ferroviário carregando uma grande mochila. A única maneira de salvar os cinco é empurrar esse homem da passarela, para que caia nos trilhos lá embaixo. O homem morrerá, mas seu corpo e a mochila impedirão que o bonde chegue aos outros. (Você não pode pular porque, sem uma mochila, não é grande o bastante para parar o bonde e não há tempo suficiente para colocar a mochila nas costas.) É moralmente aceitável salvar cinco pessoas ao empurrar o estranho para sua morte? ” (GREENE, 2013/2018, p.68)

REFERÊNCIAS:

- ARSENIO, W. F. "Children's conceptions of the situational affective consequences of sociomoral events". *Child Development*, p. 1611-1622, 1988.
- ARSENIO, W; LOVER, A. "Children's conceptions of sociomoral affect: Happy victimizers, mixed emotions, and other expectancies". 1995.
- ARSENIO, W. F.; GOLD, J; ADAMS, E. "Children's conceptions and displays of moral emotions. In: Handbook of moral development". *Psychology Press*, p. 599-628, 2006.
- SMETANA, J. G. "Preschool children's conceptions of moral and social rules." *Child development*, 1333-1336, 1981.
- SMETANA, J. G.; JAMBON, M.; BALL, C. "The social domain approach to children's moral and social judgments". *Handbook of moral development*, v. 2, p. 23-45, 2014.
- CAETANO, L. M. et al. "Concepções educativas morais de crianças e adolescentes: diálogo entre teoria do juízo moral de Piaget e teoria do domínio social de Turiel." *Educação e Pesquisa*, v. 45, 2019.
- DAMÁSIO, A. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. Editora Companhia das Letras, 2012.
- DWORKIN, R. *Law's empire*. Harvard University Press, 1986.
- GEWIRTH, A. *Reason and morality*. University of Chicago Press, 1981.
- GREENE, J. D. et al. "An fMRI investigation of emotional engagement in moral judgment". *Science*, v. 293, n. 5537, p. 2105-2108, 2001.
- GREENE, J. D. "The neural bases of cognitive conflict and control in moral judgment". *Neuron*, v. 44, n. 2, p. 389-400, 2004.
- _____. *Tribos morais*. Editora Record, 2018.
- Haidt, J. *The righteous mind: Why good people are divided by politics and religion*. Vintage, 2012.
- _____. "The emotional dog and its rational tail: a social intuitionist approach to moral judgment". *Psychological review*, v. 108, n. 4, p. 814, 2001.
- HUME, D. *Tratado da natureza humana*. 2ª ed. Unesp, 2009.
- KANT, I. *Crítica da razão prática*. Editora Vozes Limitada, 2017.
- KOHLBERG, L. *The philosophy of moral development: Moral stages and the idea of justice*. 1981.
- LA TAILLE, Y. de. *Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas*. Artmed Editora, 2007.
- NUCCI, L. "Conceptions of personal issues: A domain distinct from moral or societal concepts". *Child development*, p. 114-121, 1981.

NUSSBAUM, M. C. *The fragility of goodness: Luck and ethics in Greek tragedy and philosophy*. Cambridge University Press, 2001.

PIAGET, J. *O juízo moral na criança*. Tradução de Elzon Lenardon. 4ª ed. São Paulo: Summus, 1994.

_____. *Seis estudos de psicologia*. 24ªed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1999.

RAWLS, J (1971). *A theory of justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

RAWLS, J.; HERMAN, B. *Lectures on the history of moral philosophy*. Harvard University Press, 2009.

TURIEL, E. *The development of social knowledge: Morality and convention*. Cambridge University Press, 1983.

_____. “The development of morality: Reasoning, emotions, and resistance.” *The Handbook of Life-Span Development*, 2010.

_____. “Epistemology, development, and social opposition”. *Handbook of moral development*, p. 3, 2013.

CAPÍTULO 4

A FISSURA NA DEPENDÊNCIA DO CRACK: REPERCUSSÕES NAS ESTRATÉGIAS DE COPING UTILIZADAS PELOS USUÁRIOS

Sara Bahia Costa
Mariane Lima de Souza
Jaisa Klauss

RESUMO

A dependência química relacionada ao crack traz prejuízos cada vez maiores para famílias, sociedades e para o usuário. O objetivo deste estudo foi verificar o repertório de estratégias de *coping* utilizadas pelos usuários de crack, considerando as situações que experienciam a fissura como um evento estressor. Participaram do estudo quantitativo 26 adultos (73,08% homens e 26,92% mulheres), com idade de 20 a 53 anos (M=36,8; DP=9,0) que responderam a dois instrumentos: o *Obsessive Compulsive Cocaine Scale* para categorizar o nível de fissura e o *Inventário de Estratégias de Coping* para mapear as estratégias utilizadas no momento da fissura. Os dados foram analisados com o teste de Correlação de Spearman. Os resultados indicaram que os 26 participantes utilizaram a maioria das estratégias do inventário, porém com baixa intensidade. Além disso, identificou-se correlação negativa significativa moderada ($P < 0,050$) entre níveis graves de fissura com um repertório mais reduzido de uso de estratégias de *coping*. Estes resultados evidenciam a importância da construção de intervenções focadas na ampliação do repertório de estratégias para o manejo adaptativo da fissura.

PALAVRAS-CHAVE: Cocaína/Crack, Craving, Estratégias de Coping.

INTRODUÇÃO

A dependência química no Brasil tem alcançado níveis cada vez mais elevados e causado graves problemas familiares, interpessoais e profissionais para os dependentes. A maioria se envolve em atividades ilegais, bem como em eventos associados à agressão e violência que impactam negativamente suas vidas e a sociedade onde vivem (ROCHA & LOPES, 2018). Entre as diversas substâncias que causam a dependência o crack é considerado uma das mais devastadoras.

O uso do crack foi identificado pela primeira vez no Brasil em 1990. É uma droga estimulante do sistema nervoso central, derivada da cocaína. É utilizada através das vias respiratórias, especificamente pelos pulmões, com o ato de fumar (DE CASTRO NETO ET AL, 2020). O crack ativa o sistema de recompensa cerebral e proporciona sensações altamente agradáveis, porém com duração média de 10 segundos. Este curto período de duração dos efeitos agradáveis aciona o padrão de comportamento compulsivo e altera o padrão de

funcionamento cerebral com consequências prejudiciais (DUALIB et al., 2017).

Uma das consequências prejudiciais dessa alteração cerebral é a fissura, que passa a ser ativada a partir de estímulos internos e ou externos (DUALIB et al., 2017). Na quinta versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), a fissura foi incluída no grupo de sintomas de baixo controle do Transtorno Relacionado ao Uso de Substâncias (APA, 2014). Para o diagnóstico da dependência química, portanto, a fissura é um dos sintomas que auxiliam na sua caracterização e delimitação. Ela é usualmente definida como um desejo intenso de consumir a substância psicoativa, e está associada a alterações nas emoções, comportamentos e pensamentos do dependente (RIBEIRO & LARANJEIRAS, 2012; DIEHL, CORDEIRO & LARANJEIRAS, 2018). Considera-se ainda a fissura como uma experiência subjetiva ligada a um desejo urgente de utilizar a droga (SANTOS, ROCHA & ARAÚJO, 2014; ARAÚJO et al. 2015). A medida do nível de fissura é um importante indicador para inferir os resultados do tratamento da dependência química, pois níveis elevados estão relacionados à iminência de recaída (APA, 2014). BALBINOT, ARAÚJO & SANTOS (2014) ressaltam que os gatilhos internos que desencadeiam a fissura envolvem emoções e pensamentos agradáveis ou desagradáveis que ativam o desejo do uso. Já os gatilhos externos estão associados a situações que lembram o contexto de uso da droga. RIBEIRO & LARANJEIRAS (2012) destacam também a necessidade de capacitar os usuários para detectar tais gatilhos.

Essa capacitação possibilitará aos usuários compreender que a fissura faz parte do processo de recuperação, e não simboliza o retorno ao uso, mas a necessidade de encontrar formas para enfrentá-la. Entre as formas para o enfrentamento da fissura, a literatura recomenda evitar situações que disparam os gatilhos e fazer uso de técnicas de distração, buscar contato interpessoal com pessoas sóbrias, aprender técnicas de relaxamento e de manejo cognitivo (BRAGA et al., 2016; RIBEIRO & LARANJEIRAS 2012).

Diante do exposto, buscou-se compreender a fissura a partir de uma teoria que tivesse como foco questões relacionadas ao processo de enfrentamento. A teoria do Estresse e *Coping*, desenvolvida por Richard Lazarus e seus colaboradores (1984) fornece uma perspectiva relevante para a compreensão das formas de enfrentamento utilizadas pelos usuários no momento da fissura. O foco é o entendimento do processo dinâmico e transacional entre pessoa e ambiente, frente a demandas estressantes. O estresse é, neste caso, caracterizado por estímulos externos ou internos à pessoa e considerados aversivos para quem os vivencia. Isto é, para que um estímulo seja considerado estressor é necessário que seja assim percebido por quem os experiencia e exige ações que excedem o potencial disponível para o enfrentamento. A pessoa

obrigatoriamente implementará um esforço cognitivo e comportamental adicional para criar alternativas novas diante do estressor (LAZARUS & FOLKMAN, 1984).

O enfrentamento de uma situação estressora, por sua vez, mobiliza a avaliação e interpretação cognitiva, para que comportamentos sejam emitidos com a finalidade de minimizar ou suportar seus efeitos (FOLKMAN E LAZARUS, 1980). Tal avaliação cognitiva pode ser de três tipos: primária, secundária ou reavaliação (LAZARUS & FOLKMAN, 1984). Na avaliação primária, a pessoa julga se a situação é relevante, benéfica ou estressora e, quando julgada como estressora, ela pode ser considerada como lesiva, ameaçadora ou desafiante. Na avaliação secundária, a pessoa julga o que e se algo pode ser feito, o que inclui as opções disponíveis para o enfrentamento. Na reavaliação, ocorre uma alteração da avaliação inicial a partir de novas informações.

A partir da avaliação cognitiva os comportamentos para o enfrentamento são selecionados e emitidos. Trata-se de uma perspectiva cognitiva e comportamental que resulta em estratégias para o enfrentamento. As estratégias são focadas na emoção quando os mecanismos são direcionados para a regulação das emoções e focadas no problema quando os esforços estão direcionados para solucionar a causa do estressor (DIAS & PAIS-RIBEIRO, 2019). As estratégias focalizadas na emoção e no problema estão em todos os enfrentamentos de forma interdependente e esta divisão é apenas teórica (FOLKMAN E LAZARUS, 1980).

Lazarus e Folkman (1984) desenvolveram um instrumento denominado *Inventário de Estratégias de Lazarus e Folkman* com versão brasileira de SAVÓIA, SANTANA & MEJIAS, (1996) que permite mapear oito diferentes estratégias de *coping* diante de um estressor específico. A estratégia denominada Confronto implica a expressão de emoções indesejáveis com a intenção de eliminar o estressor. Na estratégia de Afastamento, a pessoa tenta distanciar o estressor do pensamento para neutralizar os resultados nocivos. No Autocontrole, busca-se alterar o padrão desagradável produzido pelo estressor com recursos próprios. A de Suporte Social envolve a procura de suporte nas relações interpessoais para enfrentar o estressor de forma adaptativa. Na Aceitação de Responsabilidade enfrenta-se o estressor como suporte em situações já experienciadas ou a partir da criação de novas possibilidades. Na Fuga-esquiva busca-se eliminar o estressor através de processos cognitivos que desconsiderem a existência do estímulo aversivo. A estratégia de Resolução de Problemas focaliza o desenvolvimento de planos de ações para eliminar o estressor de forma adaptativa. E na Reavaliação Positiva ativam-se processos de resignificação e busca por alternativas para ampliar o repertório adaptativo.

As estratégias são sempre consideradas em relação a algo percebido como estressor pelo indivíduo e podem, portanto, ser avaliadas em diversos contextos. No presente estudo, as estratégias foram avaliadas no contexto da dependência química, considerando-se a fissura como o estressor. De acordo com RIBEIRO & LARANJEIRAS (2012), os prejuízos cerebrais causados pela dependência em crack interferem na disponibilidade de recursos cognitivos e comportamentais para o enfrentamento da fissura.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi verificar se existe associação entre a gravidade da fissura e a diversidade e frequência de uso do repertório de estratégias de *coping* dos usuários de crack ao experienciarem a fissura. Parte-se da hipótese de que quanto mais elevado o nível de fissura, menos diverso e menor é a frequência de uso do repertório de estratégias de *coping*.

METODOLOGIA

Delineamento do estudo

Este estudo utilizou o método quantitativo, formatado como um levantamento com corte transversal (CRESWELL, 2010). O delineamento escolhido possibilita uma análise objetiva sobre as associações entre a variável nível de fissura e a variável estratégia de *coping*.

Participantes

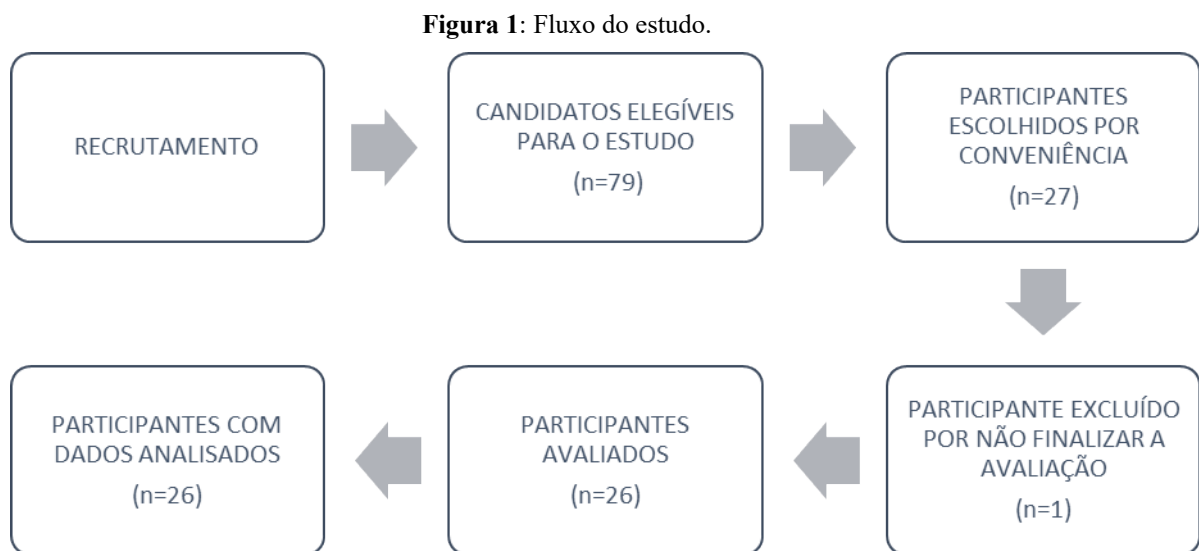
A amostra deste estudo foi composta por conveniência e abrange 26 usuários de crack. Entre os participantes 19 (73,08%) eram do sexo masculino e 7 (26,92%) do sexo feminino. Com idades entre 20 e 53 anos ($M=36,8$; $DP=9,0$), 13 (50%) tinham nível escolar fundamental, 12 (46,15%) nível médio e 1 (3,65%) nível superior.

Os participantes foram recrutados em quatro clínicas que tinham no total 79 usuários de crack. Este número foi utilizado para realizar o cálculo amostral nos programas G*Power versão 3.1.9.2 (FAUL *et al.* 2009) e o BioEstat versão 5.3 (AYRES *et al.* 2007). Utilizou-se o teste binomial exato. O poder do teste foi de 80%, o tamanho do efeito de 27%, o nível de significância de 5% e proporção constante de 50%. Assim chegou-se à amostra de 26 usuários.

Para que a amostra fosse representativa realizou-se uma estratificação por alocação proporcional. Portanto, o recrutamento resultou na seguinte divisão: Clínica A - três usuários, Clínica B - 13 usuários, na Clínica C - sete usuários e na Clínica D - três usuários. A seleção das clínicas foi realizada por conveniência, incluindo instituições privadas e públicas, em que os participantes permanecem em regime de internação ou recebem acompanhamento pelo

período de oito horas por dia. Optou-se por não especificar mais detalhes para que fosse garantida a privacidade das instituições que apoiaram a coleta de dados desta pesquisa.

Para que o participante fosse incluído na amostra adotaram-se como critérios de inclusão: a necessidade de o participante ter o diagnóstico, segundo os critérios do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, de Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias Psicoativas; a principal droga de uso ser o crack; estar há mais de 24 horas que o crack não era utilizado; o participante era alfabetizado e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo A). Foram excluídos da amostra participantes que não sabiam ler e escrever, que estavam a menos de 24 horas sem utilizar o crack e que não assinou o TCLE.



Fonte: Dados coletados no presente estudo

Instrumentos

1) *Obsessive Compulsive Cocaine Scale (OCCS)* – Escala com versão brasileira traduzida e adaptada por BAPTISTA E NAKAMURA-PALÁCIOS (2015). A versão brasileira utilizou os itens 01, 02, 04, 05 e 13 da escala original *Obsessive Compulsive Drinking Scale (OCDS)* e adaptou os itens mencionados para o uso do crack. Os itens são configurados em perguntas e as opções de respostas quantificam os pensamentos relacionados ao uso do crack. Pergunta-se no item 01 “Quanto do seu tempo, quando você não está usando, é ocupado com pensamentos, ideias, impulsos ou imagens relacionadas ao crack?”. Apresentam-se como opções de respostas cinco alternativas numeradas de 0 a 4 (00 - Nenhum; 01 – Menos de uma hora; 02 – Uma a três horas por dia; 03 - Quatro a oito horas por dia e 04 – Mais de oito horas por dia), o respondente é orientado a circular o número da alternativa que corresponde a sua

resposta. O tempo médio de aplicação da escala é de cinco minutos. As respostas são tabuladas e resultam em uma pontuação que pode variar de zero a 20 (BAPTISTA, 2015; KLASSUS, 2018; VORSPAN, 2012). A escala pode ser verificada na íntegra no anexo B.

2) *Inventário de Estratégias de Coping*: O inventário, foi adaptado no Brasil por SAVÓIA (1996). Ele contém 8 fatores descritos a seguir: 1- Confronto; 2- Afastamento; 3- Autocontrole; 4- Suporte social; 5- Aceitação de responsabilidade; 6- Fuga-esquiva; 7- Resolução de problemas; 8- Reavaliação positiva.

Existem 66 frases com estratégias de *coping* para as quais o respondente precisa pensar no estímulo estressor e marcar a frequência que ele utiliza a estratégia (0= não usei esta estratégia; 1= usei algumas vezes; 2= usei grande parte das vezes e 3= usei quase sempre) (Gorestein, Wang & Hungerbuhler (2016). O inventário pode ser conferido integralmente no Anexo B.

Procedimentos

Após aprovação do comitê de Ética em Pesquisa da UFES, com número de parecer 3.733.292, solicitou-se autorização para convidar os participantes em quatro instituições que trabalham com dependência química. Os objetivos da pesquisa foram explicados e TCLE foi apresentado e lido para cada participante que aceitou o convite. O anonimato dos participantes foi garantido e ressaltado.

A aplicação dos instrumentos ocorreu em etapa única, durou em média duas horas e 30 minutos. A aplicação foi conduzida conforme orientações especificadas nos manuais de cada instrumento. Os participantes responderam aos instrumentos na seguinte ordem: escala de fissura *Obsessive Compulsive Cocaine Scale (OCCS)* e o *Inventário de Estratégias de Coping*.

Processamento e análise dos dados

A escala *Obsessive Compulsive Cocaine Scale (OCCS)* e o *Inventário de Estratégias de Coping* foram corrigidos de acordo com as instruções especificadas nos registros de padronização. Após a correção dos instrumentos e análises dos respectivos escores, utilizou-se para as análises estatísticas o software *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* e o *STATA Statistical Software* versão 14.0. (STATA). Utilizou-se a análise de correlação de Spearman como principal teste estatístico, para identificar a correlação entre as variáveis pesquisadas.

Avaliação ética de riscos e benefícios

Cumpriram-se as Resoluções 466/2012, 510/2016 e CNS 196/96 que estabelecem as diretrizes de estudos com seres humanos. O Comitê de Ética em Pesquisa da UFES, recebeu o projeto e concedeu aprovação para a coleta de dados.

RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta as estratégias de *coping* dos usuários de crack no momento que vivenciam a experiência da fissura, indicando que seu uso frequente (utiliza quase sempre ou utiliza sempre) é feito por poucos participantes. As estratégias de Confronto e Fuga e Esquiva foram usadas com grande frequência por apenas dois participantes. Apenas um participante relatou não utilizar a estratégia Confronto, enquanto as estratégias Afastamento, Resolução de Problemas e Suporte Social foram as que tiveram maior porcentagem de participantes indicando que não faz uso. É interessante observar também que a estratégia de Autocontrole é utilizada na frequência ‘algumas vezes’ por grande parte da amostra, seguida por Afastamento e Confronto. Isto é, mais da metade dos participantes utiliza o Autocontrole, o Afastamento e o Confronto como estratégias de *coping* diante da fissura, contudo tais estratégias são utilizadas com pouca frequência (utiliza algumas vezes).

Por outro lado, apareceram com maior frequência de não utilizadas as estratégias de Resolução de Problemas, Suporte Social, Aceitação de responsabilidade, Fuga e Esquiva e Reavaliação Positiva, bem como faz uso pouco frequente das mesmas.

Tabela 1: Distribuição e Frequência da Utilização das Estratégias de Coping

		N	%
Confronto	Não utiliza	1	3,85
	Utiliza algumas vezes	14	53,8
	Utiliza grande parte das vezes	9	34,6
	Utiliza quase sempre	2	7,69
Afastamento	Não utiliza	7	26,9
	Utiliza algumas vezes	15	57,6
	Utiliza grande parte das vezes	4	15,38
Autocontrole	Não utiliza	2	7,69
	Utiliza algumas vezes	19	73,08
	Utiliza grande parte das vezes	5	19,23

	Não utiliza	5	19,23
	Utiliza algumas vezes	12	46,15
Suporte social	Utiliza grande parte das vezes	5	19,23
	Utiliza quase sempre	3	11,54
	Utiliza sempre	1	3,85
	Não utiliza	2	7,69
Aceitação de	Utiliza algumas vezes	12	46,15
responsabilidade	Utiliza grande parte das vezes	10	38,46
	Utiliza quase sempre	2	7,69
	Não utiliza	4	15,38
	Utiliza algumas vezes	10	38,46
Fuga e esquivada	Utiliza grande parte das vezes	7	26,92
	Utiliza quase sempre	4	15,38
	Utiliza sempre	1	3,85
	Não utiliza	5	19,23
Resolução de	Utiliza algumas vezes	13	50,00
problemas	Utiliza grande parte das vezes	4	15,38
	Utiliza quase sempre	4	15,38
	Não utiliza	4	15,38
Reavaliação	Utiliza algumas vezes	10	38,46
positiva	Utiliza grande parte das vezes	8	30,77
	Utiliza quase sempre	4	15,38

Fonte: Dados coletados no presente estudo.

Quanto ao nível de fissura identificado, a maioria (n=22; 84,62%) dos participantes apresentou nível grave, enquanto os demais (n=4; 15,38%) dividiram-se igualmente entre moderado e leve.

A Tabela 2 apresenta a correlação entre os níveis de fissura e a frequência de uso das oito diferentes estratégias de *coping* pelos usuários de crack. Houve associação significativa negativa, embora moderada, entre o nível de gravidade da fissura e o uso das estratégias Confronto, Suporte Social, Fuga e Esquivada, Resolução de Problemas e Reavaliação Positiva. Ou seja, quanto maior a gravidade da fissura, com menos frequência tais estratégias são utilizadas pelos usuários de crack nos momentos de fissura.

Tabela 2: Correlação Entre as Estratégias de Coping e o Nível de Fissura dos Usuários de Crack.

		Escala de fissura						Rhô	Valor p*
		Leve		Moderada		Grave			
		N	%	N	%	N	%		
Confronto	Não utiliza	0	0,00	0	0,00	1	100,00	-0,411	0,037
	Utiliza algumas vezes	0	0,00	0	0,00	14	100,00		
	Utiliza grande parte das vezes	2	22,22	2	22,22	5	55,56		
	Utiliza quase sempre	0	0,00	0	0,00	2	100,00		
Afastamento	Não utiliza	0	0,00	0	0,00	7	100,00	-0,259	0,201
	Utiliza algumas vezes	1	6,67	2	13,33	12	80,00		
	Utiliza grande parte das vezes	1	25,00	0	0,00	3	75,00		
Autocontrole	Não utiliza	0	0,00	0	0,00	2	100,00	-0,126	0,539
	Utiliza algumas vezes	1	5,26	2	10,53	16	84,21		
	Utiliza grande parte das vezes	1	20,00	0	0,00	4	80,00		
Suporte social	Não utiliza	0	0,00	0	0,00	5	100,00	-0,599	0,001
	Utiliza algumas vezes	0	0,00	0	0,00	12	100,00		
	Utiliza grande parte das vezes	1	20,00	0	0,00	4	80,00		
	Utiliza quase sempre	0	0,00	2	66,67	1	33,33		
	Utiliza sempre	1	100,00	0	0,00	0	0,00		
Aceitação de responsabilidade	Não utiliza	0	0,00	0	0,00	2	100,00	-0,358	0,073
	Utiliza algumas vezes	1	8,33	0	0,00	11	91,67		
	Utiliza grande parte das vezes	1	10,00	0	0,00	9	90,00		
	Utiliza quase sempre	0	0,00	2	100,00	0	0,00		
Fuga e esquiva	Não utiliza	0	0,00	0	0,00	4	100,00	-0,553	0,003
	Utiliza algumas vezes	0	0,00	0	0,00	10	100,00		
	Utiliza grande parte das vezes	0	0,00	1	14,29	6	85,71		
	Utiliza quase sempre	1	25,00	1	25,00	2	50,00		
	Utiliza sempre	1	100,00	0	0,00	0	0,00		
Resolução de problemas	Não utiliza	0	0,00	0	0,00	5	100,00	-0,430	0,029
	Utiliza algumas vezes	0	0,00	1	7,69	12	92,31		
	Utiliza grande parte das vezes	1	25,00	0	0,00	3	75,00		
	Utiliza quase sempre	1	25,00	1	25,00	2	50,00		
Reavaliação positiva	Não utiliza	0	0,00	0	0,00	4	100,00	-0,476	0,014
	Utiliza algumas vezes	0	0,00	0	0,00	10	100,00		
	Utiliza grande parte das vezes	1	12,50	1	12,50	6	75,00		
	Utiliza quase sempre	1	25,00	1	25,00	2	50,00		

*. Correlação de Spearman; Estatisticamente significativo se $p < 0,050$

Fonte: Dados coletados no presente estudo.

DISCUSSÃO

O objetivo desta pesquisa foi verificar a existência de associação entre o repertório de estratégias de *coping* utilizadas pelos usuários de crack no momento de fissura e a gravidade do nível da mesma. A expectativa de que o nível mais elevado de fissura está correlacionado ao tipo e frequência de uso das estratégias de *coping* foi confirmada. De fato, identificou-se

uma correlação negativa moderada e significativa entre o nível de fissura e as estratégias de Confronto, Suporte Social, Fuga e Esquiva, Resolução de Problemas e Reavaliação Positiva. Além disso, verificou-se uma baixa frequência de uso das oito estratégias (utiliza alguma vez) pela maioria dos participantes.

Tal resultado sugere que o repertório de estratégias de *coping* dos usuários de crack diante da fissura está reduzido. Em outros termos, sua habilidade para interpretar e avaliar cognitivamente o momento da fissura está prejudicada. Esse resultado corrobora os achados do estudo de SÁ (2013), de acordo com o qual as pessoas que apresentaram tempo maior de abstinência tinham um repertório de habilidade de enfrentamento mais amplo e aquelas com repertório mais reduzido de habilidade de enfrentamento tinham recaídas mais frequentes.

Evidências similares foram encontradas por CAPELLA & ADAN (2017) que mapearam as estratégias de *coping* utilizadas por 122 homens dependentes, abstinentes no período mínimo de três meses. Os autores concluíram que as estratégias utilizadas pelos participantes do estudo foram consideradas desadaptativas e relacionadas a prognósticos vulneráveis.

A maioria dos participantes desta pesquisa apresentou nível de fissura grave e este resultado mostrou uma correlação negativa moderada e significativa com o uso das estratégias de *coping*. O resultado vai ao encontro da constatação feita por ROCHA & LOPES (2018) que ao revisar a literatura identificou repertório de *coping* pouco desenvolvido, associado a problemas relacionados às drogas e mais dificuldades para sustentar a abstinência. Além disso, repertórios mais amplos de habilidades de enfrentamento estavam associados a menores índices de problemas relacionados ao uso de drogas.

As oito estratégias de *coping* foram utilizadas de forma mais intensa (utiliza grande parte das vezes ou quase sempre) pela minoria dos participantes. Além disso, Suporte Social e Fuga e Esquiva foram utilizadas de forma mais intensa por apenas um participante. Estes dados vão ao encontro aos de COELHO, SÁ & OLIVEIRA (2015) que caracterizaram as estratégias de enfrentamento utilizadas por usuários de crack. Os pesquisadores concluíram que existem prejuízos evidentes na habilidade de utilizá-las, principalmente relacionados à expressão de emoções e sugeriram a necessidade de implementação de ações que ampliem repertório de estratégias para o enfrentamento da fissura.

Apenas dois participantes deste estudo apresentaram nível de fissura leve e utilizaram as estratégias de *coping* Suporte Social e Fuga e Esquiva com mais intensidade. Estes achados podem ser explicados pelos dados encontrados por GASIOR et al. (2015) que avaliaram, entre

outras variáveis, a fissura e as estratégias de enfrentamento de 550 pessoas com histórico de dependência. Os resultados indicaram que as estratégias de *coping* adaptativas se mostraram eficientes no manejo da fissura. Por outro lado, a fissura mais intensa foi associada à predominância da utilização de estratégias de *coping* desadaptativas.

A fissura leve associada ao repertório mais amplo de utilização de estratégias pode sugerir um manejo mais adaptativo da fissura, o que corrobora os achados do estudo de SANTOS, ROCHA & ARAÚJO (2014) e de BRAGA et al. (2016). O primeiro estudo utilizou técnicas para eliciar a fissura e testar a estratégia cognitiva que estimulava a utilização de imagens positivas, com o objetivo de construir alternativas para o manejo adaptativo da fissura. BRAGA et al. (2016) utilizaram jogos em grupo e técnicas de relaxamento para controlar a fissura. As estratégias dos estudos mencionados alcançaram resultados positivos. Ambos identificaram redução no nível de fissura em usuários de crack. Estes resultados reforçam que a capacitação do usuário para construir estratégias de enfrentamento pode ser promissora para o tratamento.

As estratégias Resolução de Problemas, Suporte Social, Aceitação de Responsabilidade, Fuga e Esquiva e Reavaliação Positiva foram predominantemente não utilizadas ou apenas utilizadas algumas vezes. A não utilização de estratégias ou a utilização menos frequente sugere que esta é uma habilidade que precisa ser desenvolvida nos usuários de crack. De fato, RIBEIRO & LARANJEIRAS (2012) consideram que as estratégias de *coping* têm sido identificadas como relevantes no tratamento da dependência química. Treinar a identificação das situações que disparam a fissura e alternativas para enfrentá-la estão ligadas a tempos maiores de abstinência e à recaídas menos agressivas (ROCHA & LOPES, 2018; RIBEIRO & LARANJEIRAS, 2012).

Os resultados do presente estudo evidenciam a importância de uma compreensão mais detalhada das estratégias de *coping* utilizadas pelo dependente químico no enfrentamento do momento da fissura. Conhecer o perfil de *coping* de cada usuário certamente abre novas possibilidades de implementação de propostas de intervenção que ampliem o repertório adaptativo no contexto da fissura.

REFERÊNCIAS:

ANTONIAZZI, A. S., Dell'Aglio, D. D., & Bandeira, D. R. (1998, julho/dezembro). O conceito de coping: uma revisão teórica. *Estudos de psicologia* (Natal), 3(2), 273-294.

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (2014). Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders: DSM-5 (5th. ed., pp.561-570). Washington: American Psychiatric Association.

ARAÚJO, R.B., Castro, M. da G. T. de, Pedroso, R.S., Lucena-Santos, P., Balbinot, A.D., Fischer, V.J, & Marques, A.C.P.R. (2015). Indução e comparação de desejo por tabaco, maconha e crack. *Arquivos de Psiquiatria Clínica* (São Paulo), 42(5), 117-121. doi: 10.1590/0101-60830000000061.

AYRES, M., Ayres Jr., M., Ayres, D. L. & Santos, A. A. 2007. BioEstat – Aplicações estatísticas nas áreas das ciências bio-médicas. Ong Mamiraua. Belém, PA.

BALBINOT, A., Araújo, R., & Santos, P. (2014). Variação na frequência cardíaca e intensidade do craving durante a exposição a estímulo em dependentes de crack. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 16(3), 23-33. doi: 10.31505/rbtcc.v16i3.710.

BATISTA, K. E. (2015). *Redução do “craving” ao uso de crack-cocaina produzida pela modulação do cortex pré-frontal dorsolateral por estimulação cerebral transcraniana por corrente continua de baixa Intensidade*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

BRAGA, J.E.F., Chaves Neto, G., Lima, A.B., Oliveira, R.Q. de, Alves, R.S., & Farias, J.A. (2016). Jogos cooperativos e relaxamento respiratório: efeito sobre craving e ansiedade. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, 22(5), 403-407. doi: 10.1590/1517-869220162205153151.

CAPELLA, M., Adan, A. (2017) The age of onset of substance use is related to the coping strategies to deal with treatment in men with substance use disorder. *PeerJ.*; 5 (e3660): 1-18.

COELHO, L. R. M., Sá, L. G. C., & Oliveira, M. S. (2015). Estratégias e habilidades de enfrentamento de usuários de crack em tratamento. *Rev psicol IMED*, 7(2), 99- 109.

CRESWELL, J. W. (2010). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto (3. ed., pp 177-188). Porto Alegre: Artmed.

DE CASTRO NETO, A. G., da Silva Figueiroa, M., de Almeida, R. B. F., Rameh-de-Albuquerque, R. C., de Moura, I. D. S. G., & Nappo, S. A. (2020). Cocaine and Its Variations in Forms of Presentation and Addiction. In *Psychopathology-An International and Interdisciplinary Perspective*. IntechOpen.

DIAS, E. N., & Pais-Ribeiro, J. L. (2019). O modelo de coping de Folkman e Lazarus: aspectos históricos e conceituais. *Revista Psicologia e Saúde*, 11(2), 55-66. <https://dx.doi.org/10.20435/pssa.v11i2.642>

DIEHL, A., Cordeiro, D., & Laranjeira, R. (2018). Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas. Artmed.

DUAILIBI, M. S., Cordeiro, Q., Brietzke, E., Ribeiro, M., LaRowe, Steve, Berk, M., & Trevizol, A.P. (2017, October). N-acetylcysteine in the treatment of craving in substance use disorders: Systematic review and meta-analysis. *The American Journal on Addictions*, 26(7), 660-666. doi: 10.1111/ajad.12620.

FAUL, F., Erdfelder, E., Buchner, A. e Lang, A. G. Statistical power analyses using G*Power 3.1: Tests for correlation and regression analyses. *Behavior Research Methods*, v. 41, 1149-1160, 2009.

FOLKMAN, S., & Lazarus, R. S. (1980). An analysis of coping in a middle-aged community sample. *Journal of Health and Social Behavior*, 21, 219-239.

GASIOR, K., Biedrzycka, A., Chodkiewicz, J., Ziółkowski, M., Czarnecki, D., Juczyński, A., & Nowakowska-Domagala, K. (2015). Alcohol craving in relation to coping with stress and satisfaction with life in the addicted. *Health Psychology Report*, 4(1), 65- 78.

GORESTEIN, C., Wang, Y.P., & Hungerbühler, I. (Orgs). (2016) Instrumentos de avaliação em saúde mental. Porto Alegre: Artmed.

KLAUSS, J. (2018). *Efeitos da estimulação transcraniana por corrente contínua repetitiva e bilateral sobre o córtex pré-frontal dorsolateral nas dependências do álcool e do crack-cocaína em pacientes internados sob tratamento da dependência química*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

LAZARUS, R. S., & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal and coping*. New York: Springer Publishing Company.

RIBEIRO, M., & Laranjeira, R. (2012). *O Tratamento do usuário de crack*. Porto Alegre: Artmed.

ROCHA, I. C. O. (2019). Avaliação da relação entre esquemas iniciais desadaptativos e o coping em indivíduos com transtorno por uso de substâncias.

SÁ, L. G. C. D. (2013). Propriedades psicométricas do inventário de habilidades de enfrentamento para a abstinência de álcool e outras drogas (IDHEA-AD).

SANTOS, M.P. dos, Rocha, M.R. da, & Araujo, R.B. (2014). O uso da técnica cognitiva substituição por imagem positiva no manejo do craving em dependentes de crack. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 63(2), 121-126. doi: 10.1590/0047- 2085000000015.

SAVÓIA, M.G., Santana, P.R., & Mejias, N.P. (1996). Adaptação do inventário de estratégias de coping de Folkman e Lazarus para o português. *Psicologia USP (São Paulo)*, 7(1/2),183-201.

VORSPAN, F. et al. (2012). The Obsessive-Compulsive Cocaine Scale (OCCS): a pilot study of a new questionnaire for assessing cocaine craving. *Am J Addict*, v. 21, n. 4, p. 313- 319.

CAPÍTULO 5

AS EMOÇÕES E OS SENTIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DIANTE DO LUTO EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Quétzia Jémina Azevedo
Sheila Maria Pereira Fernandes

RESUMO

O presente trabalho, cujo tema aborda as emoções dos profissionais de enfermagem diante do luto em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI), tem como principal objetivo analisar o processo do luto a partir de três dimensões: emoções, sofrimento e interferência no cotidiano. Considerando-se que a morte é um tema doloroso para o ser humano, verifica-se que os sentimentos que ficam escondidos diante de um papel honroso, forte e humano dos enfermeiros podem desencadear as emoções mais profundas que foram reprimidas, não vividas e subestimadas por esses indivíduos; levando o profissional a ter uma baixa performance junto aos demais pacientes que ainda estão em terapia intensiva. Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, nas bases de dados: Scielo, Lilac e PePSIC, utilizando os seguintes descritores: Assistência. Perda. Sofrimento.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência. Perda. Sofrimento.

INTRODUÇÃO

A dor pelo processo do luto vivenciada na atuação dos profissionais da área da saúde pode causar danos psicológicos nesses indivíduos, bem como seu adoecimento. Esta cultura de negar a morte contribui para o aumento desse sofrimento, repercutindo de forma negativa no desempenho profissional destes.

As capacitações técnicas e gradativas dos enfermeiros, por muitas vezes, não os preparam para lidar com a dor e o sofrimento decorrentes da perda, e todo estresse que o trabalho requer; principalmente no âmbito das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) onde a frequência do óbito é maior devido a complicações de indivíduos que necessitam desse tipo de tratamento.

Ao conviver com a dor e o luto, o enfermeiro revive suas fragilidades internas, tornando-se, conforme o autor supracitado, vulneráveis aos medos e incertezas da atuação profissional e, por muitas vezes, não considera ético compartilhar.

Percebe-se que o apoio dentro do ambiente hospitalar ocorre aos pacientes e seus familiares, pois o senso comum entende que os enfermeiros já estão acostumados a esse tipo de situação.

Nesse sentido, a relevância deste estudo justifica-se na contribuição acerca do tema para pesquisas no meio acadêmico, pois grande parte do material encontrado trata do luto vivenciado pelos familiares, e não do sofrimento dos enfermeiros em decorrência da perda. Ainda, estudos sobre profissionais de saúde, de maneira geral, constataram que estes não se consideram aptos a dar suporte, aconselhamento emocional e social aos familiares de pacientes em estados terminais, familiares e enlutados.

Partindo desse princípio, procurou-se responder, no decorrer desta pesquisa, a seguinte problemática: de que forma o luto vivenciado pelos enfermeiros no âmbito da UTI pode interferir nas suas emoções e em seu desempenho profissional?

Tendo em vista que a morte é um tema doloroso para o ser humano, verifica-se que os sentimentos que ficam ocultados pelo profissional que executa uma função honrosa, com tendência a ser forte e humano, pode desencadear as emoções mais profundas que foram reprimidas, não vividas e subestimadas por esses indivíduos; levando o profissional a ter uma baixa performance junto aos demais pacientes que ainda estão em terapia intensiva.

O objetivo geral deste trabalho é analisar o processo do luto a partir de três dimensões: emoções, sofrimento e interferência no cotidiano, e como objetivos específicos: Conceituar a perda e o processo de luto, bem como sua evolução até a sociedade atual; Analisar as causas do sofrimento e a interferência das emoções na atuação do enfermeiro; e Verificar de que forma se dá a assistência aos profissionais de saúde diante do luto.

Utilizou-se como metodologia para o desenvolvimento deste trabalho pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, apoiada na revisão integrativa nas bases de dados Scielo, Lilac e PePSIC, com publicações das últimas duas décadas; com os descritores: assistência, perda e sofrimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

Magalhães e Melo (2015), com acerto, explicam que morrer faz parte do crescimento humano, e é concebida de forma natural, assim como o ato de nascer. Contudo, uma parte da sociedade adotou a cultura de que morrer é algo vergonhoso e oculto, que deve ser superado.

A morte já foi considerada um fato naturalmente tranquilo por algumas sociedades, as pessoas se sentiam confortáveis em expressar seus sentimentos de luto e sofrimento. No entanto, Ariès (2014) salienta que os indivíduos de algumas culturas pressentiam sua morte, realizando seus próprios rituais de despedida, pois entendiam o óbito como um fracasso em relação à vida findada, sentindo-se impotente por não poder vencê-la.

Em meados do século XXI, devido a numerosos casos de doenças infectocontagiosas face ao desenvolvimento da medicina tentar prolongar a vida que se perde em decorrência dessas doenças, Magalhães e Melo (2015) observaram que a morte tem estado mais próxima das pessoas, principalmente nos hospitais, em pacientes portadores de doenças do coração, câncer, derrames, acidentes de trânsito, entre outras.

A forma como as pessoas vivenciam o luto passou por várias roupagens ao longo dos anos, conforme a civilização, cultura, religião e idade dos indivíduos enlutados. Parkes (1998) ressalta que isso se dá diante do fato de a morte ter diferentes significados conforme o contexto cultural.

Nessa perspectiva, Cerentine, Duarte e Pergher (2011) salientam que as crenças são construídas ao longo da história de vida de cada pessoa e, a partir da interação delas com o meio ambiente, são determinadas as reações diante da perda.

Viver por si só pressupõe o estabelecimento de vínculos, enquanto a morte torna-se a evidência do rompimento destes e das relações ensejadas nesse contexto, ou seja, todos os seres perpassam por experiências de perda e as vivenciam cada um a seu modo. Em outras palavras, na visão do autor supracitado, o rompimento das relações ocasionado pela morte, trata-se de uma experiência inevitável e que faz parte da vida.

O processo de luto, por muitas vezes, é iniciado quando se tem o diagnóstico de uma doença terminal, devido à iminência de perda para a família do paciente. O autor supramencionado salienta essas perdas como relacionadas à segurança, força, carisma, e à perspectiva de futuro que o paciente possui para outros. Já a morte, na visão de Canastra (2003), não pode ser considerada somente um evento da Biologia, pois está presente em outras ciências.

As mudanças sociais e culturais que foram ocorrendo em consequência da evolução industrial e tecnológica, bem como da medicina moderna, levaram à desvalorização do luto e de funerais, como consequência, as pessoas que sofreram a perda sentem-se sozinhas, principalmente quando estão distantes de seus familiares (KOVÁCS, 2008).

Importante salientar, na visão de Hercos et. al (2014), que as características sociodemográficas, a experiência profissional, afinidade pela área, educação permanente e as condições de trabalho compõem a qualidade da assistência prestada pelos profissionais de enfermagem.

Todas as pessoas, sejam como profissionais e ou como familiares, de uma forma ou de outra, enfrentam ou enfrentarão perdas significativas e inevitáveis em suas vidas. Nesse contexto, perdem-se familiares e pessoas próximas, despertando com suas mortes o processo de luto, fase da expressão dos sentimentos decorrentes dessa perda.

Nesse sentido, a morte atualmente é institucionalizada e medicalizada, tecnologia utilizada, inclusive para prolongar a vida do paciente. Os equipamentos mais avançados adquiridos por grandes hospitais tentam manter em funcionamento o organismo do paciente para evitar o agravamento da doença, necessitando de profissionais capacitados para manipulá-los (COSTA; GARCIA, 2005).

Em contrapartida, ao passo que as UTIs estão cada dia mais aparelhadas com o avanço da medicina e da tecnologia, visando o prolongamento da vida dos pacientes, o cuidado humanizado aos pacientes não é considerado por algumas instituições hospitalares. Torres (2018) ressalta que o paciente em sua fase terminal é sedado e, por muitas vezes, vem a óbito sem se despedir de seus familiares. Isso leva à perda da naturalidade da morte para os enfermeiros.

A UTI ainda é entendida, para alguns, como o lugar onde muitos pacientes vêm a óbito. Costa e Garcia (2005) destacam que cerca de metade dos pacientes que vêm a óbito dentro do Hospital passaram seus últimos três dias de vida na UTI, sendo que um terço passa pelo menos 10 dias nessa unidade. Os autores citam estudos realizados nos Estados Unidos, Canadá e Europa os quais identificaram que as decisões mais difíceis referentes aos tratamentos de pacientes hospitalizados que vieram a óbito ocorreram nas terapias intensivas de grande criticidade.

Para Torres (2018), mesmo sendo um evento natural, a morte deixa vulnerável tanto o familiar enlutado quanto o profissional de saúde que cuidou daquele paciente. Ainda, na visão do autor, esse acontecimento produz um intenso sofrimento denominado “processo de luto”, o qual ocorre a partir da perda de uma pessoa significativa. Nesse processo, consistem em fases como a negação da perda e o enfrentamento do evento morte, que ocorrem inicialmente; a

aceitação da morte, aliada ao sofrimento; e o restabelecimento do comportamento a partir da reorganização de rotinas e readaptação à vida.

Veras (2016) corrobora esse entendimento, por perceber o luto como um conjunto de reações diante de uma perda; também dividido em quatro fases: choque, busca pelo ente falecido, desespero e, posteriormente, a reorganização. Entretanto, o autor salienta que cada ser humano em si reage de forma individual no processo de luto, permanecendo mais tempo em determinada fase ou até mesmo pulando algum estágio.

O processo de luto pode ser entendido como uma resposta adaptativa à perda de um ente querido, e quando vivenciado, pode garantir a sobrevivência do enlutado diante dessa ruptura no convívio com a pessoa que veio a óbito.

O autor salienta que se trata de um processo natural e esperado, pelo qual o indivíduo deixa de ter alguém com quem tinha um vínculo afetivo, o que gera uma movimentação significativa no seu bem-estar; o que, conseqüentemente, leva ao sofrimento emocional (VERAS, 2016).

Já o luto, na visão de Kovács (2008), é a luta da pessoa que ficou contra essas modificações que foram causadas em sua vida pela perda, sendo necessário que este reconheça e permita a expressão de seus sentimentos durante todo o processo.

Cerentine, Duarte e Pergher (2011) complementam salientando que o luto é nada mais que uma fase em que a pessoa expressa seus sentimentos diante da perda (morte), por meio de reações de choque e desorganização, ou de forma organizada a partir da aceitação.

Elizabeth Ross (apud Veras, 2016), ao realizar estudos com pacientes em fase terminal, descreveu cinco estágios comportamentais, observados em indivíduos durante o processo de luto. Estes estágios, na visão da autora, compreendem desde a Negação, onde o indivíduo se recusa a aceitar a perda, tentando se proteger “fugindo” da dor psicológica; passando pela Raiva diante da impotência ou do sentimento de culpa; e pela Barganha, onde ele reconhece a perda e tenta negociar através de suas crenças um tempo maior com o ente querido. Em seguida, a autora descreve o estágio da Depressão, onde é vivenciada a dor do indivíduo ao enfrentar seus sentimentos, sendo as vezes necessário o acompanhamento terapêutico; e, por fim, o estágio da Aceitação, onde há o reconhecimento ou aceitação da perda, os quais tendem a diminuir a ansiedade através do sentimento de tranquilidade do indivíduo.

Assim, na visão de Tamanini (2006), pacifica-se o entendimento de que o luto é um processo lento e doloroso para o indivíduo que sofreu com a perda de seu ente querido,

manifestando-se por meio de tristeza profunda, distanciamento de tarefas que não estejam relacionadas com a pessoa falecida, perda de interesse no mundo externo e incapacidade de substituir essa pessoa por algo ou alguém.

Hercos et. al (2014), olhando pela perspectiva dos profissionais de enfermagem que atuam diretamente em UTI, destacam que, na maior parte, esses indivíduos são casados, do sexo feminino, na faixa etária de 30 a 40 anos. Esse estudo fez-se necessário para descobrir o perfil do profissional de enfermagem atuando na terapia intensiva é essencial para descobrirmos a fase temporal que esse indivíduo está vivenciando, bem como a maturidade que possui para lidar com a doença e o luto.

Veras (2016) ressalta que alguns familiares sentem frieza sentimental nos profissionais de enfermagem que trabalham diretamente com pacientes em fase terminal, por não deixar transparecer seu sofrimento e suas emoções diante da morte de seus pacientes. Na visão da autora supracitada, essa percepção não é verdadeira, pois os profissionais de saúde também sofrem com a dor do outro, sentem tristeza, frustração, fracasso e ansiedade; apesar de lidarem de uma forma diferente com o óbito dos pacientes que, por muitas vezes, é fria e solitária.

Silva, Campos e Pereira (2011) salientam que, dentro do ambiente hospitalar, a UTI abarca três componentes: pacientes com doenças graves, equipamentos técnicos sofisticados, e equipe multidisciplinar capacitada para esse tipo de terapia. Nesse sentido, os autores entendem que seria presumível a iminência de morte, pois a realidade é a de que o ser humano não é imortal.

Pessini (2002) ressalta que é necessária uma constante capacitação dos profissionais de enfermagem que cuidam de pacientes graves na UTI, para que estes possam vivenciar com naturalidade o processo do luto, de forma a expressarem seus sentimentos mesmo que a rotina de um hospital não lhes dê tempo suficiente para vivenciar esse momento.

O Ministério da Saúde, considerando a deficiência na formação acadêmica dos profissionais de saúde como médicos, enfermeiros e psicólogos, já tinha essa preocupação quando criou, no fim da década de 90, a Resolução n.º 260, de 4 de dezembro de 1997, a qual recomendava que fossem formados grupos de trabalho com o objetivo de instituir um Programa Nacional de Educação Continuada em Dor e Cuidados Paliativos para Profissionais de Saúde; baseando-se em estratégia de educação continuada para profissionais de saúde ao introduzir conceitos sobre dor e cuidados paliativos nas graduações da área da saúde no país (BRASIL, 1997).

Dentro desse contexto, Faria e Figueiredo (2017) asseveram que os profissionais de enfermagem não são preparados para separar a vida afetiva do âmbito da profissão, e isso implica encarar o processo da morte e do morrer, os quais trazem à tona sentimentos que até então não eram comuns, como o toque, o chorar e o ouvir, que são próprios do ser humano.

Nesse sentido, Silva (2015) ressalta que a dor e o sofrimento perante a morte nas UTIs é ainda maior quando o óbito ocorre em recém-nascidos, crianças e adolescentes; pois o profissional de enfermagem pode interpretar a morte como uma ruptura do ciclo biológico natural da vida, provocando sentimento de impotência e angústia nesses profissionais.

Na visão de França e Batomé (2005), o profissional de enfermagem está em constante confronto com a morte e o luto, durante sua atuação profissional. No entanto, para os autores, esses indivíduos nem sempre estão preparados para lidar com esse evento, tendo dificuldades para aceitar sua fragilidade diante da morte. Portanto, a morte é um fenômeno presente no cotidiano desses profissionais, sendo um fato constante e desafiador em sua rotina, trazendo-lhes um sentimento de impotência frente ao término da vida de seus pacientes, elevando sua carga de sofrimento emocional.

Freitas e Oliveira (2010) corroboram esse pensamento, enfatizando que os profissionais de saúde, ao se depararem com a morte, manifestam comportamentos emocionais conforme as exigências de suas funções.

A sobrecarga de trabalho e o desgaste físico podem gerar desgastes emocionais nos profissionais de enfermagem que atuam no âmbito da UTI. De acordo com Hercos et. al (2014), as exigências do mercado de trabalho consomem muita energia física e mental, prejudicando o desempenho profissional desses indivíduos. Isso, na visão dos autores, pode desencadear descrença de sua ascensão profissional. Outro aspecto que deve ser considerado é a dupla jornada ou duplo vínculo empregatício, o profissional atua em mais de uma instituição para aumentar seus rendimentos, aumentando a sobrecarga e o estresse.

Pessini (2002) salienta que, dentro de um hospital, sintetizam-se todas as fases da vida humana, desde a alegria do nascimento e da cura, até a tristeza das doenças e da morte. Para o autor, é necessário cuidar da dor e do sofrimento, o que deve ser prioridade nos estudos da Medicina moderna; pois essa problemática não é somente técnica, mas questão de ética que precisa ser enfrentada tanto na dimensão física quanto psicossocial.

As emoções e sentimentos, na visão de Damásio (2000), correspondem a interações sociais importantes na vida humana, adaptadas de forma singular ao organismo, regulando sua

subsistência orgânica e social. Autores não contemporâneos, como Harris (1996), diferenciam as emoções de acordo com o reconhecimento de expressões faciais, dividindo-as entre simples e complexas.

Damásio (2000) elenca as emoções primárias como aquelas que envolvem disposições inatas do ser humano, responsivas a certos estímulos controlados pelo sistema límbico. Já as emoções secundárias, na visão do autor, são aquelas aprendidas, boas ou ruins, associadas a respostas de experiências passadas.

As estruturas do córtex cerebral seriam o substrato neural das emoções secundárias, mas a expressão dessas emoções também envolveria as estruturas do sistema límbico. Apesar desta interrelação, essas duas formas de emoção são distintas. Isto é evidenciado, por exemplo, pelo fato de um sorriso espontâneo ser diferente daquele intencional. Os sentimentos seriam a experiência de tais mudanças associadas às imagens mentais da situação. Desta forma, a emoção está intimamente associada à memória; ou seja, ao contexto em que é adquirida na experiência individual. (TOMAZ; GIUGLIANO, 1997)

Os profissionais de enfermagem que trabalham em UTI com pacientes oncológicos tendem a desenvolver sentimentos ambíguos e contraditórios, que podem gerar conflitos na sua atividade de trabalho; e estes passam a atribuir um sentido ao seu trabalho, com uma visão, muitas vezes, pessimista, que pode se agravar ao longo do tempo (HERCOS et. al, 2014).

Freud (1917) explica que “o ego busca se proteger do sofrimento por meio de estratégias que visam suprir ou dissimular a percepção do perigo interno, em função de perigos reais ou imaginários localizados no mundo exterior”. Nesse sentido, é importante ressaltar a relação dos mecanismos de defesa e das estratégias utilizadas no enfrentamento da morte pelos profissionais de saúde, em que ocorre constantemente a negação ou a o despreparo emocional para enfrentar os sentimentos que querem vir à tona.

Faria e Figueiredo (2017) salientam que ao olhar pela perspectiva emocional dos enfermeiros frente à morte, observa-se que existem dificuldades ao lidar diariamente com pacientes, familiares e colegas de trabalho, o que pode ocasionar situações de estresse complexas, devido aos inúmeros sentimentos vivenciados por estes profissionais, como impotência, revolta e frustração.

A morte, ao fazer parte do dia a dia de todos os indivíduos, afeta mais àqueles que a vivenciam no ambiente de trabalho, como os profissionais da saúde. Para os autores supracitados, enquanto alguns lidam de forma profissional com o óbito de seus pacientes, outros demonstram fragilidade perante os demais colegas de trabalho e familiares do doente, evidenciando que a maneira com que encaram o sentimento do outro (paciente ou familiar) não

garantem que este profissional esteja preparado para lidar com o óbito (FARIA; FIGUEIREDO, 2017, p.2).

Para lidar com essa realidade, os enfermeiros que atuam na UTI adquirem mecanismos próprios de defesa psicológica para suportar a dor, o sofrimento e a morte dos pacientes. Com isso, alguns são vistos como “frios” por disfarçarem ou negarem seus sentimentos e emoções perante a morte (SHIMIZU; CIAMPONE, 2002).

Na concepção de Trevisano (2019), a morte é considerada uma transição que remete à representação das crenças e convicções espirituais do ser humano. Apesar de ser um fenômeno natural que acontece com todos os indivíduos, alguns consideram sombria essa passagem da realidade para o desconhecido. Tradicionalmente, o processo de luto divide, desde os primórdios, opiniões e sentimentos como o medo, uma resposta psicológica mais comum diante da morte. O autor caracteriza o medo de morrer como sendo universal, o qual atinge todos os seres humanos, independente de crenças, raças, sexo, idade.

Para os profissionais de saúde que atuam na UTI, a morte é vivenciada a todo instante, pois são estes quem prestam os cuidados integrais ao paciente e à família. Logo, tende-se a exigir deles que estejam preparados psicologicamente para lidar com a perda, ante a dor e o sofrimento (HENNEZEL; LELOUP, 1999).

Outro aspecto, sentido pelos profissionais de saúde, diz respeito ao confronto diário com a morte, o qual pode desencadear a Síndrome de *Burnout*, patologia associada ao esgotamento físico e emocional, bem como pela sua exposição direta, intensa e prolongada aos estressores psicossociais presentes na execução de suas funções. Esse fenômeno pode prejudicar diretamente a atuação desses profissionais nos cuidados aos pacientes terminais e no seu convívio fora do ambiente de trabalho (FARIA; FIGUEIREDO, 2017).

Para Trevisano (2019), a proximidade com a dor e o sofrimento, desde que vivenciados de forma tranquila pelo profissional de saúde, pode provocar nos enfermeiros uma empatia importante para o vínculo terapêutico, o que proporciona uma melhor assistência ao paciente e seus familiares. Contudo, é perceptível que essa aproximação da perda também gera, ao mesmo tempo, um desgaste emocional devido à dificuldade no lidar com a terminalidade.

O mesmo autor explica que o ato de cuidar requer que os enfermeiros tenham empatia e sensibilidade ao se envolver nos casos de pacientes, principalmente àqueles tratados em UTI. Trevisano (2019) salienta que estes pontos são importantes, além do profissional ter o dever de

refletir constantemente para que o cuidado seja eficaz junto ao doente e seus familiares, oferecendo o suporte necessário aos que necessitam.

Ao lidar com a morte, é fundamental que o profissional de enfermagem conheça e expresse seus sentimentos. Por isso, na visão de Aguiar et. al (2006), se autoconhecer é uma questão importante a ser trabalhada, no intuito de melhorar a maneira de lidar com situações que impliquem emoções profundas, principalmente as relacionadas com a morte.

Para Trevisano (2019), é importante que o profissional de enfermagem inclua, no processo de morte, os familiares, visando tornar humanizada a interação pós-cuidado com o paciente que veio a óbito. Com isso, o autor entende que haverá um alívio nos sofrimentos psicológicos desses indivíduos, que compactuarão da dor decorrente do luto.

Lautrette et. al (2007) salientam a importância da inclusão dos familiares nas tomadas de decisões sempre que possível, almejando satisfazer as necessidades da família que vivência o luto. Nesse contexto, é esperado que o enfermeiro saiba quando e como responder as indagações da família. Para isso, deve conhecê-la e manter-se próximo a ela numa atitude de respeito. Familiares podem apresentar desconfortos decorrentes da vivência do processo do morrer, como a ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático, além de outras complicações. Nessa situação, a intervenção deve ter foco na comunicação com as famílias, podendo ter efeitos significativos no intuito de minimizar essas consequências.

Martins (1999) entende a assistência de enfermagem como aquela capaz de atender as mais básicas necessidades do ser humano, no que se refere aos aspectos biopsicossocio-espirituais, incluindo nesta assistência proporcionar uma morte com menos sofrimento. Contudo, o autor observa ainda que há a negação da morte nos ambientes hospitalares, devido à perda ser entendida por alguns familiares e profissionais de saúde como um sinal de fragilidade e de incapacidade.

Algumas dificuldades se sobressaem no enfrentamento da morte, como o sentimento de impotência e o receio de transparecer uma angústia ou medo diante da perda de um paciente. Ferraz et. al (1968) relaciona estas emoções como resultado de um envolvimento emocional do profissional de enfermagem com o doente. Na UTI este processo é ainda mais doloroso, devido a própria rotina deste ambiente não possibilitar momentos de autorreflexão (BOEMER; ROSSI; NASTARI, 1989).

Martins (1999) compara a equipe de enfermagem aos demais profissionais de saúde que atuam na UTI, destacando estes como os que mais demonstram inquietação e atitudes

defensivas perante a morte. O autor explica que este fato está relacionado a serem os enfermeiros aqueles que mais prestam cuidado no dia a dia do paciente, como higienização, medicação, intervenção, dentre outros procedimentos técnicos.

O autor supracitado salienta ainda que a própria natureza da profissão de enfermagem possui um risco maior de trazer ansiedade na vida deste profissional. Em consequente, por muitas vezes estes indivíduos se distanciam emocionalmente nas tratativas junto ao paciente, reprimindo alguns sentimentos devido e focando no cuidado técnico, diminuindo assim, sua relação interpessoal. Diante disso, o autor considera que é necessário um aperfeiçoamento humano, ao passo que as instituições hospitalares devem dar mais atenção à estas questões (MARTINS, 1999, p.4).

Olhando pelo aspecto de assepsia e limpeza vistos nos ambientes hospitalares, alguns profissionais de enfermagem tendem a não demonstrar ou expressar seus sentimentos, para que essa imagem imaculada não seja deturpada pelo contágio emocional (MENEZES, 2004). Com isso, a organização do hospital pode, de certa forma, desencorajar a manifestação emocional, bem como o processo de perda; desautorizando o luto dos profissionais e impondo aos enfermeiros um enlutamento marginal, solitário e silencioso.

O psicólogo que atua na equipe multidisciplinar junto a outros profissionais, incluindo a equipe de enfermagem, pode contribuir para aliviar esse sofrimento, ao passo que o profissional enfermeiro encontra-se angustiado diante de vários óbitos que ocorrem cotidianamente nas UTIs, deparando-se com sua própria fragilidade (FREITAS; OLIVEIRA, 2010).

Faria e Figueiredo (2017) salientam que, ao fazer parte da equipe multidisciplinar, o psicólogo está apto a lidar com situações que envolvem a gravidade do adoecimento, um pouco mais que outros profissionais que não conseguem compreender os sentimentos advindos de quem atua diretamente com os pacientes em estágios críticos e até mesmo terminais.

Ao atuar em equipes multidisciplinares, o psicólogo pode auxiliar na capacitação e entendimento dos profissionais de enfermagem ao lidar com a morte de forma mais natural, já que o processo de luto faz parte da vida e do cuidado a pacientes sem possibilidades de cura. O psicólogo, na visão dos autores supracitados, colabora ainda para “diminuir as fontes de tensão internas provenientes da prática profissional frente ao morrer, possibilitando a utilização de técnicas psicoterapêuticas que facilitem o retorno do equilíbrio emocional (FARIA; FIGUEIREDO, 2017, p.3).

Insta salientar que a intervenção do psicólogo, junto aos profissionais de enfermagem, pode possibilitar maior tranquilidade para lidar com situações adversas, como o óbito dos pacientes hospitalizados, colaborando para que estes dispensem um olhar mais humanizado para familiares e pacientes dentro do ambiente de UTI.

A atuação do profissional de psicologia dentro do ambiente hospitalar abarca não só o tratamento aos pacientes e seus familiares, mas também o apoio aos profissionais de saúde que lá atuam, os quais também sentem a dor do sofrimento diante da perda. Nesse sentido, o psicólogo torna-se um agente facilitador ao intermediar o diálogo entre família-paciente-equipe, buscando minimizar as emoções que a hospitalização pode causar ao paciente, seus entes queridos e aos profissionais que cuidam desse indivíduo em estágio terminal.

Vale lembrar que, ao final da década de 90, Tinoco (1997) tinha a percepção de que os profissionais de saúde eram direcionados a não falarem de seus sentimentos, além de serem instruídos a evitar o sofrimento e a dor diante da morte, considerada por muitos um tabu. Esse mecanismo adotado pela equipe de enfermagem era uma própria defesa psicológica diante da negação da morte e o sentimento de impotência frente a esse evento.

Corroboram esse pensamento Faria e Figueiredo (2017), ao observarem que, ainda, atualmente os profissionais de enfermagem iniciam seu sofrimento quando têm que informar os familiares ou o paciente a respeito de um diagnóstico negativo, optando muitas vezes por omitir ou silenciar-se. Nesse viés, os autores salientam que a atuação do psicólogo hospitalar é fundamental para facilitar o manifesto dos sentimentos, angústias e medos sofridos por todas as pessoas envolvidas no processo de luto.

A escuta psicológica tanto do paciente, quanto de sua família e da equipe de saúde que o acompanha, bem como na sua tarefa de acolhimento e humanização, auxilia na elaboração dos sentimentos vivenciados diante da morte. Assim, Faria e Figueiredo (2017) acreditam que as intervenções psicológicas podem, inclusive, contribuir para diminuir sintomas psicopatológicos futuros, como a depressão e ansiedade, decorrentes da perda ou do luto não vivenciados.

Na perspectiva de Prata (2011), essas patologias psicológicas podem ser evitadas ao se considerar o sofrimento não como uma patologia, mas como alerta de pré-adoecimento, pois a doença, na visão do autor, só irá se desenvolver quando não forem implementadas estratégias que atenuem a pressão sofrida no ambiente hospitalar, principalmente nas alas de UTIs.

Para Pimenta e Collet (2009), mais de 90% da população tende a utilizar a religiosidade e a espiritualidade como forma de encontrar conforto e força diante das adversidades da vida, bem como das doenças e da morte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, pode-se constatar que os profissionais de saúde carregam uma bagagem técnica e, por conseguinte, pessoal e, no luto, tais questões são refletidas. Verifica-se que o processo de morte e luto é complexo, sendo entendido de forma diversa, considerando-se que, além das bagagens que cada pessoa carrega, ainda há a questão da cultura e do meio em que está imersa.

O luto engendrado no ambiente familiar por si só já é um acontecimento que causa muito comoção e muitas emoções são afloradas, como remorso, amor, vazio, solidão, aceitação, não aceitação, e principalmente, a perda.

As pesquisas realizadas evidenciaram o avanço de recursos tecnológicos encontrados na UTI, entretanto tais equipamentos não são capazes de minimizar o sofrimento dos pacientes e até mesmo dos profissionais de saúde frente à iminência de morte, esse indivíduo se vê sem apoio e sem preparo para tal situação. Assim, vê-se a necessidade de investir em profissionais multidisciplinares, em especial em psicólogos, para dar suporte aos profissionais de saúde que, muitas vezes, ficam exilados em si próprios, com graves problemas psicológicos e não conseguem superar a dor.

Outro aspecto importante a ser considerado pelos hospitais para minimizar o sofrimento dos profissionais de saúde perante o óbito dos seus pacientes, é oferecer ambientes sadios para se trabalhar, sugerindo-se a reorganização de nova rotina, tanto funcional como emocional. Dessa forma, evita-se a intensificação dos sintomas típicos do luto, os quais são persistentes, coibindo que se integrem à vida do enlutado. Nesse processo, o indivíduo pode reorganizar sua vida e construir novos projetos para o futuro.

Considerando-se que a morte é um processo natural do desenvolvimento humano e que, conseqüentemente, acaba fazendo parte do dia a dia do psicólogo, surge uma necessidade de abrir espaços nos currículos dos cursos de Psicologia para discussão de questões relacionadas à morte. O estudo não se esgota, porque são muitas nuances enlaçadas pelo processo do luto, que precisam ser amplamente debatidas.

É de igual importância a qualificação sobre o tema para as demais áreas de saúde, assim

como a preparação desses profissionais para atuarem de forma integrativa e com interdisciplinaridade, como desafio fundamental para uma concepção de saúde a fim de trabalhar o processo de morte.

Considera-se ainda fundamental desenvolver estudos que aprofundem a perspectiva do trabalho da enfermagem, bem como as influências das características do seu trabalho, tanto para a vida pessoal e no trabalho, entre os profissionais que atuam em unidades de terapia intensiva e que atendem pacientes oncológicos.

Infere-se, portanto, que o pedido por suporte de uma ajuda especializada explicita a necessidade de um olhar mais cuidadoso às condições emocionais dos profissionais que enfrentam o processo de morte e morrer nas UTIs.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR I.R.; VELOSO, T.M. C.; PINHEIRO, A.K.B.; XIMENES, L.B. **O envolvimento do enfermeiro no processo de morrer de bebês internados em Unidade Neonatal**. Acta Paul Enferm, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/654G8rHwtKR87H5h43pGCws/?lang=pt>. Acesso em: 02 out.2021

ARIÈS, P. **O homem diante da morte**. São Paulo: UNESP, 2014.

BOEMER, M.R.; ROSSI, L.R.G.; NASTARI, R.R. **A idéia da morte em unidade de terapia intensiva: análise de depoimentos**. Revista Galicha de Enfermagem, v.10, n.2. p. 8-14. jul. 1989. Disponível: <https://www.seer.ufrgs.br/rngenf/article/view/3930>. Acesso em: 01 out.2021

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução n.º 260, de 4 de dezembro de 1997**. Conselho Nacional de Saúde, Brasília, DF, 1997. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1997/res0260_04_12_1997.html. Acesso em: 19 nov.2021

CANASTRA, C. C. C. **A morte**. 2003. Tese (Doutorado). Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2003.

CERENTINI, D.; DUARTE, E.R.C.L.; PERGHER, G.K. **Terapia Cognitivo-Comportamental no Luto**. In: WAINER, R.; PICCOLOTO, N. M.; PERGHER, G. K. Novas temáticas em Terapia Cognitiva. Rio Grande do Sul: Sinopsys, 2011.

COSTA, J.C.L.; GARCIA, R.A. **Luto da equipe: revelações dos profissionais de enfermagem sobre o cuidado à criança/adolescente no processo de morte e morrer**. Rev. Latino-Am, Ribeirão Preto, v.13. n.2, mar-abr, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692005000200004>. Acesso em: 04 out.2021

DAMÁSIO, A. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAMÁSIO, A. **O mistério da consciência**: do corpo e das emoções do conhecimento de si. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FARIA, S. S.; FIGUEIREDO, J. S. **Aspectos emocionais do luto e da morte em profissionais da equipe de saúde no contexto hospitalar**. 2017. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092017000100005. Acesso em: 10 jun. 2021.

FERRAZ, A.F.; CARVALHO, D.V.; COSTA, T.M.P.F.; CARVALHO, W.S. **Assistência de enfermagem a pacientes em fase terminal**. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v.39, n.1, p.50-60, jan.-mar., 1986. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/qDJwXt5xVrw4wzRqXPcYQXF/?lang=pt>. Acesso em: 08 out.2021

FRANÇA, M. D.; BATOMÉ, S.P. **É possível uma educação para a morte?** Rev. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 3, set./dez. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722005000300024>. Acesso em: 16 set. 2021.

FREITAS, A. F. S. C; OLIVEIRA, S. A. (2010). **Os impactos emocionais sofridos pelo profissional de psicologia frente à morte em contexto hospitalar**. Rev. Akropolis, Umuarama, v. 18, n. 4, out./dez. 2010. Disponível em: <http://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/download/3297/2277>. Acesso em: 16 set. 2021.

FREUD, S. Luto e melancolia. In: **Obras psicológicas completas**. V. 14. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

HARRIS, P. L. **Criança e emoção**: o desenvolvimento da compreensão psicológica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HENNEZEL, M.; LELOUP, J. Y. **A arte de morrer**: tradições religiosas e espiritualidade humanista diante da morte na atualidade. Petrópolis: Vozes; 1999.

HERCOS, T. M.; VIEIRA, F. S.; OLIVEIRA, M. S.; BUETTO, L. S.; NAKA SHIMURA, C. M.; SONOBE, H. M. **O trabalho dos profissionais de enfermagem em Unidades de Terapia Intensiva na assistência ao paciente oncológico**. R. Brasileira de Cancerologia, 2014, p. 51-58. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/revista/index.php/revista/article/view/495>. Acesso em: 15 out.2021

KÓVACS, M. J. **Desenvolvimento da Tanatologia**: estudos sobre a morte e o morrer. Rev. Pesquisas Teóricas, Ribeirão Preto, V. 18, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/jQrBZXqtr35w7Y8pqCFcTJH/?lang=pt>. Acesso em: 07 out. 2021

LAUTRETTE A., DARMON M., MEGARBANE, B., JOLY, L. M.; CHEVRET, S., ADRIE C. **A communication strategy and brochure for relatives of patients dying in the ICU**. N. Engl. J. Med, 2007, p. 469. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17267907/>. Acesso em: 15 out.2021

MAGALHÃES, M.V.; MELO, S.C.A. **Morte e luto**: o sofrimento do profissional da área da Saúde. Rev. Psicologia e Saúde em Debate, vol.1, n.1, Abril, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268414429.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

MARTINS, E. L. **Reações e sentimentos do profissional de enfermagem diante da morte.** 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/Nny63d8dSpPMDDS7q8bp3sG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MENEZES, R.A. **Em busca da boa morte: antropologia dos cuidados paliativos.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

PARKES, C. M. **Luto: estudos sobre a perda na vida adulta.** São Paulo: Summus, 1998.

PESSINI, L. **Humanização da dor e sofrimento humanos no contexto hospitalar.** Rev. Bioética, v.10, n.2, 2002. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/214/215. Acesso em: 19 nov.2021

PIMENTA, E.A.G.; COLLET, N. **Dimensão cuidadora da enfermagem e da família na assistência à criança hospitalizada: concepções da enfermagem.** Rev. Esc. Enferm., USP, 2009; p. 622. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/RGnHmBN9PRnCNDHRcd9Z4zt/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2021

PRATA, G.P. **A tecnologia no cuidado hemodialítico: prazer e sofrimento no trabalho do enfermeiro.** Dissertação (mestrado em Enfermagem). Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Rio de Janeiro, 2011, p.95. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12135/Disserta%c3%a7%c3%a3o-%20Greice%20Petronilho%20Prata.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 out. 2021

SHIMIZU, H.E.; CIAMPONE, M.H.T. **As representações sociais dos trabalhadores de enfermagem não enfermeiros (técnicos e auxiliares de enfermagem) sobre o trabalho em Unidade de Terapia Intensiva em um hospital-escola.** Rev. Esc. Enferm. USP, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/yf5TFt7g8pcLfsVKXLwJqGb/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2021

SILVA, M. C. B. S. **Enfrentamento da morte e do morrer de crianças pela equipe de enfermagem na UTI.** Universidade de Brasília. Faculdade de Ciências da Saúde. Departamento de Enfermagem. 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/12035>. Acesso em: 18 out. 2021

SILVA, R.S.; CAMPOS, A.E.R.; PEREIRA, A. **Cuidando do paciente no processo de morte na Unidade de Terapia Intensiva.** Rev. Esc. Enferm. USP, São Paulo, v.45, n.3, p.738-44, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/sGTP85cNpC3HpMcks3rspXf/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021

TAMANINI, M. **Novas tecnologias reprodutivas conceptivas: o paradoxo da vida e da morte.** 2006. 249 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Curitiba Paraná, 2006. Cap. 211. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2489>. Acesso em: 13 out. 2021

TINOCO, V. U. **O psicólogo no hospital: a vivência da morte no cotidiano profissional.** São Paulo, 1997. Faculdade de Psicologia, PUC -SP. Disponível em: https://www.4estacoes.com/pdf/o_psicol_no_hosp.pdf. Acesso em: 18 out. 2021

TOMAZ, C; GIUGLIANO, L.G. **A razão das emoções:** um ensaio sobre “O erro de Descartes”. Rev. Estudos de Psicologia, v.2, p. 407-411, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/h9g4nvbPw4Q5hxtQJmBJP9y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 nov.2021

TORRES, N. **Luto:** a dor que se perde com o tempo ou não se perde. Rev. Comportamento e Cognição, Santo André, 2018. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/n8ns05>. Acesso em: 17 out. 2021

TREVISANO, R. G. **O olhar da enfermagem no processo de luto.** 2019. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2019/05/052_O-OLHAR-DA-ENFERMAGEM-NO-PROCESSO-DE-LUTO.pdf. Acesso em: 14 jun. 2021.

VERAS, E. S. **Cuidados de enfermagem no processo de enfrentamento de perdas e luto.** 20116. Disponível em: http://nipromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/e984896ce13627a16d4371940bad0f23.pdf. Acesso em: 14 jun. 2021.

CAPÍTULO 6

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA ADOLESCENTES E PANDEMIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alyne Guarda Bassanesi
Thais Cristina Gutstein Nazar

RESUMO

O mundo está passando por momentos difíceis por conta da pandemia do Covid-19 e durante a quarentena algumas reflexões são inevitáveis, principalmente sobre a vida, a carreira, os relacionamentos, a humanidade, etc. Nosso foco é sobre a questão profissional, muito afetada neste momento de instabilidades. Geralmente, este serviço de Orientação Profissional é prestado por psicólogas/os, pedagogas/os, onde visam sobre este tema bastante amplo e como ele pode trazer benefícios em vários momentos da vida, ou seja, é uma grande oportunidade para pessoas que perderam seus empregos na crise, que estão repensando suas carreiras, que querem fazer uma transição ou que têm bastante dúvida na escolha da profissão, independentemente da idade ou fase da vida. Não somente este público, como também jovens que se encontram em momento de indecisão, onde a ansiedade da maioria se intensificou durante a Pandemia.

PALAVRAS-CHAVE: Orientação; Profissional; Jovens; Pandemia; Experiência.

INTRODUÇÃO

A Orientação Profissional – OP, tem como objetivo auxiliar os indivíduos tanto na situação de primeira escolha profissional, quanto na reescolha ou na readaptação a novas profissões (MOURA, 2004). A partir de um acompanhamento breve, mas bem focado, poderá ajudar a descobrir a oportunidade de carreira para o adolescente na busca pelo reconhecimento das opções mais adequadas ao seu perfil e, ao mesmo tempo, esclarecer dúvidas existentes.

O início de 2020 marcou a consolidação da pandemia pela Covid-19, que provocou a quarentena, distanciamento e isolamento social como estratégias de controle da contaminação e proliferação da doença, questionando ou quase que impossibilitando modelos focados em saídas individualizadas para a vida para todos os estratos sociais e devido ao contexto social e de saúde enfrentados pela sociedade, a Psicologia precisou também ampliar as possibilidades de intervenções visando atingir o público a partir de diferentes propostas de trabalho e

focar na pessoa requer cuidados, pois demandar individualização da vida em contextos de desigualdade social pode ser opressor, como apontam Hooley, Sultana e Thomsen (2017, 2019). Estamos fazendo isto na OPC? Quando levamos em conta a singularidade do/a outro/a e auxiliamos na construção da vida de trabalho a partir das referências do/a próprio/a orientando/a, não, mas quando utilizamos estratégias de

auxílio a adaptação para pessoas que não conseguem se adaptar, estamos sendo opressores/as com nossas práticas (RIBEIRO, 2020).

Por esse motivo, conforme o Conselho Federal de Psicologia (2020, p. 57), o trabalho deve ser pensado de modo que “todas as ações emergenciais de formação sejam guiadas pela preocupação em não aprofundar o processo de exclusão, quer de estudantes em situação de vulnerabilidade social, quer de segmentos da população antes atendidos pelos serviços escola de Psicologia”.

Com o intuito de alcançar toda a população, mas principalmente os jovens, e ampliar seus conhecimentos sobre Orientação Profissional, foi criada uma série de conteúdos para as redes sociais sobre o tema, cada um deles baseados no programa de Orientação Profissional sob enfoque da Análise do Comportamento (MOURA, 2004).

Além disso, como já mencionado, o contexto de pandemia dificultou a realidade de muitas pessoas. Algumas perderam os seus empregos ou ficaram debilitadas devido ao Covid-19 e muitas outras situações delicadas que vem ocorrendo[U1]. Embora seja um desafio orientar sobre a busca de uma carreira em um período tão incerto se faz urgente pensar ações para promover a devida autonomia para a população, gerando assim mais oportunidades de carreira. É preciso, portanto, compreender que

em primeiro lugar, temos que nos dar conta desta realidade de falta de autonomia da grande maioria no Brasil e, em segundo lugar, tentar ampliar as possibilidades de ser autônomos/as de todos/as, mas embasados/as na realidade de cada um/a, não a partir de projetos uniformes elaborados sem levar em conta o contexto de vida das pessoas. Novamente, sem ingenuidades (ou artimanhas) neoliberais de que qualquer um/a consegue realizar o que quiser na vida se, se esforçar, mas com fomento da consciência crítica e visando oportunidades de transcendência socioeconômica (RIBEIRO, 2020).

Nesse contexto, é essencial evitar ao máximo tomar como pressupostos inquestionáveis alguns discursos sociais dominantes e uniformes, entre eles, empreendedorismo, flexibilização, multifuncionalidade, adaptação e saídas individualizadas pois as decisões que atendem aos interesses dominantes não implicam em melhoria para todos/as e a pandemia tem mostrado diariamente isto. Como contraponto, aqueles/as com baixo acesso aos recursos e suportes sociais que têm recorrido às estratégias coletivas, têm, ao menos, conseguido garantir a sobrevivência. Nesse sentido, relativizar o poder individual, sem ignorá-lo, e maximizar o poder comunitário e da cooperação parecem ser saídas relevantes e factíveis para a maioria das pessoas no Brasil. Não somente é importante citar a necessidade de mudanças neste ponto social, como também a relação conflituosa que as pessoas vem enfrentando devido ao contexto atual de frustração, seja conscientemente ou inconscientemente, causando o aumento da ansiedade, transtornos como bipolaridade, insegurança, entre outros (RIBEIRO, 2020).

MÉTODO

A metodologia utilizada para esta proposta foi realizada inteiramente de forma virtual, através das plataformas de mídias Facebook e Instagram. Inicialmente fora criada uma página denominada como Habilidades para a Vida em que foram feitas postagens intercaladas, com frequência de duas vezes a cada semana, totalizando sete inserções. O conteúdo abordado em cada postagem foi criado com o objetivo de disponibilizar informações e tornar acessível aos adolescentes, sendo as temáticas referentes ao autoconhecimento, conhecimento das profissões e tomada de decisões.

Ao longo destas sete inserções, foram criadas postagens falando sobre cada fase do processo de decisão levantando questões importantes, como a relevância de se ofertar orientação profissional nas escolas. A primeira postagem, “O que aborda Orientação Profissional?”, abordou a importância de se conhecer primeiramente, para depois poder decidir o que quer. Já na segunda postagem, “O que me trouxe para a Orientação Profissional?”, falou-se em saber “quem eu sou” e “como sou” é que permite escolher “o que fazer” e “como fazer”. Seguindo para a terceira postagem, “Estou perdido, o que faço?”, foi apresentado um esquema chamado “ciclo da escolha” mencionado no livro da Cynthia Borges, Orientação Profissional Sob o Enfoque da Análise do Comportamento, 2004. Com a quarta postagem intitulada “Ok, mas quais as possibilidades?”, objetivou-se mostrar ao indivíduo como filtrar suas opções, assim afunilando o caminho até chegar na escolha adequada. Seguindo para a quinta postagem, “Você conhece todas as profissões?”, foram apresentados alguns exemplos de profissões inseridos em nosso meio e outras mais incomuns. Já na sexta postagem dita “O que você procura?”, frisou-se sobre a necessidade de avaliar o que se procura dentro das profissões selecionadas, como por exemplo, poder, criatividade, liberdade, etc. E finalizando com a sétima postagem, “A Decisão”, visamos a chegada desta mais temida hora que, após a Orientação, pode se tornar mais clara por ter o indivíduo maior segurança para avançar este passo.

O projeto ressaltou que é pelo processo de autoconhecimento que o adolescente pode formular aspirações profissionais realistas e compatíveis com suas características pessoais, interesses, potencialidades e habilidades. Devido ao contexto da Pandemia, é perceptível a mudança e avanço tecnológico já que, por sua vez, é uma ferramenta dominada pelos jovens. Por esse motivo, consideramos que, por meio do ambiente virtual, o alcance de pessoas se torna mais significativo, ampliando a zona de conhecimento. Também, como é relevante que o adolescente disponha de um mínimo de conhecimento sobre as profissões existentes ou, pelo menos, saiba qual é a atividade principal de cada uma delas. Esse conhecimento lhe permitirá

eliminar uma grande parte delas e interessar-se por aprofundar-se em outras. Logo, decidir-se é, antes de tudo, um processo de manipulação de classes específicas de estímulos que pode ser efetuado pela própria pessoa que está se decidindo. Ensinar como se escolhe algo significa, então, ensinar a identificar e analisar as variáveis envolvidas na situação (MOURA, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como forma de contextualizar este assunto, foi desenvolvido uma linha de conteúdos baseado no livro *Orientação Profissional Sob Enfoque da Análise do Comportamento* (MOURA, 2004), onde cada um tem um objetivo específico, mas que por fim, tem o mesmo foco central. Inicialmente, com a primeira postagem, mostramos como o trabalho é um aspecto de grande importância na vida das pessoas, mas que a possibilidade de escolher uma profissão é uma opção relativamente recente.

Historicamente, o nível social e o campo ocupacional de uma pessoa eram determinados pelo seu nascimento sendo o aprendizado de tarefas realizado dentro das famílias, uma vez que os pais ensinavam seus ofícios aos filhos (MOURA, 2004). Essa restrição, quase imposta pelo contexto à escolha da profissão não era vista, propriamente, como um problema, uma vez que não existia muita diversificação dos ofícios que poderiam ser exercidos. Avançando na relação com a OP, e já na segunda postagem, visamos a importância da procura pela mesma, mas não somente isto, também o que fez o indivíduo chegar à conclusão de ir em busca de suporte profissional.

Com questionamentos como “Por que está difícil escolher?”; “O que está sentindo frente a tarefa de escolha?” reiteramos que a intervenção deve levar a discriminação dos reforçadores atuais que podem manter forte relação com reforçadores potenciais na mesma direção (MOURA, 2004). Se o adolescente conhece hoje o que é reforçador para ele, certamente fará escolhas que impliquem na presença de tais reforçadores no futuro. Desta forma, quanto maior for a probabilidade de que tais reforçadores estejam envolvidos em sua atividade profissional, maior será também a satisfação com o envolvimento nos estudos preparatórios e o sentimento de segurança quanto à escolha realizada.

Dando sequência, através da terceira postagem, disponibilizamos um esquema simplificado denominado “Caminho das Escolhas”. Nele ilustramos as variáveis que surgem ao longo do caminho, considerando que os adolescentes podem estar respondendo a um conjunto de regras pré-estabelecidas por agentes externos de controle, isto é, podem estar escolhendo com base nos estereótipos das profissões, ou nas informações superficiais e idealizadas sobre

as atividades que envolvem a prática profissional e no mesmo movimento, na quarta postagem ressaltamos a pertinência do indivíduo em avaliar as possibilidades existentes e, para que ele possa realizar esta tarefa, precisa perceber no que é bom, do que gosta e não gosta, e as demais características gerais da sua personalidade e caráter. Tendo isto em mente, prosseguimos para a área das profissões, nesta quinta postagem trouxemos um conteúdo informativo sobre as alternativas profissionais existentes. A partir daqui, nos direcionamos para o aprofundamento da busca de informação, como forma de promover uma restrição de opções rumo à tomada de decisão.

Além das estratégias de pesquisa profissional, deve-se incluir a discussão sobre mudanças nas escolhas atuais em função de mudanças ambientais. Se o contexto muda, uma nova opção profissional pode ser necessária para que o indivíduo se adapte à ele. A funcionalidade das opções pessoais e profissionais podem se alterar ao longo da vida e uma nova escolha não significa erro na escolha anterior. Nesse sentido, é fundamental ensinar os indivíduos a pesquisar e fazer uso apropriado das fontes de informação sempre que precisarem redirecionar sua escolha profissional ou área de atuação (MOURA, 2004).

Dando continuidade, indo em direção ao destino final, na sexta postagem, buscamos delimitar algumas características predominantes sobre o que o indivíduo almeja. Assim, intervimos no objetivo da procura do mesmo, como “Poder”, “Autonomia”, “Status”, “Realização”, entre outros. Nesta fase, propusemos que ele conversasse diretamente com profissionais das áreas que ele está avaliando, para que assim tenha uma visão concreta da realidade. Por fim, na última postagem sinalizamos que estávamos encerrando nossa jornada e esclarecendo que outros resultados podem advir, futuramente, do amadurecimento da aprendizagem ocorrida no grupo.

Com o desenvolvimento do projeto apreendemos que a Orientação Profissional, da forma como está estruturada, pode ter como resultado vários comportamentos dos jovens, como decidir-se por uma única profissão, restringir suas opções profissionais, aprender o processo de tomada de decisão para utilizar-se dele mais tarde, etc. Entende-se também, que uma decisão terminal não precisa, necessariamente, coincidir com o término da intervenção, pois o processo de crescimento profissional é algo processual, que pode se dar ou se concretizar em vários momentos da vida e, assim como supramencionado, havendo a possibilidade de se encontrar em outras profissões futuras ou não, conseguir se enxergar dentro da profissão selecionada e sentir-se confiante com esta decisão.

Devido ao meio ser inteiramente virtual, o alcance que obtivemos foi considerável, considerando por volta de 30 curtidas nas postagens de Feed e 50 à 60 visualizações nos Stories, já que as redes sociais são os ambientes mais procurados e com maior tráfego de conteúdo de mídia. Sendo assim, as postagens realizadas despertaram o interesse do público em analisar as dúvidas sobre tomada de decisões, mostrando a importância de falar mais sobre o assunto, e também, em incentivar os jovens a ir em busca de desbravar suas incertezas, assim obtendo um resultado positivo. Baseando-se nos resultados do projeto, como mencionado anteriormente, muitas pessoas se interessaram pelos temas abordados, como por exemplo, a importância de se ouvir e não tomar decisões baseadas nas opiniões alheias, muitos compartilharam em seus perfis nas redes, o que nos fez alcançar ainda mais pessoas.

A proposta de intervenção apresentada contribuiu para o avanço da ciência psicológica na interlocução com a comunidade, especificamente com adolescentes que estão enfrentando o momento da escolha profissional no contexto da pandemia. Sugerem-se novas e futuras intervenções voltadas à essa temática mostrando a Psicologia de diferentes maneiras e possibilidades, especificamente neste contexto aprofundando e direcionando o olhar acerca da Orientação Profissional e a utilização das redes sociais digitais no cuidado com os adolescentes. O ambiente virtual constituiu-se, nesse sentido, como um auxílio na autonomia e liberdade de escolha dos jovens (MAUCH; COSTA; SILVA; ANDRADE; ALMEIDA; ARAUJO; SOUZA; NUNES; SOUZA, 2020).

É necessário, no entanto, considerar os obstáculos predominantes, muitas pessoas têm sofrido com este novo método de aprendizagem onde tudo acontece de forma digital e a distância. Houve o aumento da exigência, tanto em produzir mais quanto em administrar, gerando sobrecarga, estresse e ansiedade. Também, devemos avaliar o contexto precário de muitas famílias que não dispõem de acesso à internet. Ao compreender esses obstáculos e considerá-los, nos comprometemos com o desenvolvimento de um método social mais integrativo, conforme as mais variadas realidades de modo que possamos atingir ainda mais públicos distintos que necessitam deste auxílio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar, retomamos o objetivo deste estudo que consiste em ampliar nosso alcance informativo para poder auxiliar um número cada vez maior de pessoas na construção de sua futura carreira. Para isso, podemos sim utilizar-nos do meio virtual, mas também, contextualizar as mais diferentes situações de vida encontradas, por exemplo, em instituições

escolares ou públicas em geral que possam alavancar a existência deste auxílio, o que nos leva a maximizar a demanda pela procura da OP.

Compreendemos então que precisamos otimizar nosso discurso sobre as vantagens das orientações. Em primeiro lugar, em contextos onde os suportes sociais, as políticas públicas e o Estado são praticamente ausentes, a OP não pode ficar esperando as pessoas buscarem auxílio porque elas não chegarão, nem pode ficar aguardando que políticas públicas sejam construídas, nem pode investir em estratégias que funcionam para determinados grupos, e não para todos. Se quisermos incluir todos/as, as organizações e movimentos sociais, identitários e comunitários, são o suporte social possível para uma boa parte das pessoas no Brasil. Nesse contexto, a OP deve fazer alianças e projetos dentro desta lógica. Tudo isto não significa dizer que vamos abandonar nossas estratégias tradicionais e substituir modelos vigentes pelos aqui propostos. A ideia é de ampliação, não de substituição, pois parte das pessoas consegue se beneficiar das estratégias que a OP já tem à sua disposição.

Do mesmo modo, inspirados em Guichard (2012), objetivamos incorporar um dilema ético nas intervenções em OP, este questionamento ético-político que também não pode ser individualizado, pois muitos/as estão vivendo um dilema ético diante da pandemia num claro exemplo de que a decisão de não trabalhar não é uma decisão simples, nem exclusivamente pessoal pela falta de autonomia da maioria: ficar em casa, distanciando-se socialmente, sem trabalhar e com possibilidade de não ter o mínimo de recursos para sobrevivência, mas evitando a disseminação do coronavírus, ou sair de casa para trabalhar e se expor ao risco de se contaminar e contaminar os/as demais para poder sobreviver?

Devido a essas delimitações, sugere-se inicialmente a oferta de primeiros cuidados psicológicos, os quais envolvem assistência humana e ajuda prática em situações de crise, buscando aliviar preocupações, oferecer conforto, ativar a rede de apoio social e suprir necessidades básicas (ex.: água, alimentação e informação). Ademais, as intervenções psicológicas devem ser dinâmicas e, primeiramente, focadas nos estressores relacionados à doença ou nas dificuldades de adaptação às restrições do período, pensando, sobretudo como orientadores/as, com quem desejamos trabalhar e como faremos isto e há duas possibilidades, sendo ambas legítimas. No momento, temos que aproveitar a brecha gerada na sociedade pela pandemia e buscar recriar o normal, ampliando a oferta de OP para todos/as, preferencialmente, de forma contextualizada e em diálogo permanente com todos/as, retomando o projeto inicial da OP como estratégia de transformação social proposto, especialmente no meio

virtual/tecnológico, onde o alcance e desenvolvimento podem ser ainda mais amplos e significativos.

REFERÊNCIAS:

MOURA, Cynthia Borges de. Orientação Profissional Sob o Enfoque Da Análise Do Comportamento. 1ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

MAUCH, Ana Gabriela; COSTA, Jéssica Emanoeli; SILVA, Kelly Mangabeira; ANDRADE, Lorena Bianca; ALMEIDA, Lucas; ARAÚJO, Sarah; NUNES, Tâmara; SOUZA, Vanessa. A utilização das redes sociais digitais no cuidado psicossocial infanto-juvenil, diante da pandemia por Covid-19. Vol. 1, Distrito Federal, 28 abril. 2020. Disponível em: <https://escsresidencias.emnuvens.com.br/hrj/article/view/12/17>

GUICHARD, J. Quais os desafios para o aconselhamento em orientação no início do século 21?. Revista Brasileira de Orientação Profissional. Vol. 13. 2012. 139-152. Paris, França. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902012000200002&lng=pt&tlng=pt

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Trabalho e orientação profissional e de carreira em tempos de pandemia: reflexões para o futuro. Rev. bras. orientac. prof vol.21 no.1 Campinas jan./jun. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S16733902020000100001

SCHMIDT, Beatriz; CREPALDI, Maria Aparecida; BOLZE, Simone Dill; NEIVA-SILVA, Lucas; DEMENECH, Lauro Miranda. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Estud. psicol. 37, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/L6j64vKkynZH9Gc4PtNWQng/?lang=pt>

CAPÍTULO 7

PROMOVENDO HABILIDADES PARA A VIDA COM PROFESSORES QUE VIVENCIARAM A PANDEMIA COVID-19: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Fernanda Pegoraro
Gabriela Toassi Brito
Thais Cristina Gutstein Nazar

RESUMO

No atual contexto pandêmico, causado pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2), a rotina do mundo precisou transformar-se, o espaço escolar precisou adaptar-se para o estabelecimento de medidas preventivas, os professores precisaram de forma emergente aprender a lidar com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e mais do que nunca ser um local de acolhida, adaptação e de promoção de saúde mental geral. Frente ao atual cenário mostra-se de suma importância trabalhar metodologias de prevenção e promoção de saúde mental com os profissionais de educação que estão inseridos em um contexto demasiadamente alterado desde o começo da pandemia da Covid-19. O objetivo do presente trabalho foi proporcionar aos profissionais da educação, promoção e possível prevenção de saúde mental com intervenções objetivas e remotas no contexto de pandemia. Ademais proporcionar um espaço de troca de experiências para fortalecimento, conceder informações de quando, como e onde procurar ajuda no quesito de saúde mental, desenvolver as habilidades para a vida no cotidiano, tanto do trabalho quanto na vida pessoal. Participaram dos encontros seis docentes, todos da Rede Pública de Ensino. Foram trabalhadas diversas temáticas de Habilidades Para a Vida, por exemplo, o manejo de estresse e ansiedade, autoconhecimento, relacionamento interpessoal, empatia, resolução de problemas, pensamento crítico. Foram propostos no total, seis encontros quinzenais, com duração aproximada de 1h cada, e foram abordadas também aspectos como autoconhecimento, autocuidado, estresse, entre outros, visando apresentar estratégias de manejo, relaxamento e métodos que auxiliassem e tornassem o cotidiano facilitado para o trabalho que realizam. Durante os encontros, conforme o andamento das atividades, a adesão e vínculo do grupo se mostrou crescente, aumentando a participação durante os encontros. Os resultados das intervenções demonstraram que os professores sentem-se cansados ao se deparar com demandas novas no contexto de pandemia que exigem uma certa “improvisação”, como por exemplo preparar materiais inéditos e recursos de apoio. O presente estudo contribuiu em várias frentes, tanto na aprendizagem de novas formas de lidar com as problemáticas e habilidades cotidianas quanto no esforço realizado pelos participantes de estar dedicando tempo a sua saúde mental e espaço de fala e acolhida. Sugerem-se a continuidade de estudos e intervenções direcionadas a este público e temática.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, habilidades para a vida, saúde mental.

INTRODUÇÃO

A escola é um núcleo de riquíssimo espaço de desenvolvimento humano, pois nela os indivíduos passam grande parte da vida. Na escola temos desenvolvimento de várias habilidades para a vida, sejam elas de cunho social, cultural, intelectual e também psíquico.

Conforme Estanislau e Bressan (2014) “Pesa, nesse sentido, o fato de a escola concentrar em um ambiente único a maior parte da população jovem do País, por boa parte do dia, desde a primeira infância, desenvolvendo um trabalho sistematizado e contínuo, passível de ser adaptado.”

De acordo com Schmidt., Crepaldi, Bolze, Neiva-Silva & Demenech (2020), a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) é a maior emergência de saúde pública que a comunidade internacional enfrenta em décadas. Além das preocupações quanto à saúde física, traz também preocupações quanto ao sofrimento psicológico que pode ser experienciado pela população geral e pelos profissionais da saúde envolvidos. Visto todas as demandas, processos de luto, perdas, desemprego, desigualdade, desafios que a pandemia elucidou “sabe-se que a profissão de docente é considerada uma das mais estressantes devido à precarização das condições de trabalho, excesso de tarefas, baixa remuneração e valorização do trabalho.” (GUIMARÃES; VIANA,2021, p.8).

No atual contexto pandêmico, causado pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2), com a suspensão dos calendários letivos, a rotina do mundo precisou transformar-se, o espaço escolar precisou adaptar-se para o estabelecimento de medidas preventivas, os professores precisaram de forma emergente aprender a lidar (mesmo sem o devido treinamento) com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e mais do que nunca ser um local de acolhida, adaptação e de promoção de saúde mental geral. Visto todas as demandas, lutos, perdas, desemprego, desigualdade, desafios que a pandemia elucidou.

“Sabe-se que a profissão de docente é considerada uma das mais estressantes devido à precarização das condições de trabalho, excesso de tarefas, baixa remuneração e valorização do trabalho.” (GUIMARÃES; VIANA,2021, p.8)

O estresse causado por essa extrema mudança de rotina desencadeia ou agrava diversas outras doenças, podendo ser físicas ou mentais, como: ansiedade, depressão, dor muscular e insônia. (GUIMARÃES; VIANA,2021, p.8). Cabe levar também em consideração a reincidência e agravamento de fatores já pré- existentes na vida/cotidiano dos profissionais.

“Ao ministrar aulas em casa é quase impossível não misturar questões familiares a questões dos trabalhos, que tornam frágeis todas as atividades desenvolvidas. O acesso tecnológico não isola o ensino, mas a junção de várias questões afetivas sim.”(GUIMARÃES; VIANA,2021, p.16) A casa tornou-se também seu ambiente de trabalho. Os problemas

existentes antes da pandemia, não desapareceram com ela, assim muitas questões do ambiente escolar também adentram a vida pessoal dos sujeitos.

Os dados acerca do trabalho do professor vem sendo sinal de atenção há muito tempo, e conforme Pereira, Santos, Manenti (2020) afirmam “A Organização Internacional do Trabalho (OIT) indica que desde 1983 a classe docente é a segunda categoria profissional, em nível mundial, a portar doenças de caráter ocupacional, incluindo desde reações alérgicas a giz, distúrbios vocais, gastrite e até esquizofrenia.”

Ao se deparar com isso vemos que as metodologias de prevenção e promoção de saúde aplicaram-se aos professores como mediadores e aplicadores, contudo o contexto mostrou-se de uma imensa exaustão, mostrando-nos a necessidade de trabalhar também com esse público que é de suma importância para que as outras metodologias cheguem ao resto da população.

Frente ao atual cenário mostra-se de suma importância trabalhar metodologias de prevenção e promoção de saúde mental com os profissionais de educação que estão inseridos em um contexto demasiadamente alterado desde o começo da pandemia de Covid-19 como já mencionado. Conforme o Ministério da Saúde (Brasil, 1999) (*apud* MINTO, C, Elaine; *et al.* 2006), as informações são mais eficientes quando associadas à "educação de habilidades para a vida, para auto-estima, para o senso de responsabilidade e confiança".

É importante que o espaço escolar tenha a sensibilidade de promover saúde, a todos os seus usuários, sendo todas potentes em promover a saúde em seus mais variados aspectos.

“A Escola Promotora de Saúde não pode ser vista apenas como um sistema muito eficiente para produzir educação, mas, como uma comunidade humana que se preocupa com a saúde de todos os seus membros: professores, alunos e pessoal não docente, assim como com todas aquelas pessoas que se relacionam com a comunidade escolar.” (PELICIONI; TORRES, 1999, p. 3)

Assim, trabalhar estratégias de manejo, relaxamento e de métodos que auxiliem e torne seu cotidiano facilitado para que o trabalho que realizam com grande parte da população continue sendo efetivo, visto a ascendência das questões de saúde mental para os docentes.

Em suma, o objetivo geral foi propiciar um espaço/momento de acolhida, de reflexão e de relaxamento; ouvir demandas, manejá-las. Assim como proporcionar um espaço de troca de experiências para fortalecimento geral, conceder informações de quando, como e onde procurar ajuda no quesito de saúde mental.

MÉTODO

Local: Os encontros foram realizados quinzenalmente e online através da plataforma google meet. Os recursos utilizados foram vídeos temáticos, apresentações de slides e músicas.

Participantes: Participaram do presente estudo 6 profissionais da educação, todos da Rede Pública de Ensino, com idade entre 30 e 60 anos. Os participantes foram selecionados através do convite feito pelas acadêmicas através das mídias sociais. Foram realizados seis encontros de forma quinzenal, com média de 40 minutos de duração, através da plataforma google meet, utilizando-se de vídeos temáticos, apresentação de slides e músicas.

Instrumentos, Materiais e procedimentos: No presente trabalho foram utilizadas diferentes estratégias para intervenções, a saber metáforas, vídeos, textos com a intenção de proporcionar uma reflexão crítica. A Figura 1 descreve os procedimentos realizados no grupo de intervenção com professores remotamente.

Período	Tema	Metodologia	Objetivo
1º encontro	-Habilidades para a vida e estabelecimento de vínculo	-Psicoeducação e aplicação de instrumento pré teste.	-Promover um espaço de acolhimento e empatia com as demandas do outro.
2º Encontro	-Habilidade para a vida. Tema: Autoconhecimento	- Intervenção reflexiva sobre autoconhecimento. Apresentando a atividade pizza da vida.	-Promover a reflexão de distribuição de tempo. O conceito de autoconhecimento, como auto- observar-se auto- descrever-se. Qual a importância do coletivo na formação individual.
3º Encontro	-Habilidade para a vida. Tema: Estresse	Intervenção expositiva sobre estresse e técnicas de como manejá-lo.	-Estabelecer conhecimento de técnicas de manejo de estresse.O estresse no organismo, como acontece a liberação de hormônios. Ademais quais são suas possíveis causas, sintomas no cotidiano. E a diferenciação do estresse agudo e estresse crônico
4º Encontro	-Habilidade para a vida. Tema: Relações interpessoais	-Intervenção reflexiva acerca das relações interpessoais	-Promover a atenção da fluidez no espaço de trabalho e temáticas como comunicação assertiva, passiva e agressiva. Apresentação de opiniões e de soluções no espaço laboral e pessoal.
5º Encontro	-Habilidade para a vida. Tema:	Exposição do tema com atividades reflexivas.	Reconhecer o que é ser uma pessoa crítica a necessidade de conhecimento acerca do

	Pensamento crítico e resolução de problemas		tema e do autoconhecimento para exercê-la. Quais os benefícios e a importância de ser um docente crítico reflexivo. Como tomar decisões de forma mais assertiva e observar seu repertório comportamental, analisando também o custo de oportunidade a cada tomada de decisão. Considerar o bem estar em certas decisões. E entender que certas resoluções de problemas não estão ao alcance, portanto não cabe a ele resolver.
6º Encontro	Fechamento dos encontros e habilidade para a vida tema: empatia	Retomada dos temas e escuta e acolhida.	Retomada das habilidades para a vida trabalhadas anteriormente. Trabalhar o tema de empatia, como se dedicar a ouvir e a compreender as demandas, acolher, demonstrar interesse no outro. A importância da empatia em sala de aula que estimula sentimentos de solidariedade e de acolhimento. Apresentação da cartilha feita.

Quadro 1- Elaborado pelas autoras (2021).

RESULTADOS

Participaram do presente estudo 6 profissionais da educação, todos da Rede Pública de Ensino, com idade entre 30 e 60 anos, dos municípios de Salgado Filho, Francisco Beltrão e Zona Rural. Sendo a maioria do gênero feminino (n=5) e um do gênero masculino. A carga horária da maioria dos participantes é de 40 horas semanais (n=3) outros dois com 20 horas semanais e um participante com 60 horas semanais ou mais.

No presente estudo os participantes explanaram frequência de nervosismo e estresse (5 participantes); metade dos participantes elencou estar bravo por aspectos que não estavam no próprio controle e acumulação de problemas. A maioria dos participantes mostrou-se confiante na capacidade de lidar com problemas pessoais (n=4) e quando o questionário foi realizado, 50% dos participantes tinham as atividades em situação remota. Os participantes relataram que a pandemia, na vida pessoal exigiu maiores cuidados com a saúde, aumentou a sobrecarga de trabalho, e trouxe sentimentos como nostalgia e confiança.

A partir das dinâmicas e atividades de intervenção e consonante ao andamento dos encontros, o grupo mostrou uma maior participação que foi observado no aumento de relatos pessoais, exemplos sobre o tema tratado e identificação. Como um todo o grupo se mostrou com adesão mais forte no quesito de vínculo e demonstraram sentimentos como confiança e nostalgia ao responder quais sentimentos a epidemia lhe trouxeram.

Os resultados obtidos demonstraram que os professores da rede pública e ensino fundamental e médio da cidade de Salgado Filho no Paraná, sentem-se cansados no contexto da pandemia por não haver uma delimitação entre o trabalho e os afazeres de casa. Muitos precisam conciliar as atividades domésticas, cuidar de filhos e da casa com o trabalho em si. No entanto, a partir do questionário respondido pelos participantes, 100% demonstraram que são capazes de controlar irritações nas suas vidas. Outro ponto foi levantado e é importante ressaltar que apresentaram um esgotamento ao ter que inovar constantemente o método de ensino e adaptar-se às condições de Tecnologia e Comunicação que antes não eram tão usuais.

Os profissionais evidenciaram a importância dos momentos da intervenção por ser um momento de escuta e acolhimento, onde puderam abertamente trocar experiências e sentir-se realmente escutados, além de também conhecer novos temas, tal qual possivelmente poderão aplicar no dia-a-dia.

DISCUSSÃO

Esta proposta de intervenção psicológica realizada com professores mostrou-se adequada em que se refere a sua aplicação, conteúdos e metodologias. Nos encontros verificou-se a importância dos indivíduos que compartilham de experiências semelhantes e o mesmo espaço de trabalho (Escola Pública), isso favoreceu o compartilhamento de sentimentos, troca de ideias e experiências, torna-se indispensável ações preventivas que possam auxiliar na resolução de problemas de saúde dos professores (MOREIRA; RODRIGUES. 2018.). Em conformidade com a literatura, o trabalho em grupo se mostrou efetivo em relação ao acolhimento dos participantes, troca de experiências, exploração de temas das habilidades para a vida.

Os temas tratando das Habilidades Para a Vida salientou o interesse dos indivíduos nos encontros, por serem temas relevantes frente o atual momento, favorecendo a troca e um espaço de escuta e acolhida, proporcionando aprendizado como grupo e de forma individual. Promover Habilidades Para a Vida no contexto escolar vai muito além de salientar questões de autoconhecimento, empatia, resolução de problemas, manejo de estresse, comunicação eficaz e pensamento crítico, trabalhar esses aspectos promove uma melhor fluidez do cotidiano, maior informação, conduz o pensamento crítico aos valores sociais, estilos de vida, fortalece aspectos que favorecem a melhoria da qualidade de vida, do pensamento conjunto, relações igualitárias e democráticas. (PELICIONI; TORRES, 1999, p. 4)

Os encontros aconteceram de forma vivencial e psicoeducativa, com exposição do tema principal e abertura à discussão e troca de experiências. O tempo das intervenções de aproximadamente 40 minutos mostrou-se efetivo e suficiente para efetuar o objetivo dos encontros e contribuiu com a adesão dos participantes por ser algo não muito extenso. As vivências proporcionaram um aprendizado grupal que contribuiu para o desenvolvimento das habilidades interpessoais, de conhecimento sobre emoções como o estresse e ansiedade, comunicação, exercício da empatia, resolução de problemas e pensamento crítico. Os encontros foram feitos de forma breve, facilitando a adesão ao projeto e contribuindo para a escuta e acolhida.

A partir das vivências e intervenções e consonante ao andamento dos encontros, o grupo mostrou uma maior participação que foi observado no aumento de relatos pessoais, exemplos sobre o tema tratado e identificação. De maneira geral, o grupo se mostrou produtivo e importante. Notaram-se queixas relevantes como a inexistência de território demarcado entre o trabalho e o lar, onde muitos demonstraram estar sobrecarregados justamente por não conseguirem diferenciar estes espaços.

Em função da rápida disseminação da doença, da sua gravidade e da inexistência de formas eficazes de tratamento e prevenção, as medidas de enfrentamento necessárias consistiram no distanciamento social, que incluiu o fechamento das escolas. Para dar continuidade aos processos educativos, uma das medidas adotadas foi a implantação do trabalho remoto (TR) ou *home office*. Neste tipo de trabalho, as atividades são desenvolvidas com uso de ferramentas de comunicação virtual, em ambiente doméstico. No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) incorporou o ensino remoto emergencial como parte da carga horária diária de ensino (Aquino et al., 2020; Brasil, 2020).

Nesse contexto, o trabalho que antes era executado na sala de aula transferiu-se para a tela do computador ou celular. O TR foi implementado rapidamente nas instituições de ensino particulares. A gestão escolar, especialmente das escolas particulares, apesar da pouca familiaridade com o funcionamento do TR e da ausência de infraestrutura necessária à sua realização, adotou essa modalidade de ensino poucos dias após o fechamento das escolas. Assim, os/as docentes necessitaram aprender rapidamente novas formas de desenvolvimento de suas atividades de ensino, utilizando recursos tecnológicos e digitais pouco conhecidos, sob demanda de inovação e criatividade no planejamento e execução de atividades síncronas e assíncronas - adicionalmente, tendo também que prover todos os recursos físicos e de equipamentos necessários para isso (Avelino e Mendes, 2020).

De acordo com Pinho et al. (2021), o contexto de pandemia impôs aos/às professores/as dos diferentes níveis educacionais uma profunda reorganização de suas rotinas de trabalho. A barreira física entre trabalho e vida familiar, no domicílio, deixou de existir e, na maioria das vezes, forçou improvisações diversas ao cotidiano familiar e doméstico para permitir a estrutura mínima necessária às atividades de ensino-aprendizagem. A remodelagem das formas de exercer o ofício docente e a revisão aguda dos tempos de trabalho e de vida familiar produziram consequências negativas expressivas à saúde física e mental docente.

Na maioria dos contextos, os professores precisam sistematizar leituras, providenciar materiais inéditos e recursos de apoio, estarem à disposição para dúvidas, produzirem vídeo-aulas e transmissões ao vivo. Muitos docentes, de acordo com relatos, além de não ter o preparo para tal atividade, recebem cobranças para melhorar a linguagem, dinamismo, e se ater mais ao tema da aula. Além disso, as escolas têm atendido cada vez mais os pedidos dos pais, reforçando ainda mais a visão mercadológica da educação (ZAJAC, 2020).

Pinho et. al (2021) ressalta que a pandemia da Covid-19, representa situação de crise sanitária de amplas dimensões, envolvendo novos e contundentes desafios. Não há precedentes na história recente dos agravos à saúde. De outro modo, conforme apontam Pelicioni e Torres (1999), não se pode mudar as escolas da noite para o dia, mas é preciso ser constante no trabalho empreendido. As pequenas mudanças vão se somando e aos poucos se transformam em grandes mudanças.

De acordo com Schmidt., Crepaldi, Bolze, Neiva-Silva & Demenech (2020), entende-se que, embora imponha desafios adicionais à atuação dos psicólogos no Brasil e no mundo, a pandemia do novo coronavírus pode contribuir para o aperfeiçoamento da prática e da pesquisa em situações de crise, emergência e desastre. Ao final dos encontros os profissionais demonstraram retorno positivo sobre o aproveitamento, e de outro lado as acadêmicas participantes tiveram a oportunidade de trocar conhecimentos mútuos. Foi possibilitado com o grupo, contingências para que os profissionais da educação pudessem expressar e refletir sobre si mesmos nesse momento de pandemia, o que é de extrema importância, pois no dia-a-dia acabam sendo deixados de lado pelas demandas do cotidiano escolar ou vida pessoal.

Em suma, compreende-se que a Psicologia pode oferecer contribuições importantes para o enfrentamento das repercussões da COVID-19, que vem sendo considerada a maior emergência de saúde pública que a comunidade internacional enfrenta em décadas. Essas contribuições envolvem a realização de intervenções psicológicas durante a vigência da

pandemia para minimizar implicações negativas e promover a saúde mental, bem como em momentos posteriores, quando as pessoas precisam se readaptar e lidar com as perdas e transformações (Schmidt., Crepaldi, Bolze, Neiva-Silva & Demenech, 2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das atividades de intervenção realizadas é válido salientar que o projeto cumpriu de forma eficiente seu objetivo. Sendo proporcionar um espaço de acolhida e de reflexão acerca das Habilidades Para a Vida. As hipóteses levantadas foram confirmadas, de que os profissionais se sentem sobrecarregados, muitas vezes desmotivados no trabalho e que a pandemia elucidou muitos sentimentos difíceis de se lidar. Para minimizar os impactos causados pela pandemia é necessário adaptar-se novamente através de mecanismos que visem à diminuição, como palestras informativas com esses profissionais, orientação de como buscar ajuda e como lidar com a volta às aulas presenciais.

A saúde mental de educadores além de ser atravessada na pandemia por diversas situações deve também ser levada em consideração na retomada das aulas presenciais, que já está acontecendo em algumas regiões do país.

REFERÊNCIAS:

AQUINO, Estela M. L. *et al* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de Covid-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, p. 2.423-2.446, mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25suppl1/2423-2446> /. Acesso em: 4 jan. 2021. DOI: 10.1590/1413-81232020256.1.10502020.» <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>

AVELINO, Wagner F.; MENDES, Jessica G. A realidade da educação brasileira a partir da Covid-19. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 2, n. 5, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/boca/article/view/AvelinoMendes> Acesso em: 4 jan. 2021. DOI: 10.5281/zenodo.3759679.» <https://doi.org/10.5281/zenodo.3759679>

BRASIL. Portaria n. 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - covid-19. Brasília, *Diário Oficial [da] República Federativa da União*: seção 1, Brasília, DF, Edição 53, p. 39, 2020a.

GUIMARÃES, Fernanda Pacheco Viana. **A pandemia (COVID-19): Consequências para a saúde mental dos professores**. Hilma Aparecida Brandão. 2021. 25p. Pós Graduação (Latusensu). Instituto Federal Goiano - Ifgoiano. Ipameri. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/1859>. Acesso em: 13 set. de 2021.

ZAJAC. Danilo. **Ensino remoto na educação básica e Covid 19: Um agravo ao direito a**

educação e outros impasses, 2020, Disponível em: <https://epufabc.proec.ufabc.edu.br/ensino-remoto-na-educacao-basica/>. Acesso em: 13 set. 2021.

PEREIRA, Pessoa, H.; SANTOS, Viana, F.; MANENTI, Aguiar, M.; **Saúde mental de docentes em tempos de pandemia: os impactos das atividades remotas**. Boletim de conjuntura boca Ano II.Volume 3. No 9.Boa Vista, 2020.

PELICIONI, Focesi, C, M; TORRES, Luis, A; **A Escola Promotora de Saúde**. Série Monográfica No 12. Universidade de São Paulo Faculdade de Saúde Pública Departamento de Prática de Saúde Pública. São Paulo, 1999. Disponível em: <http://colecoes.sibi.usp.br/fsp/files/original/b6e36986b48492da520fd2775bd245a5.pdf>

PINHO, Paloma de Sousa et al. **Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da Covid-19**. *Trabalho, Educação e Saúde* [online]. 2021, v. 19 [Acessado 28 Outubro 2021] , e00325157. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/fWjNP9QqhbGQ3GH3L6rjswv/?lang=pt>

MINTO, Cristina, E; PEDRO, Pereira, C; NETTO, Cunha, R, J; BUGLIANI, Prioli, A, M ; GORAYEB, Ricardo. **Ensino de Habilidades Para de Vida Na Escola: uma experiência com adolescentes**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 561-568, set./dez. 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/pe/a/dH4fPTgkptDYyCTmrvRYRg/?lang=pt&format=pdf#:~:text=As%20habilidades%20de%20vida%20sugeridas,problemas%20\(WHO%2C%201997\)](https://www.scielo.br/j/pe/a/dH4fPTgkptDYyCTmrvRYRg/?lang=pt&format=pdf#:~:text=As%20habilidades%20de%20vida%20sugeridas,problemas%20(WHO%2C%201997))

SCHMIDT, B., CREPALDI, M. A., BOLZE, S. D. A., NEIVA-SILVA, L., & DEMENECH, L. M. (2020). **Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19)**. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 37, e200063. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/L6j64vKkynZH9Gc4PtNWQng/?lang=pt>

MOREIRA, Daniela Zanoni; RODRIGUES, Maria Beatriz. **Saúde mental e trabalho docente**. *Stud. psicol.* (Natal) vol.23 no.3 Natal jul./set. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000300004.

CAPÍTULO 8

CAMINHOS ENTRE CLÍNICA E LITERATURA: PALAVRA, ATO E CRIAÇÃO

Liora Souza Geiger
Danilo Placeres Caetano
Waldenilson Teixeira Ramos

RESUMO

Este texto se propõe a traçar um percurso reflexivo a partir das interfaces entre clínica, literatura e arte, tendo como entrada a concepção freudiana em relação à dinâmica pulsional presente na brincadeira infantil e no fazer literário, a partir do texto *O Poeta e o Fantasiar* (2015), com o qual é aproximado a noção do brincar infantil e da fantasia na vida adulta à prática do escritor, no que diz respeito à relação entre a realidade e a criação. Neste sentido, a literatura, enquanto matéria de produção do escritor, elabora modos de apropriação da realidade, que não necessariamente se opõem à fantasia, mas sim produzem invenções de mundo, mediante o processo de criação. Adentrando no universo literário, o conto *A Terceira Margem do Rio* (2009), de Guimarães Rosa, traz um percurso narrativo no qual a palavra não aparece enquanto representação ou descrição de algo, mas sim enquanto experiência estética, por nos abrir para sensações mais do que, necessariamente, narrar uma sucessão de fatos. O que se trata é de a própria linguagem ser acontecimento, à medida que compõe um percurso narrativo em uma dimensão não cronológica do tempo, que instaura como poética a força da palavra em seu sentido artístico, nas criações de si e de mundo entre a experiência de leitura e escrita que se entrecruzam pelo acontecimento do texto. Deste modo, passa a não ser possível, na literatura, a separação entre forma e conteúdo, já que a experiência do testemunho de um acontecimento, pela via da leitura, dá-se, também, pelo próprio acontecimento da palavra. A psicanálise, por sua vez, aproxima-se da literatura no que diz respeito aos usos e potenciais da linguagem, a partir da ética psicanalítica que propõe à clínica um percurso discursivo do analisando, como produção de vida, sustentado por uma relação transferencial entre analisando e analista. Essa dimensão é explorada no texto freudiano *A dinâmica da transferência* (2013), que vê a transferência como motor da relação clínica psicanalítica. Já no texto *Recordar, repetir, elaborar* (2013), Freud indica que o conteúdo que não é recordado pela via da fala, é repetido em forma de ato: a elaboração seria então a prática que daria palavra aos processos inconscientes como via de produção de saúde. Sob essas constatações, passa a ser possível uma aproximação entre o que se entende por palavra e ato, não como domínios de ordens distintas, mas sim a partir da noção de que a palavra é abertura para estados de presença, sentido e criação, e assim, é também, ação. Tendo a aposta de que a escrita pode ser via de elaboração e composição de presença no mundo, portanto, processo de saúde e cuidado de si, Conceição Evaristo traz com o conceito e prática da escrevivência, a arte como escape às durezas do mundo, um escape que inventa novas possibilidades e vidas, e não meramente de forma passiva; ou seja, uma escrita no plano da imanência, que se atualiza pelo devir dos modos de subjetivação. Por fim, espera-se que com os atravessamentos entre literatura, clínica e arte, sejam produzidas zonas de abertura e transversalidade entre esses domínios, apostando que há uma ética que se faz comum no que diz respeito a uma subjetividade que não se fecha em si mesma, mas existe e se inventa a partir das forças do mundo. Afirmar, neste sentido, a palavra enquanto potência, faz-se fio que conecta a clínica, literatura, arte, e produções de mundo, na composição de novas possibilidades de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Clínica; Saúde; Psicanálise; Arte; Literatura.

CAMINHOS, DESVIOS E ABERTURAS

Este trabalho nasce concomitante ao nosso processo formativo e de pesquisa, onde nos endereçamos a pensar as multiplicidades da clínica em um crivo crítico, atravessando as dimensões ética, estética e política que constituem nossas práticas psi. Sobre um escopo de análise de uma transversalidade da clínica psicanalítica, este trabalho se insere nas interseções da clínica e literatura, explorando as potências do gesto literário e da promoção de saúde. O primado epistemológico deste trabalho parte das hipóteses clínicas freudianas e vai de encontro a grandes literaturas contemporâneas: *A Terceira Margem do Rio* de Guimarães Rosa (2009) e a tecnologia da escrevivência de Conceição Evaristo (2020). São essas obras que nos levaram às reflexões sobre as dinâmicas das transferências e o investimento na sobrevivência do ato escrito. Na composição de nossa metodologia, tivemos ao fim deste trabalho inflexões importantes colocadas pelo pensador Félix Guattari (1997) que apresenta o gesto transgressor das balizas centrais de uma clínica que se cristaliza nas políticas das reminiscências e, assim, coloca no campo da subjetividade os procedimentos de abertura da força devir. Por isso, aqui podemos dizer que este trabalho é uma aposta política-metodológica, pois o gesto transgressor que se vetoriza à abertura da multiplicidade marca de forma concorrente uma clínica de primado militante. Assim, forjamos os crivos de nossa revisão literária.

O BRINCAR, O ESCREVER E O FANTASIAR

Em *O Poeta e o Fantasiar* (2015), Freud aproxima o diálogo ainda em vias de desenvolvimento entre a teoria psicanalítica e o fazer poético, ou, escrita literária, a partir da análise das brincadeiras infantis. A criança, no ato de brincar, aproxima-se de uma postura pulsional similar ao criador literário, na medida em que constrói para si um mundo à parte e fantasístico, a partir dos objetos dispostos em seu redor, isto é, ela arranja e rearranja tais objetos de seu mundo externo em uma nova ordem, que a agrada e que faça vínculo com seu desejo, pela catexização/investimento pulsional para com esses objetos. Tal empreendimento revela a capacidade dos indivíduos de buscar, na fantasia, um substituto para a realização do desejo, já que muitas vezes este não consegue ser expresso pelas privações impostas pelo princípio da realidade.

Por conseguinte, o escritor opera em uma dinâmica psíquica análoga ao se valer também de um mundo de fantasias, sustentadas constantemente a fim de que a obra possa ser completada, repletas de montantes de afeto, separando-se da realidade externa para se dedicar

aos sentidos inerentes da narrativa produzida por ele. O ponto de diferença reside que, na brincadeira, a criança, na maioria das vezes, baseia-se nas coisas palpáveis e visíveis do mundo real para compor com as situações imaginárias, ao passo que o escritor tem, no fazer poético, um terreno estritamente imagético, ainda que ambos conseguem diferenciar sem maiores dificuldades a realidade externa apresentada e a realidade interna psíquica.

Porém, o intento de aproximar a natureza da fantasia com a escrita literária fica mais fértil quando Freud pontua a relação daquela com três temporalidades percebidas pelo sujeito e o desejo que percorre esse *continuum*. Em linhas gerais, a atividade de fantasiar faria uso de um ensejo causado no presente que esboça, segundo um modelo do passado vivenciado pelo sujeito, uma imagem do futuro. Ora, a escrita literária estaria referida à vida do escritor, na medida em que uma obra advém de uma necessidade atual, capaz de mobilizar traços mnemônicos anteriores, cuja própria realização literária futura seria o produto da satisfação do desejo, pelas vias dos processos psíquicos primários, como a sublimação, a projeção, a identificação e a transferência.

Não é à toa que se percebe sem muito esforço que a prosa e a poesia se vale dessa dinâmica para produzir um novo contexto de significações para o escritor, revendo seu passado por meio de um eu lírico sensível ou de um personagem com uma extensa narrativa; sob outro nome, deslocado ou com características condensadas, o escritor produz sua arte a partir de equações inconscientes presentes ao longo de todo o processo criativo.

A partir deste caminho conceitual proposto por Freud, abrem-se questões importantes e valiosas para pensarmos o processo de criação e, conseqüentemente, a prática artística. Destacamos aqui duas dimensões que nos parecem importantes: a primeira é a relação da criação com a realidade e, a segunda, a relação da criação com o desejo. Tomando como referência a afirmação de Freud sobre a brincadeira infantil, na qual infere que o brincar não é antítese da seriedade (já que a criança o faz muito seriamente), mas sim antítese da realidade, gostaríamos de propor um caminho de pensamento a partir de alguns textos e reflexões, em que o processo de criação não estaria posto ao lado da realidade, no sentido de se tratarem de dois domínios distintos, mas sim que o processo de criação instaura diferentes modos de *apropriação* do mundo externo, e que a arte e o artístico produzem modos de inventar e intervir nessa realidade, a partir de uma criação constante de si e de mundo, relacionando o desejo com aquilo que é do campo do comum e também do político, pois diz de percepções e acontecimentos de mundo que não são exteriores aos indivíduos, mas justamente estão nos processos de vida envoltos pelo inconsciente.

Nesse sentido, pensar o processo criativo, abrir-se-á diferentes caminhos e explorações. Neste trabalho falaremos um pouco da escrita e de suas relações de significação e promoção de saúde, pensando a palavra enquanto uma abertura de sentido, que produz saltos lógicos, senso, contra-senso, não-senso, tanto para a literatura quanto para a clínica, apostando que há, nesses dois domínios, uma extrapolação da palavra a nível somente representativo, corriqueiro, fixo e ordinário, e que a psicanálise aposta na palavra enquanto um acesso a uma experiência, configurando a palavra como ato de ação e criação, em movimento análogo à literatura.

LITERATURA E LINGUAGEM ENTRE REALIDADE E CRIAÇÃO

A terceira Margem do Rio (2009) de Guimarães Rosa, nos conta de um homem, que um dia, mandou fazer para si uma canoa, passando a habitar o rio sem nunca mais pisar no chão ou ancorar a canoa em margem de terra. Nos tempos de chuva, sol e vento, o homem segue no rio, remando e sendo remado. Sua família se preocupa, não entende, chora e se desespera ao ver que o pai não voltará mais e nem parece se afetar com seus chamados de volta. O tempo passava e o homem na canoa seguia. A família não mais falava nele, só pensava, nem se esquecia, ou, quando fingia que esquecia, era para lembrar de novo. Pensaram se o homem era doido, mas a palavra “doido” não podia ser dita: ou eram doidos todos ou não era ninguém.

O homem envelhece e também seu filho, que um dia o pergunta se gostaria que tomasse seu lugar na canoa. O homem, pela primeira vez, parece fazer um gesto, acenando e convidando seu garoto. O filho, por sua vez, não consegue. Foge e adocece, e conjectura se antes de sua morte haveriam de o colocar em uma canoa, para que fosse também *o rio*.

Este é um modo de contar a história, talvez um modo que extraia, dos escritos, o mais perto do que poderíamos chamar de acontecimentos e que poderíamos também estabelecer alguma espécie de cronologia. Há, porém, no acontecimento do texto em nós, leitores, um efeito de suas palavras não somente enquanto significado, mas enquanto força, que nos leva a um estado de passagem, uma história que se configura a partir de algumas vozes, que mesmo tendo a estrutura verbal da primeira pessoa, indicando-se enquanto filho, nos parece ir além de uma pessoa única a contar a história. Esse estado de passagem nos remete ao próprio rio, como uma espécie de testemunha, mas sem forma definida. Este rio, ao mesmo tempo que é central ao conto, pois, tudo acontece com e por ele, é também dissolvido nas muitas passagens do texto. A filha que se aproxima e depois muda de cidade, a mãe que não pode mais ouvir falar do pai que agora ocupa o rio, o filho que pensa em virar rio e o homem que está presente no rio, mas nunca no mesmo lugar. São, talvez, vários rios. Sendo um ou vários, ao mesmo tempo que o

rio é central, pois fica no entre, dois pedaços de terra, o rio é também margem; seja pelo homem, que encontra no rio algum acalanto, uma margem para a vida, que o leva e traz sem ele nunca parar de remar, como também pelo sopro, como uma curiosidade que o título nos traz em pensar o que viria a ser esta terceira margem do rio. Podemos entender, quase como uma brincadeira, que, junto ao filho, é o rio quem assina o texto no final: nessa água que não pára, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro — o rio.

Há também, algo que nos convoca ao rio como um efeito de superfície, o que nos chama atenção, pois poderíamos facilmente pensar em uma experiência imersiva de um homem que se entrega ao rio e o mergulha, em sua totalidade. Totalidade de corpo e rio. Mas, este percurso nos traz a sensação, o efeito de um caminho em pele, em toda sua profundidade, como se só houvesse margem na superfície, e não no fundo. Como se o desenho visível da história fossem os traços da canoa na água. Vistos de cima ou de lado.

Pensamos se há, na experiência do conto supracitado, algo que nos remete a uma experiência analítica. Existe algo no homem que vai ao rio, algo da ordem do não sentido, de não ser delimitadamente tangível do que aquilo se trata, do que é aquele acontecimento e quanto isso pode ou não ser acessado. Mas há, no conto, pela força e configuração das palavras, um efeito de presença do que é aquela ação de ir ao rio e viver lá em toda a vida, em todo o espaço, e também, no rio. Podemos dizer, então, que se trata de uma experiência que se acompanha — ou que se está junto — e se pode viver também parte dela.

Ainda, nessa própria experiência de leitura do texto e de perceber um homem que vai a um rio para nele viver, existe certa relação interessante com o que viria a ser da realidade e o que poderia fugir dela, retomando ao ponto inicial de nossa discussão com o texto *O Poeta e o Fantasiar* (2015). Pensamos nela enquanto uma dimensão da análise: ao se ouvir alguém desenvolvendo um discurso sobre si, que é também um discurso sobre o mundo, constitui-se muitas vezes uma zona de dúvida do que viria a ser ou não algo de uma realidade psíquica ou algo de uma realidade crua da vida, daquilo que se poderia tirar enquanto um comum. Acontece que, a partir de uma ética psicanalítica, trata-se não de delimitar o que é factível e objetivo de se tirar do que seria uma realidade e se ela é ou não pertinente, ao contrário, suspende-se a pertinência, e inclusive questiona-se ela pelas vias epistemológicas de entendimento do campo da realidade e da vida, por, fundamentalmente, tratar-se de uma ética interessada em pensar o modo com que a subjetividade se localiza em seu discurso.

PERCURSOS CLÍNICOS: INCONSCIENTE, PALAVRA E ATO

Essa é, entretanto, uma questão complexa, que abre amplos caminhos de discussões e debates. Uma das entradas possíveis é pelo conceito de transferência, proposto por Freud, que nos parece elucidar algumas vias interessantes de considerações acerca da palavra e da criação. A transferência é um fenômeno pertencente às relações humanas, mas que na clínica psicanalítica adquire um estatuto próprio de funcionamento, já que é motor do processo analítico e requer constante manejo e interpretação. Em linhas gerais, conforme encontrado no texto *A Dinâmica da Transferência* (2013), esse seria o produto de parte do investimento libidinal do analisando que se volta para a figura do analista. Tal investimento opera em consonância com modelos relacionais que o sujeito viveu em sua história, incluindo agora o analista no universo particular do analisando, entendendo esse universo relacional como modo de estar no mundo, e que assim, é da ordem do político, pensando uma subjetividade não por uma via da interioridade que não pode ser compartilhada, mas por uma via de abertura e de dobras singulares de si e do mundo.

Além de seu sentido *stricto sensu*, a análise da transferência nos permite localizar parte da formação do sintoma e do tipo de relação estabelecida entre analisando e analista, assim como desvelar a dinâmica de sua incidência. Segundo Freud, ela se mostra como a mais forte resistência ao tratamento, na medida em que este se aproxima do núcleo patogênico que originou a formação do sintoma através do processo elaborativo de aquisição de sentido por meio da palavra. Desse modo, a transferência muitas vezes passa a operar como resistência para inviabilizar ou frear o trabalho analítico em curso, já que inflige força psíquica contrária ao andamento terapêutico ao buscar manter o material recalçado nos limites do inconsciente.

Ainda, o fenômeno da transferência também deve ser pensado enquanto repetição. Por meio do texto *Recordar, repetir e elaborar* (2013), a tese exposta é a de que, ao não recordar o conteúdo que fora reprimido e esquecido, o analisando o traz à luz por meio da atuação. Conforme elucidado por Freud: “ele [o analisando] não o reproduz como lembrança, mas como ato, ele o repete, naturalmente sem saber que o faz”. De maneira sumária, a repetição por meio da atuação é a alternativa encontrada para aquilo que não se pode recordar. Freud acrescenta, propondo que aquilo que não pode ser recordado por via da fala, e sim repetido em ato, deve ser elaborado no processo analítico.

Assim, a clínica psicanalítica se configura na direção de escutar também os atos, para que eles se tornem palavras por via da elaboração. Desse modo, a própria transferência,

instância relacional que fundamenta a prática psicanalítica, acontece pela via de um tensionamento entre realidades, a partir do que é uma realidade psíquica baseada em uma história de vida e universo singular do analisando e o que se constitui enquanto laço relacional que permite um manejo do analista com vias de direcionar o tratamento.

Além deste ponto, evidencia-se a relação entre ato e palavra, a partir das considerações acerca da transferência. Se pensarmos a transferência enquanto ato que escapa de um processo de recordação pela via da palavra, entenderíamos aqui palavra e ação como elementos de naturezas distintas. Isso indicaria que a atuação transferencial vem enquanto “sintoma” a ser manejado para que se possa dar espaço para uma “verdadeira” elaboração verbal. Um possível modo de entendimento da palavra é como representação de algo que não está ali e almeja fazer significar. Porém, é interessante pensarmos na palavra enquanto criação, e assim, enquanto ato, já que é conjuntamente ponto de partida e ponto de chegada dos próprios territórios que possibilitam o dizer; assim, é uma constante produção de mundo e de subjetividade. Esse pensamento pode ser estendido para também se pensar a clínica como algo que se cria. Criar não como uma mera invenção sem contexto, mas ao contrário, enquanto uma produção de relação (pela aposta do vínculo terapêutico) que tem como tema pensar a própria vida, sendo algo que se faz na vida, assim produz fissuras na realidade e reinventa modos de estar no mundo.

Nesse sentido, a clínica se faz de acontecimento, assemelhando-se à palavra, pois não representa uma vida que não pode ser acessada e sim sua condição de criação que atualiza esse limiar entre dentro e fora, configurando a clínica como abertura constante. Assim, pensamos que elaboração não se trata de opor palavra ao ato e sim de uma produção de sentido com aquilo que se vive (e se repete). Neste ponto, nos cabe também fazer uma ponte entre as palavras na clínica, na literatura e numa produção de saúde.

ESCRITAS E PRODUÇÃO DE SAÚDE

Conceição Evaristo, em uma de suas entrevistas a respeito da noção de escrevivência, afirma:

A arte é uma válvula de escape, e a literatura para mim é essa criação. [...] O movimento da escrita é o movimento da própria vida; eu acho que o movimento da própria vida é um movimento que você faz pra vencer a dor, ou pra vencer a morte [...] É o espírito de sobrevivência mesmo, é esse desejo de você agarrar-se à vida de alguma forma, e, pra mim, a literatura é essa oportunidade que você tem de se agarrar à vida (2020).

Tal perspectiva demonstra os agenciamentos da saúde e da escrita literária, um modo artístico de agarrar-se à vida, um gesto não tutelar do cuidado, de protagonismo do viver e de

um determinado exercício de cuidado de si. Sua escrita é uma tentativa de produzir saúde, um recurso terapêutico. A escrevivência é, então, esse procedimento criativo das mazelas do mundo, onde quem escreve encontra os recursos para vencer a vida, ainda que, para isso, tenha que sangrar. Conceição Evaristo apresenta, desta forma, todas as transversalidades da arte e da saúde, evidenciando que as práticas de cuidado podem estar presente para além das unidades e redes de saúde — no próprio cotidiano — em que o sujeito é convidado a ser ativo e responsável pela condução da sua saúde/vida, ou seja, não assumindo uma posição de objeto. Aposta-se, portanto, em uma dimensão ética-política da saúde.

Escreve-se sempre para dar a vida, para liberar a vida aí onde ela está aprisionada, para traçar linhas de fuga. Para isso é preciso que a linguagem não seja um sistema homogêneo, mas um desequilíbrio, sempre heterogêneo: o estilo cava nelas diferenças de potenciais entre as quais alguma coisa pode passar, surgir um clarão que sai da própria linguagem, fazendo-nos ver e pensar o que permanecia na sombra em torno das palavras, entidades cuja existência mal suspeitávamos (DELEUZE, 2013, p. 180).

O gesto literário, quando dentro das possibilidades inventivas, faz fluir a força imanente da vida, na mesma medida em que faz da matéria vivível — força que lateja no corpo que escreve — e forja uma força intensiva com outro corpo que, ao ler o que se fez escrito, se agencia por este. Deleuze argumenta que o ato escrito é *devir* — abertura, um vir a ser, força que se desloca de um corpo —, e certamente é, em toda veracidade da vida, um inacabamento do que pode tornar-se, ao mesmo tempo que não visa à completude de um fim. Em *Crítica e clínica*, Deleuze (1997, p. 11) diz:

Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. É um processo, ou seja, uma passagem da Vida que atravessa o vivível e o vivido. A escrita é inseparável do devir: ao escrever, estamos num devir-mulher, num devir-animal ou vegetal, num devir-molécula, até num devir-imperceptível.

É nesse cenário que o ator-político-escritor realiza a sua performance aberta no grande ambiente teatral do mundo, sempre produzindo e sendo produzido por afecções da matéria vivida. Assim sendo, a escrita cada vez mais evidencia seu caráter duplo vetorial, pois escreve-se sempre em um mundo — da partilha de uma língua comum — podendo ser um gesto para si e/ou para o outro. Deleuze (1997, p. 13) fortalece essa tese ao dissertar: “Por isso o escritor, enquanto tal, não é doente, mas antes médico, médico de si próprio e do mundo.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com todo o percurso exposto até então, propomo-nos a pensar e evidenciar a relação presente entre literatura, psicanálise e arte, abrindo o campo de possibilidades de elaborações, invenções e atravessamentos nas apostas metodológicas que se vetorizam à saúde, à vida e à experiência. A figura-personagem da criança é tomada como ponto de partida da discussão,

para pensar, juntamente ao criador literário, a postura pulsional em jogo no processo do brincar e do criar, frente aos usos e desusos dos objetos e da interferência inevitável da fantasia e do campo imaginário, a partir da reelaboração do contexto ao seu redor. A palavra enquanto ato e sua abertura de sentido toma cena ao pensar o conto de Guimarães Rosa não só como matéria de poesia, mas como possibilidade de ferramenta clínica e inscrição do simbólico na transferência. A similitude do brincar da criança e a possibilidade criadora da literatura e da arte denunciam condições de investimento libidinal dos sujeitos que se disponham a essas operações — aqui aproximamos a própria dinâmica da transferência, ao pensar as posições assumidas para com o desejo. A tecnologia escrita, quando colocada sobre um escopo de análise que possibilita transgredir a percepção única da função comunicativa, possibilita a sua condição de força em devir. O corpo escritor que se apropria da escrita em sua faceta de multiplicidade faz, assim como Conceição Evaristo, uma aposta de vida e saúde. A isso, Evaristo chama de uma literatura em linhas sobrevivente, ela nomeia de escrevivência. Nessa relação de inventividade, pulsão libidinal e essa faceta de uma força em devir da vida, a literatura se aproxima radicalmente de uma clínica imanente. Por fim, temos a literatura e arte como um campo fértil ao fazer clínico e à uma aposta da vida escrevívica.

REFERÊNCIAS:

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. 1. ed. Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. 3. ed. Editora 34, 2013.

EVARISTO, Conceição (2020, 6 de fevereiro). **CONCEIÇÃO EVARISTO | Escrevivência** [Vídeo]. YouTube. <<https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY>>.

FREUD, Sigmund. **Obras completas volume 08: O delírio e os sonhos na *Gradiva*, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos**. 1. ed. Editora Companhia das Letras, 2015.

FREUD, Sigmund. **Obras completas volume 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("O caso Schreiber"), artigos sobre técnica e outros textos**. 1. ed. Editora Companhia das Letras, 2013.

GUIMARÃES, Rosa. **A Terceira Margem do Rio, Primeiras Estórias**. 1. ed. Editora Companhia das Letras, 2009.

CAPÍTULO 9

O RAP COMO MOLDURA DE IDENTIFICAÇÃO E VETOR DE SUBJETIVAÇÃO DOS JOVENS NA PERIFERIA¹¹

Thais Silva Araújo de Sousa
Edson Olivari de Castro

RESUMO

O presente estudo objetivou compreender como o rap – dispositivo artístico e componente da cultura Hip Hop – tem-se articulado com as construções subjetivas da juventude periférica, apresentando-se como crítica social; espelhamento da experiência de exclusão e violência sofrida por parte da população marginalizada, especialmente dos grandes centros urbanos; oferecendo-se – através de narrativas musicais – tanto como modelo de identificação quanto como crivo de leitura possível – afetivo-emocional e ético-política – da própria vivência cotidiana desses jovens. A partir da perspectiva teórica da análise do discurso fundamentada na teoria psicanalítica, constatou-se construções possíveis de outras subjetividades, transversalizadas pelos aspectos revolucionários e emancipatórios que tensionam as multifacetadas sociais vivenciadas pela juventude periférica no sistema capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Rap; Juventude; Subjetividade; Psicanálise.

INTRODUÇÃO

Construção e formação histórica do rap na sociedade brasileira

O rap como parte de um dos elementos componentes do Hip Hop, resulta de um processo diversificado de expressões e experimentações culturais e históricas. Consolida-se a partir da segunda metade do século XX com a fusão entre os povos jamaicanos, afro-americanos e latino-americanos. Foi nas margens dos grandes centros urbanos dos Estados Unidos da América que o movimento ganhou mais notoriedade, entretanto suas raízes datam de um período anterior e se desloca para as regiões Jamaicanas.

A descoberta da América, como aponta Williams (2012), propiciou o desenvolvimento do mercado europeu junto ao industrialismo Inglês, consolidando o comércio triangular entre América colonial, Europa e África que assegurou e fortaleceu o enriquecimento europeu às custas da exploração pelo trabalho escravizado nas colônias. O território das Ilhas do Caribe onde se encontra a atual Jamaica, região também conhecida como Ilhas Ocidentais, foi o

¹¹ Trabalho apresentado e aceito para publicação em anais no II Colóquio Latino-Americano sobre Insurgências Decoloniais, Psicologia e os Povos Tradicionais, realizado pela Faculdade Luciano Feijão, de 22 a 25/06/2021, em Sobral-CE.

principal eixo de enriquecimento europeu, sobretudo Britânico. Williams (2012) evidencia que o tráfico de escravos da população negra escravizada foi a mola mestra da máquina industrial europeia, considerando que tal Diáspora Africana foi um dos maiores movimentos involuntários da história da modernidade.

Diante disso, tem a adoção do sistema de *plantation* fazendo com que, “no início do século XVII, na Jamaica, os escravos eram dez vezes mais numerosos do que os colonos brancos.” (GALEANO, 1987, p.61). É diante dessa realidade histórica de subserviência colonial, segregação e violência que o povo jamaicano se articulou e procurou formas de resistências e, dentre elas, a música que se configura como um desses mecanismos e que foi tomando dimensões cada vez mais significativas pelas vias do campo cultural e artístico.

Nas periferias da capital Jamaicana, diversos grupos musicais participantes do movimento negro começam a desenvolver sistemas de sons e manifestações culturais. Tais movimentos se articularam ao entrelace que corresponde a dança e música rimada/falada, considerando a oralidade como parte essencial das tradições afro-americanas e afro-caribenhas, como os *griots* que são contadores representantes desse tipo transmissão cultural através da fala.

Assim, tais elementos vão se configurando para além do campo artístico, vinculando-se mais expressivamente aos âmbitos de denúncia social à medida que as desigualdades e violência iam aumentando no país. De acordo com essa realidade histórica composta por uma conjuntura extremamente precarizada, começa a ocorrer um movimento migratório de pessoas para os Estados Unidos da América, mais especificamente para as periferias de Nova York.

É por volta dos anos de 1960 nas regiões do Bronx e Brooklyn, periferias de Nova York que o Hip Hop se desenvolve com os seus quatro elementos fundamentais: DJ (Disc-Jóquei), MC (Mestre de Cerimônia), bboy e/ou bgirl (break-boy e/ou break-girl), Graffiti. Antes da consolidação do efetiva do movimento, o território norte americano recebe grandes artistas Jamaicanos, como Clive Campbell, que ficou posteriormente conhecido como DJ Kool Herc e foi um dos responsáveis pela fundação do Hip Hop. As fortes influências da cultura jamaicana com festas ao ar livre e os conhecidos *Sound System* foram levados por Clive Campbell para as periferias estadunidenses, nesse contexto:

“O Bronx foi considerado “o berço da cultura hip-hop”, porque foi nesse espaço inaugural que jovens de origem afro-americana e caribenha reinventaram tradições culturais sem perder de vista os elos com a contemporaneidade”. (SILVA, 2015, p. 43)

Desse modo, o Hip Hop torna-se um meio cultural de expressões de rua, através da fala, dança, imagens, símbolos, vinculados às estruturas de uma sociedade cada vez mais urbana e desigual que não atribui espaços a uma juventude imersa nessa condição. É diante dessa formação que o Hip Hop conectado a arte e cultura faz com que essa juventude tenha a “fundação de uma nova subjetividade” (D’ANDREA, 2013, p.15).

No Brasil a chegada do rap se dá por meados da década de 80 e para compreender sua expressiva atuação no território nacional é importante considerar o momento histórico vivenciado pós ditadura civil-militar-empresarial. O que se apresenta no país, segundo Fernandes (2015) é uma ascensão expressiva da classe dominante, usufruindo do Estado para articular os mecanismos de ataque e defesa, garantindo os seus privilégios da classe dominante. Assim, configura-se nesse cenário um acentuado processo de marginalização e negligência que recai sobre as camadas trabalhistas e grupos sociais localizados nas periferias dos grandes centros.

O capitalismo periférico que se constitui na América Latina faz com que as estruturas sociais desses países sejam formadas por uma escassez dos recursos básicos da existência e domínio permanente de uma classe social sobre a outra. A violência acaba sendo um fator estrutural, norteadá pelo sistema econômico capitalista que se faz presente na cotidianidade do sujeito periférico. É o que destaca Martín-Baró (1985) ao evidenciar a constante exploração e repressão dos trabalhadores em sua organização vivencial, tendo como resultado o impedimento à satisfação de suas necessidades básicas e o assujeitamento desse processo ao funcionamento normal das estruturas sociais.

O que se manifesta no Brasil ao final do século XX é “uma fratura social, resultante de um longo processo colonial sustentado por um sistema escravista”. (GARCIA, 2003, p.179). É através de uma realidade brasileira que se constrói sob o processo extenso da colonização, marginalização e espoliação dos corpos, sobretudo de pessoas não brancas que o movimento hip hop junto ao rap se articulam sob a via cultural desalienante e produtora de novas existências. Conduzindo sua produção narrativa a partir da condição existencial dos sujeitos da periferia urbana, articulando significativamente o desenvolvimento de uma construção vivencial coletiva - “Sou apenas um rapaz latino americano, apoiado por mais de 50 mil manos”.

Um outro ponto importante a ser considerado é o de que o rap como parte do movimento periférico de resistência busca a partir de suas elaborações literárias que se apoiam a

materialidade da vida periférica a construção coletiva da consciência periférica, entretanto é importante pontuar que as questões de gênero, como o machismo e sexismo, foram sincronicamente presente em sua trajetória. Como bem nos coloca Santana (2019) ao considerar o rap como:

“...representação da sociedade brasileira, o RAP e aqueles que o criam ainda são alvos de diversos tipos de preconceitos. Também é um espaço de perpetuação de muito machismo e sexismo, que refletem a baixa representação das mulheres no RAP e na construção dessas mulheres na mídia, que nem sempre são reconhecidas por seu trabalho.” (SANTANA, 2019, p.20)

Mesmo estando inserido nos inúmeros processos de contradição social o rap se articula e consolida-se como parte de uma construção sociocultural que resiste a um processo histórico de dominação colonial. Como nos coloca Lélia Gonzalez (1983) que evidencia perspectivas anticoloniais, compreendendo as organizações econômicas e sociais dos grupos da classe, raça e gênero como elementos estruturantes da complexa sociedade brasileira. Isso se transpõe no espaço que se constrói tais produções musicais, onde acontece a comunicação entre a música e a vida social.

Repercussões do colonialismo brasileiro na sociedade contemporânea

“Ainda marchamos pelo sonhado direito civil / Apartheid com segregação absoluta”
- Eduardo Taddeo, *Necrotério dos Vivos*, 2019.

Para compreender a construção das relações sociais articuladas pela cultura e arte na sociedade brasileira contemporânea é necessário, antes de tudo, evidenciar a materialidade da vida social diante das continuidades históricas da colonização. Expressões artísticas, como o rap, buscam elaborações de arte e cultura sob perspectivas e análises sistemáticas do processo de colonização brasileira, bem como seus efeitos ao longo da formação histórica e repercussões atuais.

O vínculo que se constitui entre arte e sociedade faz parte do processo formativo dos sujeitos sociais e se estabelece através dos campos de representações e reelaborações. Essa ligação não é somente importante para a construção da vida social, mas também necessária, entretanto os dizeres de cada campo podem externar perspectivas antagônicas.

A arte se apresenta como campo de expressão da existência simbólica e material, abrindo possibilidades de manifestação de corpos dessemelhantes, aludindo e incitando a alteridade numa dinâmica coletiva. Por outro lado, o que nos deparamos na sociedade contemporânea é a forma extremada do neoliberalismo, modelo econômico e social que captura e encarcera subjetividades. Esse enclausuramento se configura através de uma perspectiva

individualista e de espoliação da classe trabalhadora, retirando seus direitos sociais e colonizando seus afetos e existência.

A partir dessa relação complexa entre arte e sociedade é importante que seja discutida a divisão da cultura brasileira entre os momentos históricos anteriores e posteriores ao processo de colonização. Como Fanon (2008) nos evidencia, todo o povo colonizado se constitui pelo complexo de inferioridade e sepultamento de sua originalidade cultural. A linguagem que se estabelece na cultura é vinculada à padronização do discurso eurocêntrico - racista, opressor e misógino que se assegura pelo argumento da suposta civilização.

A estruturação da vida social é tida pela padronização da sociedade branca, burguesa e isso adentra os vários aspectos da sociedade, sobretudo os aspectos culturais. Os efeitos da colonialidade latino-americana configuram na perpetuação da ideologia branqueamento dos povos que se internaliza nas subjetividades.

Assim, o colonizador ocupa um lugar de superioridade diante das várias configurações estabelecidas da vida social, como a moral, a ética, a intelectualidade, dentre outras. Isso lhe garante quase que exclusivamente a ocupação de um lugar que represente a dita civilização ocidental, garantindo sua condição existencial.

Todavia, diante dessa compreensão estrutural, torna-se importante salientar que não existe e não se deve fazer existir a distinção entre a subjetividade e os fatos históricos e culturais. A formação do sujeito no campo social é fundamentada pelas determinações e construções contingentes à historicização de cada território. Como, Safatle (2020) nos apresenta a seguir, “Toda e qualquer forma de indivíduo e consciência é determinada pela própria estrutura que nos faz existir e nos oprime.”

O trecho exposto no início da discussão é da música intitulada Democracia Racial de Sangue e representa a concretude vivencial das minorias étnico-raciais. O sonho pelo direito civil, a busca pela sobrevivência e resistência diária diante de um gerenciamento estatal que atua cotidianamente pelas vias da austeridade. A luta pelo direito à existência é uma realidade nacional que subverte o imaginário social e a lógica aniquiladora e genocida circulantes nos espaços socioculturais.

O pensamento interseccional de Lélia (1983) nos ajuda a compreender mais profundamente as relações raciais e de gênero na sociedade brasileira, a autora interpreta a contradição sociocultural vivenciada no Brasil como - *neurose cultural brasileira*. A utilização do aparato psicanalítico é de grande relevância para as interpretações dos fenômenos sociais.

Desse modo, essa patologia social é expressa através dos sintomas sociais do Brasil que são reproduzidos de inúmeras formas, a saber, racismo, sexismo e a subalternização de classes inferiores, estando esses fatores como partes estruturantes do capitalismo dependente.

Esses sintomas sociais são expressos na linguagem musical do rap e se insere na cultura Hip Hop que se constitui a partir da territorialidade e dinâmicas urbanas. Essa constatação sintomática por vias artísticas gera um desdobramento mais intenso do sintoma com o sujeito, fazendo alusão ao que Freud (1978) relata sobre o início do tratamento analítico das neuroses. Esse processo é necessário para o desenvolvimento da análise e dos modos de compreensão e elaboração subjetiva a partir da musicalidade do próprio rap que irá ritmar social e criticamente a cultura brasileira, fazendo ecoar as poesias contestatórias dos muros e ruas periféricas.

É possível analisar articuladamente a configuração neurótica com a construção do pensamento colonialista brasileiro. Os longos séculos de escravização, violência e marginalização da população negra, violência racial e sexual contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo dependente da América Latina. Essas observações dialogam com o que Lélia (1983) nos apresenta sobre a consciência, “consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida” (LÉLIA, 1983, p.226). Assim, tudo isso se articula pela dominação colonialista que insiste em afirmar e repetir os discursos de democracia racial, juntos às construções ideológicas de universalismo, como bem colocado pelos Racionais Mc 's, “500 anos de Brasil e o Brasil aqui nada mudou”.

Essa dominação ideológica de branqueamento é perpetuada há séculos na conjuntura histórica brasileira sendo legitimada pelos modos de exploração colonial que vinculam as violências materiais e simbólicas a determinados grupos “minoritários” e lhes capturaram a própria condição de existência. A espoliação da vida e condição de existência direcionada a corpos específicos é um fator fundante do sistema econômico capitalista que atua sob o poder das normatizações e submissões de subjetividades. Esse processo social reprimido é inerente à atuação violenta do Estado e configura uma posição alienante dos sujeitos constituídos por uma conscientização que encoberta os próprios mecanismos de dominação e repressão.

Para termos uma maior dimensionalidade das configurações históricas e socioculturais o trecho exposto a seguir do livro “*Tornar-se negro*” de Neusa Santos Souza evidencia a construção de uma materialidade social e discursiva que permeia a construção sociocultural brasileira marcada por contradições e violência fazendo-nos compreender como foi se construindo subjetividades a partir de tais significantes culturais,

“A definição inferiorizante do negro perdurou mesmo depois da desagregação da sociedade escravocrata e da sua substituição pela sociedade capitalista, regida por uma ordem social competitiva. Negros e brancos viam-se e entreviam-se através de uma ótica deformada consequente à persistência dos padrões tradicionalistas das relações sociais. O negro era paradoxalmente enclausurado na posição de liberto: a ele cabia o papel do disciplinado - dócil, submisso e útil - enquanto o branco agia com o autoritarismo, por vezes paternalista, que era característico da dominação senhorial”. (SOUZA, 1990, p.20).

Assim, é possível analisar uma narrativa que percorre por elementos culturais complexos e determinantes referenciados por fatores que estruturam o pensamento escravista e sexista da época. À vista disso, as forças simbólicas presente nos discursos e na materialidade contemporânea da conjuntura brasileira estão vinculadas por diversas representações desses significantes históricos. Tal movimento resulta em um quadro social sintomático permeado por uma estrutura que realiza injustiças sociais, racismos e violências de gênero. Esse devastador legado colonial está disposto nos aspectos simbólicos, materiais, culturais e são necessários para a manutenção e reprodução da dominação do próprio sistema econômico e político.

Por outro lado, os sujeitos que se encontram em constante conflito com os sintomas conjunturais, alocados pelo constante estado de insurgência, são potencializadores da desestruturação hegemônica e capazes de construir processos de subjetivação e possíveis elaborações históricas, “é incontável, inaceitável, implacável, inevitável ver o lado miserável”. A arte acaba sendo nesse contexto uma ferramenta significativa que auxilia como uma das formas de consciência social e transformação deliberativa do entorno opressor (DAVIS, 2017).

Arte e cultura – identificações e subjetivações na juventude periférica

A arte como potência transgressora e mobilizadora das subjetividades humanas, é capaz dentre tantas coisas, reconduzir as formas de existir e resistir à vida. É buscando compreender a construção do enlaçamento do processo artístico com a materialidade das condições do viver que as seguintes elaborações buscarão se desdobrar.

A vida social marginal que iremos encontrar nas representações artísticas do rap condiz com uma das vias culturais da desalienação e que visa a elaboração de processos de identificação contra hegemônicos. Isso se articula com o que Marx e Engels (1968) denominam como canção revolucionária que vai na contramão das construções ideológicas das classes dominantes e age na comunicação com a classe trabalhadora, buscando refletir a exploração cotidiana que sufoca a produção de existências.

Isto posto, ao iniciar as discussões sobre marginalidade e juventude é interessante analisar como os discursos que atravessam essas categorias sociais são vinculados a

determinações significantes da ideologia burguesa. Por outro lado, tem-se o desenvolvimento de diversos campos da linguagem, como a obra a seguir, que irão atribuir novos sentidos a essas determinações históricas, elaborando novos compartilhamentos simbólicos que poderão transformar as relações sociais dos sujeitos com a linguagem.

Figura 1- Seja marginal, seja herói.



Fonte: Hélio Oiticica, 1968.

A obra do artista Hélio Oiticica representa, dentre outras coisas, representa os distanciamentos e proximidades dos sentidos e construções socioculturais empregadas nas palavras marginal e herói. Esse movimento ambíguo circunscreve o ser em categorias de ação que podem ser expressas tanto na marginalidade quanto no heroísmo, atuando de forma transgressora dos determinantes sociais subjacentes a tais termos e que são estabelecidas a partir de construções ideológicas.

O que se entende por marginalidade e heroísmo na sociedade brasileira se vincula a construções discursivas ligadas a representações abstratas carregadas por determinantes sociais. Na verdade, tem-se a partir do recontar histórico do Brasil o mascaramento dos reais fatos, como a construção de um lugar heroico que se destina aos que mataram, escravizaram e torturaram. É importante que se analise criticamente esses significantes sociais para que se consiga “recontar os corpos/ pra gente medir o estrago”.

Esse cenário estrutural da sociedade capitalista que se articula a partir da luta de classes e as contradições sociais, têm gradativamente uma disposição espoliativa sobre a classe trabalhadora. Tal configuração que recai sobre esse grupo social é permeada por inúmeras marginalidades que se fracionam por meio dos diversos fatores como, o espaço físico das organizações urbanas, garantias de direitos básicos, saúde, educação, ou seja, condições mínimas de existência.

O resultado de tudo isso é a construção de um imaginário social que além de ligar a marginalidade diretamente à violência, abre espaço para as atuações coercitivas dos grupos dominantes pelas vias de discriminações raciais e de gênero. Tudo isso repercute em determinações sociais e ideológicas que favorecem os mecanismos de desigualdades sociais, tendo como propulsor um Estado burguês que forçou subjetividades moldurando-as em representações que excluem os sujeitos dos processos materiais e simbólicos.

Por outro lado, as representações populares de heróis nacionais constroem-se, segundo (LÉLIA, 1983, p.237), “a partir da dominação dos grupos sociais hegemônicos e através da lógica do branqueamento”. Analisando as representações históricas que irão ocupar essas posições vangloriadas no processo de formação sociocultural do Brasil nos deparamos com narrativas que destoam da realidade concreta.

Um dos processos que exemplificam a estruturação histórica dessa realidade no Brasil são os discursos que foram construídos em torno de alguns feriados nacionais. O “dia do índio” é comumente comemorado através de estereótipos e romantizações enquanto o país lidera taxas de violência¹² e expropriação de terras dessa população. As diversas formas de construção de mitos que se articulam na cultura brasileira formulam um discurso, como nos coloca Lacan (1953), incapaz de explicar a verdade que nesse caso se estrutura a partir das particularidades sociais, econômicas e políticas do Brasil.

Ainda de acordo com Lélia (1983), a cultura brasileira que tem como significante inaugural (S1) o povo negro, desencadeará posteriormente a cadeia de significantes que são construídos pela dominação da elite branca que nega a violência epistêmica da cultura brasileira e insiste na reprodução dos valores ocidentais no qual a supremacia branca reverbera no imaginário e na materialidade social. Ao adentrar mais sobre o pensamento da autora é possível analisar que essa cadeia de significantes culturais é simbolizada através de um discurso que perpassa temporalmente a construção sociocultural e que tem seu enunciado implicado na sociedade escravocrata colonialista brasileira.

Assim, diante das considerações sobre marginalidade e heroísmo na cultura brasileira vemos como são construídos esses conceitos a partir de abstrações e cristalizações de figuras que representam e reafirmam a continuidade estrutural dos efeitos da colonização e escravismo.

¹² De acordo com os dados de 2018 do Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, organizado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) o número de casos de invasões, violências e expropriações de terras indígenas vem crescendo a níveis alarmantes nos últimos anos.

E também dos discursos colonialistas que vão construindo um imaginário social que delimita o laço social para grupos sociais específicos.

A busca por transgredir e desconstruir a representação social dessas categorias é o que o rap vem realizando, germinando na borda infecunda da marginalidade e desfazendo com a figura de heroísmo de aparência, como bem nos coloca Rincon Sapiência em sua música *Ponta de lança*: “eu não faço o tipo de herói, nem uso máscara estilo Zorro”.

Para integrar criticamente a obra de Oiticica iremos apresentar brevemente a discussão sobre marginalidade, apoiando esse fenômeno em seu movimento dialético na vida social, sobretudo na existência da juventude periférica que ao mesmo tempo vivencia as margens pelas vias das potencialidades transformadoras e por outro lado, dadas as condições e determinações socioculturais se destina a um lugar estabelecido socialmente como “não-lugar”.

Desse modo, quando se pensa nos movimentos culturais de música na periferia como o hip hop, funk, samba, é possível encontrar na marginalidade a construção de um espaço de possibilidades e resistências artísticas. Grada Kilomba (2020, p.68), referenciando Bell Hooks, nos apresenta que esse território se configura como uma abertura radical de criatividade sendo capaz de construir discursos críticos de transformação diante das diversas opressões. O rap pode ser considerado como um desses processos criativos que se desenvolve na periferia de modo radical, ou seja, transforma o sujeito e o espaço a partir da atuação política e social de sua realidade.

Entretanto, apesar da potência criativa e das transformações sociais que podem ocorrer às margens é necessário que se tenha um certo tipo de cuidado, como nos aponta Kilomba (2020) para não cairmos no erro de romantizar esses espaços de opressão e violências. Compreende-se que a cultura e arte marginais se articulam através dos movimentos de opressão e resistência, transformação e violência, tais ambivalências socioculturais são, então, componentes estruturais das narrativas musicais do rap, capazes de simbolizar as estruturas de dominação ao mesmo tempo que busca referenciar esse sujeito social a um lugar possível de existência que transborda os quereres sociais: “onde queres bandido eu sou herói”. (Caetano Veloso, *Velô*, 1984).

A ideia elitista de que os povos dominados são incapazes de produção intelectual ainda ressoa na sociedade brasileira. No presente estudo buscar-se-á de modo veemente a desconstrução desse pensamento. Além disso, ao nos direcionarmos na contramão dessa

formação, veremos como as narrativas produzidas “entre becos e vielas” fazem emergir subjetividades eminentes e marginalizadas.

A juventude periférica que (re)existe através da arte

“E se eu não existo, por que cobras de mim?” - Criolo, *Convoque Seu Buda*, 2014.

O questionamento acima foi extraído da música Cartão de Visita do rapper Criolo e aponta para uma contradição social muito presente na vida da juventude periférica. Essa incongruência social se desdobra nas cobranças externas para um enquadramento nas concepções abstratas da juventude e que recai sobre a periferia ao mesmo tempo em que os sujeitos que lá residem não possuem garantias sociais e subjetivas para suas existências. São essas as articulações que o jovem periférico vivencia, através de um “não-lugar” irrompido pela materialização das inúmeras violências e precarização estrutural e gradual da vida.

É importante evidenciar que as perspectivas que irão nortear as conceitualizações e análises sobre a juventude vão na contramão das correspondências unívocas sobre as formas de ser jovem. É por isso que o termo *juventudes* seria o mais correto, considerando a diversidade da existência juvenil (DAYRELL, 2003). Essas considerações vão de encontro ao que Fanon (apud FAUSTINO, 2015, p.55) nos coloca como *sociogênese*, que corresponde ao atravessamento sociopolítico na subjetividade, possibilitando a “compreensão dos indivíduos e os seus conflitos existenciais em seu contexto histórico e social concreto”.

Desse modo, a juventude periférica terá como um dos processos de subjetivação o vínculo sociológico da conjuntura sociocultural da América Latina, que se articula através das lógicas colonialistas. Esse processo é capaz de estruturar formações psíquicas que vão sendo construídas através da racialização e alienação, tomadas não somente no aspecto econômico, mas também em outras esferas da vida: jeito de corpo, afetos, modos de pensar e se representar, resultando em subjetividades colonizadas. Esses efeitos do colonialismo nas subjetividades periféricas estruturam relações de poder, de exploração-opressão nas quais os corpos não brancos são destituídos da própria condição de sujeitos.

“É preciso não ter medo/ é preciso ter coragem de dizer” é o que anuncia Marighella (1994) em um de seus poemas de libertação. Para que possamos construir realidades que rompem com a dominação histórica do colonialismo é necessário desagregar o medo subjetivado nos corpos e limitador de ações. Isso só será possível por meio de práxis desalienadoras como os movimentos artísticos que são construídos na e pela periferia. Estes

vão tecendo o encorajamento coletivo e potencializador capaz de tomar a linguagem do opressor e voltá-la contra si mesmo (HOOKS, 2013).

É diante desse contexto que se constrói historicamente que veremos como rap através de suas transformações artísticas irá atuar no desvinculamento desse processo histórico de subjetivação colonialista. Através de uma práxis desalienadora as narrativas musicais apresentadas no presente estudo vão na contramão das determinações estruturais presentes na periferia. Buscando romper com a subserviência colonizadora ao mesmo tempo que constrói alternativas e possibilidades de novos sujeitos sociais.

Justificativa e Objetivos

A produção de conhecimentos na e pela periferia

“Só quem é de lá, sabe o que acontece”

Racionais Mc's, *Nada como um Dia após o Outro Dia*, 2002

A construção e elaboração do presente estudo se desdobra a partir das compreensões e análises acerca da atuação artística do rap com o viver periférico. A juventude que protagoniza esse processo é alocada e atravessada pelos aspectos culturais e sociais que se estruturam nesse território. Assim, a formação cultural desse grupo é integrada ao conjunto da realidade social que se apresenta, sendo está marcada estruturalmente pela marginalidade e desigualdades sociais. A cultura periférica tem a música como uma importante ferramenta de resistência, o funk, o samba e o rap são gêneros musicais capazes de capturar as dimensões vividas, tendo a rua como fonte de inspiração artística. A arte que se produz na periferia é capaz de ultrapassar a realidade local ao mesmo tempo que atua como ferramenta de resistência para os que nela sobrevivem.

As elaborações teóricas dessa pesquisa buscam compreender como o rap, dispositivo artístico, se articula com a construção subjetiva da juventude periférica. Sendo assim, se faz presente a busca por novas configurações teórico-metodológicas que de modo processual visa o rompimento das categorizações dicotômicas entre subjetividade e objetividade. Dessa forma, pontua vivências pessoais do viver periférico como parte das considerações que justificam a elaboração desse trabalho, reconhecendo a partir de então a insustentabilidade de discursos neutros e a coexistência do pessoal e subjetivo como partes integrantes da construção de conhecimento (KILOMBA, 2020).

Reconhecer o lugar, espaço e tempo de quem escreve é evidenciar a materialidade tanto do discurso que está sendo produzido quanto do analisado. Narrar e descrever sobre a vivência periférica quando se encontra inserida dentro dela é desafiador e ao mesmo tempo

potencializador. As experiências que tive com o rap no decorrer da minha formação como sujeito social que cresceu na periferia me fizeram perceber as articulações singulares de resistência diante das particularidades sociais e históricas do entorno. A politização do pessoal e a posição reflexiva sobre a construção subjetiva a partir da cotidianidade neoliberal do tecido social foram perspectivas que atravessaram minhas vivências pessoais e o rap foi um dos meios de significação e elaboração de sentido pendular entre a arte e o social.

Parte-se, então, das relações transferenciais entre sujeito e objeto, considerando uma articulação intersubjetiva e a impossibilidade do não derramamento de sentidos, dado que o objeto de pesquisa acaba ocupando a posição de sujeito. Assim, os efeitos do que está sendo produzido também está envolvido a partir dos lugares sociais de quem escreve.

O estudo objetiva analisar as possíveis construções e elaborações subjetivas a partir da análise discursiva das narrativas musicais produzidas pelo rap. Este atua como agente histórico que poderá propulsionar a produtividade subjetiva, material e simbólica sobre a organização social improdutiva.

O campo de investigação do estudo é norteado por contradições que condizem com a própria formação do território e conseqüente dos sujeitos que nele se inserem. Explicar a contrariedade presente no discurso e subjacente a formação subjetiva é um dos meios percorridos pelo estudo, assim como apresenta o artista Febem (2021) em uma de suas músicas ao evidenciar as contradições entre produção artística e vivência periférica:

“Não sei se sei até agora qual o sentido da arte
Mesmo ouvindo alguém me chamando de artista
Tendo que explicar o significado das minhas tatuagens
Em abordagem de rotina da polícia” (FEBEM, *Jovem OG*, 2021)

METODOLOGIA E MATERIAL

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada através de análise do discurso, parametrizada pela hermenêutica psicanalítica. Utilizou-se, como fonte documental, as obras musicais de um grupo e dois cantores de rap do Estado de São Paulo, sendo eles: Racionais Mc's, Sabotage e Eduardo Taddeo (ex-integrante do grupo Facção Central). As músicas selecionadas correspondem aos álbuns *Raio X do Brasil*, de 1993, *Rap é compromisso!* de 2000 e *Necrotério dos vivos v.2*, de 2020, sendo respectivamente, Homem na estrada, Cultura e Democracia racial de sangue.

A presente pesquisa se debruça pelo campo epistemológico da psicanálise, considerando sua diversidade de atuação e aplicação nos contextos socioculturais. Torna-se importante

evidenciar a comunicação direta desse campo teórico com outras áreas do conhecimento, a saber, cultura, política e marxismo

O discurso aqui entendido se coloca como a construção do laço social irredutível à soma de falas individuais e que possibilita a conjunção de enunciados possíveis (DUNKER, PAULON; MILÁN-RAMOS, 2016). Desse modo, a construção epistemológica se vincula diretamente na materialidade da linguagem que se desdobra entre os aspectos estruturais, ideológicos e inconscientes. A pesquisa de caráter bibliográfico buscará analisar a produção dos efeitos das elaborações textuais do rap com a construção subjetiva da juventude periférica, buscando compreender a sustentação discursiva articulada entre sujeito e Outro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

“Até o IBGE passou aqui e nunca mais voltou”
Racionais Mc 's, *Raio X do Brasil*, 1993.

O contexto histórico do Brasil no final dos anos 90 foi marcado por contradições sociais que permeiam o processo de abertura democrática gradual, após longos anos de repressões militares violentas. Somado a isso, a conjuntura social era de extrema desigualdade, configurando a precarização estrutural das condições de vida da população periférica. É diante dessa conjuntura que a música “Homem Na Estrada” lançada no ano de 1993 do grupo Racionais Mc’s vai apresentar narrativas cirúrgicas do contexto histórico-social e as marcas do colonialismo que permanece recaindo sobre a população preta, pobre e periférica através dos mecanismos de violência, opressão racial e de classe.

A construção discursiva de “Homem Na Estrada” não só atua como denúncia das mazelas sociais, como também irá articular o processo discursivo permeado pela totalidade vivencial periférica. Assim, os sentidos materiais da vida cotidiana, “do pedaço de inferno”, que são expressos nas palavras e enunciados da música, denunciam a luta de classes na realidade das sociedades de capitalismo periférico, “os países de terceiro mundo”. Nesse contexto a luta é posta a partir da apreensão sobre as condições possíveis do viver periférico que se articulam como inúmeras contradições, “Equilibrado num barranco, um cômodo mal acabado e sujo/ Porém, seu único lar, seu bem e seu refúgio/Um cheiro horrível de esgoto no quintal”. Essa formação discursiva contraditória que se constitui sócio historicamente possibilita a articulação entre os significantes presentes nos enunciados sujo/cheiro de esgoto e lar/refúgio que referênciam os lugares sociais ocupados pelos sujeitos da narrativa, transitando entre a materialidade dos processos subjetivos e também nas formações de sentidos da própria vivência

periférica que busca a reconstrução cotidiana da vida diante “do pedaço de inferno” que se encontra inserida.

Um homem na estrada recomeça sua vida/ Sua finalidade: A sua liberdade/ Que foi perdida, subtraída/ E quer provar a si mesmo que realmente mudou/ Que se recuperou e quer viver em paz/ Não olhar para trás, dizer ao crime: Nunca mais (*Homem na estrada*)

Pode-se destacar nesse trecho inicial da música o significante estrada como elemento crucial a ser analisado diante da narrativa que vai sendo construída. Os deslocamentos dos sentidos desse significante podem ser interpretados através de vias condicionais e antagônicas do viver na periferia. Um dos movimentos possíveis se direciona na construção correlacional do significante estrada como alternativa para recomeçar, possibilidades de reconstrução de existências e subjetividades que foram se perdendo a partir das determinações sociais subjacentes à configuração estrutural da marginalidade.

O que fazer para sair dessa situação? / Desempregado então, com má reputação/ Viveu na detenção, ninguém confia não/ E a vida desse homem para sempre foi danificada/ Um homem na estrada (*Homem na estrada*)

Por outro lado, a estrada anuncia um percurso pré-determinado por essa mesma estrutura social que se articula por um sistema econômico atuante na concentração massiva de riqueza e expropriação material e simbólica de subjetividades. Desse modo, as estradas que vão compondo a vida da população e sobretudo da juventude na periferia são configuradas pelos determinantes sociais como: desemprego, encarceramento, estigmas e preconceitos. O significante estrada aparece no final do segundo trecho apresentado acima, esse deslocamento circunstancial pode ser combinado com essa construção de sentido que vai sendo permeada pelos aspectos categóricos e finalistas da estrada.

A estrada dialoga com a realidade material dos muitos que sobrevivem no contexto periférico, tendo nesse cotidiano o atravessamento do imaginário social - “premeditam o final e que já conhecem bem”. Entretanto, mesmo a partir dessa sistematização histórica esse mesmo significante se articula como resistência, na medida em que a juventude periférica se depara com essa realidade social. Ouvidos são direcionados a essa experiência compartilhada pelo rap e que se desdobra como alternativa de luta contra a predestinação social dos jovens nas estradas, resistindo como questão de sobrevivência - “A luz no fim do túnel é o futuro, eu não me iludo”. É diante desse movimento que o rap como expressão artística revolucionária fortifica o processo cultural de resistência social.

Fazendo alusão às dinâmicas do processo formativo sociocultural no Brasil, a música “*Democracia Racial de Sangue*” se coloca de modo combativo frente à construção do mito da

democracia racial brasileira que foi tão difundido na primeira metade do século XX e que, ainda hoje, se faz presente na cultura social. A desconstrução desse mito através da via artística possibilita a reinterpretação e (des)identificação com a ordem sociocultural colonialista, implicando em novas subjetividades que visam a ultrapassagem das determinações históricas.

“Em cartaz, o nazista local que odeia afro e nordestino/Que pro exterior é o macaco latino/Verá que não foram extintos os donos de escravo”: a continuidade do tráfico negreiro na sociedade contemporânea é refletida através dos altos índices de violência sobre a juventude preta e pobre – ônibus lotados, precarização de moradias e as “mortes de pé” que ocorrem simbolicamente no cotidiano. É a partir desse episteme colonial, que atravessa as estruturas sociais, que os modos de subjetividade vão se formando alienados e pelas vias da *outridade*. O discurso de Eduardo Taddeo implica na radicalidade estrutural e na construção de novos sentidos, dispõe abertamente na cultura sobre o contexto histórico vivenciado, transforma o latente em manifesto e constrói novas subjetividades coletivas a partir das percepções singulares da realidade por meio da linguagem.

O processo artístico que se articula a partir das narrativas musicais do rap se expressam através de perspectivas revolucionárias, capazes de criar uma nova realidade diante de uma nova linguagem contra os tipos de dominação social, cultural e econômica. Esse movimento dialoga com o que nos apresenta Clóvis Moura (1994) ao evidenciar a urgência de se construir uma cultura de resistência, vencendo a república das letras que se estrutura pela unificação ideológica do pensar a partir de uma linguagem que foi construída através dos escombros do colonialismo e que mantém a velha nova elite, branca, racista.

Os ônibus lotados e os bondes de presos /Dão a continuidade ao tráfico negreiro
(*Democracia racial de sangue*) / Se eles me pegam, meu filho fica sem ninguém /E o
que eles querem: Mais um pretinho na FEBEM (*Homem na estrada*) /A pele branca
no Brasil é moral, cartão de visitas/ Quantas vezes minha cor me livrou da polícia?
(*Democracia racial de sangue*) /Estou decidido a lutar contra essa merda /É comigo
sim, não estou perdido (*A cultura*)

O ecoar dos discursos acima nas mais diversas particularidades dos territórios e juventudes marginalizadas que fazem parte desse imenso Brasil são capazes de suscitar uma linguagem insurgente diante da dinâmica concreta da realidade. Apresenta a exploração racial que reverbera na estrutura da sociedade e se reformula de acordo com as modificações da política econômica, o que era antes navio negreiro hoje se desdobra em ônibus, bondes e camburões como canta *O Rappa*.

Os conteúdos simbólicos em cada verso e rima constituem subjetividades a partir das desmistificações, pela via material da linguagem, dos significantes raciais, sistematizando,

desse modo, não só as contradições do *rodo cotidiano*, mas também construindo ferramentas revolucionárias. Tais mecanismos se constituem a partir do atravessamento de uma linguagem artística capaz de comunicar não só as dimensões ideológicas, os significantes socioculturais, como também o rompimento do plano representacional que neutraliza a moral brasileira, apreendendo-a pelas lentes do racismo estrutural e da desigualdade econômica.

O deslocamento articulado pelos questionamentos críticos dos lugares e privilégios materiais e simbólicos possibilitam que a juventude se depare com as encruzilhadas do viver periférico, transformando-se subjetivamente pelas vias sociais e artísticas do rap que conduz o caminhar pela contramão da repetição histórica.

O compromisso é com o povo, é o X da questão/ É o resgate do ladrão, a música do irmão/ A recuperação lotada de reflexão, aí, jáo/ A cultura é nossa, estrutura reforça/ Rap é compromisso, como o míssil, destroça. (*A cultura*)

Os trechos acima mostram o movimento de reafirmação de uma cultura que pertence ao povo e que se configura por uma estrutura colonialista que necessita ser destruída para que haja a construção de um laço social coletivo. Esse processo é possibilitado pelo rap na medida em que, de um lado, articula suas narrativas de deterioração estrutural de uma sociedade gerida pela mercantilização dos corpos e vidas, capaz de dissolver as relações sociais em valor de troca. Por outro lado, solidifica o compromisso com a vivência coletiva, rompendo não só com as “barreiras dos corações”, mas também com o fatalismo dos lugares sociais.

Cheque, mas não mate! Corra atrás, sei que é capaz! /A minha nacionalidade enxerga longe a atividade/Brasil sempre pra frente/A banda podre é uma serpente/ Delinquentemente prejudicando a nossa gente. (*A cultura*)

Os novos sentidos que se articulam a partir dos ritmos e poesias vão desconstruindo significantes culturais condicionados pela forma que a banda toca na periferia, sendo assim a repercussão da violência espiral que gera medo e desmobilização. Esse deslocamento dos sentidos no discurso acima e seu caráter dialógico, configura uma construção coletiva e social da autonomia, subvertendo a destruição do inconsciente gerida pela lógica de dominação do sistema econômico vigente (JÚNIOR, 2018. p.155).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou analisar as possíveis construções e elaborações subjetivas a partir da análise discursiva das narrativas musicais produzidas pelo rap. Entende-se que ele atua como agente histórico propulsor e produtor de subjetividades materiais e simbólicas, a partir da improdutividade sistemática do modelo econômico que visa o lucro acima das vidas humanas e integra a organização social da periferia.

O rap tem possibilitado potências criativas e de integração dos sujeitos sociais fora dos lugares históricos determinados pelo colonialismo. Os recursos desse movimento artístico na periferia podem ser vistos como válvulas de escape dos ciclos espirais da violência e integração direta no processo educacional transgressor. Além disso, proporciona que essas fugas possam acontecer por meio dos rompimentos com a alienação e da propagação incisiva de seus discursos revolucionários da materialidade do viver periférico, buscando compreender as formas possíveis de marginalidades na franja estrutural do sistema.

O rap com seus versos controversos às condições estruturais do sistema proporciona à juventude periférica uma integração subjetiva que contraria a desintegração social desses sujeitos a partir do processo sistemático de desalienação e emancipação discursiva. As palavras componentes dos discursos musicais dão novos sentidos às batidas e rimas de um viver periférico que resiste e insiste na possibilidade das marginalidades urbanas em meio às margens sociais. A materialidade desse tipo de linguagem que adentra nos aspectos socioculturais da favela é capaz de suscitar o reflorescimento da vida na infertilidade concreta do sistema, como Don L no apresenta em seu último álbum “Roteiro para Aïnouz, Vol. 2” na música *primavera*: “A única luta que se perde é a que se abandona e nós nunca abandonamos luta”

REFERÊNCIAS:

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Boitempo Editorial, 2017.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Revista brasileira de educação, n. 24, p. 40-52, 2003.

DE ASSIS, Machado. **Pai contra mãe**. O Fiel Carteiro, 2015.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; PAULON, Clarisse; MILÁN-RAMOS, José Guillermo. **Análise psicanalítica de discurso: perspectivas lacanianas**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **“Por que Fanon? Por que agora?”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil**. 2015.

FRANTZ, Fanon. **Pele negra, máscaras brancas**. EDUFBA, 2008.

FREUD, Sigmund. **Cinco lições de psicanálise**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura Brasileira**. Silva, Luiz Antônio. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. ANPOCS. Brasília, 1983.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JUNIOR, Nadir Lara. **São demônios os que destroem o poder bravo da humanidade: reflexões sobre a violência**. In: JUNIOR, Nadir Lara; CUÉLLAR-PAVÓN, David. (Org.). *Psicanálise e Marxismo: as violências em tempos de capitalismo*. Curitiba: Appris, 2018. p. 105-120.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

LACAN, Jacques. **O mito individual do neurótico** (1953). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

MARIGHELLA, Carlos. **Rondó da Liberdade**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; FERNÁNDEZ, Valeriano Bozal. **Sobre arte y literatura**. Ciencia Nueva, 1968.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. Editora Anita, 1994.

SAFATLE, Vladimir. **Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação**. Autêntica Editora, 2020.

SANTANA, Jhyenne Yara Gomes et al. **O RAP delas: A representação do RAP feminino preto na mídia**. 2018.

SILVA, J. G. da. **Rap na cidade de São Paulo, Juventude Negra, Música e Segregação Urbana (1984-1998)**. Uberlândia: EDUFU, 2015.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Editora Graal, 1990.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Editora Companhia das Letras, 2012.

Discografia

utilizada

CAETANO VELOSO. *Velô*. Philips Records, 1984.

CRIOLO. *Convoque seu buda*. Oloko Records, 2014.

DON L. *Roteiro pra Aïnouz, vol. 3*. Don L, 2021.

FEBEM. *Jovem OG*. Ceia Ent. / Empire, 2021.

ORAPPA. *O Silêncio Q Precede o Esporro*. Warner Music Brasil, 2003.

CAPÍTULO 10

ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI: DA ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DE DANOS AO CONSULTÓRIO NA RUA¹³

**Letícia da Costa Nunes
Paola Ferreira de Oliveira
Pamela Staliano**

RESUMO

Os profissionais que atuam em Consultórios nas Ruas (CnaRs) buscam trabalhar diferentes questões para ampliar o acesso e a qualidade da atenção integral à saúde da população em situação de rua (PSR). Tais consultórios são regidos pela Política de Redução de Danos e visam reduzir prejuízos agregados em função do uso de drogas com atuação multidisciplinar orientada para a educação em saúde. O objetivo deste texto consiste em contextualizar a Política de Redução de Danos voltada às ações de saúde mental em região de fronteira. Considerado como uma prática em construção, o trabalho em CnaRs requer que o profissional realize uma prática emancipadora, que promova autonomia e empoderamento do protagonismo da PSR. Em região de fronteira onde ocorrem diferenças sociais, econômicas, culturais, dominação do narcotráfico, conflitos armados, contrabando, desemprego, entre outras problemáticas, tal atuação pode requerer ainda maior comprometimento e habilidade dos profissionais do CnaR.

PALAVRAS-CHAVE: Consultório na Rua; Saúde Coletiva; Profissionais da Saúde; Fronteira.

INTRODUÇÃO

Desenvolveu-se no último século uma cultura higienista com a prática da internação hospitalar e tratamentos voltados à abstinência forçada. Porém, com a Reforma Psiquiátrica, foi instituída a Política de Saúde Mental e há mais de uma década vem sendo trabalhados modelos de atenção diversificada. Dessa forma, entre diversos dispositivos foi criado o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), garantindo a consolidação de serviços substitutivos à prática de enclausuramento e, principalmente, resguardando os direitos das pessoas com transtornos mentais (CFP, 2013).

Na III Conferência Nacional de Saúde Mental, em 2001, foi iniciada a política de atenção ao consumo prejudicial de álcool e outras drogas. E no ano seguinte, foram incluídos na rede de saúde mental do SUS os Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e outras

¹³ O presente texto consiste em um recorte da dissertação de mestrado, intitulada “**O Consultório na Rua da Fronteira: formação e atuação dos psicólogos no trabalho extramuros com a população em situação de rua**”, defendida pela primeira autora junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGpsi-UFGD).

Drogas (CAPS-AD), como equipamento fundamental ao tratamento dos usuários de drogas (OLIVEIRA, 2009).

Assim, como as internações compulsórias são contrárias à promoção dos Direitos Humanos e ineficazes no tratamento das psicopatologias, no trabalho com as drogas os métodos proibicionistas e a abstinência forçada que se estabeleceram por longa data no Brasil também não tiveram resultados práticos positivos. Observando esses critérios, e considerando a dificuldade do usuário em aderir ao tratamento e em participar ativamente de todo o processo, a estratégia de Redução de Danos (RD) foi implementada “como um método clínico-político de ação territorial inserido na perspectiva da clínica ampliada” (BRASIL, 2004, p. 27).

A política de RD foi elaborada por meio da proposta de promover saúde (minimizando os prejuízos causados pelo consumo de drogas), o diálogo com o intuito de afirmar a autonomia e os direitos dos indivíduos usuários, assim como a superação da visão reducionista que associa o uso de drogas à doença ou criminalidade (CFP, 2013).

O conceito de RD foi utilizado pela primeira vez na Inglaterra, por volta de 1926, quando um relatório médico definiu que a administração de doses mínimas de drogas diariamente poderia ser mais eficaz no tratamento direcionado à cura, proporcionando ao usuário uma vida mais saudável e útil à sociedade do que o contrário, caso se excluísse totalmente a droga (FÔNSECA, 2012).

No entanto, segundo Cruz (2011) devido a fortes leis proibicionistas que surgiram nos anos seguintes, a estratégia de RD só foi devidamente concretizada na década de 80 na Holanda, a partir do movimento dos próprios usuários de drogas injetáveis (UDIs) que exigiam do governo alguma medida que diminuísse o risco de contaminação por Hepatite B. Em seguida, a explosão de contaminações pelo vírus da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) foi o impulso necessário para a implementação dos métodos de RD.

Um grupo de enfermeiras de uma Organização Não Governamental passou a esclarecer usuários de cocaína e heroína injetável sobre os riscos de se compartilhar a mesma seringa. Essa atitude foi decisiva no controle da AIDS. Outro aspecto relevante foi a própria decisão dos usuários em adquirir hábitos mais saudáveis e compartilhar o conhecimento com seus pares sem ter que sofrer uma abstinência compulsória, gerando a figura do protagonista (PAES; ORLANDO, 2013).

Desde então profissionais foram treinados para abordar os usuários e desenvolver os serviços de Redução de Danos nos locais de fácil acesso. Dessa forma, utilizavam veículos para

circular pelas cidades ou estacionavam em áreas de maior circulação dos UDIs. A partir de então, países da Europa, Austrália e os Estados Unidos passaram a utilizar as práticas da RD (CRUZ, 2011).

A RD passou a ser uma estratégia de prevenção atingindo outras práticas de risco, como o uso de outras drogas não injetáveis (por exemplo, o crack) e comportamentos no trânsito com relação ao uso de capacetes por motociclistas, do cinto de segurança por motoristas e o consumo de álcool antes de dirigir (CRUZ, 2011).

Salienta Cruz (2011) que no Brasil a RD foi integrada às estratégias de redução da AIDS em Santos no ano de 1992, devido aos altos índices de contaminação pela doença na cidade. No entanto, houve uma forte repressão da polícia e do judiciário às atividades, alegando que isso estimularia o uso de drogas. O projeto foi interrompido. O Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN) deu parecer favorável ao retorno das atividades de RD em 1994 e, no ano seguinte, o primeiro programa brasileiro foi implantado na Bahia. Em 2003, mais de 150 programas de RD funcionavam em todo o país.

Ao que tange o atendimento da População em Situação de Rua (PSR), Noto et al. (2003), afirmam que a maior parte dos jovens que buscaram ajuda para parar ou reduzir o consumo de drogas o fizeram por meio do contato com instituições de assistência específicas para o atendimento desse grupo e apenas 0,7% procuraram alguma unidade de saúde. Esses dados revelam a enorme distância entre as instituições de saúde e a PSR, seja por desconhecimento dos jovens aos serviços oferecidos pelas unidades, falta de confiança e vínculos ou, até mesmo, preconceito dos profissionais com relação à situação de rua e o consumo de drogas.

Justamente para oferecer acesso aos serviços de saúde de uma maneira menos institucionalizada e burocrática é que se estabeleceu a proposta de trabalhos extramuros com grupos em situação de risco e exclusão social (em especial crianças e adolescentes). O desafio que seria enfrentado e transposto era o de combinar o princípio da universalidade e equidade na expectativa de minimizar as desigualdades sociais e concretizar esses dois princípios éticos do SUS (OLIVEIRA, 2009).

Nesse contexto de acessibilidade universal aos serviços de saúde, atuando com a política de RD, junto ao CAPS-AD estabeleceu-se em 1999 o primeiro Consultório de Rua (CR) em Salvador/BA como uma experiência realizada pelo Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Idealizado pelo Prof. Antônio Nery Filho, tinha como propósito inicial o atendimento de crianças em situação de rua usuárias

de drogas (BRASIL, 2010). A partir de então, o projeto ganhou apoio da Prefeitura Municipal de Salvador e, posteriormente, do Ministério da Saúde, e demais secretárias envolvidas nas questões sociais (OLIVEIRA, 2009).

O CR foi integrado ao CAPS-AD em 2004 em Salvador. A atuação do CR vinculado ao CAPS-AD facilitava o encaminhamento e inserção na rede de atendimento das pessoas em situação de rua com maior vulnerabilidade social ou mais comprometidas pelo uso de drogas. A experiência inicial foi desenvolvendo-se a partir das especificidades da população e dos contextos trabalhados, novas configurações profissionais foram sendo produzidas, até que a equipe multiprofissional encontrasse formas mais adequadas de operacionalizar seus serviços (BRASIL, 2010).

Entre 1999 e 2006 ocorreu a experiência de implantação desse dispositivo e sua avaliação positiva serviu como base para a compreensão de sua importância no atendimento aos usuários de drogas em situação de extrema vulnerabilidade social e com dificuldades de aderência aos modelos tradicionais de saúde, levando em consideração a necessidade de ampliar o projeto para os demais âmbitos nacionais e minimizar os prejuízos da PSR:

Deste modo, em 2009 o Ministério da Saúde propõe o Consultório de Rua como uma das estratégias do Plano Emergencial de Ampliação de Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde-PEAD, sendo incluída também, em 2010, no Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack (PIEC), com o objetivo de ampliar o acesso aos serviços de saúde, melhorar e qualificar o atendimento oferecido pelo SUS às pessoas que usam álcool e outras drogas através de ações de rua. (BRASIL, 2010, p. 09).

O CR, em sua proposta inicial desenvolveu um trabalho extramuros que visava promover acesso aos direitos básicos e cidadania às pessoas em situação de rua no seu próprio contexto de vida. Jorge e Webster (2012) afirmam que com uma nova forma de fazer saúde, o CR visava reverter a inacessibilidade aos programas institucionalizados e a outros recursos sociais. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2013), além da RD, o CR articulava-se com outras políticas públicas de saúde de modo intersetorial e “promovia um espaço concreto do exercício de direitos e cidadania” (BRASIL, 2010, p.10).

O Consultório de Rua tem como princípios norteadores o respeito às diferenças, a promoção de direitos humanos e da inclusão social, o enfrentamento do estigma, as ações de redução de danos e a intersetorialidade. Deve ainda estar alinhado às diretrizes da Política para Atenção Integral a Pessoas que Usam Álcool e Outras Drogas, do Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas, do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack, da Política Nacional de DST/AIDS. (BRASIL, 2010, p. 04).

A partir de uma reestruturação da política de atenção à PSR em 2012, o CR que atuava especificamente com a proposta de Redução de Danos e foco na saúde mental, foi agregado ao

programa Estratégia da Saúde da Família Sem Domicílio (a ESF com equipes específicas ao atendimento integral da PSR). Dessa junção surgiu o dispositivo Consultório *na* Rua (CnaR), o qual para além de uma renovação de nomenclatura, atua de forma itinerante oferecendo um completo atendimento à PSR, ofertando de forma ampliada todos os serviços da Atenção Básica de Saúde e podendo articular-se com todos os dispositivos da Rede de Saúde e Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (BRASIL, 2012).

Segundo os estudos de Silva et al. (2014), os profissionais atuam fora das instituições de forma interdisciplinar e são hábeis a reconhecer hábitos e condutas de risco dos usuários. A atuação interdisciplinar visa o acolhimento, a escuta e o diálogo entre as áreas promovendo saúde de forma integral.

As equipes de CnaR podem ser estabelecidas em três modalidades, dependendo da demanda de cada município cadastrado. A modalidade I é composta por no mínimo 4 (quatro) profissionais, sendo 2 (dois) de nível superior e 2 (dois) de nível médio; a modalidade II é uma equipe formada por no mínimo 6 (seis) profissionais, sendo 3 (três) de nível superior e 3 (três) de nível médio; a modalidade III consiste em uma equipe da modalidade II acrescida de um profissional médico (BRASIL, 2012).

Segundo o Passo a Passo da Atenção Básica (2015):

Essas equipes deverão realizar suas atividades de forma itinerante, desenvolvendo ações na rua, em instalações específicas, na unidade móvel e também nas instalações de unidades básicas de saúde do território onde estão atuando. Tais atividades deverão ser sempre articuladas e desenvolvidas em parceria com as demais equipes de Atenção Básica do território (UBS e NASF), dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), da rede de urgência e dos serviços e instituições componentes do Sistema Único de Assistência Social, entre outras instituições públicas e da sociedade civil. (BRASIL, 2015, p. 44).

Com uma carga horária mínima de 30 horas semanais, o horário de funcionamento e a composição das equipes se dão a partir do contexto social de cada cidade participante do programa. Os profissionais que fazem parte das equipes também são classificados de acordo com as modalidades e podem ser: a) enfermeiro, psicólogo, assistente social e terapeuta ocupacional; b) agente social, técnico ou auxiliar de enfermagem, técnico em saúde bucal, cirurgião dentista, profissional de educação física e profissional com formação em arte e educação (BRASIL, 2015).

Por ser um mecanismo excepcionalmente novo, o CnaR ainda se encontra em fase de estruturação dos seus serviços e, por isso, são poucos os saberes produzidos a respeito do trabalho prático da equipe multiprofissional na atenção à PSR e na efetividade da articulação

intersetorial. Contudo as poucas pesquisas que têm sido realizadas no âmbito das Políticas Públicas relacionadas ao atendimento da PSR são de fundamental importância para o entendimento, construção e articulação das estratégias dos serviços em prol da melhoria da qualidade de vida dessa população.

O estudo conduzido por Lima (2013), com profissionais e usuários do CnaR de Goiânia evidenciou por meio de entrevistas semiestruturadas os modos de atuação e as características do trabalho de intervenção com jovens e adultos em situação de rua e usuários de álcool ou outras drogas. Observou-se uma coerência entre os relatos dos usuários e dos profissionais a respeito das características e do serviço oferecido pelo CnaR. Ainda neste estudo, foi constatado que os princípios que regem a atuação do CnaR vão ao encontro do que preconiza as políticas públicas referentes à álcool e outras drogas e a estratégia de RD.

Aproximando-se de Lima (2013), Simões et al. (2017), desenvolveram um estudo em que se propôs uma oficina de caráter exploratório com o objetivo de conhecer a atuação dos CnaRs do Estado do Rio de Janeiro. O foco do método era a construção de um consenso sobre a função do dispositivo, compreender o uso (ou não uso) da estratégia de RD e a efetividade das parcerias com a própria Atenção Básica e demais setores da rede pública.

No estudo de Lima (2013), quanto aos objetivos do trabalho do CnaR, a maioria dos profissionais entrevistados apontaram para o resgate da autoestima, cidadania e autonomia dos usuários, além de dar visibilidade aos cidadãos que se encontram à margem dos serviços oferecidos pelo SUS. Em Simões et al. (2017), também foi mencionada pelos profissionais a questão da autonomia e da inclusão, indicando o CnaR como um “SubSUS” (p. 967). Os profissionais questionaram a pertinência do CnaR uma vez que o SUS é para todos. Nesse quesito, para Simões et al. (2017) é perigoso manter a longo prazo um trabalho que corrobore os métodos de exclusão, representando supostamente “um retrocesso da política” (p. 967).

A identificação de diretrizes importantes na AB não nos furta de enfrentarmos o que de fato acontece nos serviços, principalmente no que diz respeito a sua intersecção com a saúde mental, redução de danos e no atendimento da população em situação de rua. Teoricamente, a partir do princípio de universalidade, não haveria sentido a construção de um serviço específico para população em situação de rua: o acesso ao SUS é um direito de todos, não fazendo distinção entre a população. Contudo, a construção de um serviço de tal natureza vem responder a outro princípio do SUS: a equidade. É que na prática e na maioria das vezes, a população de rua não acessa os serviços de saúde. As Escolas de Redução de Danos vêm responder a furos

na rede de saúde e, entendemos, a uma necessidade de qualificação do SUS (SOUZA; MACERATA, 2015)

O perfil sensível do profissional para a construção de vínculos com os usuários e o trabalho em equipe foram os facilitadores da atuação descritos em Lima (2013). O autor afirma que estas são características de grande relevância no cotidiano do CnaR:

É possível afirmar que a atuação em um dispositivo como o CR exige condições *sine qua non*: uma equipe integrada, profissionais motivados e sensíveis para esse tipo de atuação, bem como a necessidade de se estabelecer vínculos com a população-alvo. (LIMA, 2013, p. 59).

Em Simões et al. (2017), foi possível observar que mesmo sendo recente sua inserção na Atenção Básica, os CnaRs pesquisados já possuíam uma experiência com a PSR por meio da estratégia de RD vinculada aos CAPS-AD. Houve melhorias nos recursos e as equipes foram ampliadas, onde dois dos consultórios pesquisados passaram a ter no mínimo seis profissionais e um médico, com sedes em UBS e clínicas da família. A organização e a oferta de serviços são compatíveis com a realidade de cada contexto e a importância de ir ao encontro da PSR em diferentes pontos de concentração é a estratégia principal.

Entre as dificuldades mencionadas no estudo de Lima (2013), o sofrimento dos profissionais diante do desrespeito aos direitos humanos dos usuários por autoridades como a Polícia Militar e a Guarda Municipal (que agem com violência e agressividade), o preconceito e a intolerância da sociedade civil com a população de rua e a falta de recursos para materiais e insumos apareceram como parte da rotina em campo no trabalho extramuros em Goiânia.

De acordo com Simões et al. (2017), mesmo sendo fundamental à qualidade dos serviços ofertados à PSR a partir do trabalho intersetorial e das parcerias, existem dificuldades e desafios que precisam ser discutidos e refletidos constantemente pelas equipes no Rio de Janeiro, como argumentam:

A articulação intersetorial foi considerada fundamental pelos profissionais. Todos realizavam atividades culturais e lúdicas no território, utilizadas como um facilitador para a criação de vínculo, principalmente com as crianças. Quando em campo, realizavam, ainda, coleta de escarro, baciloscopia e eram atentos às doenças infectocontagiosas mais prevalentes nas populações vulneráveis. Além disso, compartilhavam a dificuldade da continuidade do acompanhamento, uma vez que a população em causa é móvel, de grande circulação e pouca adesão, fazendo com que a locomoção e as intervenções das equipes precisem ser constantemente discutidas. Como desafio, apresentaram o trabalho com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), no que diz respeito às remoções dos usuários, às articulações com o intersetor e às dificuldades no dia a dia com a Atenção Básica à Saúde (ABS). (SIMÕES et al., 2017, p. 967).

Em ambos os estudos mencionados, pode-se perceber que tanto em Goiânia quanto no Rio de Janeiro a adesão aos serviços oferecidos à PSR se deu pelo fato dos profissionais agirem

de forma mais humanizada, tornando o CnaR um grande facilitador da entrada e permanência dos usuários na Atenção Básica (LIMA, 2013; SIMÕES et al., 2017). No entanto, para Simões et al. (2017) ainda existe o agravante dos profissionais das instituições de saúde não estarem preparados para receber essa demanda, o que dificulta o acesso e fracassa o serviço. Destacam a importância da capacitação das equipes para viabilizar as estratégias, contudo afirmam não ser possível uma formação especializada para o acolhimento e vínculo, mas certo preparo construído a partir da experiência diária com a PSR. Dessa forma, a intensificação das parcerias poderia ser uma solução para melhoria da qualidade do trabalho de toda a rede.

Como pontos comuns de atendimento foi descrito além do trabalho com a PSR, a atenção às profissionais do sexo e travestis, pessoas abrigadas em instituições de assistência social, e a presença de todos os profissionais em campo (SIMÕES et al., 2017). É de extrema importância que o CnaR atue em prol do desenvolvimento da autonomia dos sujeitos e da superação de obstáculos que barram o acesso da PSR às instituições de saúde, como a falta de documentação e moradia, a “necessidade” de estar limpo ou bem vestido e a própria disponibilidade dos profissionais em atender essa população.

O apoio matricial foi indicado como uma importante ferramenta na construção dessa dialética entre os setores de saúde e a superação dessa problemática em ambos os estudos (LIMA, 2013). Para os gestores, o CnaR é um dispositivo ainda em construção, mas que causa muita polêmica. É ainda necessário no processo de vinculação da PSR à rede de saúde e, por isso, amparado pelo Movimento Nacional de População em Situação de Rua, mas poderá (e deverá) ser prescindido quando “o SUS for, de fato, Universal” (SIMÕES et al., 2017, p. 967).

As pesquisas referentes aos CnaR do Estado do Rio de Janeiro e da cidade de Goiânia evidenciaram características importantes do trabalho com a PSR, em especial a complexidade das ações e da realidade, configurando a necessidade de uma reflexão constante das ações como forma de aprimorando do serviço em construção. De acordo com Lima (2013) e Simões et al. (2017) o respeito à pessoa em situação de rua promove um trabalho voltado a sua emancipação e desenvolvimento da autonomia e cidadania, cabendo ao Estado oferecer políticas de acesso às oportunidades e diálogos que fortaleçam meios de transformação do imaginário coletivo, ao invés de políticas assistencialistas e tutelares (SANTOS, 2001; TUBINO, 2002) que em nada contribuem com a quebra dos estigmas e preconceitos direcionados à PSR.

ESCOLA DE REDUÇÃO DE DANOS E O CONSULTÓRIO NA RUA DA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI

A região da fronteira entre Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai) é popularmente conhecida por meio da mídia pela violência do crime organizado, tráfico de drogas, contrabando, homofobia, disputa por terras indígenas e dificuldades na promoção de Direitos Humanos. Isso tudo parecia ser motivos que dificultariam a atuação da RD no início da implantação dos programas. No entanto, ocorreu o contrário, a cidade de Ponta Porã passou a ser reconhecida no estado pela sua prática em RD de forma viável, alcançando objetivos fundamentais para o município.

Paes e Orlando (2013) organizaram um livro que relata a partir dos depoimentos dos trabalhadores e gestores, essa experiência da escola de RD em Ponta Porã e de como foi importante a organização dos trabalhadores em saúde e saúde mental dos dois países ao proporem um projeto que buscasse atender os usuários de drogas e a PSR de uma forma mais humanizada.

A peculiaridade de fronteira seca gera certa facilidade de acesso às drogas como crack e pasta base que são encontradas a baixo custo na região, dessa forma existe um número significativo de usuários. Outra característica que demanda atenção é a quantidade de portadores de doenças sexualmente transmissíveis na PSR, uma parte por envolvimento na prostituição, o sexo de sobrevivência que envolve a participação de muitas crianças e adolescentes em situação de rua (SILVA, 2013).

Segundo orientações do Ministério da Saúde, a RD deve ser uma abordagem que fundamenta a atuação do CAPS-AD. Em Ponta Porã, a RD teve início anterior à existência do CAPS-AD, o qual inclusive contou com a efetiva organização dos trabalhadores da saúde envolvidos com a RD (promovida através de ONGs) na sua criação (PAES; ORLANDO, 2013).

Inicialmente, foi criado o CAPS I voltado especialmente para o público infantil e adolescente e, posteriormente, houve a modificação para CAPS-AD Princesinha dos Ervais, que inicialmente atendia usuários de drogas lícitas e ilícitas, brasileiros ou paraguaios moradores de rua ou não. Alguns dos profissionais que atuam até hoje no CAPS-AD participaram da experiência de RD promovida pelas ONGs do Estado. Isso favoreceu a construção da prática terapêutica a partir da RD desde o início do estabelecimento do dispositivo.

O trabalho de RD a partir do CAPS-AD se manteve por muitos anos, instalado na praça central Lício Borralho em Ponta Porã (região conhecida na época como “cracolândia”), em parceria com a Cruz Vermelha do Paraguai. Os trabalhos se desenvolviam de forma síncrona constituindo uma atividade internacional. Várias localidades eram visitadas semanalmente, especialmente na extensão da linha internacional, desde o centro das cidades até as periferias. Muitos dos usuários que hoje se encontram vinculados ao CAPS-AD foram inicialmente abordados pelo trabalho de RD em campo.

A Escola de Redução de Danos (ERD) trata-se de um mecanismo de formação continuada de redutores, onde juntamente com a preparação teórica é desenvolvido e implantando um projeto de RD viável para a população. No término do curso, a equipe formada por profissionais de várias instituições da rede está apta a abordar usuários de drogas e a PSR diretamente no seu lugar de permanência, encaminhando-os para os atendimentos da rede de saúde.

O efetivo trabalho com RD levou a gestão do CAPS-AD a elaborar um projeto para concorrer ao edital do Ministério da Saúde para implantação da ERD. Aprovado, o projeto iniciou o primeiro módulo em 2012, com o objetivo de:

[...] fortalecer o trabalho de um grupo multidisciplinar e de variadas instituições da rede de apoio, para que a sociedade pontaporanense desenvolva uma estratégia humanizada de atendimento e orientação a usuários de drogas (notadamente *crack* e pasta base) e, ao mesmo tempo, realize e dissemine essa abordagem. Preparar o usuário para utilizar a rede e preparar a rede para atender bem o usuário. (PAES; ORLANDO, 2013, p. 33).

A ERD contou com 28 convidados para realizar o curso, sendo 18 bolsistas no intuito de maior dedicação aos trabalhos. Foram somadas a carga horária do curso o tempo de dedicação às atividades realizadas no próprio ambiente de trabalho, compatíveis com a atuação das instituições de origem dos participantes. Foram nove módulos contabilizando: 16 horas de atividades de estudo, 120 horas de aulas presenciais e 34 horas de atividades orientadas em abordagem de campo e encaminhamentos para a rede. Foram habilitados no total, 30 redutores de danos em toda rede de saúde de Ponta Porã.

Após a realização de um trabalho de mais de dez anos com a Política de Redução de Danos é que surgiu a ERD. Resultado de uma luta que se caracteriza por driblar em períodos turbulentos os meios proibicionistas que violavam os direitos dos usuários causando isolamento e exclusão. Uma luta que também procurou na união, solucionar demandas que, por muito tempo, estiveram reféns do descaso, como a questão da PSR.

O CnaR pode ser definido como o único dispositivo do SUS cuja atuação dos profissionais não é organizada por meio de recortes territoriais, uma vez que, a limitação geográfica estabelece uma localidade fixa dos sujeitos atendidos, ou seja, o CnaR rompe com essa limitação de ação domiciliar, caracterizando a rua enquanto território vivo (MONKEN; BARCELLOS, 2007; SOUZA; MACERATA, 2015).

Como forma de acessar com mais facilidade os usuários do serviço como sugere as diretrizes (BRASIL, 2015), o CnaR de Ponta Porã tem sede em um dos guichês de um dos blocos do novo camelódromo (conhecido como “minhocão”) construído em 2006 por meio do projeto da União Europeia, o URB-AL III. Esse bloco ocupa boa parte da praça central Lício Borralho, a qual se situa a 10 metros do limite dos países, maior fronteira seca do estado. Neste mesmo local existiu uma época de muito consumo de drogas e prostituição e, por este motivo, recebeu o pseudônimo de “cracolândia” ou linha das “putas del alho” (devido ao alto grau de prostituição próximo aos guichês de venda de alho).

A equipe do CnaR de Ponta Porã é multiprofissional composta por doze profissionais (uma médica, duas enfermeiras, um técnico de enfermagem, dois assistentes sociais, dois psicólogos, uma redutora de danos, uma técnica em saúde bucal, um agente social e um motorista), número que especifica a equipe na modalidade III por conta da inserção do profissional médico. O CnaR de Ponta Porã iniciou suas atividades ainda como CR na modalidade I (dois profissionais de nível superior e dois de nível médio – assistente social, psicólogo, redutor de danos e oficinairo) e, posteriormente, na busca de suprir as necessidades de uma demanda mais complexa em virtude da situação de pobreza extrema e complexidade da fronteira (e não pelo quantitativo de usuários) foi estabelecida a modalidade III que possui as características da modalidade II (mínimo de seis profissionais de nível superior e médio) incluindo o médico (BRASIL, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os profissionais do CnaR propuseram a ERD, como forma de intervir no preparo das instituições de saúde na fronteira, promovendo e ampliando a RD para todos os dispositivos, a partir dos redutores que foram previamente selecionados para o curso justamente por serem profissionais da rede pública de saúde.

A atuação dos profissionais da saúde vinculados ao do CnaR de Ponta Porã, MS, vem tentando lidar com um duplo desafio, ou seja, lidar com a complexidade da demanda de vulnerabilidade atravessada pelos aspectos de fronteira seca, para além de minimizar os

prejuízos ocasionados aos migrantes e minorias étnico-culturais que são assolados pela exclusão e marginalização quando em contato com novas culturas ou culturas hegemônicas, impostas por questões históricas características deste território fronteiriço.

E por fim, longe de se esgotar a temática, levanta-se aqui pistas com a intenção de apresentar o CnaR de Ponta Porã e reviver as discussões sobre as categorias silenciadas, marginalizadas ou desvalorizadas como a PSR, os profissionais do SUS e a fronteira. Em debate, observamos e sugerimos a urgência em abordar a situação dos indígenas desaldeiados nas regiões de fronteira, integrantes da PSR local e abandonados pelo despreparo dos profissionais e pela despreocupação do Estado.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. **Portaria 122 e 123**. Nota técnica conjunta. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **A política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Série B: Textos básicos de saúde, Brasília – DF, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Consultório de Rua do SUS. Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas**. Brasília – DF, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Passo a Passo das ações do departamento de Atenção Básica**. (2a ed.). Brasília – DF, 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. CFP. **Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos/os em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas**. 1a ed., Brasília: CFP, 2013.
- CRUZ, M. S. Redução de Danos, prevenção e assistência. In: BRASIL, Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias**. 4a ed., Brasília: SENAD, 2011. p. 155-174.
- FONSECA, C. J. B. Conhecendo a redução de danos enquanto uma proposta. **Ética Psicologia & Saberes**, v. 1, n. 1, pp. 11-36, 2012.
- JORGE, J. S.; WEBSTER, C. M. C. Consultório de Rua: Contribuições e Desafios de uma Prática em Construção. **Saúde & Transformação Social**, v. 3, n. 1, pp. 39-48, 2012.
- LIMA, H. S. **Consultório na Rua em Goiânia: atenção a pessoas em situação de rua e em uso de substâncias psicoativas**. Dissertação de Mestrado. Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, área de concentração Psicologia da Saúde. Universidade de Brasília, Brasília – DF, Brasil, 2013.
- MONKEN, M.; BARCELLOS, C. O território na promoção e vigilância em saúde. In: FONSECA, A. F.; CORBO, A, M, D. **O território e o processo saúde-doença**. EPSJV/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2007. p. 177-224.

NOTO, A. R. et al., **Levantamento nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais brasileiras**. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) UNIFESP: São Paulo, SP, 2003.

OLIVEIRA, M. G. P. N. de. **Consultório de Rua: relato de uma experiência**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil, 2009.

PAES, P. C. D.; ORLANDO, T. S. **Escola de Redução de Danos na fronteira do Brasil com o Paraguai**. Rio de Janeiro, RJ: Psicotropicus, 2013.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Editora Record: Rio de Janeiro/São Paulo, 2001.

SILVA, F. P. **As práticas de saúde das equipes dos consultórios de rua**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, CCS. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, 2013.

SILVA, F. P.; FRAZÃO, I. S.; LINHARES, F. M. P. Práticas de saúde das equipes dos Consultórios de Rua. **Cad. Saúde Pública**, v. 30, n. 4, pp. 805-814, 2014.

Simões, T. R. A. et al. Missão e efetividade dos Consultórios na Rua: uma experiência de produção de consenso. **Saúde Debate**, v.41, n. 114, pp. 963-975, 2017.

SOUZA, T. P.; MACERATA, I. A clínica nos consultórios na rua: territórios, coletivos e transversalidades. **Ayvu: Rev. Psicol.**, v. 1, n. 2, pp. 03-23, 2015.

TUBINO, F. Entre el multiculturalismo y la interculturalidad: más allá de la discriminacion positiva. In: FULLER, N. (ed.), **Interculturalidad y política. Desafíos y posibilidades**. Lima: Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, 2002. p. 51-76.

CAPÍTULO 11

PLANTÃO PSICOLÓGICO ON-LINE: EXPERIÊNCIA E PRÁTICA A PARTIR DA ABORDAGEM PSICANALÍTICA

Rafaela Alves Tavares
Pamela Staliano

RESUMO

Tendo em vista as demandas emergenciais provenientes da pandemia da COVID-19, o Plantão Psicológico on-line se fez essencial e desafiador. O presente trabalho tem como objetivo expor as possibilidades de execução do serviço de Plantão Psicológico na modalidade on-line, o encontro com a emergência, bem como a presença dos fenômenos fundamentais da psicanálise: inconsciente, associação livre, transferência e resistência. O estudo é proveniente do estágio em Plantão Psicológico da Clínica-Escola de uma universidade pública da região Centro-Oeste e apresenta a transição do serviço da modalidade presencial para modalidade remota, como também a possibilidade de aplicação do método psicanalítico no atendimento on-line, a fim de se dispor de uma posição de querer saber em um serviço que endereça a atender demandas emergenciais do sujeito. Foi possível concluir que o Plantão Psicológico é um serviço que pode se inserir em contextos diversos e vem sendo uma modalidade importante para lidar com demandas emergentes. No que cerne à psicanálise em conjunto com o Plantão Psicológico ambos funcionam em unidade, visando oferecer uma escuta atenta e especializada ao paciente em sofrimento.

PALAVRAS-CHAVE: Plantão Psicológico; Psicanálise; Emergência; Isolamento Social.

INTRODUÇÃO

Muitos autores de referência se debruçaram sobre a tarefa de definir e dar significado ao serviço. Para Marcia Alves Tassinari (2003), Plantão Psicológico (PP) pode ser definido como:

“[...] um tipo de atendimento que se completa em si mesmo, realizado em uma ou mais consultas sem duração predeterminada, objetivando receber a qualquer pessoa ao momento exata (ou quase) de sua necessidade, para ajuda-la a compreender melhor sua emergência e, se necessário, encaminhá-la a outros Serviços. (TASSINARI, 2003, p. 11).

O serviço é considerado uma modalidade ímpar de atendimento, com características específicas, sendo que o objetivo central consiste em facilitar o processo de significação da procura por ajuda psicológica (ROCHA, 2011). Ainda de acordo com a autora, o plantão se propõe a acolher indivíduos que procuram atendimento em momentos de angústia, buscando o esclarecimento da demanda.

O PP teve início em 1969 dentro do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como uma proposta do Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP) (REBOUÇAS;

DUTRA, 2010), com referencial teórico na Abordagem Centrada na Pessoa, que atualmente, ainda é uma abordagem muito usada como referencial teórico para este tipo de serviço (ROCHA, 2011; SCORSOLINI-COMIN, 2015; TASSINARI, 2003; SOUZA; SOUZA, 2011). A proposta teve sua inspiração no modelo norte-americano *Walk in Clinics*, e atualmente, configura-se como uma prática reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia (SCORSOLINI-COMIN, 2015).

Mesmo que, inicialmente o PP tenha se desenvolvido a partir do modelo de aconselhamento psicológico de Carl Rogers, o mesmo vem sendo realizado ao longo dos últimos anos, sob os preceitos teóricos de abordagens psicológicas distintas, dentre elas a psicanalítica (PEREIRA *et al.*, 2016; ROSÁRIO; KYRILLOS NETO, 2015).

Pode-se dizer que o PP vem se mostrando uma prática emergente, cujo serviço pode se configurar em diversos modelos, uma de suas principais características é a plasticidade em diferentes contextos, permitindo diálogos em distintos espaços e com públicos diferenciados (ROCHA, 2009; PEREIRA *et al.*, 2016).

De acordo com Doescher e Henriques (2012) o PP é um serviço que apresenta suas próprias nuances, sendo um processo com começo, meio e fim em um único encontro, ainda que a pessoa possa retornar. A modalidade se difere da psicoterapia, mas não tem intenções de substituí-la, uma vez que, de acordo com Rebouças e Dutra (2010), nem todos os pacientes que chegam até o serviço precisam de psicoterapia, mas sim, de um momento de escuta e acolhimento que pode ser sanado no ambiente do PP.

PLANTÃO PSICOLÓGICO ON-LINE

No prefácio do livro *“Plantão Psicológico: Novos Horizontes”*, John Wood (2012, p. 11) entrevê o futuro do plantão da seguinte forma: “Se for possível ficar imune e não se deixar restringir por dogmas e modismos filosóficos poderá continuar a se desenvolver efetivamente de acordo com as necessidades da população desse tempo e lugar”. Uma previsão ou não, em meados de março de 2020 o Brasil deu início ao isolamento social e, por meio da Resolução nº 11/2018 (CFP, 2018), fica permitido a realização de atendimentos e demais estágios psicológicos por meio de comunicação à distância e dispositivos tecnológicos.

No caderno de orientações sobre as atividades de estágio: *“Práticas e Estágios Remotos em Psicologia no Contexto da Pandemia da COVID-19”* (CFP, 2020, p.37), o CFP indica o Plantão Psicológico como Prática Clínica, práticas essas que “ocorrem onde quer que haja

necessidade de escuta de sofrimento e de angústia que afetam os indivíduos nas várias esferas de sua vida amorosa, laboral, social, familiar, na doença e na morte entre outras”.

Ao se propor a refletir sobre o Plantão Psicológico on-line, Cardoso (2020) aponta que o serviço se apresenta como:

[...] a oportunidade diferenciada de capacitar os psicólogos em formação no desenvolvimento de várias habilidades interpessoal essenciais na prática clínica, como o acolhimento, a escuta, a observação, a postura empática, o respeito ao sofrimento humano, a capacidade de promover questionamento reflexivos e de lidar com incertezas típicas de quem trabalha com questões humanas, dentro outras. (CARDOSO, 2020, p. 233).

Para mais, a autora salienta que o atendimento on-line descrito foi uma soma significativa na prática do aluno plantonista, considerando que a prática remota não tende ser algo que irá cessar, mesmo após o fim da pandemia.

De acordo com Viana (2020) a pandemia da COVID-19 impactou de forma direta na necessidade de procurar atendimento psicológico on-line. Aliado ao agravamento de emergências emocionais durante esse período, também houve uma grande redução do sistema de políticas públicas e de assistência social por conta dos decretos que reduziram a circulação. Ainda de acordo com o autor, a redução desses serviços que forneciam suporte para famílias limitou as possibilidades desses indivíduos para encontrar suporte psicológico.

O isolamento social frente à alta taxa de transmissão da COVID-19 colocou a possibilidade de estar em acolhimento psicológico como uma saída para a carga de angústias, elaboração de incômodos e do novo panorama social (PEREIRA *et al.*, 2021). O PP realizado nesse contexto possibilita que o psicólogo auxilie o sujeito na identificação e criação de sua rede apoio, de uma forma que não seja invasiva, sempre atento às necessidades atuais, a fim de mitigar os efeitos do estresse que o paciente vivencia e orientar para a busca de informações e serviços disponíveis que possam proteger e reduzir o indivíduo de danos suplementares (PEREIRA *et al.*, 2021; MELO *et al.*, 2020).

O atendimento psicológico on-line, não só no contexto do PP, mas atentando-se à modalidade, desloca o psicólogo plantonista a ampliar o seu olhar para a realidade do paciente, uma vez que aquele indivíduo muitas vezes chega até o serviço por meio da divulgação pelas redes sociais, desta forma este não se limita mais a regiões próximas à realidade do próprio profissional (PAIVA; NASCIMENTO, 2020). Ainda de acordo com as autoras, o psicólogo se depara com uma variedade imensa de sofrimentos e angústias, com perfis distintos e realidades

diversas, não podendo se limitar a práticas de manejo anteriores ao atual contexto, usando o espaço do plantão de forma ainda mais ampla e pontual no que diz respeito às demandas.

Já a escuta no PP on-line precisa ser, em certa medida, mais apurada considerando certas limitações que o paciente pode apresentar diante de recursos tecnológicos e eventuais imprevistos, é necessária uma adaptação, que para além dos preceitos éticos, também precisa garantir uma proximidade que é característica do atendimento presencial (PAIVA; NASCIMENTO, 2020).

Ademais, nos relatos feitos por profissionais que realizaram atendimento no PP On-line durante o contexto de pandemia (PAIVA; NASCIMENTO, 2020), é notável que o momento exige do plantão uma prática próxima daquele que precisa da escuta e do acolhimento, ou seja, um serviço que, presencialmente é por si só desafiador, atualmente, o modelo on-line demanda uma dose de coragem ainda maior daqueles que embarcam na tarefa de pensar e exercer a proposta.

PLANTÃO PSICOLÓGICO: O ENCONTRO COM A EMERGÊNCIA

É justo começar este tópico com uma metáfora feita por Contardo Calligaris (2021, p.67) em seu livro *Cartas para um jovem terapeuta: reflexões para psicoterapeutas, aspirantes e curiosos* “Com seus altos e baixos, imagine nossa vida como uma breve passagem por um circuito de montanhas-russas. Quem atravessasse a experiência anestesiado, sem gritos, pavor e risos, teria jogado fora o dinheiro do bilhete”. O PP acolhe a pessoa no momento em que ela está passando por sua montanha-russa, muitas vezes anestesiada, com medo e em intensa situação de angústia, pois como apresenta Doescher e Henriques (2012), o PP é uma intervenção que procura acolher o indivíduo no exato momento de sua emergência, para que o paciente possa entrar em contato com seus sentimentos.

Ticiania Paiva (2019) faz um paralelo entre PP e o acolhimento de pessoas em situação de emergências pós-desastres. De acordo com a autora, o atendimento do plantão se aproxima das intervenções feitas em contextos de desastres por precisarem de elementos que vão para além da abordagem escolhida pelo terapeuta, é necessária uma atitude terapêutica por parte do psicólogo que se propõe a desenvolvê-la com a pessoa para que aquele atendimento seja significativo, independente do formato que o serviço esteja estruturado.

O atendimento de emergência tem como finalidade acolher o indivíduo em situação de fragilidade psíquica intensa (STERIAN, 2003). O paciente que chega ao plantão muitas vezes

está sofrendo com demandas como: separação do cônjuge, luto, desemprego, ideação suicida, etc. (PAIVA, 2019).

A emergência não aparece para o plantonista apenas em situações extremas de desastres, mas também podem aparecer na fala e naquilo que o paciente não diz e é nesse momento que o terapeuta precisa se atentar ao que está encoberto, disfarçado na enunciação e nos intervalos dessa enunciação, pois como aponta Lacan (1953/1998, p. 248) a “fala plena” deixa escapar, para além do vazio daquele que diz, o apelo do sujeito à verdade.

Emergência e PP podem estar ligados à clínica, mas em sua maioria o paciente que está em emergência emocional pode estar fora do *setting* e essa demanda está relacionada a emoções súbitas, que aparecem em risco iminente e resposta ao perigo (PAIVA, 2020). Aliado a este tema está os “Primeiros auxílios psicológicos” ou “Primeiros socorros psicológicos” (PSP), tendo como objetivo nos primeiros socorros psicológicos “aliviar as manifestações sintomáticas e o sofrimento, reduzindo os sentimentos de anormalidade e de enfermidade” (BRUCK, 2007, p.7).

Que em termos de prática, há um movimento muito parecido na postura daquele que presta o serviço de PP e o profissional que está em campo realizando o PSP, o movimento empático, ocupar o lugar daquele outro para compreender como ajudá-lo a criar um espaço de possibilidades (PAIVA, 2020; BRUCK, 2007).

Ademais, é possível perceber que atualmente, em uma situação de isolamento em meio à pandemia, vulnerabilidades tendem a se agravar, a aparecer com mais frequência nos atendimentos, assim é importante que um profissional saiba prestar os PSP e manejar estressores (PAIVA, 2020), principalmente, quando levamos em conta que paciente em vulnerabilidade e emergência são perfis para atendimento do PP (PAIVA; NASCIMENTO, 2020).

PSICANÁLISE APLICADA AO PLANTÃO PSICOLÓGICO

No exercício da psicanálise é possível perceber a incidência dos fenômenos fundamentais dos quais a prática lança mão, sendo eles o inconsciente, a associação livre, a transferência e a resistência (KOBORI, 2013). No que se refere a transferência, esta foi identificada primeiramente por Freud na paciente Anna O. e descrita em *Estudos sobre a histeria* como uma forma de resistência, um obstáculo para a análise (ZIMERMAN, 1999). Porém, em 1909, em *Homem do Ratos*, Freud apresenta a transferência como “penoso, porém necessário”, bem como um agente terapêutico (ZIMERMAN, 1999, p. 332).

Isto posto, Wolodarski (1990, p.110) argumenta que a experiência da transferência está inclusa na análise e isso pressupõe que “a idéia é devolver ao sujeito sua própria mensagem no momento em que ele esteja em condições de escutá-la, sem que desperte nele, se não sua aceitação, ao menos não uma violenta resistência”. Caso não seja possível apresentar tal dispositivo, o psicanalista se propõe a ser mais um objeto comum oferecido como parte do tratamento (SIMÕES, 2011).

Pensar a relação dos fenômenos transferenciais e o pronto atendimento psicológico pode parecer algo distante e desinteressante em termos técnicos para um plantonista, uma vez que, o número reduzido de atendimentos ou até mesmo um atendimento único, pode não gerar um estabelecimento de vínculo suficiente e necessário para a experiência, ou vivência da transferência das figuras parentais (ROUDINESCO; PLON, 1998).

Porém, a psicanálise aplicada em contextos institucionais, bem como ao PP, experimenta uma "ampliação e modificação em novas contextualizações sem que se perca a referência ao *ethos* psicanalítico" (Soares, 2005, p. 595). Sendo assim, ao fazer psicanálise em espaços institucionais, não há necessidade de alterar preceitos clínicos e deve ser encarada como uma atitude de conversação e escuta. Dessa forma, é possível relacionar a psicanálise nas instituições e a análise psicanalítica no contexto de atendimento de PP (ORTOLAN *et al.*, 2019).

Neste sentido, o plantonista que olhar para o paciente pela ótica da psicanálise, será capaz de ver o querer dizer, poderá tratar a transferência para além da projeção de figuras parentais, trazendo o conceito para a dimensão simbólica, a fim de se dispor a uma posição de querer saber em um serviço que endereça a atender demandas emergenciais do sujeito (SIMÕES, 2011).

A TRANSPOSIÇÃO DO PLANTÃO PSICOLÓGICO PRESENCIAL PARA A MODALIDADE REMOTA

O serviço de Plantão Psicológico foi implantado em 2014 na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no Laboratório Serviço de Psicologia Aplicada (LabSPA), Clínica-Escola, com ênfase na abordagem Psicanalítica. O serviço foi proposto como projeto de extensão, aliado a uma proposta de estágio supervisionado, com o objetivo de reduzir a fila de espera de pacientes do LabSPA.

Em fevereiro de 2020, com a crise sanitária da COVID-19, o PP, que consistia na porta de entrada da Clínica-Escola de Psicologia da UFGD precisou ser suspenso e com a retomada

do ano letivo em março de 2021 na modalidade remota, o serviço também sofreu adaptações, com a necessidade de adequar às normativas do Conselho Federal de Psicologia (2020), bem como do LabSPA para o atendimento on-line, sendo que a inscrição dos pacientes para acompanhamento/acolhimento psicológico passa a ser realizada por meio de um formulário on-line. Desta forma, o grupo decidiu divulgar por meio das redes sociais para a população, informações sobre o que de fato era o serviço, as principais diferenças entre a psicoterapia e o perfil do paciente que, comumente, poderia se beneficiar do PP.

PLANTÃO PSICOLÓGICO: EXPERIÊNCIA E PRÁTICA

Na UFGD, o PP se fez necessário para abrandar a fila de espera da Clínica-Escola, mas poderia ter sido criado no centro de convivência, no Hospital Universitário ou até mesmo em uma rodoviária. Afinal, o serviço surge como uma forma de se suplantar necessidades tanto da população quanto da formação acadêmica (PAPARELLI; NOGUEIRA-MARTINS, 2007).

Para além da estrutura, a postura adotada pelo terapeuta também define o serviço. As intervenções são pontuais, portando, dias e horários são definidos para que os plantonistas fiquem à disposição da comunidade, tendo como ponto focal esclarecer e acolher demandas emergenciais (ROCHA, 2011). De acordo com a autora:

A escuta é uma oferta do facilitador. Ouvir a pessoa que traz um problema, como ela está, como lida com o que a incomoda, que alternativas está podendo vislumbrar ou não. É a partir dessa escuta que as intervenções do terapeuta são produzidas e comunicadas como a compreensão daquilo que lhe foi dito. (ROCHA, 2011, p. 122).

O atendimento do PP não tem como objetivo por um fim à crise, mas por meio da escuta empática e acolhimento, o psicólogo pode dar vazão e amenizar o sofrimento (CFP/CRP 11, 2020). Tem-se como propósito facilitar o posicionamento do paciente a partir de seu sofrimento, podendo decidir se o atendimento será direcionado para um aconselhamento, orientação ou psicoterapia (REBOUÇAS; DUTRA, 2010). Ainda de acordo com os autores, é preciso ter em mente, que nem todos os pacientes que procuram pelo serviço estão à procura ou precisam de psicoterapia, talvez algumas demandas podem estar relacionadas a pessoas que precisam de uma escuta ou um momento acolhedor, para que se sintam realmente ouvidas, colocando aquilo que as tem causado angústia, desta forma, podem ampliar a clareza seu nível de consciência e o que estão vivenciando.

A fala do paciente é um elemento importante a se trabalhar no atendimento do PP. Por vezes, mesmo em situação de vulnerabilidade, foi possível observar certa dificuldade em expressar aquilo que de fato a situação significava e como afetava seu cotidiano. Alguns pacientes choram bastante, outros falam muito pouco, há também aqueles que falam, porém

deixam de lado a queixa. Dessa forma, o plantonista pode usar o que está disponível naquilo que conseguiu captar, manter-se junto a ele, sempre tentando avaliar os recursos disponíveis (MAHFOUD *et al.*, 1999).

A partir da experiência do PP na Clínica-Escola da UFGD, os pacientes que chegam para o atendimento do plantão têm vários perfis, algumas demandas não ficam claras na primeira sessão, precisando, por vezes, que o paciente volte para mais uma conversa. Um levantamento feito das principais queixas apresentadas pelos pacientes na Clínica-Escola UFGD versam sobre: queixas emocionais/psicológicas relacionadas com autoestima, medo, estresse emocional entre outros agravantes; Conflitos familiares/conjugais; Queixas Psiquiátricas; Problemas de Desempenho (trabalho/escola/lar) (ALCÂNTARA; SANTOS; STALIANO, 2021).

Foi possível perceber que há de fato uma diferença importante entre um atendimento do PP e uma sessão de psicoterapia que está para além do tempo que cada um pode levar. O aluno plantonista precisa estar sempre atento à fala do paciente para que as intervenções sejam pontuais de forma a aproveitar o tempo para intervir nas demandas emergenciais. Apesar de breve e pontual, o PP lida com diversos desafios de acordo com Gomes (2012), sendo eles:

- a) trabalho com o não planejado, o inusitado, o novo e o que difere;
 - b) atendimento da demanda em contextos com intervenção imediata a partir da análise da situação de crise;
 - c) encaminhamento para um serviço adequado quando necessário;
 - d) auxílio na tolerância para a espera de um atendimento psicológico convencional.
- (GOMES, 2012, p.52)

Desta forma, o plantonista deve estar preparado para atender demandas inesperadas, sem antecipações ou preparações; demandas das mais diversas naturezas e, principalmente, estar preparado para escutá-las a partir de um olhar empático, para que o encontro possibilite o desenrolar, mesmo que prévio, da demanda mais emergente do paciente (CFP/CRP 11, 2020).

No que cerne o campo da abordagem, apesar de o PP ter sido criado pautado na Abordagem Centrada na Pessoa, realizar o PP em Psicanálise é uma forma de aplicar o método psicanalítico e pensar sobre a estrutura, economia e destino, tendo em mente as possibilidades de adaptação da análise. Ou seja, realizar o PP à luz da Psicanálise não só é possível para a própria teoria, como na prática. O paciente que está diante do plantonista, para além de uma abordagem, precisa de um acolhimento, posturas éticas e uma prática empática.

Um elemento importante da psicanálise que pode ser percebido no momento do plantão é a dinâmica da transferência. Apesar de o atendimento poder ser único, é possível que o

plantonista se torne um facilitador, exigindo um posicionamento deste diante do discurso do paciente. Sendo assim, Freud aponta que:

Tornamos a compulsão inócua, e na verdade útil, concedendo-lhe o direito de afirmar-se num campo definido. Admitimo-la à transferência como a um playground no qual lhe é permitido expandir-se em liberdade quase completa e no qual se espera que nos apresente tudo no tocante à pulsões patogênicas, que se acha oculto na mente do paciente. (FREUD, 1914/1980, p. 201).

Em relação ao PP On-line, foi possível observar que ainda falta comunicação com a comunidade sobre o que de fato é um atendimento de plantão e quando procurar o serviço. Ticiania Paiva (2020) na live “*Plantão Psicológico On-line*” aponta que o serviço precisa ser comunicado da forma correta para que as pessoas saibam que ele exista e para que procurem por ele.

Além de já lidar com demandas inesperadas, foi possível observar que o atendimento on-line trouxe a necessidade de se adaptar com o inesperado das tecnologias. O atendimento depende da condição da conexão com a internet do paciente, ou até mesmo a do próprio plantonista, visto que instabilidades podem acontecer. A Psicóloga Fabiana Nascimento traz para a discussão o fato de que muitas vezes, devido às vulnerabilidades não apenas psíquicas, mas também sociais do paciente, o PP On-line muitas vezes ocorre por meio apenas de chamada de voz, exigindo uma atenção ainda maior para o discurso daquele que fala, precisando encontrar na voz aquilo que não se pode ver a partir do vídeo (PAIVA; NASCIMENTO, 2020).

Ademais, a experiência de estágio em PP, seja ele on-line ou presencial, é um encontro com emergências do indivíduo, o papel do plantonista é se colocar à disposição para acolher o inesperado, compreender a demanda, encontrar possibilidades e fazer daquela sessão algo que possa ser significativo a ponto da pessoa se sentir confortável em tentar uma solução a partir da mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do exposto é possível concluir que o PP é um serviço que pode se inserir em contextos diversos e vem sendo uma modalidade importante para lidar com demandas emergenciais. Ao que diz respeito a sua intervenção, é importante destacar a diferença do serviço com a psicoterapia/análise. O PP é um serviço que apresenta intervenção pontual e direcionada para a demanda mais emergencial do paciente naquele momento, procurando acolher suas angústias, definir redes de apoio e fatores de risco.

A partir do que se discutiu sobre o caso atendido e as possibilidades do uso da psicanálise tanto como abordagem para o PP como possibilidade para atendimento on-line, é

possível afirmar que ambos funcionam em conjunto com o objetivo em comum de oferecer uma escuta atenta e especializada ao paciente em sofrimento, usando dos mecanismos da abordagem psicanalítica para que o processo seja ainda mais natural e com convicção teórica suficiente para uma intervenção de emergência.

A respeito do PP on-line em si, é seguro dizer que, ao considerar o contexto atual, em que as vulnerabilidades se agravam, o PP se torna uma ferramenta essencial para o manejo das emergências que surgem nesse cenário. Apesar das dificuldades que a modalidade on-line pode trazer, o inesperado faz parte do cotidiano do serviço.

REFERÊNCIAS:

ALCÂNTARA, M. R.; SANTOS, D. V.; STALIANO, P. Plantão Psicológico: porta de entrada dos serviços de psicologia em uma clínica-escola. *In*: BATISTA, C. E. R. B.; FERREIRA, E. M. (org.). **Psicologia em foco: fundamentos, práxis e transformações**. Rio de Janeiro: Editora Publicar, 2021. p. 397-408

BRUCK, N. R. V. **A Psicologia das Emergências: Um estudo sobre angústias e o dramático cotidiano do trauma**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CALLIGARIS, C. **Cartas a um jovem terapeuta: o que é importante para ter sucesso profissional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

CARDOSO, C. L. **O Plantão Psicológico em Tempos de Pandemia**. Curitiba: CRV, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. CRP-11. Parecer a Respeito das práticas das Profissões de Psicologia no Contexto do Plantão Psicológico. 20 de Fevereiro de 2020. Disponível em: <http://crp11.org.br/upload/Parecer%20Plant%C3%A3o%20COF%20%20FINAL.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - Resolução do exercício profissional nº 11, de 11 de maio de 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/14132490/do1-2018-05-14-resolucao-n-11-de-11-de-maio-de-2018-14132486

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Práticas e estágios remotos em Psicologia no contexto da pandemia da Covid-19: Recomendações, 2020. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Caderno-de-orientac%CC%A7o%CC%83esformac%CC%A7a%CC%83o-e-esta%CC%81gios_FINAL2_com_ISBN_FC.pdf

DOESCHER, A. M. L; HENRIQUES, W. M. Plantão Psicológico: Um encontro com o outro na urgência. **Psicologia em Estudo**. v. 17, n. 4, p. 717-723, 2012.

FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1914/1990, p. 189-203.

GOMES, F. M. D. Plantão psicológico: atendimentos em situações de crise. São Paulo. **Vínculo**, v.9, n.2, p. 241-249, 2012.

KOBORI, E. T. Algumas considerações sobre o termo Psicanálise Aplicada e o Método Psicanalítico na análise da Cultura. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 12, n. 2, p. 73–81, 2013.

LACAN, J. **Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1 Ed. 1953/1998.

MAHFOUD, M. *et al.* **Plantão Psicológico: novos horizontes**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 1999.

MELO, B. D. *et al.* **Recomendações aos Psicólogos para o atendimento online**. FioCruz: Ministério da Saúde, 2020.

ORTOLAN, M. *et al.* Possibilidade da psicanálise no serviço de plantão psicológico: um lugar de retificação subjetiva. **Stylus**, n. 39, p. 147–158, 2019.

PAIVA, T. (17 de dezembro de 2019) **Aula 2: Por dentro do Plantão Psicológico**. [Vídeo]. YouTube. <https://youtu.be/PQWyHH9n0v8>

PAIVA, T. (3 de abril de 2020) **3 erros do Psicólogo no online**. [Vídeo]. YouTube. <https://youtu.be/yXOK7CulwQo>

PAIVA, T; NASCIMENTO; F. (18 de março de 2020) **Plantão Psicológico Online?** [Vídeo]. YouTube. <https://youtu.be/ntD2psNYMfg>

PAPARELLI, R. B.; NOGUEIRA-MARTINS, M. C. F. Psicólogos em formação: vivências e demandas em plantão psicológico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 1, p. 64–79, 2007.

PEREIRA. G. I. L. *et al.* Plantão Psicológico Psicanalítico e Diagnóstico: Relato de um Caso de Clínico. **Psicologia em Foco**, v. 6, n. 1, p.115-32, 2016.

PEREIRA. M. M. Plantão Psicológico: A prática do acolhimento on-line durante a pandemia da COVID-19. **Revista de extensão da UPE**. v. 6, n. esp, p. 39-51, 2021.

REBOUÇAS, M. S. S; DUTRA, E. Plantão psicológico: uma prática clínica da contemporaneidade. **Revista Abordagem Gestáltica**, v.16, n.1, p. 19-28, 2010.

ROCHA, M. C. Plantão Psicológico e Triage: Aproximações e Distanciamentos. **Revista de Nufen**. v. 1, n. 1, p. 119-134, 2011.

ROSÁRIO, A. B.; KYRILLOS NETO, F. Plantão Psicológico em uma clínica-escola de Psicologia: Saúde Pública e Psicanálise. **A peste**. v. 7, n. 1, p. 37-48, 2015.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar. 1. Ed, 1998.

SOARES, T. C. “A vida é mais forte do que as teorias” o psicólogo nos serviços de atenção primária à saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 25, n. 4, p. 590–601, 2005.

SCORSOLINI-COMIN, F. Plantão Psicológico e o cuidado na urgência: panorama de pesquisa e intervenções. **Psicologia USF**, v. 20, n. 1, p. 163-173, 2015.

SIMÕES, C. L. F. **A clínica da urgência subjetiva: efeitos da psicanálise em um pronto-atendimento**. Tese (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SOUZA, B. N; SOUZA, A. M. Plantão Psicológico no Brasil (1997-2009): Saberes e práticas compartilhados. **Estudos de Psicologia**, v. 28, n. 2, p. 241-249, 2011.

STERIAN, A. **Emergências Psiquiátricas: Uma abordagem psicanalítica**. São Paulo: casa do psicólogo, 2003.

TASSINARI, M. A. **A Clínica da urgência psicológica: Contribuições da Abordagem Centrada na Pessoa**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2003.

VIANA, D. M. Atendimento Psicológico Online no Contexto da Pandemia de Covid-19. **Cadernos Especiais Ceará**, v. 14, n. 1, p. 74-79, 2020.

WOLODARSKI, Diana. Transferencia en la urgencia. In: BIALER, M.; BLANCO, B.; DREYZIN, A. **La urgencia: el psicoanalista em la práctica hospitalaria**. Buenos Aires: Ricardo Vergara Ediciones, 1990. p. 109-113.

WOOD, J. Prefácio In: MAHFOUD, M. *et al.* **Plantão Psicológico: novos horizontes**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2012. p. 9-11.

ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica: uma abordagem didática**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

CAPÍTULO 12

USABILIDADE DE QUESTIONÁRIOS PSICOMÉTRICOS EM APLICATIVOS *MOBILE*: UM ESTUDO DE CASO

Alessandro Vieira dos Reis
Suzana da Rosa Tolfo
Maurício Priori
Carlos Toro

RESUMO

Questionários para coleta de dados em aplicativos *mobile* representam um desafio tanto em termos de Design quanto em Psicometria. Os instrumentos psicométricos possuem critérios científicos de validade, e a adaptação desses para meios digitais, especialmente em celulares, oferece dificuldades, especialmente no que tange à usabilidade da interface. Diante disso, esta pesquisa objetivou investigar as melhores práticas no que diz respeito a como inserir instrumentos psicométricos em aplicativos *mobile* buscando validade psicométrica e usabilidade de design. Para isso, foi realizado um estudo de caso baseado no aplicativo sobre Violência, Discriminação e Assédio desenvolvido pelos autores para disseminar informação sobre o assédio moral, sexual e discriminações no trabalho. Constam como principais resultados: a) orientações sobre como promover a usabilidade de questionários online tanto como critério de design quanto de psicometria; b) uma discussão de lições aprendidas no projeto.

PALAVRAS-CHAVE: Psicometria; Design de Interação; Usabilidade; Desenvolvimento Web.

INTRODUÇÃO

A Avaliação Psicológica consiste em um campo da Psicologia regulamentado pela Lei Federal nº 4119 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962), que aborda aspectos cognitivos e comportamentais dos clientes/paciente; podendo ser descrita também como um método de exame capaz de aferir ou dimensionar fenômenos e processos psíquicos (ALCHIERI; CRUZ, 2009). Nesse contexto, a Psicometria consiste no ramo da pesquisa e intervenção quantitativa em Psicologia que envolve a aplicação da teoria da medida na avaliação psicológica (PASQUALI, 2009), a partir de possui três elementos: teórica, analítica e empírica (BORSBOOM, 2009). Ainda segundo Borsboom, a parte empírica da Psicometria dedica-se às formas de coletas de dados; a analítica, à modelagem de dados para tratamento; e a teórica, à aprimorar os conceitos da Psicologia. Já em termos de processos de trabalho, a Psicometria envolve fundamentalmente a criação e a adaptação de instrumentos e metodologias para coleta

e análise de dados, sendo a maioria desses quantitativos, coletados via questionários de auto-relato.

Todo instrumento psicométrico precisa passar por um processo de validação científica para atestar sua eficácia e eficiência, isto é, demonstrar que é capaz de explicar e mesmo prever fenômenos psicológicos (COLUCI; ALEXANDRE; MILANI, 2015). Segundo Primi, Muniz e Nunes (2009), a validade do instrumento pode ser atestada por diferentes tipos de evidências: de conteúdo, por critério (ou resultados), por estrutura interna, por consequências da testagem, etc. Dentre esses critérios, destacam-se: a confiabilidade, que mede sua eficácia mediante aplicação em diversos casos, e a precisão, que mede a consistência dos resultados dos testes ao longo do tempo (SOUZA; GUIRARDELLO, 2017). Em outras palavras, a validade de um teste assume dois aspectos: ele é *confiável* quando as evidências demonstram que ele é eficaz em medir o que se propõe a medir; e é *preciso* quando diferentes medidas ao longo do tempo demonstram estabilidade de resultados.

A usabilidade apresenta-se como uma categoria menos comentada de evidências de validade psicométrica, dizendo respeito à forma como se dará a interação sensório-motora do sujeito e o instrumento de coleta, enfocando temas como legibilidade, compreensibilidade, acessibilidade, etc (SOUZA et al, 2021). Historicamente, os instrumentos psicométricos são apresentados em papel, para serem respondidos presencialmente com lápis ou caneta. Mas a parte empírica da Psicometria, isto é, a coleta de dados, também pode se dar via mídias digitais. Por exemplo, questionários online a serem respondidos em *desktop* ou dispositivos *mobile*. Essa segunda forma de aplicação dos instrumentos psicométricos apresenta desafios na coleta de dados via dispositivos como celulares. Desafios como estabelecer um eficiente design de interface para os instrumentos de coleta, que aumente a chance dos sujeitos responderem o instrumento; e a segurança do processo de coleta, transmissão, armazenamento e acesso aos dados, o que envolve desenvolvimento de sistemas de *software*.

Diante da problemática da usabilidade digital de instrumentos psicométricos, o objetivo desta pesquisa é levantar as melhores práticas, em design e desenvolvimento de software, para a criação de instrumentos psicométricos para uso em dispositivos *mobile*. Os autores desta pesquisa entendem que, aplicando tais princípios, pesquisadores obterão resultados mais efetivos no que diz respeito à coleta de dados psicométricos via celulares e afins, colaborando com a validade científica dos instrumentos. Para alcançar o objetivo da pesquisa, foi empreendido um estudo de caso do aplicativo sobre Violência, Discriminação e Assédio (VDA), desenvolvido pelos autores e idealizado pelo Ministério Público do Trabalho do Estado

de São Paulo e a Organização Internacional do Trabalho, contando também com a consultoria de pesquisadores em Psicologia da UFSC e da UNICAMP. O projeto envolveu desde a concepção ao lançamento do aplicativo, que contém dois testes psicométricos adaptados para meio *mobile*. Os aprendizados obtidos por meio do projeto são compartilhados no presente capítulo. Não faz parte do escopo deste capítulo, contudo, apresentar uma metodologia detalhada de desenvolvimento de aplicativos, tampouco expor em profundidade o design e o desenvolvimento de software.

QUESTIONÁRIOS EM APLICATIVOS

Desenvolvimento de aplicativos mobile

Segundo Hiremath e Kenchakkanavar (2016), a Internet pode ser dividida, até o início da década de 2020, em três fases. A Internet para uso popular começou no final dos anos 1990, sobretudo com computadores de gabinete. Trata-se da Internet 1.0. No final dos anos 2000s, surge a internet em dispositivos móveis, a Internet 2.0. Na década de 2010, a internet *mobile* ganha uma nova expressão: as redes sociais. Trata-se da Internet 3.0, caracterizada pelos usuários produzirem conteúdos midiáticos em redes sociais, com o predomínio de aplicativos *mobile*, especialmente usados em *smartphones*. A terceira fase da Internet também tem por característica uma gigantesca quantidade de dados produzidos por usuários em ambientes físicos variados. A maior parte dos dados coletados se dá de maneira espontânea, como monitoramento de trânsito entre sites, acesso a conteúdos, etc.

Destaca-se neste capítulo a coleta de dados via questionários *online*. Essa forma de coleta de dados do usuário costuma apresentar dificuldades que giram em torno do design de interface mais apropriado para aumentar as chances de uma coleta de dados bem sucedida. Nesse contexto, encontra-se o campo conhecido como *User Experience* (UX), ramo do Design dedicado ao estudo de como o usuário interage com o seu produto ou serviço a partir dos elementos disponibilizados e dedica-se à questão da usabilidade, definível como a eficiência da interface em comunicar-se com usuário, mas também aos aspectos psicológicos do usuário, como satisfação (HOUSE, 2020). Por outro lado, a sigla UI significa *User Interface*, em português, Interface do Usuário. Nesse sentido, a UI significa, no design de aplicativos, tudo aquilo que é utilizado na interação com um produto (AELA, 2019). De certa forma, UX Design abordará as experiências e macrointerações do usuário, ao mesmo tempo em que UI Design abordará as microinterações em um produto ou serviço.

Para que a UX e a UI estejam garantidas durante o desenvolvimento de um produto digital até sua versão final, alguns processos e métodos são utilizados. No âmbito do UX Design, algumas abordagens comuns são: as entrevistas com *stakeholders* e usuários, a aplicação da análise heurística, a construção de personas e o mapeamento da jornada do usuário (AELA, 2019). Além disso, é possível aplicar princípios da psicologia para a construção de produtos e experiências mais intuitivas e centradas no ser-humano (UX SALON, 2021). Já no âmbito da UI existem sistemas e linguagens de design responsáveis por garantir, através de regras e recomendações práticas, consistência visual em produtos digitais como aplicativos e websites. Entre esses, está o Material Design, linguagem criada pela Google em 2014 e fundamentada amplamente em suas aplicações. A linguagem Material Design estabelece *guidelines* e abordagens a serem seguidas na criação de uma interface, englobando recomendações gerais de tipografia, legibilidade e hierarquia de texto, sistemas de cores, iconografia, layout, além de interações e animações.

Um dos principais desafios da UX para aplicativos *mobile* diz respeito a questionários, dada a pouca aderência comum de usuários da internet ao preenchimento de formulários e/ou a responder questionários e testes online. Os desafios consistem em criar um questionário compreensível e fazer o usuário se sentir estimulado a responder até o final. Segundo Enders (2016), uma boa UX *mobile* para questionários aumenta a legibilidade e compreensão do texto, o que colabora para evitar a distração do usuário, evitando assim a contaminação na coleta de dados; e também aumenta as chances do usuário persistir respondendo até o final do questionário.

Leis e normativas sobre coleta de dados em meios digitais

A Resolução nº 11/2018 do Conselho Federal de Psicologia regulamenta a realização de serviços psicológicos por meio de mídias digitais, aceitando apenas testes na lista de aprovados no Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2022). Dentre os serviços que demandam testes de uso exclusivo de psicólogos, encontram-se diagnósticos, processos seletivos e supervisões técnicas. Para fins de pesquisa, isto é, criação e adaptação de instrumentos psicométricos, os testes de uso público podem ser empregados, sob a condição de conformidade técnica com outras normativas do Conselho Federal de Psicologia. Dentre essas normativas, encontra-se a Nota Técnica 07/2019, onde o CFP preconiza que

existem testes que podem ser administrados no formato lápis e papel e testes que podem ser administrados de forma informatizada (ou seja, por meio de computador). No entanto, deve ser destacado que o formato de aplicação informatizada (mediada por computador) não se equivale a aplicação online (ou seja, de acesso remoto ou à

distância). Cabe à(o) psicóloga(o) a análise e estudo do manual do teste psicológico aprovado no Satepsi para identificar a forma de aplicação recomendada para o mesmo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p. 2).

Consta ainda na Resolução nº 11/2018: “Art. 2º - São autorizadas a prestação dos seguintes serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos da informação e comunicação, desde que não firam as disposições do Código de Ética Profissional”.

O Código de Ética dos psicólogos brasileiros não fala expressamente de desenvolvimento de tecnologias digitais de avaliação psicométrica. Mas há normativas gerais, como o Art. 16:

O psicólogo, na realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias: a) Avaliará os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger as pessoas, grupos, organizações e comunidades envolvidas; b) Garantirá o caráter voluntário da participação dos envolvidos, mediante consentimento livre e esclarecido, salvo nas situações previstas em legislação específica e respeitando os princípios deste Código; c) Garantirá o anonimato das pessoas, grupos ou organizações, salvo interesse manifesto destes; d) Garantirá o acesso das pessoas, grupos ou organizações aos resultados das pesquisas ou estudos, após seu encerramento, sempre que assim o desejarem (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2014, p. 14).

A *American Psychological Association* também oferece normativas para uso de instrumentos de coleta psicométrica via tecnologias digitais:

Os psicólogos são encorajados a garantir que a integridade das propriedades psicométricas do teste ou procedimento de avaliação (por exemplo, confiabilidade e validade) e as condições de administração indicadas no manual do teste sejam preservadas quando adaptadas para uso com tais tecnologias (...) outras formas possíveis de distração que podem afetar o desempenho durante uma avaliação e que podem não ser óbvias ou visíveis (por exemplo, visão, som e cheiro) ao utilizar tecnologias de telecomunicações¹⁴ (AMERICAN PSYCHOLOGY ASSOCIATION, 2013).

Observa-se na normativa da APA a preocupação com a usabilidade do questionário, expressa no cuidado demonstrado com o ambiente físico e sensorial de uso, destacando-se a eventual presença de estímulos que caracterizam distrações. Os preceitos éticos de pesquisa com seres humanos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022) também precisam ser cumpridos, o que implica na criação de um termo de privacidade do aplicativo, que inicia o processo de segurança dos dados; um termo de consentimento dado, que garante o caráter voluntário, não-coercitivo da participação na coleta de dados; no cuidado para que os dados colhidos não

¹⁴ No original em inglês: “*psychologists are encouraged to ensure that the integrity of the psychometric properties of the test or assessment procedure (e.g., reliability and validity) and the conditions of administration indicated in the test manual are preserved when adapted for use with such technologies (...) other possible forms of distraction which could affect performance during an assessment and which may not be obvious or visible (e.g., sight, sound, and smell) when utilizing telecommunication technologies*”.

permitam a identificação do respondente, o que garante o anonimato e o sigilo; e em oferecer *feedback* dos resultados da pesquisa aos participantes que solicitarem-no; dentre outras normas.

Por fim, o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, ou LGPD (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2018), que estabelece, em seu Artigo 18: para confirmar que seus dados pessoais estão sendo processados; para acessar seus dados pessoais; para corrigir dados pessoais incompletos, incorretos ou desatualizados; para anonimizar, bloquear ou excluir quaisquer dados pessoais desnecessários, excessivos ou não conformes; para solicitar que um controlador de dados mova seus dados pessoais para outro provedor de serviços ou produtos; para excluir seus dados pessoais; para receber informações sobre como seus dados pessoais foram compartilhados; para receber informações sobre seus direitos de não dar consentimento para processar seus dados pessoais; para retirar o consentimento para processar seus dados pessoais. O artigo 48 da LGPD estabelece que o controlador dos dados, isto é, a pessoa responsável pelo manejo e segurança, deve informar a autoridade nacional de proteção de dados e o titular dos dados, caso ocorra um incidente de segurança que possa resultar em dano ou risco relevante, em prazo razoável (conforme definido pela Agência Nacional de Proteção de Dados). O artigo 52 estabelece que a multa máxima por descumprimento da LGPD é de dois por cento da receita de uma empresa privada no Brasil, até o máximo de 50 milhões de reais.

A Tabela 1 resume as leis e normativas identificadas para a pesquisa psicométrica em meio digital:

Tabela 1 - Resumo de leis e normativas.

Deveres dos pesquisadores, conforme o CFP e a APA	Direitos dos participantes da pesquisa que fornecem dados, conforme o Ministério da Saúde	Direitos dos participantes da pesquisa que fornecem dados, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados
1 - Utilizar teste adequado do SATEPSI; 2 - Realizar uma avaliação prévia de riscos; 3 - Garantir aspecto voluntário; 4 - Garantir o anonimato; 5 - Proporcionar feedback aos envolvidos na pesquisa; 6 - Manter a integralidade do teste no meio digital; 7 - Reduzir riscos de distrações na aplicação.	1 - Garantia de privacidade e anonimato; 2 - Acesso a um termo de consentimento livre e esclarecido adequado, que devem ser aceito antes da coleta; 3 - Sigilo e segurança dos dados coletados; 4 - Feedback dos resultados deve estar disponível.	1 - Receber confirmação de que seus dados estão sendo usados; 2 - Acessar seus dados; 3 - Corrigir dados pessoais; 4 - Solicitar uma cópia de seus dados; 5 - Excluir seus dados da pesquisa; 6 - Retirar seu consentimento à pesquisa; 7 - Ser informado se houver problemas, como falhas na segurança dos dados.

Fonte: adaptado de Conselho Federal de Psicologia (2019); *American Psychology Association* (2013); Ministério da Saúde (2022) e Presidência da República (2018).

SOBRE O APLICATIVO ESTUDADO

O desenvolvimento do aplicativo partiu de uma iniciativa do Ministério Público do Trabalho do estado de São Paulo (MPT-SP) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A concepção foi iniciada em março de 2021, envolvendo a equipe desenvolvedora apoiada por pesquisadores da UFSC e da UNICAMP dedicados à temática de Violências, Discriminação e Assédio no trabalho. O desenvolvimento propriamente dito foi iniciado em agosto de 2021 e encerrado em fevereiro de 2022.

O público-alvo do aplicativo sobre VDA consiste em trabalhadores de organizações públicas, privadas e do terceiro setor, docentes, técnicos e discentes da academia, que atuam na prevenção, orientação e na garantia de direitos dos trabalhadores quanto a VDA. Os objetivos do aplicativo, conforme estabelecidos pelo MPT e pela OIT, são informar o público quanto a seus direitos em situações de VDA, desenvolvendo assim a percepção apropriada das mesmas.

Foram estabelecidos, pelos consultores da UFSC e da UNICAMP, os seguintes requisitos básicos do aplicativo: 1) ser acessível em quaisquer celulares Android¹⁵, de modo a não excluir pessoas com dispositivos menos sofisticados; 2) não demandar login e senha, nem internet para uso, por questão de sigilo do usuário; 3) não possuir prazo para ser concluído; 4) ser emocionalmente significativo para os utilizadores, com respeito e cuidado com temáticas delicadas abordadas em VDA; 5) promover acolhimento, informar quanto à VDA, e assim prevenir ocorrências, bem como dar suporte à decisão a respeito de denunciar casos.

Violências, discriminações e assédio no Trabalho

Durante a 108ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho realizada em Genebra/Suíça, em junho de 2019, foram aprovadas a Convenção 190 e a Recomendação 206 que definem e propõem a eliminação da violência e do assédio relacionados ao trabalho (OIT, 2019). Estes problemas caracterizam ameaças, comportamentos e/ou práticas inadequados, manifestados uma única vez ou repetidamente contra indivíduos ou grupos/equipes, que, geralmente, apresentam como consequência danos físicos, psicológicos, econômicos ou sexuais.

As normativas citadas asseveram princípios fundamentais, como o de que todas as pessoas têm direito a locais de trabalho livres de violências, assédios e discriminações. Visando contribuir para a divulgação da matéria, para o respeito mútuo e a dignidade humana no

¹⁵ O desenvolvimento para iPhone foi descartado pelos custos relacionados à loja Apple, bem como a apenas cerca de 10% da população possuir iPhones, dado o preço do aparelho.

trabalho, para instrumentalizar ações preventivas, de assistência e coibidoras de más práticas, e para a sensibilização que promova a adesão à Convenção, o grupo de especialistas do Departamento de Psicologia da UFSC e da UNICAMP elaborou, por solicitação da Coordenadoria de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (COORDIGULADADE) do MPT/SP, um livro (OLIVEIRA; TOLFO; HELOANI; CHINELATO, 2020), com informações e orientações sobre as temáticas violência, discriminação e assédio no trabalho, considerando os importantes documentos elaborados pela OIT.

Em continuidade ao lançamento do livro e às atividades que alguns desses participantes do grupo de trabalho vem desenvolvendo sobre os mesmos temas há mais de 15 anos, identificou-se que o planejamento e a execução de um aplicativo sobre VDA mostraria-se como uma ferramenta com potencial de ampla utilização por trabalhadores, gestores, acadêmicos, e demais membros da sociedade civil. Por seu lado, o aplicativo sobre VDA representa uma ferramenta importante para o MPT para, por meio da COORDIGUALDADE, melhor responder e/ou incluir minorias e cidadãos(ãs) discriminados(as) no mercado de trabalho que por suas condições encontram entraves em exercer sua cidadania plena, como pretos, pessoas com deficiência, mulheres, indígenas, LGBT's, dentre outros.

Os conteúdos contemplados no aplicativo são os temas abordados pela convenção 190 da OIT, além de alguns outros, utilizando-se de diferentes procedimentos de reciprocidade de informações: 1) um conjunto de 11 histórias interativas, elaboradas com base em referencial teórico sobre VDA, que permitem ao usuário identificar similaridades com suas situações de trabalho, de modo a propiciar conhecimento e autopercepção dos problemas relacionados a violências e discriminações; 2) dois questionários que permitam ao respondente perceber indícios relativos às suas vivências de violências, discriminações, assédios e saúde ou sofrimento mental; 3) sistema de busca por informações técnico-científicas sobre os temas abordados no aplicativo; 4) acesso a canais de denúncia para reportar possíveis casos de violência.

Fica estabelecida a futura utilização dos dados coletados pelos questionários por instituições e profissionais conforme previamente definido pela COORDIGUALDADE, pelo MPT-SP e pela OIT com fins de produção acadêmica ou para ações e políticas públicas.

Questionários Psicométricos empregados

Faz parte do aplicativo desenvolvido a coleta de dados dos usuários via dois questionários de natureza psicométrica. A coleta, iniciada depois do aceite no Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido, é de caráter opcional, sendo apenas incentivada com dizeres na interface como: “*Quer nos ajudar a realizar uma pesquisa? Clique aqui*”. A coleta também é anônima, de tal modo que se torna impossível identificar o respondente.

Os dois questionários são: a) NAQ: *Negative Acts Questionnaire* (UNIVERSIDADE DE BERGEN, 2018), instrumento que coleta dados sobre atos ou fatos negativos ocorridos no trabalho, formado por 37 itens que admitem como respostas: 1 - Nunca, 2 - Mensalmente, 3 - Semanalmente, 4 - Diariamente, 5 - Esporadicamente; b) o SRQ-20: *Self-Reporting Questionnaire* (GUIRADO; PEREIRA, 2016). Coleta dados sobre sintomas do respondente por meio de 20 itens que assumem respostas de “sim” ou “não”. Os dois questionários constam no SATEPSI, sendo de uso público e não exclusivos de profissionais de Psicologia.

Além dos itens do NAQ e do SRQ-20, ao final de cada questionário foi inserido um campo textual que admite resposta longa, onde o usuário é convidado a compartilhar qualquer informação relacionada a seu estado de saúde mental relativo às temáticas de VDA.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa empreendida teve uma abordagem qualitativa, por estar focada na interpretação de fenômenos, isto é, “tende a colocar questões utilizando ‘o quê’, ‘como’ e ‘porquê’” (PINTO; CAMPOS; SIQUEIRA, 2018, p. 30). Quanto ao objetivo, a pesquisa foi descritiva, pois procurou identificar e sistematizar melhores práticas projetuais (MARCONI; LAKATOS, 2017). Trata-se ainda de uma pesquisa aplicada, pois envolve o relato de experiência de um projeto, visando fundamentar a prática de outros projetos e pesquisas afins (GIL, 2002). O procedimento adotado para a presente pesquisa foi o estudo de caso, que consiste em um estudo empírico de dados concretos, alinhado com pesquisas qualitativas (MARCONI; LAKATOS, 2017).

O caso estudado foi o desenvolvimento do aplicativo sobre VDA, focando nas questões de usabilidade e psicométrica relativas aos questionários inseridos neste. Preliminarmente aos testes externos foram realizadas análises internas pela equipe de design e desenvolvimento para identificar lacunas na experiência de usuário. Esta etapa interna, denominada Design QA¹⁶,

¹⁶ Sigla de *Quality Assurance*, traduzível como “Controle de Qualidade”.

consiste na revisão do design visual, microinterações e conteúdo através de uma checagem cruzada do design desenvolvido com o produto entregue, visando identificar inconsistências (MOSQUERIOLA, 2021). Idealmente, somente após a completude dessa etapa são realizados estudos com testes externos. Também foram conduzidas inspeções heurísticas, que compreendem 10 princípios gerais para o design de interação, apresentando-se como *guidelines* de usabilidade (NIELSEN, 2020). Deste modo, a avaliação heurística objetivou determinar se o design de fluxo e interface da aplicação atingia os critérios dos 10 princípios propostos para que uma aplicação tivesse interações eficientes e claras.

RESULTADOS

Nesta seção constam os principais resultados do projeto, enfocando a questão da usabilidade do ponto de vista psicométrico e de design de interfaces.

Desenvolvimento de software

Em termos de compatibilidade de hardware, o aplicativo funciona com performance satisfatória em celulares *Android* lançados a partir de 2014, ocupando 22 mega de memória. Para cumprir os requisitos de compatibilidade e performance foi utilizado o plano básico gratuito da plataforma terceira de CI/CD¹⁷ chamada *Codemagic* (CODEMAGIC, 2022), pela qual foi possível distribuir a aplicação para testes e a distribuição na loja do *Google Play*, onde o aplicativo sobre VDA será disponibilizado gratuitamente.

Para o desenvolvimento do *software* foram usados emuladores que podem ser criados a partir do ambiente de desenvolvimento integrado *Android Studio* (software livre), simulando diversos tipos de aparelhos e diversas resoluções, além de aparelhos físicos da Motorola (G2) e Xiaomi Redmi 7.

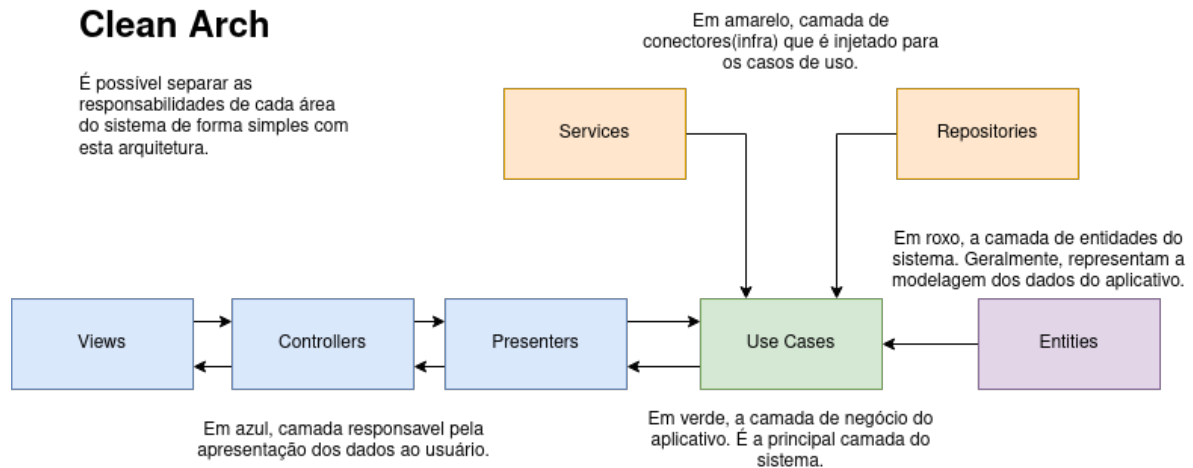
O aplicativo sobre VDA foi desenvolvido com *Flutter*, um *framework* feito na linguagem de programação *Dart*, desenvolvida pela *Google* (FLUTTER, 2022). Foi utilizada a arquitetura *Clean Arch* para dividir as responsabilidades e organizar o código de forma sustentável, fazendo com que a manutenção do código não cause impactos em diferentes áreas do aplicativo. A Arquitetura *Clean Arch* envolve quatro camadas: 1) visualização (onde entram os inputs); 2) controle (pega dados da visualização); 3) apresentação (intermedia controle e negócio); 4) camada de negócios (mais central). Uma grande vantagem da *Clean Arch* é

¹⁷ *Continuous Integration e Continuous Delivery*, ou “Integração contínua e entrega contínua”. Ferramenta de desenvolvimento que promove a segurança para que o aplicativo chegue saudável na Google Store.

permitir que a camada de regras de negócio dos requisitos do sistema fique separada da aplicação de maneira que a manutenção e entendimento do código seja facilitado.

A Figura 1 representa como a arquitetura e como o fluxo de trabalho ajuda a separar as responsabilidades do software:

Figura 1 - Desenvolvimento do *software*.



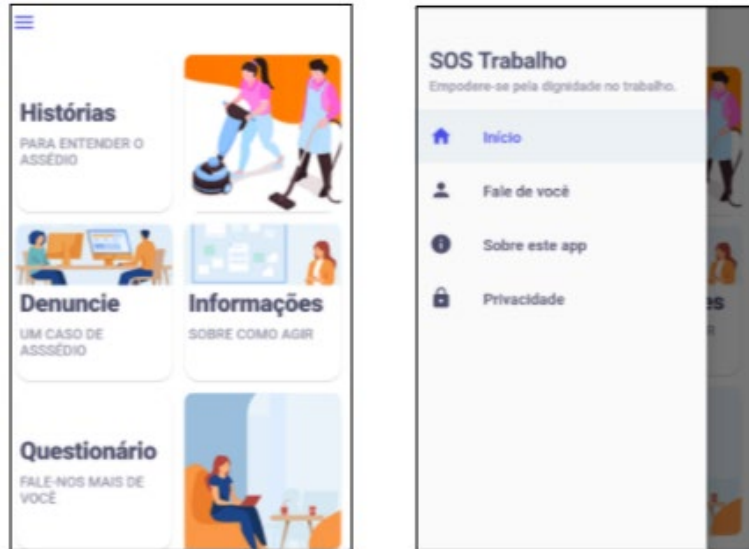
Fonte: os autores.

Conforme a Figura 1, observa-se que 1) *Views* (Visualizações exposta ao usuário): criação da tela com layout especificado, onde os componentes da tela expressam eventos possíveis para o usuário; 2) *Controllers* (Controles): sobre esses eventos é criado um método que vai manejar o dado da camada Views se tornar uma ação no software; 3) *Presenters* (Apresentação): faz com que a regra de negócio seja ativada de acordo com a ação de controle da camada anterior; 4) *Use cases* (Caso de uso em andamento): camada onde as consequências das ações do usuário, mediante as regras de negócio do app, são computadas, iniciando o ciclo de retorno até a camada de Views. OBS: Na camada de *Use Cases* se dá a conexão com serviços (comunicação com APIs, p.e.), o uso de entidades do sistema para criar ações dos objetos e de repositório de bancos de dados (de respostas dos questionários, histórico das respostas da história, p.e.).

Design de interface e ilustrações

A Figura 2 apresenta a tela inicial do aplicativo sobre VDA, que contém acesso a todas as suas funções:

Figura 2 - Tela inicial do aplicativo.



Fonte: os autores.

Na Figura 2 observa-se, à esquerda, as quatro funções do aplicativo: a) as 11 histórias interativas com roteiros criados em conjunto com especialistas em VDA da UFSC, da UNICAMP e do MPT, tendo por objetivo sensibilizar o usuário, por identificação, com temas relacionados a seus direitos em ambientes de trabalho; 2) área de informações, onde é possível baixar materiais de leitura sobre VDA; 3) canais de denúncia, que permitem consultar um banco de dados para selecionar o meio adequado para realizar uma denúncia sobre assédio ou violência no trabalho; 4) a área de acesso aos dois questionários sobre assédios e saúde mental.

Ainda na Figura 2, à direita, observa-se a aba de informações sobre o aplicativo, que contém as seguintes alternativas: a) voltar ao menu inicial; b) “fale de você”: outra via de acesso aos dois questionários sobre saúde mental; c) “sobre este aplicativo”: discurso institucional de identificação do aplicativo; d) “termo de privacidade”: Texto que expõe a política de privacidade do aplicativo sobre VDA, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2018).

As ilustrações, feitas sob medida para o projeto, consistem nos personagens e cenários das 11 histórias interativas. O primeiro passo para criá-las foi selecionar imagens via *Google* a partir dos requisitos dos consultores da UFSC e UNICAMP sobre como os personagens e cenários deveriam ser. Ao final de duas rodadas de criação, foram estabelecidos os seguintes personagens, conforme a Figura 3:

Figura 3 - Oito personagens elegíveis pelo usuário.



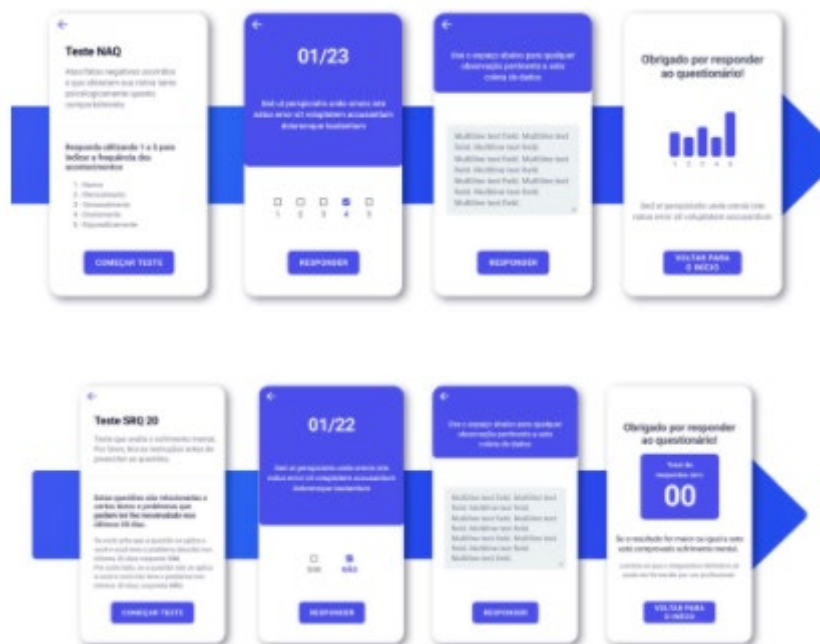
Fonte: os autores.

Os personagens expressos na Figura 3, bem como os outros personagens das histórias interativas, foram criados mediante critérios de diversidade, para garantir uma representação realista da população trabalhadora brasileira.

Questionários e segurança de informação

A Figura 4 apresenta os dois questionários presentes no aplicativo sobre VDA:

Figura 4 - Questionários psicométricos.



Fonte: os autores.

Na Figura 4 observa-se, nas primeiras telas à esquerda, o termo de consentimento livre e esclarecido que deve ser aceito pelo usuário para liberar o acesso aos questionários (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022). Todos os cuidados prescritos pela LGPD (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2018) foram cumpridos: esclarecimento e consentimento do sujeito quanto

à coleta; política de privacidade satisfatoriamente exposta no aplicativo; transparência quanto aos usos dos dados; informações quanto ao responsável sobre os dados armazenados, etc.

Do ponto de vista de design visual, observa-se ainda como cada questão é expressa em uma tela, com um marcador numérico indicando qual questão da série está sendo respondida. As telas da terceira coluna representam questões abertas, onde o usuário pode escrever livremente um relato pessoal sobre o que está respondendo no questionário. As telas da quarta coluna apresentam um breve *feedback* a respeito de como o questionário foi respondido. Com essa organização visual objetivou-se aumentar a compreensibilidade dos itens dos questionários (ENDERS, 2016).

Os dados coletados via questionários são enviados para armazenamento em um servidor da UFSC. Essa integração se dá por uma API¹⁸ desenvolvida com a linguagem *Golang*, que tem por característica ser eficiente e escalável. A arquitetura *Clean Arch* também foi utilizada para a API, o que tornou o código organizado e de fácil manutenção, com as responsabilidades das camadas bem definidas e regras de negócio bem estruturadas. Para o banco de dados foi usado o banco *MariaDB*, pela facilidade de manutenção e instalação. A integração, via API, entre aplicativo e servidor se dá da seguinte maneira: 1) ao responder a um questionário ou interagir em uma história no aplicativo, os dados de respostas são armazenados em um banco local (SQLite no aparelho); 2) em ciclos de sincronização, esses dados são coletados e enviados para a API, que será hospedado pela UFSC; 3) os dados são salvos no banco de dados *MariaDB* para posterior consulta, para a qual é necessária uma conexão com o banco e uma aplicação administrativa (*DBeaver*, *MySQL Workbench*, etc.). A responsabilidade de manutenção da API e banco de dados ficou a cargo do setor de TI da UFSC.

DISCUSSÃO

A coleta de dados psicométricos pode se dar em vários meios, inclusive via celulares. Nesse caso, um desafio extra se configura, relacionado à usabilidade dos instrumentos adotados. E por usabilidade, nesse caso, entende-se tanto a questão psicométrica da compreensibilidade do instrumento de coleta quanto a facilidade de uso do dispositivo, envolvendo critérios de interface gráfica. Para aumentar as chances da coleta bem-sucedida de dados via questionários *mobile*, o aplicativo analisado neste capítulo, portanto, precisou ter boa usabilidade em termos de design de interface (ENDERS, 2016), expressa em critérios como navegabilidade,

¹⁸ Sigla de *Application Programming Interface*, ou, em português, interface de programação de aplicação.

legibilidade, etc (NIELSEN, 2020), quanto em termos de de usabilidade psicométrica, envolvendo critérios como compreensibilidade e acesso à mídia (SOUZA et al, 2021).

Dentre os principais aprendizados colhidos no projeto, destacou-se a necessidade de identificar normas do Conselho Federal de Psicologia (2019) e da *American Psychology Association* (2013) sobre instrumentos psicométricos em meios digitais. E alinhar essas normativas a leis federais, como a LGPD (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2018) e a declaração de direitos dos envolvidos em pesquisa estipulada pelo Ministério da Saúde (2022), que ajudaram a criar a documentação necessária do aplicativo (termo de privacidade, termo de consentimento, conteúdos dos *feedbacks*, etc). Essas regras não especificam como projetar a solução e garantir a usabilidade do instrumento, apenas indicam princípios gerais, restrições e orientações éticas. O design, portanto, ainda é de autoria dos pesquisadores.

Se mostrou produtivo desenvolver uma versão do aplicativo por quinzena, desde setembro de 2021, para testes internos envolvendo os consultores em Psicologia da UFSC e da UNICAMP; bem como testar externamente o produto com especialistas em usabilidade de Design.

Por fim, além das competências em Design e Desenvolvimento de Software, observou-se que um projeto como desenvolver um aplicativo que colete dados psicométricos demanda um gestor que entenda minimamente das questões de Psicometria, isto é, como implementar instrumentos de coleta de dados psicométricos em meios digitais e seja capaz de estudar as referências bibliográficas; e um roteirista capaz de estudar referenciais teóricos (sobre VDA, por exemplo), e dialogar com consultores especializados no tema para definir os roteiros mais adequados para as histórias interativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de aplicativos *mobile* para coleta de dados psicométricos demanda a integração entre Design, Desenvolvimento de Software e Psicologia. Nesse sentido, a questão da usabilidade perpassa tanto a UX quanto a Psicometria, gerando especificações de software dos sistemas desenvolvidos. Dessa forma, inserir instrumentos psicométricos em aplicativos demanda tanto conhecimentos científicos em Psicometria quanto do design de interfaces, o que torna necessária uma equipe multidisciplinar, com uma liderança que entenda e valorize a questão da usabilidade tanto no sentido tecnológico, quanto de design e psicométrico.

Os autores entendem que o objetivo do presente estudo foi realizado, uma vez que um conjunto de melhores práticas foi levantado para a criação de instrumentos psicométricos em

dispositivos *mobile*, o que pode colaborar na fundamentação de equipes de desafios análogos. Do ponto de vista metodológico, poderia ter sido oportuno testar o aplicativo desenvolvido com usuários reais, após seu lançamento, e também tratar dados coletados. Mas decidiu-se por deixar esses tópicos para um artigo futuro.

Constam como recomendações para estudos futuros: a) mais estudos de caso sobre aplicativos que integram Psicometria e Design; b) as relações entre Segurança de Informação e Psicometria; c) coleta e tratamento de dados psicométricos via aplicativos *mobile*; d) levantamento de UX e design interface que contribuam na usabilidade psicométrica de questionários e aumentam a taxa de coleta de dados.

REFERÊNCIAS:

AELA. **Heurísticas de Nielsen: 10 Dicas para melhorar a Usabilidade da Interface.** Disponível em: <https://medium.com/aela/10-heur%C3%ADsticas-de-nielsen-dicas-para-melhorar-a-usabilidade-de-sua-interface-35ef86a7fb41>. Acesso em: 02 fev. 2022

ALCHIERI, J. C.; CRUZ, R.M. **Avaliação psicológica : conceito, métodos e instrumentos.** 2a. Ed. São Paulo: Casa Do Psicólogo, 2009.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Guidelines for the practice of telepsychology. <https://www.apa.org>, 2013. Disponível em: <<https://www.apa.org/practice/guidelines/telepsychology> >. Acesso em: 6 Feb. 2022.

BORSBOOM, Denny. **Measuring the mind : conceptual issues in contemporary psychometrics.** Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2009.

CODEMAGIC. **Codemagic - CI/CD for Android, iOS, Flutter and React Native projects.** Codemagic. Disponível em: <<https://codemagic.io/start/> >. Acesso em: 6 Feb. 2022.

COLUCI, M.; ALEXANDRE, N.; MILANI, D. Construção de instrumentos de medida na área da saúde. **Revista de Ciência da Saúde Coletiva**, v. 20, n. 3, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v20n3/1413-8123-csc-20-03-00925.pdf> >. Acesso em: 11 Apr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo.** [s.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Co%CC%81digo-de-%C3%89tica.pdf> >. Acesso em: 6 Feb. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica No 7/2019/GTEC/CG.** Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <<https://satepsi.cfp.org.br/docs/NotaTecnicaCFP072019.pdf> >. Acesso em: 6 Feb. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI.** satepsi.cfp.org.br. Disponível em: <<https://satepsi.cfp.org.br/> >. Acesso em: 6 Feb. 2022.

- ENDERS, J. **Designing UX : forms**. Collingwood, Vic, Australia: Sitepoint Pty Ltd, 2016.
- FLUTTER. **Flutter - Beautiful native apps in record time**. Flutter.dev. Disponível em: <<https://flutter.dev/>>. Acesso em: 6 Feb. 2022.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002, 175 p.
- GUIRADO, G.; PEREIRA, N.; GUIRADO, G.; *et al.* Uso do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) para determinação dos sintomas físicos e psicoemocionais em funcionários de uma indústria metalúrgica do Vale do Paraíba/SP. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 24, n. 1, p. 92–98, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-462X2016000100092&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 Mar. 2021.
- HIREMATH, B. ; KENCHAKKANAVAR, A. An Alteration of the Web 1.0, Web 2.0 and Web 3.0: A Comparative Study. **Imperial Journal of Interdisciplinary Research**, v. 2, n. 4, p. 6, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Banesh-Hiremath/publication/303661797_An_Alteration_of_the_Web_1_0_Web_2_0_and_Web_3_0_A_Comparative_Study/links/574bd58908ae5f7899ba2109/An-Alteration-of-the-Web-10-Web-20-and-Web-30-A-Comparative-Study.pdf>. Acesso em: 6 Feb. 2022.
- HOUSE, Digital. **UX x UI: qual a diferença e como as áreas se completam**. Disponível em: <https://www.digitalhouse.com/br/blog/diferenca-entre-ux-e-ui>. Acesso em: 02 fev. 2022.
- MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Conselho Nacional de Saúde - Plataforma Brasil**. conselho.saude.gov.br. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/plataforma-brasil-conep?view=default>>. Acesso em: 6 Feb. 2022.
- MOSQUERIOLA, Mhariell. **Design QA Deserves a Seat at The Table**. Disponível em: <https://phase.com/magazine/design-qa/#:~:text=So%20what%20is%20a%20Design,production%20to%20find%20any%20inconsistencies..> Acesso em: 10 fev. 2022.
- NIELSEN, Jakob. **10 Usability Heuristics for User Interface Design**. 2020. Disponível em: <https://www.nngroup.com/articles/ten-usability-heuristics/>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- OLIVEIRA, R.; TOLFO, S.; HELOANI, J.; *et al.* **Violência, discriminação e assédio no trabalho**. 1. ed. Florianópolis: Lagoa Editora, 2020. Disponível em: <<https://neppot.paginas.ufsc.br/files/2021/03/cartilha-viol%C3%Aancia-e-ass%C3%A9dio-web.pdf>>. Acesso em: 6 Feb. 2022.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **R206 - Recomendação (n.o 206) sobre violência e assédio**. Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---lisbon/documents/genericdocument/wcms_729461.pdf>. Acesso em: 6 Feb. 2022.
- PASQUALI, L. Psicometria. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 43, n. SPE, p. 992–999, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342009000500002>. Acesso em: 28 Apr. 2021.

PINTO, I.F.; CAMPOS, C. J.; SIQUEIRA, C. Investigação Qualitativa. **Acta Portuguesa de Nutrição**. Ano 14. N.1. Lisboa: 2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei No 4.119, de 27 de agosto de 1962**. Planalto.gov.br. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm>.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei No 13.709, de 14 de agosto de 2018**. www.planalto.gov.br. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm>.

PRIMI, R; MUNIZ, M ; NUNES, C. Definições contemporâneas de validade de testes psicológicos. *In: Avanços e Polêmicas em avaliação psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

SOUZA, A. C.; ALEXANDRE, N.; GUIRARDELLO, E.; *et al.* Propriedades psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação da confiabilidade e da validade. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 26, n. 3, p. 649–659, 2017.

SOUZA, G.; COELHO, J.; LIMA, N.; *et al.* Planejamento de Questionários: Unificando conhecimentos em Pesquisa de Mercado e Psicometria. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 22, n. 1, 2021.

UNIVERSIDADE DE BERGEN. **Negative Acts Questionnaire** . University of Bergen. disponível em: <<https://www.uib.no/en/rg/bbrg/44045/naq>>. Acesso em: 6 Feb. 2022.

UX SALON. **Laws of UX: Using Psychology to Build Better Products with Jon Yablonski**. S.I.: Jon Yablonski, 2021. P&B. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FVOTfT2IIIk&ab_channel=UXSalon. Acesso em: 02 fev. 2022.

CAPÍTULO 13

CONEXÕES: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO DE ESTUDOS VIRTUAL DE PSICOLOGIA JURÍDICA

Aline Daniele Hoepers
Claudia Regina Lopes Caffarena Filizzola
Érika Luri Aoki
Giovanna Marconcini de Jesus
Kélvia Canuto Martins de Albuquerque
Larissa Santana Oliveira
Luandra Loredo Soares

RESUMO

Durante a pandemia da Covid-19, o uso de tecnologias como ferramenta de comunicação, de encontros para estudos e de trocas de saberes se intensificou, em face da necessária reinvenção nos modos habituais de realizar a construção de conhecimentos, diante das orientações de autoridades sanitárias quanto ao necessário isolamento social como medida de contenção da propagação do vírus. Este artigo tem como objetivo apresentar experiência de um grupo de estudos virtual de Psicologia Jurídica, que ocorreu no segundo semestre de 2021, durante o cenário pandêmico. A proposta integrou profissionais e estudantes de Psicologia e/ou Direito de inúmeros locais do Brasil. A fim de contextualizar a apresentação de tal experiência, inicialmente, foi elaborada breve introdução do campo de estudos, isto é, aspectos históricos e conceituais quanto à Psicologia Jurídica. Em seguida, foi efetuado o relato sobre a configuração e as vivências deste grupo de estudos remoto, buscando compartilhar a proposta, inclusive, para que possa ser replicada em outros contextos e cenários, com as devidas adequações. Na sequência, discussões acerca de estudos de casos fictícios, trabalhados durante os encontros, foram tecidas, no intuito de afirmá-los enquanto ferramentas de reflexão teórico-prática. Concluiu-se que espaços virtuais como este, favorecedores de trocas crítico-reflexivas, colocam-se como dispositivos de construção colaborativa de conhecimentos, ao abreviar distâncias e conectar diálogos.

PALAVRAS-CHAVE: Grupo de estudos; Psicologia Jurídica; conhecimentos; conexões.

INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2), decretada oficialmente pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, trouxe consigo uma multiplicidade de impactos: consequências incontáveis à saúde física e emocional, mortes e perdas expressivas, efeitos sociais diversos, necessidade de reorganização da vida nas mais diversas esferas, dentre outros. Entre as inúmeras implicações vividas a nível global, notou-se a ampliação do uso de ferramentas *on-line* como recurso possível para se manter encontros visando à construção de conhecimentos.

É justamente neste cenário que se inscreveu a emergência do Grupo de Estudos de Psicologia Jurídica, coordenado pela primeira autora, pesquisadora e psicóloga judiciária, que, no intento de favorecer reflexões colaborativas sobre desafios que se presentificam nos campos de atuação da Psicologia Jurídica, organizou os encontros, que contou com a presença de profissionais e estudantes de Psicologia e/ou Direito, de inúmeras localidades do país, de todas as regiões brasileiras, dentre os quais as demais coautoras deste artigos foram algumas delas.

Foi, pois, a partir destes encontros e deste enlace que emergiu a proposta da construção deste artigo, que tem como objetivo central apresentar aos leitores e às leitoras a experiência deste grupo de estudos, que ocorreu no segundo semestre de 2021, durante o cenário pandêmico, a partir do qual conhecimentos puderam ser elaborados de modo coletivo, tal como será apresentado adiante. Antes de adentrar propriamente no relato da experiência, far-se-á breve apresentação de referencial teórico introdutório sobre o tema, com a finalidade de contextualizar o campo onde se inscreveu o grupo de estudos.

PSICOLOGIA JURÍDICA: CONCEITOS, HISTÓRIA E CAMPOS DE ATUAÇÃO

Historicamente, Psicologia e Direito têm se relacionado em torno de um foco comum: a conduta humana. Nos espaços jurídicos, a Psicologia foi, gradualmente, sendo convidada a dar suas contribuições, colaborando com práticas e construção de saberes. Sacramento (2019, p. 22) assinala que “a Psicologia Jurídica consiste na aplicação dos conhecimentos psicológicos aos assuntos relacionados ao Direito”. Isso significa que, no passado e no presente, esta interface se estabelece como maneira de colaborar com demandas complexas que chegam ao Sistema de Justiça, ou em outros cenários a ele relacionados, e exigem conhecimentos da Psicologia.

Diversas autoras (COIMBRA, 2003; ROVINSKI, 2007; LAGO et al., 2009) têm compartilhado em seus estudos que, no contexto brasileiro, à semelhança do que ocorreu a nível mundo, a Psicologia Jurídica teve suas raízes na área criminal/penal. Há indícios de que esse ingresso da Psicologia em âmbitos jurídicos foi gradual, a partir de 1950, e nem sempre contou com registros oficiais, já que eram muito comuns as práticas voluntárias e informais. Progressivamente, essa atuação foi se organizando e se institucionalizando, principalmente após a décadas de 1960, com a regulamentação da profissão.

Lago et al. (2009) recuperam marcos importantes da história, que colaboraram com a organização deste campo de estudos e intervenções que se tornou a Psicologia Jurídica. Apontam, por exemplo, a Lei de Execução Penal, de 1984, a partir da qual o trabalho de

psicólogos junto ao Sistema Penitenciário passou a ser reconhecido oficialmente nessas instituições.

Entretanto, esse enfoque da Psicologia no que tange à “avaliação do criminoso, principalmente quando se trata de um doente mental delinquente, é bem anterior à década de 1960 do século XX” (LAGO et al., 2009, p. 484). Ao longo do processo histórico, a nível mundo, psicólogos estiveram implicados com a execução de exames psicológicos legais, de modo alinhado à Psiquiatria da época, a partir do século XVIII. Com a consolidação da Psicologia como campo científico, após o século XIX, o foco na dimensão diagnóstica se aprofunda com o uso de testes psicológicos e a realização de trabalhos empírico-experimentais sobre o testemunho. A emergência da Psicanálise também contribui para que “a abordagem frente à doença mental passasse a valorizar o sujeito de forma mais compreensiva e com um enfoque dinâmico” (ibidem, p. 484). Os psicodiagnósticos vão, portanto, dando lugar àqueles exames dos aspectos psicológicos com enfoque médico.

Lançar o olhar para estes aspectos históricos se faz importante a fim de conhecer como foi se estabelecendo estes encontros entre Psicologia e Direito, especialmente na área criminal, por intermédio fundamentalmente das avaliações psicológicas. Porém, Lago et al. (2009) comentam outras possibilidades que também foram sendo criadas quanto à inserção da Psicologia. No estado de São Paulo, psicólogos tiveram sua entrada informal no Tribunal de Justiça através de atividades voluntárias com famílias carentes em 1979, conforme salientam. Na sequência, em 1985, ocorreu o primeiro concurso público para ingressos de psicólogos dentro de seus quadros, tornando essa participação, portanto, formal. Ademais, a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, representou um marco importante para a ampliação das práticas do psicólogo em âmbito jurídico no território nacional, bem como impulsionou novos concursos públicos para a categoria.

Estas transformações e ampliações dos espaços de atuação da Psicologia Jurídica foram favorecendo a necessária revisão das técnicas, colaborando para a diversificação das atividades, num contexto mais recente, em que pese ainda prevalecer “uma atividade de cunho avaliativo e de subsídio aos magistrados” (LAGO et al., 2009, p. 486).

Importante destacar que, conforme Sacramento (2019), a Psicologia Jurídica é uma das especialidades da Psicologia, reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia, desde o ano 2000, conforme disposto na Resolução CFP nº 014/00.

Num contexto mais recente, assistimos a um alargamento destes trabalhos para além dos campos historicamente configurados, isto é, o espaço penitenciário e o forense.

Hoje, podemos dizer que houve uma expansão destes trabalhos, para além dos fóruns e do sistema prisional, passando a abranger as Defensorias Públicas, os Ministérios Públicos, as Delegacias Especializadas e, até mesmo, alguns núcleos de defesa de direitos. Além do alargamento espacial de inserção profissional, vem ocorrendo também uma ampliação do próprio fazer psicológico, que atravessa os limites das avaliações individualizadas, e se reconfigura de modo mais amplo e diversificado, através de práticas implicadas com a promoção de direitos humanos e cidadania (HOEPERS; TOMANIK, 2018, p. 145).

Esquadrinhando o histórico e a abordagem das atividades exercidas pelos profissionais da Psicologia em âmbito judicial é possível inferir que permanecem as práticas no campo criminal, mas com devidas transformações no modo de operar as avaliações psicológicas, conforme parâmetros atuais de nossa ciência e profissão, bem como há uma crescente expansão para campos outros diversos, que incluem os direitos de crianças e adolescentes, famílias, idosos, direitos humanos, violência doméstica, etc.

Em razão disso, na atualidade, é notável que psicólogas e psicólogos jurídicos atuem não só com perícias psicológicas, mas também, conforme Sacramento (2019), com orientações, acompanhamentos, encaminhamentos, trabalhos em grupos, atuação com resolução alternativa de conflitos, articulação com a rede de atendimento, formulação de pareceres de natureza teórica, participação em audiências, dentre outros.

Dentre as mais variadas áreas de atuação, na área da família, é comum, conforme Lago et al. (2009), a atuação da Psicologia junto a casos de separação e divórcios, guarda de filhos e regulamentação de convivência. Ademais,

mudanças rápidas e numerosas no formato das organizações familiares também são responsáveis por encaminhamentos até então pouco frequentes nos juízos, como as solicitações para o compartilhamento da guarda de filhos, as contestações de paternidade e os pedidos de adoção por cônjuge, dentre tantos outros (BRITO, 2012, p. 201).

Já na área da infância e juventude são múltiplas as demandas, que vão desde violações dos direitos, destituição do poder familiar, acolhimento e adoção de crianças e adolescente até atos infracionais cometidos por adolescentes (LAGO et al., 2009). Temáticas atuais, como abandono afetivo, também passam a compor as demandas que chegam aos psicólogos jurídicos, segundo Brito (2012).

No que tange à área criminal, costuma ser comum, em contexto contemporâneo, a atuação em casos mais voltados a abusos sexuais ou outras violências contra crianças e adolescentes. Já no campo da execução penal, práticas variadas, que vão desde o

acompanhamento dos apenados até a sua avaliação, mantêm-se sendo demandas frequentes endereçadas aos psicólogos que atuam em penitenciárias (LAGO et al., 2009).

Outras situações diversas, como ações relativas à dano psíquico, interdição de idosos ou pessoas com deficiência, perícias em processos trabalhistas, também compõem os campos mais recentes em que psicólogos jurídicos passam a ser inseridos, tal como comentam Lago et al. (2009). Vale acrescentar, ainda, a atuação junto a situações de violência doméstica contra mulheres, especialmente com a emergência da Lei Maria da Penha (2006).

O breve resgate histórico elaborado permite notar que a Psicologia Jurídica, nos movimentos da história, configura-se como um campo em permanente construção e expansão.

EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO DE ESTUDOS DE PSICOLOGIA JURÍDICA

O Grupo de Estudos de Psicologia Jurídica, sobre o qual este texto pretende compartilhar relato de algumas experiências, foi coordenado pela primeira autora e composto por profissionais e estudantes de Psicologia e/ou Direito, dentre os quais as demais coautoras foram algumas das participantes. A finalidade central dos encontros foi criar um campo de discussão colaborativo entre pessoas interessadas pelos temas, que serão abordados adiante, com vistas a construir reflexões teórico-práticas sobre temáticas que configuram o campo plural da Psicologia Jurídica.

Os encontros do grupo ocorreram quinzenalmente entre os meses de julho e setembro de 2021, totalizando seis reuniões virtuais, de duas horas de duração cada, realizadas através da plataforma *Google Meet*. Devido à grande quantidade de pessoas interessadas, visando a criar um ambiente acolhedor e convidativo à participação ativa, bem como se atendo à disponibilidade dos membros quanto a horário, um grupo funcionou no período matutino e outro no período vespertino, sempre nas mesmas datas, contando com 17 e 29 participantes, respectivamente. A divisão se deu, portanto, de forma espontânea, de acordo com a preferência dos integrantes quanto aos horários.

A pluralidade da composição de ambos os grupos pôde ser percebida quanto aos mais diversos aspectos: localização geográfica, formação acadêmica, idade, gênero e raça, configurando os encontros um campo atravessado pela diversidade de olhares e experiências. Notou-se, não obstante, que, em que pese a multiplicidade de lugares de fala, as pessoas integrantes dos respectivos grupos trouxeram, de modo congruente, perspectivas crítico-reflexivas, que, no conjunto, performaram os encontros dos grupos a partir de um elemento comum: o engajamento ético e crítico quanto aos temas abordados. Em razão disso, ao longo

da apresentação das experiências, não se procederá à segmentação quanto aos grupos, tomando-os de modo integrado, dada a conformidade percebida quanto aos posicionamentos operados.

O primeiro encontro se configurou como espaço de recepção das pessoas participantes e apresentação mútua entre os membros, como também se colocou como campo inaugural de apresentação de aspectos fundamentais sobre como se daria a dinâmica dos demais encontros e as respectivas temáticas e referências para estudo. Ainda, propôs-se à breve contextualização da Psicologia Jurídica, no que concerne a conceitos gerais e aspectos históricos. Os parâmetros teóricos que conduziram esta reunião foram aqueles apresentados na primeira seção deste artigo.

A partir deste encontro introdutório, todos os demais contaram com a seguinte organização: 1) inicialmente, era exposta, pela coordenadora, breve apresentação do eixo temático previsto para o encontro, de modo a trazer em cena aspectos teóricos basilares para aquela discussão; 2) em seguida, os membros do grupo discutiam os principais aspectos emergentes a partir do contato com as leituras prévias de textos principal e complementar indicados para o respectivo encontro; 3) por fim, a reunião se encerrava com reflexões teórico-práticas entre os participantes, por meio de estudo de caso fictício elaborado e apresentado pela coordenadora.

No quadro abaixo é apresentada a relação de temas e respectivas referências que fundamentaram cada encontro (do segundo ao sexto). A fonte completa de cada um dos textos é apresentada na seção das referências.

Tabela 1: Composição temática do Grupo de Estudos de Psicologia Jurídica.

Tema	Leitura Principal	Leitura Complementar
Infância violada no cotidiano profissional da Psicologia Jurídica	Capítulo "Provisoriamente e vínculos nas instituições-abrigo: a potencialidade dos encontros" de Souza et al. (2016)	Capítulo "Aspectos jurídicos e psicossociais da adoção de crianças e adolescentes no Brasil" de Pelisoli e Oliveira Júnior (2016)
Litígios de família no Sistema de Justiça	Capítulo "A atuação da Psicologia nas ações judiciais de família" do Conselho Federal de Psicologia (2019)	Artigo "Diálogos com pais e mães separados: grupos reflexivos no Sistema de Justiça" de Silva et al. (2018)
Psicologia Social-Jurídica e Criminologia	Capítulo "A prisão e a Psicologia" do Conselho Federal de Psicologia (2012)	Artigo "Saúde penitenciária, promoção de saúde e redução de danos do encarceramento: desafios para a prática do psicólogo no Sistema Prisional" de Nascimento e Bandeira (2018)
Violência doméstica contra mulheres: compreensão e atuação	Capítulo "Pelo fim da violência" de hooks (2018)	Artigo "(Co)construindo sentidos: o grupo como dispositivo de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres" de Hoepers e Tomanik (2019)
A Psicologia Jurídica e os direitos humanos	Artigo "Psicologia e Direitos Humanos: cursos e percursos comum" de Rosato (2011)	Capítulo "D. H. e a atuação na área jurídica" de Coimbra (2003)

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Como se observa no quadro acima, o segundo encontro do grupo de estudos teve como eixo condutor das discussões o tema infância violada no cotidiano dos profissionais de Psicologia Jurídica, o qual, factualmente, é demanda que se presentifica usualmente no exercício profissional. Pôde-se refletir sobre a variedade de formas de violação de direitos de crianças e adolescentes, como: violência física, violência psicológica, violência sexual, negligência e abandono. Com base no que é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), discussões foram realizadas quanto à prioridade da manutenção da criança em seu seio familiar de origem, ou, ao menos, na família extensa, emergindo o acolhimento institucional ou familiar como medida excepcional. Após esgotadas as possibilidades de reintegração familiar, entra em cena, como excepcionalíssima medida de proteção, a inserção da criança em família substituta, via adoção. Desta feita, os referenciais indicados para leitura prévia colaboraram para que, no momento do encontro grupal, os participantes pudessem refletir sobre a complexidade que permeia o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, bem como os cuidados necessários quando se chega à medida de adoção por família substituta.

Acerca dessa temática, um ponto relevante tratado tanto nas leituras como nas discussões em grupo foi a transitoriedade dos espaços de acolhimento. Apesar de o acolhimento institucional ser medida transitória, do ponto de vista temporal, não deve ser tomado como sem importância à constituição dos sujeitos que por ele passam, isto é, como um espaço marcado pelo abandono, ausência de vínculos e cuidados. Pelo contrário, deve ser ressignificado como um campo potencial de colaboração com o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Portanto, as relações entre esses e os profissionais das entidades devem ser permeadas por afeto e zelo. “Assim, poderemos pensar o abrigo como um lugar de encontros, capaz de possibilitar o *vir a ser* da criança no percurso de novos trajetos” (SOUZA et al., 2016, p. 53, grifos das autoras).

No encontro seguinte, os participantes se debruçaram à discussão dos litígios de família no Sistema de Justiça. Essa temática, comumente, envolve a atuação da Psicologia junto a processos de divórcios litigiosos, em que se discute guarda de filhos e regulamentação de convivência e, por vezes, também, acusações de alienação parental. Nessas situações, o profissional atua como perito do Juízo, visando a subsidiar, do ponto de vista psicológico, as decisões do magistrado. Por outro lado, discutiu-se, também, a possibilidade de o profissional de Psicologia participar de atuação extrajudicial junto a estes casos, isto é, antes mesmo da judicialização das situações, no âmbito de Defensorias Públicas, Centros de Solução Alternativa de Conflitos ou Núcleos Especializados voltados a essa demanda, por exemplo.

Durante as discussões tecidas no encontro, os participantes evidenciaram a importância das avaliações e/ou intervenções técnicas por profissional de Psicologia, em interface com outras áreas, dadas as particularidades que permeiam estes casos, atualmente tão frequentes no Sistema de Justiça. Aliás, em conformidade a isso, no texto complementar que fundamentou este encontro, Silva et al. (2018) descrevem o relato de um grupo reflexivo baseado no diálogo de pais e mães separados. Além de se performar como rico espaço de fala, de acolhimento e de orientação frente às dificuldades dos pais em redimensionar conteúdos atinentes à conjugalidade e à parentalidade, apontam que o grupo reflexivo destinado a este público pode também se caracterizar como “um dispositivo importante para gerar novos entendimentos a respeito do contexto das famílias, promover transformações e oferecer suporte a essas famílias” (p. 106).

No próximo encontro, em que se discutiu a atuação da Psicologia no Sistema Prisional, tomou-se como foco central reflexões acerca da complexidade que envolve o exercício profissional junto a demandas das áreas criminal e penal. O referencial principal, utilizado para este encontro, salienta, dentre outros pontos, que uma das respostas para a necessidade da Psicologia dentro do Sistema Prisional é:

(...) a possibilidade de ali estar para produzir uma intervenção na prisão em diferentes níveis, desde a promoção da acessibilidade a recursos para dar tratamento aos sofrimentos impostos pela experiência do cárcere, até a desconstrução das necessidades históricas, sociais e ideológicas que têm sustentado a sua existência (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012, p. 37).

A partir de pressupostos como esse, os participantes do grupo teceram reflexões sobre o quanto a falta de conhecimento e/ou o alinhamento com modos de entendimento naturalizantes e a-históricos podem gerar a reprodução de concepções estigmatizantes acerca do Sistema Prisional e sobre quem passa por ele. O profissional de Psicologia deve ser capaz de criar, nestes espaços, saberes e fazeres que rompam com a violação de direitos e favoreçam a promoção de saúde mental e o acompanhamento psicossocial dos sujeitos que ali se encontram. Frente a isso, notou-se que o tema provocou inquietações junto aos participantes, de modo que favoreceu, inclusive, a apresentação de relatos de situações já vividas no desafiador exercício profissional junto a demandas infracionais, criminais ou penais.

Adiante, no encontro sobre violência doméstica contra mulheres, foram, primeiramente, discutidos aspectos conceituais sobre o tema, bem como se refletiu sobre algumas estatísticas quanto aos casos no cenário brasileiro. Dialogou-se, ainda, sobre a imprescindibilidade da atuação do profissional de Psicologia rumo ao enfrentamento deste problema multifatorial. Durante as discussões, ficou evidente, nos debates ali construídos, a ênfase dada à necessidade

da criação ou aperfeiçoamento de políticas públicas que colaborem com a responsabilização (e não culpabilização) dos autores das violências e, simultaneamente, que visem ao atendimento, à orientação e ao fortalecimento das mulheres, dos homens e dos filhos envolvidos em situação de violência doméstica.

Outro ponto que tomou destaque no campo conversacional do grupo foi a dificuldade que muitas mulheres em situação de violência enfrentam quando da busca por uma rede de apoio especializada. Os posicionamentos dos participantes apontaram o quanto ainda temos, enquanto sociedade, a avançar no tocante a uma atuação qualificada ética e tecnicamente, bem como no que se refere à necessidade de criar espaços para estratégias preventivas, inclusive envolvendo a sociedade, via sensibilização, no enfrentamento às desigualdades histórico-sociais de gênero, tal como propõe a autora:

Uma multidão de pessoas está preocupada com a violência, mas se recusam resolutamente a relacionar essa violência ao pensamento patriarcal ou à dominação masculina. O pensamento feminista oferece uma solução. E depende de nós tornar essa solução disponível para todo mundo (HOOKS, 2018, p. 78).

No encontro final, em que se buscou pensar a Psicologia Jurídica imbricada com o campo dos direitos humanos, ressaltou-se o quanto todos os eixos temáticos abordados nos encontros anteriores foram permeados ou pela violação ou pela defesa deles. Procurou-se refletir coletivamente sobre a indispensabilidade do olhar para tais direitos como eixo basilar da formação e exercício da Psicologia.

Os participantes refletiram, inclusive, sobre os deveres da categoria de psicólogos e psicólogas, cujos princípios fundamentais apresentados no Código de Ética Profissional do Psicólogo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005) explicitam o necessário alinhamento profissional à defesa dos direitos humanos e ao enfrentamento a qualquer forma de opressão. Esse posicionamento passa, necessariamente, pela assunção do compromisso da Psicologia frente a demandas múltiplas de vulnerabilidades e riscos psicossociais aos quais a população está submetida. Tal compromisso convoca, pois, os profissionais à busca incessante por ferramentas que favoreçam a garantia de direitos e da dignidade humana, tal como conclui a autora:

Elegendo a dignidade humana como eixo fundante dos Direitos Humanos, torna-se possível pensar nessa meta também para a Psicologia, na medida em que esta trabalha para o desenvolvimento e a melhoria do ser humano e suas condições de vida nas mais diversas esferas. A constatação de que ambos os campos buscam, direta ou indiretamente, a dignidade humana reforça a similaridade entre a Psicologia e os Direitos Humanos (ROSATO, 2011, p. 24-25).

Ao final de cada encontro, a coordenadora apresentava um estudo de caso (fictício) com o objetivo de expandir as reflexões teórico-práticas ali construídas. Essa ferramenta é abordada na seção apresentada a seguir.

ABREVIANDO DISTÂNCIAS, CONECTANDO DIÁLOGOS: O ESTUDO DE CASO COMO FERRAMENTA REFLEXIVA

O estudo de caso é um recurso qualitativo utilizado no campo da Psicologia e em outras áreas, fundamentalmente, com a finalidade de refletir sobre aspectos reais ou fictícios de caso específico, visando a ilustrar e ampliar a compreensão sobre certos aspectos em estudo.

Trata-se de uma metodologia aplicada para avaliar ou descrever situações dinâmicas em que o elemento humano está presente. Busca-se apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto, mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado (MARTINS, 2008, p. 11).

Tomando como base tais pressupostos, utilizou-se no Grupo de Estudos de Psicologia Jurídica estudos de casos como metodologia reflexiva. Optou-se pela criação de casos hipotéticos, a fim de não expor situações ilustrativas reais, mas que, de alguma maneira, aqueles refletissem peculiaridades inerentes a essas. Sendo assim, salienta-se que os nomes e as situações apresentados a seguir, quanto a casos abordados no grupo, são fictícios. Ademais, vale ressaltar que, após a apresentação de cada caso, perguntas disparadoras eram apresentadas, no intento de facilitar as reflexões das pessoas participantes do grupo.

Neste momento, optar-se-á por apresentar minuciosamente um dos estudos de casos trabalhados em um dos encontros – aquele que visou à discussão sobre famílias em litígio no Sistema de Justiça – a fim de ilustrar aos leitores e às leituras o recurso empregado e as reflexões que emergiram a partir de seu uso. Quanto aos demais casos, serão tecidos breves comentários na sequência.

Tabela 2: Exemplo de estudo de caso utilizado no Grupo de Estudos de Psicologia Jurídica.

Caso Fictício
Paulo e Fabiana foram casados por 8 anos e, neste momento, estão se divorciando. Viviam uma relação conturbada, permeada por discordâncias e violência verbal mútua intensa. Há 3 meses, Paulo saiu da casa e ingressou com processo de divórcio, no qual também pleiteia a guarda unilateral do filho Pedro (7 anos), alegando que o menino tem com ele apego mais intenso do que com a mãe. Salienta-se que a criança passou a manifestar queda no rendimento escolar no último semestre. Após tentativa infrutífera de audiência de conciliação, o Juiz determinou que a equipe técnica, formada por psicólogo e assistente social, realize uma avaliação psicossocial do caso, no prazo de um mês e que, em suas análises e conclusões, forneçam subsídios técnicos para colaborar com decisão sobre a guarda da criança. Após ler o processo, o primeiro procedimento que o psicólogo adotou foi a efetivação de entrevistas individuais com cada uma das partes em litígio, isto é, com Paulo e com Fabiana. Já nesses

primeiros contatos, observou a presença de alto grau de conflito, visto que ambos demonstraram postura adversarial, indicaram dificuldade de separar conteúdos relacionados à vida pregressa do casal e às funções parentais, manifestaram que querem a guarda unilateral de filho e justificaram seu desejo apontando conteúdos depreciativos sobre o outro. Percebeu, ainda, que Fabiana apresentou reação de choro durante quase toda a entrevista, tendo sido acolhida pelos profissionais.

Perguntas Disparadoras

Qual é a demanda endereçada à Psicologia pelo Direito e em quais elementos deve se focar nesta avaliação?

Quais recursos metodológicos, além dos já mencionados, o psicólogo pode utilizar e por quê?

Fonte: Caso fictício elaborado pela primeira autora.

A partir do caso em tela, os membros do grupo discutiram a importância de o profissional de Psicologia se ater ao limite de sua competência, haja vista que cabe ao psicólogo da situação hipotética realizar a avaliação técnica determinada, visando a construir análises e sugestões técnicas, sob a ótica psicológica, apenas. Tal como assinala o Conselho Federal de Psicologia (2019):

A(O) psicóloga(o) não deve incorrer em julgamento ou, através da avaliação, ter pretensão de definir um arranjo de guarda ou uma regulamentação de convivência, cuja atribuição é exclusivamente do juiz. A função da(o) psicóloga(o) seria lançar luz sobre os fatores psicológicos em jogo, sem responder à questão final sobre o julgamento (p. 43).

Para tanto, abordou-se no grupo a necessidade de, em situações como esta, levantar-se conteúdos sobre a dinâmica de vida deste ex-casal, tanto sobre o momento pregresso quanto acerca de contexto posterior à separação, não se restringindo apenas a conteúdos relativos à atualidade do processo de divórcio propriamente. Nessa direção, embora a demanda endereçada pelo Juiz à equipe técnica diga respeito à necessária contribuição técnica quanto à decisão a ser tomada pelo magistrado quanto à guarda da criança, considerando que ambos demonstraram dificuldade em separar a conjugalidade da parentalidade, seria imprescindível a compreensão do interjogo de fatores que compõem ambas as dimensões: os vínculos conjugais e as relações parentais. Por essa razão, os participantes ponderaram que, em uma situação hipotética como esta, deve o profissional se atentar às informações manifestadas por todos os envolvidos, articulando-as, a fim de melhor compreender a complexa e singular dinâmica familiar e intersubjetiva que se performar ali.

Por conseguinte, refletiu-se no grupo que, para além dos procedimentos já mencionados no caso, quais sejam, leitura do processo e entrevistas individuais iniciais com os adultos, seria indispensável, na sequência, o profissional proceder ao atendimento da criança, de modo a operar à sua escuta e à observação psicológica, intermediadas por recursos lúdicos e/ou, até mesmo, por algum teste psicológico ou outra técnica complementar. Ademais, a observação da

interação mãe-filho e pai-filho se coloca como recurso importante que poderia aprofundar a compreensão sobre as relações entre estes pares parento-filiais. Não menos importante, considerando que, no caso em pauta, o profissional de Serviço Social também realizou seu estudo técnico, a discussão interprofissional da situação emerge como rica possibilidade de troca de saberes, assim como, complementarmente, discussões do caso com profissionais de outros setores, como a escola da criança, por exemplo, poderia possibilitar a emergência de dados adicionais favorecedores de uma compreensão mais robusta da situação.

Ainda, em que pese a limitada comunicação entre o ex-casal, os participantes do grupo apontaram a importância de se empreender à tentativa de atendimento conjunto com os adultos envolvidos na lide, de modo a favorecer possível diálogo rumo à participação mais ativa deles no desfecho do processo judicial, bem como enquanto espaço potencial no qual o(s) profissional(is) poderia(m) efetuar orientações psicossociais que visassem ao direito da criança de conviver com ambos os genitores, a qual, em situações como essa, não raro, figura como mero objeto de disputa. Discutiu-se, nessa direção, que a sentença judicial nem sempre demarca o momento do fim do litígio; pelo contrário, é comum a beligerância se perpetuar, gerando impactos nos envolvidos, inclusive nas crianças. Do mesmo modo, apontou-se que os impactos da conflitiva na criança, possivelmente, não se instalou apenas após a separação dos pais. Índícios disso são os impactos no rendimento escolar que a criança já vinha tendo há pelo menos seis meses. Assim, pensando nos possíveis efeitos emocionais vividos pela criança e também pelos adultos, o grupo apontou, por fim, a importância de encaminhamentos para órgãos da rede como medidas relevantes, em casos como este, de modo a favorecer o cuidado integral e sistemático frente a questões específicas que extrapolam o campo forense.

As reflexões construídas pelos participantes evidenciaram, de modo global, aquilo que fora assinalado pelo Conselho Federal de Psicologia (2019): de fato, em contexto de atuação profissional junto a situações de litígios de família, as demandas que chegam à Psicologia comumente estão mergulhadas em conflitos. Cabe ao profissional lançar luz às relações entre as pessoas envolvidas, aos sofrimentos existentes, às vivências singulares, e à voz da criança, comumente colocada em segundo plano.

De modo similar – guardadas as singularidades de cada temática – os demais encontros também foram encerrados com propostas como a abordada acima, a partir das quais, reflexões foram estabelecidas, gerando aberturas para que aqueles assuntos não fossem ali tomados como acabados, mas sim se resignificassem como propulsores de inquietações e novos deslocamentos. Desta maneira, nos demais encontros, outros personagens compuseram as cenas

dos estudos de caso e, a partir destes retratos hipotéticos, os participantes do grupo de estudos puderam cunhar debates, reflexões e até mesmo questionamentos quanto a práticas profissionais acríticas, buscando, fundamentalmente, pensar sobre estratégias alternativas de atuação. A título de ilustração, breves comentários são efetuados, a seguir, sobre alguns dos impactos gerados nestes demais encontros.

No encontro em que se abordou o tema da infância violada no cotidiano de atuação do profissional de Psicologia, pôde-se discutir um caso que retratava situação que fora lida e denunciada como negligência, mas que, na verdade, revelava quadro familiar de uma mãe solo que, em condição de vulnerabilidade, empreendia esforços para resguardar os direitos dos filhos. Lembrando que, tal como preconizada o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a situação de carência enfrentada por qualquer família não é suficiente para que seja realizado o afastamento de crianças do lar; a prioridade deve ser a manutenção e o fortalecimento dos vínculos e permanência no seio familiar. A atuação das políticas públicas rumo ao enfrentamento das dificuldades emergentes é, por conseguinte, indispensável e diz respeito aos deveres do poder público.

Por sua vez, no encontro em que se voltou à discussão do fazer da Psicologia junto a demandas da área criminal/penal, o estudo de caso apresentado possibilitou a construção de reflexões sobre a importância da atuação humanizada nos espaços prisionais e do compromisso da Psicologia quanto à operacionalização de práticas que visem à saúde mental dos apenados, de modo a minimizar os impactos do encarceramento. Problematizou-se, também, tal como assinala o Conselho Federal de Psicologia (2012), o quanto nossa sociedade aponta estes sujeitos como indivíduos “de risco”, cabendo, portanto, à Psicologia (re)conhecer sua singularidade e sua história e, ao fazê-lo, rotineiramente se depara com pessoas que, ao longo da trajetória, foram sujeitos “em risco”. Logo, não se tratam de categorias segmentadas, pelo contrário, não raro informam sobre vidas de sujeitos inúmeros que têm suas existências marcadas pelas mazelas sociais.

Já no encontro em que se discutiu a violência doméstica contra mulheres, lançar mão de um caso fictício permitiu aos participantes refletir sobre a complexidade que constitui estas situações, demandando da Psicologia um olhar sensível, atento e fundamentado para que dicotomias não sejam reforçadas, tais como vítima x agressor; atenção x punição, etc. Essas segmentações tendem a enclausurar as mulheres em lugares imóveis: de vítimas passivas. Hoepers e Tomanik (2019, p. 13) salientam que “embora sintam e vivam inúmeros efeitos das violências, elas nos revelaram que são vidas que importam, compostas sim por marcas de

sofrimentos, mas também por componentes potenciais”. Assim, as discussões tecidas no grupo, a partir do estudo de caso e do embasamento teórico, sinalizaram a indispensabilidade das redes de apoio, o necessário atendimento qualificado a todos os envolvidos e, especialmente, a implementação ou ampliação de políticas públicas que visem à atenção a estas pessoas, enquanto sujeitos ativos no enfrentamento ao problema.

No encontro final, o estudo de caso, utilizado como recurso auxiliar para se refletir sobre direitos humanos em sua interface com a Psicologia Jurídica, favoreceu um deslocamento dos participantes do grupo, que puderam, então, colocar-se como os personagens do caso, ao serem provocados a pensar sobre a implicação de nossa ciência e profissão com os direitos humanos no exercício profissional. Os participantes destacam posicionamentos que ecoaram o necessário fazer profissional implicado com o rompimento com visões acríticas e geradoras de estigmas sobre sujeitos. Rumo à uma atuação voltada à promoção dos direitos humanos, destacou-se: a necessidade de construir o senso crítico, ainda durante a graduação; a importância de se buscar conhecimento para além da sala de aula; a imprescindibilidade da construção de uma rede de apoio interdisciplinar e intersetorial no contexto prático; o investimento na aprendizagem continuada, através de cursos, especializações e supervisões; a busca pelo conhecimento quanto às legislações que permeiam a área de atuação, sejam as normativas da própria categoria, sejam aquelas que dizem respeito aos temas que atravessam exercício profissional da Psicologia Jurídica; e o exercício qualificado da escuta e da escrita no cotidiano profissional de modo a evidenciar o compromisso social da Psicologia, tal como prevê o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intento de construir enlaces que pudessem colaborar com o aprofundamento da compreensão de questões complexas presentes do campo do fazer da Psicologia em interface com o Direito, profissionais e estudantes de ambas as áreas se conectaram por meio do recurso virtual, buscando encurtar distâncias e fomentar diálogos. Foi, pois, num contexto de luto, temores e isolamento social, no decurso da pandemia da Covid-19, que, mediante reuniões remotas, as autoras deste artigo, juntamente com outros e outras participantes do Grupo de Estudos de Psicologia Jurídica, (co)criaram espaços colaborativos de conversações plurais e compromissadas com a ética profissional.

O foco central foi, invariavelmente, a complexidade que compõe o cenário da Psicologia Jurídica e os consequentes desafios lançados aos profissionais. Inclusive, um aspecto que

atravessou todo percurso dialógico dos encontros do grupo de estudos foi o destaque à necessidade de a Psicologia se articular com outras áreas, como o Direito e o Serviço Social, para lidar com as multifacetadas demandas que se apresentam no cotidiano de atuação. Além disso, também se acentuou a importância de que estas articulações extrapolem o campo dos espaços judiciais, de modo a fomentar diálogos com profissionais de outros setores, como é o caso das políticas públicas mais variadas.

As ferramentas de leitura prévia, de debate conjunto e de estudos de casos se colocaram como dispositivos fundamentais para o aprofundamento de discussões agregadoras aos membros envolvidos, tal como se buscou apresentar ao longo deste trabalho. Espera-se, por conseguinte, que, ao compartilhar este relato de experiência, este artigo possa fomentar a construção de outros espaços de diálogos similares sobre estas ou outras temáticas, de acordo com cada contexto e características singulares de cada grupo.

Por meio de conversações e reflexões crítico-reflexivas, a proposta dos encontros não foi a de esgotar os temas elencados e trabalhados; pelo contrário, voltou-se a abrir fendas, provocar inquietações e ampliar olhares geradores de articulações, deslocamentos e busca por uma Psicologia Jurídica crítica, ética e implicada com as necessidades singulares dos sujeitos humanos que integram o intrincado e rico campo profissional.

REFERÊNCIAS:

HOOKS, B. Pelo fim da violência. In: HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 23/10/2021.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 31/01/2022.

BRITO, L. M. T. Anotações sobre a Psicologia Jurídica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n. 32 (num. esp.), 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/654BBJ4bMsrqKPsDCQShJZC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10/12/2021.

COIMBRA, C. M. B. Direitos Humanos e a Atuação na Área Jurídica. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Os direitos humanos na prática profissional dos psicólogos**. Brasília: CFP, 2003. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha_dh.pdf. Acesso em: 10/12/2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 010/05. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 21/11/2021.

_____. A prisão e a Psicologia. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) no sistema prisional**. Brasília: CFP, 2012. Disponível em: http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2012/11/AF_Sistema_Prisional-1.pdf. Acesso em: 20/12/2021.

_____. A atuação da Psicologia nas ações judiciais de família. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para a atuação de psicólogas(os) em Varas de Família**. Brasília: CFP, 2019. Disponível em <http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2019/11/RT-Varas-de-Fam%C3%ADlia-2019.pdf>. Acesso em: 20/12/2021.

HOEPERS, A. D.; TOMANIK, E. A. Psicologia e Políticas Públicas Sociais: Tecendo laços, construindo redes. **Revista Saber Acadêmico**, Presidente Prudente, n. 26, jul./dez. 2018. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200122105254.pdf. Acesso em: 05/07/2021.

HOEPERS, A. D.; TOMANIK, E. A. (Co)construindo sentidos: o grupo como dispositivo de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres. **Psicologia & Sociedade**, n. 31, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822019000100224. Acesso em: 10/12/2021.

LAGO, V. M et al. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 26, n. 4, out/dez 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/NrH5sNNptd4mdxy6sS9yCMM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05/07/2021.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2352/235217215002.pdf>. Acesso em: 31/01/2022.

NASCIMENTO, L. G.; BANDEIRA, M. M. B. Saúde penitenciária, promoção de saúde e redução de danos do encarceramento: desafios para a prática do psicólogo no Sistema Prisional **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, núm. esp. 2, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/rzBgK7y7GJzqQy98JxLPsGP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18/11/2021.

PELISOLI, C.; OLIVEIRA JÚNIOR, D. F. Aspectos jurídicos e psicossociais da adoção de crianças e adolescentes no Brasil. In: GOMIDE, P. I. C.; STAUT JÚNIOR, S. S. (Orgs.). **Introdução à Psicologia Forense**. Curitiba: Juruá, 2016.

ROVINSKI, S. L. R. **Psicologia Jurídica no Brasil e na América Latina**: dados históricos e suas repercussões quanto à avaliação psicológica. Versão atualizada de palestra proferida no III Seminário de Psicologia Jurídica do Estado de Santa Catarina, 2007. Disponível em: <https://feapsico2012.files.wordpress.com/2016/02/texto-1-sonia-rovinski-psicologia-jurc3addica-no-brasil-e-na-a.pdf>. Acesso em: 10/12/2021.

ROSATO, C. M. Psicologia e Direitos Humanos: cursos e percursos comuns. **Psicologia Revista**, v. 20, n. 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/6790>. Acesso em: 10/12/2021.

SACRAMENTO, L. T. Psicologia Jurídica: conceito e histórico. In: ABPJ. **Cadernos de Psicologia Jurídica: Psicologia na prática jurídica**. São Luís: UNICEUMA, 2019. Disponível em: <http://www.abpj.org.br/downloads/8d630e36afd6c80f898b84a222598dd6.pdf>. Acesso em: 05/01/2022.

SILVA, L. O. et al. Diálogos com pais e mães separados: grupos reflexivos no sistema de justiça. **Nova Perspectiva Sistêmica**, n. 62, dez/2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nps/v27n62/v27n62a07.pdf>. Acesso em: 10/12/2021.

SOUZA, C. A. et al. Provisoriedade e vínculos nas instituições-abrigo: a potência dos encontros. GHIRARDI, M. L. A. M.; FERREIRA, M. P. (Orgs.). **Laços e Rupturas: leituras psicanalíticas sobre adoção e o acolhimento institucional**. São Paulo: Editora Escuta, 2016.

CAPÍTULO 14

A PSICOLOGIA JURÍDICA BRASILEIRA: HISTÓRIA E DEVIRES

Aline Daniele Hoepers
Bárbara Fernanda Postigo
Cláudia Quinto Santos de Souza
Debora Leite Oliveira
Juliana Carvalho Melo Fonseca
Márcia Flozina Da Silva Melo
Sueli dos Santos Silva Occulati

RESUMO

A Psicologia Jurídica, enquanto uma das áreas da Psicologia, não se construiu por meio de uma história linear. Inúmeros foram os movimentos de transformações que a lançaram, permanentemente, num campo de potencial reconfiguração. No intento de refletir sobre a dinamicidade da história da Psicologia Jurídica e seus devires, realizou-se pesquisa de natureza teórico-reflexiva, com o apoio do recurso de levantamento bibliográfico. Partindo desse propósito, o texto compôs, inicialmente, breves discussões introdutórias sobre a história da Psicologia Jurídica e, na sequência, apresentou o levantamento que fora efetuado nos bancos de dados SciELO, PePSIC e LILACS-BVS quanto à produção científica disponível, na realidade brasileira, sobre a dimensão histórica da Psicologia Jurídica. Após, foram construídas discussões sobre os caminhos já criados e possíveis devires de práticas alinhadas à consolidação de direitos, de cidadania e de justiça. O percurso trilhado permitiu concluir ser tarefa complexa estudar a dimensão histórica desta área, em face da escassez de produções sobre o tema, como também colaborou para que se lançassem reflexões quanto à indispensabilidade de que os profissionais que atuam em interface com o Sistema de Justiça operacionalizem saberes e fazeres alinhados ao compromisso social da Psicologia.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Jurídica; história; compromisso social; devires.

INTRODUÇÃO

A história de uma ciência e profissão não se inscreve e escreve numa rota linear, unívoca. Idas e vindas, descaminhos, percalços, construções e rupturas a compõem. A história da Psicologia Jurídica, particularmente no Brasil, é recente, mas não por isso deixa de se compor de movimentos não lineares. Para que compreendamos sua atual conformação, complexa e plural, lançar um olhar para o que se construiu até aqui se coloca como fundamental.

Buscando colaborar com este debate, este trabalho visa a apresentar discussões sobre a história da Psicologia Jurídica, enquanto movimento dinâmico, de modo a enfatizar seus processos de transformação e devires na direção do indispensável compromisso com os sujeitos que compõem as mais variadas cenas jurídicas. Para tanto, o texto se compôs de proposições teórico-reflexivas com base em levantamento bibliográfico sobre o tema.

Antes mesmo de avançarmos nestas discussões quanto à dimensão histórica desta área do saber-fazer, cabe ressaltar que ela, necessariamente, nasce da interface entre Psicologia e Direito. Sacramento (2019) bem destaca que, ao acionar as contribuições do saber psicológico, o campo do Direito reconhece “a sua limitação em conseguir abranger objetivamente o fato subjetivo” (p. 22). Vê-se, pois, que ao ingressar nas cenas jurídicas – judiciais ou extrajudiciais –, o papel fundamental da Psicologia é auxiliar, através de conhecimentos psicológicos, os operadores do Direito em demandas que escapam ao escopo dessa área.

Em outras palavras: cabe a Psicologia aplicar seus conhecimentos a assuntos que integram ou se relacionam ao Sistema de Justiça. *Como* a Psicologia tem empregado estes conhecimentos e *a serviço de que(m)* o faz são as preocupações que movem esta produção, como os leitores e as leitoras verão adiante.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA JURÍDICA

A multiplicidade de demandas que arranja o âmbito judicial – e, por conseguinte, a complexidade que as envolvem – demanda saberes outros, para além do Direito. A história revela a participação da Psiquiatria, da Psicologia, da Sociologia e da Pedagogia diante de situações que compuseram as práticas jurídicas.

Foucault (2014) nos lembra, por exemplo, do quanto estes campos do saber serviram, desde o século XIX, de instrumentos para controlar e adaptar sujeitos. Inúmeros discursos de normalização e regramento quanto ao comportamento humano foram e são construídos a partir desse enfoque disciplinar da época, mas que, ainda hoje, criam efeitos.

Naquele contexto histórico do final do referido século, autores como Altoé (2004) e Serafim e Saffi (2014) pontuam que ocorreram as primeiras aproximações entre Direito e Psicologia, via, especialmente, o campo da psicologia do testemunho. Ela tinha, naquele momento histórico, o objetivo de verificar, por meio de estudos experimentais dos processos psicológicos, a fidedignidade do relato de sujeitos envolvido em processo jurídico. É a partir dessas raízes que as práticas da Psicologia em interlocução com o Direito passam a ser produzidas a nível mundo.

Nota-se que o campo destes fazeres era, fundamentalmente, a área criminal/penal, a finalidade era psicodiagnóstica/avaliativa, e a implicação dos profissionais se voltava à busca pela suposta fidedignidade dos testemunhos e, por sua vez, pelo controle dos sujeitos em observação.

O diagnóstico psicológico servia para melhor classificar e controlar os indivíduos. Os psicólogos eram chamados a fornecerem um parecer técnico (pericial), em que, através do uso não crítico dos instrumentos e técnicas de avaliação psicológica, emitiam um laudo informando à instituição judiciária, via seus representantes, um mapa subjetivo do sujeito diagnosticado. O objetivo era melhor instruir a instituição para tomada de decisões mais fundamentadas e, portanto, mais justas. Nem é preciso dizer que os profissionais que executavam este tipo de trabalho geralmente se centravam na análise da subjetividade individual descontextualizada e objetificada; em outros termos, reificada (MIRANDA JÚNIOR, 1998, p. 29).

Os importantes assinalamentos do autor supracitado permitem refletir que as práticas daquela Psicologia tradicional não estavam implicadas com os sujeitos, mas sim com a emissão de um suposto discurso científico de *verdade*. Intencionalmente ou não, nossa ciência esteve, portanto, a serviço de análises descontextualizadas, cristalizadoras e não alinhadas ao compromisso social.

Na mesma direção, Sacramento (2019) lembra que as primeiras aplicações da Psicologia Jurídica estavam comprometidas com a busca da *verdade judicial* e, para tanto, a classificação e o controle dos sujeitos era prática comum e disseminada entre os profissionais, por meio dos diagnósticos psicológicos. Prossegue, fazendo ponte com o que passa a ocorrer, especificamente, no cenário brasileiro:

Exemplo desta visão centrada na psicopatologia, que objetivava a manutenção da inquestionável ordem pública é o Manual de Psicologia Jurídica, de Mira y Lopez, editado no Brasil no ano de 1955, que versava, principalmente, sobre os procedimentos de avaliação da personalidade criminosa e teve grande repercussão no ensino e na prática profissional do psicólogo, até recentemente. Foi com a publicação deste livro que começou a se utilizar o termo Psicologia Jurídica (SACRAMENTO, 2019, p. 28).

A obra citada pelo autor, de fato, inaugura as discussões no cenário brasileiro. A partir da introdução das discussões, a prática

iniciou-se mais precisamente a partir dos anos 1960. (...). Ao psicólogo cabia contribuir com dados objetivos, sobre o sujeito em perícia, principalmente, por meio da psicometria do quociente de inteligência (o QI), da idade mental, e em algumas situações pelo exame de personalidade com o Teste Miocinético (PMK) de Myra y Lopez (SERAFIM; SAFFI, 2014, p. 9).

Coimbra (2003), por sua vez, pondera que, em que pese a regulamentação da profissão de psicólogos ter ocorrido em 1962, antes mesmo, desde a década de 50, algumas práticas, nem sempre registradas oficialmente, já ocorriam, com aqueles mesmos propósitos, isto é, “fornecer pareceres técnicos sobre ‘perfis psicológicos’, demandados pelo Judiciário” (p. 7). E assim prosseguirá na década seguinte, como se observa nas considerações a seguir.

Baseados em alguns princípios que têm norteado, de um modo geral, as práticas psi hegemônicas em nosso país e fortalecidas, em especial, a partir dos anos 70, o trabalho do psicólogo no Judiciário, em alguns momentos, tem apontado para indivíduos intimidados, psicologizados, abstratos, a-históricos e desvinculados de seus contextos sócio-histórico-político-culturais (COIMBRA, 2003, p. 8).

Será mais adiante, especialmente após as décadas de 1980 e 90, principalmente pela gestação e implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que os psicólogos jurídicos passarão a compor outros espaços, para além daqueles sedimentados tradicionalmente na esfera criminal-penal, tal como assevera o Conselho Federal de Psicologia (2019). Assim, espaços forenses, especialmente varas de família, infância e juventude passaram a integrar estes profissionais, a partir deste momento histórico, inclusive, via concursos públicos.

A inserção das(os) psicólogas(os) no Sistema de Justiça tornou-se obrigatória a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que definiu, em 1990, as funções das equipes interdisciplinares (artigos 150-151) como órgão auxiliar do Juízo em todos os Tribunais de Justiça do país (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p. 30).

Daí em diante, ampliam-se, também, os espaços de atuação para órgãos como Defensorias Públicas e Ministérios Públicos, comenta o Conselho Federal de Psicologia (2019), o que tem permitido questionar e reinventar atribuições, técnicas e fazeres. Isso significa que se, historicamente, as práticas estiveram – e, por vezes, ainda estão – fortemente vinculadas a avaliações e confecções de documentos psicológicos, no presente, é nítida a expansão dos campos, das demandas e, conseqüentemente, das próprias técnicas.

Vale salientar que o próprio campo de avaliação e elaboração de documentos não se configura como no passado; se antes, o intento dos psicodiagnósticos era basicamente classificar e ajustar, hoje a ciência e profissão tem aportes éticos, técnicos e teóricos que convocam os profissionais a construir avaliações dinâmicas, contextualizadas e pautadas na articulação de dados emergentes de instrumentais reconhecidos pela categoria. A implicação profissional sofre, pois, redimensionamentos.

Tal como afirma Miranda Júnior (1998, p. 31): “o psicólogo, tem hoje a árdua missão de fazer ouvir o que querem calar”, afirmando, assim, o compromisso da categoria com as pessoas e as subjetividades.

Frente a estes movimentos históricos, no presente, há psicólogos atuando junto a demandas variadas emergentes no âmbito do direito de família, da criança e do adolescente, criminal, penal e do trabalho (SACRAMENTO, 2019). A pluralidade de campos permite, também, a expansão das práticas: avaliação, assessoramento, informação/orientação, apoio e acompanhamento, discussão interdisciplinar e intersetorial de casos, parcerias e encaminhamentos, práticas alternativas de resolução de conflitos, trabalhos com grupos, dentre outras (ALTOÉ, 2004; SACRAMENTO, 2019).

Hoje, podemos dizer que houve uma expansão destes trabalhos, para além dos fóruns e do sistema prisional, passando a abranger as Defensorias Públicas, os Ministérios

Públicos, as Delegacias Especializadas e, até mesmo, alguns núcleos de defesa de direitos. Além do alargamento espacial de inserção profissional, vem ocorrendo também uma ampliação do próprio fazer psicológico, que atravessa os limites das avaliações individualizadas, e se reconfigura de modo mais amplo e diversificado, através de práticas implicadas com a promoção de direitos humanos e cidadania (HOEPERS; TOMANIK, 2018, p. 145).

As discussões ora tecidas permitem, em linhas gerais, colocar em evidência alguns movimentos que compuseram a história da Psicologia Jurídica no mundo e no Brasil até então. Entretanto, as autoras deste manuscrito, em seus estudos e/ou práticas, têm tomado como hipótese que há, na realidade brasileira, escassa produção bibliográfica da Psicologia Jurídica no que tange, particularmente, à dimensão histórica. A fim de melhor aclarar essa hipótese, optou-se por realizar levantamento bibliográfico sobre o tema, tal como será apresentado na seção seguinte.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ASPECTOS HISTÓRICOS DA PSICOLOGIA JURÍDICA NO BRASIL

Com o objetivo de levantar dados sobre os aspectos históricos da Psicologia Jurídica no Brasil, efetuou-se levantamento bibliográfico de artigos científicos acerca do tema. A fase de coleta de dados ocorreu no período de setembro a outubro de 2021. Na primeira etapa, foram utilizadas duas plataformas de pesquisas: a) na plataforma *Scientific Electronic Library On-Line* – SciELO, por meio da palavra-chave: “psicologia jurídica no Brasil”, foram encontrados quatro artigos, mas, dentre eles, apenas um referente ao tema proposto; e b) no Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia – PePSIC, através das palavras-chave “história” e “psicologia” e “jurídica”, foram levantados, inicialmente, sete artigos.

Em razão da escassez de produções levantadas e na tentativa de ampliar o espectro de produções para subsidiar a pesquisa, optou-se por utilizar uma terceira plataforma, a Biblioteca Virtual em Saúde Literatura Latino-Americana e do Caribe Ciências da Saúde – LILACS-BVS. Utilizando-se as palavras-chave “psicologia” e “jurídica” e “Brasil”, levantou-se sessenta artigos, porém apenas onze com referência ao tema. Ainda, utilizando-se as palavras-chave “história” e “psicologia” e “jurídica”, foram encontrados vinte e seis artigos, dos quais, após a leitura dos resumos, cinco artigos e um livro aparentemente demonstravam relação com o tema.

Frente às produções alcançadas nas três bases de dados, mediante a leitura dos títulos e resumos, operou-se à exclusão daquelas que apareciam em duplicidade e/ou que não tratavam centralmente do tema história da Psicologia Jurídica no Brasil. Por meio desses critérios de seleção, chegou-se a cinco artigos que se apresentam de acordo com o objetivo da pesquisa. Na

tabela a seguir, são apresentadas as produções selecionadas. A fonte completa de cada um dos textos é apresentada na seção das referências.

Tabela 1: Resumo do levantamento bibliográfico de produções científicas sobre o tema em pauta.

Título	Autoria e ano	Objetivo
Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil	França (2004)	“Objetiva apresentar e discutir a definição de Psicologia Jurídica e sua relação com o Direito, destacar seus setores de atuação de acordo com os trabalhos apresentados no III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica realizado no Brasil em 1999 e abordar os desafios para a Psicologia Jurídica Brasileira” (p. 73)
Um breve histórico da Psicologia Jurídica no Brasil e seus campos de atuação	Lago et al. (2009)	“Este artigo tem como objetivo discutir alguns referenciais históricos da Psicologia Jurídica no Brasil e, a seguir, apresentar os principais campos de atuação, com uma sucinta descrição das tarefas desempenhadas pelo psicólogo em cada um deles” (p. 483)
Anotações Sobre a Psicologia Jurídica	Brito (2012)	“Visando a situar a Psicologia Jurídica na conjuntura dos cinquenta anos da profissão no Brasil, apresentam-se breves trechos de sua história no âmbito nacional, algumas práticas desenvolvidas inicialmente por profissionais que optaram por atuar nesse campo e as discussões que essas práticas suscitaram na seara do Direito da infância e da juventude, do Direito de família e da execução penal” (p. 195)
Psicologia Jurídica: um Percurso nas Varas de Família do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	Silva (2013)	“Nosso propósito é apresentar a atuação do psicólogo nas Varas de Família, trazendo pontos históricos e também elementos atuais que já apontam demandas profissionais – específicas e avançadas – em relação às famílias que judicializam seus conflitos, ou seja, que levam ao Poder Judiciário ou a um operador de Direito propriamente dito o pedido de auxílio e de soluções” (p. 904)
Contribuições dos saberes médicos e criminológicos na emergência da Psicologia Jurídica brasileira	Caldas e Cassoli (2018)	“O presente trabalho busca demarcar no percurso histórico de desenvolvimento da psicologia jurídica brasileira suas articulações junto a saberes como a psiquiatria e a criminologia ao longo de um projeto societário disciplinar e normalizador que refletiu no aumento das atividades diagnósticas e avaliativas, ainda hoje as principais atividades endereçadas aos psicólogos jurídicos” (p. 22)

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Em vista das informações apresentadas no quadro acima, a seguir, são apresentadas articulações das proposições dos referidos referenciais no que tange, fundamentalmente, às suas contribuições quanto à dimensão histórica da Psicologia Jurídica. Para tanto, considerando os elementos comuns e os aspectos singulares trazidos por cada um dos trabalhos, os conteúdos serão exibidos em dois eixos: primeiramente, serão abordados os destaques sobre as raízes históricas da Psicologia Jurídica no Brasil; e, em seguida, os aspectos apresentados quanto às transformações históricas na área e possíveis devires.

Quanto ao primeiro eixo, Caldas e Cassoli (2018) lembram que o surgimento e a disseminação da Psicologia Jurídica no contexto brasileiro esteve, ao longo do século XX, muito relacionada à Psiquiatria nas prisões. Vinculada a práticas de normalização e controle, ela se afirmou como prática social e, no seu exercício, a fim de instrumentalizar-se foi trazendo

a Psicologia para dentro do universo jurídico. A relação entre Psicologia e Direito remonta, então, a um passado em que psicólogos eram chamados a responder sobre o funcionamento mental do criminoso, via diagnóstico psicológico, atrelado às práticas psiquiátricas, servindo ao controle e à classificação dos indivíduos e, em seguida, à veracidade de testemunhos.

Lago et al. (2009) e Brito (2012) explanam que a história da Psicologia Jurídica no Brasil tem seu início oficial com o reconhecimento da profissão, na década de 1960, e que o ingresso dos profissionais ocorreu de maneira gradual e, inclusive, por vezes, através de trabalhos voluntários e informais. Em conformidade com outras referências que foram abordados na primeira seção deste artigo, estas autoras também apontam que, nas raízes da história da Psicologia Jurídica no Brasil, estão os trabalhos de cunho avaliativo quanto a adultos que cometeram crimes e adolescentes autores de atos infracionais. Citam, como marcos importantes para o ingresso dos profissionais de Psicologia, algumas normativas, como a Lei de Execução Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, as quais colaboraram com a sua inserção oficial, via concursos públicos, nos cenários penitenciários e forenses e, pouco a pouco, também contribuíram com a expansão da atuação para além da perícia.

Silva (2013) discorre que a trajetória de construção da Psicologia e também da Psicologia Jurídica no Brasil fora marcada por muitas lutas, desafios, mas também avanços. Chama atenção para os inúmeros conflitos que passaram a ser judicializados e que têm demandado, historicamente, a atuação de psicólogos. “O prisma subjetivo edifica-se e impõe-se por detrás desses inúmeros processos que recebem uma capa, um número e que encerram o drama da vida de cada um” (p. 904). O olhar e o reconhecimento de aspectos subjetivos, na interface com o campo do Direito, têm permitido, ao longo das idas e vindas da história, colaborar para que a prática profissional de psicólogos e psicólogas fosse, paulatinamente, disseminando o valor da ciência psicológica.

Já a respeito do segundo eixo, França (2004) comenta que a Psicologia Jurídica apresenta o seguinte panorama de setores de atuação mais comuns e tradicionais, decorrentes dos movimentos históricos: Psicologia criminal, Psicologia penitenciária, Psicologia em interface com demandas da infância e juventude, Psicologia e direito de família, Psicologia no âmbito policial, Psicologia do testemunho, pesquisa em Psicologia Jurídica, e Psicologia e o direito do trabalho. Ademais, elenca outros campos e/ou temáticas, que entende ser os mais recentes e emergentes no cenário contemporâneo: Psicologia em ministérios públicos, Psicologia na seleção de magistrado, vitimologia, dano psíquico, mediação, direitos humanos, proteção a testemunhas e autópsia psicológica.

Essas considerações tecidas pela autora foram feitas com base em levantamento temático acerca de trabalhos apresentados no III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica, realizado no Brasil em 1999. A partir das considerações a que chegou, aponta, em conclusão, que os profissionais ainda se concentram, expressivamente, nas áreas tradicionais. Alude, ainda, “o quanto a Psicologia Jurídica brasileira pode e necessita crescer, não só na quantidade de profissionais atuantes, na qualidade do trabalho desenvolvido por eles, mas também na intensificação da produção e publicação do conhecimento” (FRANÇA, 2004, p. 80).

A publicação de Lago et al. (2009), por sua vez, põe em destaque que, em que pese as mudanças históricas, ainda há uma predominância das atividades ligadas à confecção de documentos psicológicos, o que ainda concede centralidade ao fazer psicológico avaliativo. Enfatizam que, em sua atuação, cabe a Psicologia apenas recomendar soluções sob a ótica psicológica, “jamais determinar os procedimentos jurídicos que deverão ser tomados” (p. 486). Citam que, com as mudanças históricas criadas no campo da Psicologia Jurídica, no presente, ela é chamada a atuar junto a uma multiplicidade de temas, como: na área da família, em divórcios e separações, regulamentação de visitas e disputa de guarda; no âmbito da infância e juventude, junto a casos de adoção, destituição do poder familiar e ato infracional; no campo do direito civil, em situações que envolvem dano psíquico e interdição; na área penal, seja dentro de penitenciárias ou em institutos psiquiátricos forenses; direito do trabalho, junto a processos trabalhistas; e outros campos de atuação, como vitimologia e psicologia do testemunho. Refletindo sobre os movimentos de transformação da área, apontam que

A elaboração de psicodiagnósticos, presente desde o surgimento da Psicologia Jurídica, permanece como um forte campo de exercício profissional. Contudo, a demanda por acompanhamentos, orientações familiares, participações em políticas de cidadania, combate à violência, participação em audiências, entre outros, tem crescido enormemente. Esse fato amplia a inserção do psicólogo no âmbito jurídico, ao mesmo tempo em que exige uma constante atualização dos profissionais envolvidos na área. O psicólogo não pode deixar de realizar psicodiagnósticos, âmbito de sua prática privativa. Entretanto, deve estar disposto a enfrentar as *novas possibilidades de trabalho que vêm surgindo, ampliando seus horizontes para novos desafios que se apresentam* (LAGO et al., 2009, p. 490, grifos nossos).

Caldas e Cassoli (2018) também fazem menção a essas expansões e movimentos de mudanças, seja nos campos de atuação seja nas demandas abordadas nos espaços de trabalho. Afirmam que, no presente, há psicólogos em interface com a Justiça em tribunais de justiça, ministérios públicos, defensorias públicas, penitenciárias, instituições de cumprimento de medidas socioeducativas, além de outros campos nos quais pode haver relação direta ou indireta com o Sistema de Justiça, como clínicas que atuam com assistência técnica, organizações não-

governamentais, conselhos tutelares e centros de referências especializados de assistência social, dentre outras.

Brito (2012) salienta que, mais recentemente, após os Tribunais de Justiça de vários Estados brasileiros terem criado o cargo de psicólogo, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem dedicado especial atenção a essa área, por meio de debates, eventos e publicações visando a colaborar com a complexa atuação neste campo. Destaca que

o CFP vem usando a designação psicologia na interface com a Justiça, a partir do entendimento de que essa expressão incluiria não só os profissionais lotados nos tribunais, mas também os que executam trabalhos que são encaminhados ao sistema de Justiça, ou seja, psicólogos que não possuem vínculo empregatício com o Poder Judiciário. Inserem-se aí, portanto, trabalhos realizados por aqueles que atuam em consultórios clínicos e os que compõem equipes de outras instituições, convidados ou solicitados a emitir pareceres que serão anexados aos autos processuais. Nesse último grupo, pode-se listar, por exemplo, os psicólogos que exercem sua prática profissional em unidades que executam medidas socioeducativas, em penitenciárias, em Conselhos Tutelares, em CREAS e em ONGs, entre outros (BRITO, 2012, p. 199).

A autora conclui apontando que, embora a nível mundo a articulação entre Psicologia e Direito seja uma relação de longa data, nos últimos anos tem surgido demandas multifacetadas, que fazem despontar novas e inúmeras possibilidades de atuação, o que exige postura ética e discernimento por parte dos profissionais frente aos desafios postos à profissão.

Quanto aos desafios, Silva (2013) aduz que ainda há muito a percorrer:

Não se trata de colocar meramente um ramo do saber à disposição do outro, como outrora se dizia, também não se trata de apresentar verdades não sabidas a quem precise ouvi-las, uma vez que a Psicologia tem uma concepção de verdade que difere de outros campos. Trata-se de *formalizar uma coconstrução, uma possibilidade de configurar um olhar sobre elementos comuns às duas ciências* – Direito e Psicologia – que, dentre outras coisas, passa pela previsão, explicação e construção de políticas voltadas para a saúde mental (SILVA, 2013, p. 915, grifos nossos).

Nota-se, por conseguinte, que as produções levantadas, embora em termos quantitativos sejam limitadas, em sua dimensão qualitativa, inserem, neste campo de discussões, ricas contribuições. Frente a elas, avançamos, a seguir, em reflexões acerca do que ainda podemos, enquanto Psicologia Jurídica, (des)construir.

PSICOLOGIA JURÍDICA: (DES)CAMINHOS E DEVIRES

As discussões e problematizações engendradas até aqui, convidam-nos a refletir sobre a perspectiva histórica não apenas como uma face do passado, mas como dimensão transversal integrada por movimentos dinâmicos, que também informam sobre o presente e o futuro de nosso campo em discussão, a Psicologia Jurídica. Se a história progressiva deste campo da Psicologia revelou deslocamentos e mudanças inúmeras, há que se conceber que o processo de

transformações segue em curso. Nessa direção, nesta seção, são propostas reflexões sobre estes caminhos, ou melhor, descaminhos e devires.

Beiras (2020) apresenta ricas contribuições ao propor que a emergência de temas complexos exige dos profissionais da Psicologia “reflexão e posicionamento crítico” (p. 6). Isso passa por transformações que precisam ser operadas já na formação acadêmica. Salienta, por exemplo, que a Psicologia Jurídica segue, majoritariamente, sendo disciplina optativa nos cursos de formação, embora aponte que parece estar havendo um aumento desta área em campos de estágios e programas de extensão em algumas universidades. A formação e o exercício profissional comprometidos ética e criticamente se colocam como indispensáveis para que possamos refletir sobre a complexidade das demandas que são endereçadas ao campo psi e sobre qual é o nosso lugar nestes contextos.

Promover estas inquietações se faz imprescindível quando estamos implicados a pensar nos devires da Psicologia Jurídica. Estamos implicados *com que(m)* e *como* atuaremos devem ser reflexões-convites permanentes para se pensar nosso envolvimento e posicionamento frente aos desafios que se presentificam na prática e as saídas possíveis rumo ao compromisso social com as pessoas envolvidas nas tramas e lides jurídicas.

Na interface com o Direito, práticas inventivas e alinhadas à promoção de direitos humanos podem, pois, serem tecidas, assim como o inverso também pode ganhar espaço. Isso significa que nossa prática interdisciplinar tem potencial de ser ferramenta de promoção de direitos, assim como pode servir à opressão, à classificação e à estigmatização.

Em outras palavras, significa afirmar que, o agir profissional pode incorrer em construção dos direitos humanos ou no seu contrário. Considerando ainda que o sofrimento humano tem sido um dos principais objetos de estudo e intervenção da Psicologia, infere-se que frequentemente violações de direitos humanos são colocadas aos profissionais, tendo em vista que, muitas vezes, violações vem acompanhadas de sofrimento e adoecimento psíquico. Nessa lógica, fica o questionamento sobre o que foi e tem sido feito pelos profissionais nessas situações de violações? (ROSATO, 2011, p. 25).

A indagação ora proposta pela autora se insere neste debate como convite à constante reflexão sobre o que desejamos gerar, por meio de nossas práticas, no mundo: fomentar a construção de direitos ou colaborar com o silenciamento deles?

Beiras (2020) considera que há enorme potencialidade de interlocuções entre Psicologia e Direito, mas que tais práticas construtivas demandam “sair do seu lugar hegemônico e problematizar suas decisões, posicionamentos, seus efeitos, seu lugar de construtor de

realidades, normas, ampliação de direitos, bem-estar e transformação social, focando em uma sociedade mais democrática e justa” (p. 7)

Coimbra (2003) também propõe assinalamentos pertinentes a estas reflexões, quando afirma que a Psicologia, inserida na luta pelos direitos humanos, não é compatível com aquelas práticas que reforçam essencialismos e que, portanto, atuam *sobre* sujeitos por meio de fazeres supostamente neutros e universais. Na contramão, a Psicologia alinhada aos direitos humanos é compromissada *com* o estranhamento sistemático do instituído, o reconhecimento dos atravessamentos da história, a crítica e a afirmação da cidadania e da vida.

Eis que os desafios são, pois, incontáveis e constantes. Para fazer frente a eles, aposta-se na indispensabilidade do trabalho articulado, intersetorial e interdisciplinar. Isso significa que, diante de demandas tão complexas que ganham nosso cotidiano profissional, não há como pensar a Psicologia criando saberes e fazeres isolados. A interface com outras áreas do conhecimento e outros setores das redes de atendimento é basilar. Inclusive, o reconhecimento dessa necessidade de interlocução reafirma os limites de nossa ciência e profissão, que não deve ansiar dar conta de toda complexidade que compõe as problemáticas presentes nas cenas jurídicas.

Sacramento (2019) já dizia – e fazemos coro a esta proposição: “a intervenção de uma equipe interprofissional implica reconhecer o indivíduo como um sujeito singular, conhecendo o conjunto de suas características pessoais e sociais, a partir da especificidade da atuação de cada profissão” (p. 24). Não cabe a nós, portanto, solucionar todo e qualquer problema e fazer crer que exista um protótipo único de atuação indiscriminada frente a todos os sujeitos. O nosso compromisso deve ser, por conseguinte, com a singularidade de cada situação e com as pessoas nela integradas, que se apresentam em nosso exercício profissional. Nessa direção,

É importante que possamos nos colocar como problematizadores das articulações coletivas que contemplem as diferentes instituições que atravessam o tecido social, o Judiciário e a nós próprios. Ou seja, que possamos entender a Psicologia como uma prática política, uma ferramenta de intervenção social e nós, como sujeitos comprometidos (COIMBRA; AYRES; NASCIMENTO, 2008, p. 37).

É neste encontro que os saberes podem construir fendas e ampliar espaços, nos quais seja possível lançar luz às histórias, às relações, às subjetividades, ao contexto rumo a saídas possíveis para cada caso em suas particularidades. E é por meio deste compromisso ético-político que apostamos no almejado campo de devires para a Psicologia Jurídica, presente e futura, implicada com as necessidades das pessoas.

A Psicologia enriquece o sistema de justiça com suas compreensões e traz um elemento fundamental aos processos e sistemas jurídicos: *as pessoas e o universo de*

suas subjetividades. E desenvolve suas intervenções com base no mesmo elemento – as pessoas – propiciando espaço para que elas mesmas participem ativamente do processo – judicial ou não – de luta para garantia de seus direitos e acesso à Justiça (CAVALCANTE, 2016, p. 255, grifos nossos).

Que o compromisso persista voltado às pessoas e suas subjetividades não como mera abstração, mas como impulso cotidiano de humanização, que passa, portanto, pela construção de saberes e fazeres alinhados à consolidação de direitos, de cidadania e do que, de fato, deveria – ou deve – ser a justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou entrar em contato com a história da Psicologia Jurídica, resgatando seus movimentos dinâmicos e suas transformações. De modo geral, abordar a dimensão histórica deste campo se revelou tarefa complexa em face da escassa produção científica sobre o tema e em razão da complexidade que envolve pensar os movimentos da história.

As reflexões tecidas permitiram conceber que, sendo a Psicologia Jurídica um campo em permanente construção, estamos, pois, referindo-nos a história construída até aqui. Justamente por isso, procuramos, ainda, empreender reflexões sobre os devires, como *lócus* aberto a novas transformações. Expansão de espaços de atuação, ampliação e diversificação das demandas e redimensionamento das teorias e das técnicas compuseram as linhas de reinvenção da Psicologia Jurídica.

Ademais, avanços frente às particularidades de cada campo que compõe o cenário jurídico, aperfeiçoamento da formação acadêmica e profissional, articulação sistemática com outras áreas, assunção de uma postura ética e comprometida com os direitos humanos se colocaram, ao longo das discussões ora criadas, como algumas das ferramentas indispensáveis para a construção incessante de uma Psicologia Jurídica envolvida, de fato, com o compromisso social e a justiça social.

Este espaço de encerramento do texto não se propõe a fechamentos, mas a aberturas. Na intenção de que o texto tenha colaborado para disparar reflexões sobre a dinamicidade da história, este espaço procura se dimensionar como campo convidativo ao vir a ser da Psicologia Jurídica. Bicalho (2019) nos auxilia nesta tarefa, quando nos convida a pensar em *outros processos* nos quais a Psicologia pode estar implicada nas cenas jurídicas.

Alinhadas às proposições do autor, convidamos os leitores e as leituras a algumas reflexões permanentes: para além da atuação *nos* processos judiciais, quais podem ser os outros

lugares e *outros processos* a se ocupar pela Psicologia? Qual tem sido o nosso lugar na produção de documentos e de supostos saberes-verdades? Como tem se conformado a nossa escuta quando estamos no encontro com o outro? Quais discursos nosso suposto saber tem silenciado ou feito ecoar? Nossa concepção de justiça tem produzido o quê e em favor de quem?

REFERÊNCIAS:

ALTOÉ, S. Atualidade da Psicologia Jurídica. **Revista de Pesquisadores da Psicologia no Brasil**, ano 1, n. 2, 2001. Disponível em: https://biblioteca.cejamericas.org/bitstream/handle/2015/1400/psicologia_juridica.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05/02/2022.

BEIRAS, A. Prefácio: A Psicologia Jurídica com enfoque social – limites, possibilidades e ações. In: SOARES, L. C. E. C.; MOREIRA, L. E. (Orgs.). **Psicologia Social na trama do(s) direito(s) e da justiça**. Florianópolis: ABRAPSO Editora, 2020. Disponível em: https://www.abrapso.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=10992. Acesso em: 05/02/2022.

BICALHO, P. P. Psicologia e Justiça: construção de outros processos. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cadernos Temáticos CRP SP: Psicologia e Justiça – Interfaces**. São Paulo: CRP-SP, 2019. Disponível em <https://www.crp.org/uploads/impresso/2740/g11ISttFLiwzS63F0pVcQHMfmcq-V6bU.pdf>. Acesso em: 07/02/2022.

BRITO, L. M. T. Anotações Sobre a Psicologia Jurídica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n. 32 (num. esp.), 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/654BBJ4bMsrqKPsDCQShJZC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11/10/2021.

CALDAS, R. S., CASSOLI, T. Contribuições dos saberes médicos e criminológicos na emergência da Psicologia Jurídica brasileira. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 52, jul/dez, 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/13253>. Acesso em: 11/10/2021.

CAVALCANTE, P. R. **Contribuições da Psicologia no acesso à Justiça: (des)construções no campo sociojurídico, desafios e possibilidades de atuação na Defensoria Pública**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

COIMBRA, C. M. B. Direitos Humanos e a Atuação na Área Jurídica. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Os direitos humanos na prática profissional dos psicólogos**. Brasília: CFP, 2003. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha_dh.pdf. Acesso em: 08/02/2022.

COIMBRA, C. M. B.; AYRES, L.; NASCIMENTO, M. L. **Pivetes: encontros entre a Psicologia e o Judiciário**. Curitiba: Juruá, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Origem da Psicologia Jurídica e inserção dos profissionais no Sistema Jurídico. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA.

Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) nas Varas de Família. 2. ed. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/BR84-CFP-RefTec-VarasDeFamilia_web1.pdf. Acesso em: 04/02/2022.

FRANÇA, F. Reflexões sobre a psicologia jurídica e seu panorama no Brasil. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 6, n. 1, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v6n1/v6n1a06.pdf>. Acesso em 11/10/2021.

FOUCALT, M. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau editora, 2014. (Conferências na PUC-Rio proferidas em 1973 – Publicado originalmente em 1999).

HOEPERS, A. D.; TOMANIK, E. A. Psicologia e Políticas Públicas Sociais: Tecendo laços, construindo redes. **Revista Saber Acadêmico**, Presidente Prudente, n. 26, jul./dez. 2018. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200122105254.pdf. Acesso em: 10/01/2022.

LAGO, V. M.; AMATO, P.; TEIXEIRA, P. A.; ROVINSKI, S. L. R.; BANDEIRA, D. R. Um breve histórico da Psicologia Jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 26, n. 4, out/dez 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/NrH5sNNptd4mdxy6sS9yCMM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 04/10/2021.

MIRANDA JÚNIOR, H. C. **A psicologia e as práticas judiciárias na construção do ideal de justiça.** Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, Conselho Federal de Psicologia, v. 18, n. 1, 1998. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v18n1/04.pdf>. Acesso em: 05/02/2022.

ROSATO, C. M. Psicologia e Direitos Humanos: cursos e percursos comuns. **Psicologia Revista**, v. 20, n. 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/6790>. Acesso em: 10/12/2021.

SACRAMENTO, L. T. Psicologia Jurídica: conceito e histórico. In: ABPJ. **Cadernos de Psicologia Jurídica: Psicologia na prática jurídica.** São Luís: UNICEUMA, 2019. Disponível em: <http://www.abpj.org.br/downloads/8d630e36afd6c80f898b84a222598dd6.pdf>. Acesso em: 04/02/2022.

SERAFIM, A. P.; SAFFI, F. **Psicologia e práticas forenses.** São Paulo: Manole, 2014.

SILVA, E. Z. M. Psicologia Jurídica: um Percurso nas Varas de Família do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 4, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/NfGCGsmgMNmPqhjT97YgNdc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11/10/2021.

CAPÍTULO 15

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO PANDÊMICO

Aline Daniele Hoepers
Andressa Taynara de Faria Mendes
Clara Marques Badaró do Carmo
Débora Kelly Duarte da Silva
Hernando Valério

RESUMO

O lar nem sempre é um lugar seguro para crianças e adolescentes. Em meio ao cenário da pandemia da Covid-19, que tende a intensificar vulnerabilidades e riscos àquelas populações que já têm suas vidas atravessadas por desigualdades variadas, cabe empreendermos reflexões e ações no que tange aos direitos destes sujeitos em desenvolvimento. Nessa direção, este trabalho tem como propósito discutir os impactos psicossociais aos quais têm sido submetidos crianças e adolescentes, especialmente, quanto ao potencial risco à fragilização ou às violações de seus direitos no âmbito familiar. Sob esse desígnio, inicialmente, são apresentadas discussões sobre o panorama pandêmico, enquanto cenário que tem aprofundado inúmeras desigualdades sociais. Em seguida, particularmente quanto à infância e juventude, são tecidas reflexões quanto às implicações do isolamento social e à precariedade de políticas públicas de atenção e prevenção a violências no cenário intrafamiliar, a partir de dados e informações disponíveis em publicações científicas contemporâneas. Adiante, problematizações são construídas com a finalidade de se abrir espaço para pensar a indispensabilidade da garantia dos direitos de crianças e adolescentes, em cenário pandêmico e pós-pandêmico, contando, para tanto, com aportes da Psicologia rumo a medidas alternativas que os efetivem. As discussões ora formuladas permitiram concluir que a pandemia, ao mesmo tempo, agrava e mascara problemáticas que afligem crianças e adolescentes. O cenário pandêmico coloca, portanto, em relevo problemas que já vinham impactando a população infantojuvenil, mas também aprofunda, não raro de modo escamoteado, riscos e vulnerabilidades, o que exige atenção redobrada da sociedade e ações efetivas por parte do poder público.

PALAVRAS-CHAVE: Violências; pandemia; crianças; adolescentes; direitos.

INTRODUÇÃO

Ter legislações protetivas quanto aos direitos de crianças e adolescentes no contexto brasileiro representa um avanço fundamental no que concerne ao reconhecimento destes como sujeitos de direitos, os quais devem ser colocados a salvo de quaisquer formas de violações, tal como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Não obstante, em que pese a indispensabilidade de tais parâmetros normativos que assegurem direitos a esta população em condição singular de desenvolvimento, não se pode olvidar que parte significativa dela segue tendo suas vidas violadas cotidianamente. Aliás, parcela expressiva das violações de seus

direitos, conforme apontam fontes oficiais (UNICEF, 2020; MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2021), ocorre sob autoria de familiares e se escamoteiam, portanto, no seio familiar.

A pandemia da Covid-19, decretada oficialmente em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde, tem escancarado problemas pregressos que já permeavam a vida de tantas crianças e adolescentes, como também tem intensificado riscos a novas violações. Diante desse quadro, este artigo objetiva discutir os impactos psicossociais aos quais têm sido submetidos crianças e adolescentes, especialmente, quanto ao potencial risco à fragilização ou às violações de seus direitos, dando enfoque, especialmente, às violências intrafamiliares. A proposta não se volta, portanto, a uma análise exaustiva sobre o tema, até mesmo porque a pandemia ainda está em curso no contexto em que este manuscrito é finalizado. Pretende-se, por conseguinte, abrir fissuras e espaços para que esta temática seja visibilizada, na contramão do habitual silenciamento imposto às violações vividas por inúmeras crianças e adolescentes em suas realidades familiares.

Para estes sujeitos, o lar nem sempre é um lugar seguro. A expectativa de que o seio familiar seja um âmbito de cuidado e segurança nem sempre se concretiza. Se esta já era uma realidade – embora, não raro, mascarada –, com o advento do cenário pandêmico, inúmeras autoridades passaram a alertar sobre os riscos a que estão submetidas as crianças, como os leitores e leitoras verão adiante, nas seções que compõem este artigo.

APROFUNDAMENTO DE VULNERABILIDADES E RISCOS NO CENÁRIO DA PANDEMIA DA COVID-19

Antes de adentrarmos propriamente nas discussões sobre impactos da pandemia na vida de crianças e adolescentes, considera-se importante trazer à baila algumas considerações iniciais sobre a incidência da pandemia na população de um modo geral, a qual, embora possa atingir quaisquer pessoas, não necessariamente as atinge da mesma maneira, o que revela e escancara as velhas desigualdades sociais.

A pandemia causada pela Covid-19 tem se mostrado um desafio. O vírus não escolhe classe econômica ou social, mas o impacto em cada grupo social admite particularidades, ressaltando as diferenças e vulnerabilidades no seu enfrentamento. Segundo Hoepers (2021), o atual cenário de crise tem suscitado efeitos nas formas de comunicação, de relação, de trabalho e implicações nas dimensões emocional, social, econômica e física. A maneira como esses impactos são provocados nem sempre operam com os mesmos contornos. Em outras palavras:

Embora, invariavelmente, estejamos suscetíveis a ser afetadas e afetados, direta ou indiretamente, pelo vírus e/ou pelas transformações advindas das múltiplas afetações por ele causadas ou amplificadas, o modo como este fenômeno complexo ecoa na vida humana admite, necessariamente, particularidades locais (HOEPERS, 2021, p. 4).

As maneiras como as pessoas são impactadas – haja vista as desigualdades sociais profundas já existentes – são também plurais e desiguais. O acesso ou a falta de acesso a direitos, a possibilidade ou não de corresponder ao entoado “fique em casa!”, os efeitos protetivos ou intensificadores de risco ao se submeter ao isolamento social são algumas das questões que se deve colocar em reflexão quanto objetivamos pensar sobre os impactos psicossociais da pandemia, para além dos já gravíssimos efeitos na saúde física e nos índices de mortalidade.

Dentre as populações socialmente vulneráveis aos efeitos variados do cenário pandêmico, estão as crianças e os adolescentes. De acordo com Fávero (2020), a Organização Mundial de Saúde e outras autoridades sanitárias recomendaram, desde o início da pandemia da Covid-19, o distanciamento social como prevenção ao contágio pelo novo coronavírus, o que fez com que crianças e adolescentes ficassem cada vez mais em casa, sem interação social com outros ambientes. Assim, durante parte significativa do transcurso da pandemia ficaram privadas de acesso ao ensino presencial, o que se desenhou como medida necessária relativa ao isolamento social, a fim de se evitar a propagação do vírus SARS-CoV-2.

A questão central é que, em contrapartida, o ensino remoto não se tornou garantia para todas as crianças e todos os adolescentes. A previsão deste direito, via ações de responsabilidade do poder público, não se efetivou em qualquer caso. A falta de acesso aos equipamentos necessários e/ou à conexão de internet fez com que muitas crianças ficassem privadas do processo de escolarização. Ademais, para muitas delas, a merenda escolar era a única ou a mais completa refeição do dia e, com a pandemia e consequente fechamento das escolas, a privação alimentar passou a ser realidade cotidiana de muitos destes sujeitos, que, se já tinham suas vidas atravessadas por privações materiais, com a eclosão da pandemia, as chances de aprofundamento delas se amplificou. Soma-se a isso, as condições precárias e insalubres de moradia, a falta de saneamento básico e, em muitos casos, até de água potável, as quais configuram quadro nada colaborativo à adesão de medidas recomendadas, como usar álcool em gel, lavar as mãos frequentemente com água e sabão e manter o isolamento social.

Vê-se, pois, que as crianças e adolescentes que compõem famílias em condição de vulnerabilidade social têm, em geral, experienciado a pandemia não apenas como uma crise de ordem sanitária, mas também econômica, social e política. Entretanto, como se não bastasse,

organismos oficiais e pesquisadores da área, desde a emergência da pandemia, passaram a alertar sobre riscos de violência a que estariam submetidos crianças e adolescentes no ambiente intrafamiliar, como se observa nos trechos a seguir:

Com a pandemia do novo coronavírus e as necessárias medidas de isolamento social e confinamento domiciliar, crianças e adolescentes estão sob *risco ainda maior* de sofrer violência física, sexual e psicológica. Quando já acontece violência doméstica, as *vulnerabilidades aumentam drasticamente* (UNICEF, 2020, p. 1, grifos nossos). Esse distanciamento e/ou isolamento – ainda que vivenciado de formas diferentes, a depender da condição social de vida dos sujeitos e do acesso ou não a espaços protegidos – *pode potencializar as violências* contra crianças e adolescentes, na medida de seu maior convívio com possíveis violadores e, ao mesmo tempo, contribui para *dificultar as notificações* (FÁVERO, 2020, p. 1, grifos nossos).

Pode-se conceber que as vidas de crianças e adolescentes têm se delineado como campo fértil de violações na conjuntura pandêmica, como será abordado mais minuciosamente na próxima seção.

A INFÂNCIA VIOLADA NA PANDEMIA DA COVID-19

Dentre os impactos diversos, mencionados anteriormente, aos quais estão suscetíveis as crianças e os adolescentes no contexto da pandemia da Covid-19, a depender de variados atravessamentos sociais, este artigo se volta particularmente aos riscos relativos às violências intrafamiliares.

Nesta seção, debruçar-se-á, portanto, em discussões ligadas a tais especificidades e, para tanto, considera-se imprescindível, antes de avançar, salientar qual concepção de violência será utilizada. No trecho a seguir, expõe-se como se entende tal fenômeno.

No contexto familiar, as manifestações de violência contrariam o ideal de família como espaço de amor, acolhimento e segurança. Ainda que a família seja considerada o principal espaço de socialização e construção de identidade dos sujeitos, muitas vezes ela não cumpre esse papel e, inclusive, mostra-se como cenário das mais diferentes formas de maus-tratos. A violência intrafamiliar caracteriza-se por ação ou omissão que viole a integridade física ou psicológica, comprometendo o direito de seu desenvolvimento pleno (FALCKE, 2020, p. 297).

A partir deste entendimento, particularmente quando crianças e adolescentes são alvos dela, Falcke (2020) aponta ser comum se manifestar como violência física, sexual e/ou psicológica. Gonçalves (2011) também apresenta essa tipologia e acrescenta, ainda, a negligência, enquanto omissão nos cuidados básicos, podendo chegar ao seu extremo, o abandono.

Platt, Guedert e Coelho (2020) discorrem que a violência intrafamiliar costuma ser difícil de ser desvendada, especialmente por ocorrer na esfera privada das residências e ser protegida pela “lei do silêncio”, sustentada pelo medo, por ameaças e pela própria impunidade.

Salientam, por conseguinte, que, pela alta frequência domiciliar e por ser comumente perpetrada por familiares, as violências contra crianças e adolescentes emergem como ponto de atenção e alerta com a emergência e o decurso da pandemia da Covid-19, em face do estabelecimento das medidas sanitárias de isolamento social. Inclusive, destacam que a redução do número de registros em órgãos policiais ou similares não necessariamente reflete a queda da ocorrência de violências; pelo contrário, há que se atentar às peculiaridades do presente contexto em que o distanciamento quanto a órgãos de proteção se faz mais recorrente.

De modo similar, Levandowski et al. (2021) apontam que “embora o distanciamento social seja fundamental para diminuir a propagação exponencial do vírus, muitas crianças e adolescentes podem estar enfrentando uma situação de risco aumentado” (p. 2). Assinalam que a necessidade da medida de contenção de propagação do vírus e a consequente restrição de acesso à escola ou outras instituições comunitárias de proteção se configuram como fatores de risco para a ocorrência e subnotificação de violências contra crianças e adolescentes. Em que pese eventual redução nas taxas de notificações dessas violências, compreendem que a suposta queda está muito mais relacionada aos efeitos da subnotificação do que a outras razões, exigindo, portanto, estratégias que melhorem a identificação dos casos suspeitos. Apontam, por conseguinte, a necessidade de planejamento e ações intersetoriais céleres e específicas quanto ao objetivo da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Em um dos capítulos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, a autora Reinach (2021) comenta que, em face do fechamento das escolas, do menor acesso à rede pública de serviços e do aumento do tempo de convivência com os pais ou responsáveis, as crianças e os adolescentes foram submetidos a situações de risco singulares. Ao analisar dados de mortes violentas intencionais referentes ao ano de 2020, afirma que: “foi um ano em que, apesar das medidas de isolamento social, apresentou um aumento de 4% das mortes violentas em todas as idades e, ao tratar de crianças e adolescentes, essa realidade também se apresentou” (p. 226). Pondera-se que o perfil etário utilizado nesse material, e apontado adiante, não corresponde aquele trazido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mas sim pela UNICEF, Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde. A autora afirma que, considerando a população 0 a 19 anos, 91% das vítimas estavam na faixa de 15 a 19 anos, o que representa a maioria dos casos. Outros dados apresentados indicam que, enquanto nessa faixa etária as mortes, em sua maioria, ocorrem em via pública e por desconhecidos, podendo, portanto, estar mais relacionadas a mortes decorrentes de violência social, por sua vez, as mortes violentas de crianças, especialmente aquelas de 0 a 9 anos, acontecem majoritariamente nas residências e

por autores conhecidos, “ou seja, esse é um perfil mais relacionado à violência doméstica” (p. 232).

Esses dados soam como alerta ao risco a que estão submetidas as crianças quanto às violências seguidas de mortes, as quais, inclusive, como apontou a referida autora, teve aumento com o advento da pandemia. Como ainda estamos em curso pandêmico, conjectura-se que, em anos futuros, estes dados ora expostos, somados e articulados àqueles que estão sendo coletados no cenário contemporâneo, poderão ofertar um panorama mais aclarado quanto a este aspecto. Por ora, já se colocam como indicador de alerta ao poder público que, com absoluta prioridade, deveria agir na defesa dos direitos destes sujeitos.

No que tange à dados sobre estupros de crianças e adolescentes, Reinach (2021) salienta que a aparente queda nos números (uma redução de 9,4% no total de registros de estupros de 0 a 19 anos, quando comparado com o ano anterior) não representa, necessariamente, uma redução real da violência sexual contra crianças e adolescentes. A rigor, no cenário pandêmico, em que crianças e adolescente têm menores chances de acessar redes de apoio e/ou os serviços de denúncia, a suposta queda nos registros não necessariamente significa redução real de violações desta natureza. A autora ressalta inclusive que, neste caso, “a possibilidade de subnotificação é enorme” (p. 239).

As informações apresentadas evidenciam a urgente necessidade de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes no contexto pandêmico e, por sua vez, no contexto pós-pandêmico.

GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA

A luta para que se chegasse ao reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, por meio da doutrina de proteção integral, tal como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), foi histórica. Todavia, a garantia de direitos de crianças e adolescente não se limita à previsão legal. Ter direitos assegurados nas normativas em vigência é passo importante, porém não suficiente para a concretização de sua plena efetivação.

As discussões tecidas até aqui explicitaram a indispensabilidade de que à infância e juventude seja dada prioridade no que tange a ações de proteção no cenário pandêmico e, também, pós-pandêmico. Isso significa que os direitos previstos em lei precisam se solidificar na vida de todas as crianças e todos os adolescentes, os quais são sujeitos em condição especial e peculiar de desenvolvimento. Nessa direção, Machado (2003), aduz que

crianças e adolescentes são seres humanos que se encontram numa situação fática peculiar, qual seja, a de pessoas em fase de desenvolvimento físico, psíquico, emocional, em processo de desenvolvimento de sua potencialidade humana adulta; e que *essa peculiar condição merece respeito* e, para tal, *há de se compreender que os direitos fundamentais de crianças e adolescentes são especiais* em relação ao direito dos adultos (p. 50, grifos nossos).

Em observância a esta singular condição da criança e do adolescente, o supracitado Estatuto (BRASIL, 1990), em seu Art. 5º, buscou sedimentar que nenhum desses sujeitos serão “objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Para tanto, traçou uma série de proteções e garantias específicas a este público com o propósito de assegurar o respeito a peculiar condição de sujeitos em desenvolvimento.

No entanto, muito embora haja expressa previsão legal dos direitos fundamentais e de proteções especiais a estes sujeitos, verifica-se que a violência, de qualquer tipo, contra crianças e adolescentes é um problema social e de saúde pública recorrente a nível mundo e admite particularidades a depender do contexto social e histórico. No cenário presente, marcado pela pandemia da Covid-19, os impactos destas violências ganham, pois, especificidades, como fora abordado na seção anterior.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2020) destaca que mesmo antes da existência da Covid-19, este público já sofria violações no recôndito de seus lares, no entanto, a deflagração pandêmica se configurou como um agravante para uma maior exposição às violências no âmbito familiar, muito provavelmente potencializadas por questões “de ordem econômica, desemprego ou abuso no consumo de álcool e outras drogas” (p. 12).

Logo, a realidade explicita um quadro de fragilidades e violações que demanda a defesa intransigente de políticas públicas que assegurem, de fato, o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeito de direitos. Para isso, o fortalecimento e a integração das redes de proteção são indispensáveis, tal como preconiza a Resolução nº 113/2016 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente:

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de *promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente*, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (CONANDA, 2016, Art. 1º, grifos nossos).

É, portanto, dever do poder público, de modo articulado com a sociedade civil, criar dispositivos para a efetivação da promoção, da defesa e do controle quanto à execução dos direitos infantojuvenis.

Parte-se do pressuposto de que a Psicologia pode e deve intervir neste processo de construção e execução de ações que viabilizem a efetivação de direitos. No âmbito da atuação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, conforme o Conselho Federal de Psicologia (2003), a Psicologia ocupa um importante espaço, intervindo na atenção e proteção integral, considerando crianças e adolescentes como sujeitos ativos na construção de sua história e como protagonistas sociais.

Gesser (2013), na mesma direção, pondera que “as políticas públicas são importantes espaços para a promoção da garantia dos direitos humanos e que o psicólogo pode contribuir com esse processo” (p. 68). Nos mais diversos âmbitos em que estão inseridos nas diferentes políticas públicas, deve colaborar para que as pessoas – crianças, adolescentes, famílias – acessem direitos rumo à autonomia, à superação de sofrimentos, vulnerabilidades e riscos, e à concretização dos direitos humanos.

Nesse sentido, não só existe a interlocução entre Psicologia e Direitos Humanos, como também se torna importante ressaltar que a prática profissional da Psicologia tem relação direta com a construção dos Direitos Humanos. Isso permite avançar nessa análise e compreender que, do ponto de vista teórico-prático, uma intervenção psicológica pode contribuir para construir ou não os Direitos Humanos de uma determinada sociedade. Em outras palavras, significa afirmar que, o agir profissional pode incorrer em construção dos Direitos Humanos ou no seu contrário (ROSATO, 2011, p. 25).

Profissionais de Psicologia, em articulação com outras áreas, devem, por meio de um fazer implicado com a concretização dos direitos humanos de crianças e adolescentes, viabilizar a efetivação da proteção e da atenção prevista nas legislações, na contramão de práticas que se acumpliciem às violações ou à negação de seus direitos. Porém, notadamente no contexto da pandemia, esta atuação ganha novos contornos, exigindo do profissional manejo, flexibilidade e engajamento frente aos desafios postos pela crise sanitária, mas também social, econômica e política. Nessa direção, inclusive, Hoepers (2021) enfatiza que para não incorrerem em práticas universais e cristalizadas, devemos considerar as “questões históricas, socioeconômicas, étnicas, psicossociais, demográficas e subjetivas” (p. 5) que marcam cada indivíduo, uma vez que as repercussões pandêmicas não atingem a todos da mesma maneira.

Refletindo sobre estas especificidades e alinhando-se a recomendações lançadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes frente à emergência da pandemia da Covid-19 em 2020, destaca-se, a seguir, alguns dos pontos salientados pelo referido órgão, no intuito de enfatizar o compromisso com a proteção do público infantojuvenil, os quais podem ser tomados como diretrizes pela Psicologia, alinhada a outras áreas do campo interdisciplinar e intersetorial:

Que as ações em relação às crianças e adolescentes reconheça que a garantia de seus direitos depende também da *proteção dos direitos de seus cuidadores primários*, vez que o ambiente doméstico deve ser seguro, tanto na perspectiva da saúde física quanto emocional (CONANDA, 2020, p. 1-2, grifos nossos).

O Estado deve garantir a *assistência e a promoção de ações de saúde mental*, de forma a possibilitar o acesso ao melhor tratamento, consentâneo às necessidades das crianças e adolescentes, em especial no período de confinamento social, considerando que a promoção da *segurança afetiva*, de interações responsivas e do direito ao brincar somente se efetivam minimizando-se os sentimentos de medo, insegurança e ansiedade (Ibidem, p. 2, grifos nossos).

Que se mantenha, em regime de plantão, o atendimento dos Conselhos Tutelares, possibilitando o encaminhamento aos serviços nos órgãos do Executivo e Judiciário, e que sejam garantidas pelo Município a provisão dos *recursos necessários para o trabalho remoto* (internet e equipamentos) e para garantir os protocolos de segurança recomendados pelos órgãos sanitários (Ibidem, p. 2-3, grifos nossos).

Dar *atenção especial às famílias com histórico de violência contra crianças*, crianças em situação de rua, e crianças em casas com cuidadores/familiares usuários de álcool e outras drogas, monitorando as situações já conhecidas e compartilhando informações sobre os casos para garantir o acompanhamento de forma mais efetiva (Ibidem, p. 3, grifos nossos).

Tomando tais recomendações como parâmetros, assim como considerando o que prevê o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), especialmente quando afirma, em um de seus princípios fundamentais, que “o psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (p. 7), enfatiza-se, aqui, a imprescindibilidade de que a categoria se posicione de forma ética e comprometida com a proteção integral de crianças e adolescentes, enquanto premissa absoluta.

Isso passa, necessariamente, como destacado acima, pelo apoio psicossocial às famílias, pela atenção às realidades familiares já atravessadas por indícios de violências, e pela necessidade de promover ações e serviços de prevenção e promoção em saúde mental de modo adaptado ao contexto histórico-social pandêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se salientar, ao longo do percurso deste artigo, que, desde março de 2020, a vida de todos os sujeitos ganhou um novo atravessamento: a pandemia da Covid-19. É inegável os impactos advindos direta ou indiretamente da crise sanitária, o que não significa que todos e todas foram, são ou serão afetados da mesma maneira, ao passo que aquela crise se organiza de modo imbricado com outros atravessamentos sociais. Morte, luto, isolamento, precarização do trabalho, das relações cotidianas e da saúde físico-mental têm adquirido novos sentidos e se tornando aspectos cotidianos.

Invariavelmente, as repercussões deste momento caótico também recaíram sobre as crianças e os adolescentes, os quais historicamente foram e são alvos de violações e, neste contexto, passam a sofrer com fragilidades e riscos variados. Dentre eles, procurou-se chamar atenção às potenciais violências as quais estão suscetíveis no âmbito familiar. Concluiu-se que o contexto pandêmico colocou em relevo problemas que já vinham impactando a população infantojuvenil, mas também aprofundou riscos e vulnerabilidades.

Neste cenário, a existência destes sujeitos em condição singular de desenvolvimento, infelizmente, colocou-se como solo fértil para o aprofundamento de violações, seja pelo maior tempo de convivência com os autores das violências, seja pela ausência ou precariedade no acesso à rede de apoio social-comunitária, ou até mesmo pela falta de contrapartida efetiva do poder público de modo implicado com as especificidades das demandas desta população.

Neste campo complexo, foi possível assinalar, enquanto possibilidade diante do momento alarmante, o papel da Psicologia, articulada a outros campos do saber, rumo à busca por recursos e meios que respaldem, efetivamente, a defesa e a garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

É urgente que se prossiga e aperfeiçoe, incessantemente, a afirmação de nosso papel ético-político rumo a condições psicossociais que, de fato, tornem a vida de crianças e adolescentes *locus* de direitos, de protagonismo social e de promoção de vida.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 20/12/2022.

CONANDA. **Resolução CONANDA nº 113 de 19/04/2006**. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=104402>. Acesso em: 05/02/2022.

_____. **Recomendações do CONANDA para a proteção integral a crianças e adolescentes durante a pandemia do Covid-19**. De 25 de março de 2020. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/covid19/recomendacoes_conanda_covid19_25_032020.pdf. Acesso em: 01/02/2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 010/05. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 10/01/2022.

_____. **Relatório do II Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas: Políticas Públicas, Psicologia e Protagonismo Social**. Paraíba: CFP, 2003. Disponível em:

https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/06/relatorio_politicas_publicas.pdf. Acesso em: 10/12/2021.

FALCKE, D. Avaliação Psicológica na Violência Intrafamiliar. In: HUTZ, C. S. et al. (Org.). **Avaliação Psicológica em Contexto Forense**. Porto Alegre: Artmed, 2020.

FÁVERO, E. Apresentação. In: NCA-SGD. **Enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes em tempos de pandemia**. Boletim nº 3, PUC-SP, São Paulo, dez. 2020. Disponível em: https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Boletim-NCA-03_Dezembro-2020_Abuso-e-Exploracao-Sexual_Versao-Final.pdf. Acesso em: 01/02/2022.

GONÇALVES, H. S. Violência contra a criança e o adolescente. In: BRANDÃO, E. P.; GONÇALVES, H. S. (Org.). **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau, 2011.

HOEPERS, A. D. Impactos psicossociais do/no contexto pandêmico. **Vozes da Abrapso**, São Paulo, n. 2, jun. 2021. Disponível em: https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Vozes_da_Abrapso_Aline_Hoepers.pdf. Acesso em: 09/12/2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Proteção de crianças e adolescentes no contexto da pandemia da Covid-19: consequências e medidas necessárias para o enfrentamento**. Brasília: IPEA, 2020.

LEVANDOWSKI, M. L. et al. Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 1, 2021. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/csp/2021.v37n1/e00140020/pt>. Acesso em: 30/01/2022.

MACHADO, M. T. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. São Paulo: Manole: 2003.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa. **Aniversário do ECA**. Notícia veiculada em 14/07/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/81-dos-casos-de-violencia-contras-criancas-e-adolescentes-ocorrem-dentro-de-casa>. Acesso em: 01/02/2022.

PLATT, V. B.; GUEDERT, J. M.; COELHO, E. B. S. Violência contra crianças e adolescentes: notificações e alerta em tempos de pandemia. **Revista Paulista de Pediatria**, n. 39, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/Ghh9Sq55dJsrq6tsJsHCfTG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20/01/2022.

REINACH, S. A violência contra crianças e adolescentes na pandemia: análise do perfil das vítimas. In: BUENO, S.; LIMA, R. S. (Coord.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Brasília: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>. Acesso em: 10/12/2021.

ROSATO, C. M. Psicologia e Direitos Humanos: cursos e percursos comuns. **Psicologia Revista**, v. 20, n. 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/6790>. Acesso em: 10/12/2021.

UNICEF. Crianças e adolescentes estão mais expostos à violência doméstica durante pandemia. **Unicef Brasil**. Notícia veiculada em 28/05/2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-e-adolescentes-estao-mais-expostos-a-violencia-domestica-durante-pandemia>. Acesso em: 01/02/2022.

CAPÍTULO 16

REFLEXÕES ACERCA DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO NA PANDEMIA DA COVID-19

Aline Daniele Hoepers
Alice Joaquim da Conceição
Ana Karine Quirino Maciel
Anny Elise Braga
Gabriela Guimarães Almeida Bulian
Gislayny Cristina de Souza Okabayashi
Isabela Braga

RESUMO

O sistema prisional brasileiro, caracterizado por superlotação, insalubridade e precariedade, tem sido palco, no cenário da pandemia da Covid-19, do aprofundamento daquelas condições já conhecidas. Frente a esta realidade caótica, o propósito deste artigo é apresentar discussões teóricas, dados estatísticos e reflexões quanto à vida no cárcere no cenário pandêmico. Para isso, inicialmente, são expostas discussões teóricas que visam a contextualizar a vida nas prisões neste panorama atual. Depois, são apontados dados oficiais que informam sobre os impactos da pandemia neste contexto específico de privação de liberdade, o qual tem suas condições degradantes intensificadas. E, por fim, são postas em cena problematizações e reflexões sobre os efeitos provocados na manutenção de vínculos familiares e no acesso a direitos e, por conseguinte, a necessidade de políticas públicas que os garantam. Concluiu-se que a pandemia apenas escancarou os velhos e conhecidos problemas que assolavam estes espaços e a vida dos sujeitos que o integram, expressando, portanto, a manutenção de uma ordem social injusta e desigual.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema prisional; encarceramento; pandemia; direitos; violações.

INTRODUÇÃO

Vivemos em um dos países que apresentou, ao longo do percurso da pandemia da Covid-19, uma das maiores taxas de contágio e de mortes. No momento em que este manuscrito é finalizado e que a pandemia ainda segue em curso, dados oficiais (OUR WORLD IN DATA, 2022) registram, no Brasil, mais de 27 milhões de casos e mais 637 mil mortes, desde que ela foi oficialmente decretada pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020.

As recomendações sanitárias, mesmo após a chegada da vacina no território, permanece sendo o uso de máscara e álcool em gel e o imprescindível distanciamento social. Nessa direção, ouve-se com frequência a entoada recomendação: “fique em casa!”. Entretanto, nem toda população tem residência para cumprir tal indicação, ou mesmo, está privada de estar nela. As pessoas encarceradas, por exemplo, são algumas delas.

Por sinal, vivemos em um país que possui “a 3ª maior população prisional do mundo, atrás de Estados Unidos e China” (COSTA et al., 2020, p. 6). Diante da pandemia, problemas históricos que já caracterizavam estes espaços, ganham amplitudes alarmantes, como verão, adiante, os leitores e as leitoras.

É dentro deste complexo cenário que se inscreve a proposta deste artigo. Seu objetivo central é refletir sobre a vida no cárcere no momento pandêmico e problematizar medidas que (não) vêm sendo tomadas. Para tanto, a pesquisa que fundamentou sua elaboração foi de natureza teórico-reflexiva, com subsídio de levantamento de publicações científicas contemporâneas sobre o tema, bem como estudo de dados estatísticos de órgãos oficiais.

REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A VIDA EM PRISÕES NA PANDEMIA

Quando pensamos no sistema carcerário brasileiro, usualmente, vem a representação de instituições superlotadas, com más condições sanitárias, instalações precárias, má ventilação e altos índices de contaminação por doenças, como tuberculose e HIV. De fato, segundo Carvalho, Santos e Santos (2020), de acordo com dados de 2019, do Departamento Penitenciário Nacional, esta é a realidade de cerca de 79% das 1.422 instituições penais no Brasil, das quais metade não possuem, por exemplo, consultório médico. Na mesma direção, o “Sistema Prisional em Números” (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2018), indica que em 20,4% dos estabelecimentos prisionais não há atendimento médico emergencial, e que a frequência diária de médicos nestes locais é muito baixa, dando-se de modo majoritariamente ocasional.

As condições físicas insalubres adversas destes espaços se somam, tal como propõe Kolker (2011), com problemas históricos, como a falta de assistência judiciária, as incipientes oportunidades de trabalho e estudo, a naturalizada punição como estratégia disciplinar e a precária assistência em saúde. Não se trata, portanto, em nenhuma medida, de um espaço favorecedor de proteção ou promoção aos direitos humanos; pelo contrário, claramente se inscreve como um *locus* de violência, haja vista seus efeitos deletérios.

Para ilustrar tamanho descaso que marca a vida das pessoas privadas de liberdade, alguns dados referentes à pandemia serão apresentados a seguir. Informações do Levantamento Nacional de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro (INFOPEN) de 2019, apresentadas por Duarte (2021), indicam: reduzida quantidade de consultórios e/ou salas de atendimento multiprofissional alocadas nestes espaços; número insuficiente de profissionais para atendimento à população carcerária; regimes de contratos terceirizados, temporário ou

comissionados destes profissionais, o que dificulta a continuidade dos serviços; dentre outros fatores que informam o descompromisso com o cuidado em saúde desta população.

Com a chegada do Covid-19, as prisões brasileiras se colocam como espaços ainda mais visíveis do referido sucateamento. Apesar disso, vale lembrar que,

segundo Nota Técnica n. 5/2020, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT, 2020), o sistema prisional deve ser alvo de constante atenção, especialmente nesta pandemia, tendo em vista a existência de um sistemático desrespeito aos direitos humanos; isto inclui a superlotação das instituições prisionais e a falta de acesso à saúde, conforme diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (COSTA et al., 2020, p. 6).

Em que pese tais apontamentos, no cenário da pandemia do Covid-19, diante das recomendações da Organização Mundial da Saúde quanto ao necessário distanciamento social, uso de máscaras e higienização das mãos com água, sabão e álcool em gel, a população carcerária foi impactada, na verdade, pelo “superisolamento” (CARVALHO; SANTOS; SANTOS, 2020). Os autores apontam que o risco de transmissão do vírus ocorre por meio do contato com os agentes de segurança penitenciária, visitantes, presos libertados e transferidos, sendo reforçado, então, o confinamento e a restrição de contato com o mundo externo. Costa et al. (2020) comentam que

diante desse cenário, as prisões operam como “barris de pólvora” na pandemia que se desenrola e, por esse motivo, observa-se ao redor do mundo medidas de desencarceramento, apoiadas pela OMS (2020) e pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2020) (p. 2).

Factualmente, o contexto pandêmico evidenciou, conforme reflete Freitas (2021), a violência e o descaso com as vidas encarceradas por parte dos órgãos governamentais. Neste cenário são expostos “níveis radicais de precariedade e violência vividos no âmbito do sistema carcerário brasileiro” (p. 30). Como se não bastasse o caótico panorama ora exposto, o autor destaca que houve falta de transparência a respeito da utilização dos recursos destinado às medidas de segurança contra do Covid-19 nestes espaços, o não investimento em testagem desta parcela da população, e ausência de estratégias eficazes de distanciamento físico nas unidades prisionais. Vale destacar que as ações anunciadas pelo Departamento Penitenciário, após o início da pandemia, foram:

i) suspender as visitas, assistência religiosa e atendimento com advogados, como meio de conter a contaminação; ii) editar a portaria no 143, de 25 de março de 2020 para viabilizar a destinação de R\$ 107 milhões via Fundo a Fundo, para custeio e investimento de ações de enfrentamento à pandemia; iii) coordenar a distribuição de donativos de equipamentos de proteção individual (EPIs) e materiais de limpeza; e iv) publicar um painel de monitoramento das medidas contra a Covid-19, com informações sobre suspeitas, detecções, óbitos, testes e pessoas recuperadas no sistema e as ações adotadas pelas administrações prisionais nos estados (FREITAS, 2021, p. 31).

Entretanto, tais medidas, em sua grande maioria, não foram efetivamente cumpridas, além do agravante da falta de dados sobre a evolução dos números de casos da pandemia, aponta Freitas (2021).

Vemos, pois, que a pandemia escancarou uma realidade precária e caótica que já marcava a vida nas prisões. Os impactos do atual contexto só evidenciam e aprofundam o alto grau de vulnerabilidade e risco existente nestes espaços de encarceramento. Diante disso, Menger (2020) expõe que, em entrevista junto à Associação Brasileira de Saúde Coletiva, a professora Luciana Boiteux salientou que uma das alternativas possíveis para a contenção do vírus nas instituições penais seria a aplicação de regime domiciliar aos grupos de risco, bem como a concessão de medida em meio aberto para crimes sem violência ou ameaça a sociedade, visando à redução da superlotação dos presídios e evitando também que novos presos ingressassem no sistema de regime fechado.

Inclusive, em conformidade a este apontamento, a Recomendação CNJ nº 62/2020, havia sugerido aos Tribunais a revisão de prisões provisórias, a suspensão do dever de apresentação periódica ao juízo das pessoas em liberdade provisória ou suspensão condicional do processo e a máxima excepcionalidade de novas ordens de prisão preventiva. Ainda, dispôs sobre a possibilidade de concessão de saída antecipada dos regimes fechado e semiaberto em diversas situações, bem como a colocação em prisão domiciliar das pessoas presas por dívida alimentícia, dentre outras.

Apesar disso, é evidente, na prática, a marginalização sofrida por esta parcela da sociedade privada de liberdade, que não desperta qualquer preocupação social, quando o assunto é cuidado e garantia de seu direito à saúde. Como asseverado por Duarte (2021), nem mesmo o Estado, que é o responsável por tais pessoas, garante os aparatos necessários para que tanto os presidiários como os trabalhadores diretos e indiretos do setor prisional consigam enfrentar as dificuldades mencionadas acima. É notória a disparidade com que a sociedade livre das algemas recebe apoio estatal, mesmo que confuso e arbitrário, se comparada à parcela inserida no âmbito prisional.

Nota-se, por conseguinte, que o sistema penitenciário já tão esquecido pelo poder público, que sucateia, historicamente, os direitos daqueles que nele se inserem, enfrenta, no presente, um inimigo invisível – o vírus SARS-CoV-2 – que, diante das mazelas que caracterizam este sistema, coloca em risco ainda mais profundo aqueles que ali vivem ou circulam. A tão ecoada recomendação “fique em casa” soa, para eles, ironicamente, como

afirmação do (sobre)viver em meio à insalubridade, à superlotação e ao contágio de doenças infecciosas.

IMPACTOS DA PANDEMIA NO CÁRCERE: NÚMEROS OU VIDAS?

Nesta seção, exibe-se dados apresentados por órgãos oficiais, como maneira de aprofundar as informações já discutidas, quanto ao precário cenário de vida (ou morte) nos cárceres, especialmente no contexto pandêmico. Todavia, informa-se aos leitores e às leitoras que se parte do pressuposto de que dados estatísticos não necessariamente refletem a realidade em sua totalidade, haja vista sua possível subnotificação. Apesar disso, aquilo que ganha corpo através de registros já é suficientemente alarmante, como se observará a seguir.

Uma das indicações da já citada Recomendação CNJ nº 62/2020 foi que os Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário criassem comitês para acompanhamento das medidas de enfrentamento à Covid-19. Dentre os dados que vem sendo levantados, em recente boletim divulgado no final de janeiro de 2022 (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2022), informa-se que, até o presente momento, foram registrados mais de 98 mil infectados e 653 mortes no âmbito do sistema prisional brasileiro, dentre apenados e funcionários, revelando um aumento de 5,18% do número de casos e 2,9% do número de mortes, quando comparado com o mês anterior. Ademais, os dados apontam que, até o atual contexto, 83.777 servidores e 369.449 pessoas presas foram testadas.

Ao compararmos estes dados com aqueles disponíveis no primeiro boletim lançado em 15 de junho de 2020 (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2020), é possível observar que, naquela época, havia 5.754 casos confirmados e 95 óbitos registrados por Covid-19. É sabido que a taxa de testagem nos primeiros meses da pandemia era baixa e, quando lançamos o olhar especificamente para o cenário penitenciário, notamos que, de fato, neste primeiro boletim nem sequer é apresentado eventual número de pessoas testadas, tal como prossegue nos demais, do referido ano. Somente a partir de 2021 passam a ser exibidos, nestes boletins, dados de testagens.

Informações disponibilizadas no “Painel de Monitoramento dos Sistemas Prisionais” do Departamento Penitenciário Nacional (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2022), atualizadas em 24 de janeiro de 2022, apontam um total de 525.512 internos vacinados com uma dose e, desses, 497.363 com as duas doses da vacina contra Covid-19. Considerando que o total de presos no Brasil é de 820.689 pessoas (MINISTÉRIO DA

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2021), observa-se que a taxa de vacinação, com duas doses, atingiu, até o momento, cerca de 60% dos apenados.

Em um dos capítulos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que dispõe especificamente sobre o sistema prisional no contexto pandêmico de 2020 a 2021, Barros (2021) salienta que, até a data em que foram coletados os dados,

a taxa de presos infectados por Covid-19 foi 3,3% mais alta do que a verificada no país, enquanto a taxa de funcionários infectados foi 147,8% maior. Significa dizer, portanto, que em média 18,3% do total de funcionários do sistema de privação de liberdade foram infectados pela doença, o que é um número muito elevado e que mereceria a total atenção dos gestores de prisões no país (p. 207).

Vê-se, portanto, que a população carcerária – seja ela composta pelos próprios apenados ou pelos trabalhadores do sistema prisional – exibe-se como população em risco potencialmente mais elevado de contrair o vírus. O reflexo disso é, infelizmente, o crescente número de mortes nestes espaços, como se pôde observar no comparativo entre junho de 2020 e janeiro de 2022, com a ressalva, é claro, da possível subnotificação.

Ao expor tais informações quantitativas, o propósito foi o que evidenciar a gravidade que tem qualificado a vida no cárcere, por meio de alguns dados oficiais, que não se reduzem a números. Tanto as pessoas que cumprem pena quanto aqueles e aquelas que lá atuam vivem claramente em risco mais acentuado do que a população em geral no que tange aos impactos mais variados do novo coronavírus. Tais efeitos não se limitam, pois, às gravíssimas implicações na saúde física e na mortalidade, mas também repercutem em outras dimensões da vida destes sujeitos, que, ao que tudo indica, conforme fora abordado, têm tido as relações com o mundo externo – familiares, amigos e advogados – restringidas ou precarizadas.

Para além dos impactos quantificados em números, há, portanto, uma série de efeitos psicossociais incapazes de serem expressados na universalidade daquelas cifras. Na próxima seção, refletir-se-á sobre o acesso aos (ou violação dos) direitos.

DA INVISIBILIDADE À LUTA PELA GARANTIA DE DIREITOS

Os conteúdos apresentados nas seções anteriores permitem conceber que, se os efeitos da pandemia da Covid-19 junto à população geral já são inúmeros e multifacetados, quando se volta a atenção à vida no sistema prisional, tais impactos se revelam ainda mais sensíveis. Frente a isso, nesta seção, dedicar-se-á a construir reflexões sobre tais efeitos que permeiam o sistema prisional, tomado usualmente como campo de invisibilidade social, rumo à necessária e incessante busca pela garantia de direitos dos sujeitos encarcerados.

Não raro, assiste-se a relatos e retratos de violações de direitos humanos nos espaços de encarceramento. No contexto em que este manuscrito está sendo encerrado, sobreveio a notícia, escrita por Quintino (2022), no Jornal Brasil de Fato, de que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa entregou ao Subcomitê de Combate à Tortura da Organização das Nações Unidas (ONU) relatório que apresenta 983 denúncias de violações no sistema prisional do Distrito Federal. Dentre as situações denunciadas, de forma robusta entre 2020 a 2021, isto é, durante o percurso da pandemia, estão relatos de: precariedade da alimentação, maus-tratos físicos e psicológicos, péssimas condições de higiene, tortura, proibição de contato com a família, negativas a direitos básicos, entre outras.

Não distante no tempo, acompanhou-se em meados no ano passado, em notícia veiculada pela Agência Câmara de Notícias (2021), durante audiência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, representante do Subcomitê da Organização das Nações Unidas para a Prevenção da Tortura criticar as ações tomadas até aquele momento pelo Brasil na tentativa de erradicar a superlotação e a violência no sistema prisional. Além da superlotação, denúncias quanto a torturas físicas, revistas vexatórias e falta de atendimento médico e psicológico nos estabelecimentos foram realizadas.

Nota-se, portanto, que, para além dos impactos diretos gerados pelo vírus da Covid-19, no que tange às infecções e mortes desta população específica, sob risco constante, também têm se aprofundado mazelas bastante conhecidas nestes espaços, como as acima mencionadas, dentre outras, que têm tornado a vida no sistema prisional ainda mais penosa e excludente.

Freitas (2021) destaca, por exemplo, que a suspensão das visitas provocou uma abrupta restrição dos contatos dos sujeitos encarcerados com amigos e familiares, impactando sua situação de saúde mental. Menciona, inclusive, que os impactos desta suspensão dos contatos e falta de informação aos familiares têm provocado recorrentes manifestações desses em diversas unidades. Em que pese a importância de restrições de contatos físicos, compreende-se que outras medidas deveriam ter sido tomadas buscando viabilizar o direito de manutenção dos vínculos familiares.

Trevisan (2020) expõe cartas escritas por presos para seus familiares ou parceiros/as, ainda no primeiro semestre de 2020, em virtude da emergência da pandemia e da suspensão de visitas. Apresenta-se, aqui, alguns trechos destes escritos veiculados pela mencionada autora: “Estou há 20 dias com febre. Ela vai e volta. De vez em quando, dor de cabeça e tosse seca. Não sinto gosto de nada. E nem cheiro de nada. Estou apavorado. Não sou só eu. Tem vários

com esses sintomas, vida”; “Estou apavorado com o que pode vir. Eu quero que você saiba que você foi a melhor mulher do mundo”; “Oi minha rainha, espero que esteja tudo bem com você e as crianças. Eu vou indo. Isolado do mundo. Sem saber o que está acontecendo. Os dias que não passam são os piores dias da minha vida. Ninguém está preparado para passar essa que estamos passando. Nenhum ser humano se importa com nós”. As expressões destes sujeitos, como se pôde observar, refletem o contexto de pavor, de incertezas, de abandono e, até mesmo, de despedida, apontando para os reflexos no âmbito da saúde mental.

Vale ponderar que, tal como comentam Carvalho, Santos e Santos (2020), a Organização Mundial da Saúde já havia recomendado o desencarceramento daqueles que não oferecem risco à sociedade e que sejam do grupo de risco para a Covid-19. Tal medida além de conter o número de infecções pelo vírus e sua propagação entre apenados e funcionários, também reduziria sobremaneira a superlotação das prisões, além de que garantiria a manutenção de vínculos familiares e comunitários, obstruídos neste contexto. Por outro lado, não se pode olvidar que muitas pessoas encarceradas não têm suporte familiar e social, o que demandaria das políticas públicas ações de acompanhamento e suporte, evitando que passassem a compor a população em situação de rua.

No mesmo sentido, de acordo com Câmara dos Deputados (2020), o Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Direitos Humanos, em apoio ao desencarceramento frente ao contexto pandêmico, lançou o convite para se repensar e refletir sobre a precariedade das prisões no contexto das Américas, ressaltando inúmeras demandas, como: superlotação, condições de falta de recursos para higiene e não acesso adequado à saúde. Essa possibilidade chama atenção para direitos destes sujeitos, já invisibilizados pela sociedade, e para o modo como esta estrutura persiste em demarcar um esquema crítico que assola as vivências das pessoas privadas de liberdade.

Esse ponto nos permite refletir que as privações de direitos a que são submetidas a população que ocupa o sistema prisional – majoritariamente homens jovens, negros e pobres – não raro, compõem a história destes sujeitos antes mesmo de ingressarem ali. Importante considerar, por conseguinte, que

a negação de acesso ao Estado de direito antecede o sistema prisional, na medida em que ainda imperam, dentro e fora das prisões, a marginalização e a discriminação interseccionais. Marcadores de classe, raça/etnia, gênero e geração aprofundam-se e se radicalizam nas violações de direitos, ao legitimar institucionalmente o cárcere como espaço de destituição da cidadania e humanidade de intergrupos (DUARTE, 2021, p. 103).

Estamos diante de problemas crônicos, que com a pandemia se evidenciaram e amplificaram os riscos a esta população. Nessa direção, Barbosa, Marinho e Costa (2021) salientam que o Estado, mesmo antes da pandemia, pouco se implicava com problemáticas antigas que afligem o sistema prisional, como a superlotação e a insalubridade e, com a eclosão deste novo cenário, os problemas vividos pelos sujeitos encarcerados foram apenas corroborados e, também, aprofundados.

Todavia, Duarte (2021) comenta que a pandemia é usada como pretexto para mistificar as violações e negligências do poder público, enquanto que, na verdade, ela se inscreve como aspecto alavancador de problemas já conhecidos e estruturais do sistema prisional brasileiro, que reafirmam a expressão das violações direitos humanos. Tem servido, pois, como alertam Costa et al. (2020, p. 13), para “escancarar a histórica existência da desigualdade social”.

Estar privado de liberdade não significa estar privado de direitos. Aliás, a Constituição Federal (1988) é clara ao afirmar que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (Art. 5º, III). É dever do Estado garantir direitos, tal como assegura a própria Lei de Execução Penal (1984), ao dispor que “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” (Art. 10). Esclarece, na sequência, que “a assistência será: I - material; II - à saúde; III - jurídica; IV - educacional; V - social; VI - religiosa” (Art. 11).

Concebe-se, portanto, que, mesmo com a previsão de direitos na letra da lei, ainda há muito a caminhar, via concretização e operacionalização de políticas públicas que garantam, de fato, os direitos desta população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões tecidas tiveram como desígnio evidenciar a desumanização e a política de morte que assola a população encarcerada no cenário pandêmico brasileiro. Pudemos notar que se tratam de problemas preexistentes e agravados pela crise sanitária desencadeada pela pandemia da Covid-19. Tal como sugere Duarte (2021, p. 102), as “limitações históricas que se desdobram ao sistema prisional reaparecem sob o falso manto de uma crise imposta pela propagação do vírus”.

Nessa medida, a pandemia escancarou velhos e conhecidos problemas que assolam os espaços prisionais, deixando às claras a ordem social injusta e desigual e o sistema colapsado que temos. O quadro crítico que conforma o sistema prisional brasileiro se reafirma como problema social frente ao qual deve o poder público garantir medidas que assegurem direitos.

Na contramão, o que se assiste é, ainda, a manutenção do descaso, da omissão e da violação. Apesar disso, a luta social deve ser rumo à busca pela garantia dos direitos humanos. A transformação passa, pois, por mudanças profundas de uma sociedade que clama por punição à uma sociedade que reivindica por prevenção. Eis o desafio.

REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. ONU vê tortura em presídios como “problema estrutural do Brasil”. **Câmara dos Deputados – Direitos Humanos**. Notícia veiculada em 22/09/2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/809067-onu-ve-tortura-em-presidios-como-problema-estrutural-do-brasil/>. Acesso em: 25/01/2022.

BARROS, B. W. O sistema prisional em 2020-2021: entre a Covid-19, o atraso na vacinação e a continuidade dos problemas estruturais. In: BUENO, S.; LIMA, R. S. (Coord.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Brasília: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>. Acesso em: 10/12/2021.

BARBOSA, B. A.; MARINHO, L. G.; COSTA, M. B. O sistema prisional brasileiro frente à pandemia do novo coronavírus. **Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior**, v. 13, n. 1, jan/jun 2021. Disponível em: <https://www.jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/790>. Acesso em: 19/10/2021.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso: 01/02/2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 14/10/2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. ONU faz alerta sobre presídios no Brasil e apoia desencarceramento por causa da pandemia; presidente da CDHM endossou iniciativa em março. **Comissão de Direitos Humanos e Minorias**. Notícia veiculada em 05/05/2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/onu-faz-alerta-sobre-presidios-no-brasil-e-apoia-desencarceramento-por-causa-da-pandemia-presidente-da-cdhm-endossou-iniciativa-em-marco>. Acesso em: 19/10/2021.

CARVALHO, S. G.; SANTOS, A. B. S.; SANTOS, I. M. A pandemia no cárcere: intervenções no superisolamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2020.v25n9/3493-3502/pt>. Acesso em: 19/10/2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Recomendação CNJ nº 62/2020**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 01/02/2022.

_____. **Boletim CNJ de Monitoramento Covid-19 - Registro de casos e óbitos**, de 15 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp->

content/uploads/2020/06/Monitoramento-Semanal-Covid-19-Info-6.pdf. Acesso em: 01/02/2022.

_____. **Boletim CNJ de Monitoramento Covid-19 - Registro de casos e óbitos**, de 31 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/monitoramento-casos-e-obitos-covid-19-31012022.pdf>. Acesso em: 01/02/2022.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Sistema Prisional em Números**, 2018. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>. Acesso em: 31/01/2022.

COSTA, J. S. et al. Covid-19 no sistema prisional brasileiro: da indiferença como política à política de morte. **Psicologia & Sociedade**, 32, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Jrx9BspBkMmvfLbTTLJLk9D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19/10/2021.

DUARTE, J. F. COVID-19 e sistema prisional no Brasil: crônica de uma pandemia anunciada. **Argum**, Vitória, v. 13, n. 1, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/32988/23387>. Acesso em: 01/10/2021.

FREITAS, F. S. Vidas negras encarceradas: a pandemia nas prisões brasileiras. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 26, mar. 2021. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10518/1/BAPI_26VidasNegras.pdf. Acesso em: 01/10/2021.

KOLKER, T. A atuação dos psicólogos no sistema prisional. In: GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO, E. P. **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2011.

MANGER, L. R. O impacto da pandemia do coronavírus no sistema prisional brasileiro. **Revista Transgressões: ciências criminais em debate**, v. 8, n. 2, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/22352/13778>. Acesso em: 17/10/2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Segundo Levantamento do Depen, as vagas no sistema penitenciário aumentaram 7,4%, enquanto a população prisional permaneceu estável, sem aumento significativo. **Departamento Penitenciário Nacional**. Notícia veiculada em 20/12/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/noticias/segundo-levantamento-do-depen-as-vagas-no-sistema-penitenciario-aumentaram-7-4-enquanto-a-populacao-prisional-permaneceu-estavel-sem-aumento-significativo#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%2020%2F12%2F2021,em%20dezembro%2020%2C%20para%20820.689>. Acesso em: 12/01/2022.

_____. **Painel de Monitoramento dos Sistemas Prisionais**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/acoes-contrapandemia/painel-de-monitoramento-dos-sistemas-prisionais>. Acesso em: 31/01/22.

OUR WORLD IN DATA. **Statistics and Research – Coronavirus Pandemic (COVID-19) – the data**, 2022. Disponível em: de <https://ourworldindata.org/coronavirus-data>. Acesso em: 02/02/2022.

QUINTINO, R. Sistema prisional do DF: Comissão de Direitos Humanos entrega à ONU relatório com 983 denúncias. **Jornal Brasil de Fato**. Notícia veiculada em 02/02/2022.

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/02/sistema-prisional-do-df-comissao-de-direitos-humanos-entrega-a-onu-relatorio-com-983-denuncias>. Acesso em: 03/02/2022.

TREVISAN, M. E. “Apavorado”: com o risco da Covid, presos enviam cartas de amor e despedida. **Portal Geledés**, 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/apavorado-com-o-risco-da-covid-presos-enviam-cartasde-amor-e-despedida/>. Acesso em: 01/02/2022.

CAPÍTULO 17

ESQUIZOFRENIA: O PREÇO DA EXCLUSÃO

Ana Gabrielle Mesquita Pereira
Amanda Castro

RESUMO

Apresenta a problematização do estigma social como principal causador da exclusão de pessoas com esquizofrenia. Objetivo geral: caracterizar como se dá a socialização de pessoas com esquizofrenia, traçando a descrição da visão histórica da doença, destacando o preconceito existente desde a época dos manicômios até o presente momento após a desinstitucionalização dos hospitais psiquiátricos. Aborda a importância da inclusão social de pessoas dentro do espectro esquizofrênico, trazendo a rede de atenção psicossocial, em especial o CAPS como principal norteador das ferramentas para tal. E por fim aponta a ausência de mais trabalhos em prol da prática de novos meios para a inclusão social, devido ao conceito histórico estereotipado ao longo das décadas.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental; Esquizofrenia; Inclusão social; Reforma Psiquiátrica.

INTRODUÇÃO

Sabemos que existe um estigma social em alguns dos transtornos mentais, dentre eles o transtorno esquizofrênico, associado à anormalidade e à loucura perante o senso comum e por consequência disso traz diversos prejuízos ao ajustamento e integração social daqueles que possuem a doença (HENGARTNER et al., 2012).

A esquizofrenia é um transtorno psicótico, que não apresenta uma causa específica, podendo ocorrer através de uma série de fatores como: sociais, genéticos e alterações químicas do cérebro, tendendo a se manifestar na adolescência e início da vida adulta. Segundo Souza, Pinho e Pereira (2017), a esquizofrenia atinge aproximadamente 24 milhões de pessoas pelo mundo todo.

“[...] ocasiona comportamentos psicóticos e diversas dificuldades ligadas aos relacionamentos interpessoais, ao processamento de informações, à solução de problemas, entre outras. [...] a psicose é definida segundo a percepção da realidade de um paciente e do comportamento advindo dessa percepção” (MOLL; SAEKI, 2009, n.p.).

Para compreender o conceito dessa discussão, é necessário entender o que é a loucura na visão da sociedade, que historicamente e nos tempos de hoje ainda carrega preconceitos cada vez mais reforçados por estereótipos. Atualmente existe uma visão distorcida do funcionamento da esquizofrenia, a desinformação sobre o assunto é evidente, e as pessoas costumam ter receio

do desconhecido, o que resulta na desumanização de quem se encontra no espectro esquizotípico (CÂNDIDO et al., 2012).

Esses mesmos estereótipos já foram reforçados por muito tempo pelo antigo modelo psiquiátrico manicomial, mas atualmente, a área da psicologia e da psiquiatria, compreende que não se pode mais ter uma visão generalizada da esquizofrenia, pois ela se manifesta de acordo com a individualidade de cada sujeito e que não só é possível, como é necessário reconhecer o quão errôneo é resumi-los apenas a esse rótulo.

Parte do processo do tratamento dessas pessoas, diz respeito ao bem-estar e equilíbrio biopsicossocial, que promove qualidade de vida mesmo com suas limitações. Martini et al. (2019), frisam a importância dessa inclusão, especialmente no trabalho e na vida pessoal, sempre tendo em vista as especificidades da doença, as necessidades, os interesses e o potencial da pessoa. Se ater que além disso, essa ação beneficia não só o próprio indivíduo, mas também as famílias, a comunidade e os profissionais dos serviços de saúde mental.

É preciso entender melhor como e porque essa discriminação se construiu culturalmente na nossa sociedade, através de obras que explicam história por trás dos manicômios e do que era considerado loucura.

Logo, a partir do embasamento histórico, vislumbrar a realidade das pessoas com esquizofrenia, com uma compreensão humanizada do sujeito, reconhecendo a relevância da inserção desses sujeitos na sociedade.

Objetivo geral

- Caracterizar como se dá a socialização de pessoas com esquizofrenia

Objetivos específicos

- Descrever historicamente como se dava a compreensão da esquizofrenia;
- Discutir a importância da socialização de pessoas com esquizofrenia;
- Identificar meios de como essa socialização pode ser colocada em prática.

JUSTIFICATIVA

A reforma psiquiátrica no Brasil ainda é muito recente, reflexo disso é como ainda existe um grande estigma no que diz respeito a doenças mentais, como a esquizofrenia. Mesmo com

novos dispositivos para ações de saúde mental, é inegável que a cultura de higienização ainda é bastante presente (HIRDES, 2019).

E foi em virtude dessa situação, que me despertou a vontade de compreender o reflexo da interação desses indivíduos na sociedade, salientando os benefícios de sua inclusão e de que modo é possível pôr em prática essa inclusão, apresentando ferramentas e órgãos disponíveis para esses meios, de forma que ela ocorra de uma maneira que leve em consideração suas respectivas limitações, tanto no campo da doença quanto no contexto social que eles estão inseridos (MACEDO; FERNANDES; COSTA, 2013).

Faz-se necessário a inserção dessas pessoas na sociedade, através de ressignificações culturais que expressem a importância de enxergar não apenas a doença, e sim o sujeito por trás dela, que tem suas próprias particularidades, experiências e singularidades mediante suas vivências e assim formar uma nova idealização do conceito de saúde e doença.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os transtornos mentais têm sido uma pauta bastante discutida recentemente no Brasil, tendo em vista que por muitos anos fora algo com pouca visibilidade e hoje, busca-se uma necessidade não apenas de falar sobre o assunto, mas também ressignificar culturalmente os conceitos sobre a loucura (CÂNDIDO et al. 2012).

Entretanto, não é segredo que há muitos anos o nosso sistema idealizou e impôs uma espécie de “padrão” onde para ser incluso, é necessário seguir um determinado modelo e uma vez que o sujeito não se adepta a esse modelo em seu modo de ser, pensar ou agir, automaticamente ele passa pelo processo de exclusão (SILVA et al., 2019).

Pessoas com esquizofrenia vêm sofrendo com essa sistemática, constituída ao longo dos anos, com uma grande ênfase nos séculos XV a XIX, quando a esquizofrenia, assim como as demais doenças mentais, passou a ser considerada uma doença, ao invés de algo natural, dentro de um modelo manicomial negligente, cujo único objetivo era retirar qualquer possibilidade de reintegração social daquele grupo (CÂNDIDO et al., 2012).

“Na própria trajetória acerca da história da loucura, nota-se que a sociedade utilizou diversas denominações para o fenômeno em questão, conforme as necessidades e os interesses dos membros das classes dominantes, fazendo com que o termo “loucura” e “louco” fossem adquirindo conotações divergentes com o passar dos anos. [...] também houve transformações nas práticas de cuidado da saúde, para aqueles que frequentavam o asilo, o hospital e, mais tarde, hospício ou manicômio.” (CÂNDIDO et al., 2012, p. 111).

Foi apenas após a Reforma Psiquiátrica, iniciado pelo MTSM (Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental) na década 80 que surgiu uma nova forma de se pensar a saúde mental no Brasil, através da desinstitucionalização de hospitais psiquiátricos, buscando um atendimento integral e interdisciplinar, que pudesse ocorrer nas comunidades e ser acompanhado pela população (HIRDES, 2008).

Em 2001 surge a lei 10.216/2001, que garante a direito e proteção de pessoas com doenças mentais a partir do redirecionamento do atendimento do *modelo assistencial* de saúde mental (BRASIL, 2001). Dando continuidade à reforma, instituiu-se através do SUS, a Rede de Atenção Psicossocial, que atua com serviços como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Hospitais de Rua, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Centros de Convivência, Pontos de Atenção, entre outros (BRASIL, 2011).

“O trabalho multiprofissional e intersetorial é valorizado e considerado como estratégico no processo de articulação e comunicação entre os espaços e equipamentos pertencentes ao território” (CLEMENTINO et al., 2018, p.2).

Esses programas trazem uma forma de cuidar diferente para doenças mentais como a esquizofrenia, criando um modelo que permite que essas pessoas interajam de maneira mais saudável na sociedade, formem vínculos mais estáveis, tendo seus direitos como cidadãos de maneira acessível (SALES; DIMENSTEIN, 2009).

Cada dispositivo desse, permite que esses sujeitos sejam tratados de uma forma efetiva de acordo com suas respectivas demandas, com diversas estratégias de cuidado, levando em consideração o contexto social onde cada um se encontra, em um espaço terapêutico menos invasivo, e o mais importante, de maneira inclusiva, cujo o principal objetivo é inserir esse sujeito no seu círculo familiar e na comunidade (BRASIL, 2001; 2011). O CAPS, é um dos principais órgãos na contribuição para reabilitação e reinserção de pessoas com transtornos mentais, em especial a esquizofrenia.

“O CAPS é um espaço de criatividade, de construção de vida, de novos saberes e práticas. Ao invés de excluir, medicalizar e disciplinar, deve acolher, cuidar e estabelecer pontes com a sociedade.” (MOLL; SAEKI, 2009, n.p.).

Além disso, também propõe um acompanhamento integrativo, que incentiva a interação das pessoas esquizofrênicas em diversos contextos sociais, estimulando que desenvolvam sua própria autonomia, de forma que reconheçam suas limitações, mas que também se atenham a suas possibilidades e potenciais (MACEDO; FERNANDES; COSTA, 2013).

Tendo em vista o alto número de pessoas com esse transtorno, faz-se importante a preocupação com a sua qualidade de vida, considerando que a própria OMS em 1948 define

saúde como perfeito bem-estar físico, mental e *social*. Porém, mesmo com todos os recursos oferecidos para tal, sabe-se que existem vários impedimentos para que isso seja colocado em prática em uma totalidade.

“[...] os indivíduos esquizofrênicos têm recursos pessoais limitados (habilidades sociais e cognitivas restritas) e ambientais (pobreza e ausência de empregos adequados, por exemplo). [...] Os sintomas depressivos mostraram-se também consistentemente relacionados com uma pior qualidade de vida” (SOUZA; PINHO; PEREIRA, 2017, p. 92, 93).

A somatização desses fatores, faz com que ao longo da vida essas pessoas construam relações interpessoais extremamente dificultosas, e o estigma que acompanha o transtorno, torna ainda pior. Por isso, o suporte social (junto às demais intervenções necessárias) é um fator tão contribuinte para o desenvolvimento deles, pois possibilita o aprendizado através de interações, permitindo melhora no desenvolvimento de novas amizades e até mesmo diminuir o índice de internações (SOUZA; PINHO; PEREIRA, 2017). De acordo com Macedo et al. (2018, p. 288) “A participação em associações sócio representativas tem se mostrado um locus de desenvolvimento de competências e habilidades de pessoas com transtorno mental”.

Existe ainda a problemática de que depois que recebido o diagnóstico de esquizofrenia, a família tem a tendência a isolar o paciente do convívio social, especialmente no início do tratamento onde os sintomas são mais gritantes e ocorrem maiores oscilações de humor. O medo do preconceito e a falta de informação sobre o transtorno também contribuí muito para isso (SILVA et al., 2019).

O ser humano inicia suas relações interpessoais e inter-relacionais a partir do funcionamento das relações sujeito e mundo, se trata da forma que ele atua no contexto onde se encontra e em como esse contexto reage sobre ele. É essa estrutura que vai organizar as ações desse sujeito no seu meio familiar, na comunidade, no trabalho, etc., potencializando ou não a sua reinserção na sociedade (MACEDO et al., 2018).

“[...] na medida em que somos “homens entre os homens” ou seres sociais por excelência, a solidão é o pior sofrimento para um ser humano e, sem dúvida, está na base do enlouquecimento” (SPOHR; SCHNEIDER, 2009, p.123).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura sistemática qualitativa e análise de conteúdo com o intuito de indicar os fenômenos existentes voltados à esquizofrenia, considerando o contexto histórico e social dos sujeitos que vivenciam a doença e relacionar com as variáveis do meio através de uma revisão bibliográfica. A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das documentações, que tem como objetivo descrever e

interpretar o conteúdo dos documentos e textos, auxiliando a reinterpretar as mensagens e a atingir um entendimento de seus significados (BARDIN, 1977). A metodologia escolhida, dispõe de meios para intervenções para o tema especificado, a aplicação de métodos sistematizados de busca, juntamente com a apreciação crítica e síntese do material utilizados na pesquisa (MANCINI; SAMPAIO, 2010).

Foram buscados artigos publicados a partir de 2009, na base de dados online SciELO, com termos de busca combinados e utilizados separadamente, são eles: esquizofrenia; inclusão social; reforma psiquiátrica. O período selecionado (2009-2021) se deu pela falta de artigos mais recentes sobre o assunto. Não houve restrição quanto aos idiomas e as áreas temáticas.

Os critérios de exclusão foram os seguintes: resenhas de livro, cartas, resumos, notícias, relatos de caso, artigos que não respondiam aos objetivos da pesquisa (Tabela 1). A escolha da SciELO como base de busca justifica-se pela precisão e quantidade de assuntos que aderem à temática escolhida.

Tabela 1 - Resultado por critério de exclusão dos artigos selecionados.

	SciELO
Exclusão por título/resumo	177
Exclusão por ano de publicação	0
Exclusão por idioma	0
Exclusão por repetição	1
Nº de artigos lidos na íntegra	12
Exclusão por assunto	8
<i>Corpus de pesquisa</i>	23
Total	209

Fonte: Autoria própria (2021).

O período de pesquisa foi de março de 2021 a junho de 2021, onde foram encontrados 209 artigos, 177 foram excluídos pelo título/resumo, 1 por repetição, 8 artigos foram excluídos pelo assunto pois não se encaixaram nos critérios de inclusão da questão norteadora, 23 foram utilizados no corpus de pesquisa, dos quais 12 foram lidos na íntegra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussões foram divididos em 3 tópicos, tais como 1) Compreensão histórica da esquizofrenia; 2) A importância da socialização de pessoas com esquizofrenia e 3) Práticas de socialização, onde os dois últimos foram distendidos em um só tópico.

Compreensão história da esquizofrenia

Conforme dito anteriormente, ao longo dos anos a definição do que entendemos como loucura oscilou diversas vezes na história, mudando de acordo com os valores, épocas e requisitos da sociedade, e conforme o discurso de quem tinha o poder. Cândido et al. (2012), trazem essa fala que problematiza o fato de que com tantas mudanças nas denominações da loucura, por muito tempo foi muito difícil que se obtivesse um olhar integrado para esse fenômeno, uma vez que se teve vários entendimentos dele ao longo das décadas.

Silva (2008), em sua releitura das obras de Foucault e Canguilhem, pontua um questionamento muito pertinente, onde explica que se uma doença mental como a esquizofrenia se define de acordo com os aspectos culturais e temporais, não há garantias de que esses mesmos critérios são mais corretos do que os outros que já existiram ou os que estão por vir. Trata-se de cobrar uma adaptação social específica dentro de uma sociedade que está e sempre estará em constante mudança. E quando digo específica, me refiro ao fato de que essas pessoas já estão se adaptando a maneira que podem diante do cenário que vivem. Sendo assim, se o que já foi considerado loucura há anos atrás, atualmente é visto de maneira absurda, como sabemos que o que consideramos loucura hoje não terá o mesmo rumo?

Leão e Nascimento (2019) em sua pesquisa exploratória relatam que o estigma que permeia as doenças mentais não vem apenas de fora, mas de quem vivencia a doença também. Durante as entrevistas com as pessoas que apresentavam o transtorno, todos descrevem a experiência da doença como algo negativo. E muito dessa perspectiva ruim de si mesmo se dá justamente devido à dificuldade de lidar com a forma que a sociedade interpreta esse adoecimento, e isso reflete em diversas configurações de suas vidas.

“A percepção de si antes do adoecimento psíquico e como se percebem agora constituem algo muito significativo, e essa mudança no cotidiano ou diferença física e perceptiva leva a sentimentos de tristeza e sensação de incompetência” (LEÃO; NASCIMENTO, 2019, p. 107).

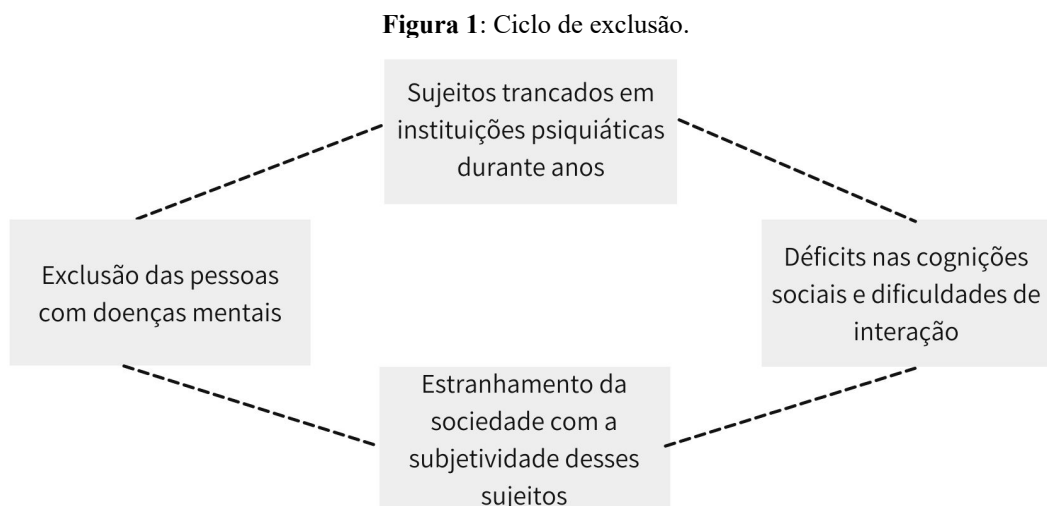
Esses sujeitos estiveram (e em parte ainda estão) isolados há tempo. Até mesmo a própria desinstitucionalização, que trazia uma proposta de maior qualidade de vida para eles, ainda é posta em dúvida. Hirdes (2008), nos apresenta a discussão de Amarante, onde o autor

dispõe do pensamento de que a desinstitucionalização se consolidou por uma questão de interesses políticos e financeiros, envolvendo uma redução de custos hospitalares do que de fato pelo interesse na saúde dessas pessoas e na compreensão da mudança dessa configuração. O que por consequência faz com o que o Estado, muitas vezes, entenda que isso abre brecha para descaso e abandono dos indivíduos nessa situação, como se pelo fato de não estarem mais em contexto hospitalar, pudessem ser deixados à mercê.

Cronologicamente a loucura foi de um processo natural, depois passou a ser associado a possessões demoníacas, depois virou objeto de estudo médico, sendo considerado de caráter unicamente biológico e em seguida a psicologia surge com a proposta de que o quesito moral e social também deve ser considerado, entretanto as ambas as visões (medicina e psicologia) implicam a loucura como uma doença e reforçam o ideal de normalização (SILVA, 2008). Nesse sentido, podemos pensar nas doenças mentais como invenção ou como descoberta?

A importância da socialização de pessoas com esquizofrenia e práticas de socialização

Partindo de um ponto específico como a esquizofrenia, hoje, ainda colhemos os frutos por termos mantido esse grupo de pessoas isoladas, como se não fizessem parte da sociedade. Isso refletiu na noção (ou falta dela) de como interagir e integrar sujeitos com esse sofrimento psíquico, e conseqüentemente gerou um aumento no prejuízo de suas adaptações sociais no quesito interação (MOLL; SAEKI, 2009).



Fonte: autoria própria (2021).

A verdade é que nos acostumamos a manter as pessoas que possuem transtornos mentais à parte, e hoje não sabemos como nos portar e nem incluí-los de volta. Infelizmente, existe uma estrutura política e social que reforça esse sistema, mas é importante pensarmos como uma mudança social coletiva nesse aspecto pode contribuir para a socialização dessas pessoas.

Quando se deu início a desinstitucionalização que consistia em direcionar a atenção e os cuidados a comunidade e não reter apenas das instituições psiquiátricas, dando espaço para outras modalidades de assistência, ficou ainda mais explícito como a atuação da família e da comunidade é essencial nesse processo de socialização.

“Não será suficiente desinstitucionalizar os doentes para garantir qualidade de vida, mas sim ir mais além, respondendo a todas as suas necessidades para que fiquem integrados na comunidade com uma boa qualidade de vida [...]” (SOUZA; PINHO; PEREIRA, 2017, p. 93).

Em sua pesquisa, Cruz, Salgado e Rocha (2009), apontam que 74,1% dos déficits cognitivos e seu funcionamento em atividades diárias dos pacientes com esquizofrenia estão associados a qualidade de vida e bem-estar psicossocial.

“Um dos aspectos interessantes da QV (qualidade de vida) é que ela traz um componente subjetivo que abrange as percepções do indivíduo sobre si e sobre os prejuízos que a doença lhe causa. Essa característica favorece intervenções mais efetivas sob uma perspectiva biopsicossocial, além da simples redução de sintomas” (CRUZ; SALGADO; ROCHA, 2009, p. 233).

Ou seja, não faz sentido olhar a doença apenas com uma junção de sintomas e não levar em conta as experiências de vida daquele sujeito, tais como; relação familiar, interação na sua comunidade; condições básicas; nível de escolaridade; afazeres diários; número de internações. São inúmeras as variáveis que podem contribuir com a forma que ele irá se estabelecer e se envolver com as pessoas ao seu redor, não é cabível se basear apenas no rótulo da doença e as coisas que achamos saber através do senso comum.

Por outro lado, já é de se esperar que quem está fora desse nicho e não tem uma noção real do funcionamento da doença reaja de maneira tão negativa, pois por muitas vezes a negligência e a falta de manejo em relação a esquizofrenia acontece dentro das instituições que deveriam protegê-los.

Loch et al. (2011), realizou uma pesquisa referente ao estigma negativo dos psiquiatras brasileiros em relação à esquizofrenia em um congresso. E mesmo que houvesse uma tendência a darem respostas socialmente aceitáveis, decorrente do lugar onde estavam, a pesquisa resultou em sua maioria o estigma negativo da esquizofrenia, onde os principais índices relataram maiores porcentagens em: estereótipos negativos, preconceito e tolerância aos efeitos colaterais aos medicamentos utilizados no tratamento. E vale ressaltar que muitas das drogas utilizadas afetam gravemente a cognição social, o que também implica na dificuldade de interagir e socializar no meio.

Após uma visão geral do funcionamento do cenário, conseguimos ter uma compreensão maior da importância do surgimento e aprimoração dos serviços do CAPS para a reinserção das pessoas com esse tipo de sofrimento.

O CAPS, propõe um leque de tratamento através de equipes multidisciplinares, como atendimentos psicoterápicos em grupo, atendimento psiquiátrico para manuseio de medicamentos, atendimento médico, as oficinas de trabalhos manuais e as festas de confraternização. Essas ferramentas podem proporcionar além de uma vida digna para esses pacientes, uma chance de reconstruir relações interpessoais e voltar a participar de seus eventos sociais na medida que são desenvolvidas novas maneiras de se adaptarem (MOLI; SAEKI, 2009).

Silva (2014), fala que a reabilitação psicossocial é adquirida através da aprendizagem e treino de novas competências e atitudes, fornecendo orientação e suporte de acordo com as necessidades do sujeito, num olhar de normalização, através do viés comunitário em conjunto com a comunidade. E para tal, foi necessário criar alternativas que proporcionassem isso a eles. Nessa configuração, as chances da busca pela ajuda dentro do CAPS ser voluntária, é muito maior, uma vez que todo esse processo se torna muito efetivo quando parte da vontade do paciente.

A terapia em grupo tem um forte impacto nesse processo, pois abrange várias demandas, garantindo não só as intervenções terapêuticas, mas também se caracteriza como um ambiente de troca entre os pacientes, dando a chance de ouvir uns aos outros, saber que não estão sozinhos, que outras pessoas compartilham da mesma dor, e na sua maioria das vezes abre espaço para criar novas relações de amizade (SILVA, 2014).

Martini et al. (2018), também trazem a importância da inserção das pessoas com esquizofrenia no mercado de trabalho. Em seus estudos, os autores afirmam que essa ação contribui para a emancipação, a tomada de responsabilidade por suas escolhas e um grande aumento na autoestima. Esse desenvolvimento de habilidades, contribui não só em caráter interpessoal, mas também nos aspectos cognitivos, já que alguns relatos mostram que os envolvimento com situações produtivas auxiliam na superação de obstáculos e desafios que a sintomatologia traz. Sendo assim, fica evidente o benefício das atividades ocupacionais e interativas, junto do suporte social para reduzir os sintomas e ajudar na adaptação de eventos estressores e promover menos interações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o artigo, tomei o cuidado para não utilizar o termo *esquizofrênico* como adjetivo, pois acredito que o uso da palavra nesse sentido faz com que olhemos os indivíduos com esquizofrenia enxergando apenas a doença. Não estamos lidando com “esquizofrênicos”, estamos lidando com *pessoas*. Pessoas que trazem suas próprias histórias, vivências, sonhos e subjetividades. Cada um com a sua individualidade, e isso, deve vir antes de qualquer diagnóstico.

O combate ao estigma social e coletivo, traz uma longa trajetória ao longo dos anos e ainda há muito caminho pela frente. Hoje mesmo após o surgimento de leis que redirecionam o modelo assistencial de saúde, com o fechamento dos manicômios, essas mesmas pessoas permanecem sendo deixadas de fora, pintadas como perigosas e prejudiciais à sociedade.

Precisamos repensar os meios que possibilitem a integração dos sujeitos com esse sofrimento psíquico na sociedade, promovendo desmistificação social acerca da doença, através de um trabalho de reeducação coletiva e atuação do Estado através de parcerias intersetoriais, com maior facilidade ao acesso e envolvendo a família e a comunidade.

Por fim, sugere-se a iniciativa de mais pesquisas que promovam o desenvolvimento de novos dispositivos de inclusão e qualidade de vida. Penso que pelo fato de envolver um preconceito enraizado com viés histórico, não há artigos suficientes que contemplem isso.

REFERÊNCIAS:

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. **LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF: Presidência da República Casa Civil, [2001]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. **DECRETO Nº 7.508, DE 28 DE JUNHO DE 2011**. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República Casa Civil, [2001]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PORTARIA Nº 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2011]. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html> Acesso em: 25 de maio de 2021.

CANDIDO, Maria Rosilene et al . Conceitos e preconceitos sobre transtornos mentais: um debate necessário. Ribeirão Preto: **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.)**, v. 8, n. 3, p. 110-117, dez. 2012 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762012000300002&lng=pt&nrm=iso>.

CLEMENTINO, Francisco de Sales et al. Atendimento integral e comunitário em saúde mental: avanços e desafios da reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro: **Trabalho, Educação e Saúde [online]**, v. 17, n.1, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00177>>.

FERTONANI, Hosanna Patrig et al. Modelo assistencial em saúde: conceitos e desafios para a atenção básica brasileira. Rio de Janeiro: **Ciência & Saúde Coletiva [online]**, v. 20, n. 6 , p. 1869-1878, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015206.13272014>>.

GUEDES DE PINHO, Lara Manuela; PEREIRA, Anabela Maria de Sousa e Chaves; BALULA, Cláudia Margarida Correia. Qualidade de vida nas pessoas com esquizofrenia: a influência das características sociodemográficas e clínicas e da satisfação com o suporte social. Porto Alegre: **Trends in Psychiatry and Psychotherapy [online]**,v. 40, n. 3, p. 202-209, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2237-6089-2017-0002>>.

HENGARTNER, Michael Pascal et al. Atitudes de profissionais de saúde mental em relação a indivíduos com esquizofrenia: uma comparação transcultural entre Suíça e Brasil. São Paulo: **Archives of Clinical Psychiatry [online]**. v. 39, n. 4, p. 115-121, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-60832012000400001>>.

HIRDES, Alice. A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re) visão. Rio de Janeiro: **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v. 14, n. 1, p. 297-305,2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100036>>.

LOCH, Alexandre Andrade et al. O estigma atribuído pelos psiquiatras aos indivíduos com esquizofrenia. São Paulo: **Archives of Clinical Psychiatry [online]**. v. 38, n. 5, pp. 173-177, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-60832011000500001>>.

LOPES, Tatiana Scala et al. O processo de restabelecimento na perspectiva de pessoas com diagnóstico de transtornos do espectro esquizofrênico e de psiquiatras na rede pública de atenção psicossocial. São Paulo: **Saúde e Sociedade [online]**, v. 21, n. 3, p. 558-571, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000300004>>.

MACEDO, Mônica et al. Esquizofrenia, atividades instrumentais de vida diária e funções executivas: uma abordagem qualitativa. São Carlos: **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional [online]**, v. 26, n. 02, p. 287-298, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1153>>.

MACÊDO, Tereza Efigênia Pessoa Morano; FERNANDES, Cibelle Antunes; Costa Ileno Silva da. Rede de apoio social de pacientes com diagnóstico de esquizofrenia: estudo exploratório. Natal: **Estudos de Psicologia**[online], v. 18, n. 4, p. 639-647, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2013000400012>>.

MARTINI, Larissa Campagna et al. Experiência laboral e inclusão social de indivíduos com esquizofrenia. 11ed. São Paulo: **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional** [online], v.44, 2019,. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6369000022418>>.

MOLL, Marciana Fernandes; SAEKI, Toyoko Social life of people with diagnosis of schizophrenia, attended at a psychosocial care center. Ribeirão Preto: **Revista Latino-Americana de Enfermagem** [online], v. 17, n. 6, p. 995-1000, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-11692009000600011>>.

NASCIMENTO, Larissa Alves do; LEÃO, Adriana. Estigma social e estigma internalizado: a voz das pessoas com transtorno mental e os enfrentamentos necessários. Rio de Janeiro: **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** [online], v. 26, n. 1, pp. 103-121, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702019000100007>>.

PEIXOTO, Mônica Monteiro; MOURÃO, Anna Carolina das Neves; SERPA, Octavio Domont de. O encontro com a perspectiva do outro: empatia na relação entre psiquiatras e pessoas com diagnóstico de esquizofrenia. Rio de Janeiro: **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 21, n. 3, p. 881-890, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.04782015>>.

SALES, André Luis Leite de Figueiredo; DIMENSTEIN, Magda. Psicologia e modos de trabalho no contexto da reforma psiquiátrica. Brasília: **Psicologia: Ciência e Profissão** [online], v. 29, n. 4, p. 812, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400012>>.

SAMPAIO, RF e MANCINI, MC. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. São Paulo: **Brazilian Journal of Physical Therapy** [online]. 2007, v. 11, n. 1, p. 83-89. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>>.

SILVA, Ailton Pereira da et al. “Por trás da máscara da loucura”: cenários e desafios da assistência à pessoa com esquizofrenia no âmbito da Atenção Básica. Rio de Janeiro: **Fractal: Revista de Psicologia** [online], v. 31, n. 1, pp. 2-10, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i1/5517>>.

SILVA, Magali. A Saúde Mental e a Fabricação da Normalidade: Uma Crítica aos Excessos do Ideal Normalizador a Partir das Obras de Foucault e Canguilhem. Minas Gerais: **Rev. UFPR - Interação em Psicologia** [online],v.12, n.1, p. 141-150, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/8322/9217>>

SPOHR, Bianca; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Bases epistemológicas da antipsiquiatria: a influência do Existencialismo de Sartre. Goiânia: **Rev. abordagem gestalt.**, v. 15, n. 2, p. 115-125, dez. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672009000200007&lng=pt&nrm=iso>.

CAPÍTULO 18

O PAPEL DO PSICÓLOGO NA HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE NO AMBIENTE HOSPITALAR

**Aliny Velasco
Clerdinice Tolentino Chaves
Heyde Pollyanna Alves da Silva**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo relatar as experiências vivenciadas em estágio supervisionado em uma maternidade pública. Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo, tendo como instrumentos de observações um roteiro previamente estabelecido e diário de campo. O período da pesquisa transcorreu entre março e abril de 2017, buscou-se verificar a importância do psicólogo na humanização da saúde no ambiente hospitalar através de observações de atendimentos realizados pelos psicólogos com pacientes e familiares. Concluiu-se que o atendimento humanizado ocorre através da escuta ativa, aumentando a confiança entre o profissional e paciente, facilitando o atendimento das demandas por meio de intervenções clínicas, auxiliando-os a enfrentarem momentos difíceis vivenciados por aqueles que precisam da assistência à saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento, Maternidade, Humanização, Psicólogo, Supervisão.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Hospitalar no Brasil designa seu trabalho em ambiente hospitalar, tendo relação direta com as transformações em meados do século XX, com a função centrada nos âmbitos secundário e terciário de atenção à saúde, realizando atendimentos psicoterapêuticos, grupos psicoterapêuticos, grupos de psicoprofilaxia, atendimentos em ambulatório e unidades de terapia Intensiva (UTI), pronto atendimento (PA), enfermagem em geral, psicomotricidade no contexto hospitalar, avaliação psicológica, psicodiagnóstico, consultoria (CASTRO; BORNHOLDT, 2014).

A fim de transformar a forma de atendimento à saúde, observa – se então, a necessidade do atendimento humanizado no ambiente hospitalar, com intuito de reduzir as ansiedades e angústias geradas nos pacientes, para que se possa alcançar o objetivo principal de recuperar a saúde dos mesmos. A humanização não depende apenas de fatores motivacionais externos, mas também, de uma estrutura física, tecnológica, humana e administrativa, pautada na valorização e no respeito à dignidade da pessoa humana em um todo, começando pelo paciente, família e os profissionais, garantindo condições para um atendimento de qualidade (BACKES; LUNARDI FILHO; LUNARDI, 2008).

No entanto, para que haja uma maior humanização no hospital o psicólogo além de trabalhar a parte psicológica do indivíduo também se torna um agente da saúde, aparecendo como uma “voz” ativa nas reivindicações e discussões tanto do paciente como dos familiares, a intervenção do psicólogo hospitalar é vista como agregadora nas questões internas e externas do paciente (DOMINGUES et al., 2013).

Contudo, o adoecer provoca no indivíduo um desequilíbrio físico e emocional, interfere no seu psicológico e termina o impossibilitando das suas defesas pessoais. Entende-se que o hospital visa à recuperação da saúde do paciente na busca pela sobrevivência, no entanto, a realidade é que estes pacientes precisam também de um respaldo no atendimento psicológico, entre ele, família e equipe, valorizando o que se chama de humanização em ambiente hospitalar (FEIJÓ, 2006).

Nesse sentido, Simonetti (2004) destaca que a atuação do psicólogo hospitalar tem como foco principal os aspectos psicológicos presentes em todo o processo de adoecimento, considerando a subjetividade e individualidade do sujeito frente a doença, envolvendo a tríade paciente, família e equipe.

Assim sendo, o presente estudo se justifica por maior necessidade de discutir os desafios vivenciados pelo psicólogo no ambiente hospitalar na questão da humanização, que tange seu trabalho com respeito à percepção do convívio de pacientes, familiares e equipe, e as contribuições do psicólogo hospitalar para o desenvolvimento da política de humanização nos hospitais (MOREIRA; MARTINS; CASTRO, 2012)

Deste modo, este trabalho tem como principal finalidade investigar, por meio da experiência de estágio, a importância do papel do psicólogo na humanização da saúde no ambiente hospitalar, através da observação do trabalho do psicólogo dentro da política de humanização e relatar a contribuição do mesmo no processo de humanização.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico iremos discorrer sobre o histórico da saúde brasileira as políticas públicas presentes nela, além de tratarmos do papel do psicólogo na humanização no ambiente hospitalar.

Breve Histórico da Saúde no Brasil

A filantropia foi percussora da história dos cuidados com a saúde no Brasil, representado pelo religioso e caridade, pois as pessoas eram atendidas pelas instituições e médicos

filantrópicos. No entanto, paralelamente, o Estado fazia algumas ações de saúde diante de epidemias, como ações de vacinação e/ou de saneamento básico. Isso ocorreu no final do século XIX e início do XX, com o saneamento do Rio de Janeiro e a grande campanha de vacinação contra varíola (CARVALHO, 2013).

O contexto da saúde no Brasil teve sua evolução na década de 70, em plena Ditadura Militar (1964), centrado nas ações de âmbito federal, com junções do Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), como também com o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), o qual dividiam toda responsabilidade nas ações na área de saúde (ESCOREL, 2008).

Paim (2009) destaca que nesta época havia uma percepção quanto ao sistema adotado no Brasil, sendo este semelhante ao sistema norte-americano, sendo um sistema excludente, pois apenas os trabalhadores pertencentes ao mercado formal de trabalho podiam fazer parte da clientela dos serviços de saúde. Com isto, surge em plena crise econômica e visando o processo de redemocratização política, o ‘Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, conhecida também como Movimento Sanitário ou Movimento pela Democratização da Saúde.

Gomes (2011, p. 3) “a Constituição Federal de 1988 é a mais progressiva e nela à Saúde coube cinco artigos (Art. 196-200), que determinam que esta é um direito de todos e dever do Estado, e a integração dos serviços de saúde de forma regionalizada e hierárquica, constituindo um sistema único”. Surge aí o SUS – Sistema Único de Saúde, pautado nos princípios básicos da reforma sanitária, sendo: a equidade, a universalidade, a integralidade e a participação social.

Após a criação do SUS surgem as leis orgânicas 8.080/90 e 8.142/90, sendo que a primeira a “Lei Orgânica da Saúde”, em 19 de setembro de 1990, “dispõe sobre as condições para a Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, organizando o funcionamento do SUS”. Já a “Lei Orgânica da Saúde”, Lei 8.142 de 28 de dezembro de 1990, “dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS)” (BRASIL,1990).

Gomes (2011) ressalta que o Projeto de Reforma Sanitária é uma bandeira específica e parte de uma totalidade de mudanças, sendo um conjunto de princípios e proposições da democratização do acesso, universalização das ações, descentralização, melhoria na qualidade dos serviços com a adoção de um novo modelo assistencial pautado na integridade e equidade das ações.

Política de Humanização

Após diversos acontecimentos nas Políticas de Saúde no Brasil, iniciou-se o Movimento da Reforma Sanitária ocorrido nas décadas de 70 e 80, que passou a debater em um contexto social sobre a humanização na área da saúde, pois começaram a se questionar a respeito do modelo assistencial utilizado, sobre as condições de trabalho, a humanização nos atendimentos e a participação popular nas ações de saúde pública (PAIVA; TEIXEIRA, 2014).

Em 2001, o Ministério da Saúde elabora o Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar (PNHAH) com o objetivo de estender o conceito de humanização para todas as instituições de saúde, através da implantação de uma cultura organizacional diferenciada que visa à valorização do paciente, família e equipe de saúde (BRASIL, 2008).

No ano de 2003 foi criada a Política Nacional de Humanização (PNH) na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, que englobou algumas ações e programas pré-existentes que focavam a humanização, por exemplo: o Programa de Atenção ao Parto e Pré-Natal e o Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar (PNHAH); todavia, estes programas tinham um caráter fragmentado por não haver articulação entre si (BAZON; CAMPANELLI; BLASCOVI-ASSIS, 2004).

Segundo Brasil (2006, 2008) a PNH tem como objetivos: promover ações que assegurem a participação dos profissionais, usuários e gestores nas discussões e decisões de saúde, promovendo uma gestão participativa e compartilhada; adequar os serviços ao ambiente e à cultura dos usuários, respeitando a privacidade e promovendo um ambiente acolhedor e confortável; capacitar os profissionais da rede hospitalar afim de melhorar a qualidade dos atendimentos prestados aos usuários do SUS; modernizar e informatizar as relações de trabalho na área hospitalar e promover atividades de valorização e de cuidados aos profissionais da saúde, contemplando ações destinadas a promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho;

Mota, Martins e Veras (2006) debatem o papel dos profissionais de saúde na humanização no contexto hospitalar, priorizando o envolvimento em processos educativos, treinamentos e intervenções que tornem a hospitalização do paciente mais confortável, evidenciando a necessidade de capacitar e formar profissionais de saúde conscientes deste novo modelo de atendimento, de modo que as políticas públicas em saúde sejam aplicadas não apenas aos equipamentos assistenciais, mas toda a rede hospitalar.

Entende-se, então, que a assistência de saúde deve ter como eixo principal a humanização e os aspectos subjetivos de cada indivíduo, já que a interação dos conhecimentos

técnico-científico com os aspectos emocionais, sociais, culturais e éticos na relação entre a equipe e o paciente assegura um serviço mais eficaz (MARQUE; DIAS; AZEVEDO, 2006).

"Assim humanizar em saúde é resgatar o respeito à vida humana, levando-se em conta as circunstâncias sociais, éticas, educacionais e psíquicas presentes em todo relacionamento humano... é resgatar a importância dos aspectos emocionais, indissociáveis dos aspectos físicos na intervenção em saúde" (BRASIL/PNH, 2001, p.33).

Seguindo esta linha de pensamento, fica claro que promover saúde e humanizar a atenção à saúde requer um tempo de adaptação pois é fundamental que haja capacitação dos profissionais, no cuidado e na assistência do doente e seus familiares. Desta forma, nota-se que é necessário a implantação de um processo de atendimento humanizado nas unidades de saúde, principalmente para melhorar a qualidade nos atendimentos e nas relações interpessoais entre profissionais, pacientes e familiares (GALLO; MELLO, 2009).

Psicologia da saúde e o papel do psicólogo no ambiente hospitalar

Pesquisas realizadas recentemente têm evidenciado que o comportamento e o estilo de vida dos seres humanos podem ter impacto relevante sobre o desenvolvimento ou a agravamento das doenças. Alguns comportamentos que contribuem na promoção e na manutenção da saúde são em geral, aprendidos durante a infância e a adolescência, ou seja, um estilo de vida saudável. Os psicólogos por serem estudiosos do comportamento humanos têm criado e implantado programas que visam o fortalecimento de comportamentos saudáveis (ALMEIDA; MALANGRIS, 2011).

Assim, a psicologia da saúde e os profissionais que atuam nesta área, não estão interessados diretamente no que cabe ao médico, mas, na forma como o sujeito vive e experimenta o seu estado de saúde ou de doença, e principalmente com a relação consigo mesmo, com os outros e com o mundo. O psicólogo da saúde visa o desenvolvimento de um conjunto de atitudes e comportamentos ativos que promova saúde e previne doenças, além de auxiliar no processo de ajustamento ao adoecer, à doença e à suas eventuais sequelas (BARROS, 2009).

O objetivo principal da psicologia da saúde é perceber como é possível, através de práticas psicológicas, colaborar para a melhor qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade através da prevenção, manutenção e promoção da saúde (TRINDADE; TEIXEIRA, 2012).

A maioria dos psicólogos da saúde trabalha em hospitais e clínicas e fornecem ajuda direta e indireta aos pacientes, fornecendo atendimentos para pacientes com dificuldades de ajustamento à condição de doente, exemplo: redução de sofrimento no paciente internado.

Também podem auxiliar os pacientes a utilizarem recursos de enfrentamento (ALMEIDA; MALAGRIS, 2011).

Fossi e Guareshi (2007), destacam que o psicólogo hospitalar possui capacidade em um conjunto de contribuições científicas, educativas e profissionais, seguindo as várias correntes da psicologia em prestar assistência de maior qualidade àqueles pacientes hospitalizados. Ele detém saberes e técnicas de forma a aplicar sistematicamente e de forma coordenada, constantemente no intuito da melhora na assistência integral do hospitalizado.

Segundo Velasco; Rivas e Guazina (2012), o objetivo do psicólogo hospitalar é a minimização do sofrimento quando de sua hospitalização, pois este deve ser entendido não como um mero processo de institucionalização hospitalar, mas, como uma série de fatos e conjecturas que decorrem desse processo e sua implicação na vida futura do paciente.

Os autores acima ainda destacam que uma das possibilidades de trabalho da psicologia no âmbito hospitalar, está ligada diretamente na intervenção durante a internação, como também, ao atendimento de seus familiares e cuidadores, na interconsulta. Sua participação se faz essencial na discussão multidisciplinar dos casos, como também quando do encaminhamento a rede de cuidados de saúde fora do hospital, atentando a capacitação de equipes, e outros.

Freitas e Moretto (2014) argumenta dentro da perspectiva da psicologia no ambiente hospitalar a precariedade existente no atendimento à população nestas instituições, e demonstra que o papel do psicólogo primeiramente é minimizar o sofrimento do paciente e família, diante da hospitalização, associando seu histórico de vida e como eles estão se portando na questão da assimilação desta nova perspectiva em relação ao processo de adoecimento.

O psicólogo em ambiente hospitalar na questão da humanização encontra relutância de alguns pacientes e familiares no enfrentar de suas realidades, por muita das vezes oferecer riscos à sua própria integridade física ou à das pessoas que estão a sua volta. Exemplos, são momentos de agressividade e ideação suicida, e nesses casos é importante obter ajuda de outras pessoas e não lidar sozinho com o paciente. O que leva o psicólogo a fazer um trabalho de conscientização dos familiares, que eles ainda podem fazer muito por seus entes queridos, mas, que tem que enfrentar as dificuldades da doença juntamente com o paciente e ter confiança no trabalho desenvolvido na instituição em que está sendo atendido (FREITAS; MORETTO, 2014).

O que se observa quotidianamente é que nos hospitais, sejam eles públicos ou privados, todos são permeados por dor, medo, angústia, entre outras fantasias que a internação suscita no

sujeito. Diante destes aspectos, o psicólogo hospitalar tem a finalidade de fazer com que o sujeito se sinta melhor diante do desconforto e do sofrimento provocado pela hospitalização. As ferramentas que o psicólogo possui são inúmeras e podem ser colocadas em prática desde o atendimento individual até a realização e participação de capacitações com os demais profissionais, no intuito de promover qualidade de vida e bem-estar a todos os protagonistas desse cenário (VELASCO; RIVAS; GUAZINA, 2012).

MÉTODO

O método adotado foi de cunho bibliográfico e de observação participante no campo de pesquisa a partir da realização do estágio obrigatório em Psicologia Hospitalar. Para Lakatos e Marconi (2010, p. 65) “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, verifica-se pertinente ao tema e estudo, pois oferece meios para definir e resolver não só problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”.

No que tange aos procedimentos da pesquisa, de acordo com Mosimann-Lustosa (2011), esta pesquisa teve como instrumento a observação participante, que consiste em investigações de pesquisas empíricas, cujo objetivo principal é a análise das características dos fatos ou fenômenos. Assim, utilizou-se o roteiro de observação e diário de campo, realizado no período de março de 2017 a abril de 2017, colhendo informações sobre a importância do papel do psicólogo na humanização da saúde no ambiente hospitalar.

A utilização do roteiro de observação serve como um guia a ser desenvolvido para o trabalho de campo, que consiste em vivenciar o dia a dia do trabalho do profissional, pacientes e familiares, com isto podendo fazer as anotações no sentido de responder as indagações dos objetivos proposto (MINAYO, 2010).

As informações também devem ser registradas em um instrumento que se convencionar chamar Diário de Campo. Segundo Araújo et al. (2013, p. 54):

[...], o diário tem sido empregado como modo de apresentação, descrição e ordenação das vivências e narrativas dos sujeitos do estudo e como um esforço para compreendê-las. [...]. O diário também é utilizado para retratar os procedimentos de análise do material empírico, as reflexões dos pesquisadores e as decisões na condução da pesquisa; portanto ele evidencia os acontecimentos em pesquisa do delineamento inicial de cada estudo ao seu término.

No instrumento do diário de campo os pesquisadores devem anotar todas as informações que não sejam o registro das entrevistas formais. Observações tais como: conversas informais, comportamentos, festas, instituições, gestos, expressões que digam respeito ao tema abordado no trabalho.

Para realização dessa pesquisa, houve a utilização do roteiro de observação em campo, com observações de 30 (trinta) atendimentos realizados pelos profissionais de psicologia aos pacientes e familiares que os acompanhavam. As observações aconteceram em uma maternidade pública do município de Goiânia. Nessa instituição foi realizado o estágio-obrigatório em psicologia hospitalar pelas autoras desse trabalho, sendo feito além das atividades necessárias ao estágio, a observação participante para fins de atingir o objetivo desse trabalho.

Esta pesquisa está fundamentada na abordagem qualitativa e para análise dos dados coletados foram feitas sistematizações e reflexões com base nos preceitos utilizados no referencial teórico da psicologia da saúde e hospitalar no contexto da humanização no campo da saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante as observações notou-se que o profissional da psicologia se dirige ao paciente pelo nome, seguindo um protocolo adotado pela equipe local, afim de favorecer uma atenção mais direta, um cuidado maior, considerando as particularidades e a subjetividade de cada paciente. Como retrata Hennezel (2004), o paciente deseja ser tratado como pessoa ao invés de uma patologia ou leito. Sua expectativa é maior nos cuidados atenciosos do que no próprio tratamento.

Na atuação perante os pacientes e familiares observou-se também, que os profissionais de psicologia primeiramente, buscam ouvir as queixas e argumentações, e depois passam a orientá-los sobre os detalhes que ocorrem no processo de hospitalização e quais as medidas a serem adotadas. Sempre procurando respeitar a diversidade, entendendo, ouvindo e discutindo a realidade de cada paciente e seus familiares. Neste contexto, Barbosa e Silva (2007) argumentam que, respeitar o paciente é componente primordial no cuidado humanizado. Respeitar envolve ouvir e interpretar o que o outro tem a dizer, sem pré-julgamentos, é entender a necessidade do autoconhecimento para poder respeitar a si e ao outro.

Observou-se, que o profissional de psicologia mantém uma postura ética, resguardando as informações dadas em caráter confidencial nos atendimentos, respeita o sigilo profissional a fim de proteger e preservar o histórico de cada paciente, mantém a privacidade, e a limitação de acesso a informações e a liberdade da não interferência na vida pessoal ou familiar, compartilhando nos prontuários somente as informações relevantes para a equipe

multidisciplinar. Segundo Frazão (2008) ética é atuar com consciência e responsabilidade, não é apenas um comportamento na sociedade, mas diante da sociedade.

A atuação do psicólogo na maternidade divide-se em múltiplas solicitações como: preparação do paciente para procedimentos cirúrgicos como parto e curetagem, exames clínicos, atenção aos familiares, informações sobre aleitamento materno, planejamento familiar, tornando o paciente ativo no seu processo de adoecimento e hospitalização. Assim, o psicólogo hospitalar tem uma função ativa, que não simplesmente interpretativa. Sua atuação se dá através da comunicação, reforçando o trabalho de adaptação do paciente e familiar ao enfrentamento da hospitalização (SIMONETTI, 2006).

Percebeu-se, que os psicólogos da instituição realizam o acolhimento oferecendo apoio emocional, escuta ativa, suporte ao tratamento, esclarecimentos sobre os procedimentos a serem realizados e fortalecimento dos vínculos familiares com os pacientes. Quanto à atitude acolhedora do profissional junto aos pacientes e familiares, Bazon, Campanelli e Blascovici-Assis (2004), retratam que existe a necessidade de o psicólogo criar vínculos no estabelecimento de relações próximas com os pacientes e familiares, no intuito de estabelecer processo que busca o compartilhamento da responsabilidade por sua vida.

Finalizando, ao ter observado o dia a dia do psicólogo no ambiente hospitalar na questão da humanização, o que se percebeu foi um profissional como um tradutor do médico-paciente-família, esclarecendo as dúvidas, conscientizando-os sobre a importância da participação no tratamento e respeitando o trabalho proposto pela equipe. Fossi e Guareschi (2007) destacam que é indispensável que o psicólogo saiba detalhadamente das atividades desenvolvidas pelos demais profissionais, pois no hospital é imprescindível que os papéis e as tarefas profissionais de cada membro da equipe sejam bem delimitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo foi possível observar por meio dos profissionais de psicologia e pacientes da unidade de saúde que o atendimento humanizado aumenta a confiança entre profissional e paciente, facilitando o atendimento das demandas através de intervenções clínicas, auxiliando-os a superar momentos difíceis.

O psicólogo hospitalar abre um espaço para acolher a subjetividade das gestantes, parturientes, puérperas e seus familiares; destacando que, embora os psicólogos sejam conhecedores da subjetividade humana, cuidar dos aspectos subjetivos em torno do adoecer não é um trabalho específico deste profissional ou seja, o atendimento deve sempre ser pautado

dentro de um parâmetro interdisciplinar permeado por uma gama de conhecimentos técnicos e científicos que se complementam entre si, sempre visando o bem-estar do paciente.

É importante destacar que, a prática dentro da maternidade reflete os trabalhos de uma equipe multidisciplinar, composta por fisioterapeutas, nutricionistas, fonoaudiólogos, psicólogos, médico e enfermeiros, que compartilham as informações dos pacientes por meio de registros em prontuários e comunicação verbal, o que facilita o trabalho do psicólogo que para atuar nessa área foi observado que precisa dispor de alguns fatores, tais como: persistência, postura proativa, disponibilidade, flexibilidade e empatia, contudo deve-se sempre atentar-se a diversidade de realidades que se apresentam nesse ambiente.

Foi observado que a efetivação da PNH dentro da unidade de saúde, campo do estágio, vem sendo alcançada com êxito e sendo fruto de elogios por parte dos usuários, o que reforça a importância da atuação do psicólogo dentro de um contexto multidisciplinar. Logo, diante da pesquisa realizada nota-se a importância de aprofundar estas questões em estudos posteriores, que busquem investigar a prática profissional no cotidiano hospitalar e a implantação e fiscalização da política de humanização nas equipes de saúde em unidades hospitalares.

Conclui-se, portanto, que um dos desafios da psicologia hospitalar, consiste em ampliar o número de psicólogos na rede hospitalar, afim de garantir uma atenção biopsicossocial compatível com as necessidades de saúde da população. Assim, com o intuito de favorecer a efetivação da PNH dentro das unidades hospitalares, a humanização deve ser vista como uma das dimensões essenciais, não podendo ser entendida como apenas um programa a mais a ser aplicado aos diversos serviços de saúde, mas como uma política que opere diretamente em todo o sistema de saúde do Brasil.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, R.A. de. MALAGRIS, L.E.N. A prática da psicologia da saúde. **Rev. SBPH** vol. 14 n. 2. Rio de Janeiro, dez. 2011.

ARAÚJO, L.F.S. de; DOLINA, J.V.; PETEAN, E.; MUSQUIM, C. dos A.; BELLATO, R.; LUCIETTO, G.C. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Rev. Bras. Pesq. Saúde**, Vitória, Espírito Santo, p. 53-61, jul./set. 2013.

BACKES, D.S.; LUNARDI FILHO, W.D.; LUNARDI, V.L. O processo de humanização do ambiente hospitalar centrado no trabalhador. **Rev. Esc. Enferm. USP**, 2008; 40(2): 221-7.

BARBOSA, I.A; SILVA, M.J.P. Cuidado humanizado de enfermagem: o agir com respeito em um hospital universitário. **Rev. bras. enferm.** [online]. 2007, vol.60, n.5, Brasília, set. out.

2007.

BARROS, T.M. **Psicologia da saúde**: Intervenção em hospital geral. Aletheia [online], 21, 63-68, 2009.

BAZON, F.V.M.; CAMPANELLI, E.A.; BLASCOVI-ASSIS, S.M. A importância da humanização profissional no diagnóstico das deficiências. **Psicol. teor. prat.**[online]. 2004, vol.6, n.2, pp. 89-99. ISSN 1516-3687.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990**: dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Humaniza SUS Política nacional de Humanização** (versão preliminar). Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS** : documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006

BRASIL. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização**. Documento base para gestores e trabalhadores do SUS/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. 4ª ed., Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

CARVALHO, G. A Saúde Pública no Brasil. **Estud. av.** vol. 27 no. 78 São Paulo 2013.

CASTRO, E.K.; BORNHOLDT, E. Psicologia da saúde x psicologia hospitalar: definições e possibilidades de inserção profissional. **Psicol. cienc. prof.** Vol. 23, no. 3 Brasília Sept. 2014.

COSTA, A.M. Integralidade na atenção e no cuidado a saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 12, p. 6-10, já./abr. 2011.

DOMINGUES, G.R.; ALVES, K. de O.; CARMO, P.H.S. do.; GALVÃO, S. da S.; TEIXEIRA, S. dos S.; BALDOINO, E.F. A atuação do psicólogo no tratamento de pacientes terminais e seus familiares. **Psicol. hosp.** (São Paulo) vol. 11 no. 1 São Paulo jan. 2013.

ESCOREL, S. **História das políticas de saúde no Brasil de 1964 a 1990**: do golpe militar à reforma sanitária. In: GIOVANELLA, L. *et al.* (org.). Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

FEIJÓ, G. **A Psicologia e o Processo de Humanização no Hospital diante da Relação Enfermeiro-Paciente**. Trabalho de conclusão de Curso – TCC (Curso de Psicologia – Graduação). Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2006.

FOSSI, L.B.; GUARESCHI, N.M. de F. A Psicologia Hospitalar e as Equipes Multidisciplinares. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jun. 2007.

FRAZÃO, L. M. (2008). Ser ético para um fazer ético. **Revista Sampa GT**, 5, p. 55-56.

FREITAS, C.R.; MORETTO, C.C. Psicologia da saúde: o acolhimento humanizado na sala de observação de uma unidade pré-hospitalar. **Rev. SPAGESP** vol. 15. N. 2 Ribeirão Preto, dez. 2014.

GALLO, A. M; MELLO, H. C. Atendimento humanizado em unidades de urgência e emergência. **Revista F@pciência**, Apucarana-PR, ISSN 1984-2333, v.5, n. 1, p. 1 – 11, 2009.

GOMES, G.V. **Breve Apreciação sobre a Política de Saúde no Brasil no Contexto da Contra-Reforma do Estado**. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís/Maranhão, 2011.

HENNEZEL, M.(2004). **A morte íntima: aqueles que vão morrer nos ensinam a viver**. (Sá O. A. Trad.) SP: Ideias e Letras.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed., São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUE, Flavia Carvalho; DIAS, Ieda Maria Vargas and AZEVEDO, Leila. **A percepção da equipe de enfermagem sobre humanização do parto e nascimento**. Esc. Anna Nery [online]. 2006, vol.10,,n.3,pp.439-447. ISSN 1414-8145.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOREIRA, E.K.C.B; MARTINS, T.M.; CASTRO, M.M. de. Representação social da Psicologia Hospitalar para familiares de pacientes hospitalizados em Unidade de Terapia Intensiva. **Rev. SBPH**, vol. 15 no. 1 Rio de Janeiro jun. 2012.

MOSIMANN, L.T.N.Q.; LUSTOSA, M.A. A psicologia hospitalar e o hospital. **Rev. SBPH**, vol. 14 n. 1 Rio de Janeiro, jun. 2011.

MOTA, R.A.; MARTINS, C.G.de M.; VÉRAS, R.M. Papel dos Profissionais de Saúde na Política de Humanização Hospitalar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 323-339, mai/ago, 2006.

PAIM, J.S. **Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica**. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2009.

PAIVA, C.H.A.; TEIXEIRA, L.A. Reforma sanitária: notas sobre contextos e autores. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, jan.mar. 2014, p. 15-35.

SIMONETTI, A. **Manual de Psicologia Hospitalar: O mapa da doença**. 8ª ed., São Paulo: Casado do Psicólogo, 2004.

SIMONETTI, A. (2006). **Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença**. 2ª ed. São Paulo: Casa do psicólogo.

TRINDADE, I.;TEIXEIRA, J.A.C. Psicologia em serviços de saúde: Intervenção em centros de saúde e hospitais. **Análise Psicológica** [online], 28, 6, 111-114, 2012.

VELASCO, K.; RIVAS, L.A.F.; GUAZINA, F.M.N. **Acolhimento e escuta como prática de trabalho do psicólogo no contexto hospitalar**. *DisciplinarumScientia*. Série: Ciências

CAPÍTULO 19

ATITUDES DE ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE FRENTE À MORTE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Ericarla Verônica Almeida Dias
Ismael Ivan Rockenbach
Larissa Maria Medeiros de Oliveira
Maria Clara de Paiva Gualberto
Maria Clara Araújo Alves

RESUMO

A morte não é somente um evento biológico e inevitável da vida humana, mas também é um fenômeno construído socialmente e, por essa razão, assume diferentes sentidos e percepções ao longo da história. A presente revisão sistemática da literatura teve como objetivo identificar e discutir as principais atitudes de estudantes e profissionais da área da saúde frente à morte para buscar compreender e identificar a melhor forma de atuar diante desse fenômeno. Este é um estudo de caráter exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa, utilizando como método o modelo de revisão sistemática, e como fonte de pesquisa a base Scielo Citation Index (Web of Science). Foram encontrados 48 trabalhos na busca inicial em língua portuguesa, dentro os quais foram selecionados 4 estudos que contemplavam satisfatoriamente o objetivo desta revisão. Os quatro estudos foram publicados entre 2017 e 2021, somando um total de 2351 participantes. Pode-se observar que quanto maior a idade dos graduandos da área da saúde, menor é a atitude de evitamento da morte. Em relação à atitude de lidar com a morte com o passar dos anos, metade dos médicos e graduandos da medicina afirmaram que ficou mais fácil, e 26% afirmaram que se tornou natural. Um dado significativo do presente estudo é que na atitude “preparo para lidar com a morte de enfermos”, foi constatado que apenas 15% dos estudantes de medicina consideram-se prontos para atuar nesse contexto. O evitamento da morte foi a única atitude em que houve uma diferença significativa entre as áreas de cirurgia, medicina e medicina intensiva, referentes à atuação dos enfermeiros. O evitamento foi mais observado na área de cirurgia em comparação com as outras áreas. Além disso, foi observada uma taxa ampla de aceitação da legalização tanto da eutanásia quanto do suicídio assistido pelos acadêmicos e profissionais da saúde. No entanto, a concordância dos participantes com uma lei que permitisse o suicídio assistido ou a eutanásia em casos de doenças neurodegenerativas progressivas foi de 46,9%, menor que em casos de doenças terminais, a qual foi de 68,1% para o suicídio assistido e 73,2% para a eutanásia. Em casos de tetraplegia, a concordância foi ainda menor, de apenas 30,8% para legalização da eutanásia. Esta revisão sistemática corrobora a percepção de que ainda é necessária a inserção da temática sobre a morte e seu efeito nos cursos de graduação das diversas áreas da saúde, a fim de que os estudantes e profissionais estejam preparados para lidar com esse fenômeno tanto na vida pessoal quanto na vida profissional. Ademais, chama-se atenção para a necessidade de ampliação da discussão e dos estudos a respeito da eutanásia e do suicídio assistido, os quais são temas ainda pouco debatidos.

PALAVRAS-CHAVE: atitudes, eutanásia, evitamento da morte, medo, suicídio.

INTRODUÇÃO

Consistindo em um episódio natural da existência humana, a morte é, assim como o nascimento, inerente à própria vida. A crença cultural, a etnia e a religião, por exemplo, ajudam a moldar a atitude da pessoa frente ao processo da morte e o morrer. Esta atitude do ser humano frente a morte é ancorada em crenças baseadas em reflexões sobre o sentido da vida, a possibilidade da vida após a morte, e a existência da alma (JAFARI et al. 2015).

Dessa forma, a morte não é somente um evento biológico e inevitável da vida humana, mas também é um fenômeno construído socialmente e, por essa razão, assume diferentes sentidos e percepções ao longo da história. Por exemplo: na sociedade ocidental, até meados da Idade Média, as pessoas viam a morte como um processo natural, no qual os rituais fúnebres eram feitos de forma pública, nas residências e próximos à família e amigos, onde o corpo morto era associado a uma humanidade. Além disso, antes de morrer, as vontades e decisões da pessoa eram respeitadas (SANTOS & HORMANEZ, 2013).

Com os avanços tecnológicos e da medicina, os quais proporcionaram novas técnicas para manter a vida, a morte passou a ser vista como algo que poderia ser controlada pelo homem e assim, evitada ao máximo. Dessa forma, a morte passou a ter uma conotação de algo não natural, de um evento vergonhoso e de um sofrimento inútil e doloroso. A maioria dos falecimentos passou a ocorrer no contexto dos hospitais, junto aos profissionais da saúde (GÓMEZ-LONDOÑO, 2008).

Ademais, é muito comum nos hospitais que as decisões do paciente acerca de seu processo de morrer não sejam consideradas pelos profissionais da saúde, os quais se sentem no direito de controlar os procedimentos e muitas vezes querem fazer de tudo para manter a vida do paciente, sem se importar com a qualidade do tratamento, deixando-o passivo e alheio às decisões da equipe de saúde (SANTOS & HORMANEZ, 2013). Apesar disso, é difícil definir precisamente uma única ou a principal atitude dos estudantes e profissionais da saúde frente à morte nos dias atuais, uma vez que muitos componentes, como os sociais, culturais, religiosos e econômicos, podem afetar a maneira como cada pessoa vive e se porta diante desse processo (RAMÓN et al. 2021).

Tendo em vista que esta revisão de literatura tem como foco a análise de atitudes, é importante destacar que as atitudes podem ser definidas, segundo Allport (1935), como uma organização de crenças e cognições do sujeito em relação a um objeto, composta por uma carga afetiva a favor ou contra esse objeto, predispondo a uma ação que seja coerente com tais

cognições e afetos. Ou seja, as atitudes podem ser identificadas por três componentes: cognitivo, afetivo e comportamental.

Permeiam por esses âmbitos atitudes positivas e negativas contínuas frente ao fenômeno da morte, sendo as negativas o medo e o evitamento, e as positivas o escape, a neutralidade e a aceitação que atuam próximas à mesma esfera. Esses pontos se desenvolvem e tornam-se presentes ao longo da vida do indivíduo de acordo com a vivência de cada um. O medo conecta-se ao medo da morte em si, próximo, porém, distinto ao evitamento, que está ligado à angústia do pensar sobre a morte e a ansiedade atrelada a essa atitude, buscando o possível para esquivar o pensamento a respeito da mesma. Ao passo que, como apresentado anteriormente, o escape, a neutralidade e a aceitação orbitam em uma dimensão positiva, pois todas operam junto a um entendimento, mesmo que mínimo, sobre a morte (SOUZA et al. 2017).

Conforme o panorama acima exposto, o tema desta pesquisa é de extrema importância, tendo em vista que os estudantes e profissionais formados da área de saúde necessitam de tal conhecimento para a construção de uma atuação qualificada consigo e com aqueles à sua volta. O sistema de saúde carece de profissionais capazes de enxergar o fenômeno da morte de outras formas além da visão que cada um possui devido sua criação, pois é necessária a compressão dos próprios sentimentos para assim, dar um suporte qualificado ao próximo. Nesse sentido, a presente revisão sistemática da literatura tem como objetivo identificar e discutir as principais atitudes de estudantes e profissionais da área da saúde frente à morte para buscar compreender e identificar a melhor forma de atuar diante desse fenômeno.

MÉTODO

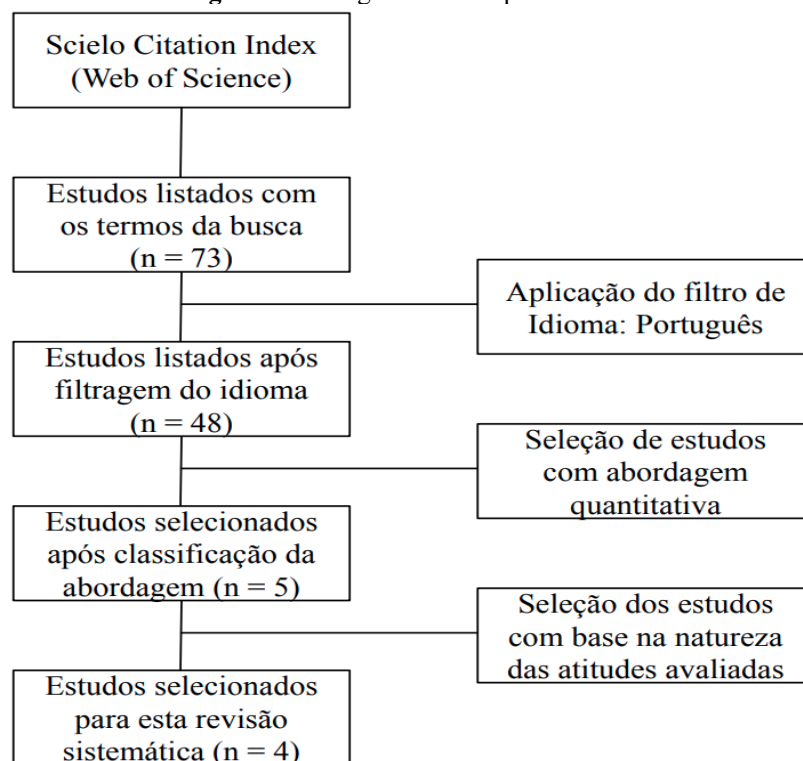
Este é um estudo de caráter exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa, utilizando como método o modelo de revisão sistemática. O escopo da revisão foi composto por artigos da base de dados Scielo Citation Index (Web of Science), considerando que a biblioteca virtual Scielo concentra grande quantidade de estudos realizados na América do Sul e especialmente no Brasil. O acesso à base de dados foi realizado nos dias 19 e 20 de outubro de 2021, através do Portal de Periódicos da CAPES, com o direcionamento da conexão de internet ao *Proxy* da Universidade Federal da Paraíba. Foram incluídos estudos somente do tipo quantitativo, escritos em português, com disponibilidade do conteúdo *online* na íntegra, e que tinham como participantes estudantes e/ou profissionais da área da saúde.

Como estratégia de busca foram utilizados os termos "atitude frente à morte", "atitudes frente à morte", "atitude frente a morte" e "atitudes frente a morte", expressões estas

identificadas como as principais variações gramaticais em torno do tema de interesse desta revisão sistemática. Na base de dados Scielo foi utilizado o operador booleano "or" entre os termos. A busca dos termos foi restrita à opção Tópico, que na base de dados utilizada inclui o título, o resumo ou as palavras-chave. Adicionalmente, ativou-se o filtro de idioma para que fossem selecionados apenas artigos publicados em língua portuguesa.

Foram desconsiderados estudos com abordagem qualitativa e quantiquantitativa, escritos ou não como revisão da literatura (sistemática, narrativa, integrativa), aqueles de validação de escala, e aqueles em que as atitudes avaliadas estavam relacionadas especificamente à decisão acerca de procedimentos médicos. A *Figura 1* mostra o fluxograma das etapas de busca.

Figura 1. Fluxograma das etapas de busca.



Fonte: Desenvolvida pelos autores

As etapas de análise de conteúdo foram: leitura integral dos artigos; sistematização de informações como autor, revista publicada e ano de publicação; descrição dos elementos presentes nos textos e comparação entre as principais informações dos artigos.

RESULTADOS

Na seleção dos artigos, cinco trabalhos foram identificados como sendo estudos de abordagem exclusivamente quantitativa. Entre estes, observou-se que um dos estudos investigou a conduta médica (“atitude”) em situações específicas de pacientes terminais, razão pela qual foi desconsiderado nesta revisão sistemática, uma vez que poderia não ser assertivo

atribuir valor atitudinal em tomadas de decisão de carácter majoritariamente protocolar em contexto hospitalar.

Assim, a *Tabela 1* apresenta uma síntese dos quatro artigos selecionados para este estudo, dentre os quarenta e oito trabalhos encontrados na busca inicial em língua portuguesa. Para efeitos práticos de análise dos estudos, atribuímos uma numeração aos mesmos, sem haver qualquer motivação ordinal ou de importância relacionada a esta numeração.

Tabela 1: Escopo selecionado para a Revisão Sistemática (n = 4).

Título do artigo	Atitudes dos enfermeiros frente à morte no contexto hospitalar: diferenciação por unidades de cuidados
Autores	Cardoso, Martins, Ribeiro, & Fonseca
Publicação	<i>Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem [online]</i> , 24(1): e20200100, 2021
Objetivo	Identificar a ocorrência da morte nas unidades de cuidados, bem como analisar os registros e as atitudes dos enfermeiros frente à morte no contexto hospitalar
Principais resultados	Com relação às atitudes dos enfermeiros frente à morte, à exceção do evitamento, todas as outras evidenciam tendência semelhante entre o grupo profissional, independentemente da sua área de atuação. Os registros de enfermagem apresentam maior incidência ao nível da função ao invés de focados no domínio da pessoa
Título do artigo	Avaliação do perfil de atitudes acerca da morte: estudo com graduandos da área de saúde
Autores	Souza, Sousa, Lago, Borges, Ribeiro, & Guilhem
Publicação	<i>Texto & Contexto - Enfermagem</i> , 26(4): e3640016, 2017
Objetivo	Identificar o perfil de atitudes frente à morte pelos graduandos da área de saúde
Principais resultados	A atitude de aceitação neutra obteve maiores médias dentre os graduandos da amostra, médias mais elevadas na dimensão medo da morte apresentam-se em graduandos mais jovens e médias mais baixas de evitamento da morte em graduandos com maior idade, que cursavam os primeiros semestres da graduação. As dimensões “aceitação de escape” e “religiosa” obtiveram médias mais elevadas nos graduandos do género masculino

Título do artigo	Percepção da morte para médicos e alunos de medicina
Autores	Meireles, Feitosa, Oliveira, Souza, & Lobão
Publicação	<i>Revista Bioética</i> , 27(3): 500-509, 2019
Objetivo	Analisar a atitude de médicos e a percepção de estudantes de medicina em relação ao fim da vida
Principais resultados	Os discentes se sentem despreparados para enfrentar essa realidade, e a vivência profissional é o principal fator de compreensão dos médicos sobre o tema
Título do artigo	Suicídio assistido e eutanásia na perspectiva de profissionais e acadêmicos de um hospital universitário
Autores	Brandalise, Remor, de Carvalho, & Bonamigo
Publicação	<i>Revista Bioética</i> , 26(2): 217-227, 2018
Objetivo	Identificar a atitude de profissionais e acadêmicos de enfermagem, fisioterapia, medicina e psicologia de um hospital universitário perante suicídio assistido e eutanásia
Principais resultados	A concordância com a legalização do suicídio assistido ou da eutanásia foi de 46,9% em casos de pacientes com doenças neurodegenerativas progressivas e de 30,8% em casos de tetraplegia. Em casos de doenças terminais, se legalizados, 45% dos participantes cometeriam suicídio assistido, 57% solicitariam eutanásia, 36,5% auxiliariam suicídio assistido e 39,9% auxiliariam eutanásia

Fonte: Desenvolvida pelos autores.

Os artigos selecionados foram publicados entre 2017 e 2021. Os quatro artigos somaram um total de 2351 participantes, dos quais ao menos 1765 participantes (em torno de 75%) eram do gênero feminino, já que no artigo número 3 estes escores não foram apresentados na publicação, apesar da informação sobre o gênero dos participantes constar no questionário da pesquisa.

Na Tabela 2 estão resumidas as principais atitudes frente à morte analisadas nos quatro artigos selecionados para esta revisão sistemática.

Tabela 2: Atitudes frente à morte (n = 4).

Atitudes	Resultados observados
Medo	O medo, na escala utilizada, se refere ao sentimento associado ao medo de morrer. Observou-se que não há variação significativa dos resultados encontrados em “medo” nas áreas de cirurgia, medicina e medicina intensiva.
Aceitação/Aproximação	A aceitação/aproximação, na escala utilizada, se refere à compreensão da morte como uma passagem associada a crenças religiosas. Observou-se que não há variação significativa dos resultados encontrados em “aceitação/aproximação” nas áreas de cirurgia, medicina e medicina intensiva.
Aceitação/Neutralidade	A aceitação/neutralidade, na escala utilizada, se refere à compreensão da morte como algo inerente à vida. Observou-se que não há variação significativa dos resultados encontrados em “aceitação/neutralidade” nas áreas de cirurgia, medicina e medicina intensiva.
Aceitação/Escape	A aceitação/escape, na escala utilizada, se refere ao entendimento da morte como um encerramento da dor ou sofrimento. Observou-se que não há variação significativa dos resultados encontrados em “aceitação/escape” nas áreas de cirurgia, medicina intensiva e medicina.
Evitamento	O evitamento, na escala utilizada, se refere à evitação do diálogo sobre a morte como forma de reduzir um estado de ansiedade. Observou-se que na área de cirurgia foi mais manifestada a atitude de evitamento em comparação com as áreas de medicina e medicina intensiva.
Medo	Foi observado que quanto menor a idade, maior é o medo da morte. Médias elevadas foram observadas nos graduandos de saúde coletiva.
Evitamento	Observou-se escores mais baixos em graduandos com maior idade. Médias elevadas foram observadas nos graduandos de saúde coletiva.
Aceitação religiosa	Foi a segunda maior média geral entre os graduandos da área da saúde. Médias elevadas foram observadas nos graduandos de fonoaudiologia. Encontraram-se também médias mais elevadas em graduandos do gênero masculino.
Aceitação de escape	Médias elevadas foram observadas nos graduandos de fonoaudiologia. Encontraram-se também médias mais elevadas em graduandos do gênero masculino.
Aceitação neutra	Foi a maior média geral entre todos os graduandos da área da saúde. Foi também a maior média obtida pelos

graduandos de enfermagem.

Preparo para lidar com a morte de enfermos	A maior parte dos médicos (75%) sente-se preparada para lidar com essa situação, enquanto apenas 15% dos discentes consideram-se prontos para atuar nesse contexto.
Comportamento perante a família do paciente que faleceu ou que está em fase terminal	Basicamente metade dos profissionais e estudantes sente-se despreparada para enfrentar a esfera familiar da morte dos doentes.
Influência de experiências pessoais na vida profissional	92% dos estudantes consideraram que esse fator pode influenciar total ou parcialmente a vida profissional, enquanto os médicos responderam de forma variada.
Nível de envolvimento com pacientes em estado terminal	Próximo: 21%; Profissional: 62%; Ambos: 12%; Nenhum envolvimento: 2%
Sentimentos em relação à morte do paciente	Naturalidade: 31%; Tristeza: 48%; Medo: 2%; Culpa: 5%; Não sei responder: 7%; Outros: 5%
Lidar com a morte com o passar dos anos	Sim, ficou mais fácil: 50%; Sim, se tornou natural: 26%; Não, ficou mais difícil: 5%; Não houve mudanças: 17%
Falar com alguém sobre a morte do paciente	Sim: 81%; Não: 14%; Com colegas de profissão: 38%; Cônjuge/outros familiares: 32%; Amigos: 14%; Outros: 13%
Ajuda para acelerar a morte	Ampla aceitação da legalização da eutanásia e do suicídio assistido.
Legalização do suicídio assistido em casos de doenças terminais	Alta taxa de concordância para legalização do suicídio assistido, sendo 68,1% a favor da legalização do suicídio assistido.
Legalização da eutanásia em casos de doenças terminais	Possui maior taxa de concordância para legalização da eutanásia, sendo 73,2% a favor da legalização da eutanásia.
Legalização do suicídio assistido ou da eutanásia em casos de doenças neurodegenerativas progressivas	46,9% concordaram com a legalização em caso de doenças neurodegenerativas progressivas.

Legalização da eutanásia em casos de tetraplegia	30,8% concordaram com a legalização em caso de tetraplegia.
Suicídio assistido em caso do próprio participante ser portador de uma doença terminal	Em média, metade dos indivíduos cometeriam suicídio assistido, sendo 45% dos participantes.
Solicitar a eutanásia em caso do próprio participante ser portador de uma doença terminal	Em média, metade dos indivíduos solicitariam a eutanásia, sendo 57% dos participantes.
Fornecer os medicamentos para um paciente cometer suicídio assistido	36,5% auxiliariam no suicídio assistido.
Aplicar os medicamentos para acelerar a morte de um paciente	39,9% auxiliariam na eutanásia.

Fonte: Desenvolvida pelos autores.

DISCUSSÃO

Com relação aos resultados de forma geral, é interessante observar que houve uma certa congruência de ideias entre os artigos. Por exemplo: no Artigo 2, foi observado que quanto maior a idade dos graduandos da área da saúde, menor é a atitude de evitamento da morte (SOUZA et al., 2017). Esse dado corrobora com o Artigo 3, pois na atitude de lidar com a morte com o passar dos anos, metade dos médicos e graduandos da medicina afirmaram que ficou mais fácil, e 26% afirmaram que se tornou natural (MEIRELES, FEITOSA, OLIVEIRA, SOUZA, & LOBÃO, 2019). Ou seja, com o passar dos anos, notou-se que é mais fácil para esses profissionais lidarem com a morte, ao invés de evitarem pensar ou falar sobre ela, uma vez que a atitude evitamento da morte é caracterizada por Souza et al. (2017) como “atitude de fazer o possível para não pensar ou falar sobre esta”.

Vale ressaltar que os Artigos 1 e 2 utilizaram a mesma escala, ou seja, a Escala de Avaliação do Perfil de Atitudes Acerca da Morte (EAPAM), no entanto, diferiram na nomenclatura apenas em uma dimensão: enquanto o primeiro artigo referia-se a ela como “aceitação como aproximação”, o segundo referia-se como “aceitação como

transcendência/religiosa", mas ambas remeteram a um mesmo sentido da morte, como uma passagem associada a crenças religiosas (CARDOSO, MARTINS, RIBEIRO, & FONSECA, 2020; SOUZA et al. 2017). No entanto, os participantes de cada artigo diferiram (o primeiro incluiu apenas enfermeiros de diferentes unidades de cuidado, enquanto o segundo incluiu graduandos de diversas áreas da saúde), dificultando realizar uma discussão entre os resultados destes, os quais não apresentaram dados relevantes para comparação.

Uma descoberta significativa do presente estudo é que na atitude “preparo para lidar com a morte de enfermos”, do Artigo 3, foi constatado que apenas 15% dos discentes de medicina consideram-se prontos para atuar nesse contexto (MEIRELES et al. 2019). Em uma revisão sistemática, Souza et al. (2020) já afirmam haver um consenso na literatura de que a maioria dos estudantes de medicina, bem como jovens médicos, têm pouco ou nenhum apoio pedagógico durante a graduação para aprender a lidar com esse fenômeno.

Outro ponto interessante a ser destacado refere-se aos resultados do Artigo 1, em que o evitamento da morte foi a única atitude em que houve uma diferença significativa entre as áreas de cirurgia, medicina e medicina intensiva, referentes à atuação dos enfermeiros. O evitamento foi mais observado na área de cirurgia em comparação com as outras. Cardoso et al. (2020) sugerem que isso pode ser explicado pelo fato de que nas áreas de medicina e medicina intensiva há um maior número de ocorrências de morte, levando os profissionais a terem um contato mais frequente com esse evento e, por isso, o evitamento não ser tão evidenciado. Por outro lado, na área cirúrgica há um menor número de mortes e conseqüentemente os profissionais não precisam lidar com ela com a mesma frequência, então o evitamento é mais evidenciado.

Por fim, no Artigo 4 é perceptível uma taxa ampla de aceitação da legalização tanto da eutanásia quanto do suicídio assistido pelos acadêmicos e profissionais da saúde. No entanto, a concordância dos participantes com uma lei que permitisse o suicídio assistido ou a eutanásia em casos de doenças neurodegenerativas progressivas foi de 46,9%, menor que em casos de doenças terminais, a qual foi de 68,1% para o suicídio assistido e 73,2% para a eutanásia. Em casos de tetraplegia, a concordância foi ainda menor, de apenas 30,8% para legalização da eutanásia (BRANDALISE, REMOR, DE CARVALHO, & BONAMIGO, 2018). Não foi encontrada uma explicação na literatura para essa diferença, mas infere-se que o fato de saber que o paciente está em uma fase terminal de vida pode aumentar a atitude dos profissionais a favor da legalização tanto da eutanásia quanto do suicídio assistido, pois a morte em breve espaço de tempo é uma certeza. Porém, em casos de tetraplegia e de doenças

neurodegenerativas progressivas, não necessariamente o paciente está em fase terminal, cabendo-lhe decidir sobre sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o objetivo dessa revisão de literatura foi apontar as principais atitudes de estudantes e profissionais da área da saúde frente à morte, consideramos que essa meta foi cumprida, apesar da mensuração das atitudes de cada artigo revisado ter sido realizada de maneiras diferentes, dentre elas através de escalas e questionários, implicando em categorias diversificadas entre os resultados.

Conclui-se que esse estudo contribui para a constatação de que ainda é necessária a inserção da temática sobre a morte e o processo de morrer nos cursos de graduação das diversas áreas da saúde, a fim de que os estudantes e profissionais estejam preparados para lidar com esse fenômeno tanto na vida pessoal quanto na vida profissional. Ademais, chama-se atenção para a necessidade de ampliação da discussão e dos estudos a respeito da eutanásia e do suicídio assistido, os quais são temas pouco debatidos, pois deve-se levar em consideração que há uma diferença entre quantidade e qualidade de vida, além da importância de se respeitar a autonomia dos pacientes.

Além disso, esse trabalho também contribui com a documentação das atitudes de profissionais e estudantes da área da saúde frente à morte, visto que é uma revisão sistemática da literatura acerca desse tema. Com isso, ele aponta os principais achados das pesquisas nesse segmento de atitudes e faz uma comparação entre essas pesquisas.

Por outro lado, essa revisão tem suas limitações, uma vez que em seu escopo só existem artigos em português e da base de dados Scielo Citation Index (Web of Science), o que implica em sua abrangência limitada. Por isso, é pertinente o desenvolvimento de outras revisões sistemáticas acerca do tema que incluam o idioma inglês e que pesquisem em outras bases de dados, pois, assim, as publicações internacionais podem ser contempladas, bem como aquelas que não estão na base de dados consultada.

REFERÊNCIAS:

ALLPORT, Gordon W. Attitudes. In: MURCHISON, C. (Org.). **The handbook of social psychology**. Worcester, Mass: Clark University Press, 1935, p. 798-844.

BRANDALISE, Vitor Bastos et al. Suicídio assistido e eutanásia na perspectiva de profissionais e acadêmicos de um hospital universitário. **Revista Bioética**, v. 26, n. 2, p. 217-227, 2018.

CARDOSO, Maria Filomena Passos Teixeira et al. Atitudes dos enfermeiros frente à morte no contexto hospitalar: diferenciação por unidades de cuidados. **Escola Anna Nery**, v. 25, 2020.

GÓMEZ-LONDOÑO, Elizabeth. El cuidado de enfermería del paciente en estado crítico una perspectiva bioética. **Persona y bioética**, v. 12, n. 2, p. 145-157, 2008.

JAFARI, Mojtaba et al. Caring for dying patients: attitude of nursing students and effects of education. **Indian Journal of Palliative Care**, v. 21, n. 2, p. 192, 2015.

MEIRELES, Maria Alexandra de Carvalho et al. Percepção da morte para médicos e alunos de medicina. **Revista Bioética**, v. 27, p. 500-509, 2019.

RAMÓN, Fabiola Morales et al. Actitudes del personal de enfermería ante la muerte de sus pacientes. **Revista Cuidarte**, v. 12, n. 1, 2021.

SANTOS, Manoel Antônio dos; HORMANEZ, Marília. Atitude frente à morte em profissionais e estudantes de enfermagem: revisão da produção científica da última década. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 2757-2768, 2013.

SOUZA, Mariana Cristina dos Santos et al. AVALIAÇÃO DO PERFIL DE ATITUDES ACERCA DA MORTE: ESTUDO COM GRADUANDOS DA ÁREA DE SAÚDE¹. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 26, 2017.

SOUZA, Taísa Izabela Magalhães et al. Sentimentos dos Estudantes de Medicina e Médicos Residentes ante a Morte: uma Revisão Sistemática. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, 2020.

CAPÍTULO 20

ATITUDES FRENTE À MORTE EM PROFISSIONAIS E ESTUDANTES DA ÁREA DE SAÚDE: UM ESTUDO DE REVISÃO

Ericarla Verônica Almeida Dias
Jadna Edna Agostinho Sena
Maria Gabriela Ferreira da Silva
Marília Gabriela Chagas Tavares
Melissa de Souza Francisco
Taysa Rebeca de Oliveira Silva

RESUMO

As atitudes são avaliações feitas por um sujeito em relação a determinado objeto. Elas são constituídas a partir de suas experiências, ou seja, da aprendizagem. Nesta perspectiva, levando em consideração que a morte é um fenômeno universal e que os profissionais e estudantes da área de saúde irão lidar com ele com base em suas atitudes, aspecto que influencia seu comportamento face ao paciente, o objetivo desta revisão sistemática é analisar os artigos que abordam o tema atitudes frente à morte em profissionais e graduandos do campo da saúde publicados nos últimos cinco anos nas bases de dados SciELO, Periódicos da Capes, PePSIC e Google Acadêmico, visando identificar as principais características dos estudos. Foram selecionados os artigos escritos em língua portuguesa, sendo desconsiderados aqueles redigidos em outros idiomas, que não tivessem como foco este tipo de estudo, pesquisas qualitativas e revisões bibliográficas. O presente estudo demonstrou uma escassez de investigações quanto à mensuração de atitudes acerca da morte, evidenciada pelo número limitado de artigos encontrados e considerados para análise. Os artigos avaliados e incluídos foram publicados na área da saúde. A maioria dos participantes eram do gênero feminino e atuavam no campo da enfermagem em diferentes áreas de atendimento. Os estudos se utilizaram de uma medida explícita, a Escala de Avaliação do Perfil de Atitudes acerca da Morte (EAPAM) e questionário sociodemográfico. Em geral, as atitudes frente à morte oscilaram a partir de diferentes variáveis envolvidas como idade, gênero, tempo de serviço e pandemia da COVID-19. Os graduandos, em sua maioria, demonstraram atitudes de Aceitação Neutra. Enquanto que os profissionais apresentaram atitudes de Aceitação Religiosa. Além disso, a maioria dos participantes não participaram de nenhuma discussão ou formação relacionada ao luto, ao morrer ou à morte. Dessa forma, destaca-se a necessidade de um maior desenvolvimento de estudos em contexto brasileiro que busquem investigar essa temática de forma mais aprofundada a fim encontrar formas de favorecer aos estudantes e profissionais atitudes menos negativas diante do objeto avaliado, no caso, a morte.

PALAVRAS-CHAVE: Atitudes. Morte. Estudantes. Profissionais. Área da saúde.

INTRODUÇÃO

A morte é um fenômeno universal e faz parte da natureza humana. Porém, não é um evento que é enfrentado com naturalidade. Assim, quando ocorre a finalização do ciclo de vida de um indivíduo, acaba-se vivenciando o luto. É necessário destacar que ter consciência de sua

finitude pode fazer com que o sujeito viva melhor, passe pela perda e pelo luto de forma menos negativa e mais ressignificativa. Contudo, se tem dificuldades em discutir sobre essa temática devido aos sentimentos e pensamentos despertados (CECCON, 2017).

Desse modo, as atitudes perante as situações, como, por exemplo, a morte, são um dos campos de interesse da psicologia social e sua importância se dá devido ao fato de, muitas vezes, elas predizerem determinados comportamentos. Ainda, estas podem ser de base afetiva (quando é baseada nas emoções), de base cognitiva (baseia-se na ideia que o sujeito tem acerca de algo) ou comportamental (se formando a partir do comportamento diante de um objeto) (ARONSON et al. 2002).

Quando se trata do luto infantil, a situação é ainda mais difícil. Ressalta-se o artigo de Navais et al. (2017), que traz as vivências pediátricas em UTIs neonatal. Apresenta-se que, segundo os médicos, o luto é vivenciado de forma distinta, de acordo com o nível de proximidade e apego com o paciente. Além disso, destacam o sofrimento dos profissionais em relatar a morte e a carência de subsídios psicológicos que amparam o trabalhador da saúde.

Segundo um estudo realizado por Brintzenhofeszoc et al. (1999), famílias disfuncionais apresentaram maior dificuldade em lidar com o luto e pessoas com maiores níveis de ansiedade e depressão apresentariam maior probabilidade de vivenciar um luto mais complicado, em relação a pessoas com menores níveis dessas sintomatologias. Diante disso, falar sobre a morte e vivenciar o luto, é fundamental para a recuperação dos sujeitos em decorrência da perda (CECCON, 2017).

Contudo, há limitação de estudos sobre a temática, assim como, a escassez de trabalhos quanto a mortes violentas e inesperadas. Além disso, os profissionais que atuam no campo da saúde coletiva, por exemplo, acabam experienciando com frequência esse evento e, mesmo que sejam altamente qualificados, acabam tendo dificuldades em lidar com a morte (MINAYO, 2013).

Portanto, é indispensável que mais estudos sobre atitudes frente à morte sejam realizados. Assim, as revisões sistemáticas são fundamentais em uma pesquisa, como uma síntese que irá auxiliar o pesquisador no seu cotidiano de trabalho (SAMPAIO & MANCINI, 2007). Visto isso, o objetivo do presente estudo é realizar uma revisão sistemática da literatura acerca das atitudes frente à morte em profissionais e estudantes da área de saúde, assim como quais fatores influenciam essas atitudes.

MÉTODO

Bases de dados

O presente estudo, trata-se de uma revisão sistemática realizada entre os dias 8 e 9 de outubro de 2021 nas bases de dados SciELO, Periódicos da Capes, PePSIC e Google Acadêmico, utilizando como descritores “Atitudes AND Morte”. De acordo com o *layout* de cada plataforma, foi selecionado os artigos que possuíssem as palavras “Atitudes” e “Morte” no título. No entanto, no Google Acadêmico, foi desmarcado a opção “incluir citações”, a qual é selecionada automaticamente pela plataforma.

Crítérios de inclusão e exclusão

Foram incluídos os estudos empíricos que buscaram mensurar as atitudes frente à morte em profissionais e estudantes da área de saúde publicados nos últimos 5 (cinco) anos em periódicos científicos. Dessa forma, foram excluídos teses, dissertações, pesquisas qualitativas e capítulos de livros. Além disso, foram considerados apenas artigos em língua portuguesa, sendo excluídos aqueles que fossem redigidos em outros idiomas, não abordassem de forma central as atitudes frente à morte e se referissem à revisões bibliográficas.

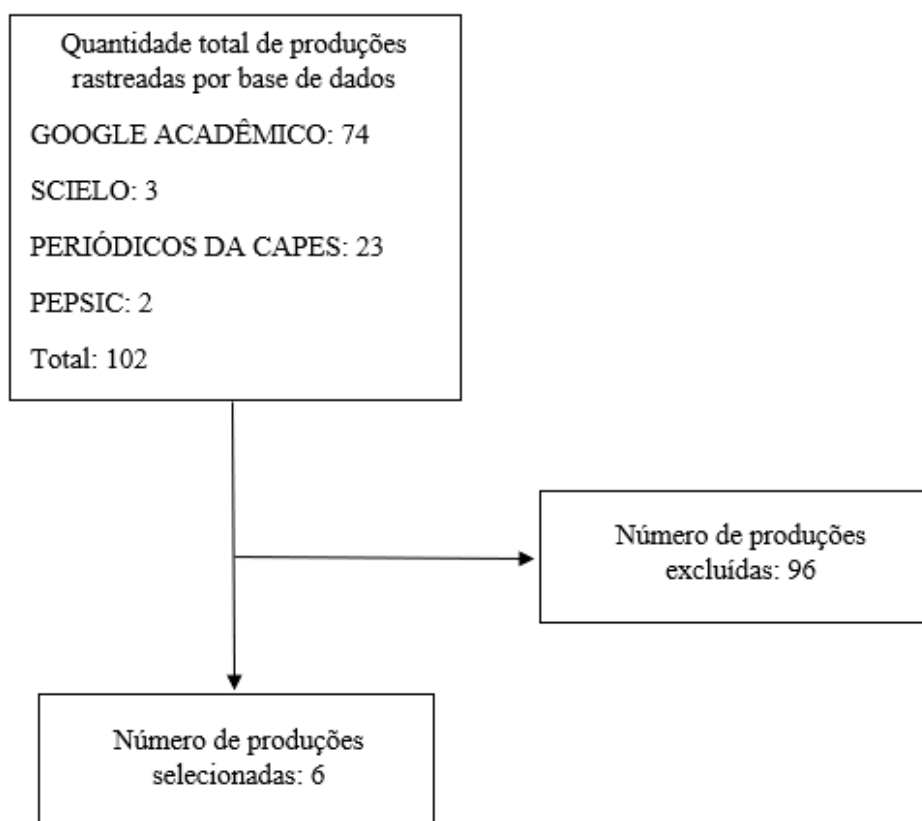
Crítérios de análise dos dados

Para analisar os dados presentes nos artigos selecionados foram delimitados os seguintes aspectos para melhor compreensão das semelhanças e diferenças encontradas nos estudos: revista, local de estudo, características da amostra, instrumentos utilizados e os principais resultados.

RESULTADOS

Inicialmente, como é demonstrado na *figura 1*, foram encontrados 74 no Google Acadêmico, 3 no SciELO, 2 no PePSIC e 23 resultados no Periódicos da Capes. A partir dos critérios estabelecidos, foram selecionados 12 artigos científicos em português. No entanto, ao ler os resumos, verificou-se que existiam artigos que não possuíam relação com o objetivo do estudo, assim como artigos repetidos. Sendo classificados apenas seis artigos. A *tabela 1* apresenta de forma geral os artigos selecionados.

Figura 1: Resultados encontrados por busca em base de dados



Fonte: Desenvolvida pelos autores

Tabela 1: Dados gerais dos artigos

Ano	Autores	Título	Revista	Objetivos	Principais Resultados
2017	Souza, Souza, Lago, Borges, Ribeiro, Guilhem	Avaliação do Perfil de Atitudes Acerca da Morte: Estudo com Graduandos da Área de Saúde.	Texto & Contexto Enfermagem	Identificar o perfil de atitudes frente à morte pelos graduandos da área de saúde.	A atitude de aceitação neutra obteve maiores médias entre a amostra. Participantes mais jovens apresentaram médias mais elevadas de medo da morte, participantes com maior idade apresentaram médias mais baixas de evitamento da morte. Participantes do gênero masculino obtiveram médias mais elevadas em aceitação de escape e religiosa.
2020	Cardoso, Martins, Trindade	Atitudes Frente à Morte: Olhares dos Enfermeiros no Meio Hospitalar.	Texto & Contexto Enfermagem	Analisar a relação entre as características pessoais e o perfil de atitudes frente à morte entre enfermeiros	Os enfermeiros revelaram ter as atitudes de aproximação (36,29 pontos), medo (27,82 pontos), neutralidade (27,25 pontos), evitamento (17,48 pontos) e escape/fuga (15,52 pontos) frente à morte, e estas foram associadas às diferentes

				de um hospital português.	características sociolaborais destes profissionais.
2020	Cardoso, Martins, Ribeiro, Fonseca, Pereira	Enfermeiros de Reabilitação e as Atitudes Face à Morte em Contexto de Crise Pandémica por Covid-19.	RPER	Analisar as diferenças no perfil de atitudes dos enfermeiros de reabilitação face à morte antes e depois do primeiro período crítico da pandemia por COVID-19.	O perfil de atitudes dos enfermeiros face à morte antes e depois do período crítico manteve-se idêntico, embora com algumas alterações nos scores. Observou-se um ténue aumento no score medo, aumento na aceitação como aproximação. E scores ligeiramente inferiores em relação ao evitamento, neutralidade e escape.
2020	Cardoso, Martins, Ribeiro, Pereira, Pires, Santos	Atitude dos enfermeiros gestores face à morte: repercussões da pandemia por COVID-19.	Journal Health NPEPS	Analisar as atitudes dos enfermeiros gestores face à morte, antes e após o período crítico da pandemia por COVID-19.	Os participantes manifestaram maior concordância com as atitudes “aceitação neutral/neutralidade” e “medo”. Embora algumas das cinco dimensões das atitudes não tenham apresentado diferenças significativas entre o primeiro e segundo momento, constatou-se que em relação à “aceitação como aproximação”, a média obtida no segundo momento foi superior
2021	Cardoso, Martins, Ribeiro, Fonseca	Atitudes dos enfermeiros frente à morte no contexto hospitalar: diferenciação por unidades de cuidados.	Escola Anna Nery	Identificar a ocorrência da morte nas unidades de cuidados, bem como analisar os registos e as atitudes dos enfermeiros frente à morte no contexto hospitalar.	Com relação às atitudes dos enfermeiros frente à morte, à exceção do evitamento, todas as outras evidenciam tendência semelhante entre o grupo profissional, independentemente da sua área de atuação. Os registos de enfermagem apresentam maior incidência ao nível da função ao invés de focados no domínio da pessoa.
2021	Cardoso, Martins, Trindade, Ribeiro, Fonseca	A pandemia por COVID-19 e as atitudes dos enfermeiros frente à morte.	Rev. Latino-Am. Enfermagem	Analisar as atitudes dos enfermeiros frente à morte no contexto hospitalar após o período crítico da	As atitudes de Aceitação Neutral/Neutralidade e Medo obtiveram médias mais altas. A idade, o estado civil, a categoria profissional e a área de trabalho foram variáveis que influenciaram as atitudes face à morte. Durante o período crítico da

pandemia por COVID-19 em Portugal.

pandemia, os enfermeiros em atendimento à COVID-19 apresentaram as médias das atitudes Medo e Evitamento superiores em relação à atitude Aceitação como Escape, que apresentou diferenças significativas.

Fonte: Desenvolvida pelos autores.

Revista

Todos os artigos referem-se a publicações relacionadas à área da saúde. Dois dos artigos selecionados eram da revista “Texto & Contexto Enfermagem” (SOUZA et al. 2017; CARDOSO et al. 2020a), enquanto dos demais eram das seguintes revistas: “RPER” (CARDOSO et al. 2020c), “Journal Health NPEPS” (CARDOSO et al. 2020b), “Escola Anna Nery” (CARDOSO et al. 2021a) e “Rev. Latino-Am. Enfermagem” (CARDOSO et al. 2021b).

Local de estudo

Dos seis artigos, cinco dos estudos foram realizados em Portugal, especificamente em hospitais localizados no Norte de Portugal (CARDOSO et al. 2020a; CARDOSO et al. 2020b; CARDOSO et al. 2020c; CARDOSO et al. 2021a; CARDOSO et al. 2021b). Apenas um deles foi realizado no Brasil em uma universidade pública do Distrito Federal (SOUZA et al. 2017).

Características da amostra

A maioria dos participantes dos estudos estavam envolvidos na área da saúde, como estudantes ou profissionais, especificamente no campo da enfermagem. A maior parte dos participantes era do gênero feminino e sempre significativamente acima do número de homens (CARDOSO et al. 2020a; CARDOSO et al. 2020b; CARDOSO et al. 2020c; CARDOSO et al. 2021a; CARDOSO et al. 2021b; SOUZA et al. 2017). As características como estado civil e idade variam pouco entre os estudos obtendo idade média de, aproximadamente, 38 anos e em sua maioria com companheiro (a) (CARDOSO et al. 2020a; CARDOSO et al. 2020b; CARDOSO et al. 2020c; CARDOSO et al. 2021a; CARDOSO et al. 2021b), exceto a pesquisa com estudantes de graduação, no qual em sua maioria eram solteiros e com idade entre 16 a 22 anos (SOUZA et al. 2017).

Alguns artigos informaram outras características como religião, especialização e área de atendimento. Cerca de 70% eram praticantes de religiões cristãs (CARDOSO et al. 2020a; CARDOSO et al. 2021a). Quanto à especialização, eram em sua maioria da área de enfermagem de reabilitação (CARDOSO et al. 2020a; CARDOSO et al. 2020c; CARDOSO et al. 2021a;

CARDOSO et al. 2021b). Em relação ao local de atendimento, a amostra das pesquisas foi diversificada sendo citadas as seguintes áreas: médica, intensiva, cirúrgica, urgência, atendimento de COVID-19, entre outras (CARDOSO et al. 2020b; CARDOSO et al. 2020c; CARDOSO et al. 2021a; CARDOSO et al. 2021b).

Instrumentos utilizados

Todos os 6 artigos selecionados utilizaram de um questionário de autopreenchimento composto por duas partes. A primeira parte, seria referente à caracterização sociodemográfica da amostra, que variou em relação à quantidade e modelo de perguntas (abertas e objetivas) (CARDOSO et al. 2020a; CARDOSO et al. 2020b; CARDOSO et al. 2020c; CARDOSO et al. 2021a; CARDOSO et al. 2021b; SOUZA et al. 2017).

Na elaboração das questões, 4 artigos também preocuparam-se em abordar sobre a experiência profissional dos participantes, com questões sociolaborais sobre a categoria profissional, área de especialização e de trabalho, e o exercício de funções no local de atendimento, relacionadas à experiência frente a perda por morte de pacientes durante as atividades de estágio, e o contato com a temática durante a formação. Na segunda parte, foi utilizada a Escala de Avaliação do Perfil de Atitudes acerca da Morte (EAPAM), para mensurar o amplo espectro de atitudes em relação à morte (CARDOSO et al., 2020a; CARDOSO et al., 2020b; CARDOSO et al. 2020c; CARDOSO et al. 2021a; CARDOSO et al. 2021b; SOUZA et al. 2017).

A EAMP foi traduzida da escala Death Attitude Profile – Revised (DAP-R), adaptada e validada para o contexto da população portuguesa mediante a autorização do autor. A escala é um instrumento que foi desenvolvido a partir da análise conceitual da aceitação da morte, considerada como o último estágio do processo de morrer (CARDOSO et al. 2020a; CARDOSO et al. 2020b; CARDOSO et al. 2020c; CARDOSO et al. 2021a; CARDOSO et al. 2021b; SOUZA et al. 2017).

Apresentada em forma de autorrelato, a escala é composta por 32 questões fechadas onde perante cada uma das afirmações é possível que o participante responda aos itens que serão avaliados em uma escala de concordância do tipo Likert que varia de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo completamente) pontos. Os itens são divididos em 5 dimensões: Medo (7 itens), Evitamento (5 itens), Aceitação Neutral/Neutralidade (5 itens), Aceitação como Transcendência/Religiosa (10 itens) e Aceitação como Escape (5 itens) (CARDOSO et al.

2020a; CARDOSO et al. 2020b; CARDOSO et al. 2020c; CARDOSO et al. 2021a; CARDOSO et al. 2021b; SOUZA et al. 2017).

Principais resultados

Os estudos observados trazem diversas variáveis e especificações que divergem entre si, o que dificulta trabalhá-las em conjunto. Portanto, os resultados aqui descritos foram obtidos a partir de pontos mais gerais que puderam ser relacionados através dos estudos.

Inicialmente, foi possível notar que graduandos apresentaram médias mais altas na dimensão de Aceitação Neutra (SOUZA et al. 2017), já profissionais em exercício, independentemente da área de atuação, apresentaram, em geral, uma maior atitude de Aceitação Religiosa (CARDOSO et al. 2020a; CARDOSO et al. 2020b; CARDOSO et al. 2020c; CARDOSO et al. 2021a; CARDOSO et al. 2021b).

A idade e o tempo de serviço se mostraram significativos para as dimensões de Neutralidade e Aceitação como Escape em profissionais (CARDOSO et al. 2020a), e para as dimensões Medo e Evitamento em estudantes (SOUZA et al. 2017). Observou-se ainda que profissionais do gênero feminino, assim como graduandos do gênero masculino obtiveram maior atitude de Aceitação Religiosa, tendo o segundo grupo apresentado também maior atitude de Escape (CARDOSO et al. 2020a; SOUZA et al. 2017).

Três dos estudos foram realizados no contexto da COVID-19. Dois deles apontaram um aumento na média de Aceitação Religiosa após o período crítico da pandemia, quando comparado com o período anterior (CARDOSO et al. 2020c; CARDOSO et al. 2020b). No terceiro, realizado somente após o período crítico, a dimensão de Aceitação Religiosa também obteve a maior média (CARDOSO et al. 2021b).

Os outros três estudos (SOUZA et al. 2017; CARDOSO et al. 2020a; CARDOSO et al. 2021a) trouxeram dados acerca da experiência prévia dos participantes em formações ou discussões acerca do luto, da morte e do morrer, constatando que a grande maioria não havia tido tal contato.

DISCUSSÃO

O objetivo desta revisão sistemática foi compreender as atitudes frente à morte de estudantes e profissionais da área de saúde a partir dos resultados dos artigos selecionados. Essa meta foi alcançada, contribuindo para o entendimento desse fenômeno, apesar de poucos estudos sobre a temática em contexto nacional e com um público mais diversificado. Desse

modo, espera-se que este estudo possa colaborar para a difusão do tema, visto sua importância, principalmente, no contexto atual.

Inicialmente, quanto aos estudantes de graduação, observa-se que a maioria demonstra Neutralidade em relação à morte. Esse resultado diverge do encontrado por Xie et al. (2021), onde os estudantes apresentaram um baixo nível de Aceitação Neutra. Os diferentes resultados podem estar relacionados a forma como a morte é vista em diferentes culturas. Além disso, percebe-se uma correlação entre Medo e Evitamento. Mesmo resultado encontrado por Asadpour et al. (2016). Quanto aos graduandos de gênero masculino, eles apresentaram maior Aceitação como Escape. Tal dado é congruente com os achados encontrados por Xu et al. (2019).

Com relação aos profissionais de enfermagem, os dados mostraram que o tempo de trabalho se mostrou uma variável significativa quanto a atitude de Aceitação como Escape. Isso é consistente com as descobertas de Guo e Zheng (2019), no qual, enfermeiras que trabalharam mais de 10 anos relataram maior nível desse tipo de atitude do que aqueles que tinham menos anos de trabalho.

Inclusive, a maioria dos profissionais apresentou Aceitação Religiosa, principalmente, no período de pandemia. Segundo Guo e Zheng (2019), o fenômeno de exaustão emocional têm mais probabilidade de ocorrer em enfermeiros que evitam pensamentos sobre a morte e veem a morte como uma passagem para uma vida melhor.

Enquanto profissionais que percebiam a morte como parte do ciclo natural da vida, tendiam a experimentar mais realizações pessoais e menos despersonalização (GUO & ZHENG, 2019). Em contrapartida, Asadpour et al. (2016) afirma que a Aceitação Religiosa ajuda os enfermeiros a lidarem melhor com a morte. Pois, a aceitação e a crença em uma vida pós morte traz paz aos profissionais, pacientes e familiares (ASADPOUR et al. 2016).

É importante destacar que a maioria dos profissionais e estudantes não participaram de formações ou discussões acerca do objeto de atitude, ou seja, a morte. O estudo de Guo e Zheng (2019), mostrou que enfermeiros que participaram de formações que abordaram a temática apresentaram escores significativamente mais baixos em exaustão emocional e evitação da morte. Ou seja, educar os profissionais e estudantes no cuidado com os pacientes resulta em atitudes menos negativas em relação à morte e o cuidado de pacientes terminais (ASADPOUR et al. 2016; GUO & ZHENG, 2019; XIE et al. 2019; XU et al. 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, pode-se considerar as diversas possibilidades nesse campo de pesquisa, sendo de extrema importância e necessidade de um maior desenvolvimento de estudos acerca da temática no contexto brasileiro. Pois, compreender as atitudes diante da morte e os fatores que as influenciam em diversos contextos, principalmente, em contextos de saúde, é importante para que se possa pensar em intervenções para promover atitudes menos negativas diante desse fenômeno, uma vez que a forma como o avaliam pode influenciar no comportamento desses profissionais.

Além disso, é importante destacar que a falta de mais estudos de literatura nacional referente ao tema foi uma das maiores limitações desta revisão, pois, impossibilita comparações com o contexto de outras culturas, no caso, a portuguesa. Assim como, o fato de ser uma pequena amostra de artigos apenas de língua portuguesa limita a afirmação de conclusões definitivas sobre o assunto. No entanto, percebe-se que variáveis contextuais, culturais e pessoais influenciam na formação e na modificação dessas atitudes frente à morte.

Os artigos apresentados tinham como amostra, em sua maioria, enfermeiros. É interessante que estudos futuros investiguem quais seriam as atitudes diante da morte em outros profissionais da saúde e os fatores que as influenciam. Apesar disso, espera-se que a discussão apresentada tenha demonstrado a importância do estudo da temática.

REFERÊNCIAS:

MELHEM, Ghaith Ahmad Bani et al. Nurses' perceptions of spirituality and spiritual care giving: A comparison study among all health care sectors in Jordan. **Indian journal of palliative care**, v. 22, n. 1, p. 42, 2016.

ARONSON, Elliot. Et al. **Psicologia social [Revisão Técnica]**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2021.

BRINTZENHOFESZOC, Karlynn M.; SMITH, Elizabeth D.; ZABORA, James R. Screening to predict complicated grief in spouses of cancer patients. **Cancer practice**, v. 7, n. 5, p. 233-239, 1999.

CARDOSO, Maria Filomena Passos Texeira; MARTINS, Maria Manuela Ferreira Pereira da Silva; TRINDADE, Leticia de Lima. ATTITUDES IN FRONT OF DEATH: NURSES' VIEWS IN THE HOSPITAL ENVIRONMENT. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 29, 2020.

PASSOS TEIXEIRA CARDOSO, Maria Filomena et al. Atitude dos enfermeiros gestores face à morte: repercussões da pandemia por COVID-19. **Journal Health NPEPS**, v. 5, n. 2, p. 42-59, 2020.

CARDOSO, Maria Filomena Passos Teixeira et al. Enfermeiros de reabilitação e as atitudes face à morte em contexto de crise pandémica por COVID-19. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação**, v. 3, n. Sup 2, p. 42-49, 2020.

CARDOSO, Maria Filomena Passos Teixeira et al. Atitudes dos enfermeiros frente à morte no contexto hospitalar: diferenciação por unidades de cuidados. **Escola Anna Nery**, v. 25, 2020.

CARDOSO, Maria Filomena Passos Teixeira et al. La pandemia por COVID-19 y las actitudes de los enfermeros frente a la muerte. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 29, 2021.

CECCON, Neila Jucilene. A morte e o luto na perspectiva da psicologia humanista. **Anais do EVINCI-UniBrasil**, v. 3, n. 2, p. 883-899, 2017.

GUO, Qiaohong; ZHENG, Ruishuang. Assessing oncology nurses' attitudes towards death and the prevalence of burnout: A cross-sectional study. **European Journal of Oncology Nursing**, v. 42, p. 69-75, 2019.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília. Coping with the process of dying and mourning/Cuidar do processo de morrer e do luto. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 9, p. 2484-2486, 2013.

NAVAIS, Maira Costa et al. Morte e luto: vivências de pediatras em unidade de terapia intensiva pediátrica e neonatal nas microrregiões de Barbacena e São João Del Rei. **Ver Med Minas Gerais**, v. 27, n. supl 1, p. 60-65, 2017.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, p. 83-89, 2007.

SOUZA, Mariana Cristina dos Santos et al. AVALIAÇÃO DO PERFIL DE ATITUDES ACERCA DA MORTE: ESTUDO COM GRADUANDOS DA ÁREA DE SAÚDE1. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 26, 2017.

XIE, Lin et al. The relationship between death attitude and professional identity in nursing students from mainland China. **Nurse Education Today**, v. 107, p. 105150, 2021.

XU, Fengqin et al. A questionnaire study on the attitude towards death of the nursing interns in eight teaching hospitals in Jiangsu, China. **BioMed research international**, v. 2019, 2019.

CAPÍTULO 21

“PENSAVA QUE DIREITOS HUMANOS ERA COISA DE BANDIDO”: DIÁLOGOS (IM)POSSÍVEIS NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA.

**Patrícia Castro de Oliveira e Silva
Hiôrran da Silva Freitas Dalcin
Thuane Rosa do Carmo
Marcia dos Santos Oliveira**

RESUMO

A importância de uma formação em Psicologia que prime pela perspectiva de promoção e defesa de Direitos Humanos é indiscutível. Tanto as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia quanto o código de ética da profissão, apontam a necessidade de uma formação comprometida com a transformação social. Os documentos oficiais do Conselho Federal de Psicologia condenam uma suposta “psicologia neutra” e evocam uma prática cotidiana crítica que contribua para o enfrentamento de desigualdades e violências e para a promoção e defesa de direitos. O atual cenário nacional de levante de forças ultraconservadoras, de ataque ao campo dos Direitos Humanos e à Ciência, bem como de incremento das violências de toda sorte às chamadas minorias sociais, nos convida a pensar como tal jogo de forças tem atravessado a formação em Psicologia. Nesse sentido, desenvolvemos entre os anos de 2020-2021 uma pesquisa-intervenção cartográfica com docentes e discentes do curso de formação em Psicologia de uma universidade privada e uma pública no estado do Rio de Janeiro. Neste texto, puxamos alguns fios da densa trama de diálogos (im)possíveis cartografados, ilustrando nossas afetações a partir de expressões utilizadas por nossas(os) interlocutoras(es) no campo, como a frase que dá título ao texto.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia; Formação; Direitos Humanos; Cartografia.

INTRODUÇÃO

O presente texto discute aspectos de pesquisa-intervenção cartográfica que objetiva pensar Direitos Humanos (DH) e marcadores sociais de diferença na formação superior em Psicologia. A cartografia tem sido desenvolvida com docentes e discentes do curso de Psicologia em uma universidade pública e uma privada no estado do Rio de Janeiro.

Rosato (2013) aponta a importância de reafirmarmos constantemente o compromisso da Psicologia com os Direitos Humanos. A autora aponta que para muitas(os) isso é uma obviedade porém, para outras(os) tantas(os) isso seria uma sobreposição de áreas, já que historicamente os DH estariam significados como vinculados ao campo do Direito. Rosato (2013) retoma a história da Psicologia nos lembrando que, no Brasil, esse campo se institucionaliza, em 1962, período imediatamente anterior ao golpe militar que instaurou uma

ditadura que se estendeu por mais de 20 anos. A regulamentação da Psicologia como categoria profissional nesse cenário, ocorre em alinhamento com as demandas das elites e com objetivos claros de uma prática ortopédica, voltada para a adaptação, ajustamento e docilização dos corpos. Conforme Bock (2003 *apud* Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2005) marca o perfil da(o) profissional nesse contexto, processos de naturalização e universalização dos fenômenos psicológicos, sem contextualização socio-histórica e cultural. Uma categoria profissional sem participação política e com uma perspectiva de responsabilização unicamente das pessoas por suas vidas. Outras construções teóricas e metodológicas somente ganham força no contexto de movimentos sociais que se levantam justo contra o governo ditatorial, em meados dos anos 70. Um movimento conhecido como a Crise da Psicologia Social Brasileira, quando finalmente muitas(os) de nós nos questionamos sobre a nossa prática. Em meio a um cotidiano de tanta violência, (re)produção de desigualdades e exclusão, uma parte das(os) psicólogas(os) começaram a se questionar sobre o quanto suas práticas contribuíam para o enfrentamento dessa situação ou, em verdade, agravavam-na e reproduziam-na. Assim, observamos despontar diferentes práticas alinhadas à promoção e defesa de Direitos Humanos, com atuação junto à populações vulnerabilizadas e o surgimento de uma psicologia crítica comprometida com a transformação social. Deste modo, os textos legislativos que orientam a formação e atuação também vieram se transformando.

O atual Código de Ética da Psicologia (CFP, 2005), por exemplo, coloca de maneira muito clara, como primeiro dos princípios fundamentais que devem *sulear*¹⁹ a atuação ética de psicólogas(os), que todo o trabalho se baseará no “respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (CFP, 2005, p.7).

Apesar dessas mudanças, podemos ver na formação em Psicologia forças em disputa onde linhas duras, aquelas que conforme Hur (2019) atuam eminentemente por vetores centrípetos, constituindo a base dos extratos e das instituições, contribuem para a perpetuação de uma certa hegemonia de teorias e metodologias colonialistas, tecnicistas e que se colocam a serviço de uma lógica de mercado; onde não raro, vemos a disseminação de uma “psicologia neutra” que supostamente exige de psicólogas(os) isenção diante de atravessamentos sócio-histórico-culturais e político.

¹⁹ Utilizamos o termo *sulear* num movimento decolonial das narrativas, em substituição ao termo mais usual e colonialista “nortear”.

Se entendermos a Psicologia, assim como a Política, não em cima desses modelos hegemônicos, mas como produções históricas, como territórios não separados, mas que se complementam e se atravessam constantemente, poderemos encarar nossas práticas não como neutras, mas como implicadas no e com o mundo. (...) Articularemos Psicologia, Política e Direitos Humanos e entenderemos uma série de outras questões: que nossas práticas produzem efeitos poderosíssimos no mundo, sendo portanto, políticas. Assumir tais desafios é estabelecer rupturas com o pensamento hegemônico no Ocidente, é romper com as “verdades” que estão no mundo e vê-las como temporárias, mutantes, provisórias.(Coimbra, 2001 p. 146)

Coadunamos com a perspectiva de que não existe neutralidade, não apenas na Psicologia, mas em nenhuma ciência ou mesmo, na vida. Tudo o que fazemos ou deixamos de fazer é político, como nos coloca o próprio Conselho Federal de Psicologia em uma série de materiais elaborados pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), com o objetivo de *sulear* a prática psicológica em diferentes campos. O projeto de neutralidade na formação em Psicologia está absolutamente associado ao pensamento moderno positivista e precisamos nos perguntar a quais interesses atende (CFP, 2012).

O atual cenário nacional de levante de forças ultraconservadoras, de ataque ao campo dos Direitos Humanos e à Ciência, bem como de incremento das violências de toda sorte às chamadas minorias sociais, deve nos preocupar no que diz respeito aos processos de formação. Em nossa experiência não tem sido incomum nos corredores ou mesmo nas salas de aula o uso de expressões curiosas (não fossem perigosas) como “psicologia cristã”, “psicologia neutra” ou argumentos em defesa da chamada “terapia de reversão (ou reorientação) sexual”. Neste texto objetivamos discutir significados e práticas docentes e discentes na formação em Psicologia que apontam desafios e potencialidades para a atuação ético-estético-política considerando a transversalidade dos marcadores sociais de diferença e a promoção e defesa de Direitos Humanos.

FLUXOS CARTOGRÁFICOS DA PESQUISA-INTERVENÇÃO

Realizamos uma pesquisa-intervenção cartográfica pioneira pois remota, devido à situação sanitária brasileira evocada pela pandemia do COVID-19 a partir de março de 2020. Deste modo, a pesquisa foi elaborada coletivamente entre a supervisora de estágio e graduandas(os) concluintes do curso de Psicologia e desenvolvida entre os anos de 2020 ao final de 2021. Utilizamos as plataformas online de videoconferência Google Meets, Blackboard e Whatsapp para realizar entrevistas cartográficas individuais e coletivas, com docentes e discentes do curso de Psicologia em uma universidade privada e uma universidade pública no estado do Rio de Janeiro. O êxito das ações ao longo do primeiro semestre de 2020, nos levou a um salto de qualidade quando agregamos às nossas intervenções com as turmas participantes

da pesquisa, a realização de oficinas temáticas em Direitos Humanos. A partir das entrevistas cartográficas realizadas no primeiro momento, compreendemos que seria potente a utilização de outros dispositivos em nossos encontros cartográficos. Deste modo, elaboramos e implementamos oficinas em temas como: Psicologia e Relações Étnico-raciais, Políticas sobre Drogas, Juventudes e Direitos, Prevenção ao Suicídio e Gênero e Sexualidade.

Alinhadas(os) a uma perspectiva crítica de construção do conhecimento, utilizamos a Cartografia como método de pesquisa:

Como prática desnaturalizadora, o que inclui a própria instituição da análise e da pesquisa, as estratégias de intervenção (*cartográficas*) terão como alvo a rede de poder e o jogo de interesses que se fazem presentes no campo da investigação, colocando em análise os efeitos das práticas no cotidiano institucional, desconstruindo territórios e facultando a criação de novas práticas. (...) Para tal fim, propomos metodologias coletivas, favorecendo as discussões e a produção cooperativa com a perspectiva de fragilização das hierarquias burocráticas e das divisões em especialidades que fragmentam o cotidiano e isolam os profissionais. A pesquisa-intervenção, por sua ação crítica e implicativa, amplia as condições de um trabalho compartilhado (Rocha, Aguiar, 2004, p. 71).

A cartografia acompanha processos e se utiliza de diferentes e múltiplas técnicas, sendo dinâmica e pensando o campo de pesquisa como algo múltiplo e que se constitui no momento presente. Nesse sentido, cartografamos linhas de força e intensidades de poder e afetos que surgiam nesses encontros, nos dando acesso a informações e afecções que emergiram nessa troca, seja no momento das entrevistas cartográficas ou nas oficinas. Cartografando acompanhamos jogos de forças que se constituem e emergem no campo, dando passagem a fluxos que agenciam a criação de vínculos, afetações, e processos que modificam e produzem subjetividade, desejos, e conseqüentemente colaboram na criação de novos territórios de existência.

Ao longo da pesquisa-intervenção foram realizadas 167 entrevistas individuais e coletivas e 74 oficinas que atingiram em média 1850 pessoas. As atividades foram relatadas em diários de campo, posteriormente analisados pela equipe de pesquisa, a partir de processos de categorização e do reconhecimento das intensidades que nos atravessavam. Antes do início das atividades o TCLE era lido conjuntamente, quaisquer dúvidas esclarecidas pela equipe e era informado às pessoas que não havia nenhuma obrigatoriedade de participação nas atividades propostas. Tivemos uma pequena minoria de pessoas que não quiseram participar e saíram das salas virtuais antes do início das atividades. Por outro lado, todas as pessoas que participaram da pesquisa-intervenção assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) concordando com a participação. A pesquisa-intervenção foi desenvolvida a partir dos preceitos éticos e todo o cuidado com o sigilo, anonimato e com o armazenamento dos dados.

Abaixo puxamos alguns fios para acompanhar o grande rizoma desenhado por esses encontros cartográficos.

Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar (...) Faz-se uma ruptura, traça-se um linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito - tudo o que se quiser, desde as ressurgências edipianas até as concreções fascistas (Deleuze; Guattari, 1995, p.18).

Fios que nos apontam estratos, linhas duras, territorialidades, mas também desestratificação e linhas de fuga, que conforme Hur (2019), são linhas que produzem rupturas de “aberturas para a criação. corroborando com os processos de desterritorialização no cotidiano de discentes e docentes na formação em Psicologia” (p.16).

DIÁLOGOS (IM) POSSÍVEIS NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

As entradas em campo foram muito potentes, e também muito desafiadoras. Não somente pelos desafios evocados pelo instrumental remoto, como falhas na internet da equipe ou de participantes, falta de hábito ou desejo das(os) participantes de ligarem câmeras e/ou microfones, mas por situações que nos afetavam revelando por vezes, linhas instituintes e criativas a favor da vida, mas também microfascismos do cotidiano, os fascismos em nós, como já nos apontava Foucault (1977). Com Fonseca et al (2008) compreendemos microfascismos como:

práticas de exceção que concernem ao âmbito do micropolítico, práticas que habitam nossos pensamentos, nossas atitudes, nossos corpos. Que se infiltram por toda vida, não mais somente em um nível totalitário, definido, macro e visível, mas no entre, na invisibilidade, nas pequenas ações cotidianas. Estando o fascismo *em nós*, como um estratégico adversário, com o qual temos que nos deparar *a todo instante da vida* (p.38)

Algumas vezes, nos deparamos com a recusa de discentes em participar das atividades pela compreensão à priorística e microfascista de que o que fazíamos não era Psicologia, era uma “perda de tempo”²⁰. Chegamos a ouvir de discentes, mas também de docentes, que Psicologia nada tem a ver com Direitos Humanos, que esse é um assunto que, se tratado, deveria ser pontual, como em uma palestra. Mas que “a formação teria coisas mais importantes para tratar”. Acompanharemos aqui algumas pistas no campo das significações sobre Direitos Humanos que nos atravessaram em nosso trabalho de campo. Momentos de captura microfascista, mas também momentos de desterritorialização, potência e linhas de fuga.

²⁰ os termos aspeados foram utilizados por participantes da pesquisa-intervenção.

“Hoje em dia não se pode falar mais nada...”

Em nossas jornadas cartográficas percebemos que discentes e docentes, de modo geral, significam Direitos Humanos como a base sobre a qual deve se assentar a prática psi. Porém, em boa parte das vezes, em especial na universidade privada, identificamos desconhecimento sobre o tema e uma compreensão de que temas como racismo, LGBTQIA+fobia, desigualdade de gênero, classismo, nada teriam a ver com DH. Porém, as linhas duras que mais nos afetaram, as intensidades mais desafiadoras se constituíram de perspectivas de pensamento binário onde Psicologia não se “misturaria” com DH, sendo áreas totalmente distintas, e um rechaço à temáticas como relações étnico-raciais, gênero e sexualidade, dentre outros, percebidos como temas que nada tinham a ver com a prática da(o) profissional de psicologia e/ou como “mimimi”.

Em uma entrevista, um discente de final de curso, disse que “hoje em dia não se pode falar mais nada, porque existe todo esse mimimi”. Esse participante dizia que a militância em DH funcionava como um aparato punitivo para com “quem discorda”, como se os militantes de DH limitassem a liberdade de expressão de quem discorda. As pessoas alinhadas ao “mimimi”, seriam autoritárias, e não permitiriam que quem pensa diferente expressasse sua opinião. Nesse sentido, é importante destacar que a expressão “mimimi” se apresenta como uma crítica às demandas das minorias sociais, por respeito e direitos em nossa sociedade. Assim, as demandas da população negra, LGBTQIA+ (Lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queer, intersexo e assexuado), das mulheres, das pessoas periféricas, por exemplo, são minimizadas, ou mesmo ridicularizadas através da expressão “mimimi”. Por tanto, não nos parece ser uma questão de liberdade de expressão *versus* autoritarismo de defensoras(es) de DH, mas de (re) produção de territórios microfascistas e processos de desterritorialização causados por essas demandas, que desacomodam, incomodam o *status quo*, e precisam ser capturadas como num processo de minimização e ridicularização.

A fala desse discente nos atravessa, pois é preocupante que um futuro profissional de psicologia possa ter o entendimento de que temas relacionados às desigualdades sociais e violências sejam “mimimi” em um país racista, que vem dizimando as juventudes negras e periféricas. Um país que encabeça a lista de países que mais matam pessoas LGBTQIA+.e onde a violência contra a mulher apresenta índices alarmantes. Isso apenas para citar algumas das grandes violações de direitos que fazem parte do nosso cotidiano.

No ano de 2019, segundo Cerqueira et al (2021), os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em 2020, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representavam 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras. (Cerqueira et al, 2021).

Segundo Benevides (2022) no Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transsexuais Brasileiras em 2021 da ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais, (2022), no ano de 2021 no Brasil aconteceram 140 (cento e quarenta) assassinatos de pessoas trans, sendo 135 (cento e trinta e cinco) travestis e mulheres transexuais, e 05 (cinco) casos de homens trans. Porém, sabemos que esses dados são muito maiores, pois os dados governamentais sobre as violências às pessoas LGBTQIA+ são escassos, muitas vezes, não registrados de maneira correta, causando subnotificação e consequente invisibilidade dessas violências.

Os dados sobre violência contra mulheres e feminicídios também são alarmantes. Em 2019, foram registrados 1.246 homicídios de mulheres nas residências, o que representa 33,3% do total de mortes violentas de mulheres registradas. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), 35,5% das mulheres que sofreram homicídios dolosos em 2019 foram vítimas de feminicídio (Forum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2020). O mesmo anuário aponta que, entre 2018 e 2019, a taxa de feminicídios por 100 mil mulheres cresceu 7,1%. Esses dados ratificam a necessidade de uma formação em Psicologia fortemente alinhada à promoção e defesa de Direitos Humanos, e comprometida com a transformação social.

O Código de Ética da Psicologia afirma a necessidade de um trabalho alinhado aos Direitos Humanos, e que nunca coadune com qualquer tipo de violência (CFP, 2005). Deste modo, fomos profundamente afetadas por narrativas de discentes, em especial, dos últimos períodos da formação, e mesmo docentes, que afirmam uma “psicologia neutra” que deve se voltar majoritariamente para disciplinas como “neuropsicologia”, linhas clássicas de atendimento psicoterápico ou psicanalítico, psicopatologia, mas deve se manter apartada dessas questões sociais. Um docente afirmou categoricamente que Psicologia e Direitos Humanos nada tem a ver. São áreas do conhecimento absolutamente distintas, esclarecendo seu ponto da seguinte forma “Freud não criou uma psicanálise para negros, ou para gays. Só existe uma psicologia que, enquanto ciência, deve ser neutra”.

Essas narrativas nos mostram ser fundamental que a formação em Psicologia se dedique, desde o início, a desconstrução e desnaturalização dessa proposição de neutralidade, assumindo que toda prática sempre estará implicada com questões agenciadas no tecido social. A(o) profissional de psicologia, atue no campo que for, não vai atuar em um ambiente asséptico, protegido das afetações que essas questões (des)constróem e (re)produzem. Não é possível pensar uma prática individual-individualizante, onde o trabalho com as subjetividades não considere as transversalidades e onde não façamos análise de implicação.

Conforme Rossi e Passos (2014) o conceito de transversalidade, cuja autoria é atribuída a Félix Guattari, diz respeito à atitude de abertura no sentido da intrínseca ligação entre os campos de intervenção e análise. É um conceito que nasce como uma proposta de superação da verticalidade e horizontalidade nas relações, introduzindo no pensamento institucional outras formas de relação entre os grupos” (p.163). O conceito de implicação está absolutamente imbricado com o de transversalidade, pois, aponta para a impossibilidade de neutralidade no campo de ação para a necessidade de considerarmos transversalidades libidinais, institucionais, sociais, territoriais, de gênero, sexualidade, classe, dentre tantas possíveis, em nossas relações, seja nas relações pesquisadora(o)-pesquisada(o), analista-analisanda(o), psicóloga-pessoa atendida, dentre outras.

“Pensava que Direitos Humanos era coisa de bandido”

Ainda que tenhamos sido afetadas(os) por significações sobre Psicologia e Direitos Humanos tão preocupantes, também nos deparamos com as forças instituintes, de inovação, de criação, e com discentes e docentes bastante comprometidas(os) ética-estética e politicamente. Um discente nos disse que foi na graduação em Psicologia que ele ressignificou o que pensava sobre o tema. Em sua fala, nos disse: “Eu pensava que direitos humanos era coisa pra bandido, e eu acreditava naquilo ali”. Explicou o “aquilo ali” como a forma com que movimentos de Direitos Humanos eram expostos nos meios de comunicação hegemônicos, onde muitas vezes, a atuação nesse campo é noticiada de maneira alarmista e não a partir do campo da ética.

Esse discente, também dos períodos finais da graduação, disse que foi a partir do contato com epistemologias críticas da Psicologia, que repensou a sua prática como profissional, e lamentou o fato dessas temáticas em DH terem “aparecido” tão tarde em sua formação. Disse ainda que o encontro com tais temáticas impactou sua prática e ampliou sua percepção de mundo. Outra discente disse: “penso os direitos humanos como um modo de dar dignidade às pessoas” e que “precisamos falar sobre a questão dos direitos humanos praticamente o tempo

todo”. Esse foi um posicionamento que encontramos com fluidez. Em especial, no caso de discentes da universidade pública, nos afetou o fato de que já desde as turmas iniciais da graduação a temática de Direitos Humanos e uma prática implicada com questões sociais como o racismo, classismo, sexismo, dentre outras, já eram temáticas conhecidas e debatidas como parte do fazer psi. Porém, discentes dos períodos iniciais da universidade privada referiram nunca terem ouvido na graduação falar sobre Psicologia alinhada aos Direitos Humanos, e os conteúdos sobre DH que trouxeram nas entrevistas, eram conteúdos que acessaram na internet e em mídias sociais.

Quanto às(aos) docentes entrevistadas(os) de ambos os setores, público e privado, a maioria reconhece a importância de uma atuação absolutamente alinhada aos Direitos Humanos e implicada com o enfrentamento de toda forma de violência e desigualdade social. Uma docente de atuação em universidade privada afirma enfaticamente que “a relação entre Psicologia e Direitos Humanos é total, e que não há como fazer Psicologia fora do âmbito de Direitos Humanos!”.

Entendemos que os discursos dentro das universidades (re)produzem práticas, que podem ou não se alinhar aos DH, e pensar na formação como uma construção coletiva implicada ética-politicamente com uma prática para a transformação social, promotora e defensora de DH, é fundamental e vem se colocando como uma linha instituinte às durezas de uma psicologia colonialista, elitista e tecnicista, supostamente neutra.

Não apenas o Código de Ética da Psicologia (2005) nos coloca a necessidade de uma atuação ética-política, mas também as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia (BRASIL, 2011), em seu Art 3o, indica a necessidade da formação de profissionais para : II. Compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais; III. Reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para a compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos do conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico; IV. Compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do país, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão. Deste modo, se faz necessário seguir investindo em diálogos com teorias e práticas capazes de contribuir para uma formação que atenda às diretrizes curriculares nacionais, aos preceitos éticos da profissão e, principalmente, que atue a favor da vida, de todas as vidas! Que lute pela desconstrução de narrativas e práticas microfascistas.

Pensamos nossa pesquisa-intervenção cartográfica como provocadora de movimentos nesse sentido. Nossas intervenções, muitas vezes, aconteceram como processos de desterritorialização e linhas de fuga, construindo diálogos e significados outros em nós, nas(os) docentes e também nas(os) futuras(os) profissionais de psicologia.

(IN)CONCLUSÕES PROVISÓRIAS....

Trata-se sempre de liberar a vida lá onde ela é prisioneira, ou de tentar fazê-lo num combate incerto
(Deleuze e Guattari, 1992)

A pesquisa-intervenção cartográfica tem apontado pistas sobre linhas duras e linhas de fuga no que diz respeito à (des)construção da formação em Psicologia, quanto a necessidade de, desde o início, tensionarmos diálogos (im)possíveis sobre a atuação ético-estética-política promotora de DH, que construa a atuação da(o) psicóloga(o) para além dos dispositivos individualizantes, e supostamente neutros.

É necessária a promoção de uma atuação coletiva, que se valha de teorias e metodologias críticas e participativas, como a própria cartografia, as teorias decoloniais, feministas, feministas-decoloniais, e tantas outras. Não é aceitável nos cursos de formação em Psicologia, a naturalização de narrativas e práticas microfascistas como aquelas que chamam “mimimi” questões cruciais de desigualdade, violência e extermínio de vidas. É preciso insistir, possibilitar a co-construção cotidiana de uma psicologia comprometida com uma prática ética-estética-política que enfrente as desigualdades e as formas de violência e que pense sobre seus efeitos nos processos de subjetivação coletivas como força de potência de vida.

REFERÊNCIAS:

BENEVIDES, Bruna (Org). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: ANTRA, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 05/2011. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia**. Brasília, 2011.

CERQUEIRA, Daniel. et al. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo. **Revista Psicologia Política**, v.1, n.1, 2001, p.139-148.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: GEISLER, Adriana Ribeiro Rice; ABRAHÃO,

Ana Lúcia; COIMBRA, Cecília Maria Bouças (Org.). **Subjetividades, violência e direitos humanos**: produzindo novos dispositivos em saúde. Niterói: EdUFF, 2008. p. 143-153.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para Prática de Psicólogos(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS / Conselho Federal de Psicologia**. - Brasília: CFP, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, Conselho Federal de Psicologia, Brasília: CFP, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol.1., Rio de Janeiro : Ed. 34 (Coleção TRANS), 1995.

FERNANDES, Angela Maria Dias, ZANELLA, Andrea Vieira, BUENO, Gabriel. Formação em Psicologia Social: relato de uma experiência de ensino/pesquisa/intervenção. **Fractal : Revista de Psicologia** [online]. 2014, v. 26, n. 2 [Acessado 28 Fevereiro 2022] , pp. 445-460. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-0292/930>>. Epub May-Aug 2014. ISSN 1984-0292. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/930>.

FOUCAULT, Michael. Prefácio in: Deleuze, G. e Guattari, F. **O Anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**, New York, Viking Press, pp. XI-XIV, 1977.

FONSECA, Tania Maria Galli. et al. Microfascismos em nós: práticas de exceção no contemporâneo. **Psicologia Clínica** [online]. 2008, v. 20, n. 2, p. 31-45, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000200003>>. Acesso em: 25 fev 2022.

HUR, Domenico Uhng. **Psicologia, política e esquizoanálise**. 2. ed. Campinas: Alinea, 2019.

ROCHA, Marisa Lopes; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000400010>>. Acesso em: 25 fev, 2022.

ROSATO, Cassia Maria. Psicologia e Direitos Humanos: cursos e percursos comuns. **Psicologia Revista**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 9-27, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/6790>. Acesso em: 25 fev. 2022.

ROSSI, André; PASSOS, Eduardo. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro , v. 5, n. 1, p. 156-181, jun. 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 fev. 2022.

CAPÍTULO 22

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: METASSÍNTESE NAS REVISTAS DE PSICOLOGIA QUALIS A1

Paula Orchiucci Miura
Gisele da Luz Freire Silva
Maria Carolina Monteiro da Silva Campos
Vanessa Agra Cavalcanti

RESUMO

Este artigo objetivou investigar e analisar as produções acadêmicas das revistas de Psicologia com Qualis A1 avaliadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior sobre a temática da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura do tipo metassíntese. Foram realizadas buscas nos periódicos com Qualis A1, através dos descritores “violência intrafamiliar” e “violência doméstica”. Identificou-se seis revistas nacionais com Qualis A1 e 33 artigos compuseram a amostra final. A maioria dos artigos é da região sul e sudeste do Brasil. Foram identificadas quatro categorias temáticas: violência intrafamiliar e família; violência intrafamiliar e atuação profissional; violência intrafamiliar, extrafamiliar e adolescência; abuso sexual intrafamiliar. Conclui-se que as produções reforçaram os prejuízos da violência na saúde física, psíquica e emocional de crianças, adolescentes e famílias, bem como ressaltaram inúmeras formas de enfrentar e minimizar este tipo de violência.

PALAVRAS-CHAVE: violência intrafamiliar; metassíntese; crianças; adolescentes; Psicologia.

INTRODUÇÃO

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo e milenar. No Brasil, segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (CINTRA, 2018), o Disque 100 recebeu, em 2016, mais de 144 mil denúncias de violações de direitos contra crianças e adolescentes em todo o país. Com relação a violência doméstica, sexual e/ou outras violências na faixa de < 1 a 19 anos idade, no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, do Ministério da Saúde (SINAN/MS) (BRASIL, 2016), no ano de 2016, foram registrados 98.599 atendimentos o que representam 40,53% do total de 243.259 atendimentos computados pelo sistema nesse mesmo ano. A maior incidência está na faixa etária de 15 a 19 anos com 38.237 notificações.

“Violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família” (MORESCHI, 2018, p. 14). Crianças e adolescentes que ficam expostos a

pais ou cuidadores agressivos podem desenvolver, ao longo de suas vidas, conflitos com a lei, psicopatia, fracasso acadêmico, dificuldades nos relacionamentos interpessoais, bem como abuso de substâncias prejudiciais à saúde (MAIA et al., 2016).

Depreende-se, assim, que a família, embora seja um grupo primordial no âmbito do desenvolvimento de sujeitos psíquicos singulares e na formação ideológica dos indivíduos que a compõe, mostra-se nos casos de violência intrafamiliar mais frágil e incapaz de propiciar acolhimento e proteção (MAIA et al., 2016). Diante disso, torna-se imprescindível ampliar a compreensão sobre esse fenômeno, para que se possa pensar e criar mecanismos de proteção para milhares de crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar e/ou doméstica.

Além disso, cabe pontuar que estudos sobre a temática da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes na área da Psicologia, em específico, é de suma importância, não só pela possibilidade de refletir sobre o fenômeno da violência a partir de uma área que volta-se, dentre tantas outras coisas, para as redes de proteção e atendimento psicossocial infanto-juvenil, mas sobretudo porque os(as) psicólogos(as) podem contribuir no processo de identificação, prevenção e minimização dos danos causados por este tipo de violência. Este artigo objetivou investigar e analisar as produções acadêmicas das revistas de Psicologia com Qualis A1 avaliadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior sobre a temática da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura do tipo metassíntese, que é uma estratégia metodológica utilizada para analisar em detalhe teorias, métodos de investigação e resultados obtidos em pesquisas. Para realizar a metassíntese, deve-se seguir as seguintes fases: **1) exploração** (definição dos descritores e da fonte onde os documentos serão selecionados); **2) refinamento** (leitura mais aprofundada dos documentos selecionados, identificando aqueles que dizem respeito ao objeto de pesquisa); **3) cruzamento** (identificação de duplicidades de materiais coletados); **4) descrição** de dados sobre os documentos selecionados; **5) análise** aprofundada dos documentos que compõe a amostra a fim de constituir uma síntese produtora de novos conhecimentos (OLIVEIRA et al., 2015).

Foram selecionadas as revistas nacionais da área de Psicologia com Qualis A1 avaliadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no quadriênio 2013-2016, conforme descritas no *site* da Plataforma Sucupira. Em seguida, buscou-se por produções acadêmicas (artigos) nestas revistas, que estavam indexadas na base de dados

Scientific Electronic Library Online (SciELO), sobre a temática da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, por meio dos descritores “violência intrafamiliar” e “violência doméstica”.

Os critérios de inclusão foram além de conter os termos “violência intrafamiliar” ou “violência doméstica”, conter obrigatoriamente ou “crianças” ou “adolescentes” nos títulos ou resumos ou palavras-chave. Para a realização da análise dos artigos, após baixados e arquivados no *drive*, foi feita uma leitura aprofundada dos textos, a fim de identificar e analisar os seguintes elementos: ano de publicação, vinculação institucional do primeiro autor, método da pesquisa, instrumentos utilizados e o tema central das publicações.

Ainda quanto a análise dos dados, o estudo, visando uma melhor organização e discussão dos resultados, identificou algumas categorias temáticas. “As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito” (MINAYO, 2002, p. 70). Assim, o estudo, após a leitura dos artigos selecionados, identificou algumas categorias temáticas capazes de abordar, de modo preciso, a questão da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

RESULTADOS

A Tabela 1 evidencia os resultados encontrados através da busca realizada nas revistas nacionais com qualificação Qualis A1 pela CAPES na área de Psicologia indexadas na base de dados *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, no mês de agosto de 2020.

Tabela 1: Número de artigos encontrados e selecionados nas revistas nacionais com classificação Qualis A1 pela CAPES na área da Psicologia, tendo como temática a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

Revistas A1	Descritor: violência intrafamiliar	Descritor: violência doméstica	Repetição Interdescritores	Artigos encontrados	Artigos relaciona dos à temática
Estudos de Psicologia (Natal)	7	3	2	8	6
Estudos de Psicologia (PUCCAMP)	2	7	1	8	2
Paidéia (USP)	4	10	0	14	9

Psicologia em Estudo	3	8	0	11	6
Psicologia: Reflexão e Crítica	0	4	0	4	2
Psicologia: Teoria e Pesquisa	7	7	0	14	8
TOTAL			3	59	33

Fonte: Autoras (2020).

Ao todo, foram encontrados, excluindo as 2 repetições, 56 artigos sobre a temática da violência intrafamiliar ou doméstica. No entanto, os únicos relacionados à temática da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, isto é, os que continham obrigatoriamente, além dos termos “violência intrafamiliar” ou “violência doméstica”, os descritores “crianças” ou “adolescentes” nos títulos ou resumos ou palavras-chave foram 33 artigos. Das seis revistas, as que mais publicaram acerca da temática da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes foram: Paidéia - USP (9 artigos); Psicologia: Teoria e Pesquisa (8 artigos); Estudos de Psicologia - Natal (6 artigos) e Psicologia em Estudo (6 artigos); e as que menos publicaram foram: Psicologia: Reflexão e Crítica (2 artigos) e Estudos de Psicologia – PUCCAMP (2 artigos).

No que concerne aos anos de publicação, observa-se que os artigos foram publicados entre os anos de 2000 e 2020, sendo os anos de 2013 e 2016 os de maiores publicações (quatro artigos cada). Em seguida, tem-se os anos de 2002, 2009 e 2014 com três artigos publicados. Os anos de 2005, 2006 e 2008, por sua vez, tiveram dois estudos publicados. Os anos restantes publicaram apenas um artigo (2000, 2001, 2003, 2007, 2010, 2012, 2015, 2018, 2019 e 2020). Em contrapartida, não houve nenhuma publicação nos anos de 2004, 2011 e 2017.

Quanto à vinculação institucional do(a) primeiro(a) autor(a) observou-se: sete artigos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; quatro artigos da Universidade Federal de São Carlos (São Paulo); três artigos da Universidade de São Paulo (USP); três artigos da Universidade Federal de Juiz de Fora (Minas Gerais); três artigos da Universidade Católica de Brasília; dois artigos da Universidade Federal do Pará; dois artigos da Universidade Católica de Brasília. As outras instituições tiveram um artigo cada: Centro Universitário de Maringá (Paraná), Universidade Estadual de Campinas (São Paulo), Universidade La Salle (Rio Grande

do Sul), Universidade Federal da Paraíba, Faculdade Ruy Barbosa (Bahia), Universidade Federal de Uberlândia (Minas Gerais), Faculdade Martha Falcão (Amazonas), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (Minas Gerais), Universidade Estadual Paulista (São Paulo), Universidade Federal da Bahia, Universidade Fernando Pessoa (Portugal).

Quanto ao método de pesquisa, notou-se que 19 artigos são qualitativos, 13 artigos são quantitativos, e um artigo apresentou-se como quali-quantitativo (misto). Com relação aos instrumentos de pesquisa, notou-se a utilização de entrevista semiestruturada em oito artigos, assim como questionários (também presentes em oito artigos), dois fizeram uso de grupo focal, dois de escala e teste, dois de inventário, dois foram relato de experiência, dois foram pesquisa documental, um revisão sistemática de literatura, um leitura psicodinâmica, um observação participante, um estudo de caso e três artigos não apresentaram de forma bem delimitada os instrumentos que utilizaram.

DISCUSSÃO

Seis foram as revistas nacionais na área da Psicologia identificadas com Qualis A1, quantidade baixa comparada às 160 revistas internacionais, conforme classificação no quadriênio 2013-2016 da Plataforma Sucupira. Quanto à vinculação institucional, fica evidente que a grande quantidade de publicações acerca da temática da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes provém da região Sul e Sudeste do país. Em contrapartida, a menor quantidade de escritos publicados é proveniente das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Esse dado corrobora o levantamento feito por Sidone, Haddad e Mena-Chalco (2016), que as produções e colaborações científicas no Brasil são marcadas pela “concentração sistemática da produção e dos fluxos de conhecimento” (p. 29) nas regiões Sudeste e Sul. Com relação ao ano dos artigos, observou-se um quantitativo baixo de publicações sobre essa temática nos últimos quatro anos.

Com base na leitura aprofundada dos 33 artigos, foi possível identificar as seguintes categorias temáticas discutidas a seguir: violência intrafamiliar e família; violência intrafamiliar, extrafamiliar e adolescência; violência intrafamiliar e atuação profissional; abuso sexual intrafamiliar.

Violência intrafamiliar e família

O perfil dos perpetradores da violência intrafamiliar foi discutido no artigo de Maia et al. (2016), que constatou as figuras da mãe e do pai como os principais agressores nas situações da violência física. A madrasta e os avós também foram apresentados com elevados percentuais,

caracterizando-se como perpetradoras da violência psicológica no contexto familiar. No artigo de Hildebrand et al. (2015), verificou-se que os principais agressores eram a mãe (42,9%) e os pais (mãe e pai) (33,3%), com predominância de violência psicológica, seguida da física e sexual.

Sobre as consequências da exposição à violência cometida pelos pais contra crianças, Lourenço et al. (2013), por meio de uma revisão sistemática da literatura, perceberam impactos diretamente na saúde física e psicológica das vítimas tais como: sintomas de depressão, insegurança; Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), sintomas externalizantes (problemas de ajuste/conduita agressiva); diminuição do desempenho escolar; envolvimento em *bullying*, o que configura a experiência da violência como fator de risco para o desenvolvimento infantil juvenil.

Nesta direção, observou-se que crianças e adolescentes atendidas em Serviços Especializados de Referência conveniados ao CREAS apresentavam mais de um sintoma psicológico sendo os mais frequentes: problemas de conduta (66,3%); emocionais (54,4%); de relacionamento (52%); atenção/hiperatividade (45,6%) (Hildebrand et al., 2015).

No intuito de identificar e analisar os indicadores de risco e proteção em famílias denunciadas por abuso físico, o artigo de De Antoni, Barone e Koller (2007) mostrou os seguintes fatores de risco (papel familiar, patologias, práticas educativas, comportamentos agressivos no relacionamento familiar) e de proteção (rede de apoio social, afetivo, rede de serviços, valorização das conquistas, desejo de mudança).

Como forma de enfrentamento da violência junto às famílias e em outros âmbitos, o artigo de Alves e Emmel (2008) aponta que a narração de histórias ao refletir a realidade e vivências pessoais pode ser um importante dispositivo terapêutico, sugerindo a realização da contação de histórias em diversos contextos (família, escola, instituições sociais e saúde). Esse tipo de intervenção pode abrir novos caminhos no desenvolvimento emocional de todos os envolvidos no núcleo familiar e diminuir a incidência de violência doméstica.

Ainda nessa direção do enfrentamento da violência, o artigo de Patrian, Rios e Williams (2013) valida o Inventário de Potencial para Abuso Infantil (CAP), apontando para este como um instrumento que poderá contribuir com os serviços de proteção infantojuvenil, capaz de auxiliar na proposição de intervenções ou políticas públicas voltadas à violência cometida no âmbito familiar.

E como forma de potencializar as famílias abusivas, Santini e Williams (2016), por meio

de uma revisão sistemática da literatura brasileira e internacional, apresentam programas de parentalidade com vistas à redução da prática de punição corporal. Os autores concluem que o uso de castigos corporais contra crianças é uma realidade passível de alteração, desde que amparada por intervenções específicas com base no uso de programas parentais que visem cessar a incidência de violência na criação dos filhos.

Violência intrafamiliar, extrafamiliar e adolescência

Como característica específica da adolescência, as relações extrafamiliares ganham significados intensos como amizades, namoros..., o que também potencializa a exposição dos jovens às relações fora do âmbito familiar (MACEDO; AZEVEDO; CASTAN, 2012). O artigo de Lordelo, Bastos e Alcântara (2002) apresenta resultados de uma pesquisa longitudinal acerca da história de um adolescente marcada pela violência intrafamiliar e extrafamiliar, o que contribuiu para que a identidade do jovem fosse predominantemente associada à imagem de um adolescente violento e agressivo. Pode-se refletir sobre esses comportamentos como um pedido de ajuda tanto devido às experiências de violência intra como extrafamiliar.

Nesta direção, Braga e Dell’Aglío (2012) observaram a exposição à violência intra e extrafamiliar de 946 adolescentes, com idade entre 12 e 19 anos, que viviam em diferentes contextos (família, instituições de acolhimento e instituições de medidas socioeducativas) e identificaram que os jovens estão muito suscetíveis à violência em diversas situações, constatando que a violência na adolescência não é apenas uma questão que envolve a família, mas constitui-se em grave problema de saúde pública. Esses dados concordam com a pesquisa de Silva e Dell’Aglío (2016) e acrescentam informações quanto ao gênero; as meninas tiveram uma maior média de exposição à violência intrafamiliar e os rapazes, à violência extrafamiliar.

Quanto às vivências da sexualidade, estas se intensificam na adolescência, porém nem sempre essas experiências, tal como a orientação sexual, são acolhidas pelas famílias. Perucchi, Brandão e Vieira (2014) identificaram ausência de apoio da família à jovens que se assumem como lésbicas e gays, desta forma o meio familiar, ao invés de propiciar acolhimento, acaba tornando-se hostil e violento para muitos jovens. Situações de violência contra jovens homossexuais não são observadas apenas no âmbito familiar, segundo o estudo de Pinto et al. (2020), foram identificadas, entre 2015 e 2017, 24.564 notificações de violência interpessoais e autoprovocadas contra LGBTs, sendo a via pública, a escola e a família como locais com alta frequência deste tipo de violência.

Observa-se a necessidade de oferecer espaços potencializadores para jovens, principalmente para aqueles que vivenciaram ou estão vivenciando situações de violência intra e extrafamiliar. Fernandes, Yunes e Flinker (2020) observaram que o ambiente familiar e escolar mesmo sendo locais de ocorrência da violência foram percebidos pelos jovens como redes de apoio social e afetivo. Neste sentido, aponta-se como fundamental o trabalho com a família e a potencialização do espaço escolar.

Além disso, faz-se interessante a inserção desses adolescentes em atividades de lazer, esporte e cultura, programas educacionais e projetos que tenham a arte como elemento de intervenção e cujas metodologias sejam participativas, a fim de promover ampla escuta às questões que digam respeito aos jovens, bem como prevenir situações de violência intrafamiliar, promovendo-lhes, dessa maneira, segurança e saúde (LEMOS et al., 2017; POLI; FAISSOL, 2016; SILVA; FRENEDOZO, 2017).

Violência intrafamiliar e atuação profissional

A maioria dos artigos desta categoria versaram sobre violência intrafamiliar e escola. Os artigos de Vagostello et al. (2003), Bazon e Faleiros (2013) e Mezzalira e Guzzo (2015) apresentaram dados semelhantes acerca de como a comunidade escolar lida com a situação de violência intrafamiliar. Ações como: convocação e orientação dos pais das vítimas; resolver o problema dentro da escola foram as mais citadas nos dois primeiros artigos, e também foi ressaltada no último artigo. Atitudes como: encaminhamento aos Conselhos Tutelares e realização de notificação também foram relatadas pela comunidade escolar em todos os artigos, porém em uma proporção muito menor comparada a ações anteriormente citadas. Por fim, todos concluem sobre a falta de preparo e de capacitação da comunidade escolar no enfrentamento de situações de violência intrafamiliar no âmbito escolar, tornando evidente que os preceitos legais relativos à notificação e o significado social dessa ação estão fracamente assimilados no contexto educacional.

O artigo de Almeida, Santos e Rossi (2006) traz elementos que contribuem para compreensão das ações tomadas pelos profissionais da educação frente a situações de violência intrafamiliar. Os autores (2006) apresentam as representações sociais de professores sobre essa temática e observam que os participantes mantiveram seu conhecimento sobre violência intrafamiliar no nível da informalidade, aparentando, assim, pouca qualificação para intervir de forma adequada caso venham a se deparar com esse tipo de problemática no cotidiano escolar. A representação social da violência intrafamiliar infantojuvenil, por grande parte do grupo

pesquisado, passou pela consideração do poder de autoridade que confere aos pais o direito de educar os filhos como melhor lhes convier. Isso porque, embora os professores tenham expressado preocupação quanto às causas, consequências e tipos de violência praticados, nenhum desses elementos foi capaz de induzir ações e estratégias específicas contra a violência. Observa-se, assim, uma contradição entre preocupação e ação efetiva por parte da instituição escolar.

Dois artigos (MILANI; LOUREIRO, 2009; PEREIRA; SANTOS; WILLIAMS, 2009) apresentaram dados semelhantes sobre desempenho escolar e violência intrafamiliar. As crianças vítimas de violência intrafamiliar, nos dois artigos, demonstraram desempenho escolar inferior se comparado às crianças sem histórico de violência intrafamiliar. Além disso, no artigo de Milani e Loureiro (2009), as crianças vítimas manifestaram sinais de comprometimento em áreas essenciais de autoconceito, comportamento e status intelectual. O artigo de Maldonado e Williams (2005) também evidencia os prejuízos da violência intrafamiliar sofrida por crianças, e aponta que as crianças mais expostas a este tipo de violência apresentam mais comportamentos agressivos, podendo ser este identificado como um pedido de ajuda no âmbito escolar.

No campo da saúde, Gebara, Lourenço e Ronzani (2013) analisaram as crenças de 30 Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) acerca da violência intrafamiliar infanto-juvenil e notou-se que as crenças dos ACSs foram persistentes no sentido de apontar as mães como as principais agressoras das crianças e adolescentes e que os ACSs não sentem-se preparados para identificar casos de violência intrafamiliar. Observou-se também crenças em relação à ineficácia e incompetência dos órgãos jurídicos (especialmente o Conselho Tutelar), que podem contribuir com as notificações e encaminhamentos por parte dos ACSs. Além disso, os agentes comunitários de saúde apresentaram crenças de que o castigo físico representa um método aceitável e eficiente na educação e disciplina de crianças, o que contribui, de alguma forma, para a naturalização da violência doméstica (GEBARA; LOURENÇO; RONZANI, 2013).

Sani e Carvalho (2018) analisaram autos policiais relacionados com crimes de violência doméstica, que foram reportados em 2010 à Polícia de Segurança Pública de Porto, Portugal. Constatou-se a existência de vitimização indireta infantil em episódios de violência doméstica entre pais, o que aponta para o importante papel que a polícia pode ter na sinalização de crianças em situação de risco.

Abuso sexual intrafamiliar

O perfil da vítima e do agressor é apresentado em três artigos (HABIGZANG et al., 2005; PENSO et al., 2019). Habigzang et al. (2005), por meio de pesquisa documental de processos judiciais, verificaram que a maioria (80,9%) das vítimas de abuso sexual era meninas e em 61% dos casos, alguém já sabia do abuso, mas não denunciou. O perfil do agressor, na maioria dos casos, era do sexo masculino (98,8%), com idade entre 31 e 40 anos e pai da vítima. Penso et al. (2019) investigaram, por meio de pesquisa documental, prontuários com casos de suspeita de abuso sexual contra meninos e verificaram que a maioria dos agressores (80,8%) era do sexo masculino, sendo os “primos” e “colegas de escola” os principais ofensores.

Na direção de relatar as experiências de supervisão de famílias que sofreram violência sexual intrafamiliar, Araújo (2002) observou que as mães, por sua vez, vivem confusão e ambiguidade diante da constatação de que o companheiro abusou sexualmente da filha e recusam-se a aceitar a realidade de traição do marido. Uma outra questão crucial foi o fato de, em muitas famílias, o abuso sexual ter acontecido e manter-se protegido pela lei do silêncio, ou seja, tornou-se um segredo familiar que poderia percorrer várias gerações sem ser denunciado, devido ao mito que há em torno dele ou de um pacto inconsciente com o agressor na busca por uma pseudo-harmonia familiar.

Ainda no sentido de compreender o sofrimento das mães, dois artigos dos mesmos autores (LIMA; ALBERTO, 2010, 2016) abordam as experiências destas mães cujas filhas foram abusadas sexualmente dentro do ambiente familiar. Lima e Alberto (2010) observaram que as mães após terem descoberto sobre o abuso de suas filhas, ficaram, como mulheres, muito abaladas com o ocorrido, enfrentando sentimentos variados, tais como negação da violência, medo, vulnerabilidade. No artigo de Lima e Alberto (2016) foi analisado o discurso de mães que, assim como suas filhas, também foram vítimas de abuso sexual intrafamiliar na infância; notou-se, no discurso das mães, o valor ao atendimento psicológico, demonstrando satisfação e o sentimento pelo fato de suas filhas terem sido acolhidas no momento que mais precisavam. Por outro lado, as mães revelaram que não receberam o apoio e acolhimento necessários na época em que sofreram o abuso e, tampouco, tiveram a oportunidade de elaborar o próprio sofrimento. Diante disso, anunciaram o quanto consideram fundamental o atendimento psicossocial para elaborar e ressignificar o sofrimento e dor experienciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo identificou e analisou as produções em revistas de Psicologia Qualis

A1 acerca da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Observou-se que os artigos, em sua grande maioria, são da região Sul e Sudeste do país. Constatou-se, quanto aos instrumentos de pesquisa, uma maior utilização de entrevista e questionário, e baixa quantidade de artigos nos últimos anos. Pôde-se observar que o ambiente familiar que deveria ser protetor, potencializador, em algumas situações é um ambiente de risco para saúde física e psíquica das crianças e adolescentes. E no intuito de potencializar o enfrentamento da violência, observou-se artigos que apontaram para dispositivos terapêuticos como a contação de história para famílias e crianças, bem como instrumentos para os profissionais que podem contribuir com processo de intervenção e programas com famílias de ações de minimização do uso de punições físicas para com os filhos.

Percebeu-se nos artigos que enfocaram nos adolescentes que sofreram violência intrafamiliar ou extrafamiliar as diversas situações de vulnerabilidades em que os jovens podem estar submetidos: questões culturais, bairros e vizinhança violenta, famílias abusivas, instituições de acolhimento, instituições de medida socioeducativas. E diante disso, enfoca-se a importância de iniciativas que atuam na direção de oferecer espaços potencializadores aos jovens no intuito de minimizar as situações de violência enfrentadas pela juventude.

Pôde-se observar interesse de pesquisadores na temática violência intrafamiliar e contexto educacional tanto no que diz respeito à estratégias adotadas pela comunidade escolar no enfrentamento deste tipo de violência quanto ao impacto deste fenômeno no desempenho escolar de crianças. Percebe-se o espaço escolar como um ambiente com grandes possibilidades de identificar a violência intrafamiliar, por meio do comportamento do aluno, do seu desempenho..., porém os profissionais demonstraram dificuldades de lidar com situações que envolvem este tipo de violência; vale frisar que em um intervalo de cerca de dez anos que datam os artigos, os dados continuam semelhantes. Outro dado interessante é o quanto a cultura do “tapa educa” ainda se apresenta enraizado nas representações dos profissionais da educação e da saúde, naturalizando a violência física e potencializando situações de vulnerabilidade e risco no âmbito das famílias abusivas.

O tema do abuso sexual intrafamiliar também se mostrou presente nos artigos, observou-se que o silêncio da família diante do abuso ainda parece ser um grave problema, aumentando a situação de risco e vulnerabilidade das crianças e adolescentes vítimas desta violência. Percebeu-se também que as mães, violentadas pelo sofrimento psíquico oriundo da constatação do ocorrido, consideram fundamental o atendimento psicossocial para que a sua dor e a das filhas sejam elaboradas e ressignificadas, podendo-se considerar esse um avanço dos serviços

de enfrentamento da violência.

Os danos físicos, psíquicos e emocionais para crianças e adolescentes advindos das experiências de violência intrafamiliar já estão constatados em inúmeras pesquisas, isso demonstra o quanto é um fenômeno que precisa ser combatido e enfrentado pelo Estado, instituições e sociedade de forma geral. Este trabalho apontou para algumas maneiras de enfrentar essa problemática tanto no âmbito familiar quanto junto aos profissionais que lidam direta ou indiretamente com a violência intrafamiliar. O problema não está apenas nas relações familiares abusivas, mas também em questões culturais enraizadas que autorizam e naturalizam as inúmeras formas de violência contra as crianças e adolescentes. Desta forma, o combate deste tipo de violência precisa alcançar tanto as instâncias micro quanto as macrosociais. A limitação deste trabalho se dá devido a busca ser apenas nas revistas de Psicologia Qualis A, sendo interessante expandir a pesquisa para outras Qualis e outras áreas.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de; SANTOS, Maria Cristina Amélia Borges dos; ROSSI, Tânia Maria de Freitas. Representações sociais de professores do ensino fundamental sobre violência intrafamiliar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 3, p. 277-286, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/S7BBZF8hFMFkKvFppbZQm9p/?lang=pt#>

ALVES, Heliana Castro; EMMEL, Maria Luisa Guillaumon. Abordagem bioecológica e narrativas orais: um estudo com crianças vitimizadas. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 18, n. 39, p. 85-100, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/N8r54KKhXP4vfqbzTwn7Bk/?lang=pt>

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo (Maringá)**, v. 7, n. 2, p. 3-11, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/QJpLxjnNg6J3H4skJLgW3mf/?lang=pt#>

BAZON, Marina Rezende; FALEIROS, Juliana Martins. Identifying and reporting child maltreatment in the education Sector. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 23, n. 54, p. 53-61, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/jcvprSjX9X7GKgPYhKN6xct/?lang=en#>

BRAGA, Luiza Lima; DELL'AGLIO, Dalbosco Dell'Aglio. Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 17, n. 3, p. 413-420, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/G9CPjqrYCjxnhyD4KcckRfS/?lang=pt#>

BRASIL. **Sistema de Informações de Agravos de Notificação**, 2016. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/cnv/violebr.def>

CINTRA, João Pedro S. Cenário da Infância e Adolescência no Brasil. **Fundação Abrinq**, São Paulo, 2018.

DE ANTONI, Clarissa; BARONE, Luciana Rodriguez; KOLLER, Sílvia Helena. Indicadores de risco e proteção em famílias fisicamente abusivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 125-132, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/pVTTwmLhdKgk49kvyHCtdLN/?lang=pt#>

FERNANDES, Grazielli; YUNES, Maria Angela Mattar; FINKLER, Lirene The Social Networks of Adolescent Victims of Domestic Violence and Bullying. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 30, p. 1-9, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/6YJvQyW7gXZKhJVjBVz5vrd/?lang=en#>

GEBARA, Carla Ferreira de Paula; LOURENÇO, Lélío Moura; RONZANI, Telmo Mota. A violência doméstica infantojuvenil na perspectiva dos agentes comunitários de saúde. **Psicologia em Estudo (Maringá)**, v. 18, n. 3, p. 441-451, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/3n3gm7jXxZS8ByQzmQ9yRXQ/?lang=pt#>

HABIGZANG et al. Abuso sexual infantil e familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 341-348, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/RQSFdbchSLM3dbmt4VCjXZS/?lang=pt#>

HILDEBRAND et al. Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 28, n. 2, p. 213-221, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/Z3kbwM6w7wjQKVb5XPdMMhq/?lang=pt#>

LEMOS et al. Práticas de esporte, lazer e cultura do UNICEF. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 29, n. 1, p. 2-8, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/rmTHBfBnmHfYGDy5fr9yRQD/?lang=pt>

LIMA, Joana Azevedo; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 2, n. 15, p. 129-136, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/QvyhNYPZb7HVD7v3968n8RH/?format=pdf&lang=pt>

LIMA, Joana Azevedo; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Urgências psicológicas no cuidado às mães em casos de abuso sexual intrafamiliar. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 21, n. 3, p. 337-347, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/JMT9MRRhDtZHtkZHTgGbyYj/?lang=pt>

LORDELO, Lia da Rocha; BASTOS, Ana Cecília de Sousa; ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos de. Vivendo em contexto de violência: o caso de um adolescente. **Psicologia em estudo**, v. 7, n. 2, p. 31-40, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/yVsWTR4Dqj6grjF6vK7hY6F/?lang=pt#>

LOURENÇO et al. Consequences of exposure to domestic violence for children: A systematic review of the literature. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 23, n. 55, p. 263-271, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/SJtr7wkjQ5JwJS6jjWCzMcC/?lang=en#>

MACEDO, Monica Medeiros Kother; AZEVEDO, Berta Hoffmann; CASTAN, Juliana Unis. **Adolescência e psicanálise: intersecções possíveis**. 2. ed. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2012.

MAIA et al. Da proteção ao risco: configurações da violência intrafamiliar na juventude paraense. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 33, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/S697TJN8XdH6n3sX9d76GHR/?lang=pt#>

MALDONADO, Daniela Patrícia Ado; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 3, p. 353-362, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/7WR8fbYBtLmGN6fSWp5M3Nm/?lang=pt#>

MEZZALIRA, Adinete Sousa da Costa; GUZZO, Raquel Souza Lobo. The educator and violent situations experience by student: Coping strategies. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 32, n. 1, p. 37-47, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/KNzPvJK8LGPntVGfYktJstb#>

MILANI, Rute Grossi; LOUREIRO, Sonia Regina. Crianças em risco psicossocial associado à violência doméstica: o desempenho escolar e o autoconceito como condições de proteção. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 14, n. 3, p. 191-198, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/tJcpVDBySF45w53VfctkH4B/?lang=pt>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MORESCHI, Marcia Teresinha. **Violência contra crianças e adolescentes: Análise de cenários e propostas de políticas públicas**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018

OLIVEIRA, Adélia et al. Metassíntese: Apontamentos para sistematização de revisões amplas e crítica interna à produção científica. **Investigação Qualitativa em Saúde**, v. 1, p. 147-152, 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/36>

PATRIAN, Ana Carolina de Almeida; RIOS, Karyne de Souza Augusto; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Criterion validity of the child abuse potential inventory (CAP). **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 23, n. 54, p. 43-51, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/zWxbz6f454mjPCKVkjzLDN/?lang=en#>

PENSO, Maria Aparecida et al. Boy sexual victimization: Characteristics of family configuration and of the offender. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, p. 1-11, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/49CLM4NvXhqZ37bKXzf4tJf/?lang=pt#>

PEREIRA, Paulo Celso; SANTOS, Adriana Barbosa dos; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 1, p. 19-28, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/zKXNVpf7bfPydPHTWh8bfNP/?lang=pt#>

PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 19, n. 1, p. 67-76, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/hmnDL9rQSLJyQxfNgmsp9dq/?lang=pt#>

PINTO et al. Profile of notification of violence against lesbian, gay, bisexual, transvestite and transsexual people recorded in the National Information System on Notifiable Diseases, Brazil, 2015-2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, n. 1, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/YV7VvNY5WYLwx4636Hq9Z5r/?lang=en#>

POLI, Maria Cristina; FAISSOL, Katia Regina. Adolescer com Arte (e psicanálise): projetos escolares. **Educação & Realidade**, v. 41, n. 3, p. 833-851, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/ZX5v7PPJ3sY6DBGtRLzmLgy/?lang=pt#>

SANI, Ana Isabel; CARVALHO, Cristiana. Violência Doméstica e Crianças em Risco: Estudo Empírico com Autos da Polícia Portuguesa. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 34, p. 1-8. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/tWHFdFhXv4gyLdBGYXwDLfd/?lang=pt#>

SANTINI, Paolla Magioni; WILLIAMS, Lúcia CA. Parenting programs to prevent corporal punishment: A systematic review. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 26, n. 63, p. 121-129, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/56vJNXxPKRNcZB574Yfph5h/?lang=en#>

SIDONE, Otávio José Guerci; HADDAD, Eduardo Amaral; MENA-CHALCO, Jesús Pascual. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **Transinformação**, v. 28, n. 1, p. 15-32, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/tvBDyptMBFSxRSt3VngySRC/?lang=pt#>,

SILVA, Doralúcia Gil da; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Exposure to domestic and community violence and subjective well-being in adolescents. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 26, n. 65, p. 299-305, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/mCqkX8CjvZr8xgwCTT6BwCR/?lang=en#>

VAGOSTELLO et al. Violência doméstica e escola: um estudo em escolas públicas de São Paulo. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 13, n. 26, p. 191-196, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/GZXDhj4bjHxHgT33tB6FBTj/?lang=pt#>

CAPÍTULO 23

EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA: ESTUDO DE CASO DOS ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES, OESTE DO PARANÁ

Tiago Fernando Hansel
Marieli Schuh

RESUMO

Um dos aspectos da atuação do psicólogo escolar contemporâneo é o de auxiliar no desenvolvimento psicossocial das crianças no contexto educacional, incluindo a pré-escola. Essa pesquisa tem como objetivo apresentar, descrever e analisar os atendimentos psicológicos do município de Quatro Pontes no Oeste do Paraná. A coleta dos dados ocorreu por meio de uma entrevista com a psicóloga do município. Os resultados apontaram que o atendimento psicológico clínico infantil tem importância social por capacitar as famílias nos cuidados com seus filhos; as dificuldades das famílias no exercício de seu papel residem no meio social; há falta de disponibilidade técnica e fragmentação do atendimento oferecido; a demanda provém, predominantemente, das escolas e dos Centros de Saúde; os resultados do atendimento são incipientes para os pacientes e positivos para os alunos. O propósito deste estudo é focalizar de forma prática um campo mais eficiente, amplo e satisfatório para a Psicologia Escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia escolar; Ensino infantil; Desenvolvimento infantil, Família.

INTRODUÇÃO

A educação é a base para a vida. Responsável pela construção e manutenção da sociedade a partir do aprendizado e pesquisa. Estudar como os processos educacionais acontecem, do ensino ao aprendizado, é fundamental. Assim é possível aperfeiçoar os métodos e tornar as estruturas mais eficientes e acessíveis.

Toda aprendizagem começa em casa, em meio à família e de maneira informal. Essa experiência é extremamente marcante para todo o processo de aquisição de conhecimento que se seguirá ao longo da vida. É a base indispensável, pois prepara a criança e organiza seu mundo interno, inicializando a sua socialização e inserção na cultura em que nasceu.

Partindo do princípio de que a psicopedagogia está passando por um processo de evolução, procuramos explorar e compreender um pouco sobre a sua importância e necessidade, principalmente na escola, onde muitos educadores não conhecem e não sabem como trabalhar com crianças com transtornos.

A psicologia da educação tem o papel essencial de verificar os conhecimentos proporcionados pela psicologia científica. A partir disso, determina quais são os saberes mais importantes para compreender o comportamento das pessoas no ambiente educacional. Assim, é possível intervir nesse ambiente para gerar melhorias tanto para a vida dos educandos como dos educadores, tornando a vivência escolar mais prazerosa para ambas as partes.

No passado, quando a concepção dominante na educação ocidental era a chamada Escola Tradicional, acreditava-se não haver necessidade de uma psicologia para acompanhar a prática educativa. A psicologia só se tornou necessária quando o Movimento da Escola Nova revolucionou a educação. Isso construiu demandas específicas para a psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem.

Antes, não havia necessidade alguma de qualquer conhecimento sobre o ser humano e seu desenvolvimento. Isso porque se pensava já sabermos tudo sobre a natureza corrompida do homem. Acreditava-se no seu potencial para criar, cooperar, ser honesto, desenvolver relações estáveis e saudáveis, respeitar a autoridade, ser intelectualmente aprimorado e ser dotado de coerência.

Com o tempo e as pesquisas, isso foi sendo derrubado. Essas transformações geraram o ensino que conhecemos hoje. Entretanto, ainda existem barreiras na implementação de estudos da psicologia da educação dentro das escolas. Mais ainda, mudanças no ensino tradicional são pouco recebidas e extremamente lentas.

A psicologia educacional contribui consideravelmente para a criação de um sistema moderno de educação. Ela tem ajudado professores, diretores, administradores e assistentes sociais a desenvolver significativamente uma atitude mais solidária para com os alunos. Isso os ajuda a crescerem e se tornarem pessoas mais íntegras e independentes.

Este artigo constitui o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC da pesquisadora, que constitui requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia pela instituição de ensino superior ISEPE/RONDON. A iniciação à pesquisa na graduação constitui uma etapa importante para a formação inicial de professores e pedagogos.

Existem muitas lacunas sobre a produção de conhecimento e a atuação do psicólogo na Educação Infantil. As atuações e as reflexões nessa área são pouco socializadas, divulgadas e discutidas no meio acadêmico (ZENDRON et al., 2013).

Com o intuito de contribuir para a diminuição dessa lacuna, a pesquisadora apresenta neste artigo um relato dos principais atendimentos no Setor da Saúde dentro da psicologia

infantil no município de Quatro Pontes, localizado no oeste paranaense. Objetiva-se exemplificar algumas práticas cotidianas na promoção do desenvolvimento integral das crianças e na saúde psicossocial dos profissionais que atuam nesses espaços.

Primeiramente, apresentaremos um panorama histórico das leis e regulamentos que atuam sobre a educação paranaense, desde o século XIX até a atualidade. Dentre estas normalizações, destaca-se o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI/1998). Além disso, partindo dos estudos de Zendron et al. (2013), exploraremos como o conceito social acerca de família, de educação e das crianças mudou ao longo das décadas e como isso influenciou a forma de atuação das escolas. Outro aspecto explorado neste capítulo é a importância do movimento das crianças ao brincar e ao jogar (ANDRADE FILHO; SILVA; FIGUEIREDO, 2006; VYGOTSKY 2007).

Em seguida, abordaremos a atuação da psicologia infantil no ambiente escolar, bem como examinaremos a participação dos pais no desenvolvimento e no acompanhamento de seus filhos na psicoterapia infantil. Para tal, foram utilizadas as contribuições de Valle (2003), Pimenta (2017) e Araújo (2019).

Por fim, apresentaremos a entrevista realizada com a psicóloga infantil do município pesquisado, indicando os principais problemas enfrentados nos atendimentos.

PANORAMA DAS NORMATIZAÇÕES NO PARANÁ E DA TEORIA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

No Brasil, a educação das crianças, até o final do século XIX, era de responsabilidade exclusiva do sistema familiar, especialmente das mães. A partir do crescimento da industrialização e urbanização no país, e conseqüente entrada das mulheres no mercado de trabalho, surgiram instituições destinadas a zelar pelos cuidados das crianças pequenas. Essas instituições, a que hoje chamamos de creches, tinham caráter eminentemente assistencialista e eram voltadas principalmente para os cuidados básicos e para a segurança das crianças provenientes de comunidades empobrecidas (VIEIRA; HANSEN; VIEIRA, 2009 apud ZENDRON et al., 2013).

Observa-se hoje uma mudança na qualidade de atendimento das instituições de educação infantil, que acompanharam as mudanças nas concepções sociais de criança, de família e do papel da mulher na sociedade. Assim, nessa nova perspectiva, os aspectos psicopedagógicos são enfatizados ao se pensar nas atividades do cotidiano das creches. A Educação Infantil se propõe hoje, portanto, não mais a apenas cuidar, mas a levar em

consideração toda a complexidade do desenvolvimento infantil ao educar e cuidar das crianças, exercendo, junto com as famílias, um papel complementar na formação dos indivíduos.

Desde a Constituição Brasileira de 1988, os cuidados e a educação de crianças de zero a seis anos passaram a ser considerados direito de todos e dever da família e do Estado, através da criação e manutenção de creches (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9493/1996) estipula a Educação Infantil como sendo a primeira etapa da Educação Básica e considera as crianças enquanto sujeitos de direitos. Além disso, o documento indica à Educação Infantil o objetivo de desenvolver integralmente as crianças em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social (ZENDRON et al., 2013).

A partir da década de 1990, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Coordenadoria de Educação Infantil (COEDI), elaborou documentos que em muito contribuíram para a valorização da Educação Infantil. Dentre esses documentos destaca-se o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI/1998). De acordo com o volume 2 do RCNEI (BRASIL, 1998), o objetivo pedagógico primordial da proposta curricular é desenvolver tanto a identidade quanto a autonomia da criança (ZENDRON et al., 2013). Conforme o documento:

Conceber uma educação em direção à autonomia significa considerar as crianças como seres com vontade própria, capazes e competentes para construir conhecimentos, e, dentro de suas possibilidades, interferir no meio em que vivem. Exercitando o autogoverno em questões situadas no plano das ações concretas, poderão gradualmente fazê-lo no plano das ideias e dos valores (BRASIL, 1998, p. 14).

Sendo assim, para a realização dessas premissas no cotidiano escolar, cabe ao profissional que atua nesse âmbito criar condições, situações e organizar ambientes e materiais que oportunizem a capacidade e potencialidade de escolha das crianças. Dentre os profissionais que se relacionam, direta ou indiretamente, com as crianças nas creches e que podem favorecer o desenvolvimento da autonomia infantil, recebem destaque professores, auxiliares, coordenadores pedagógicos e psicólogos.

Nesse modelo contemporâneo de educação evidenciado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9493/1996) e pelo RCNEI (BRASIL, 1998), a creche é valorizada por sua função formadora de crianças, que são concebidas como sujeitos históricos e culturais. Isso significa, portanto, que o bebê e a criança pequena necessitam do adulto e do meio para interagir com o mundo e construir sua identidade pessoal e coletiva (ZENDRON et al., 2013). “A instituição de educação infantil é um dos espaços de inserção das crianças nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade na qual estão inseridas” (BRASIL, 1998, p. 11). A prática

de socialização das crianças contribui “para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si próprias” (BRASIL, 1998, p. 11).

O RCNEI (BRASIL, 1998) considera o brincar fundamental para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. As atividades lúdicas, dessa forma, são práticas pedagógicas que, além de propiciar a estimulação psicomotora, proporcionam o desenvolvimento da autonomia, da atenção, da memória, da imaginação, das interações entre iguais, da experimentação de regras e de papéis sociais pelas crianças, bem como da expressão de sentimentos. Nesse sentido, as atividades lúdicas planejadas como propostas interventivas no contexto escolar não podem ser negligenciadas, a fim de que se proporcione e potencialize o desenvolvimento infantil. Quando a criança brinca, é possível observar a coordenação das experiências prévias das crianças e aquilo que os objetos manipulados sugerem ou provocam no momento presente.

Em consonância com o RCNEI (BRASIL, 1998), Andrade Filho, Silva e Figueiredo (2006) apontam que o movimento das crianças ao brincar e jogar pode propiciar a autonomia e a construção da sua identidade (ZENDRON et al., 2013). Os autores defendem que os profissionais que atuam na educação infantil devem considerar o valor psicologizante do movimento humano e as contribuições da experiência motriz para que a criança desenvolva sua percepção do mundo (ANDRADE FILHO; SILVA; FIGUEIREDO, 2006).

Segundo Vygotsky (2007), o brincar não é o aspecto predominante da infância, mas é um fator muito importante do desenvolvimento, pois permite avanços fundamentais para o crescimento pessoal do sujeito como, por exemplo, a dimensão cognitiva e afetiva. O pensamento origina-se no contexto da motivação, que inclui afeto, emoção, interesses, inclinações, impulsos e necessidades (VYGOTSKY, 2001). Dessa forma, um entendimento do pensamento humano só é possível ao se compreender sua base afetivo-volitiva. Contudo, apesar de o tema relacionado à afetividade não ter sido aprofundado por Vygotsky, este propôs a unificação e expôs a importância entre as dimensões cognitivas e afetivas (ZENDRON et al., 2013).

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

Os países mais desenvolvidos valorizam a educação e aqueles que pretendem crescer precisam investir nela, superar deficiências e expandir sua participação no mundo globalizado (VALLE, 2003).

A criança é o elo mais fraco e exposto da cadeia social. Nenhuma nação conseguiu progredir sem investir na infância. A viagem pelo conhecimento da infância é a viagem pela profundidade de uma nação. A situação da infância é um fiel espelho de nosso estágio de desenvolvimento econômico, político e social (DIMENSTEIN, 1994, p. 8-9 apud VALLE, 2003, p.22).

O desenvolvimento psicossocial é indispensável para a formulação de estratégias eficazes que permitam transcender a realidade educacional brasileira, da qual o psicólogo não pode se alienar. Este estudo teórico preocupa-se com a reflexão indispensável à mudança de paradigmas que, no momento, não garantem campo de trabalho ao psicólogo escolar, apesar da evidente demanda (VALLE, 2003).

Durante a infância, as crianças se deparam com um universo novo, que deve ser explorado e descoberto. Neste período da vida, elas vivenciam transformações e experiências até então desconhecidas. Alterações hormonais, mentais e corporais apresentam-se como uma novidade, além das situações externas, que exigem cada vez mais dos pequenos e também dos adolescentes. Tirar notas boas na escola, praticar esportes, falar um segundo idioma e dominar a informática; a lista de afazeres e obrigações é grande, resultando em uma pressão desmedida e, às vezes, insuportável para as crianças.

Conseguir corresponder às expectativas dos pais, professores, colegas e familiares torna-se então um pesadelo para a garotada, que não consegue expressar os sentimentos e frustrações por palavras. A psicoterapia infantil é o cuidado e a atenção com a saúde mental da criança. É um espaço potencial para acolhimento das angústias, medos, inseguranças e um momento de intervenções com os pais. O objetivo é auxiliar na expressão das emoções de cada criança, pois através da brincadeira ela pode expandir seus sentimentos acumulados de tensão, frustração, insegurança, agressividade, medo, espanto, confusão e ressignificar os eventos traumatizantes. Desta forma, o terapeuta exerce a função de facilitador, sendo capaz de identificar os conflitos e auxiliar na busca de melhores alternativas para lidar com eles, ao mesmo tempo em que, orienta os pais a como intervir diante dessas vivências.

Encontros periódicos com os pais serão importantes ao longo da psicoterapia. A participação dos pais neste processo é imprescindível para sua evolução. Muitas vezes, faz-se necessário solicitar aos pais informações, como também oferecer-lhes auxílio para o desenvolvimento satisfatório do processo psicoterapêutico. A parceria com a escola também é importante, já que é no ambiente escolar que a criança passa boa parte do tempo.

Através do brincar a criança encontrará, com o auxílio do terapeuta, recursos de enfrentamento e expressão dos sentimentos, permitindo a resolução de conflitos internos e

aliviando os sintomas. O acompanhamento psicológico na infância promove uma vida emocional equilibrada, já que a criança é ensinada de forma lúdica a importância de compreender as emoções para enfrentar os conflitos de forma saudável. Os benefícios também são voltados aos pais, já que também é trabalhada a necessidade de eles se afastarem da ideia de terem que ser perfeitos em suas funções.

É importante lembrar que a busca de Psicoterapia Infantil não significa que os pais não estão sendo bons suficientes, mas é preciso ressaltar que filhos não vêm com manual de instrução e que as falhas vão existir, mesmo quando os pais estão fazendo de tudo para não falhar. Muitos se sentem culpados por não conseguir dar o suporte necessário e solucionar as dificuldades que a criança está enfrentando. Quanto mais os pais perceberem o psicólogo como companheiro, mais ganhos serão alcançados para o bem estar da criança e maiores serão os aspectos positivos, sobretudo a superação dos sentimentos e sensações que incomodam a criança (PIMENTA, 2017; ARAÚJO, 2019). O tratamento resolve os conflitos internos e externos que provocavam uma perturbação emocional ou física, promovendo assim o alívio dos sintomas, além de ajudar no desenvolvimento dos pequenos e também dos jovens.

A psicoterapia infantil ajuda a criança a se redescobrir, orientando-a a trilhar um caminho próprio e independente, sem importar-se com julgamentos ou rótulos. Os atendimentos realizados durante a infância ou adolescência são a alternativa ideal para garantir uma vida equilibrada, eliminando ou, pelo menos, amenizando as pressões do cotidiano, o que resulta em adultos mais seguros e satisfeitos. Com o tratamento, a criança ainda percebe a importância de viver o momento presente.

Difícilmente as crianças têm preconceitos acerca dos atendimentos. Elas não se sentem malucas ou diferentes por fazerem terapia, a não ser que os pais sustentem essa ideia, a maioria até gosta de ter esse momento só para si. Sentem-se especiais. Psicólogos devem respeitar o tempo de cada pessoa, por isso, elas não se sentirão invadidas se estiverem com um bom profissional, muito menos se sentirão doentes.

PESQUISA COM A PSICÓLOGA DA SAÚDE MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES

No dia 17 de abril de 2019, a pesquisadora reuniu-se com a psicóloga Andrieli Sofia Bonissoni, responsável pelo atendimento dos alunos no município de Quatro Pontes-PR, para uma conversa. A profissional apresentou sobre o seu trabalho e também sobre o funcionamento

deste. A psicóloga entrevistada explicou que são muitos os encaminhamentos feitos pela escola e que a demanda é maior do que sua capacidade de atendimento.

Por haver apenas uma escola municipal que oferta o Ensino Fundamental I no município, além de um Colégio Estadual que atende o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio, a fila de espera é grande. Os atendimentos psicológicos são realizados de segunda a sexta-feira, nos períodos matutino e vespertino, tendo todos os horários preenchidos, além de uma longa lista de espera.

Ela atende 24 crianças com idades entre sete e doze anos. Já na fila de espera são quatro alunos encaminhados pela escola e nove encaminhados pelo médico do município.

A família é o primeiro vínculo da criança e é responsável por grande parte da sua educação e principalmente de sua aprendizagem. É por meio dessa aprendizagem que a criança é inserida no mundo cultural e assim começa a construir seus próprios, seus saberes. Contudo, observa-se que muitas famílias estão desorientadas no processo de educação de seus filhos, sem saber lidar com situações novas. Outros problemas são pais trabalhando fora o dia todo, pais desempregados, brigas, drogas, pais separados e mães solteiras. Essas famílias acabam transferindo suas responsabilidades para a escola e, em decorrência disso, presenciamos gerações cada vez mais dependentes. Com isso, a escola desvia suas funções para cumprir primeiramente as necessidades emocionais das crianças, que fazem toda a diferença na hora da aprendizagem em sala de aula. O educador, muitas vezes, deixa de ser um educador e faz as vezes de pai, mãe, conselheiro e psicólogo.

A psicologia infantil oferece uma possibilidade de apoio para as famílias que enfrentam algum desses problemas, bem como realiza um acompanhamento do processo de desenvolvimento e de ensino-aprendizagem das crianças.

Nos atendimentos oferecidos por profissionais da psicologia infantil, as primeiras sessões são realizadas com os pais, ou os responsáveis pela criança que exercem essa função. A psicóloga realiza entrevistas iniciais para reunir informações sobre a história da criança e para conhecer a dinâmica da família em que a criança está inserida. Depois, a psicóloga tem maiores condições de entender a queixa e avaliar os objetivos do trabalho.

As sessões seguintes são realizadas apenas com a criança. Sabemos que, na infância, elas não expressam seus sentimentos e emoções como fazem os adultos, verbalizam menos e tem outras formas de comunicações, por isso, o atendimento a esse público é feito de forma lúdica, ou seja, “brincando” (desenhos, jogos, massinhas, etc.).

As queixas básicas comumente encontradas junto à instituição-escola referem-se à desatenção/desinteresse, agitação, ansiedade, distúrbio de atenção, Transtorno do Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade, bipolaridade, baixo rendimento e fraco nível de aprendizagem. Tais problemas têm aparecido na forma mais ou menos intensa em todos os graus, o que caracteriza uma crise aguda e profunda pela qual a instituição vem passando.

O Transtorno do Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade, conhecido como TDAH é muito mais comum do que se imagina, mais muito pouco conhecido pelos pais e professores.

O TDAH é um transtorno neurobiológico, de causas ainda desconhecidas, mas com forte participação genética na sua etiologia, que aparece na infância frequentemente e acompanha o indivíduo por toda a vida. Ele não é um transtorno de aprendizagem, mas os sintomas desse transtorno são a desatenção, a hiperatividade e a impulsividade, que têm um grande impacto no desenvolvimento pessoal durante a fase educacional. O TDAH tem como característica principal a incapacidade da criança de inibir reações imediatas de impulso e de controlar as emoções.

Conforme Rohde (2000), durante a avaliação clínica, alguns comportamentos que possibilitam o reconhecimento da impulsividade em crianças são: “frequentemente dar respostas precipitadas antes das perguntas terem sido concluídas; com frequência ter dificuldade em esperar a sua vez; e frequentemente interromper ou se meter em assuntos de outros” (ROHDE, 2000, p. 7).

A hiperatividade se distingue por movimentos constantes e repetitivos. Crianças diagnosticadas com TDAG têm dificuldade de esperar a vez. Na sala de aula, a grande maioria atenta-se a conversas alheias e distintas à fala do professor e que não fazem parte da aula como, por exemplo, as conversas paralelas, que atrapalham a aula e o raciocínio desses educandos. A atenção é um requisito fundamental para o processo de aprendizagem e uma criança com essa problemática se dispersa facilmente e não consegue completar as tarefas. Uma das consequências é o baixo rendimento escolar.

O insucesso escolar impacta negativamente a vida das crianças e afetar as experiências futuras do indivíduo. Conforme Medeiros et. al. (2000), uma fase importante do desenvolvimento psicossocial coincide com o momento de ingresso das crianças nas escolas.

A época de ingresso na escolaridade formal coincide com a fase de desenvolvimento psicossocial, proposta por Erikson (1950/1971), que enfatiza o período entre os seis e doze anos como sendo a fase em que ocorre a crise evolutiva decorrente do desafio da produtividade *versus* inferioridade, onde a criança quer e precisa ser reconhecida pela

sua capacidade de realizar tarefas valorizadas no seu meio ambiente (MEDEIROS et. al., 2000, p. 327-328).

No processo de ensino-aprendizagem, há diversos fatores que impactam o desempenho escolar e a motivação dos alunos de participarem das atividades. Medeiros et. al. (2000) destacam a auto-eficácia, que é definida pelos autores como “a crença do indivíduo sobre sua capacidade de desempenho em atividades específicas. Envolve o julgamento sobre suas capacidades para mobilizar recursos cognitivos e ações de controle sobre eventos e demandas do meio” (MEDEIROS et. al., 2000, p. 328). Indivíduos que possuem uma percepção de sua auto-eficácia como baixa apresentam dificuldades no pensamento analítico e de relacionamentos sociais.

Apesar de o TDAH ser comumente diagnosticado em idade escolar, os sintomas acompanham o indivíduo em situações sociais e de trabalho durante toda a vida. Apesar das restrições, há uma melhora dos sintomas na fase adulta (ALMEIDA; ALMEIDA; ESCOBAR, 2018).

A auto-eficácia afeta o indivíduo através de quatro processos, conforme destacam Bandura (1993), Pajares (1996) e Schunk (1995), autores mobilizados por Medeiros et. al. (2000.) Os quatro processos são: cognição, motivação, afeto e seleção de atividades e ambientes.

Pessoas com alto senso de auto-eficácia são capazes de visualizarem a si mesmos executando atividades com habilidades e apresentam boas construções cognitivas para resolverem problemas potenciais, possibilitando diretrizes positivas de desempenho [...]. Quanto mais alto o senso de auto-eficácia, maior será o esforço despendido, a persistência, o envolvimento com metas e objetivos mais elevados. Pessoas duvidosas de suas capacidades enfraquecem seus esforços ou abandonam prematuramente suas tentativas. O processo afetivo é também fortemente afetado pela crença na auto-eficácia, porque pode influenciar na quantidade de estresse e ansiedade que uma pessoa vai experimentar diante de determinadas atividades (MEDEIROS et. al., 2000, p. 328-329).

Conforme relatam Almeida, Almeida e Escobar (2018), é consenso entre os pesquisadores que esse transtorno é causado por uma pequena disfunção cerebral que torna a pessoa incapaz de pensar claramente, de ter um humor estável, de manter as fantasias e impulsos sobre controle, de estar satisfatoriamente motivada na vida e de regular essa energia na proporção correta, dentro da situação que se encontra.

A psicoterapia infantil costuma ser prazerosa para as crianças. Zago (2018) explica que o tratamento com crianças é realizado através de sessões de cinquenta minutos cada. Psicólogos brincam, pintam, conversam, jogam. Ou seja, fazem tudo o que as crianças gostam para que o tratamento flua naturalmente.

Muitas vezes esse trabalho é considerado estranho, mas anos e anos de estudo ocorreram para se chegar a essa prática que tem eficácia comprovada. A terapia não é o fim, mas um dos meios de se alcançar a semente do desenvolvimento e do autoconhecimento. Padrões comportamentais demoram a mudar, e é necessário ter paciência para que as mudanças não sejam apenas passageiras, mas solidifiquem-se na sociedade.

CONCLUSÃO

A psicopedagogia nasceu de uma necessidade: contribuir em busca de soluções para a difícil questão do problema de aprendizagem. Por isso, ela caminha no sentido de favorecer a compreensão do processo de ensino-aprendizagem. Portanto, precisamos do psicopedagogo para dar o suporte necessário, não somente à equipe escolar, mas também à família, peça fundamental no tratamento de crianças com dificuldades.

Por meio das informações elencadas neste artigo, procuramos evidenciar as contribuições da psicologia infantil também no ambiente escolar. A participação do psicólogo possibilita um acompanhamento adequado do processo de ensino-aprendizagem das crianças, bem como fornece um diagnóstico adequado para possíveis transtornos, dificuldades ou distúrbios que possam se manifestar.

Outro ponto evidenciado com a pesquisa foi a importância de se realizar o diagnóstico adequado. A falta de acompanhamento das crianças com dificuldade de aprendizagem ou das que possuem algum transtorno de comportamento pode impactar diretamente na construção de relações sociais desses indivíduos, devido a uma baixa crença de auto-eficácia.

Apesar de as contribuições da atuação do psicólogo infantil junto à família e à escola serem reconhecidas pelos pesquisadores da área, a oferta desses atendimentos à população ainda caminha a passos lentos.

A entrevista com a psicóloga do município pesquisado evidenciou a realidade de muitas escolas: a demanda por atendimento desses profissionais é maior do que o número de psicólogos disponibilizados à população na rede pública de atendimento.

Ressaltamos a importância de que as crianças que necessitam de acompanhamento especial tenham o benefício do convívio social com os colegas da mesma idade e aprendam a lidar com regras, com estrutura e com os limites de uma boa educação. Elas podem enfrentar o desafio de cumprir com as obrigações exigidas assim como as outras crianças, mas, para isso, precisam de uma série de adaptações, ajustando o ensino ao seu ritmo de aprendizagem e seu tempo de concentração, bem como ressaltando suas características positivas.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, J. M. de; ALMEIDA, G. M. D. de; ESCOBAR, A. O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade: intrínsecas contribuições da neurociência diante os métodos educacionais adotados pela pedagogia da alternância. **Anais do XXII INIC**, 2018.

ANDALÓ, C. S. de A. O papel do psicólogo escolar. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 43-46, 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931984000100009>. Acesso em: 21 maio 2019.

ANDRADE FILHO, N. F. de; SILVA, R. L.; FIGUEIREDO, Z. C. C. O brincar/jogar como fenômeno transicional na construção da autonomia e da identidade da criança de zero a seis anos. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 27, n.2, p. 75-90, 2006.

ARAÚJO, A. Psicologia infantil: Como funciona e quando é recomendado o acompanhamento? In: *Primeiros Passinhos*, 2019. Disponível em: <<http://primeirospassinhos.com.br/psicologia-perinatal/psicologia-infantil-como-funciona-e-quando-e-recomendado-o-acompanhamento/>>. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 19 maio 2019.

_____. MEC/SEF. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília, v.2, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2019.

MEDEIROS, P. C.; LOUREIRO, S. R.; LINHARES, M. B. M.; MARTURANO, E. M.. A auto-eficácia e os aspectos comportamentais de crianças com dificuldade de aprendizagem. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 13, n. 3, p. 327-336, 2000.

PREBIANCHI, H. B.; CURY, V. E. Atendimento infantil numa clínica-escola de psicologia: percepção dos profissionais envolvidos. *Paidéia* (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 15, n. 31, p. 249-258, ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2005000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 maio 2019.

PIMENTA, Tatiana. Psicoterapia infantil: como funciona e como é recomendado? In: *Virttude Blog*, 2017. Disponível em: <<https://www.virttude.com/blog/psicoterapia-infantil/>>. Acesso em: 20 maio 2019.

ROHDE, L. A.; BARBOSA, G.; TRAMONTINA, S.; POLANCZYK, G. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 22, supl. 2, p. 07-11, dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600003>. Acesso em: 04 jun. 2019.

VALLE, L. E. L. R. Psicologia escolar: um duplo desafio. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 23, n. 1, p. 22-29, mar. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 maio 2019.

ZAGO, K. J. Psicoterapia infantil: como funciona e quem deve fazer? In: *Psicologia Viva*, 2018. Disponível em: <<https://www.psicologiaviva.com.br/blog/psicoterapia-infantil/>>. Acesso em: 22 maio 2019.

ZENDRON, A. B. F. et al. Psicologia e educação infantil: possibilidades de intervenção do psicólogo escolar. *Barbaroi*, Santa Cruz do Sul, n. 39, p. 108-128, dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 maio 2019.

CAPÍTULO 24

A EXAUSTÃO EMOCIONAL DE MÃES DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

**Tainá Dauzaker Cespedes
Carlos Arturo Valiente Filho**

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista é caracterizado por ser uma condição onde existem desordens do desenvolvimento neurológico que têm impacto nas manifestações comportamentais e em muitas áreas da vida comunicativa, afetiva e social do indivíduo, submetendo os cuidadores familiares, em especial as mães, a um contexto situacional envolto de fatores estressantes e complexos, que resultam na sobrecarga emocional e física destas. Nesse sentido, o presente estudo objetivou identificar as condições emocionais que as mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) estão submetidas durante a vida cotidiana da maternidade para com um filho atípico, e como estas condições se expressam em determinados sentimentos e emoções que podem demonstrar uma exaustão emocional. Para tanto, realizou-se uma revisão narrativa de literatura, realizada por meio de buscas em bibliotecas virtuais e bases de dados (SciELO, Lilacs, Pepsici e BVS-Psi), com ênfase a materiais publicados entre os anos de 2008 e 2021, em línguas portuguesa e inglesa. Identificou-se que já no período gestacional, muitas expectativas são criadas e um panorama simbólico de como o filho será, resulta em novos sentimentos e fantasias, principalmente quando se fala da primeira experiência gestacional da mãe. Após o nascimento e a percepção do atraso no desenvolvimento, comumente há o confronto com as características e identificações que se espera desta criança, gerando nestas mães sentimentos de frustração e decepção. Adiante, percebe-se que a configuração monoparental tende a gerar sobrecarga sobre as mães, pois muitas se submetem a uma jornada dupla de trabalho, por possuírem a necessidade de prover o sustento financeiro e utilizar o tempo disponível para a atenção do cuidado singular que o filho com TEA demanda. Outro processo que impacta diretamente estas mães é o de aceitação do diagnóstico, dado que as particularidades do diagnóstico determinam um cuidado específico, e as dificuldades que a criança expressa são variadas. A partir dos achados, foi possível identificar que pais, e em especial as mães, de crianças com autismo estão submetidas à intensa sobrecarga de estresse decorrente dos cuidados e atenção que um filho autismo demanda, resultando em impactos diretos sobre sua saúde mental, que se evidencia por elevados níveis de ansiedade, depressão, e sentimento de culpa e de inutilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Exaustão emocional; Maternidade; Autismo; Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

A maternidade se caracteriza por ser um processo de grande valor e delicadeza, o processo de uma mãe com uma criança autista tem suas particularidades bem mais explicitadas, por inúmeros motivos, que vão desde o choque com o diagnóstico, do preconceito social, sobrecarga física à desordem nas relações intrapessoais da própria figura materna, entre muitas variantes que demonstram uma notável exaustão emocional e confusão dessas mães, que por

muitas vezes não possuem a atenção necessária como carecidas de bem-estar emocional, ou até mesmo sujeitas à transtornos e déficit na sua saúde mental.

Para assimilar as particularidades do processo materno para com uma criança atípica, é necessário conhecer a condição posta a estas crianças, o Transtorno do Espectro Autista (TEA), segundo a Associação Americana de Psiquiatria (2014), é uma condição diagnosticada com mais frequência (quatro vezes mais vezes) no sexo masculino em comparação com o sexo feminino, e é geralmente por volta dos 12 a 24 meses onde são reconhecidos os sintomas, com ressalvas para casos mais graves que podem ser notados antes dos 12 meses de vida.

O TEA é caracterizado por ser uma condição/síndrome onde existem desordens do desenvolvimento neurológico que têm impacto nas manifestações comportamentais e em muitas áreas da vida comunicativa, afetiva e social do indivíduo, manifestando-se em um repertório restrito de interesses e atividades, além de se apresentar em forma de padrões repetitivos e estereotípias. (LOPES *et al.*, 2019).

A partir das necessidades da criança com TEA, entende-se que a mãe se encontra em um contexto situacional envolto de fatores estressantes e complexos, que demonstram a sobrecarga emocional e física enfrentada por estas. Pretende-se, portanto, identificar as condições emocionais que as mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) estão submetidas durante a vida cotidiana da maternidade para com um filho atípico, e como estas condições se expressam em determinados sentimentos e emoções que podem demonstrar uma exaustão emocional, sustentando as especificidades do percurso de cada mãe desde o diagnóstico a adaptação de sua rotina e sua organização mental, procurando entender os processos que levam à hipóteses que justificam porque essas mães são expostas a uma vulnerabilidade ao adoecimento físico e emocional (SILVA; RIBEIRO, 2012).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, realizada por meio de buscas em bibliotecas virtuais e bases de dados (SciELO, Lilacs, Pepsici e BVS-Psi), por meio dos termos “autismo”, “transtorno do espectro autista”, “mães” e “cuidados”, combinados por operadores booleanos. Foram incluídos materiais publicados entre os anos de 2008 e 2021, em línguas portuguesa e inglesa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para situar o processo destas mães, é necessário entender o cenário da maternidade desde o período de gestação, onde nota-se a criação de muitas expectativas e um panorama simbólico de como o filho será, onde então surgem novos sentimentos e fantasias, principalmente quando se fala da primeira experiência gestacional da mãe, como exemplificado por Smeha e Cezar (2011). Com o nascimento do filho e o atraso no desenvolvimento, conforme vai sendo percebido, entra em confronto com as características e identificações que se espera desta criança, sendo assim, estas mães demonstram sentimentos de frustração e decepção, como evidenciado por Constantinidis, Silva e Ribeiro (2018).

O nascimento de um filho é responsável por modificar a vida de um casal, em especial a vida da mãe, já que esta é afetada por vários fatores individuais e/ou ambientais, sendo o apoio, em principal do pai da criança um auxílio considerável para lidar com esta experiência (RAPOPORT; PICCININI, 2006), por isso é preciso afirmar que a parentalidade da mãe apresenta, ainda, maior dificuldade quanto à uma configuração monoparental, assim como apresentada por Ferreira e Smeha (2018), onde se propõe uma jornada dupla de trabalho, logo, muitas se sentem sobrecarregadas por possuírem a necessidade de prover o sustento financeiro e utilizar o tempo disponível para a atenção do cuidado singular que o filho com TEA demanda.

Além dos fatores prévios ao nascimento da criança e a configuração da parentalidade exercida, leva-se em conta o processo de aceitar o diagnóstico do filho, salientado pelas entrevistas de Silva e Ribeiro (2012), demonstra-se que estas mães se contradiziam em momentos que afirmam e em outros negam que o filho é autista, também é exposto que procuram consultar muitos médicos na tentativa de ouvir que seu filho não possui autismo, pois acreditam que o diagnóstico é errôneo.

Ademais, como citado, as particularidades do diagnóstico determinam um cuidado específico, e as dificuldades que a criança expressa são variadas, entre elas, a notada de forma significativa pelas mães é a da dificuldade de comunicação, onde muitas dessas crianças não fazem o uso da fala e quando o fazem apresentam-na com anormalidades. Rodrigues, Fonseca e Silva (2008) explanam que essa dificuldade demonstra prejuízos na sociabilidade, e para além, há um déficit social onde um prejuízo no reconhecimento e uso das emoções se faz presente, características essas que as mães notam de forma significativa, assim como essas características se apresentam como um desafio para as mães, como predito por Ferreira e Smeha (2018), o preconceito se mostra como uma questão que preocupa estas mães, pois se sentem expostas, já

que os comportamentos imprevisíveis dos filhos podem acarretar julgamentos sobre como estas exercem sua maternidade.

Esta culpabilização da mãe da criança autista advém desde as teorias pioneiras sobre o Autismo na década de 40 que derivaram de estudos como os de Leo Kanner e Bruno Bettelheim, pesquisadores que trouxeram as primeiras noções de culpa atribuídas a família, e mais especificamente, a mãe de crianças com a condição citada. (LOPES, 2017). Este cenário carrega a mesma proposição das primeiras décadas do século XX trazendo a ideia de que há polaridades maternas determinadas como “mãe boa” e “mãe ruim”, visão esta que classifica a mãe de uma criança autista como a segunda opção, justificando-se então, sob a existência da “mãe-geladeira” advinda de uma alegação de categorias como: falta de afetividade, distanciamento e até mesmo, insuficiência amorosa, esta interpretação improcedente provém de um contexto social retrógrado e sexista, onde mulheres possuíam variadas questões arcaicas e aversivas colocadas sob si (LOPES, 2019).

Seguindo a tese de Lopes (2019), faz-se necessário declarar as ações conseguintes de movimentação da maternidade para com crianças autistas, já que em imposição de direitos e lutas para favor de seus filhos, muitas dessas mães e famílias tornaram possível o ativismo e novos movimentos sociais em prol da criação de pensamentos e oportunidades divergentes das anteriores, por esta postura de construções de novas possibilidades, estas mulheres se tornaram dispostas e detentoras de novas experiências: acadêmicas, sociais e legislativas, assim como demonstrando aproximação de campos científicos e seus conhecimentos sobre autismo, para que assim, estas pudessem defender sua causa, assumindo o perfil de “mãe de autista”, faz-se necessário ressaltar que esta é uma denominação sujeita a distorções perante ao contexto atual, assim como o termo “mãe guerreira”, já que se apresenta como uma personalização construída a partir de determinada conjuntura.

Na pesquisa de Aguiar e Pondé (2019), estes fizeram um apanhado de importantes fatores onde a vida da mãe pode ser afetada pela maternidade para com uma criança com TEA. Em primeira instância é citado o impacto direto à saúde mental, quando estas mães apresentam ideias suicidas e homicidas, em conjunto a uma tristeza que beira a depressão, relatam que se sentem sobrecarregadas, com tempo escasso para autocuidado e cuidado com sua saúde, em questão ao tempo passam em sua maioria cuidando do filho autista, não tendo tempo para outras atividades, tanto em sua rotina habitual, em quesitos de trabalho, quanto em planos acadêmicos, já que não há com quem deixar o cuidado do filho, sendo comprometido muitos elementos da vida ocupacional da mãe, às vezes mudando completamente a vida desta. Cita, ainda, a esfera

relacional das mães que possuem relacionamentos afetivos, onde evidencia que possuir um filho autista pode contribuir com crises conjugais e até mesmo separação, apesar de os cônjuges possuírem algum tempo sozinhos é considerável que o espaço do casal é reduzido. Importante destacar que alguns casais desistem de ter outros filhos, por medo de terem outra criança com a condição do TEA. Por fim, as mães apresentam uma vida social muito afetada, por consequência de elas raramente saírem sem seus filhos, já que estes não têm com quem ficar, algumas mães relatam também, a angústia e constrangimento da discriminação da sociedade para com seus filhos.

Rapoport e Piccinini (2016) discorrem sobre a importância do apoio social, como a contribuição do pai e dos avós, trazendo benefícios a curto e longo prazo em relação a maternidade, sendo auxiliadora em condições estressantes. Como considerado por Faro *et al.* (2019), os desafios dessas mães geram uma série de mudanças em suas vidas, notando assim, que há uma relação significativa entre o estresse e a sobrecarga, há também o fato de que mães que possuem uma família que apresenta mais suporte tendem a ter o efeito da sobrecarga mais neutralizado.

Um ponto importante e inevitável dessa discussão é o agravamento dos impactos resultantes durante o período pandêmico a que estamos atravessando. Em estudo realizado por Chen, Chen, Li e Ren (2020), objetivou-se avaliar a saúde mental de pais de crianças com necessidades especiais, dentre elas autistas, durante o período de pandemia. Os autores identificaram que os impactos na saúde mental estão associados com o tipo de deficiência apresentado pela criança, sendo o sofrimento dos pais percebido e associado com filhos autistas. Estudo semelhante foi realizado por Althiabi (2021) na Arábia Saudita, evidenciou-se que a pandemia trouxe implicações diretas à saúde mental de pais, e em especial das mães, de crianças com autismo, dentre as quais: elevados níveis de ansiedade, depressão, perda de confiança e sentimento de inutilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos achados, faz-se possível identificar que pais, e em especial as mães, de crianças com autismo estão submetidas à intensa sobrecarga de estresse decorrente dos cuidados e atenção que um filho autismo demanda, resultando em impactos diretos sobre sua saúde mental, que se evidencia por elevados níveis de ansiedade, depressão, e sentimento de culpa e de inutilidade.

Levanta-se o questionamento de alguns estereótipos como os de “mãe guerreira”, já

que, apesar de suas inquestionáveis lutas, essas mulheres também precisam de apoio e afeto e o fato de serem persistentes e esforçadas não deve ser um motivo para que estas sejam culpabilizadas quando em situações difíceis, adoecimentos e cansaço, já que, se demonstram como indivíduos com múltiplas tarefas e desafios, tanto enquanto mãe, mãe de autista, quanto mulher.

Alerta-se para o agravamento destes impactos durante o período de pandemia, bem como a necessidade urgente do desenvolvimento de estudos em território nacional, bem como do desenvolvimento de estratégias e políticas públicas que tornem possível uma rede assistencial para auxiliar essas mães no enfrentamento dos desafios impostos por essa relação.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, M. C. M.; PONDÉ, M. P. Parenting a child with autismo. **J. bras. psiquiatr.** v. 68, n.1, pp.42-47, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000223>. Acesso em: 30 mai. 2021.

ALTHIABI, Y. Attitude, anxiety and perceived mental health care needs among parents of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Saudi Arabia during COVID-19 pandemic. **Research in Developmental Disabilities**, v. 11, abr. 2021, 103873. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ridd.2021.103873>. Acesso em: 26 mai. 2021.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA - APA. **DSM-V**: Manual Diagnóstico e estatístico de transtorno mentais. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CHEN, S.-Q.; CHEN, S.-D.; LI, X.-K.; REN, J. Mental Health of Parents of Special Needs Children in China during the COVID-19 Pandemic. **International Journal Environmental Research and Public Health**, 2020, v. 17, n. 24, 9519. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph17249519>. Acesso em: 26 mai. 2021.

CONSTANTINIDIS, T. C.; SILVA, L. C.; RIBEIRO, M. C. C. “Todo Mundo Quer Ter um Filho Perfeito”: Vivências de Mães de Crianças com Autismo. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 23, n. 1, pp. 47-58, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230105>. Acesso em: 27 mai. 2021.

FARO, K. C. A.; SANTOS, R. B.; BOSA, C. A.; WAGNER, A.; SILVA, S. S. C. Autismo e mães com e sem estresse: análise da sobrecarga materna e do suporte familiar. **Psico**, Porto Alegre, v. 50, n. 2, p. e30080, 1 ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2019.2.30080>. Acesso em: 30 mai. 2021.

FERREIRA, M.; SMEHA, L. N. A experiência de ser mãe de um filho com autismo no contexto da monoparentalidade. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, pp. 462-481, ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p462-481>. Acesso em: 28 mai. 2021.

LOPES, B. A. Autismo E Culpabilização Das Mães: Uma Leitura De Leo Kanner E Bruno

Bettelheim. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. **Anais Eletrônicos** [...] Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. p.1-10. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503543977_ARQUIVO_AUTISMO-E-CULPABILIZACAO-DAS-MAES-UMA-LEITURA-DE-LEO-KANNER-E-BRUNO-BETTELHEIM.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.

LOPES, B. A. **Não Existe Mãe-Geladeira Uma análise feminista da construção do ativismo de mães de autistas no Brasil (1940-2019)**. Tese (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 289 f. 2019. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2922>. Acesso em: 16 fev. 2022.

LOPES, H. B.; MENESES, I. C.; KLINGER, E. F.; SUZUKI, J. Transtorno do Espectro Autista: ressonâncias emocionais e resignificação da relação mãe-filho. **Revista Cereus**, Brasil, v. 11, n. 2, pp.48-61, 2019. Disponível em: <http://ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/2028>. Acesso em: 25 mai. 2021.

RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. Apoio social e experiência da maternidade. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v.16, n.1, pp. 85-96, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 mai. 2021.

RODRIGUES, L. R.; FONSECA, M. O.; SILVA, F. F. Convivendo com a criança autista: sentimentos da família. **REME- Revista Mineira de Enfermagem**, v.12, n.3, pp. 321-327, jul./set., 2008. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/272#>. Acesso em: 28 mai. 2021.

SILVA, E. B. A.; RIBEIRO, M. F. M. Aprendendo A Ser Mãe De Uma Criança Autista. **Revista Estudos Vida e Saúde – EVS**, Goiânia, v. 39, n. 4, p. 579-589, out./dez. 2012. Disponível em: <http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/view/2670/1632>. Acesso em: 27 mai. 2021.

SMEHA, L. N.; CEZAR, P. K. A Vivência Da Maternidade De Mães De Crianças Com Autismo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 43-50, jan./mar. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/QypM8WrpBcGX9LnwfvqgWpK/?lang=pt>. Acesso em: 27 mai. 2021.

CAPÍTULO 25

ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO DE UMA CRIANÇA COM TEA: RELATO DE UMA PRÁTICA

Luana Dias Barreiros
Mariana de Carvalho Pedro
Eliene Nery Santana Enes

RESUMO

Este trabalho apresenta um relato da prática de uma estudante do curso de Psicologia, no papel de Acompanhante Terapêutico (AT) de uma criança com Transtorno do Espectro Autista, na Educação Infantil. Tem como objetivo relatar e apresentar reflexões sobre o trabalho de AT, a partir de uma experiência vivida no contexto escolar. Reflete sobre o papel do AT na mediação do processo de inclusão/escolarização da criança com TEA e os saberes construídos. O relato desta experiência pode contribuir para outras discussões ampliadas.

PALAVRAS-CHAVE: Relato de experiência. Acompanhante Terapêutico. Transtorno do Espectro do Autismo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta o relato de uma prática de uma estudante do curso de Psicologia, no papel de Acompanhante Terapêutico de uma criança com diagnóstico do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), na Educação Infantil. A proposta de trabalho como “Acompanhante Terapêutico” (AT) surgiu como uma oportunidade de vivenciar práticas na Educação, após ter cursado a disciplina Educação Inclusiva e foi acolhida por mim com grande interesse e expectativa de aprendizado. Coelho (2007) esclarece que o papel do AT na escola implica transitar entre o discurso pedagógico e o discurso terapêutico. O AT, ao lado da criança acompanhada, tem como objetivo de trabalho a realização de tarefas do cotidiano escolar. Deve perceber, também, as necessidades de amparo terapêutico, que caminham lado a lado com a atitude pedagógica. Essa oportunidade na função de AT para a qual fui selecionada, dirigia-se a estudantes de graduação do curso de Psicologia, com algum conhecimento na área da Educação Inclusiva.

Assim, discorro sobre essa prática, que foi orientada por um profissional da Terapia Ocupacional e desenvolvida com uma criança de três anos, aqui nomeada Júlio (nome fictício), em uma escola de Educação Infantil. Essa prática foi abraçada por mim, entrelaçada de inseguranças iniciais e tomada como um desafio que perpassa saberes da prática pedagógica, da Terapia Ocupacional, da Psicologia e de outros saberes. Pode-se

dizer que fui capturada pelo desejo de saber, convocada a aprender, a apropriar-me de um conhecimento a ser construído nas relações com as pessoas e os saberes. Charlot (2000, p.72) enfatiza que: “Toda relação com o saber é também uma relação com o outro”; em uma relação consigo próprio sempre está em jogo uma construção reflexiva com as figuras que se apresentam nas relações diversas. Nesse contexto, segue-se numa aventura do aprender e da construção de conhecimentos em uma prática de trabalho como AT na escola.

Entende-se que a escola favorece novas possibilidades de laços sociais, relações com os espaços, com as linguagens expressivas, o brincar, encontros que possibilitam novos posicionamentos da criança em seu processo de desenvolvimento. Nesse sentido, a circulação social compreende em si um campo terapêutico, com a oferta de um lugar na escola, um lugar atribuído à criança no imaginário social, um lugar de sujeito (KUPFER, 1997). Aqui, reforça-se a importância dos processos de inclusão que ofertam às crianças com transtornos graves, condições de participar do universo escolar e de se beneficiar dos processos educativos e da convivência social. A autora chama atenção para a aposta que se faz no movimento inclusivo do poder subjetivante dos diferentes discursos do campo social que circulam na escola. Para a criança com TEA, esse lugar social é especialmente importante.

O objetivo deste artigo é relatar e apresentar reflexões sobre o trabalho de AT, a partir de uma experiência vivida no contexto escolar. O artigo está organizado com os seguintes tópicos: Introdução, Transtorno do Espectro do Autismo, Reflexões sobre uma prática de AT na escola e Conclusão. Buscou-se refletir sobre o papel do AT, o trabalho colaborativo multiprofissional e os saberes e aprendizados adquiridos/construídos nesse trabalho de cooperação e parceria entre escola, profissionais e família. Os saberes das práticas e vivências pedagógicas foram norteadores do trabalho inicial, além dos conhecimentos e leituras desenvolvidas no curso de Psicologia nas disciplinas cursadas e relacionadas ao desenvolvimento infantil como: Neuropsicologia, Psicologia Escolar, Educação Inclusiva, entre outros.

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma desordem do neurodesenvolvimento que se configura no comprometimento da interação e comunicação social, acompanhadas de comportamentos repetitivos e interesses restritos. Nota-se que a essência desse transtorno envolve as relações humanas/sociais e raramente apresenta-se no mundo das coisas/concreto (CAMARGOS, 2018).

Conforme Rossi et al. (2018), estima-se, em média, 1 (um) para 58 (cinquenta e oito) o número de pessoas autistas no mundo, conforme pesquisa realizada no ano de 2014, divulgada em abril de 2018. No Brasil, há poucos estudos sobre as estimativas dessa temática; um deles aponta maior prevalência nos Estados de Santa Catarina e São Paulo.

O transtorno do Espectro do Autismo, passadas décadas de novas informações e conhecimentos por meio de pesquisa científica, já permite o diagnóstico precoce e a devida intervenção com equipe multiprofissional. A diversidade de olhares dos profissionais se coloca como dispositivo importante para o tratamento. Paralelamente, caminharam os processos de inclusão e as políticas educacionais que favorecem o respeito à singularidade dessas crianças.

Importante ressaltar que, atualmente, políticas públicas garantem o acesso de todas as crianças à escola e, nesse contexto, o desafio é garantir a transformação das concepções teóricas e práticas dos processos de inclusão. Quando se fala em inclusão escolar, é importante pensar que não se trata apenas de “aceitar as diferenças”; este é apenas o ponto de partida e não deve ser considerado como meta final.

O diagnóstico do TEA é clínico e presencial. Algumas diretrizes, conhecidas na literatura para esse diagnóstico, são relacionadas abaixo:

✓ Critérios Diagnósticos para Transtorno do Espectro do Autismo no DSM -5:

Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, conforme manifestado pelo que segue atualmente ou por história prévia: 1. Déficits na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais. 2. Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual e linguagem corporal ou déficits na compreensão e uso de gestos, a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal. 3. Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, a ausência de interesse pelos pares (DSM-5, 2014).

✓ Escala diagnóstica: Childhood Autism Rating Scale – CARS. A escala diagnóstica compõe-se de 14 domínios com os seguintes itens: relações pessoais, imitação, resposta emocional, uso corporal, uso de objetos, resposta a mudanças, resposta visual, resposta auditiva, resposta ao

uso do paladar, olfato e tato, medo ou nervosismo, comunicação verbal, comunicação não verbal, nível de atividade, nível e consistência da resposta intelectual e impressões gerais. É indicada para os quadros com prejuízos mais evidenciados (CAMARGOS, 2017).

✓ Escala M-CHAT: Essa escala tem por finalidade avaliar a possibilidade/risco da criança ser afetada pelo TEA. Possui 23 itens para respostas sim ou não, relacionados à avaliação dos indivíduos que apresentam hipótese diagnóstica de TEA (CAMARGOS, 2017).

✓ Escala de Observação para o Diagnóstico do Autismo: Autism Diagnostic Observation Schedule – ADOS. Avaliação padronizada e semiestruturada para avaliação da hipótese diagnóstica de TEA. Avalia as áreas da comunicação, interação social, brincadeira simbólica, comportamentos repetitivos e interesses restritos (CRUZ, 2017 *apud* CAMARGOS, 2017).

✓ Perfil Psicoeducacional (PEP-3): instrumento para avaliação e acompanhamento - Consiste em um inventário de comportamento e habilidades do desenvolvimento adaptativo do indivíduo, composto de dez subtestes (seis avaliam o desenvolvimento e quatro avaliam comportamentos adaptativos). Também é considerado um recurso para elaboração do Plano Individual de Desenvolvimento (PINHEIRO; ALMEIDA, 2017 *apud* CAMARGOS, 2017).

Camargos (2017, p.15) é enfático ao elucidar o caráter da classificação de uma doença por seus sintomas: “Diagnóstico com critério não é um rótulo, é como um mapa que mostra a posição da criança num cenário de possibilidades e quais os caminhos para se alcançar o objetivo desejado”. A falta do diagnóstico leva a prejuízos para a criança e para os pais que terão insegurança quanto à direção do tratamento.

A partir da clarificação do diagnóstico de TEA, torna-se possível constituir um percurso para uma intervenção; nesse caso, utilizou-se a perspectiva do Modelo Denver de Intervenção Precoce (ESDM). O ESDM é um modelo que se caracteriza pela intensidade naturalista e está voltado para crianças entre 01 (um) e 05 (cinco) anos de idade, que visa reduzir a severidade dos sintomas de traços característicos do espectro autista e estimular áreas do desenvolvimento infantil, principalmente as correspondentes aos domínios cognitivo, socioemocional e da linguagem (ROGERS, S. J.; DAWSON, 2014).

Entende-se que o atendimento à criança com TEA requer o trabalho de uma equipe multidisciplinar. Na prática em questão, o trabalho foi orientado inicialmente pelos profissionais da Terapia Ocupacional e da Fonoaudiologia que acompanhavam Júlio, com a participação da família e da escola. O processo interativo de Júlio tinha a pessoa do AT como referência. As mediações e intervenções aconteciam em meio à rotina da turma, porém seguia-

se o plano de trabalho da classe, organização do tempo e das atividades, uso do material e espaços coletivos. Sempre que necessário, em momentos de maior agitação, havia flexibilidade para utilização de outros espaços e/ou atividades previamente pensadas.

O relato oral da vivência como Acompanhante Terapêutico foi convertido em um texto escrito como registro das situações vividas nessa experiência.

ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO: VIVÊNCIA E APRENDIZADOS

Este trabalho caracteriza-se como relato de experiência de uma das autoras, ainda como estudante do curso de Psicologia, que teve a oportunidade de vivenciar uma prática no papel de Acompanhante Terapêutico (AT) de uma criança com TEA, no contexto da Educação Infantil, em turma de três anos. Trata-se de um olhar qualitativo, que abordou a temática desenhada a partir de métodos descritivos e observacionais, com aporte teórico de pesquisadores como: Camargos (2018, 2017) Sereno (2006), Coelho (2007).

Na função de Acompanhante Terapêutico, foi possível atuar como aprendiz em uma escola - espaço que é palco para o desenvolvimento da infância, conviver com a realidade cotidiana dos processos educativos, transcender os muros da universidade - da teoria à prática, viver a realidade diária de uma escola de Educação Infantil no desenvolvimento de seus processos educativos. Foi possível, ainda, pensar em contribuições junto a outros profissionais da Educação, da Terapia ocupacional e da Fonoaudiologia que trabalharam em equipe, buscando resultados comuns no processo de desenvolvimento de Júlio. Colocar-me como aprendiz e também como ator nessa vivência com outros profissionais trouxe desafios e muitos aprendizados. O trabalho de Acompanhante Terapêutico, após uma breve capacitação, teve sequência e foi mediado por uma terapeuta ocupacional e uma fonoaudióloga que acompanhavam a criança e que trabalhavam numa abordagem colaborativa.

A seguir, o relato do acompanhamento desenvolvido. Para efeito didático, pensou-se em descrever as fases do trabalho como tempos de um percurso.

✚ Primeiro tempo: aproximações

As primeiras aproximações com Júlio aconteceram em sua residência. Foram dois encontros com a família e a criança para conhecimento mútuo. Foi possível ouvir dos pais a descoberta do diagnóstico, informações sobre os acompanhamentos de fonoaudiologia e terapia ocupacional aos quais a criança se submete, as expectativas em relação ao trabalho do Acompanhante Terapêutico no processo de escolarização/inclusão do filho. Recebi da mãe de

Júlio um livro ilustrado com a sua história de vida, feito por ela, com a participação do filho. Percebe-se que a família sempre investiu no seu desenvolvimento, buscou apoio especializado, fez pesquisas próprias e leituras que ajudaram a criar propostas de estimulação para o desenvolvimento de Júlio. O terceiro encontro foi uma visita à escola para observar o cotidiano, o comportamento da criança e dos seus pares, conhecer a proposta da escola em parceria com os profissionais e, por último, a participar nos atendimentos clínicos dos profissionais, com o intuito de observar o manejo com a criança.

Segundo tempo: singularidades de Júlio

A criança, a partir de um ano e dois meses, começou a regredir e perder as habilidades conquistadas: tinha um bom contato ocular, dava “tchau”, correspondia quando chamado pelo nome, batia palmas, sorria quando alguém lhe sorria. Passou a interagir menos com outras crianças que brincava. Aos dois anos, não tinha linguagem verbal. A família buscou orientação/avaliação com especialistas, recebeu o diagnóstico do Transtorno do Espectro do Autismo.

Conforme Camargos (2017), os atrasos de desenvolvimento na criança com TEA são característicos. Podem-se observar atrasos na interação social, na comunicação, no entendimento das regras sociais, no brincar que se apresenta mais restrito ou escasso, no controle de impulsos (birras inadequadas para a idade), na aprendizagem por imitação. O autor define o Autismo Infantil como “uma desordem neurobiológica caracterizada por um fenótipo comportamental de comprometimento da interação social e da comunicação social acompanhada de comportamentos repetitivos e interesses restritos” (CAMARGOS, 2018, p.17).

Terceiro tempo: a escola e os processos de aprendizagem

Este é o segundo ano do Júlio na Educação Infantil. Já conhecia os espaços da escola (pátio, parque, sala do descanso e outros) e explorava esses espaços em pequenas corridas. Utilizava essa atividade como estratégia de autorregulação; ficava mais tranquilo depois de gastar energia. Sua classe tinha em torno de 21 crianças, uma professora, uma ajudante de sala, além do trabalho do AT, especificamente para a mediação/intervenção nas atividades com Júlio.

Os primeiros meses da vivência na escola tiveram o objetivo de construir um vínculo com a criança, acreditando ser esse um ponto crucial para a realização de atividades de interação. Nesse momento inicial, ficar na sala significava buscar o bem-estar de Júlio nos

espaços, sala, parque, pátio. Sempre observava seus limites com relação ao tempo, à sequência das rotinas da sala e ao convívio com os colegas. Na sala, se havia muito barulho, Júlio tampava os ouvidos, às vezes chorava sem causa aparente, gritava, tinha impulsos de arremessar objetos. Havia um colega que, de modo espontâneo, sempre o levava para as atividades (rodinha, lanche, brincar). Às vezes, aceitava ser conduzido.

No início, na adaptação à rotina escolar, Júlio apresentava inquietação, irritabilidade, choro. Aos poucos, observei ganhos de adaptação à rotina e pequena socialização com os pares. Ainda não conseguia ficar o tempo integral nas rotinas em sala, saía muito, tinha necessidade de ação motora. Os tempos das atividades não faziam sentido para Júlio e, por consequência, interagia pouco, permanecia fisicamente distante do que ocorria; pouco participava da dinâmica dos grupos.

A seguir, relato uma cena que foi marcante e me fez refletir sobre a importância do meu papel de AT. Em uma situação de extrema irritabilidade causada por dificuldades de processamento sensorial, Júlio chorava deitado no chão. Foram muitas tentativas sem sucesso para que se acalmasse, saísse da sala. Sentei-me no chão ao seu lado e disse: “Eu estou aqui para te ajudar, você sabe que eu estou com você e eu vou esperar você se acalmar”. Senti-me confortável com minha certeza; fiquei em silêncio do seu lado. Após alguns minutos, Júlio ficou menos agitado, embora ainda estivesse chorando. Levei-o para um banho, ainda chorava. Continuei a repetir de modo tranquilo: “Estou aqui com você”. Após o banho, parou de chorar e enrolado na toalha me olhou nos olhos, me deu um abraço muito apertado. Foi significativo. Não vivi nada que falasse mais que esse encontro de olhar e esse abraço. Percebi que havia estabelecido um laço de confiança e afeto.

Depois da construção de uma relação de confiança, foram estabelecidos objetivos a serem trabalhados, visando ao trabalho pedagógico e terapêutico como ampliar o tempo de permanência em sala de aula, participar com os pares nas atividades, melhorar o contato ocular, brincar em horário de parque, aprender por imitação nas atividades da vida diária: vestir/tirar roupa, abrir a lancheira, alimentar-se, pegar/guardar objetos. Os objetivos foram pensados pela terapeuta ocupacional em parceria com a escola e minha função era mediar as intervenções, intercaladas com as atividades de rotina da sala. Os resultados esperados se estendiam para várias dimensões no desenvolvimento da criança: dimensão social, afetiva, cognitiva, perceptiva etc. Esses objetivos e estratégias pensados eram avaliados periodicamente, em colaboração. Havia idas e vindas, avanços e retrocessos.

A seguir, apresento os itens trabalhados no primeiro ano de acompanhamento e um breve comentário sobre o desenvolvimento de Júlio.

✚ Aumentar o tempo de permanência em sala de aula

Nos primeiros meses, a criança apresentava necessidade de sair da sala. Seu interesse por objetos e jogos era restrito. Ficava agitado. Chorava e saía da sala. Caminhar ou correr em outros espaços o acalmava, ajudava na autorregulação motora. Outras crianças também choravam o que trazia mais desconforto ao Júlio. Sair da sala era terapêutico e tornou-se uma estratégia muito utilizada. Depois da adaptação, ainda no primeiro semestre, iniciou-se uma rotina organizada previamente quanto às saídas da sala, ao se observar sinais de cansaço, desconforto, irritabilidade; era momento de fazer um breve passeio. Aos poucos, as saídas individuais se tornaram breves, ocorrendo uma vez por dia.

✚ Ampliar a participação com os pares nas propostas de atividades

A rotina da sala tinha sempre: rodas de conversa, música, contação de histórias, pegar/guardar objetos, participação de jogos etc. Júlio sentava-se poucas vezes junto às rodas; andava na sala devido à sua necessidade de ação motora. A estratégia utilizada era sentar-se próximo ao Júlio e proporcionar a ele a sensação de movimento, de balanço, ou fazer massagem oferecendo-lhe a sensação de pressão, e ainda, “brincar” com o corpo fazendo a coreografia da música. Para as atividades na mesa de trabalho, pensou-se como estratégias: limitar o espaço, utilizar materiais de seu interesse (algodão, palitos de picolé, lã, cola colorida, giz de cera, tinta, etc.) e realizar atividades que demandassem menor tempo, de curta duração, com a intenção de que a criança concluísse a proposta com os pares. No sentido de trabalhar “início, meio e fim” de uma atividade, foi possível gradualmente aumentar seu tempo de concentração e vivência compartilhada com os pares.

No papel terapêutico de AT, sempre estava atenta ao bem-estar de Júlio. Indicava e fazia solicitações à professora como: abaixar o som ou virar a caixa para o outro lado minimizando a intensidade sonora, cuidar para que a mesa determinada para a criança se sentar estivesse disponível, esperar um tempo maior para o início da contação de histórias, adiantar a aula de “corpo e movimento” para atender à necessidade de autorregulação da criança, necessidade de um ar-condicionado, mudar a organização da sala e a disposição do lanche das crianças (se estivesse à vista ele queria pegar). Solicitei, ainda, materiais para fazer tapetes sensoriais etc. Em cooperação, a professora sempre atendeu às demandas buscando o conforto da criança.

✚ Melhorar o contato ocular.

A estratégia utilizada para minha comunicação com Júlio era me posicionar na altura do seu olhar. Se ele não estivesse olhando, tocava o seu rosto para dirigir seu olhar, pegava objetos do seu interesse. Assim, o olhar seguia a mão de modo instintivo. Utilizava também expressões faciais chamativas ou intensas. A comunicação verbal deve ser clara e concreta, com poucas palavras e deve avançar à medida que se percebe que a compreensão da criança evoluiu.

✚ Brincar em horário de parque

Nesta atividade de brincar, Júlio tinha seus interesses. Gostava apenas de correr, balançar as folhas e subir e descer no escorregador com apoio (segurando a mão). O parque era refúgio em situações de “crises” de choro e irritabilidade. Nesse brincar, a repetição das experiências de expressão de seus afetos, por meio dos movimentos corporais, favorecia a autopercepção e ajudava na autoconfiança. E assim, foi possível reduzir o apoio aos movimentos nos brinquedos de forma gradual. Sozinho começou a fazer novas explorações, desenvolvendo autonomia para utilizar os brinquedos do parque, obtendo prazer e júbilo nos movimentos que criava (saltos, balanços, escorregar). O brincar obedecia a uma sequência, passando pela manipulação do brinquedo (modelo para imitação), pelo brincar funcional (com ajuda física, pegando na mão da criança, criando movimentos) e por último, pela fase da brincadeira simbólica (ANDRADE; COSTA, 2017).

✚ Ampliar a linguagem e a interação com os pares.

Esta atividade se constituía em chamar a criança pelo nome, nomear objetos, relatar atividades do dia com ajuda dos colegas. As crianças falam muito sobre as suas vivências, fantasiam situações. Assim, a interação com os pares se deu por meio do falar do que Júlio gostava, do seu animal de estimação, para onde viajou, brinquedo preferido etc. Isso contribuiu para que os pares também contassem sobre si, encontrando aproximações, como ter um animal de estimação, viagem, jogo etc. Sexta-feira era o dia do brincar livre. Havia maior interação e momento de compartilhar os brinquedos. Nesse contexto, Júlio era convidado para brincar; ele participava mais tempo nessa atividade.

✚ Desenvolver autonomia nas atividades da vida diária

Todas as atividades da rotina da classe eram consideradas: guardar mochila, pegar/guardar brinquedos, pegar lancheira e objetos, vestir ou tirar peças de roupa e calçados. Essas atividades eram realizadas na rotina da classe e em outros horários específicos, ofertando

apoio e reforço positivo frente à realização. Havia necessidade do comando verbal, a ação motora para a criança imitar.

Vale ressaltar que os processos de aprendizagem foram múltiplos. Júlio, a escola, os profissionais se inquietavam, inventavam estratégias que nem sempre funcionavam, mas, nas relações entre os saberes e nas relações com as crianças, foi possível perceber as peculiaridades de Júlio e quebrar rotinas, sem criar desorganização no trabalho da classe. Reconheci que primeiro precisava aprender sobre meus limites teóricos e de manejo em situações críticas. Aprendi a ser flexível, a considerar erros e acertos como parte do processo e assim, gradativamente, foi possível construir a direção do meu trabalho e compreender, de fato, o meu papel como Acompanhante Terapêutico.

REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DO ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO (AT) NA ESCOLA

A vivência como AT me proporcionou muitos aprendizados. Primeiro, o impacto positivo na minha formação, observando e vivenciando, no espaço escolar, relações diversas, que ampliaram meu olhar sobre os processos educativos. Aprendi com as crianças, com os professores, com a família de Júlio, com os profissionais especializados. Tentei ao máximo construir conhecimentos a partir das práticas colaborativas e da rotina da escola.

Nos ideais dos movimentos da Reforma Psiquiátrica, o papel do Acompanhante Terapêutico (AT) foi sendo delineado na década de 70, na Argentina, com as equipes terapêuticas de abordagem múltipla que atendiam pacientes com quadros severos. “A figura do AT se delineia como uma das atualizações dessa necessidade” (RONILK, 1997, p.83).

O trabalho de AT visava ofertar ao paciente, oportunidade de estar e circular no social e sua atuação seria

[...] como um intercessor a favor da constituição de novos territórios de vida e de convivência a partir da estratégia de desvio, de criação/encontro de saídas inéditas, conexões com territórios até então inexplorados na vida social da pessoa e que possam servir para escapar do que está instituído e cristalizado na vida do paciente institucionalizado. Desviando e fazendo desviar almeja-se a abertura para o encontro com o novo, o inusitado (Silveira, 2009, p. 237).

O AT tinha como sua maior demanda o atendimento que se dirigia ao público adulto. Sendo assim, pouco se reservou na literatura sobre o Acompanhamento terapêutico na infância. Um estudo de Batista; Flor; Silveira (2017), em uma revisão bibliográfica a partir de produções brasileiras dos últimos 14 anos, encontrou diferentes práticas do AT com crianças, com destaque para aquelas realizadas no contexto escolar e em outros espaços como centros de

convivência, abrigos, atividades especializadas e a cidade como território. Considera-se que o relato desta prática no papel de AT possa contribuir como incentivo para o registro de outras experiências que ampliem a discussão e compartilhamento de saberes.

Com as atuais conquistas da clínica ampliada e as políticas de inclusão social, o AT pode acompanhar crianças nas escolas que se movimentam na direção da perspectiva inclusiva. Kupfer (1997) considera os movimentos de inclusão escolar como filhos legítimos da luta antimanicomial. Se para os adultos esta última representou a queda dos muros dos hospitais e o esforço de integração na comunidade, “para as crianças, a luta antimanicomial representou a bandeira da inclusão escolar e da escolarização da criança psicótica e com transtornos graves” (KUPFER, 1997, p. 56).

Com o avanço das políticas de inclusão, surgem demandas no contexto escolar, com a necessidade de profissionais de apoio ao processo. Dentre as possíveis estratégias para se efetivar a inclusão, o AT se coloca como possibilidade de auxílio na escolarização de crianças com transtornos graves, em trabalho colaborativo com outros profissionais e assim vai delineando seu papel no contexto escolar.

Sereno (2006), no texto “Acompanhamento terapêutico e educação inclusiva”, relata um projeto de inclusão em que o AT se coloca como um dos dispositivos da rede, frequentando a escola e participando de oficinas psicopedagógicas. Com a participação do AT, a rede também realizava propostas de formação com os profissionais da equipe de saúde mental e da equipe escolar.

Coelho (2007) considera que o acompanhamento terapêutico na escola:

(...) exige do acompanhante a capacidade de suportar uma divisão interna a respeito do discurso terapêutico e do discurso pedagógico. Ser acompanhante terapêutico na escola implica ter “jogo de cintura” para saber oscilar entre uma postura mais pedagógica e uma postura mais terapêutica. Por um lado, o *at* deve estar disponível para ter uma postura mais pedagógica com a criança acompanhada, já que um dos objetivos desse trabalho é auxiliar o indivíduo na realização de tarefas do cotidiano, do qual a escola faz parte. Por outro deve ter sensibilidade para perceber quando o indivíduo acompanhado necessita de um amparo terapêutico que coloca de lado a atitude pedagógica (COELHO, 2007, p.80).

Ressalta-se, que sendo uma prática peculiar frente a outros dispositivos clínicos, o AT deve buscar conhecimentos de intervenção de acordo com a especificidade de cada acompanhado. Dessa forma, o AT, durante a mediação, cria condições para que a criança participe das possibilidades do ambiente escolar e se beneficie do processo educativo que se rege nas relações sociais. Entre as possíveis atribuições do AT estão: apresentar-se à criança como figura ativa, oferecendo uma referência e/ou acolhimento; operar como tradutor da

ambiência, nomeando e criando sentido para situações vivenciadas, buscando favorecer o processo de subjetivação da criança, por meio de laços com os elementos da realidade escolar. Em suas práticas e estratégias, o AT apresenta situações cotidianas que até então se encontravam fora do alcance de envolvimento, como: participar de uma conversa sobre si mesma e os pares, partilhar objetos com os colegas, ficar na roda de conversa com a turma. Com essas práticas, o AT busca criar diálogos em múltiplos processos comunicacionais em que a criança tenha voz, se ocupe, conviva com os pares (SERENO, 2006). Considera-se o AT como figura importante no processo inclusivo de crianças com quadros graves e/ou com diagnóstico do TEA, atuando como mediador e facilitador para que a escola cumpra seu papel de ofertar um lugar à criança, um laço social (BATISTA; FLOR; SILVEIRA 2017).

Pode-se refletir que o papel do AT na escola junto à criança com TEA e outros transtornos graves é traduzir a ambiência, os sons, a polifonia, todos os movimentos que acontecem no espaço educativo; tornar-se o outro da linguagem. Ainda nomear e dar sentido às situações do entorno; em muitas situações se oferece como “espelho” no qual a criança possa se reconhecer e operar na constituição do eu e no advento do sujeito, da linguagem, do discurso social. Outro desafio para o AT é despregar-se do diagnóstico e aventurar-se na invenção e criação de laços e possibilidades, afastar-se da cena e encorajar a criança a vencer seus próprios desafios, aceitar pequenos atos de mudança e significações, permitir a flexibilidade dos modos de fazer e ser da criança (SERENO, 2006).

Em meu papel de AT, na mediação dos processos com Júlio, durante sua adaptação ao contexto escolar, foi necessário, primeiro, mediar minhas relações e os processos: relação com a escola, com os profissionais, com os processos afetivos, para lidar com o novo e não sabido e, em seguida, criar uma relação de confiança e bem-estar de Júlio frente à minha presença constante no período escolar. A relação foi bidirecional, construída de modo colaborativo, no passo a passo. Muitos avanços de Júlio foram decorrentes de intervenções feitas anteriormente em sessões com os profissionais que o atendiam, esforços da família e relações com os pares, o que me mostrava que não estava sozinha nesse desafio. O desenvolvimento da infância é isso: uma pessoa planta, outra rega e, talvez, outra possa vir a colher flores no futuro. Posso dizer que colhi muitas flores.

Também ficou claro que a aprendizagem é processual e não se constrói somente com a técnica, o conteúdo objetivo e a intervenção. Os processos de aprendizagem, o manejo de comportamentos e a aplicação de um conhecimento teórico refletem um todo ampliado. Deve-se levar em consideração as relações com o outro, os afetos, outras experiências vividas pela

criança em situações da sua singularidade, do significado das suas relações com os colegas de turma, familiares e outros. Kupfer (1997) se refere à escolarização de crianças com transtornos graves, afirmando que a inclusão pode beneficiar a aprendizagem fundamental que é a convivência experienciada no aprender a aprender, a ser e a fazer. Nesse sentido, a inclusão escolar é um modo possível de a criança estar e circular no social e compreende em si um campo terapêutico, pois, ao se ofertar um lugar na escola, atribui-se ao imaginário um lugar social da criança, um lugar de sujeito.

Entende-se que a inclusão escolar é complexa, construída por muitos agentes, tanto da sociedade como representantes do poder público, o que implica somar atuações das instituições, dos setores e agentes sociais, para que aconteçam as transformações estruturais em que o sentido de diferença seja incorporado no cotidiano da Educação (PRIETO, 2006).

Este trabalho é, também, um testemunho dos desafios enfrentados por Júlio para aceitar minha presença diária e sua ambientação na escola, a aproximação com os pares, até atingir um período de tempo maior no compartilhamento de uma atividade. Testemunhou-se os laços de confiança com a pessoa do AT, a ambientação no contexto escolar, o aceite de Júlio à presença e convivência com seus pares, o desenvolvimento em muitos aspectos: motor, maior autonomia no cuidado de si, organização dos seus materiais (com apoio), ampliação de seus interesses, possibilidades de jogos compartilhados, compreender/seguir comandos em situações individual e coletiva. O desenvolvimento de habilidades, de modo geral, teve evolução e foram consideráveis os benefícios alcançados a partir de uma atuação colaborativa.

Cabe ainda refletir sobre o trabalho de escrita. Escrever é um processo penoso, tarefa de transformar percepções, ideias, refazer hipóteses, escutar os próprios pensamentos, revisitar cenas, conceitos não compreendidos, perceber falhas; é processo de elaboração do vivido. À medida que o texto vai sendo construído, toma corpo. As palavras passam a ter uma característica lúdica na busca de sentidos, na construção de parágrafos, no ato de refletir e compreender (SILVA, 2017). Fica, então, um sentimento de gratidão ao vivido que permitiu compartilhar essa aventura do não sabido.

CONCLUSÃO

O presente trabalho trouxe o relato de experiência de uma estudante do curso de Psicologia, em uma experiência como Acompanhante Terapêutico de uma criança com diagnóstico do TEA, e breves reflexões sobre o papel do AT no desenvolvimento de uma prática em um contexto escolar.

A partir das notas e registros dessas práticas, sua leitura, da revisita às memórias, das reflexões “ao depois”, foi possível compreender as mudanças ocorridas. Primeiro, no entendimento do meu papel como AT e segundo, vislumbrando a dimensão dessa vivência que revelou facetas antes não percebidas por mim: a realidade escolar no dia a dia, os processos educativos e de aprendizagem e o trabalho colaborativo multiprofissional. No que se refere à família, foi possível constatar uma rotina intensa de cuidados, pois as crianças que apresentam TEA têm uma agenda constante de acompanhamentos multiprofissionais, que exige disponibilidade de tempo e investimento financeiro.

Vale lembrar que esta vivência no papel de Acompanhante Terapêutico não seria possível sem as orientações específicas dos profissionais da Terapia Ocupacional e da Fonoaudiologia, dos diálogos com a família, a escola, e ainda sem o envolvimento e disposição para pesquisar, experimentar, errar, desaprender, aprender, refletir sobre os acontecimentos e práticas do cotidiano. Os saberes acumulados sobre o TEA, sobre a Educação Inclusiva, as práticas pedagógicas e comportamentais foram construídas coletivamente durante o processo, com frustrações e fracassos em algumas propostas, mas também com acertos. Com certeza, essa vivência como AT impactou positivamente minha formação em Psicologia, despertou interesse pela pesquisa dos processos educativos e clínicos de TEA, colocando-se como alternativa de caminhos para as futuras escolhas que farei profissionalmente.

Espera-se que este relato de experiência possa convidar outras escritas, promover outros diálogos, compartilhar outros processos singulares de crianças com TEA e apontar outras possibilidades de um campo de trabalho, além de contribuir com as discussões e reflexões sobre o AT. A partir desta experiência, pode-se reconhecer a importância do trabalho do AT e os diferentes atores no processo de escolarização: #todosedesenvolvem #todosebeneficiam.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, Aline Abreu; COSTA, Ana Paula Ferreira. A importância do brincar para o desenvolvimento. In: CAMARGOS, Walter Jr. (Org.). **Intervenção precoce no autismo: guia multidisciplinar: de 0 a 4 anos**. Belo Horizonte: Ed. Artesã, 2017, p. 125-138.

BATISTA; FLOR; SILVEIRA. **Saberes e Práticas do Acompanhamento Terapêutico com Crianças: uma Revisão Bibliográfica** Phenomenological Studies - Revista da Abordagem Gestáltica - XXIII(1): 55-62, jan./abril, 2017

CAMARGOS, Walter. **Psicopatologia Fenomenológica Descritiva do Transtorno do Espectro do Autismo**: Autismo Infantil. Belo Horizonte: Artesã, 2018.

CAMARGOS, Walter Jr.. Aspectos Médicos. In: CAMARGOS, Walter Jr. (Org.). **Intervenção precoce no autismo**: guia multidisciplinar: de 0 a 4 anos. Belo Horizonte: Ed. Artesã, 2017.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

COELHO, C. F. M. **Convivendo com Miguel e Mônica**: uma proposta de Acompanhamento Terapêutico de crianças autistas. Instituto de Psicologia, Brasília: 2007.

Kupfer, M. C. M. Educação terapêutica: o que a psicanálise pode pedir à educação. **Estilos da Clínica**, 1(2), 53-61, 1997.

KUPFER, M. C. Educação para o futuro: Psicanálise e educação. São Paulo: Escuta. 2007

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In MANTOAM, M. T. E. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

ROGERS, S. J.; DAWSON, G. **Intervenção precoce em crianças com autismo**: modelo Denver para a promoção da linguagem, da aprendizagem e da socialização. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, Ltda, 2014.

Rolnik, S. Clínica Nômade. In **Equipe de Acompanhantes Terapêuticos do Instituto A Casa** (Org.). Crise e cidade: acompanhamento terapêutico. São Paulo: EDUC, 1997.

ROSSI, Lívia Peluso et al. Caminhos Virtuais e Autismo: acesso aos serviços de saúde na perspectiva da Análise de Redes Sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 10, p.3319-3326, out. 2018.

SERENO, Deborah. Acompanhamento terapêutico e educação inclusiva. **Psychê**, ano X,.18, São Paulo, p.167-179, Set, 2006.

Silveira, R. W. M. O Acompanhamento Terapêutico como estratégia de Atenção Psicossocial e suas interfaces com o trabalho do CAPS na cidade de Uberlândia-MG. In MAYORGA, C.; RASERA, E. F. & PEREIRA, M. S. (Orgs.) **Psicologia Social. Sobre Desigualdades e Enfrentamentos**. Curitiba: Juruá, 2009.

SILVA, Maria Cecília P. A escrita como fonte de prazer: relato de uma experiência. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, 55-62. 2017

CAPÍTULO 26

ABORDAGEM MULTIRREFERENCIAL E OS DESAFIOS DA MULTIPLICIDADE TEÓRICA NA PSICOLOGIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA LAMUPsi

Maria de Fátima Dórea Luciano
Alessandra Barbosa dos Santos
Larissa de Carvalho Cerqueira
Edleusa Nery Garrido

RESUMO

O arcabouço teórico da Psicologia é extenso, busca abranger as diversas formas de compreender o ser humano, embora o diálogo entre as correntes não se constitua como um exercício recorrente. Nesse sentido, o presente estudo expõe um relato de experiências da Liga Acadêmica Multirreferencial de Psicologia (LAMUPsi), vinculada à Universidade do Estado da Bahia(UNEB), ocorridas no intervalo de 2017 a 2021. O objetivo central é discorrer sobre os elementos que fundamentam a experiência da construção da LAMUPsi, considerando a abordagem multirreferencial como uma perspectiva aplicada a esse campo e suas implicações acadêmicas e profissionais. O artigo foi estruturado sob os seguintes enfoques: a abordagem multirreferencial; multirreferencialidade aplicada ao campo da Psicologia; a criação da LAMUPsi e seu funcionamento. Ao analisar a trajetória da LAMUPsi, percebe-se o quão rico esse espaço acadêmico tem sido para que as(os) ligantes possam explorar seus percursos acadêmicos. Ao sair dos limites da sala de aula e buscar construir novas maneiras de apreender a Psicologia, a(o) estudante se defronta com desafios epistemológicos e práticos que corroboram com seu amadurecimento para o ingresso na profissão, com compromisso e ética, além de contribuir com a sociedade através de ações extensionistas e de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Multirreferencialidade. Liga acadêmica. Educação superior. Psicologia.

INTRODUÇÃO

O campo da Psicologia é caracterizado por uma diversidade de conhecimentos e conteúdos, sendo descrito como uma árvore cuja copa é muito frondosa (FREIRE, 2002). Possui diferentes matrizes, referenciais, concepções diversas do ser humano, bem como modelos de sociedade e concepções de ciência, buscando apreender a complexidade e a multideterminação dos fenômenos psicológicos (BRASIL, 2011).

Nos estudos sobre epistemologia da Psicologia, percebe-se que há uma multiplicidade de raízes filosóficas e científicas (FREIRE, 2002). Como resultado, não há consenso, nem mesmo sobre o fenômeno psicológico (BOCK, 1997), o que leva a tensões entre as diversas abordagens. Essa diversidade de perspectivas pode ser percebida a partir da variedade de objetos de estudos: para o comportamentalista é o comportamento; para o psicanalista, o

inconsciente e assim por diante. Para compreender a dimensão psicológica do ser humano, existem construções teóricas que se localizam em campos epistemológicos distintos, que almejam delinear uma verdade acerca deste complexo objeto de conhecimento. Sabendo que a natureza do psiquismo é múltipla, espera-se que daí decorra a disseminação de saberes e práticas que procuram apreendê-la, bem como as contradições e diferenças que indicam suas respectivas estratégias de produção de conhecimento (KAHHALE; ANDRIANI, 2002).

Segundo Ferreira (2007), essa pluralidade pode ser explicada por diferentes fenômenos, tais como: a Psicologia ser ainda um campo científico recente – a elaboração de estudos iniciou-se ao final do Século XIX; o cientista confundir-se com o objeto de pesquisa; a riqueza de valores sociais que levariam a variadas concepções de ser humano e, conseqüentemente, de abordagens; ou ainda, em função da complexidade dos fenômenos, as escolhas de determinados métodos de descrição, medida, controle e interpretação levariam à diferentes objetos de pesquisa. Ferreira (2007, p. 496) reforça essas explicações a partir de um modelo sincrônico e descritivo denominado “Máquina de Múltiplas Capturas”, que traz questionamentos sobre o ser humano e sua busca por estudar sobre si. Para o autor, a posição de ser pesquisador e objeto de estudo ao mesmo tempo, tende a influenciar e ser influenciado, ocasionando a mistura de técnicas científicas adotadas e práticas sociais que foram construídas ao longo da história da humanidade.

Para uma compreensão mais abrangente de como essa pluralidade se deu, Ferreira (2014) parte de alguns aspectos importantes a serem visitados que, embora não sejam aprofundados no presente artigo, vale a pena ao menos a sua menção. O autor analisa o surgimento da Psicologia a partir de diversos caminhos que conformaram o que se apresenta na atualidade: como se deu a constituição de um plano de subjetividade; a influência da distinção entre corpo e mente na definição da identidade da pessoa; a constituição de individualidades; a constituição da infância como uma etapa da vida; a constituição da loucura como doença mental; o surgimento das ciências humanas (e disso decorre a cisão entre o domínio humano e natural e entre os saberes filosóficos e científicos).

Considerando a multiplicidade de saberes e as tensões do campo teórico da Psicologia, Ferreira (2007) aponta que pensar a respeito do “Ser”, na Psicologia, acaba sempre direcionando a discussão sobre os limites do “Não-Ser”, colocando em dúvida o que realmente se é. Diante disto, o autor acrescenta que a constante incerteza e busca por explicar o “Ser” faz com que se inicie disputas entre as Psicologias. Tais disputas, assevera o autor, pelo suposto

saber e domínio desse conhecimento acarretam em alianças por interesse estratégico entre as(os) profissionais.

Percebe-se, portanto, a existência de uma crise identitária instalada nesse campo de saber, a partir do momento em que não há possibilidade de diálogos entre profissionais, visto que se recolhem em seus "guetos" teóricos ou acadêmicos (MOREIRA, 2009). De acordo com a autora, um investimento mais adequado seria a construção de pesquisas que articulassem redes teórico-conceituais entre as distintas abordagens. Isto porque, essa dificuldade de diálogo resulta em fragmentação do conhecimento em Psicologia, porquanto esses saberes se apresentam com inúmeras divergências, inviabilizando uma unidade teórica (se é que isto é possível).

A Psicologia não está sendo representada como conhecimento integrado, ainda que algumas abordagens interajam em alguns de seus conceitos e técnicas para intervenções. Por conta disso, nos últimos anos foi possível assistir à construção e consolidação de microcomunidades quase que independentes, defendendo crenças, métodos, estilos, linguagem e histórias da sua constituição. Além do mais, dentro da Psicologia existem duas posturas igualmente inadequadas diante da multiplicidade de correntes teóricas e metodológicas, sendo estas o dogmatismo e o ecletismo (FIGUEIREDO, 2015).

Para esse autor, o dogmatismo é o comportamento de enclausurar-se em uma visão estreita sobre a realidade, ignorando ou classificando outras teorias como ineficazes ou desqualificadas. Dessa forma, a(o) profissional não se permite perceber a prática, pois tudo que chega é pré-explicado por essa visão de mundo. Azoubel (2017), por sua vez, colabora com esse debate alertando que o dogmatismo é uma conduta que limita os profissionais de Psicologia, regulando a abertura de possibilidades de construção de conhecimento e outras oportunidades. Complementa o autor, afirmando que isso resulta no criticismo entre as diferentes correntes teóricas, o que polariza a relação entre as perspectivas teóricas que compõem a Psicologia.

O outro extremo, o do ecletismo, é uma posição que resulta na utilização de qualquer tipo de técnica ou abordagem sem rigor, embasamento, compromisso ou reflexão, a partir do senso comum (FIGUEIREDO, 2015). Nessa direção, Guilhardi (1998) associa o ecletismo teórico a um comportamento de fuga-esquiva da(o) psicólogo(a) que desempenha seu papel sob esse pilar, pois ao se defrontar com fenômenos psicológicos os quais não esteja capacitada(o)

para lidar, esta(e) tende a ficar sem recursos ou utiliza, de forma indevida, os métodos de outras perspectivas teóricas.

Assim, para esquivar-se desses extremos, é possível reconhecer a necessidade de um olhar múltiplo para a compreensão dos fenômenos, o que implica no rompimento com o pensamento linear, unitário e reducionista característico do “paradigma de simplicidade” (MARTINS, 2004, p. 90). Desse modo, além da procura por um entendimento da pluralidade do campo psi, como refere Ferreira (2014), a estratégia de busca por ampliar os conhecimentos acerca das propostas teóricas com que já se tenha algum contato é defendida por Guilhardi (1998).

Em sintonia com um olhar multirreferencial para os fenômenos que fazem parte da produção de conhecimento e da atuação no campo da Psicologia, este artigo tem como objetivo discorrer sobre os elementos que fundamentam a experiência da construção da Liga Acadêmica Multirreferencial de Psicologia (LAMUPsi) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), considerando a abordagem da multirreferencialidade como perspectiva teórica aplicada a esse campo e suas implicações acadêmicas e profissionais. Sob esse enfoque, o texto traz, como resultado de discussões em grupo, a busca por responder às perguntas: é possível uma formação e uma prática profissional menos fragmentada teoricamente? O que é necessário para atingir esse objetivo? Como uma Liga acadêmica de Psicologia pode contribuir?

Atualmente, a LAMUPsi segue em funcionamento, se adequando aos encontros e atividades por via remota, devido à pandemia. O relato da experiência aqui trazido, todavia, se reporta às atividades da Liga ocorridas durante o período de abril de 2017 a maio de 2021. Para tanto, o artigo foi estruturado considerando as seguintes diretrizes: a abordagem multirreferencial – discussão sobre sua origem e conceito; multirreferencialidade aplicada ao campo da Psicologia; e, por fim, como a LAMUPsi se estrutura e funciona a partir dessa perspectiva teórica.

A ABORDAGEM MULTIRREFERENCIAL

A multirreferencialidade surge a partir de Jacques Ardoino, da Universidade de Vincennes, em Paris VIII, tendo como premissa o reconhecimento de que as ciências humanas são fenômenos sociais heterogêneos e multifacetados. Dessa forma, “podemos dizer que essa abordagem é, inicialmente, uma resposta ao caráter extremamente complexo da prática social” (MARTINS, 2004, p. 87). Tendo como base essa complexidade das ciências humanas, que

abordam esferas sociais, econômicas e políticas, as ciências cartesianas e positivistas mostram-se insuficientes, já que reduzem os fenômenos a apenas uma explicação.

Pensar no conceito de multirreferencialidade aplicada ao ensino implica em propor que o saber a ser transmitido e também construído, se apresente sob diversas ênfases. Na perspectiva de Franco e Pimenta (2016), a multirreferencialidade se constitui como campo de apoio a várias perspectivas de estudos, recorrendo a diferentes alicerces metodológicos. Seria importante utilizar-se de várias linguagens para a compreensão dos fenômenos sem misturá-las e sem reduzi-las umas às outras, simplesmente, produzindo, assim, um conhecimento total e bem integrado (ARDOINO, 1991).

A perspectiva multirreferencial defende que as ciências humanas devem abandonar um sistema unitário explicativo e fomentar olhares e considerações plurais para que possam contemplar a complexidade que compõe os seres humanos (PAZ; NEVES; ALVES, 2014). A(o) profissional adepta(o) à abordagem multirreferencial, portanto, deverá passear por diversos conhecimentos, ditos científicos ou não, para poder alcançar um maior número de características sobre o sujeito pesquisado (BARBOSA; BARBOSA, 2008). Segundo esses autores, tal procedimento é nomeado por bricolagem e este não dispensa o rigor ético, significando um espaço onde se possa entrecruzar múltiplas perspectivas, formando uma multiplicidade de linguagens.

Em face do exposto, defende-se que é possível compreender as multifacetadas da Psicologia, a partir de seu amplo arsenal teórico para o estudo de seu(s) objeto(s) de pesquisa, o que possibilita variados métodos para a produção de conhecimento e aplicação das metodologias construídas (MOREIRA, 2009). Essa característica multirreferencial e a busca por uma integralidade, põe em foco a complexidade dos fenômenos relacionados à vida dos seres humanos. Para a autora, a ausência da integralidade e sua busca são dois aspectos que estão presentes na realidade da Psicologia. Santos (2016), por sua vez, advoga que o caráter multidimensional do sujeito é o que possibilita a construção de múltiplos olhares para a compreensão desse sujeito.

ABORDAGEM MULTIRREFERENCIAL: FORMAÇÃO E PRÁTICA PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA

A partir da abordagem multirreferencial supracitada, as(os) integrantes da LAMUPsi propõem que essa perspectiva seja uma espécie de lente para uma análise crítica do campo da Psicologia. Essa construção teórica visa auxiliar na compreensão do complexo fenômeno

humano, em virtude dessa característica intrínseca à área psicológica que é a multiplicidade de abordagens teóricas existentes para explicar diferentes fenômenos (MARTINS, 2004).

Ainda sob esse aspecto, pelo fato de a multirreferencialidade levar a uma compreensão mais aberta em relação ao outro, esta é uma *nuance* importante para a construção da(o) profissional da área da Psicologia e sua futura atuação. Isso porque, considerar a multirreferencialidade durante a formação acadêmica significa a oportunidade de contemplar o ser humano em seu âmbito social e particular (MARTINS, 2014). Além disso, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a formação do profissional de psicologia, deverá enfatizar a pesquisa, o ensino e a prática profissional, assim como reconhecer e compreender os múltiplos referenciais desse campo do conhecimento (BRASIL, 2011).

Dentro desse contexto, portanto, adotar um olhar multirreferencial significa não encarar a heterogeneidade das abordagens como uma dimensão a ser superada, mas propor uma análise plural dos fenômenos complexos, incorporando variados olhares nesse processo. Assim, se propõe a multirreferencialidade no processo da formação de psicólogas(os) e, conseqüentemente, em suas práticas.

Durante os anos de graduação, a(o) estudante de Psicologia se depara com uma gama de abordagens, a partir do contato com os diversos componentes curriculares. Nesse caminho, sente a necessidade e/ou é pressionada(o) a escolher uma abordagem que possa subsidiar sua atuação profissional no futuro, assim como procura identificar aquela que mais se assemelha com sua visão de mundo. Se contrapondo a essa pretensão de fazer uma escolha precoce, o processo formativo, na perspectiva multirreferencial, implica na oportunidade de que a(o) estudante possa ter contato com as diversas abordagens para conhecê-las, avaliar suas convergências, divergências e complementariedade e, assim, obter um conhecimento mais amplo. Trata-se de um caminho que pode fornecer subsídios para escolhas mais maduras.

Figueiredo (2015) afirma que, nos cursos de Psicologia, são apresentadas algumas das possibilidades de teorias, mas não todas, e a(o) estudante – que, inicialmente, acredita que vai encontrar uma harmonia entre as mesmas – se depara com essa multiplicidade e caoticidade que, na maiorias das vezes, não convergem. Assim, segue o autor, afirmando que surgem dúvidas e inquietações que apontam à necessidade de matérias como História da Psicologia, ou das Psicologias, para que a(o) estudante conheça e compreenda esse universo, tendo em vista que, para além da escolha de uma abordagem específica, conhecê-las, em geral, também significa possuir uma análise crítica para as potencialidades e fragilidades destas.

Estudar a História da Psicologia, pois permite que a(o) estudante ou profissional possa estar informada(o), compreender mais profundamente os problemas que as(os) cercam, a partir das reflexões das abordagens antigas, bem como ter um olhar crítico para novas abordagens, tendo como base seus conhecimentos sobre o processo de construção do campo Psi. Além disso, os estudos multirreferenciais em Psicologia estão ligados à epistemologia da ciência, que envolve problemas filosóficos e reflexões sobre métodos e teorias do campo, bem como sugere soluções, analisa, criticamente, pseudociências e recomenda novos enfoques (SALMERON, 1980). Assim, por exemplo, a multirreferencialidade no campo teórico da Psicologia pode responder a problemas lógicos, como o trazido por esse autor ao indagar: “que relações formais existem entre duas teorias dadas?” (SALMERON, 1980, p. 13).

Para Santos (2016), existe uma incapacidade de reconhecimento da Psicologia como uma ciência polissistêmica. O autor afirma que a falta de compreensão sobre as múltiplas dimensões e referências, bem como as incertezas inerentes ao processo de construção dos estudos em Psicologia, culminou na elaboração de teorias que não são capazes de estabelecer diálogos entre si. Uma alternativa voltada para o diálogo entre teorias seria uma formação plural que, no entendimento de Bock (1997) se daria com o ensino das variadas teorias em Psicologia. Exalta essa autora, que tal perspectiva de ensino precisa estar acoplada em uma formação robusta que contemple “a perspectiva filosófica e epistemológica que embasa cada teoria. Qual é a visão de homem e qual a visão de produção de conhecimento que estão embasando essas visões teóricas?” (BOCK, 1997, p. 41).

Pressupõe-se, portanto, que é necessário assumir uma postura de indagação científica da realidade, buscando projetos para desvendá-la, a partir de procedimentos e métodos. É assim que se encaminha a aprendizagem: a(o) aprendiz então se coloca no papel de atuante, sendo capaz de filtrar o que ouve ou lê (BARBOSA, 2008). Busca-se, neste movimento, a formação de psicólogas(os) que tenham como características a permeabilidade às mudanças, ou seja, “que aceite o desafio de, coletivamente, produzir alternativas à Psicologia tradicional” (BOCK, 1997, p. 41). No entanto, esse processo exige do quadro docente dos cursos de Psicologia a adoção de um olhar multirreferencial e, além disso, certas posturas didáticas, com o propósito de:

promover uma visão ampla e crítica do conhecimento, fomentando diálogos e práticas interdisciplinares e intradisciplinares; alicerçar o conhecimento na relação entre teoria e prática; fortalecer a ciência e a profissão enfrentando o descompasso entre a formação, as demandas psicossociais e o mercado de trabalho; incrementar o compromisso ético e social no processo de formação, nos diferentes contextos de atuação profissional e nas investigações; fomentar o diálogo entre as associações profissionais, as associações de pesquisa e a academia (FERRARINI; CAMARGO, 2014, p. 47).

Para exemplificar esforços no sentido de fazer aproximações teóricas entre as abordagens no campo da Psicologia, é possível citar o estudo de Ramires (2003), que articula a Teoria do Apego e suas características psicanalíticas com a Teoria da Cognição Social. Outra iniciativa nessa direção é o trabalho de Epelboim e Mello (2007), que visa tecer as possíveis articulações entre Psicologia Social e Terapia Cognitivo-comportamental, em relação às crenças psicossociológicas. Tais propostas revelam que, no exercício do papel de psicóloga(o), é importante criar possibilidades de aprendizado através de discussões, conflitos, questionamentos entre diferentes discursos e implicações práticas. Ao mesmo tempo, é necessário abandonar a postura autoritária de possuidor(a) da verdade, estando aberta(o) ao diálogo com outros referenciais teóricos (FERRARINI; CAMARGO, 2014).

A multirreferencialidade, na prática, envolve a escolha e a utilização pela(o) psicóloga(o), de técnicas subsidiadas por diferentes abordagens. Todavia, é necessário que a(o) profissional tenha conhecimento apropriado para que a ética seja seguida e que não traga prejuízos, reduzindo a qualidade da técnica. Conforme o Código de Ética de Psicologia, elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), cabe às(aos) profissionais assumirem responsabilidades apenas por atividades para as quais estejam capacitadas(os) pessoal, teórica e tecnicamente; além disso, tais conhecimentos e técnicas devem ter seus fundamentos reconhecidos pela ciência psicológica (CFP, 2005).

A avaliação psicológica é um exemplo de atuação profissional que requer essa multirreferencialidade: os testes psicométricos e os projetivos são construídos a partir de um referencial teórico. Entretanto, até o momento, não há instrumentos que possam ser amparados em todas as abordagens teóricas (ELY; NUNES; CARVALHO, 2014). Tal situação, exige que a(o) profissional tenha o domínio necessário para utilizar instrumentos de outras abordagens, podendo “traduzir” para sua visão teórica, sem recorrer a uma prática inadequada e antiética. O objetivo da multirreferencialidade na prática, portanto, não a simples combinação de técnicas diversas, mas de que a(o) psicóloga(o) esteja imbuida(o) de conhecimentos para agir frente às demandas psicológicas.

Outra área de atuação que requer essa multiplicidade de olhares é a psicoterapia. Sundfeld (2000), por exemplo, traz a ideia da Psicoterapia Integrativa, a qual está relacionada com a integração entre abordagens, de forma complexa e não linear, estática, sintética ou reducionista. Essa complexidade, de acordo com a autora, se daria a partir da adoção de um raciocínio dialógico, preservando a dualidade, ao conviver com as complementaridades

possíveis entre as abordagens. Para tanto, é necessário reconhecer as possíveis complementaridades e os limites de cada proposta teórica.

Arkowitz (1997, citado em SUNDFELD, 2000, p. 255) se refere a outros autores que abordam essa integração como se fosse um sistema aberto, no qual novos elementos externos são assimilados, mas sem que se perca a coerência interna, ou seja, não há uma integração total. Ademais, descreve o conceito de “integração assimilativa”, criado por Messer em 1992, no qual a abordagem se mantém, mas de forma aberta à ideias e técnicas, que, ao serem assimiladas, são modificadas para adequar-se àquela abordagem (ARKOWITZ, 1997 apudSUNDFELD, 2000, p. 255). Logo, favorece-se o enriquecimento teórico e o permanente diálogo entre as abordagens, ampliando as possibilidades de novas leituras sobre o ser humano. A autora, no entanto, faz a ressalva de que essa perspectiva integrativa, embora tenha aberto novas possibilidades para teoria, prática e pesquisa, ainda está distante de se consolidar. Segue afirmando que, além disso, depende da flexibilidade das(os) profissionais de abandonarem pressupostos e preconceitos, ao cruzarem fronteiras e dialogarem com diferentes concepções, o que exige questionamentos e reflexões constantes.

Na concepção defendida pela LAMUPsi, o objetivo de amparar-se na multirreferencialidade não é o de propor uma prática similar a essa perspectiva integrativa, mas que as(os) estudantes tenham a oportunidade de saber que há essa opção e, principalmente, compreendam a obrigação de, se existir a necessidade de aplicar outras técnicas, isso seja realizado com o rigor e a competência técnica exigidas pelo Código de Ética Profissional (CFP, 2005). Esse caminho exige, inevitavelmente, a aproximação com outras abordagens.

A LAMUPsi COMO POSSIBILIDADE DE UNIDADE

As Ligas Acadêmicas (LA) surgem no território brasileiro durante a Ditadura Militar, um período em que os ensinamentos administrados nas universidades, assim como sua capacidade de expansão do conhecimento teórico-prático, começavam a ser questionados (TORRES; OLIVEIRA; YAMAMOTO; LIMA, 2008). Uma das características essenciais de uma LA é ser uma entidade primordialmente estudantil e ter como representantes um grupo de discentes que se aprofundam em um determinado tema ou área, sob a coordenação de um(a) docente.

Partindo das inúmeras inquietações sobre a formação teórica e prática das(os) futuras(os) profissionais, iniciou-se um movimento de construção de LA no País. Essa iniciativa estudantil é vista como um meio de enriquecer o processo formativo, uma vez que a grade

curricular não consegue abranger a diversidade teórica existente, assim como há uma gama de conteúdos produzidos atualmente que precisam ser conhecidos.

No contexto da Saúde, as LA apresentam-se com a finalidade de facilitar a aproximação dos estudantes aos seus potenciais espaços para o exercício da prática profissional, favorecendo o desenvolvimento e a execução do tripé ensino, extensão e pesquisa. Silva e Flores (2015) apontam a importância das LA na formação dos estudantes na área de Saúde, tendo em vista a possibilidade de constituição de uma visão ampliada acerca do conceito e prática do cuidado. Além do contexto da saúde, essa experiência leva estudantes a diferentes espaços de atuação, enriquecendo seu processo formativo.

Como exemplo dessa iniciativa, um grupo de estudantes do curso de Psicologia da UNEB, criou a LAMUPsi, no ano de 2017, cujo intuito foi o de promover aprofundamento e ampliação de temas referentes à Psicologia, a partir de referenciais teóricos diversos. Atualmente, a LAMUPsi conta com 19 integrantes que se reúnem uma vez na semana, com sessões de uma hora e meia e cerca de duas sessões abertas ao público a cada semestre letivo.

Uma LA torna possível, para a(o) acadêmica(o), construir um currículo mais amplo e diferenciado, no qual se torna a(o) principal responsável por seu processo de aprendizagem. Isso porque a diminuição da “(...) pressão curricular natural, permite que o aluno faça escolhas de maneira consciente, planejada, de forma ativa e livre” (SANTANA, 2012, p. 97). Acrescenta-se a essa visão, que uma LA conta com supervisão de docentes orientadoras(es) comprometidas(os) com o aprendizado das(os) estudantes, garantindo a ética profissional, mas sem interferir no protagonismo destes.

A construção e consolidação de uma LA voltada para estudantes de Psicologia, se justifica quando se leva em consideração que o espaço da graduação é crucial para a construção de novas práticas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão (MAGALHÃES; RECHTMAN; BARRETO, 2015). Dito de outra forma, tanto a LAMUPsi quanto outras LA, são investimentos relativos à própria formação acadêmica e profissional dos estudantes e visa, no caso da LAMUPsi, especificamente, trazer contribuições no campo da Psicologia em geral.

No levantamento realizado por Magalhães, Rechtman e Barreto (2015), foram encontradas 11 LA com ênfase em Psicologia em todo Brasil. Todavia, nenhuma dessas adotaram a multirreferencialidade como base para suas reflexões e ações. Esse cenário denota o pioneirismo da LAMUPsi, apresentando-se como uma alternativa importante para a ampliação dos conhecimentos e competências dessas(es) futuras(os) profissionais.

Assim, a LAMUPsi proporciona, às(aos) integrantes, a oportunidade de conhecer e discutir sobre diversas abordagens aplicadas nas diferentes áreas de atuação profissional. É possível aprofundar conhecimentos, desenvolver análise crítica sobre estes, conhecer novas abordagens e ressignificar as já conhecidas. Dessa forma, se coloca em prática os movimentos construtivos e reflexivos, como mencionado por Figueiredo (2015), de um posicionamento adequado diante das diversas abordagens, constituindo-se como uma prática pensada. Além disso, o processo de discussão com as(os) colegas, permite o desenvolvimento de habilidades sociais como argumentação, compreensão e respeito às opiniões diversas. Essas possibilidades proporcionadas por uma LA estão em sintonia com o que Bock (1997) sistematiza como necessárias para a formação do estudante, tais como a formação plural, em que as mais diversas teorias devam ser ensinadas, visando o estímulo aos questionamentos e críticas, assim como o incentivo ao trabalho interdisciplinar e de forma coletiva.

No processo de estruturação do calendário das sessões da LAMUPsi, as(os) estudantes, em conjunto, pensavam em temáticas para o aprofundamento ou conhecimento, que seguissem os seguintes critérios: aquelas menos discutidas na grade das disciplinas do currículo do curso; as que pudessem ser refletidas a partir de diferentes abordagens – a exemplo das fases do desenvolvimento infantil, as psicopatologias –, bem como temas que fossem do interesse das(os) participantes. Essas sessões eram fechadas e estruturadas a partir de encontros com diferentes abordagens (debate, apresentação de artigos) ministrados pelas(os) próprias(os) ligantes.

Nesse calendário, também eram elencadas datas-chave para que ocorressem as sessões abertas, isto é, encontros em que o público externo participasse e que contava com a participação de um(a) profissional palestrante ou palestrantes – caso fosse uma mesa redonda – de diversas áreas. Estiveram presentes nesses encontros profissionais da clínica, do ambiente educacional, hospitalar, social. De maneira geral, o público externo nos encontros presenciais eram estudantes da própria instituição.

Juntamente com esses assuntos voltados para a multirreferencialidade, a LAMUPsi ainda buscou trazer em pauta a visibilidade de algumas abordagens e métodos dentro da Psicologia que não são explorados durante a graduação. No período aqui relatado, tinham sido apresentadas, nessas sessões abertas, temas como “Jogos eletrônicos em foco: uma perspectiva crítica da Psicologia”; “EMDR: entendendo o trauma de forma ampla”; “O sujeito em foco: reflexões à luz do Psicodrama”; “O corpo para a Psicologia: contribuições da Análise

Bioenergética”; “Psicologia Hospitalar”; “Terapia Comportamental Dialética (DBT): fundamentos e possibilidades de atuação clínica”; e “Projetos de vida na trajetória educacional”.

Por conta do cenário pandêmico que se instaurou no mundo, no final de 2019, chegando ao Brasil no início de 2020, tornou-se imperativa a adoção de medidas para controlar a disseminação de Covid-19, sendo algumas delas: estratégias de distanciamento social, com o fechamento de escolas, universidades, lojas e diversos serviços, a proibição de eventos que promovessem aglomerações, tentativas para conscientizar a população a permanecer em casa e muitas atividades passaram a funcionar na modalidade *home office*.

Diante desse contexto pandêmico, cabe ressaltar a atuação da LAMUPsi que, frente à necessidade de continuidade de interações, manteve suas reuniões no formato *online*, traçando discussões que culminaram na construção de vídeos curtos, postados nas redes sociais da Liga – neste caso o *Instagram* –, sobre temas tais como: “Psicologia Transpessoal”; “Estágio no contexto hospitalar”; “A Necropolítica da Pandemia através da ótica da Psicologia Social”, “Psicologia dos Desastres”, dentre outros.

Outra contribuição importante para o público acadêmico nesse período, foi a construção do evento nomeado por “Jornada Online da LAMUPsi sobre abordagens psicológicas: é possível a multirreferencialidade na clínica?”. A jornada contou com a participação de sete profissionais da área clínica que compartilharam suas experiências à luz das abordagens que utilizam como subsídio às suas práticas, sendo estas: “Psicologia Histórico Cultural na área da Neuropsicologia”; “Psicologia Analítica”; “Teoria Psicanalítica e a clínica como dispositivo ético e político”; “Modelos teóricos e de prática com referencial Analítico Comportamental; “Psicodrama e interfaces com a Terapia corporal”; “Diálogos entre a perspectiva Sistêmica e a Psicologia Corporal” e “Holismo na prática da Gestalt-Terapia”.

Como resultados desse evento, ao analisar as estatísticas oferecidas pela plataforma utilizada e pelos dados levantados pela comissão organizadora das atividades, foi possível perceber que o canal LAMUPsi TV alcançou em torno de 160 ouvintes inscritos, em uma dezena de estados brasileiros e mais de 2800 visualizações dos conteúdos transmitidos. Isso significa que, para além dos muros que circundam os estudantes de Psicologia da UNEB, a Jornada atingiu um dos objetivos da LAMUPsi que é o de dar mais visibilidade para as reflexões em torno da multirreferencialidade. Isso foi possível a partir de experiências concretas como aquelas trazidas pelos palestrantes.

As atividades acadêmicas proporcionadas pela LAMUPsi seguem os processos pedagógicos preconizados por Barbosa (2008), uma vez que as(os) ligantes buscam, através de sua participação, construir seu caminho acadêmico a partir de erros, desejos e não saberes, se autorizando a experimentar novas formas de aprendizagem. Conforme esse autor, tal maneira de traçar o percurso acadêmico, ou seja, essa bricolagem, busca, em diversos pontos, o conhecimento que não pode ser adquirido diretamente.

Portanto, a LAMUPsi vem construindo um caminho novo de conhecimento, visto que raras são as experiências que têm proporcionado a chance de como vivenciar, escolher e se posicionar diante das abordagens no campo da Psicologia, dentro do currículo acadêmico. Assim, a(o) estudante, através do processo de pesquisa, estudo e aprendizagem, sai do lugar de apenas reproduzir o caminho de outros profissionais, para construir um pensamento próprio (BARBOSA; BARBOSA, 2008).

Conforme pode-se constatar é fato que alguns profissionais tendem a defender suas abordagens em sala de aula, como um trajeto natural a ser seguido. Porém, a partir do aprendizado de que um olhar multirreferencial é possível, a(o) estudante busca ter um olhar não mecânico para a realidade, ao articular ideias e significados, na medida em que busca sentido nessa “sopa” de abordagens. Assim, se diferenciam pela ousadia de poder associar o que antes era separado, incorporar possíveis extremos para, através de um olhar, agora paradoxal, não perder de vista a complexidade possível de se projetar a realidade (BARBOSA, 2008).

Tratando-se especificamente da formação de psicólogas(os), a possibilidade de ter um percurso acadêmico que propicie às(aos) discentes o conhecimento de diversos segmentos teóricos faz com que, possivelmente, se tornem profissionais mais qualificadas(os) e mais capazes de compreender melhor a complexidade que é a dimensão psicológica do ser humano para intervir de maneira eficaz às demandas que se apresentarão em sua prática profissional no futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de multirreferencialidade tem como perspectiva a compreensão de que o saber construído e transmitido apresenta-se a partir de diferentes ênfases. Dessa forma, é possível utilizar diversas linguagens teóricas para compreender um fenômeno sem que uma se reduza à outra, buscando assim um conhecimento mais amplo que reconheça as diferentes *nuances* inerentes ao ser humano.

Durante esses quase cinco anos de atividade da LAMUPsi, foi possível perceber o quanto esse espaço está sendo crucial para que seus membros possam delinear percursos a serem explorados durante a graduação, sejam eles de caráter teórico, metodológico e/ou prático. A sala de aula, sem sombra de dúvidas, é um terreno fértil à aprendizagem; porém, esse espaço precisa estar em diálogo permanente com a vida cotidiana, com seus desafios e indagações, na busca por construir conhecimentos que subsidiem a futura prática das(os) psicólogas(os) embasada teoricamente e com compromisso social.

Destarte, uma LA pode, a partir do protagonismo estudantil, proporcionar, por exemplo, maior aprofundamento de temas trazidos pela programação curricular do curso, assim como abrir espaço para que os temas que provocam inquietações do corpo discente possam ser amplamente discutidos. Outro ponto relevante é a possibilidade de expandir o que se aprende nesses encontros e compartilhá-los com outras pessoas, promovendo o conhecimento através de sessões abertas, produção científica e eventos acadêmicos.

Para além desses aspectos mencionados, percebe-se a necessidade de atividades complementares em certas áreas de estudo e de intervenção da Psicologia, como forma de enriquecer a experiência acadêmica estudantil e contribuir com a sociedade, através de atividades extensionistas e de pesquisa. Buscando um olhar multirreferencial, a LAMUPsi segue, ativa, buscando atingir esses propósitos.

REFERÊNCIAS:

ARDOINO, J. Sciences de l'éducation, sciences majeures. Actes de journées d'étude tenues a l'occasion des 21 ans des sciences de l'éducation. Issy-les-Moulineaux, EAP. **Coleccion Recherches et Sciences de l'éducation**. p. 173-181, 1991.

AZOUBEL, M. S. Considerações sobre dogmatismo teórico no behaviorismo radical. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, v. 13, n. 2, p. 19-27, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/5902>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BARBOSA, J. G. Multirreferencialidade e produção do conhecimento: diferentes histórias de aprendizagens. **Revista Educação em Questão**, v. 32, n. 18, p. 209-223, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3922>. Acesso em 19 de ago 2021.

BARBOSA, S. M. C.; BARBOSA, J. G. Etnometodologia multirreferencial: contribuições teórico-epistemológicas para a formação do professor-pesquisador. **Educação & Linguagem**, v. 11, n. 18, p. 238-256, 2008. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/117>. Acesso em: 20 set. 2021.

BOCK, A. M. B. Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 17, n. 2, p. 37-42, 1997. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/8wMf9sFXZtQcdnY5xvMVpsF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 5 jul. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&category_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 jul 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução nº 010, de 21 de julho de 2005**. Aprova o código de ética profissional do psicólogo. Brasília, DF, 2005. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/05/Bibliografia_final.pdf. Acesso em: 20 jul 2021.

ELY, P., NUNES, M. F. O.; CARVALHO, L. F. Avaliação psicológica da depressão: levantamento de testes expressivos e autorrelato no Brasil. **Aval. psicol.**, v. 13, n. 3, p. 419-426, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712014000300014&lng=en&tlng=pt. Acesso em: 5 jul. 2021.

EPELBOIM, S.; MELLO, T. V. S. Crenças psicossociológicas: possíveis articulações entre psicologia social e terapia cognitivo comportamental. In XIV Encontro Nacional da ABRASCO. Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/html/sesoes/3260_sesoes_resumo.htm. Acesso em: 15 ago. 2021.

FERRARINI, N. L.; CAMARGO, D. O professor de psicologia diante da multiplicidade e diversidade teórica da psicologia: lugar de incertezas e de desafios. **Psicologia Ensino & Formação**, v. 5, n. 1, p. 32-49, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612014000100004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 ago. 2021.

FERREIRA, A. A. L. A diferença que nos une: o múltiplo surgimento da psicologia. **Rev. Dep. Psicol.**, v. 19, n. 2, p. 495-500, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdpsi/a/Tpk3Nf3h9kSX7sGtQjsQnsz/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2021.

FERREIRA, A. L. O múltiplo surgimento da psicologia. In: JACOB-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (Orgs.) **História da psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro, RJ: Nau Editora, 2014, p. 19-52.

FIGUEIREDO, L. C. **Revisitando as psicologias**: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. Didática multidimensional: por uma sistematização conceitual. **Educ. Soc.**, v. 37, n. 135, p. 539-553, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000200539&lng=en&nrm=isso. Acesso em 24 fev. 2022.

FREIRE, I. R. **Raízes da psicologia**, ed. 7. Porto Alegre, RS: Vozes, 2002.

GUILHARDI, H. J. Um modelo comportamental de análise de sonhos. In: RANGÉ, B. P. (Org.). **Psicoterapia comportamental e cognitiva de transtornos psiquiátricos**. Campinas:

Editorial Psy, p. 1-15, 1998. Disponível em: <<https://itrcampinas.com.br/pdf/helio/sonhos.pdf>>. Acesso em 24 fev. 2022.

KAHHALE, E. M. S. P.; ANDRIANI, A. G. P. A constituição histórica da psicologia como ciência. In: KAHHALE, E. M. S. P. (Org.). **A diversidade na psicologia: uma construção teórica**. São Paulo, SP: Cortez, p. 75-96, 2002.

MAGALHÃES, E. P.; RECHTMAN, R.; BARRETO, V. A liga acadêmica como ferramenta da formação em psicologia: experiência da LAPES. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 1, p. 135-141, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0191813>>. Acesso em 24 fev. 2022.

MARTINS, J. B. Contribuições epistemológicas da abordagem multirreferencial para a compreensão dos fenômenos educacionais. **Rev. Bras. Educ.**, v. 26, p. 85-94, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000200007>>. Acesso em 25 fev. 2022.

MARTINS, J. B. A formação de professores no âmbito da abordagem multirreferencial. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 18, n. 3, p. 467-476, 2014. Disponível em: <[10.1590/2175-3539/2014/0183768](https://doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0183768)>. Acesso em 25 fev. 2022.

MESSER, S. B.; WATCHEL, P. L. The contemporary psychotherapeutic landscape: issues and prospects. In: MESSER, S. B.; WATCHEL, P. L. (Orgs.). **Theories of psychotherapy: evolution and current status**. Washington, DC: APA Books, p. 1-38, 1999.

MOREIRA, A. C. G. Psicoterapia: por uma estratégia de integralidade. In: RODRIGUES, H. J. L. F.; BRITO, A. L. **Ano da psicoterapia: textos geradores**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia [Internet], p. 75-87, 2009. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/ano-da-psicoterapia-textos-geradores/>>. Acesso em 25 fev. 2022.

PAZ, T. S.; NEVES, I. B. C.; ALVES, L. R. G. Constituição do currículo multirreferencial na cultura da mobilidade. **Revista e-Curriculum**, v. 12, n. 2, p. 1248-1269, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/20106>. Acesso em: 14 jul 2021.

RAMIRES, V. R. R. Cognição social e teoria do apego: possíveis articulações. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 2, p. 403-410, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/s8cVjK33SGB3gGzqyz6RLzM/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul 2021.

SALMERON, A. F. O que é, e para que serve a epistemologia?. In Bunge, M. (Org.). **Epistemologia**. São Paulo, SP: EDUSP. 1980, p. 5-18. Disponível em: https://wiki.sj.ifsc.edu.br/wiki/images/a/a5/Epistemologia_M%C3%A1rio_Bunge_Parte1.pdf. Acesso em: 21 jul 2021.

SANTANA, A. C. D. A. Ligas acadêmicas estudantis: o médico e a realidade. **Revista Medicina Ribeirão Preto**, v. 45, n. 1, p. 96-98, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/47582>. Acesso em: 25 jul 2021.

SANTOS, M. R. A. **Crise e a fragmentação da psicologia: uma visão do pensamento complexo**. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6302>. Acesso em: 26 jul 2021.

SILVA, S. A.; FLORES, O. Ligas acadêmicas no processo de formação dos estudantes. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 39, n.3, p. 410-417, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/QQMLpX339cvhMq5R6TsTT9M/?lang=pt> . Acesso em 01 agos 2021.

SUNDFELD, A.C. Abordagem integrativa: reterritorialização do saber clínico?. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 3, p. 251-257, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/rW9GNsBY3QHnZnVdQ6n6Y7n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 agos 2021.

TORRES, A. R.; OLIVEIRA, G. M.; YAMAMOTO, F. M.; LIMA, C. P. Ligas acadêmicas e formação médica: contribuições e desafios. **Interface (Botucatu)**, v. 12, n. 27, p. 713-720, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/7k9pL6QvdZJJH6YZ5JBvjHb/?lang=pt>. Acesso em: 14 agos 2021.

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

PSICOLOGIA EM FOCO:

FUNDAMENTOS, PRÁXIS E TRANSFORMAÇÕES

3

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
GLAUCIO MARTINS DA SILVA BANDEIRA
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORES



2021

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

PSICOLOGIA EM FOCO:

FUNDAMENTOS, PRÁXIS E TRANSFORMAÇÕES

3

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
GLAUCIO MARTINS DA SILVA BANDEIRA
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORES



2021